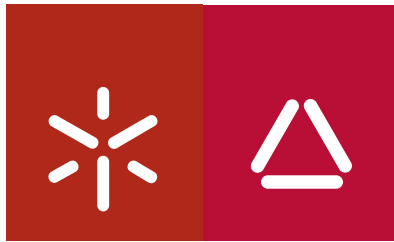


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

**Os caminhos de Alice do outro lado do  
espelho: Discursos e percursos na  
delinquência juvenil feminina**  
Vera Mónica da Silva Duarte

Vera Mónica da Silva Duarte

**Os caminhos de Alice do outro lado do  
espelho: Discursos e percursos na  
delinquência juvenil feminina**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Vera Mónica da Silva Duarte

**Os caminhos de Alice do outro lado do  
espelho: Discursos e percursos na  
delinquência juvenil feminina**

Tese de Doutoramento  
Doutoramento em Sociologia  
Especialidade de Sociologia e Metodologia Fundamentais

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Albertino José Ribeiro Gonçalves**  
e da  
**Professora Doutora Manuela Ivone Pereira da Cunha**

Julho de 2011

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Vera Mónica da Silva Duarte

**Endereço electrónico:** veraduarte77@gmail.com

**N.º ID Civil:** 11123305

**Título da tese de doutoramento:**

Os caminhos de Alice do outro lado do espelho:  
Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina

**Orientadores:**

Professor Doutor Albertino José Ribeiro Gonçalves  
Professora Doutora Manuela Ivone Pereira da Cunha

**Ano de Conclusão:** 2011

**Designação do Doutoramento:**

Sociologia, especialização em Sociologia e Metodologia Fundamentais

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

**Universidade do Minho,** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através da atribuição de Bolsa de Investigação com a Referência SFRH/BD/35752/2007, financiada pelo QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES



## AGRADECIMENTOS

Expresso a minha gratidão e reconhecimento a todos/as aqueles/as que me ajudaram na realização deste trabalho, facilitando o seu desenvolvimento e possibilitando a sua concretização. Uma caminhada como esta, aparentemente solitária, é feita de muitas pessoas e de esforços partilhados. Por isso, os agradecimentos que particularizo aqui não esgotam o reconhecimento declarado por tantas pessoas e instituições que cruzaram a minha vida pessoal e profissional.

Aos meus orientadores agradeço o crescimento e amadurecimento intelectual e humano que me proporcionaram. Ao Professor Albertino Gonçalves, testemunha participante da minha formação académica, agradeço a amizade, a confiança e os conhecimentos que partilhou comigo. À Professora Manuela Ivone Cunha agradeço os instigantes questionamentos, o apoio e incentivos permanentes e a disponibilidade com que sempre acompanhou o meu trabalho.

À Direcção-Geral de Reinserção Social agradeço a autorização para a recolha dos dados. Ao Dr. Paulo Rio, à data Director do Centro Educativo Navarro de Paiva, e a todo o *staff* do Centro agradeço a disponibilidade e o acesso aos quotidianos institucionais. Às coordenadoras das Equipas Tutelares Educativas 1 e 2 de Lisboa e ao pessoal técnico, agradeço a cordialidade com que me receberam, a disponibilidade manifestada e as “longas conversas” que tivemos. Estendo este agradecimento a todos/as os/as profissionais e instituições que permitiram as primeiras aproximações ao terreno, especialmente ao Lar Especializa Casa da Aguieira. A disponibilidade demonstrada e os conhecimentos partilhados foram inestimáveis.

Um agradecimento especial às jovens que participaram neste estudo. Os retalhos de vida que partilharam comigo ficarão impressos na memória deste trabalho.

À minha família e aos meus amigos. Não há nada como vos ter, da forma como nos temos. Chegar ao fim deste longo percurso teria sido muito difícil sem o apoio que sempre me transmitiram e sem as palavras de estímulo que nunca se esgotaram. Agradeço terem suportado as minhas ausências e impaciências.

Nada na vida conquistamos sozinhos. O caminho é feito de pessoas. Se é verdade que umas entram e outras saem, todas construíram comigo esse caminho. Obrigada.

*“Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim” (Sartre, 1987)*



*As perguntas mais simples são as mais profundas.  
Onde nasceste? Onde vives?  
Para onde vais?  
O que estás a fazer?  
Pensa nelas de vez em quando e  
observa como as tuas respostas mudam*

Richard Bach, *Ilusões*





## RESUMO

### **Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina**

Esta dissertação procura entender a problemática da delinquência juvenil feminina, especificamente as experiências e os significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas institucionais ou na comunidade.

A relevância social do tema é indissociável da sua construção social e científica. Objecto de invisibilidades, a delinquência juvenil no feminino tem sido remetida para nota de rodapé, o que tem tido consequências quer no campo conceptual, quer no campo das práticas. Retratada como vítima, torna-se invisível como agressora e, quando surge no quadro da delinquência, perpetua imagens e representações estereotipadas, eivadas de interpretações que sugerem a biologização, a sexualização, a patologização e a masculinização dos seus comportamentos. Adoptando uma postura crítica relativamente a estas lógicas, sublinha-se a importância de olhar a figura feminina não apenas como vítima, mas também como sujeito activo na construção da própria vida, destacando como uma literatura mais sensível ao género permite, através das vozes femininas, compreender as histórias de vida que as colocam em risco de delinquir.

É na sequência deste posicionamento e do pressuposto de que os sentidos da transgressão são conjuntamente construídos e modificados durante o processo de interpretação desenvolvido no contexto de interacção social, que o enfoque qualitativo- interpretativo, privilegiado neste estudo, esteve fundamentado epistemologicamente numa visão construtivista da realidade, (re) lida nas interfaces de três principais abordagens teóricas: interaccionismo simbólico, teorias da acção estruturada e perspectivas feministas.

Assumindo como referente empírico as jovens internadas em Centro Educativo e a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas da área da Grande Lisboa, analisaram-se 27 processos individuais, que estruturaram a caracterização sociológica da população em estudo, e realizaram-se 19 entrevistas que permitiram, através da construção narrativa, fazer emergir os sentidos e significados das experiências transgressivas nos diferentes contextos interactivos. Do cruzamento destas duas técnicas construíram-se retratos sociológicos e das análises de conteúdo e de discurso acedeu-se às densidades biográficas que permitiram explorar os discursos dominantes em relação à transgressão e traçar quatro perfis de percursos transgressivos: *transgressão enfatizada (por revolta e por escalada)*, *transgressão rebelde*, *transgressão - influência* e *transgressão circunstancial*.

Ao descrever os diferentes tipos de percursos e de jovens associados a cada contexto alerta-se para a importância de pensar a delinquência juvenil feminina como heterogénea e propõe-se uma superação conciliadora da dicotomia vitimação vs agencialidade em duas direcções: 1) ao dimensionar as jovens como sujeitos sociais abre-se o olhar para a forma como elas constroem os diferentes espaços de agencialidade, em contextos de construção social e acumulação de riscos; 2) e rompendo com as lógicas fatalistas que transformam as raparigas em vítimas eternas da sua “condição feminina”, ao mostrar que as jovens procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando “outras” feminilidades, e que a transgressão feminina é, também, um processo de escolha que vê nascer outras motivações.



## ABSTRACT

### **The paths of Alice through the looking glass: Discourses and trajectories in female juvenile delinquency**

This dissertation attempts to understand the problem of feminine juvenile delinquency, more particularly, the experiences and the meanings of transgression in the pathways of the lives of girls, in compliance with educational court orders executed in a juvenile detention centre or in the community.

The social relevance of this theme is inseparable from its social and scientific construction. A subject of invisibility, female juvenile delinquency has been put aside; this has resulted in consequences at both the conceptual level as well as in the practical area. Portrayed as a victim, female delinquents becomes invisible as aggressor and when they appears within the framework of delinquency, they perpetuates a stereotyped image beset with interpretations in which the biologization, sexualisation, pathologizing and masculinization of their behaviour appears. In adopting a critical position regarding this logic, one must highlight the importance of seeing the female figure not only as a victim, but also as an active subject in the construction of her own life through female voices, by attempting to understand the life stories which generate the risk of delinquency.

It is in the sequence of this position, and the presupposition that the ideas of transgression are jointly constructed and modified during the process of interpretation developed in the context of social interaction, that the qualitative-interpretative focus, favoured in this study was based on an epistemological constructive view of reality. This was (re)read on the interfaces of the three main theoretical approaches: symbolic interactionism, theories of structured action and feminist perspectives.

The empirical referent of this study included girls admitted to an juvenile detention center and complying educational court orders in the community under the supervision of Youth Probation Teams of the Greater Lisbon area. The sociological characterization of the study population was inferred from the 27 individual cases analyzed and the 19 interviews which have, through the narrative construction, bring out the meanings of transgressive experiences in interactive contexts. The crossing of these two techniques allowed building sociological portraits and the content and discoursing analysis allowed the access to the biographical densities that made possible the exploration of the dominant discourses related with transgression. One was also able to draw up four transgression routes: *emphasized transgression (by anger and in spiral)*, *rebellious transgression*; *transgression – influenced and circumstantial transgression*.

In describing the different types of routes and the young girls associated with each context, we are alerted to the importance of considering female juvenile delinquency as heterogeneous and attempt to overcome the dichotomy of victimization vs agency in two ways: 1) by defining youths as social subjects, one becomes aware of the way in which they construct different spaces of agency, in contexts of social construction and the accumulation of risks; 2) and breaking away from the fatalistic logics which transforms girls into eternal victims of their “female condition”, by showing that young women seek to conquer the space that is open to them, legitimizing other femininities, and that female transgression is also a process of choice which generates other motivations.



## ÍNDICE GERAL

|   |      |
|---|------|
| Agradecimentos  | v    |
| Resumo  | ix   |
| Abstract  | xi   |
| Índice de Gráficos, Quadros, Tabelas e Figuras  | xvii |
| Índice de Siglas  | xix  |
| Notas prévias   | xxi  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>   Dos rumores aos rumos   | 1    |
| <b>I PARTE</b>  |      |
| <b>ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, TEÓRICO E METODOLÓGICO:<br/>PARA A CONTRUÇÃO DE UMA PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA</b>     |      |
| <b>CAPÍTULO 1</b>   <b>Delinquência juvenil feminina: a construção social do objecto</b>                          | 11   |
| <b>Síntese</b>  |      |
| <b>1.1.</b> Feminilidades juvenis e delinquência(s): construção de um mosaico conceptual                          | 11   |
| 1.1.1. Ser jovem (e) rapariga   | 12   |
| 1.1.2. A elasticidade do conceito de delinquência juvenil: das fronteiras do conceito às fronteiras da realidade. | 21   |
| <b>1.2.</b> Construindo e desconstruindo a (in) visibilidade social do fenómeno                                   | 28   |
| 1.2.1. “Quem cala consente”: adentramentos ao tema  | 28   |
| 1.2.2. (Des) construindo invisibilidades: estão as raparigas mais violentas?                                      | 32   |
| 1.2.3. Reconstruindo invisibilidades... no contexto português.  | 36   |
| <b>CAPÍTULO 2</b>   <b>Olhares teóricos sobre a presença feminina na “delinquência juvenil”</b>                   | 51   |
| <b>Síntese</b>  |      |
| <b>2.1.</b> Construção da delinquência (juvenil) feminina na sociologia do crime                                  | 51   |
| 2.1.1. Teorias masculinas para vidas femininas  | 53   |
| 2.1.2. Quando a figura feminina é protagonista...   | 58   |
| 2.1.3. Reconstrução dos discursos sobre a figura feminina: entre a vitimação e                                    | 63   |

|   |            |
|---|------------|
| a agencialidade   |            |
| <b>2.2. Idiossincrasias da “delinquência juvenil” feminina: para onde apontam os estudos</b>  | <b>71</b>  |
| 2.2.1. Diferenças de género nas expressões da transgressão: factores que colocam as raparigas em risco de desenvolver comportamentos delinquentes | 71         |
| 2.2.2. Porque são as necessidades das raparigas diferentes?   | 75         |
| 2.2.3. Que caminhos de prevenção e intervenção?   | 87         |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO 3   Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos</b>  | <b>91</b>  |
| <b>Síntese</b>  |            |
| <b>3.1. Eixos conceptuais estruturantes da investigação</b>   | <b>91</b>  |
| 3.1.1. No trilho do quotidiano: trajectórias, fronteiras e margens  | 91         |
| 3.1.2. Experiências, interacções e estruturas: a delinquência como acção estruturada  | 96         |
| 3.1.3. Performatividades de género e delinquência   | 101        |
| <b>3.2. Fundamentação do Método</b>   | <b>104</b> |
| 3.2.1. Investigando a delinquência feminina através da construção narrativa: desafios, opções e problemas metodológicos                           | 105        |
| - A opção por metodologias qualitativas   | 105        |
| - Métodos de recolha e análise dos dados  | 109        |
| - Considerações éticas  | 113        |
| 3.2.2. Incurções metodológicas no terreno: (re) construções das condições de pesquisa   | 114        |
| - Aproximações ao terreno...  | 115        |
| - Apresentação ‘formal’ dos contextos de observação   | 124        |
| - Já no terreno...primeiro estranha-se, depois entranha-se  | 128        |
| <br>  |            |
| <b>II PARTE</b>   |            |
| <b>ACTORES, DISCURSOS E PERCURSOS: UM OLHAR DE DENTRO</b>   |            |
| <br>  |            |
| <b>CAPÍTULO 4   Perfil sociológico da população em estudo</b>   | <b>139</b> |
| <b>Síntese</b>  |            |
| <b>4.1. Caracterização das jovens com Medidas Tutelares Educativas</b>  | <b>139</b> |
| 4.1.1. Caracterização sócio-demográfica   | 141        |
| 4.1.2. Percursos institucionais e situação jurídico-legal   | 145        |
| 4.1.3. Família: estruturas e dinâmicas  | 155        |

|  |     |
|--|-----|
| 4.1.4. Percursos escolares   | 163 |
| 4.2. Selecção das jovens para entrevista: dando um nome às protagonistas   | 169 |
| <b>CAPÍTULO 5   Os cenários interactivos da vitimação e da transgressão: na periferia das cumplicidades</b>                                      | 175 |
| <b>Síntese</b>   |     |
| <b>5.1. Razões que facilitam a entrada das jovens no mundo da delinquência: ‘nós’ de vida comuns</b>   | 175 |
| 5.1.1. O puzzle familiar: quando as peças faltam   | 176 |
| 5.1.2. A Escola: uma vitrina de insucessos   | 199 |
| 5.1.3. As <i>contexturas</i> da amizade e do namoro: as influências e experimentação do risco  | 202 |
| <b>5.2. Experiências e significados da transgressão</b>  | 215 |
| 5.2.1. No trilho da infracção  | 215 |
| 5.2.2. Reflectindo as coisas que fizemos...  | 222 |
| <b>CAPÍTULO 6   Itinerâncias e errâncias: densidades biográficas, lógicas de trajectória e dinâmica das escolhas</b>                             | 231 |
| <b>Síntese</b>   |     |
| <b>6.1. No espelho das vidas contadas: diferentes percursos, diferentes discursos</b>  | 231 |
| 6.1.1. Porque há outras vozes com quem se fala: os retratos sociológicos e os repertórios interpretativos  | 232 |
| 6.1.2. Pelas próprias palavras...  | 234 |
| <b>Retrato 1: Elisabete, 14 anos</b>   |     |
| <i>Fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti</i>                                   | 235 |
| <b>Retrato 2: Joana, 15 anos</b>   |     |
| <i>Andava por lá [bairro]...com os meus amigos... passeávamos o dia sem fazer nada... fumar e quê!!!... não nos cansávamos de não fazer nada</i> | 236 |
| <b>Retrato 3: Célia, 17 anos</b>   |     |
| <i>Então... tinha de arranjar uma maneira de pôr fim àquilo...e foi o que me veio à cabeça! Fugi...</i>  | 238 |
| <b>Retrato 4: Inês, 17 anos</b>  |     |
| <i>Mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, não... não faz sentido... não tem sentido</i>   | 240 |
| <b>Retrato 5: Verónica, 16 anos</b>  |     |
| <i>Tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada</i>   | 242 |



|  |     |
|--|-----|
| <b>Retrato 6: Sônia, 18 anos</b><br><i>Comecei a fazer porcarias, a falar mal aos meus pais, a tratar mal os meus pais. Foi tudo por causa dele...</i>             | 243 |
| <b>Retrato 7: Anabela, 17 anos</b><br><i>Mas nessa noite a minha mãe começou a beber e num sei quê e eu saí. E foi logo com pessoas que eu não devia ter saído</i> | 245 |
| <b>6.2.</b> Ditos, interditos e não-ditos: elementos para a compreensão dos discursos  | 246 |
| <b>6.3.</b> Das práticas discursivas sobre transgressão aos percursos transgressivos   | 256 |
| 6.3.1. Transgressão enfatizada   | 263 |
| 6.3.2. Transgressão - rebelde  | 265 |
| 6.3.3. Transgressão - influência   | 266 |
| 6.3.4. Transgressão circunstancial   | 268 |
| 6.3.5. Enlaçando pontas soltas   | 270 |
| <b>CONCLUSÕES</b>   Finalizando e repensando   | 275 |
| <b>Referências Bibliográficas</b>  | 293 |
| <b>Anexos</b>  |     |
| Anexo 1 – Termo de consentimento informado   |     |
| Anexo 2 – Grelha de análise de processos individuais   |     |
| Anexo 3 – Guião da entrevista  |     |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|                  |  |     |
|------------------|--|-----|
| <b>Gráfico 1</b> | Evolução das medidas tutelar educativas aplicadas às raparigas, entre 2002 e 2009  | 46  |
| <b>Gráfico 2</b> | Evolução das medidas tutelares educativas e de internamento  | 47  |
| <b>Gráfico 3</b> | Medidas em Execução no âmbito do Tutelar Educativo em 2009   | 125 |
| <b>Gráfico 4</b> | Idade das jovens em Centro Educativo, à data do estudo (Novembro de 2008) e comparado com as estatísticas (31-12-2007) (%) | 142 |
| <b>Gráfico 5</b> | Idade das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)  | 143 |
| <b>Gráfico 6</b> | Nacionalidade das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)  | 144 |
| <b>Gráfico 7</b> | Tipos de ilícito das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)   | 153 |
| <b>Gráfico 8</b> | Escolaridade das jovens à data de início de execução da medida (%)   | 169 |

## ÍNDICE DE QUADROS

|                 |  |     |
|-----------------|--|-----|
| <b>Quadro 1</b> | Género e prevalência de comportamento delincente   | 38  |
| <b>Quadro 2</b> | Mitos e Realidades sobre raparigas agressivas e violentas  | 88  |
| <b>Quadro 3</b> | Breve caracterização das jovens acolhidas na Casa da Agueira, em Fevereiro de 2008   | 118 |
| <b>Quadro 4</b> | Horário das Unidades Residenciais do Centro Educativo Navarro de Paiva   | 127 |
| <b>Quadro 5</b> | Caracterização dos percursos institucionais e situação jurídico-legal das jovens em Centro Educativo, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos   | 145 |
| <b>Quadro 6</b> | Percursos institucionais das jovens em Centro Educativo  | 146 |
| <b>Quadro 7</b> | Caracterização dos percursos institucionais e situação jurídico-legal das jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, Lisboa, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos | 150 |
| <b>Quadro 8</b> | Caracterização familiar das jovens em Centro Educativo, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos   | 155 |
| <b>Quadro 9</b> | Caracterização familiar das jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, Lisboa, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos   | 158 |

|                  |   |     |
|------------------|---|-----|
| <b>Quadro 10</b> | Percurso escolar das jovens em Centro Educativo, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos   | 164 |
| <b>Quadro 11</b> | Percurso escolar das jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, Lisboa, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos | 166 |
| <b>Quadro 12</b> | Quadro síntese – Percursos de transgressão  | 262 |

### ÍNDICE DE TABELAS

|                 |   |     |
|-----------------|---|-----|
| <b>Tabela 1</b> | Evolução dos números da “delinquência juvenil” em Portugal, de 2001 a 2009                                  | 44  |
| <b>Tabela 2</b> | Evolução das medidas tutelar educativas entre 2002 e 2009, por género                                       | 46  |
| <b>Tabela 3</b> | População-alvo distribuída pelos contextos de observação e por procedimento metodológico (em Novembro 2008) | 140 |
| <b>Tabela 4</b> | Jovens existentes em Centros Educativos, em 31 de Dezembro de 2007, segundo o motivo de intervenção         | 148 |

### ÍNDICE DE FIGURAS

|                 |  |    |
|-----------------|--|----|
| <b>Figura 1</b> | Dados sobre a violência no feminino  | 49 |
| <b>Figura 2</b> | A produção do desvio feminino, segundo Edwin Schur   | 57 |
| <b>Figura 3</b> | Modelo de relacionamento entre papéis de género tradicionais, oportunidade, controlos sociais e delinquência | 60 |
| <b>Figura 4</b> | Factores de risco da “delinquência juvenil”, construído na base do modelo ecológico                          | 74 |

## ÍNDICE DE SIGLAS

- CAT** – Centro de Acolhimento Temporário
- CEF** - Cursos de Educação e Formação
- CPCJ** - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
- DGPJ** – Direcção-Geral da Política da Justiça
- DGRS** – Direcção-Geral de Reinserção Social
- EFA** – Educação e Formação de Adultos
- IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IVG** – Interrupção Voluntária da Gravidez
- LIJ** – Lar de Infância e Juventude
- LPCJP** – Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens
- LTE** – Lei Tutelar Educativa
- MCG** – Medida Cautelar de Guarda
- OPJ** – Observatório Permanente da Justiça Portuguesa
- PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PIEF** - Programa Integrado de Educação e Formação
- RASI** – Relatório Anual de Segurança Interna
- RSI** – Rendimento Social de Inserção
- TPRS** - Técnicos Profissionais de Reinserção Social
- TSRS** - Técnicos Superiores de Reinserção Social



## NOTAS PRÉVIAS

*“Certo dia, Ananse Kofrofu, a grande aranha de respeitável memória, começou a preocupar-se com o estado em que se encontrava a sabedoria do mundo. (...), embora as gerações de então não tivessem entendimento para respeitar como deviam a sabedoria, as gerações do futuro, dizia Ananse, ficariam satisfeitas por utilizar tudo quanto pudessem dela. Por isso, decidiu reunir toda a sabedoria do mundo e guardá-la em segurança no cimo de uma árvore. Dizem os mais velhos que, a certa altura, Ananse conseguiu acabar de recolher toda a sabedoria do mundo. Meteu-a numa cabaça e começou a trepar a uma enorme palmeira. Mas, a meio do caminho, viu-se atrapalhado: tinha amarrado a cabaça à sua frente e esta dificultava-lhe a subida. Nesta altura, o seu filho Ntikuma, que estava a olhar para ele lá de baixo, gritou numa voz jovem e aguda: ‘Pai, se tivesses contigo toda a sabedoria do mundo, terias atado a cabaça às costas’. Isto era de mais até para Ananse, que estava cansado de longos trabalhos. Num acesso de mau humor, desatou a cabaça e atirou-a ao chão. A cabaça partiu-se e a sabedoria espalhou-se por toda a parte. Algum tempo depois, os que tinham aprendido a lição aproximaram-se e começaram a meter nas suas próprias cabaças tudo o que conseguiam encontrar; isto explica porque é que poucas pessoas têm muita sabedoria, outras têm pouca e muitas não têm nenhuma”<sup>1</sup>*

Temos a tendência para nos inclinarmos sob assuntos que nos toquem de algum modo e, neste sentido, a primeira nota prévia enquadra a opção pelo objecto de estudo. *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina* - é o resultado de uma preocupação social com a construção das (in) visibilidades de género na delinquência juvenil e de um percurso académico e de investigação voltado para as áreas do crime, do desvio e das marginalidades. Sem ter a pretensão de Ananse, mas também sem desanimar nos “acessos de mau humor”, aproveitei todos os conhecimentos que fui adquirindo, nesta minha caminhada paralela de discente, docente e investigadora, para elaborar uma tese sobre delinquência juvenil feminina. Um ‘relatório de aprendizagem de sociologia’ que possibilitou o aprofundamento de um olhar sobre a realidade... mas um olhar implicado, que pressupõe que se “o olhar transporta para a imagem daquilo que é olhado um pouco da pessoa que olha, se o olhar transporta para a imagem a relação entre o que vê e o que é visto, deduz-se que ver é relacionar-se” (Soares, Bill e Athayde, 2005: 173)

Sabemos todos muito pouco sobre a delinquência juvenil no feminino e menos ainda sobre os sentidos e os significados que as experiências transgressivas e os percursos delinquentes têm nas suas vidas. Este pouco conhecimento não deixa de ser um sintoma da falta de interesse que marca algumas áreas da sociologia. Pretende-se que esta investigação possa diminuir estas ausências e contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, tendo sempre presente que “o importante é fazer insinuar o social (...) em vez de fabricar a ilusão da sua posse” (Pais, 2002: 30). As cabaças de sabedoria existentes sobre esta problemática são ainda insuficientes. Umhas com mais, outras com menos informação, mas todas elas me auxiliaram nesta caminhada. Espero que com o contributo da minha se traga mais informação porque, se não conhecemos toda a verdade, podemos pelo menos apurar o que vai faltando, alertados, como Ananse, na compreensão de que ninguém pode saber tudo.

<sup>1</sup> Davidson, Basil (1969), *Os africanos: uma introdução à sua história cultural*. Lisboa: Edições 70, 17-19

Uma segunda nota prévia pretende enquadrar a escolha do título desta tese. Um título que pode ser sugestivo para mentes curiosas e inspirado nas *aventuras de Alice*<sup>2</sup>, cuja protagonista, entediada com o mundo que a rodeia, condensa uma vontade humana de romper com o pré-estabelecido. Entrando no *mundo imaginário dos contrários*, Alice experiencia novas realidades que são assumidas com tom de aventura. Para algumas interpretações, as *aventuras de Alice* pretendem retratar as dificuldades e as transformações da/na adolescência, trazendo à discussão as batalhas travadas por inúmeras raparigas com relação aos destinos da sua feminilidade.

Sem nenhuma pretensão comparativa, mas apenas inspiradora, este título enforma os “sentidos” da tese, ao permitir:

- 1) Enquadrar a postura de descoberta que foi assumida nesta investigação. Tornando dinâmicas percepções estáticas, quis-se captar trajectórias indeterminadas e pouco prováveis, aparentemente imprudentes e raras, por não serem coerentes com o espaço fabricado das prescrições sociais.
- 2) Entrar nos mundos desviantes, que são percebidos pela sociedade como mundos contrários, pelos olhos e através das vozes das suas protagonistas. Se, nas *aventuras de Alice*, todos os eventos da trama se constituem em jogadas onde vão surgindo novos personagens instigantes e enigmáticos que fazem com que Alice tenha ainda mais curiosidade em avançar no “bosque desconhecido”, também as jovens participantes neste estudo nos dão a conhecer o “enorme tabuleiro de xadrez” que é as suas vidas. Falam sobre os actores e os contextos interactivos onde desenvolvem as suas práticas transgressivas e como eles são modeladores dessas práticas. Falam das jogadas, das estratégicas, dos azares e dos imprevistos. E fazem-nos construindo subjectivamente as suas experiências, pela (re) elaboração discursiva, colocando em movimento os repertórios interpretativos, cultural e temporalmente situados, e dando conta da heterogeneidade de caminhos possíveis. Para (sobre) viver nestes espaços de contrários parece ser necessário estar, constantemente, a reformular conceitos e comportamentos, a adaptar-se às situações e a explorar as suas capacidades;
- 3) Traçar um retrato das jovens em conflito com a lei. *Quem és tu?* Perguntou a Lagarta a Alice. – *Eu... agora neste momento nem sei, o que eu era quando me levantei esta manhã, mas acho que devo ter mudado várias vezes desde essa altura...* Uma questão de difícil resposta, mas que teve de ser colocada à realidade em estudo e que permitiu fazer não só uma caracterização das jovens, mas também, retratar as trajectórias de vida, os percursos transgressivos e as “mudanças de tamanho” que caracterizaram as suas experiências e os modos como se relacionam consigo e com o Outro.
- 4) Abrir espaços de leitura críticos e desafiadores para o conhecimento e para a intervenção. Assim como o autor das aventuras de Alice pretendia que as suas narrativas fossem um contraponto às histórias edificantes e moralistas da Inglaterra vitoriana, pretende-se que o carácter exploratório desta tese venha desocultar uma realidade que tem sido negligenciada. É fundamental continuar a desmistificar ideias e a desconstruir estereótipos.

---

<sup>2</sup> Carroll, Lewis (2000 [1865]), *Alice no País das Maravilhas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Carroll, Lewis (2007 [1871]), *Alice do Outro Lado do Espelho*. Lisboa: Relógio D'Água Editores

## INTRODUÇÃO | Dos rumores aos rumos

*Quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte, mas furta a presença* (Soares, Bill & Athayde, 2005: 167)

### A necessidade de investigação

“Dois casos em menos de uma semana fizeram soar os alarmes. Primeiro foi Filipa, 13 anos, pontapeada brutalmente em todo o corpo, inclusivamente no rosto e na cabeça, por uma rapariga de 15 e outra de 16. Depois foi Bruna, 14 anos, agredida 17 vezes com um x-acto por uma rapariga de 17, em Mem Martins. Os jovens estão mais violentos? Foi tudo um alarme provocado por uma intensa atenção dos *media*? Ou a sociedade tem estado de olhos fechados para a violência juvenil?”<sup>3</sup>. As notícias sobre o fenómeno multiplicam-se e as manchetes são elucidativas: *Agressoras de adolescente já identificadas*<sup>4</sup>; *Agressões entre adolescentes. As mulheres agora batem como homens?*<sup>5</sup>; *30 raparigas em prisões de menores*<sup>6</sup>; *Mais filmes de ódio entre raparigas - outros casos de violência brutal entre miúdas*<sup>7</sup>. Parece ter-se instalado mais um alarme social<sup>8</sup>: os jovens estão mais violentos e, se antes eram só os rapazes, agora também são raparigas. As opiniões proliferam pelos diferentes meios de comunicação social. Os sentimentos de indignação ecoam nas expressões de que vivemos em sociedade permissivas e com falta de valores, de que a Família e a Escola não têm sido contentoras e que têm falhado nos planos de integração, ou apontando o dedo para a violência gratuita que é veiculada pelos *mass media*. Adensam-se os discursos de “tolerância zero”, mas a questão parece

---

<sup>3</sup> *Jornal i*, de 1 de Junho de 2011.

<sup>4</sup> *Jornal de Notícias*, de 25 de Maio de 2011.

<sup>5</sup> *Jornal i*, de 1 de Junho de 2011.

<sup>6</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 2011.

<sup>7</sup> *Sábado*, n.º 370, 2 a 8 de Junho de 2011.

<sup>8</sup> Esta ideia de alarme social surge associada ao conceito de *moral panics* desenvolvido por Stanley Cohen (2002). O conceito de pânico moral expressa as manifestações de medo ou de receio colectivo em relação a determinados fenómenos ou grupos vistos ou percebidos como ameaças potenciais. A existência de medo não é suficiente para caracterizar uma situação de pânico moral, sendo necessária a existência de um agente supostamente responsável pela ameaça e uma avaliação/ reacção desproporcionada do fenómeno por observadores externos. Foi isso que o autor tentou mostrar quando estudou a reacção violenta dos meios de comunicação social, da polícia, do público e dos políticos em relação a um conjunto de distúrbios juvenis que atingiram uma cidade inglesa. Transformados em “criaturas do mal”, são considerados uma ameaça real aos valores e à segurança colectiva.



persistir. Esta tendência reflecte um aumento real da violência praticada por raparigas ou mudanças na reacção social ao comportamento destas?

A constatação de que se tem assistido a um crescimento na ocorrência de comportamentos transgressivos cometidos por raparigas, bem como a uma intensificação na opinião pública da noção de que estas se estão a tornar mais violentas e propensas à delinquência, não tem sido acompanhada de uma real atenção ao fenómeno, que continua a ser explicado a reboque da delinquência juvenil masculina. Argumentar a invisibilidade a que a delinquência feminina tem estado votada é um dos principais desafios que este tema coloca e que aqui devemos introduzir.

Em conformidade com alguns investigadores de diferentes áreas científicas (psicologia, criminologia, sociologia) e variados países (Shaw e Dubois (1995), Leschied, *et al.* (2000) no Canadá; Campbell (1984), Chesney-Lind (1997), Hoyt e Scherer (1998), Miller (2001), Steffensmeier *et al.*, (2003a, 2005), Zahn *et al.* (2008, 2010) nos EUA; Burman, Batchelor e Brown (2001, 2003) na Escócia; Gelsthorpe e Worrall (2009), Arnull e Eagle (2009) na Inglaterra; Assis e Constantino (2001) no Brasil; Armott (2010) na Nova Zelândia), esta pesquisa pretende sublinhar a falta de investigação sobre o fenómeno da delinquência juvenil no feminino, atendendo às implicações desta invisibilidade nos campos conceptual e analítico, assim como nas dimensões práticas da intervenção. Tal como as teorias criminológicas foram inicialmente concebidas para explicar a delinquência dos rapazes, também o sistema judiciário foi pensado em função da realidade masculina. Então vejamos.

Embora as categorias de juventude, delinquência e género se entrecruzem, a pesquisa realizada tem mantido uma perspectiva de género “por defeito”, ou seja, quer nas (sub) culturas juvenis, quer na delinquência, estabelece-se a figura masculina como norma e invisibiliza-se a presença feminina. Retratada pelas características das feminilidades clássicas (branca, de classe média e heterossexual...) ou como vítima, a figura feminina torna-se invisível como agressora e, quando surge no quadro da delinquência, perpetua imagens e representações estereotipadas, eivadas de interpretações que sugerem a biologização, a sexualização, a patologização e masculinização dos comportamentos.

Isoladamente, as teorias não têm sido suficientes para explicar a complexidade do fenómeno, embora seja visível uma reconstrução discursiva em torno da figura feminina e a emergência de uma literatura mais sensível ao género. Tal tem revelado considerações importantes relativamente às diferenças de género nas expressões da transgressão. As

investigações (quantitativas e qualitativas) sobre este fenómeno não só têm produzido resultados contraditórios, como têm mostrado que esses resultados são insuficientes para a sua caracterização. A maior parte dos estudos realizados tendem a utilizar amostras mistas, sendo que existem poucos estudos que olhem para a questão da delinquência pela utilização apenas de amostras femininas. É um fenómeno que está em aberto numa multiplicidade de frentes.

Além do exposto, as estatísticas são parcas, não espelham a realidade e não estão discriminadas por género. As abordagens comparativas entre diferentes países têm sido o reflexo das lacunas apresentadas pelas estatísticas, das diferenças de classificação dos fenómenos e das diferentes molduras penais. A constante secundarização da delinquência juvenil feminina tem justificado, não só em Portugal mas também em outros países, a ausência de um enfoque autónomo no fenómeno, o qual surge quase sempre diluído em análises mais amplas sobre a delinquência juvenil.

É difícil teorizar sobre a figura feminina quando as palavras, as ideias e os conceitos estão enraizados em visões segmentadas e masculinas. Esta constatação reserva um outro desafio que se prende com as utilizações do conceito de delinquência juvenil, com os recortes conceptuais e com o questionamento das suas fronteiras, quando aplicado à realidade da transgressão feminina. Assumindo que o facto de qualificar alguém como delinquente releva de uma convenção jurídica e que, nesse sentido, o comportamento delinquente será tão variável como os contextos socioculturais e jurídicos onde está inserido, optou-se por utilizar o conceito de delinquência juvenil entre aspas. Conhecemos os jogos (sociais, culturais, político – ideológicos e económicos) que levam à etiquetagem e sabemos que nem todos os delitos e nem todas as pessoas adquirem essa identidade social (Becker, 1973); reconhecemos a interseccionalidade (Crenshaw, 2002) que constrói a realidade da delinquência juvenil; e temos presente a ambiguidade conceptual que tem resultado numa polissemia de propostas terminológicas - jovens delinquentes, infractores, em conflito com a lei, transgressores, desviantes, com perturbações de comportamento, entre outros - sem somar ao que precede o sem número de categorias de comportamentos que surgem dentro de cada uma destas propostas. Assim, importa precisar algumas das opções feitas no decorrer deste trabalho, levando em consideração a natureza do objecto de estudo e o seu aprofundamento ao longo da pesquisa. Foi-se reforçando a necessidade de:

- Entrecruzar definições mais restritas de delinquência com definições mais alargadas. As definições mais (r) estritas possibilitaram fazer o recorte da população a estudar, ao orientar a investigação para jovens que tivessem cometido facto qualificado pela lei como crime e, no caso português, que essa prática tivesse sido cometida entre os 12 e os 16 anos. A combinação de níveis de análise permitiria perceber lógicas de percurso ao captar comportamentos que procedem não apenas da violação do estabelecido em quadros jurídicos, mas também de outras actividades desviantes em relação às normas sociais onde as raparigas infractoras, segundo a literatura, tendem a construir parte dos seus mundos;

- Convocar leituras retrospectivas nos usos da noção de comportamentos transgressivos. Se a adolescência é um momento de subjectivação, este processo não é feito sem lutas e sem transgressões. Contudo, nem todos os comportamentos transgressivos cometidos pelos/as jovens são pré-delinquentes, nem engendam *de per se* delinquência<sup>9</sup>. Estas leituras pretendem, por um lado, ser um esforço que permita captar processos, lógicas e (in) coerências dos percursos transgressivos, os quais não podem ser lidos de forma linear uma vez que surgem de acumulações e articulações complexas; por outro lado, procuram resistir ao “encantamento” das leituras potencialmente sociocêntricas que tendem a dar precedência aos fenómenos de estruturação sobre os fenómenos de processo e às entidades sociais sobre os fenómenos relacionais que as constituem. Como nos alertam Soares, Bill e Athayth (2005: 209):

“... quando circunscrevemos determinado grupo ou indivíduo como vulnerável, exposto ao risco do envolvimento com a violência e o crime, nossa intenção é protegê-lo, (...) abrir-lhe alternativas, evitando a criminalização representativa que os estigmatiza (...) e condena ao círculo vicioso das profecias que se autocumprem. Nossa intenção é esta, mas frequentemente caminhamos sobre o fio da navalha, porque tangenciamos, nós mesmo e contra a vontade, a estigmatização e a criminalização”.

Além de pretender ser um contributo para desocultar essas invisibilidades, esta pesquisa aspira, também, construir uma entrada teórica e metodológica sensível à situação de vida das raparigas, quer na dimensão das experiências, quer na forma discursiva como é dado sentido a essas experiências. Esta opção serviu três principais propósitos.

---

<sup>9</sup> Se, como mostra Le Blanc (2008:302) “80% dos adolescentes cometem, anualmente, actos que poderiam conduzi-los aos Tribunais de Família e Menores (...), essa distribuição em L, cuja base horizontal é alongada, indica que a maioria dos adolescentes comete muitos poucos actos delinquentes e que uma fraca minoria é responsável por muitos”. Esta hipótese tem sido aventada em vários estudos epidemiológicos sobre comportamentos desviantes

Primeiro, responder à propalada insuficiência de estudos que descrevam os cenários vivenciais e quotidianos de jovens delinquentes, analisando o “acidental sem descurar o substancial” (Pais, 2005a: 291). Sabemos o impacto que o fenómeno da delinquência e violência juvenis têm adquirido no discurso público e mediático, o que, associado à necessidade de conhecer melhor as causas do fenómeno para repensar o sistema das políticas de prevenção, intervenção e reinserção social, contribuíram para dar maior visibilidade a estudos que procuram encontrar regularidades e estabelecer relações directas entre as práticas delinquentes e as condições sociais de existência. A importância em elencar as causas não deve, contudo, ocultar a necessidade de compreender as lógicas da acção. Analisando a forma como os indivíduos se apropriam, legitimam ou quebram os modelos culturais dominantes e, dessa forma, constroem os seus projectos e percursos de vida, é possível compreender as suas perspectivas sem cair necessariamente no discurso que os reduza a vítimas eternas das condições materiais em que vivem.

Segundo, romper com o duplo silenciamento a que a figura feminina tem estado votada na esfera da delinquência. Silenciamento por serem raras as vozes femininas, até mesmo quando os conhecimentos são sobre si próprias. É preciso observar, descrever e analisar o que as raparigas realmente fazem e pensam, em vez de escutar o que outros dizem que elas fazem e pensam. Só desta forma é possível dar voz àqueles/as que não a possuem por desígnios culturais. Silenciamento porque os sujeitos rotulados como delinquentes raramente são credíveis e, por isso, são remetidos para as margens.

Terceiro, fazer dialogar narrativas individuais com o debate em torno do binómio - vitimação e agencialidade. Foram as suas “vozes”, ao não reproduzir os discursos tradicionais sobre a delinquência feminina e ao mostrar a pluralidade de discursos e percursos de transgressão, que orientaram a procura de diversos campos bibliográficos e exigiram o constante “manejar [quer] da lupa, para aceder ao tantas vezes decisivo detalhe, quer o telescópio, para apreender configurações que só se dão a ver à distância, e onde tantas vezes outro detalhe ganhará sentido” (Cunha, 2002: 20).

Todas estas inquietações atravessaram as diferentes fases da pesquisa e as relações com e sobre o objecto de estudo. Procurando responder à necessidade de produzir um conhecimento integrado e aprofundado sobre esta problemática, o estudo proposto nesta investigação cruza a caracterização sociológica do fenómeno, inexistente em Portugal à data do estudo, com uma compreensão mais aprofundada das suas dinâmicas. É importante que este fenómeno deixe de ser olhado pelo canto do olho e que se submeta à

prova científica. É essencial que o debate se abra, mas que seja baseado em argumentos racionais e conhecimentos profissionais e “não em estereótipos dos meios de comunicação social e em mitos urbanos” (Worrall, 2005: 82). Como refere Pais (2002: 71) “ao basear-se nos rumores quotidianos, a sociologia procura alcançar, através desses rumores, rumos processuais das sociedades e outras ordens de sentido da realidade”.

### **Focus da investigação**

Ao pretender aprofundar o conhecimento e contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, este é um estudo sobre *experiências e significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas*. A opção por este objecto de pesquisa implicou outros desafios que acabaram por se tornar razões acrescidas para a investigação: por um lado, estudar um tema pouco investigado em Portugal e, por outro, uma população de difícil acesso.

Assumindo como referente empírico as jovens internadas em Centro Educativo e a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas, da área da Grande Lisboa, desenvolveu-se uma estratégia de investigação intensiva-qualitativa que pretende: compreender os sentidos e os significados que constroem e atribuem à prática transgressiva nos seus percursos de vida; analisar os “itinerários biográficos” que sustentam as suas escolhas; e descortinar, a partir das suas experiências e olhares, os contextos interactivos onde se desenvolvem essas práticas.

Se fazer emergir sentidos e significados através da construção narrativa é um dos grandes propósitos desta investigação, este foi concretizado pela recolha e análise de histórias de vida e pela construção de retratos sociológicos, através da análise de processos individuais e de entrevistas qualitativas. Pretendia-se alcançar a compreensão sociológica dos contextos onde os percursos de vida das jovens se (re) configuram, sem perder de vista que as narrativas são interpretações subjectivas de experiências individuais de vida. Se a experiência é um envolvimento reflexivo e transformativo, narrar as experiências individuais permite não só aceder a acções e sentimentos veiculados por comportamentos, mas também à consciencialização da realidade, acedendo a modos de ver, reflectir e agir sobre o mundo.

É a partir do pressuposto de que os sentidos da transgressão são conjuntamente construídos e modificados durante o processo de interpretação desenvolvido no contexto

de interacção social que o enfoque qualitativo, privilegiado neste estudo, esteve fundamentado epistemologicamente numa visão construtivista da realidade, (re)lida nas interfaces de três principais abordagens teóricas que disponibilizaram conceitos e premissas metodológicas: interaccionismo simbólico, teorias da acção estruturada e perspectivas feministas. Embora situadas em níveis analíticos distintos, permitiram que o caminho se fizesse nas rotas do quotidiano e que, ao situar o debate na perspectiva do sujeito (feminino), não perdesse de vista que as subjectividades são permeadas pelas (im) possibilidades do espelho social que molda performances (de transgressão e de género).

### **Organização dos capítulos**

É com base nestas considerações que se estruturou e dividiu esta dissertação em duas partes, constituindo seis capítulos interdependentes, uma vez que no seu conjunto dão corpo à construção sociológica do fenómeno da “delinquência juvenil” feminina.

A primeira parte, pretendendo ser um roteiro de respostas possíveis à problemática em questão, dá conta das preocupações teórico-conceptuais e das escolhas teórico-metodológicas do projecto de pesquisa. No primeiro capítulo, intitulado *Delinquência juvenil feminina: a construção social do objecto*, faz-se uma aproximação ao tema através da discussão dos principais conceitos estruturantes: juventudes, feminilidades e delinquências. Além disso procede-se a uma análise e questionamento das (in) visibilidades sociais que têm sido construídas. Paralelamente, fez-se uma abordagem ao estado do conhecimento sobre o fenómeno em Portugal. No segundo capítulo - *Olhares teóricos sobre a presença feminina na “delinquência juvenil”* – são percorridos os principais quadros teóricos e percursos analíticos em torno do fenómeno com o objectivo de problematizar a sua construção científica, e é apresentada uma representação corrente da jovem delinvente, retratando, especificamente, que raparigas estão mais em risco de delinquir. No terceiro e último capítulo desta primeira parte, denominado *Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos*, delineam-se as considerações teóricas que descrevem o *corpus* de análise, justificam-se as escolhas metodológicas, descrevem-se os processos de investigação e contextualiza-se o espaço empírico da pesquisa.

A segunda parte, integrando a componente empírica deste trabalho, pretende dar-nos o olhar qualitativo, um “olhar de dentro” sobre a “delinquência juvenil” feminina. Cada um dos três capítulos que a compõem apresenta-se como o confronto e interpretação das narrativas e dos diálogos sobre percursos transgressivos, a partir de metodologias

específicas. Neste contexto, o quarto capítulo, intitulado *Perfil sociológico da população em estudo*, faz o retrato das jovens participantes a partir, fundamentalmente, da informação obtida da análise dos seus processos individuais. Mais do que um capítulo de caracterização, faz emergir outras linguagens: aquelas que são produzidas pelos principais agentes de controlo formal. O quinto e sexto capítulos, porventura os mais originais, começam a esboçar os traços definitivos de uma singularidade ao fazer emergir os sentidos e significados e ao dar voz às interpretações das entrevistadas sobre as suas vivências e experiências. Ao longo do quinto capítulo - *Os cenários interactivos da vitimação e da transgressão: na periferia das cumplidades* - são analisados os principais contextos onde se cruzam os diferentes percursos de vitimação e de transgressão. Aqui privilegiaram-se as recorrências dentro de esferas de vida específicas - a família, a escola e o grupo de pares -- e analisam-se as experiências e os significados que a transgressão assume para as jovens entrevistadas. O sexto capítulo, intitulado *Itinerâncias e errâncias: densidades biográficas, lógicas de trajectória e dinâmica das escolhas*, dialogando com as histórias individuais, explora os discursos dominantes em relação à transgressão e elabora perfis de percursos transgressivos.

As conclusões pretendem retomar as questões iniciais que orientaram a pesquisa, sistematizando e relacionando os principais resultados obtidos à luz das opções teóricas e dos procedimentos accionados. Desta retrospectiva não se dispensa um apontamento sobre as principais limitações da pesquisa que se encetou, bem como uma reflexão acerca dos novos problemas que a investigação suscitou, fazendo do próprio processo de pesquisa um questionamento aberto.

Não pretendemos com estes elementos de reflexão, aliás insuficientes para esgotar o problema, encontrar respostas definitivas para as questões levantadas. O que se propõe é uma reflexão que permita abrir espaços de leitura sobre a problemática da “delinquência juvenil” feminina, dando corpo ao carácter exploratório que reveste este trabalho. Sem antecipar conclusões, “é tempo, pois, de dar voz ao texto” (Sarmiento, 1994: 14).

## **I PARTE**

**ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL, TEÓRICO E  
METODOLÓGICO: PARA A CONTRUÇÃO DE UMA  
PROBLEMÁTICA SOCIOLÓGICA**





## **CAPÍTULO 1 | “Delinquência juvenil” feminina: a construção social do objecto**

*O tempo é o que dele fazemos e o espaço é um lugar praticado. Tempo e lugar são folhas em branco que só ganham sentido com a inserção, com as assinaturas que os indivíduos nelas fazem. (...). É justamente através desses contextos que podemos perceber as razões pelas quais os tempos e os lugares têm assinaturas distintas. (Pais, 2002: 138)*

---

**Síntese:** Neste capítulo pretende-se fazer uma primeira aproximação ao tema da delinquência juvenil feminina, construindo conceptualmente o objecto de pesquisa em torno de dois grandes eixos. O eixo que põe em discussão os principais conceitos que estruturam o tema: juventudes, feminilidades e delinquências, e o eixo que questiona a (in) visibilidade da “delinquência juvenil” feminina. Estes eixos foram, sempre que possível, recontextualizados na realidade portuguesa, permitindo compor um retrato temático, espacio-temporalmente situado.

Assumidos como conceitos plurais, analisam-se os diferentes olhares e imagens a respeito da juventude; demonstra-se a ausência das raparigas nos estudos da juventude e como a investigação realizada sobre as culturas juvenis femininas, orientada predominantemente para a realidade da classe média, reflecte as marcas e especificidades sociais e culturais desses contextos, nem sempre aplicáveis a outras gramáticas sociais; e reflecte-se sobre a elasticidade do conceito de “delinquência juvenil” e os desafios que coloca quando a rapariga é o actor social.

A (in) visibilidade da “delinquência juvenil” feminina é analisada através da explicação dos processos de construção, desconstrução e reconstrução dessas invisibilidades. Construção, pela acção da comunicação social, das estatísticas e dos estudos científicos, que partilham da convicção de que os desvios juvenis femininos são poucos, pouco importantes e não constituem problema social. Desconstrução, pela crença de que as raparigas estão a tornar-se mais visíveis na cena da delinquência e que se alteraram algumas tendências e padrões de controlo social. Reconstrução, quando olhamos para as especificidades que surgem da análise do contexto português, que nos mostra que a realidade sobre a “delinquência juvenil” feminina tem sido pouco investigada quer ao nível da estatística, ainda pouco sensível às questões de género, quer no âmbito da realização e desenvolvimento de estudos.

### **1.1. Feminilidades juvenis e delinquência(s): construção de um mosaico conceptual**

A opção por estudar percursos de transgressão e subjectividades juvenis femininas encaminha-nos para uma discussão que faz entrecruzar três grandes conceitos repletos de

recortes, encruzilhadas e margens: juventude(s), feminilidade(s) e delinquência(s). Compreender como estas realidades se entrecruzam é uma forma de penetrar a invisibilidade do fenómeno em estudo, compreender como a figura feminina tem estado ausente das esferas da juventude e da delinquência, e romper com a ideia da homogeneidade das categorias. Não há juventude, mas juventudes, não há delinquência, mas delinquências, é-se rapariga/ mulher de muitas formas e jeitos. Diferentes posições que constroem uma diversidade de destinos e possibilidades. Conceitos plurais, como são plurais as vidas.

Construir uma definição de qualquer uma destas categorias não é fácil, principalmente pelo facto de se constituírem construções sociais, histórica e culturalmente situadas. São vários os autores que se têm debruçado sobre estes conceitos, trazendo contributos fundamentais, mas não é objectivo aqui recuperar essas discussões. É sim explicitar e circunscrever uma posição que dê conta desta diversidade de modos de ser, feito de pluralidades e diferenças.

Considerar a juventude como categoria plural e heterogénea (Pais, 1993) e tomar os/as jovens como sujeitos e actores do seu desenvolvimento ajudará a olhar para as reconstruções do papel e do estatuto do/a jovem, enquanto actor social, numa sociedade em mudança; a reconhecer que “o direito à experimentação, ao erro, à tolerância, que tanto se reclama para os jovens, não é seguramente reconhecido de igual modo aos adolescentes dos dois sexos” (Gersão, 1990: 51); e que as construções sociais da “infância” e da “juventude” condicionam as representações sociais da “delinquência juvenil” (Ferreira, 1997, Santos *et al.*, 2010;) e a elasticidade do seu conceito. É este o mosaico que se pretende construir.

### **1.1.1. Ser jovem (e) rapariga**

*Are girls, in fact, for reasons which we could discover, really not active or present in youth-sub-cultures? Or has something in the way this kind of research is done rendered them invisible? (McRobbie e Garber, 1975: 209)*

A juventude, como a conceptualizamos nos dias de hoje, é relativamente recente. Ao longo dos séculos, a noção de que existe uma fase entre a infância e a idade adulta foi sofrendo mutações, avanços e recuos. Como demonstra Áries (1981), na sociedade medieval não se fazia distinção entre o mundo infantil e o mundo adulto, e o indivíduo desenvolvia-se socialmente sem pôr em relevo as diferentes fases de transição. As

crianças eram olhadas mais “como versões pequenas e inadequadas dos adultos do que como seres com necessidades de protecção especial” (Ferreira, 1997).

As classificações sociais de adolescência e juventude, que ganham corpo na segunda metade do século XIX (Pais, 1990), surgem associadas ao desenvolvimento do conceito moderno de infância, emergente nas sociedades europeias do século XVII, e ao despertar da consciência social para os problemas e as tensões associadas a esta fase, vista como um período de transição e de desenvolvimento individual que envolve grandes mudanças físicas, comportamentais e identitárias. Se há um carácter universal que é dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, desde os trabalhos clássicos de Margaret Mead (1928) que sabemos ser variada a forma como cada sociedade gere esse momento e o representa<sup>10</sup>.

Como recorda Bourdieu (1993), juventude é “apenas uma palavra”, um conceito relacional, situado num contexto dinâmico, numa paisagem social de poder, conhecimento, direitos e noções culturais de agencialidade. As definições e noções de infância e juventude não podem basear-se apenas em aspectos cronológicos e biológicos. Variáveis como o género, a religião, a classe social ou a etnia desempenham um papel fundamental na definição de quem compõe as categorias de infância e juventude, sendo que este processo varia entre e dentro das sociedades, ao longo dos tempos (De Boeck e Honwana, 2005).

Por exemplo, no que se refere ao género, Áries (1981), chama a atenção para o factor de até o século XVII apenas os rapazes usufruíam do privilégio de uma boa formação escolar. Às raparigas estavam reservados os privilégios de uma educação que as preparasse para serem “boas mães” e “boas esposas”. A figura feminina tem estado ausente da história da cultura juvenil, por estar localizada fora da esfera pública. Se a juventude é definida como um processo de emancipação da família de origem e de construção identitária, para as raparigas a juventude parece consistir no trânsito de uma dependência familiar para outra, reduzido à esfera privada. Vistas como fenómenos exclusivamente masculinos, as culturas juvenis invisibilizaram a presença feminina.

Os olhares teóricos em torno da juventude e das culturas juvenis têm sido diversos e controversos (Fonseca, 2001). Além disso, têm espelhado a forma como o género não tem aparecido como categoria analítica relevante. Ressalvam-se as teorias culturais feministas

---

<sup>10</sup> Com base num trabalho de campo realizado em Samoa, a autora refuta o pressuposto generalista de que em todas as culturas a juventude revelava um comportamento social semelhante ao norte-americano. Todas as sociedades organizam a passagem da infância para a idade adulta de formas muito variadas, sendo o modelo ocidental, apenas um entre outros.

que, na diversidade de olhares, têm procurado pensar as experiências das mulheres e criticado os estudos culturais convencionais, por negligenciarem as divisões de género.

Segundo Pais (1990:140), estas teorizações têm oscilado entre duas grandes tendências: tomar a juventude como um conjunto de indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, compondo uma cultura juvenil específica; ou percepcioná-la como um conjunto social diversificado, perfilando diferentes culturas juvenis, em função das diferentes pertenças de classe, situações económicas, interesses, oportunidades ocupacionais, entre outros. Estes diferentes olhares têm disseminado uma série de imagens a respeito da juventude, que interferem na forma como entendemos os jovens. Estas imagens têm seguido uma certa lógica dicotómica:

- A juventude como *momento de crise vs tempo de liberdade*. Encontramos frequentemente na literatura estas duas representações: por um lado, a imagem da juventude como uma fase difícil marcada por conflitos. Uma idade aberta e vulnerável ao desvio (Ferreira, 2000), pelas especificidades do próprio desenvolvimento psicossocial juvenil, associado às ideias da ruptura, da inadaptação e da separação relativamente à família; por outro lado, a imagem da juventude como um tempo de liberdade, de prazer, de irresponsabilidade e de expressão de comportamentos extravagantes. Estas duas imagens, convivendo entre si, não deixam de explorar a condição de transitoriedade da juventude e a ideia desta como uma moratória social, em que o/a jovem explora, activamente, vários papéis e faz experimentações na procura de uma identidade. Esta procura, em regra, é feita através da interacção com os outros significativos, particularmente os amigos e grupos de pares que, nesta fase, e face ao desligamento relativo à dependência dos pais, assumem uma importância especial; e na conquista de autonomia que tende a expressar-se na capacidade de decidir e agir de acordo com as suas ideias e opiniões, numa série de aspectos relevantes da sua vida: saída com os amigos, férias, aparência, gestão de dinheiros, relações afectivas, entre outros (Simões, 2007).

- A juventude como *construtora vs transgressora* das normas sociais. “How can we understand children and youth as both *makers* and *breakers* of society, while they are simultaneously being *made* and *broken* by that society?” (De Boeck e Honwana, 2005: 2). Como construtores da sociedade, as crianças e jovens contribuem para definir as direcções da sociedade e (re)criar estruturas, normas e rituais, agindo como força política ou fonte de resistência e resiliência; mas enquanto transgressores, fracturam fronteiras e vidas, são vistos como desalinhados, confrontativos e exóticos, são juventudes-problema.

A categoria social de juventude é fundamental para compreender as variadas características das sociedades, o seu funcionamento e transformações. Por exemplo, como refere Machado Pais (1990: 143-144),

“... se, nos finais dos anos 60, a juventude era um «problema», na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações (...), a partir da década de 70 (...) a passagem de um período de expansão económica a um período de recessão terá sido, assim, acompanhada de uma mudança progressiva do tipo de problemáticas sociológicas dominantes (...): «problemas» económicos, como o aumento dos custos sociais do desemprego (...); mas também «problemas» sociopolíticos, já que longos períodos de desemprego poderão originar «descontentamentos» e estar na base de comportamentos «agressivos» ou «marginais» entre alguns jovens. (...)”.

O avanço da sociedade tecnológica tem alterado profundamente o estatuto dos jovens. E numa sociedade que se quer mais igualitária e democrática, os jovens estão cada vez mais dependentes do tipo e do volume de capital cultural, escolar, económico, social ou simbólico (Bourdieu, 1998a) adquirido ou herdado. Neste sentido, os problemas que afectam os jovens, não os atingem de igual forma, colocando-os em situações de risco, a vários níveis.

- A juventude como *anjos vs demónios*. Hannah Arendt, em 1972 (citada em Fávero *et al.*, 2007:18) dizia o seguinte: “... a criança precisa ser particularmente protegida e cuidada para evitar que o mundo possa destruí-la. Mas o mundo também tem necessidade de protecção, de forma a evitar que ele seja devastado e destruído pela onda de recém-chegados que o invade a cada nova geração”. As figuras da infância e da juventude, no imaginário ocidental, têm surgido como uma fase da vida que oscila entre a inocência e a vulnerabilidade, por um lado, e a ausência de padrões morais e o perigo da delinquência, por outro. O investimento cultural na ideia de que a infância é um estado de inocência, que deve ser celebrada e protegida, pode, efectivamente, contrastar com as noções de uma adolescência/ juventude difícil, fora do controlo e potencialmente perigosa, em regra demonizada e punida (Nayak e Kehily, 2008:7). A este respeito, De Boeck e Honwana (2005) consideram que:

“Children and youth are often perceived through opposition to adulthood and as ‘people in the process of becoming rather than being’. This view predominates in international law on children’s rights (Ennew, 2002). The need to establish global standards of child protection led to the universalization of a specific definition of childhood. Several international agreements define a child as anyone below the age of eighteen (UN Convention on the Rights of the Child...). Here, children

and youth appear as pre-social and passive recipients of experience. They are portrayed as dependent, immature, and incapable of assuming responsibility, properly confined to the protection of home and school (Thomas, 2000). This concept developed among the middle class in Europe and North America and has been universalized in such a way that youngsters who do not follow this path are considered either to be at risk or to pose a risk to society. (...) Parents who do not follow normative Western child rearing practices are immediately seen as irresponsible (Levine, Dixon et al., 1994)”.

Este debate tem enformado, ao longo dos tempos, as políticas de protecção da infância e da justiça juvenil (Gersão, 2000; Duarte-Fonseca, 2005), e tem criado categorias (delinquência juvenil, crianças de rua, crianças em risco, crianças em perigo...) e dualismos (vítima/ agressor; objecto/ sujeito...) para etiquetar as crianças e jovens “fora do lugar” (Connolly e Ennew, 1996 citados em Bordonaro, 2010).

Bordonaro (2010) mostra que o enfoque que tem sido dado à agencialidade e participação das crianças e dos jovens nas Ciências Sociais, desde os anos 90 (*cf.* Sarmiento e Pinto, 1997), produziu inúmeras críticas aos programas de intervenção social e de protecção da infância. Contudo, pouca investigação tem sido levada a cabo sobre o que isso significa, na prática, quando os sujeitos são crianças e jovens que ameaçam e confrontam a ordem moral e social existente. Neste sentido, questiona: quais são as consequências de reconhecer crianças e jovens como agentes quando o seu comportamento contrasta com as concepções normativas de infância e de juventude estabelecidas ao nível (inter) nacional?

Estas questões tornam-se ainda mais controversas se nela incluirmos a figura feminina. Embora juventude e género sejam categorias que se entrecruzam, os estudos realizados sobre juventude não têm tido uma perspectiva de género, e ignorar este aspecto implica correr o risco de criar uma categoria vazia de significados e analiticamente frágil.

Vimos que a tradição dominante tem sido a da ausência das raparigas nos estudos da juventude, que tem dado ênfase aos grupos masculinos, às preocupações masculinas e aos valores masculinos, mantendo as “feminilidades submersas numa condição universal (biológica e psicológica) de “adolescentes”, permanecendo distantes do “ideal cultural” de “individualidade autónoma” (Fonseca, 2009: 17).

Os poucos estudos realizados em torno das culturas juvenis femininas têm sido feitos, sobretudo, com jovens raparigas de classe média e pequena burguesia urbana de contextos anglo-americanos, reflectindo, deste modo, as marcas e as especificidades

sociais e culturais desses contextos, nem sempre aplicáveis a outras gramáticas sociais e geográficas (Alder e Worrall, 2004). Skeggs (2002 citado em Fonseca, 2009) dizia que “ser, tornar-se, praticar e fazer feminilidade são coisas muito diferentes para as raparigas de diferentes classes, raças, idades e nações” (p. 143). E se olharmos apenas para a forma básica clássica de feminilidade (branca, de classe média ...) estamos a descrever problemas " that are more linked to middle-class, white femininity than to the economically marginalized communities of the ‘violent’ girl of color” (Chesney-Lind e Eliason, 2006: 33). Além disso, a ideia que se generaliza nos anos 90 de que as raparigas estariam mais autónomas, torna-se problemática “porque sob o sucesso das “verdadeiras”, “fortes” e “poderosas” prevalece a anulação e posicionamento escondido e/ou marcado das Outras, em “risco”, “crise”, vulneráveis, “disfuncionais ou “desviantes”” (Fonseca, 2009: 14)

Vejamos as principais expressões destes pressupostos.

Duits (2008), ao revisitar os principais estudos sobre raparigas, evidencia que é, principalmente, a partir dos anos 80 que a inclusão das raparigas nas investigações sobre juventude prolifera. Este foi o período áureo das investigações sobre raparigas, que a autora qualifica como *feminism for girls*. Tinha o grande objectivo de educar e fazer crescer uma consciência feminista (Idem: 16), principalmente pelo questionamento das construções sociais desenvolvidas em torno da figura da rapariga – gentil, graciosa, ingénua, boa ou virtuosa, que representavam uma forma de controlo social e restrição da sua liberdade.

Este é um período que precede a era da *bedroom culture*, introduzida pelos trabalhos de McRobbie e Garber (1976), no Reino Unido, nos anos 70. Nesta altura, o ponto de partida das autoras foi o espaço social que as raparigas ocupavam na sociedade, em geral, especulando que a sua ausência nas subculturas podia estar relacionado com as questões de género e com a gestão do espaço público e privado. As raparigas tenderiam a estar mais na esfera privada, em oposição ao rapaz que se apodera da esfera pública e do espaço da rua. Ao transformar o quarto num espaço biográfico (Lincoln, 2001 citado em Nayak e Kehily, 2008: 53), onde desenvolvem um conjunto de actividades tradicionalmente femininas – experimentar roupas e maquilhagens, arranjar o cabelo, ouvir músicas, falar de rapazes...- desenvolvem essa cultura de quarto que epitomiza a marginalização das mulheres. Apesar desta constatação, McRobbie e Garber (1976) consideram que as análises não deveriam partir da marginalidade feminina, mas de uma



secundarização estruturada, por exemplo, se as raparigas são “marginais” no *rock*, na sexualidade ou na política, é provável que na sua vida, a vizinhança ou os clubes de fãs ocupem um lugar central na sociabilidade feminina (Muller, 2004: 6).

Em estudos mais recentes, McRobbie (1994) sugere que a relação entre as práticas de género e as estruturas sociais têm-se alterado muito desde os anos 70 e que se estão a alterar as formas de feminilidade, ajustadas à imagem de que as mulheres se movem das margens para o centro. Segundo Nayak e Kehily (2008), os estudos contemporâneos sobre adolescência feminina mostram que existem diferentes formas de se tornar rapariga e que a feminilidade já não é tão rigidamente definida ou associada ao espaço doméstico. A rapariga tem assumido um papel mais presente e activo. Ela aparece e a sua visibilidade é parte de uma *new girl order* (Idem: 61), que faz entrecruzar dois discursos contraditórios, mas que prevalecem em simultâneo (Aapola *et al.*, 2005; Harris, 2004 citada em Duits, 2008: 19-23): “*girl power*” vs “*girls at-risk*”.

O primeiro discurso, enquadrado no movimento pós-feminismo, celebra a posição da rapariga como sujeito, invocando a importância da assertividade e das expressões individualizadas de poder. Segundo Duits (2008: 21), “*girl power* celebrated girls and offered a message of girls in charge”. O segundo discurso destaca a vulnerabilidade das raparigas e os perigos que enfrenta na fase de crescimento, como a gravidez na adolescência, os consumos de drogas ou o envolvimento em práticas criminais e gangues. *Reviving Ophelia: saving the selves of adolescent girls*, 1994, escrito por Mary Pipher; *Queen Bees and Wannabes*, 2002, de Rosalind Wiseman ou *Odd Girl Out*, 2004, de Rachel Simmons, são o exemplo de obras que divulgaram este segundo discurso, mostrando como, quebradas as amarras do género, as raparigas começam, também, a conquistar as ruas.

Ambos os discursos, enfatizam novas feminilidades, marcadas por momentos de celebração, liberdade e divertimento, num contexto que apela à construção de sujeitos activos. Segundo Louro (2006), nas sociedades actuais deixamos de lado a “lógica do *ou* isso *ou* aquilo”, para ver que as “coisas, os sujeitos e as práticas podem ser, ao mesmo tempo, isso *e* aquilo”. Segundo a autora, as jovens urbanas das sociedades hodiernas, ao mesmo tempo que pretendem passar uma imagem de rapariga decidida, ágil nas respostas, pouco tímida, sem pudores e com grande à vontade com o seu corpo, identifica-se, também, com uma imagem de romântica, que adora peluches, e que se descreve como carinhosa, colocando a fidelidade e a sinceridade como valores fundamentais. Feminilidades fabricadas, com os recursos e marcas de uma cultura.

Segundo Duits (2008: 29), “rather than constructing girls (as *Ophelias*, as post-feminist victims, as neo-liberal subjects) and proscribing a new ‘nice feminist girl’ construct, girls’ studies should investigate how girls construct themselves”. Além disso, se é necessário perceber como as raparigas constroem essas feminilidades e questionam o discurso dominante, não se deve desconsiderar as formas em que essa autonomia é limitada (cf Capítulo 2). E que a análise das culturas juvenis, nos diferentes contextos sociais, impõe a procura de (novas) opções teóricas que se aproximem da realidade empírica dos/as jovens pesquisados/as.

Em Portugal, os estudos em torno das culturas juvenis femininas continuam a ser escassos e constroem-se ignorando as diferentes formas em que as jovens vivem e experienciam as suas vidas. Duarte-Fonseca (2000) defende que o olhar moralizador, característico dos países da Europa Sul, tem um denominador comum: manter a rapariga no espaço privado e dar mais liberdade aos rapazes. Este denominador comum parece reflectir-se, segundo Leote de Carvalho (2003), nas trajectórias de vida dos/as jovens. No seu estudo<sup>11</sup>, a autora mostra como as famílias se mobilizam “em função do género emergindo uma mais forte acção por parte de diversos membros da família de origem quando se trata de raparigas, ao contrário dos rapazes onde se revela muito mais diminuto esse papel...” (p. 241).

Tese reiterada, também, por Fonseca (2001), quando demonstra que as idiossincrasias das culturas juvenis femininas, retratadas no seu estudo<sup>12</sup>, têm a ver com as formas específicas como elas se relacionam e negoceiam espaços de autonomia com a família, com as tarefas domésticas, com o trabalho remunerado, com os pares e a gestão dos tempos livres, e com as experiências na rua e no bairro. Relativamente a esta questão, a autora evidencia que:

“...tanto o trabalho doméstico e as responsabilidades familiares, como as dificuldades económicas são parte integrante dos horizontes de vida destas raparigas. O seu tempo livre situa-se na capacidade de gestão daquelas tarefas e de negociação tomando em conta os condicionalismos de sair de casa. Nesta intersecção, este estudo mostra que as jovens encontram três tipos de estratégias em casa que podem usar articuladamente: fugir ou realizar rapidamente as tarefas para terem tempo para si

---

<sup>11</sup> Estudo realizado em 2000, com jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os nove e os dezoito anos, internados em colégios do Instituto de Reinserção Social, por terem sido identificados no desenvolvimento de condutas desviantes e/ou prática de actos qualificados pela lei penal como crime. O objectivo deste estudo era conhecer a natureza e a direcção das trajectórias de vida destes/as jovens até à sua primeira colocação em Colégio.

<sup>12</sup> Estudo qualitativo, desenvolvido em torno das culturas juvenis femininas e dos processos de transição e preparação da escola para o trabalho pago e para as responsabilidades familiares, realizado com sete raparigas, dos 15 aos 21 anos, nascidas e criadas numa da zona do centro histórico da cidade do Porto – Bairro da Sé.

próprias; fazê-las coincidir com algum prazer e divertimento; negociar saídas que incluam características de utilidade conotadas com trabalho ou até estudo (...)” (p. 202)

É nestes contextos que, segundo a autora, se constroem as culturas juvenis femininas, marcadas: por um lado, por uma cultura de espaços interiores (sozinhas ou com as amigas/ irmãs) – aqui o grupo de amigas, geralmente do Bairro, assume uma importância considerável, quer no processo de integração, quer como forma de ganhar espaço, normalmente desafiando a autoridade, as normas e os rapazes; por outro lado, por uma participação mitigada nas outras culturas juvenis.

Apesar das restrições e constrangimentos, Laura Fonseca (2001) mostra como “as jovens não demonstram estar passivas e vítimas. Encontram estratégias e actividades de diversão, de prazer, nomeadamente estar com amigas e amigos, o prazer de ser confidente e confidenciar (...) e nalguns aspectos ultrapassando e desafiando noções do que é considerado adequado para as raparigas (p. 203).

Os constrangimentos de género e o espaço que as raparigas ocupam na sociedade apresentam uma relação estreita com os seus comportamentos, quer eles sejam normativos, como vimos no estudo de Fonseca (2001), quer eles sejam delinquentes, como nos mostra Matos (2008), no seu estudo com jovens reclusas:

“ Percebemos através da construção narrativa dos seus percursos de vida que os crimes que cometem estão directamente relacionados com circunstâncias *genderizadas* (...). O desvio parece assim, por um lado, resultar do controlo social mais rigoroso pela sua condição feminina. É o que acontece nos crimes violentos cometidos pelas mulheres cujos percursos de vida anteriores são normativos, (...). Por outro lado, (...) como forma de elas escaparem a esse controlo, como se verifica, em particular, nas jovens do estilo de vida criminal. O exercício do controlo social sobre estas raparigas (particularmente pela família) tende a ser mais rigoroso para as ‘proteger’ dos perigos inerentes à sua vulnerabilidade feminina” (pp. 353, 354)

Esta convergência não deve, contudo, obnubilar a diversidade de percursos de crescer como raparigas. Como defende Fonseca (2009), num estudo mais recente sobre feminilidades e escolarização de raparigas cigana e brancas, é crucial “perceber como estão as raparigas a ser construídas e a construir-se, material e simbolicamente, em específicas circunstâncias históricas, no espaço que se abriu para elas” (p. 15).

### **1.1.2. A elasticidade do conceito de delinquência juvenil: das fronteiras do conceito às fronteiras da realidade.**

A juventude e os problemas que gravitam à sua volta têm adquirido relevância pública e têm mostrado que os/as jovens vivem, cada vez mais, situações de crescente risco. Vimos como os comportamentos de risco, nesta fase, podem ser normais e normativos, como forma de obter a aceitação dos amigos, adquirir autonomia relativamente aos pais, rejeitar as normas e os valores convencionais, procurar sensações fortes ou lidar com as frustrações e as ansiedades. Porém, a vivência destas situações exige a procura de fronteiras, sob pena de poderem surgir comportamentos com a marca da delinquência. E são, particularmente, estes comportamentos, que tendem a colocar-se de uma forma intensa nas sociedades, pela natureza das questões que levantam.

Hoje, mais do que nunca, a protecção social das crianças em perigo e a prevenção da “delinquência juvenil” tem vindo a ocupar um lugar central na discussão pública e na agenda política, nacional e internacional (Santos *et al.*, 2010). Assistimos ao avanço legal, e a este respeito Portugal acompanhou o processo internacional de criação normativa<sup>13</sup>. Criam-se programas de prevenção que se entrecruzam com estratégias de intervenção comunitária ou com estratégias de melhoria dos serviços de protecção social, delineiam-se programas nacionais de intervenção do Estado para a protecção social de crianças e jovens em perigo, criam-se e reforçam-se as comissões nacionais de protecção de crianças e jovens, redigem-se recomendações e pensam-se resoluções, fazem-se protocolos e desenham-se cooperações entre o sistema de protecção e as autoridades (Gersão, 2000; Leote de Carvalho, 2003; Santos *et al.*, 2004; Jardim, 2006).

---

<sup>13</sup> A assunção pelo Estado Português do exercício de um controlo específico sobre os menores, sinalizados como delinquentes, em perigo ou em risco, remonta ao início do século XX, com a implementação da Lei de Protecção à Infância (LPI). As orientações desta lei foram aprofundadas com a Organização Tutelar de Menores (OTM), que surge em 1962 e vigora até 2000. A OTM, acentuando o carácter proteccionista do Estado, tratava igualmente os menores em perigo e os menores delinquentes. A partir de Janeiro de 2001, a Lei divide-se em Lei Tutelar Educativa (Decreto Lei n.º 166/ 99 de 14 de Setembro) e a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º147/99 de 1 de Setembro). Para além destes dois diplomas, existe ainda um regime especial previsto no Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de Setembro, que se aplica a jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos que pratiquem crimes. Estas alterações legislativas foram acompanhando alguns dos principais instrumentos internacionais sobre a matéria: Declaração dos Direitos da Criança de 1959 (ONU); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing) de 1985; Recomendações do Conselho da Europa adoptadas em 1987 e 1988 - R(87) 20 sobre reacções sociais à delinquência juvenil e R (88) 6, sobre reacções sociais ao comportamento delinvente dos jovens de famílias imigrantes; Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989 (ONU); Em 1990 surgiram as Directrizes das Nações Unidas para a Prevenção da “delinquência juvenil” (Directrizes de Riade), as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Protecção de Menores Privados de Liberdade (Regras de Havana). (Gersão, 2000; Rodrigues e Duarte-Fonseca, 2000; Leote de Carvalho, 2003; Duarte-Fonseca, 2005; Santos *et al.*, 2010)

Mas a preocupação mantém-se, e apesar das estatísticas portuguesas<sup>14</sup> apontarem para uma diminuição da “delinquência juvenil”, esta situação não tem diminuído os sentimentos de insegurança (Lourenço, 1998; Ferreira, 1998; Esteves, 1999; Machado, 2004; Santos *et al.*, 2004), nem controlado um certo pânico moral, criado pela comunicação social (Santos *et al.*, 2010), em torno da criminalidade juvenil urbana e da presença de novas figuras de ameaça, como o gang da CREL, os bandos da Linha de Sintra, o arrastão em Carcavelos, o bando da Gisberta, a violência ligada as claques de futebol, os *gunas*<sup>15</sup>, entre outros (Fernandes e Pinto, 2008).

Além disso, estudos como os do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) (Santos *et al.*, 2004; Santos *et al.* 2010), vêm mostrar que o sistema de promoção e protecção das crianças e jovens em risco não está a *conter* nem a evitar que os paradelinquentes entrem na criminalidade. Apesar de faltarem estudos de reincidência,

“o conhecimento existente e as percepções sobre o fenómeno da delinquência juvenil fazem-nos avançar com a hipótese de que a grande maioria das crianças e jovens a quem é aplicada uma medida tutelar educativa, não só já tinham tido um processo de promoção e protecção, como continuará, na sua vida jovem e adulta, a ser objecto da intervenção das instâncias de controlo formal, quer com mais processos tutelares, quer já no âmbito da acção da justiça criminal” (Santos *et al.*, 2010: 313)

A família e a escola continuam a falhar no processo de instalação de laços sociais, e os sistemas alternativos, como a segurança social, as autarquias, as instituições sociais e comissões de protecção, também não conseguem dar resposta ‘em tempo útil’. Esta ideia é iterada por Leote de Carvalho (2000; 2003), que mostra a insuficiência e a inoperância quer do sistema de justiça criminal, quer dos sistemas de prevenção e de intervenção judiciária, principalmente junto de jovens que vivem em contextos socialmente vulneráveis e que, desde cedo, manifestam comportamentos desviantes. Num estudo mais recente sobre representações de violência<sup>16</sup> (Leote de Carvalho, 2010), com crianças dos 6 aos 13 anos, a autora tem mostrado como estas situações se mantêm e como a maioria das crianças constrói as suas narrativas em torno dos efeitos que a segregação espacial e social tem nas suas vidas.

<sup>14</sup> Segundo os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) a “delinquência juvenil”, apesar de algumas oscilações positivas, tem vindo a diminuir desde 2002.

<sup>15</sup> Segundo Fernandes e Pinto (2008), os *gunas* são uma figura que nasce do discurso do senso-comum na cidade do Porto. Envolvem-se em actividades ilegais regulares, pertencem a zonas empobrecidas, com escolaridades interrompidas, têm marcas de identificação ligada ao vestuário, corte do cabelo, ostentação de acessório, gestualidade específica. Sem estatuto claro de criminosos, situam-se entre o ameaçador/ desordeiro/ criminal. Sentem a polícia na vizinhança e a prisão ao longe.

<sup>16</sup> Estudo exploratório realizado junto de alunos de Educação Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico (dos 6 aos 13 anos) de um Agrupamento de Escolas localizado em bairros sociais de realojamento da Área Metropolitana de Lisboa.

Enquadrando tudo isto, a constatação de que vivemos em sociedades marcadas por desenlaçamentos psicológicos, sociais e culturais e *marginalidades invisíveis* (Dauvignaud, 1989 citado em Soulet 2000: 19) onde as instituições tradicionais de controlo social, designadamente a família e a escola, se vêem sem grande eficácia e são alvo, também, desses mesmos vazios e fragilidades. O crescimento da indiferença e das des-solidarizações (Fernandes e Pinto, 2008), que caracterizam os cenários urbanos, têm vindo a danificar a confiança interclassista, fabricadora de medos e distâncias sociais. Vivemos numa era marcada pelos fantasmas da não integração (Soulet, 2000), do medo de “ficar para trás” (Bauman, 2007) e de se transformar em pessoa desqualificada (Paugam, 2003), atirada para as margens e para as periferias sociais. Fenómenos aos quais os/as jovens não são indiferentes e que influenciam os processos de interacção social no reforço quer da inclusão, quer da marginalização e do desvio.

A cultura juvenil hodierna tem-se construído em torno de uma ética de vida que privilegia o lúdico e a imagem e, por esse motivo, tem-se orientado por valores de ordem estética e hedonista, espelho de uma sociedade marcada por um individualismo egoístico (Lipovetski, 1989), onde encontramos indivíduos à procura de sensações euforizantes e predispostos a experimentar novos papéis e a substituir os interditos pela fruição, na procura de uma vida marcada pela “sedução non stop”<sup>17</sup>. Novas liberdades, novas oportunidades que se traduzem, também, em novos horizontes de riscos (Beck, 1997). Esta nova relação entre o individual e o social, que transforma a identidade pessoal num projecto reflexivo (Giddens, 1996; Beck, 1997; Bauman, 2001), vem introduzir a necessidade de olhar para as incertezas e para as tensões que marcam as sociedades de hoje e que propõem ultrapassar a linearidade tradicional na explicação das trajectórias de vida, que são marcadas por encruzilhadas de sentido, imprevistos e descontinuidades, vividas “numa espacialidade antropológica que é *fractal* por natureza” (Pais, 2005a: 14).

Estas situações, apesar de não esgotarem a complexidade do problema, vêm mostrar a relevância social, política e científica de reflectir sobre alguns novos cenários da “delinquência juvenil”: maior violência e violência mais gratuita, mediada por novas motivações económicas e de afirmação social, procurando atingir objectivos hedonistas e

---

<sup>17</sup> Para Lipovetsky (1989: 17-32) a *sedução non stop* é no fundo uma vaga característica do nosso tempo que “substitui a coerção pela comunicação, o interdito pela fruição, o anónimo pelo feito por medida, a reificação pela responsabilização, e que, por todo o lado, tende a instituir um clima de proximidade, de ritmo e de solicitude liberta do registo da lei (...). Toda a vida das sociedades contemporâneas é doravante governada por uma nova estratégia que destrona o primado das relações de produção em proveito de uma popteose das relações de sedução”

consumistas e que espelham a reprodução de situações de exclusão e de desqualificação social.

O primeiro problema que se coloca quando se pretende estudar a “delinquência juvenil” é a constatação de que existem centenas de definições, que reflectem o desacordo existente entre os diferentes autores que trabalham nesta área. Mais do que isso, e segundo Le Blanc (2008: 298), “o termo delinquência continua carregado de toda a ambiguidade que marca uma realidade difusa e complexa em que múltiplas manifestações se sobrepõem, em que níveis de gravidade muito distintos se opõem e em que se entrecruzam todos os tipos de desencadeadores sociais e pessoais”. Neste sentido, o melhor ponto de partida, como defende Ferreira (1997), deverá ser o de questionar o próprio conceito de “delinquência juvenil”.

Enquanto construção social e institucional, este conceito tem estado directamente ligado ao entendimento colectivo e às imagens construídas em torno da infância e da juventude. Vimos, anteriormente, como as crianças/ jovens têm sido retratadas como anjos ou demónios, e estes atributos têm sido centrais para estabelecer os significados da delinquência. Por um lado, porque “a partir deles é possível estabelecer uma separação entre comportamentos adequados e indesejáveis e definir regras para moralizar o comportamento das crianças e protegê-las da exploração e da corrupção do mundo adulto. Por outro, é possível descrever o comportamento ideal da criança e identificar as situações ou os comportamentos em relação aos quais se justifica uma intervenção” (Idem: 915).

Face a uma realidade polissémica, como é a “delinquência juvenil”, podemos organizar os diferentes olhares em torno das dinâmicas sociais do acto, do actor e da audiência, que fizeram surgir as definições legal e social do fenómeno.

Na sua definição legal, a “delinquência juvenil” será definida como a prática de actos proibidos pela lei de uma determinada sociedade, por parte de crianças e jovens. Inclui-se nesta definição o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação aos menores que cometem infracções criminais ou com comportamentos potencialmente delinquentes. Esta definição restrita da “delinquência juvenil”, obriga a mergulhar no Sistema de Justiça Juvenil de cada sociedade. Num campo que foi sempre movediço, a lei convencionou limites e fronteiras. Segundo Ferreira (1997: 916), “crimes são sempre delinquência quando cometidos por menores, excepto quando o crime é cometido por alguém tão novo para poder ser considerado responsável por ele. Outros

actos apenas são ilegais quando cometidos por menores”. Vejamos esta questão na situação portuguesa.

Não obstante a Convenção sobre os Direitos da Criança dispor que se é criança até aos 18 anos, e o Código Civil Português acolher essa disposição para efeitos de estabelecimento de maioridade, constata-se que a responsabilização penal<sup>18</sup> inicia-se aos 16 anos, conforme estabelece o art. 19.º do Código Penal. Daí os menores de 16 anos serem considerados inimputáveis e, no caso da prática de acto qualificado pela lei como crime, fixar-se como idade mínima, para a intervenção tutelar educativa, os 12 anos. Entende-se<sup>19</sup> que, abaixo dessa idade, as condições psico-biológicas do menor exigem uma intervenção não consentânea com o sistema de justiça, que assenta numa educação para a responsabilidade jurídica, que a infância e a primeira adolescência dificilmente poderiam suportar. É neste contexto que se enquadram as seguintes leis:

Lei 166/99, de 14 de Setembro - *Lei Tutelar Educativa* – que se aplica a jovens, entre os 12 e os 16 anos, que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime (art. 1.º), visando a educação do menor para o direito e a sua inserção na vida da comunidade (n.º 1 do art. 2.º).

Artigo 1.º  
**Âmbito da lei**  
A prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado pela lei como crime dá lugar à aplicação de medida tutelar educativa.

Artigo 2.º  
**Finalidades das medidas**  
1 - As medidas tutelares educativas, (...), visam a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.  
2 - (...)

Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro - *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* – destina-se a proteger as crianças e jovens de situações de risco e perigo, bem como de percursos e comportamentos desviantes, como podemos analisar nos números 1 e 2 do seu art. 3.º. Se os comportamentos desviantes configurarem ilícito penal e forem cometidos por crianças até aos 12 anos, cairão no âmbito desta lei.

---

<sup>18</sup> Ser menor de idade penal significa que o sujeito não é considerado criminalmente responsável, de acordo com o Código Penal aplicado aos adultos. Isto implica que exista uma legislação especial, tribunais especiais e que sejam internados em locais criados especificamente para jovens. Não existe uma resposta universal para este problema, sendo que cabe a cada sociedade estabelecer os grupos de idade legal para a maioridade penal. Vejamos o exemplo de alguns países: 10 anos na Inglaterra; 12 anos na Grécia, no Canadá e na Holanda; 13 anos na França; 14 anos na Áustria, Alemanha, Itália; 15 anos na Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia; 16 anos em Portugal, Polónia; 18 anos em Espanha, Bélgica (Redondo e Otero-Lopez, 2005: 21).

<sup>19</sup> Exposição de Motivos da Proposta de Lei que veio a originar a Lei Tutelar Educativa (Proposta de Lei n.º 266/VII que consta no Diário da Assembleia da República - II Série A, n.º 54, de 17/04/1999)



## Artigo 3.º

**Legitimidade da intervenção**

1 — A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

2 — Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A legislação portuguesa, como a de outros países, estabelece uma outra diferenciação de idades, entendendo que os jovens entre os 16 e 21 anos devem estar sujeitos a um Regime Penal Especial, conforme previsto no artigo 9º do Código Penal Português, e detalhado pelo Decreto-lei nº 401/82, de 23 de Setembro. Todavia, as suas medidas não têm existência jurídica (Rodrigues e Duarte-Fonseca, 2000). A este respeito, e segundo o último Relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (Santos *et al.* 2010), *Entre a lei e a prática: subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*, tem-se reclamado a reforma deste regime penal, principalmente pela percepção de que a criminalidade de jovens adultos tem vindo a aumentar exponencialmente. Consciente da controvérsia do tema, o OPJ defende que o limiar da imputabilidade, actualmente fixado nos 16 anos, deveria passar para os 18, para evitar que um jovem aos 16 anos seja absorvido pelo sistema prisional. Fazendo coincidir, desta forma, a idade penal com a idade civil.

Na perspectiva social, a “delinquência juvenil” será o conjunto dos comportamentos problemáticos de quebra com as condutas sociais convencionais, que permitem mostrar que há diferentes padrões de comportamento delinquente e diferentes graus de envolvimento nesse comportamento. Nesta definição cabem as situações de pré-delinquência (inadaptação à disciplina da família, do trabalho, da escola ou da instituição onde se encontram) e para-delinquência (vadiagem, mendicidade, prostituição, libertinagem ou consumo excessivo de álcool e drogas), alargando a definição de “delinquência juvenil” a todo o tipo de infracção criminal que ocorre durante a infância e

a adolescência, e abrindo mão dos limites etários definidos sob o ponto de vista jurídico. Embora estes comportamentos desviantes possam não constituir, de facto, infracções criminais, eles remetem para uma mesma realidade social que o conceito de “delinquência juvenil” procura caracterizar.

Contudo, as perspectivas apresentadas não são mais do que duas faces de um mesmo problema, já que a “delinquência juvenil” comporta essa dupla referencialidade, simultaneamente jurídica e sociológica (Dias e Andrade, 1997), o que contribuiu para a elasticidade do conceito.

Sabemos que a gravidade dos comportamentos delinquentes é variável. Uns são mais graves, na medida em que afrontam valores institucionais e sociais, mas existem actividades juvenis que, não aviltando esses valores, são alvo de atenção pelas agências de controlo social, por conflituarem com os interesses da comunidade ou por serem considerados inapropriados para os jovens, por exemplo, as situações de absentismo e abandono escolar, as fugas de casa, a prostituição, os consumos de álcool e drogas, entre outros. Além disso, e como nos alerta Ferreira (1997):

“A compreensão da delinquência durante a adolescência não pode ser entendida como uma oposição inqualificável entre a infracção e a moral convencional ou legal. Entre ambas existe uma relação complexa. Por vezes, as infracções podem ser cometidas, não devido à crença de que esses actos são legais, mas por causa da própria reputação perante os amigos ou devido a solidariedades grupais. Se pretendemos compreender os adolescentes, devemos reconhecer que eles balançam entre as exigências formais da lei e as prescrições mais informais que resultam das pertenças e socializações grupais” (pp. 916-917)

Podemos focar o nosso olhar no acto ou o actor, mas não devemos negligenciar a importância da audiência. Qualificar alguém como delinquente releva de convenções jurídicas e de compromissos entre forças sociais, espacio-temporalmente situadas. Como defende Becker (1973), *o desvio não é uma qualidade do acto que a pessoa pratica, mas antes a consequência da aplicação, por parte dos outros, das normas e das sanções, ao desviante*. Neste sentido, nem todos os indivíduos que cometem delitos são conotados de delinquentes, porque nem todos os delitos ou infractores são “apropriados” para adquirir essa identidade social (Leote de Carvalho, 2005). Segundo esta autora, “mais do que um problema de natureza jurídica é um problema social, que coloca em jogo as condições ecológicas, económicas, sociais e ideológicas de uma sociedade, determinantes na etiquetagem de alguém como delinquente” (p. 72). Por muitas definições que se

procurem, a complexidade do fenómeno só tem sentido quando associada à normatividade de uma certa sociedade e analisada à luz das circunstâncias, estatuto e papel dos actores envolvidos.

Captar o comportamento delinvente das raparigas obriga-nos a abrir o espectro de análise do conceito, situando-o nesta dupla referencialidade que permitirá apreender as actividades transgressivas em que a rapariga surge representada e associada. Como defende Lanctôt (2008), os estudos empíricos de futuro deveriam definir o seu objecto de estudo levando em consideração o conjunto dos comportamentos desviantes e delinquentes das adolescentes, mais do que em função dos índices de delinquência grave que são frequentemente utilizados nos estudos efectuados junto de amostras masculinas.

É difícil teorizar sobre a figura feminina quando as palavras, as ideias e os conceitos, enraizados de visões segmentadas e masculinas, não são capazes de dar conta da complexidade das suas vidas. Será em torno da necessidade de (re)escrever as invisibilidades sociais e os pactos de silêncio em torno da delinquência juvenil feminina, e as suas consequências no campo conceptual e da intervenção, que se organizará o próximo ponto.

## **1.2. Construindo e desconstruindo a (in)visibilidade social do fenómeno**

### **1.2.1. “Quem cala consente”: adentramentos ao tema**

“Quando se fala ou se ouve falar em comportamentos desviantes juvenis, sobretudo em “delinquência juvenil”, raramente ou quase nunca se tem em mente um universo não masculino” (Duarte-Fonseca, 2000:7), e tudo se combina para a manutenção desta realidade. A comunicação social, os discursos públicos e políticos, as estatísticas e os estudos científicos, partilhando a convicção de que os desvios juvenis femininos são poucos, pouco importantes e não constituem problema social, têm produzido uma *gender-blindness* (Dougherty, 1993 citado em Shaw e Dubois, 1995), pouco atenta à possibilidade de rapazes e raparigas experienciarem e usarem a violência por diferentes razões, sob diferentes circunstâncias e como resultado de diferentes histórias e contextos de pertença de género. A figura masculina tem sido vista como o “sujeito normal” da delinquência e, neste sentido, os conteúdos de género têm sido virtualmente ignorados (Messerschmidt, 1997: 2).

Esta invisibilidade foi tão bem transposta para os escritos científicos que levou Bertrand (1979) a escrever um livro dedicado a este “não-fenómeno” que é a ausência das mulheres na cena da criminalidade oficial e o significado desta ausência. Os motivos apresentados para a ausência de estudos são de várias ordens. Segundo Assis e Constantino (2001: 19), “a sua reduzida incidência – se comparada à masculina -, o papel secundário das mulheres na sociedade e na vida extra-familiar, o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social das mulheres e a falta de pressão da opinião pública, que não se interessa pelo tema”. A estes motivos, Lucchini (1997) acrescenta o predomínio da figura masculina nas disciplinas científicas que estudam o comportamento desviante, não esquecendo que os estudos utilizavam, maioritariamente, amostras masculinas.

Além disso, a maior parte dos estudos que têm por objecto a relação entre a figura feminina e a transgressão têm estado relacionados, preferencialmente, com a violência privada ou aquela que é produzida na esfera doméstica, como nos mostram algumas investigações em O’Toole e Schiffman (1997). Retratada como vítima, as mulheres tornam-se invisíveis como agressoras. E, quando surge no quadro da delinquência, perpetuam-se imagens e representações estereotipadas relacionadas com a ideia “tradicional” de que a mulher delinvente é vítima do seu passado, do seu ambiente e da sua condição feminina, incompatível com o mundo criminal e com a cultura de rua (Steffensmeier e Allan, 1996: 476). A este respeito, Rafter e Stanko (1982 citados em Belknap, 2000: 21) identificam seis imagens que têm influenciado a forma como as mulheres são percebidas nos sistemas de justiça criminal e na sociedade: um *pião da biologia; impulsiva e não analítica; passiva e fraca*, e por isso mais vulnerável à vitimação e influenciada pela figura masculina; *necessitando de protecção; masculina*, quando empreende acções mais activas; e *má*. Imagens que criam mitos, mitos que se tornam práticas e, neste sentido, como nos mostra Hannah-Moffat e O’Malley (2007), as histórias, necessidades e experiências da ofensora feminina têm sido (re)formuladas como problemáticas, sob a imposição das premissas masculinas e dos estereótipos de género sobre feminilidade e ofensa. Os rapazes procuram problemas, as raparigas são problemáticas, aponta Batchelor (2007). Imagens que têm reflectido a figura feminina como vítima passiva do risco, sem qualquer agencialidade ou capacidade de escolha. E isso pode ser explicado pela dificuldade de pensar e compreender a violência das mulheres.

A constante secundarização do fenómeno tem justificado, não só em Portugal mas também em outros países<sup>20</sup>, a ausência de um enfoque autónomo sobre a “delinquência juvenil” feminina, uma vez que o seu estudo tem surgido, quase sempre, diluído em análises mais amplas sobre a “delinquência juvenil”. Esta ausência tem contribuído para a reiteração da invisibilidade e tem tido consequências quer no campo conceptual, quer nas dimensões das práticas e da intervenção.

No campo conceptual, se revistarmos as grandes teorias sociológicas sobre a delinquência concluímos que todas elas explicam o fenómeno utilizando o seu enfoque na delinquência masculina, secundarizando a figura feminina e o interesse que as questões de género têm na explicação da delinquência (Chesney-Lind e Sheldon, 1992: 62). Duas situações prevalecem nas teorias tradicionais: a figura feminina como estando assimilada à masculina e/ou a delinquência feminina reduzida a problemas de costumes e de moral sexual. A impressão que nos fica, quando se faz uma revisão da literatura sobre a delinquência feminina, vai no sentido das ambiguidades e dos *puzzles* da investigação.

O interesse crescente pela investigação empírica sobre a delinquência feminina faz-se sentir apenas a partir da década 70 do século XX (Matos, 2008; Lanctôt, 2008; Messerschmidt, 1997; Holsinger, 2000), movido por dois principais elementos: primeiro, o recurso aos inquéritos de delinquência auto-revelada, que vêm desmontar a construção social do fenómeno ao estimar que o desvio entre os sexos diminui em cerca de metade quando a delinquência é avaliada mediante inquéritos de auto-relato. Em segundo lugar, a introdução da perspectiva feminista no campo da criminologia, que vem atestar que a “investigação sobre a delinquência feminina deve ser redefinida em torno de uma nova conceptualização do agir delinvente” (Lanctôt, 2008: 343). Não basta apenas corrigir a criminologia masculina, é necessário um saber que provenha do universo social das mulheres. Com estes estudos, e pelo número de criminologistas que começam a olhar para estas questões, os rapazes deixam de ser o “sujeito normal” e, desta forma, a construção das masculinidades começam a ser escrutinadas pela criminologia (Messerschmidt, 1997), começando a forjar novas direcções de trabalho nesta área (Holsinger, 2000). Emergindo como problema, questiona-se a sua crescente (in)

---

<sup>20</sup> Segundo Batchelor, Burman e Brown (2004) “na Grã-Bretanha têm-se produzido muito poucos estudos sobre o modo como as raparigas podem usar ou estar perante a violência no seu quotidiano, embora existam alguns sinais de que o interesse académico está a aumentar (Archer, 1998; Hardy e Howitt, 1998; Kendall, 1999). Este aspecto contrasta com a situação na América do Norte onde foram efectuados vários estudos”, principalmente relacionado com o envolvimento de raparigas em gangs violentas (Campbell, 1984; Chesney-Lind e Sheldon, 1992; Chesney-Lind, 1997, 1999; Miller, 2002). A realidade brasileira sobre a “delinquência juvenil” feminina também tem sido, segundo Assis e Constantino (2001) e Dell’Aglio *et al.* (2004) pouco investigada cientificamente, o que faz com que as dúvidas na explicação deste fenómeno se vão mantendo, comprometidas pelas limitações estatísticas que mantêm oculta e desconhecido todo um lado desta realidade criminal.

visibilidade, as suas especificidades, bem como os novos desafios que coloca ao sistema de justiça juvenil.

Nas dimensões da intervenção, da tese do tratamento cavalheiresco das mulheres pela justiça à tese da discriminação generalizada de que são alvo, defendidas pelas teorias feministas, estas atitudes paternalistas e proteccionistas sobre as necessidades das mulheres não deixam de estar relacionadas com estereótipos femininos ligados à fraqueza, à submissão, à passividade e à domesticidade que são construídos, representados e reproduzidos pelo controlo social, formal e informal. Um controlo que pode ser accionado, por um lado, de forma mais institucional pelos meios de comunicação social, pela polícia ou pela justiça. As raparigas parecem ser objecto de um controlo mais estrito do que os rapazes, tendo maior probabilidade de serem institucionalizadas por delitos menores, como a promiscuidade sexual, fugas de casa, desobediência, e o seu período de colocação sob guarda ser de maior duração (Lanctôt, 2008: 349). Mas, por outro lado, esse controlo é também accionado no âmbito das relações próximas, como a família, a escola e o grupo de pares (Leote de Carvalho, 2003).

Segundo Holsinger (2000), a reacção societal tem um papel fundamental na determinação das formas de comportamento feminino que devem ser tratado como desviantes e delinquentes. Todavia, o tratamento mais brando que se verifica no caso das ofensoras adultas, parece não se verificar quando a ofensora é uma adolescente ou jovem. A história mostra-nos que as raparigas têm sido punidas de forma mais severa por questões relacionadas com a imoralidade dos comportamentos e os descaminhos, comportamentos para os quais os rapazes não tinham qualquer tipo de punição. Neste cenário, é fundamental reconhecer as implicações da estratificação de género e do patriarcado nas raparigas, bem como criticar o sistema de justiça juvenil que tem servido para reforçar a subordinação das mulheres na sociedade (Chesney-Lind, 1997; Belknap, 2000). A este respeito, Bartollas e Schmalleger (2010: 116) resumem o “processamento” da delinquência juvenil feminina na base de quatro corolários: 1. As jovens recebem tratamento discriminatório por causa da reprovação social existente em torno da actividade sexual, ou seja, vários estudos indicam que as jovens são tratadas de forma mais dura do que os rapazes por causa das suas histórias sexuais; 2. A lei aplicada aos jovens sempre penalizou mais as raparigas e, como documentado em vários estudos, receberam um processamento punitivo pelo sistema de justiça juvenil; 3. O tratamento opressivo das adolescentes está escondido no próprio sistema de justiça juvenil; 4. A

acção dos controlos sociais é pautada por um duplo padrão, ou seja, e como mostram outros estudos (Steffensmeier e Allan, 1996; Vuille, 2007), as raparigas estão menos sujeitas aos procedimentos judiciais aplicados aos rapazes e os tribunais tendem a mostrar alguma relutância em internar as raparigas, optando antes por medidas de supervisão ou outras alternativas ao internamento (Miller *et al.*, 1995: 430).

Neste sentido, as críticas tecidas em torno dos argumentos da irracionalidade, da heterodeterminação, da dupla-desviância e da dicotomias mulheres vítima/ mulher empreendedora não deixam de ser indissociáveis das questões relacionadas com o tratamento das mulheres no sistema de justiça criminal. Como sugere Hoyt e Scherer (1998), ao manter uma perspectiva nublada e sexualmente dominada da delinquência feminina, o sistema de justiça tem deixado na invisibilidade o enquadramento maior das infracções e dos desvios cometidos por mulheres/ raparigas. Razões que podem explicar, segundo Otto Pollak (1950 citado em Shoemaker, 1996: 229), a remissão da delinquência feminina para as cifras negras da criminalidade. Para este autor, se o envolvimento feminino no crime é maior do que o que é demonstrado nas estimativas oficiais, isso pode ser explicado pelas imagens construídas em torno do papel das mulheres e das probabilidades do seu envolvimento em práticas criminosas (Vuille, 2007: 183).

Noutro campo da intervenção, os técnicos continuam a ter a opinião de que é mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes, por considerarem as raparigas menos controláveis, menos obedientes e mais problemáticas (Baines e Alder, 1996; Assis e Constantino, 2001: 262). A este respeito, Alder e Hunter (citadas em Worrall, 2005: 80) acrescentam que as raparigas não são piores do que os rapazes, são apenas diferentes. E a consciência dessas diferenças deve fazer questionar, por um lado, as respostas institucionais e os programas (re) educativos que continuam a assentar em procedimentos baseados nos conhecimentos obtidos dos estudos feitos com jovens rapazes e, por outro, a formação dos profissionais, que devem ser treinados na diferença de género (Batchelor *et al.*, 2004; Batchelor, 2005; Miller *et al.*, 1995; Cooney *et al.* 2008).

Como sugerem Bloom e Covington (2001), apesar da atenção dos media relativamente à delinquência feminina ter aumentado, a investigação sobre as questões, as políticas e os programas para raparigas em situação de risco na adolescência têm sido, em grande parte, ignoradas. O sistema foi desenhado para lidar com os problemas dos rapazes e, neste sentido, negligenciou as necessidades das raparigas. Os programas específicos de género devem ser abordagens mais amplas e compreensivas, enraizadas

nas próprias experiências de género. Só desta forma se liga a teoria às práticas do sistema de justiça.

### 1.2.2. Desconstruindo invisibilidades: estão as raparigas mais violentas?

A crença de que a violência praticada por raparigas está a aumentar e, neste sentido, a diminuir o hiato de género, tem sido visível quer nos estudos científicos, quer na imprensa (ver Caixa de texto 1).

---

#### Caixa de texto 1

##### *Cresce o número de meninas em gangues e de gangues femininas nos EUA e na Europa<sup>21</sup>*

O envolvimento de meninas e jovens mulheres em gangues está crescendo nos Estados Unidos e em alguns países europeus. Apesar da falta de pesquisas a respeito, a polícia e assistentes sociais estão percebendo que há mais meninas participando de gangues, inclusive nas tradicionalmente masculinas. (...) Apesar da literatura retratar as meninas de gangues como um objecto sexual, o papel das adolescentes nas gangues está em evolução. Hoje elas são praticantes de crimes sérios.

##### *Espanha - Mais de 10% dos delinquentes juvenis na Andaluzia são raparigas adolescentes<sup>22</sup>*

Segundo os dados da delegação provincial de justiça da Andaluzia, esta percentagem chama a atenção porque, em estatísticas de anos anteriores, a presença de raparigas na delinquência juvenil era muito pouco expressiva.

##### *Brasil - Meninas comandam gangue<sup>23</sup>*

Em Brasília, com idade entre 12 e 16 anos, elas furtam, roubam e usam drogas. Facções femininas são cada vez mais comuns (...). A participação de meninas em *galeras de pichadores*<sup>24</sup> ou grupos de marginais não é nova. Mas, agora, elas passaram a assumir papel de protagonistas na criminalidade (...).

##### *Canadá - Número de mulheres jovens que cometeram crimes graves e violentos mais do que duplicou no espaço de uma década<sup>25</sup>*

As Estatísticas Canadianas revelam que a criminalidade grave e violenta tem vindo a aumentar desde a década de 1980, quer em mulheres ou jovens. Mas o salto mais significativo é para as raparigas entre os 12 e os 17 anos. Em 1986, 60 adolescentes do sexo feminino por 100.000 foram acusados de um crime grave. Em 2005, a taxa foi de 132 por 100.000.

##### *EUA - Violence by teenage girl: trends and context<sup>26</sup>*

De acordo com as informações do FBI, de 1991 a 2000, houve um aumento da detenção de raparigas, comparativamente aos rapazes. Em 2004, as raparigas eram 30% de toda a “delinquência juvenil” registada. Em 2005 (segundo as estatísticas oficiais do FBI de 2006), 34% das jovens estavam detidas por crimes contra a propriedade e 18% por crimes violentos. A detenção juvenil, entre 1996 e 2005, decresceu, mas esta diminuição foi maior nos rapazes (-28.7%) do que nas raparigas (-14.3%), e no caso da agressão simples aumentou 24% nas raparigas, enquanto diminuiu 4.1% nos rapazes

---

<sup>21</sup> *Comunidade Segura*, 5 de Novembro de 2003

<sup>22</sup> *Ideal.es*, 30 de Dezembro de 2006

<sup>23</sup> *Correio Braziliense*, 11 de Novembro de 2007

<sup>24</sup> Expressão brasileira para os grupos de jovens que riscam e sujam paredes. Diferente dos grupos de grafiteiros que, com autorização, desenham nos muros das cidades.

<sup>25</sup> *Canada.com*, 24 de Janeiro de 2008

<sup>26</sup> Zahn et al. 2008: 1-4



Contudo, alguns autores têm avisado que esta avaliação pode ser prematura (Chesney-Lind, 1997; Steffensmeier *et al.*, 2005). A este respeito, Luke (2008) evidencia duas posições discordantes:

Uma perspectiva, possivelmente a mais convencional e construída a partir da leitura global das estatísticas oficiais de países ocidentais, como o Canadá (Shaw e Dubois, 1995; Leschied, *et al.*, 2000), os EUA (Campbell, 1984; Chesney-Lind 1997; Hoyt e Scherer, 1998; Miller, 2001; Steffensmeier e Schwartz, 2003a, 2003b; Steffensmeier *et al.*, 2005; Zahn *et al.*, 2008, 2010), a Escócia (Burman, Batchelor, e Brown, 2001), a Inglaterra (Gelsthorpe e Worrall, 2009), evidencia que se assiste a um crescimento (estatístico) na ocorrência de comportamentos infracionais/ delinqüenciais femininos, bem como a um aumento da opinião pública de que as raparigas estão a tornar-se mais propensas à delinqüência. Um argumento que tem estado relacionado com a constatação de que a sociedade está mais violenta e que a emancipação apoia as mulheres e raparigas a entrarem no mundo do crime e da violência.

O escrutínio desta informação estatística tem, contudo, sugerido outras explicações e olhares (Batchelor, 2005; Steffensmeier *et al.*, 2005), ou seja, as evidências recolhidas de auto-relatos sobre a violência e inquéritos de vitimização, não são consistentes com as conclusões tiradas a partir de fontes oficiais sobre o aumento da violência das raparigas. Vejamos alguns exemplos desta constatação:

Nos EUA, a partir do *National Crime Victimization Survey* (NCVS), do *Monitoring The Future survey* (MTF) e do *National Youth Risk Behavior Survey* (NYRBS) (numa análise que cobre o período de 1980-2003), Steffensmeier, Schwartz, Zhong, e Ackerman (2005) concluíram que a ascensão da violência das raparigas, retratada nos dados de detenção da polícia, não é confirmada pelas fontes não oficiais dos dados longitudinais.

Estas conclusões vão ao encontro dos dados apresentados no relatório *Girls and offending – patterns, perceptions and interventions*, da Youth Justice Board (Arnall e Eagle, 2009), em Inglaterra, que sugere, a partir dos instrumentos utilizados, maioritariamente quantitativos, que houve um aumento no número de raparigas a entrar no sistema de justiça juvenil de cada ano, no entanto, não há nenhuma evidência de um aumento na taxa de condenações judiciais. Os dados da *MORI Youth Survey*<sup>27</sup>, de 2004, indicam que o nível de criminalidade das raparigas não mudou. Mais um elemento que

---

<sup>27</sup> É um levantamento anual dos jovens, dentro e fora do contexto escolar, que explora a prevalência da ofensa entre os jovens, procura estabelecer ligações entre o absentismo escolar e a ofensa, investiga os comportamentos de risco associados ao consumo de álcool e drogas, avalia a ética e os medos dos jovens e mede a proporção de pessoas que foram vítimas de crime.

apoia a teoria de que é uma mudança no controlo social que justifica este aumento estatístico.

Relativamente à situação francesa, Coline Cardí, numa entrevista dada ao Jornal *Le Monde*, relativiza as estatísticas publicadas pela polícia francesa, em 5 de Outubro de 2010, que referem que desde 1996 a percentagem de raparigas infractoras passou de 9,9% para 15,5%. Segundo a autora, não estamos perante uma "explosão" de criminalidade entre as jovens. Estatisticamente a polícia deteve mais raparigas, mas a resposta à pergunta - será que há mais passagem ao acto? - continua a não reunir consensos. A tese de que as raparigas estão cada vez mais como os rapazes, já foi feita na década de 70, nos Estados Unidos, e não foi absolutamente confirmada. A outra hipótese é a da transformação do controlo social.

O crescimento das taxas de delinquência praticada por raparigas parece surgir como um reflexo das alterações nas políticas de detenção e da reacção social ao comportamento violento das raparigas, que têm ampliado as definições do que constitui um comportamento violento. Nem sempre o aumento estatístico do número de detenções por determinada prática de acto ilícito corresponde a uma alteração do padrão do acto em si.

Contudo, a questão sobre se estas tendências reflectem um aumento real da delinquência praticada pelas raparigas ou mudanças nas respostas sociais ao comportamento das mesmas, permanece (Zahn *et al.*, 2008). Estes diferentes posicionamentos, mais não parecem do que duas faces de uma mesma moeda e, independentemente da posição assumida, é unânime, entre os/as investigadores/as, que as raparigas estão mais visíveis na cena da delinquência e que se alteraram algumas tendências e padrões de detenção. Depois de terem estado ocultadas durante anos, não estão mais invisíveis no sistema de justiça juvenil.

A este respeito, Steffensmeier e Schwartz (2003a: 116-117), com base em dados empíricos norte-americanos, revistos e avaliados, apontam pelo menos nove explicações plausíveis para esta situação: 1. as mudanças na detenção feminina podem estar relacionadas com a diminuição dos preconceitos ou uma maior eficácia das respostas oficiais à criminalidade, mais do que a uma mudança efectiva do comportamento criminal praticado por mulheres/ raparigas; 2. Assiste-se a mudanças na lei; 3. A melhoria do estatuto das mulheres oferece mais desejo e oportunidades para a prática do crime; 4. Assiste-se a um aumento da marginalização económica das mulheres, ou seja, os altos níveis de insegurança económica sentidos pelas mulheres americanas fazem aumentar a

pressão para a prática de crimes relacionados com o consumo; 5. Os desenlaços urbanos têm conduzido a um enfraquecimento do controlo social e à adopção de estratégias adaptativas., o que tem tido um impacto muito significativo na conformidade feminina; 6. A ampliação das oportunidades para os crimes tipicamente femininos, como resultado de mudanças nos padrões da actividade económica e no aumento do consumismo; 7. A existência de uma menor oferta de parceiros de crime do sexo masculino, devido à taxa de encarceramento e a emergência do tráfico de drogas tem argumentado a favor do envolvimento feminino; 8. Tendências na dependência de drogas; e 9. Programas de prevenção criminal dirigidos a ofensores masculinos obscurecendo o hiato de género.

A estas explicações Arnott (2010: 5,6) acrescenta a importância dos efeitos que a comunicação social tem tido na percepção pública de que a agressividade das raparigas tem vindo a aumentar, e as mudanças na cultura popular, nos estádios de desenvolvimento das raparigas e no comportamento dos pais.

Sabemos que os contextos de produção da investigação são diferentes e, apesar do corpo de pesquisa sobre esta temática se encontrar, maioritariamente, nos Estados Unidos, os resultados dos estudos americanos podem não ser transferíveis para o contexto europeu, ou outros contextos. Responder às questões - onde, quando, quem e como? - é fundamental para evitar “tomar por universal a investigação que emana de países do centro, esquecendo que ela não é menos regionalizada do que a que emana da periferia, exactamente da mesma maneira que se toma por universal a investigação sobre universos masculinos, não tendo em conta que ela não é menos marcada pelo género (...) do que a relativa a universos femininos” (Cunha, 2007: 3; 2005).

### **1.2.3. Reconstruindo invisibilidades... no contexto português.**

A realidade portuguesa sobre a “delinquência juvenil” feminina tem sido pouco investigada, quer ao nível da estatística, ainda pouco sensível às questões de género, quer no âmbito da realização e desenvolvimento de estudos, que, em regra, se restringem a pequenos parágrafos, pouco desenvolvidos e quase sempre descritivos sobre o papel da rapariga na cena da delinquência e nos contactos com a justiça juvenil.

Em qualquer uma das situações (análise estatística e desenvolvimento de investigação) são visíveis as alterações e as reformas legislativas que se fizeram sentir em Portugal, de forma muito particular a que ocorreu em 2001, com a entrada em vigor da Lei Tutelar

Educativa (LTE - Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro) e da Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP - Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro), que vêm substituir, no essencial, as limitações e desvantagens do modelo da Organização Tutelar de Menores (OTM - Decreto – Lei nº 314/78, de 27 de Outubro), em vigor desde 1962, e que reunia num só texto legal as normas respeitantes às crianças com comportamentos delinquentes ou com outro tipo de problemas ligados à infância<sup>28</sup>. Estes dois novos diplomas vêm assim permitir a separação entre, por um lado, as situações sociais que colocavam as crianças e os jovens em perigo e, por outro, as situações de justiça, adoptando um novo paradigma e, conseqüentemente, novos mecanismos de intervenção do Estado relativamente aos jovens (Santos, 2004: 154). A este respeito, Duarte-Fonseca (2000) chama a nossa atenção para uma questão que se tem reflectido nos dias de hoje:

“Estando-se prestes a atingir o ponto de viragem em matéria de direito de menores, com a entrada em vigor no princípio do século XXI da novíssima reforma nesta área, antecipa-se a maior expectativa quanto a saber em que medida aquele olhar diferencial segundo o género vai reflectir-se na aplicação dos instrumentos normativos (...). [É] de esperar que a Lei de Protecção seja mais aplicada a raparigas do que a rapazes (...) e que a Lei Tutelar Educativa tenha maior aplicação em relação aos rapazes”, (p. 83-84)

Vejamos alguns estudos apresentados cronologicamente e a forma como estes fazem o retrato sociológico do universo feminino na cena da “delinquência juvenil” em Portugal.

Em 1990, Eliana Gersão apresenta uma comunicação intitulada *Raparigas em internato de reeducação - porquê? Para quê?*, no I Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos. Trata-se de uma comunicação publicada na Revista *Infância e Juventude* (Gersão, 1990) e pretendeu mostrar algumas conclusões da análise dos dados publicados nas Estatísticas da Justiça relativos às raparigas sujeitas à jurisdição tutelar de menores e a sua comparação com os dados referentes aos rapazes. Segundo a autora, algumas dessas conclusões mostram que a percentagem de raparigas sujeitas à jurisdição de menores é bastante significativa e que tem vindo a aumentar. Além disso, nos processos de raparigas, os casos de “inadaptação”, “vadiagem”, “prostituição”, ou “libertinagem” estão mais representados do que nos rapazes.

---

<sup>28</sup> No âmbito da OTM, a abertura de um processo tutelar estava dependente das seguintes situações: situação de perigo para a saúde, segurança, educação ou moralidade, por ser vítima de maus tratos, abandono ou desamparo; seja vítima de exercício abusivo de autoridade na família ou na instituição a que esteja confiado; esteja em situação de risco, por manter condutas pré delinquentes ou para delinquentes (vadiagem, mendicidade, prostituição, libertinagem, abuso de bebidas alcoólicas, uso ilícito de drogas, adaptação à vida social normal); seja agente de facto qualificado pela lei penal como crime, tendo mais de 12 e menos de 16 anos.

Aliás, o internamento em estabelecimento de reeducação apenas foi decidido em 3.8% dos casos de crime. A maior percentagem é encontrada, precisamente, nas situações de inadaptação (15.2%) e nos processos que tiveram a sua origem em situações de vadiagem, prostituição ou libertinagem (23.5%). Como refere a autora, “... numa análise de 70 processos, ... em regra era o comportamento sexual da rapariga que estava na base da intervenção judiciária” (Gersão, 1990: 50)

Em 1994, Eliana Gersão e Manuel Lisboa (Gersão e Lisboa, 2004) publicam *The self report delinquency study in Portugal*, um estudo pioneiro que teve por objectivo identificar, junto de uma amostra significativa dos jovens de Portugal Continental (1000 respondentes, de ambos os sexos, com idades entre os 14 e os 21 anos), as taxas de prevalência de delinquência auto-revelada. Relativamente às questões de género, os autores referem que o comportamento delinvente entre jovens é frequente indiferentemente da idade, género, classe social e estatuto educacional. As raparigas constituíam 41,4% do total de jovens que admitiram ter tido uma conduta delinvente no ano anterior ao do inquirido (Gersão e Lisboa, 1994: 218), ou seja, quando analisam a relação entre género e a prevalência de comportamento delinvente (ver Quadro 1), os autores demonstram que, apesar de os rapazes aparecerem mais representados nas diferentes tipologias de comportamento delinvente, a diferença de género não é tão acentuada como a indicada pelas estatísticas oficiais, em geral.

**Quadro 1**  
Género e prevalência de comportamento delinvente

| Tipologia de comportamentos desviantes  | Rapazes |      | Raparigas |      |
|---|---------|------|-----------|------|
|   | n       | %    | n         | %    |
| Prevalência média de delitos contra a propriedade   | 525     | 52,5 | 475       | 47,5 |
| Prevalência média de delitos contra a integridade   | 135     | 25,7 | 79        | 16,6 |
| Prevalência média de delitos relacionados com drogas  | 197     | 37,5 | 98        | 20,6 |
| Prevalência média de delitos relacionados com a juventude (andar em transportes públicos sem pagar, condução sem licença ou seguro) | 79      | 15,0 | 34        | 7,2  |
| Prevalência média de delitos relacionados com a juventude (andar em transportes públicos sem pagar, condução sem licença ou seguro) | 253     | 48,2 | 153       | 32,2 |
| Prevalência total de comportamento delinvente   | 335     | 63,8 | 237       | 49,9 |
| Prevalência média de comportamentos problemáticos sem uso de álcool (vadiagem e fuga de casa)                                       | 164     | 31,2 | 157       | 33,1 |
| Prevalência média de comportamentos problemáticos com uso de álcool (vadiagem e fuga de casa)                                       | 310     | 59,0 | 238       | 50,1 |

Fonte: Gersão e Lisboa, 1994: 233 [tradução própria]

Relativamente a esta questão, e como ressalva Duarte Fonseca (2000), “os dados respeitantes a processos tutelares findos relativos a raparigas com condutas desviantes

não parecem mais do que a ponta do iceberg ao terem-se presentes os dados divulgados, resultantes do citado inquérito à “delinquência juvenil” auto-revelada” (p. 8-9).

Em 1998, o Observatório Permanente da Justiça publica o Relatório *A justiça de menores: as crianças entre o risco e o crime*. Este estudo pretendeu analisar a evolução da movimentação processual tutelar nacional, num período temporal de 54 anos (1942 a 1996), abarcando a problemática dos menores em situação de risco e delinquentes. No que se refere à presença das raparigas no sistema tutelar, os autores mencionam o seguinte:

“Ao longo do período de 1942 a 1996, as crianças e jovens “seleccionados” têm rondado sempre cerca de 80% de rapazes e 20% de raparigas (...). A presença das raparigas no sistema tutelar, embora sempre minoritário (16,1% - 443 – em 1989, e 23,4% - 661 – em 1996), tem vindo a intensificar-se (...). A presença das raparigas apresenta sempre valores fortes nas situações de abandono (entre os 40 e os 50%), sendo todavia inferior à dos rapazes. Apresenta valores relativamente baixos, mas significativos, nas situações de inadaptação (rondando os 15-20%), os quais aumentam gradualmente ao longo do período considerado (...) queda-se por percentagens ainda mais baixas nas situações de crime, as quais, todavia, tendo estado até 1995 abaixo dos 10%, sofreram em 1995 e 1996 um ligeiro aumento (16,9% em 1993, 21,3% em 1995 e 23,4% em 1996) (Santos *et al.*, 1998: 125-126).

Relativamente às crianças e jovens em risco as situações mais feminizadas são os maus-tratos, o abandono e a prostituição. Já nas crianças que praticam crimes,

“os crimes contra a propriedade representam a maioria dos crimes quer do sexo masculino (80,3% em 1989 e 85% em 1996) como feminino (60,2% em 1989 e 70,4% em 1996) (...). Seguem-se os crimes contra a integridade física, que assumem uma maior importância relativa nas meninas (21,9% em 1989 e 16,8% em 1996). (...) Os crimes mais femininos são os crimes contra a honra e os crimes contra a integridade física” (Idem: 130).

Em regra, os processos iniciados por participação policial tendem a ter maior expressão no caso dos rapazes, ainda que atinjam as raparigas em percentagens significativas. Mas é nos processos ‘da iniciativa da comunidade’ que a diferença se sente. “Os processos iniciados por participação dos pais, de outros familiares (...) são sempre mais frequentes em relação às raparigas do que aos rapazes – o que denota serem aquelas objecto de um maior zelo social protector/ controlador” (Idem: 131).

Em 2000, António Carlos Duarte-Fonseca publica a obra *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*, um estudo que analisou os dados relativos a processos tutelares findos, durante a década de 90, e que pretendia caracterizar quem são e quantas são as menores sujeitas à intervenção dos tribunais, bem como compreender o volume dos motivos, as formas que reveste e a natureza da intervenção. Fazendo o recorte das condutas desviantes das raparigas, o autor procura caracterizar as suas manifestações, indo além da mera comparação com o universo masculino. Descreve-nos as diferenças dentro da própria categoria de género. Segundo o autor, e de acordo com as estatísticas publicadas para os anos de 1990 a 1999, foram julgadas 5863 raparigas.

“Este número corresponde apenas a 21,6% do total de menores julgados nesse período (27 109). Ainda assim, este número e esta percentagem são bastante superiores aos registados na década de 80. (...) A partir de 1994, esse número aumentou todos os anos na ordem das dezenas, registando-se o maior acréscimo, quase na ordem das duas centenas, já em 1999...” (Duarte-Fonseca, 2000: 13-14).

No que se refere aos motivos da intervenção jurisdicional, do total de menores julgadas durante a década de 90, 27,5% foi julgada pelo cometimento de infracções. Um número bastante inferior ao que foi registado na década de 80 (54,3% do total de raparigas julgadas). Ainda assim, “as raparigas mantiveram percentagens anuais modestas no conjunto dos menores de ambos os sexos julgados por infracções. Na globalidade, esta percentagem é exactamente a mesma que a atingida nos anos 1980 (11,5%)” (Idem: 19). 26,4% foi julgada por inadaptação, para-delinquência e pré-delinquência (41.9% por inadaptação à vida social normal, 39,4% por vadiagem e/ou libertinagem, 6.7% pela prática da prostituição – ainda que represente quase 77% do total de menores de ambos os sexos julgados pelo mesmo motivo, 5% por mendicidade e 1,3% pelo abuso de bebidas alcoólica).

Em conclusão, Duarte-Fonseca (2000) defende que:

“a delinquência de raparigas que tem chegado ao conhecimento dos tribunais é quantitativa e qualitativamente pouco importante, comparada com a de rapazes. Apesar disso, o fenómeno assume características proporcionalmente semelhantes em ambos os sexos. (...). O que verdadeiramente difere é o olhar e a reacção social perante as condutas da mesma natureza, consoante são mantidas por menores e jovens de um ou do outro sexo, diferenças de que decorre uma discriminação negativa das raparigas...” (p. 83)

Na procura de um maior conhecimento sobre a problemática do desvio e da delinquência juvenil em Portugal, Maria João Leote de Carvalho realizou uma investigação (predominantemente quantitativa) que teve como ponto de partida o universo

de jovens de ambos os sexos (N= 685), entre os 9 e os 18 anos de idade que, por decisão judicial, se encontravam internados nos catorze colégios do Instituto de Reinserção Social, nos últimos quatro meses de vigência da OTM, ou seja, de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2000. O resultado deste estudo é publicado em 2003 em *Entre as malhas do desvio: jovens, espaços, trajetórias e delinquências*. Segundo a autora há uma clara predominância do sexo masculino, uma orientação que se tem revelado em outros estudos nacionais e internacionais sobre os sistemas de justiça. Mas, quando olhamos para os motivos de intervenção, os dados mostram-nos outros cenários: 76% dos jovens estavam associados a práticas ilícitas (57% das raparigas e 80% dos rapazes), 15,2 % a condutas desviantes (29,4% das raparigas e 12,1% dos rapazes) e 8,8% a casos de vitimação (13,5% das raparigas e 7,8% dos rapazes). Porém, mais do que ressaltar a sua importância, o que estava na base da colocação nestas instituições era a avaliação da personalidade, das condições de vida e da situação familiar.

Segundo Carvalho (2003, 2005), as raparigas retratadas neste estudo apresentam as seguintes especificidades: entram no sistema mais tarde do que os rapazes (a média de idade de colocação institucional rondava os 15,3 anos), em regra, por iniciativa da escola, ou seja, “as raparigas aparecem sobrerrepresentadas nas iniciativas cometidas à escola, enquanto os rapazes registam uma ligeira e relativa maior presença nas acções identificadas pelas polícias” (Carvalho, 2005: 76-77). Estão mais representadas como vítimas do que os rapazes (58,3% para 38,3%, respectivamente), sendo mais evidente esta diferença no campo dos abusos sexuais. Neste contexto elas estão claramente identificadas. Além disso,

“... apresentam níveis de escolaridade superiores (...), estão mais representadas nos ilícitos contra as pessoas, com uma forte incidência para as ocorrências em espaço escolar (...). Muitos dos seus comportamentos apresentam uma outra natureza e um grau de violência eventualmente superior aos manifestados pelos indivíduos do sexo masculino, porque mais directamente exercidos contra a integridade pessoal em detrimento de bens patrimoniais. As suas principais vítimas foram adultos não familiares e outras menores, predominando uma actuação individual: poucas são as que surgem referenciadas a grupos e quando tal acontece são, sobretudo, grupos mistos, onde a presença de adultos (homens) também se faz mais sentir. Destacam-se ainda nos consumos de drogas duras, assim como nas suas formas mais complexas (Idem: 87-88)

Alicerçado no mesmo universo de estudo surge o trabalho de Hugo Seabra – *Delinquência a Preto e Branco* – publicado em 2005, que consistiu num estudo de caso



de um CAEF (Colégios de Acolhimento, Educação e Formação) da Reinserção Social, situado em Lisboa. Ainda que apoiado, essencialmente, em metodologias de cariz qualitativo (observação, entrevistas, diário de campo), a referência ao universo feminino surge apenas na caracterização geral da população internada em Dezembro de 2000.

“As raparigas constituem cerca de 18,9% do universo existente (120 no total). Por sua vez, os rapazes (...) são a grande maioria dos internados, 81,1% (514 em valores absolutos) (...). Dos menores institucionalizados (...), 10,4% eram vítimas de maus tratos, abuso de autoridade, abandono ou desamparo. De entre estes destaque-se o contingente do género feminino, 20,8% de todas as raparigas sob tutela, contra 8% dos rapazes. (...) Relativamente à situação de para/pré-delinquência os valores sobem para os 14,8%. De destacar o facto de as raparigas serem aqui maioritárias, com 51,1% deste universo” (Seabra, 2005: 61-62).

O *Relatório de Avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*, realizado pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e publicado em 2004 (Santos et al., 2004), faz breves apontamentos descritivos sobre a participação das raparigas na delinquência, nos anos de 2001 e 2002. A este respeito, os autores referem que 88% dos jovens que foram objecto de um processo tutelar educativo e aos quais foi aplicada uma medida tutelar são do sexo masculino. No que se refere aos factos qualificados pela lei como crime, concluem que “... o furto simples e qualificado são os mais praticados, quer pelos jovens do sexo masculino (46.6%), quer do sexo feminino (49,4%).” (Santos, 2004: 226). Para as raparigas, o segundo tipo de ilícitos mais cometidos são os factos qualificados como crimes de ofensa à integridade física (14,5% em 2001 e 12,8% em 2002). Este tipo de ilícito, no caso dos rapazes, aparece apenas em quarto lugar. Apesar de constatarem que a medida de internamento é mais aplicada aos jovens de sexo masculino do que aos de sexo feminino, afirmam que este estudo não permite tirar conclusões seguras sobre esta situação. Mesmo assim, deixam alguns dados de interesse. As raparigas praticaram, em média, “57,5% do total de factos qualificados como crime de furto simples e qualificado e de roubo, contra 55% dos factos praticados pelos jovens do sexo masculino” (Idem: 238).

O trabalho de Raquel Matos (2008) - *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas* – traz novos contributos sobre o assunto, por duas principais razões: por um lado, pela proposta de abordar a criminalidade juvenil feminina, olhando para os percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas. E, por outro lado,

por ter privilegiado a utilização de metodologia qualitativas, que possibilitassem o acesso às perspectivas das mulheres ofensoras. Neste pressuposto, a autora realiza dois estudos. O primeiro baseia-se numa caracterização socio-demográfica e jurídico-penal da população reclusa feminina, entre os 16 e os 21 anos de idade (N= 49) e serviu para a construção de perfis que se distinguem essencialmente pelo tipo de crime cometido e pelo trajecto percorrido na justiça até ao crime. Estes perfis constituíram o ponto de partida para a realização do segundo estudo empírico, que consistiu numa abordagem aos discursos que as jovens ofensoras constroem sobre os seus percursos de vida e sobre as significações do crime nesses percursos. Segundo a autora, a contrastação dos discursos das mulheres permitiu identificar quatro posicionamentos distintos em relação ao desvio: “Identidade desviante: estilo de vida criminal” que reúne mulheres com um percurso significativo em termos de desvio, marcado por uma actividade criminal intensa, com histórias de institucionalização e de processos-crime, ao qual associam uma dimensão de controlo, de prazer e excitação, repleta de sensações muito positivas. Apesar desta situação, justificam os crimes com base em ocorrências da sua infância e insistem em apresentar-se em conformidade com os discursos dominantes de feminilidade. Em torno do perfil “Identidade de transição: meios desviantes para identidades normativas”, encontramos discursos de controlo e heterodeterminação. Dedicam-se ao tráfico de drogas ainda que não assumam estilos de vida criminal, mas um estilo que se aproxima de padrões normativos. “Identidade de transição: da vitimação ao desvio” reúne mulheres que se apresentam como vítimas das drogas, dos parceiros violentos e do contexto familiar na infância disruptivo, em torno dos quais organizam as suas narrativas. As mulheres com “Identidade normativa” apresentam percursos de vida normativos até ao momento em que o crime acontece, relacionado com percursos de vitimação, associado a uma grande condenação moral.

Nos discursos destas mulheres, a autora encontrou especificidades que são do domínio juvenil e que não se encontram nos discursos das mulheres adultas. Apesar de algumas das jovens serem mães, mais do que dos filhos falam da escola, dos amigos, dos pares, dos namorados, dos pais. Elas posicionam-se como mulheres a quem alguém presta cuidados e não como prestadoras de cuidados. E, no que se refere a percursos e trajectórias, a rua (associada ao prazer e à excitação) representa a oportunidade de controlarem as suas próprias vidas.

Não se constituindo numa caracterização exaustiva dos estudos científicos desenvolvidos sobre o tema, este levantamento serviu um propósito indicativo: o de mostrar a forma como a “delinquência juvenil” feminina tem ‘emergido’ em Portugal e como tem reflectido os olhares, as preocupações e controvérsias dos “moral entrepreneurs” (Becker, 1973).

Assim como acontece com a população carceral feminina, que raramente excede os 10% da população carceral geral, tanto em Portugal<sup>29</sup> como na generalidade dos países da União Europeia e nos EUA (Cunha 2006, no prelo), os números e os recortes da “delinquência juvenil” feminina em Portugal não têm sido muito diferente do apresentado pelos diferentes estudos, apontando para uma certa estabilização nos 10%, desde 2002 até 2009 (ver Tabela 2). Em Portugal, uma boa parte dos dados disponíveis em relação à criminalidade participada/ oficial<sup>30</sup> não permite a desagregação por género. E, quando há essa separação, não se consegue captar as heterogeneidades de género, por exemplo, em razão da idade.

Segundo os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), a “delinquência juvenil” tem vindo a diminuir desde 2002. Apesar de se encontrarem algumas oscilações positivas no crescimento da “delinquência juvenil”, em regra, a tendência é de diminuição (ver Tabela 1).

**Tabela 1**  
Evolução dos números da “delinquência juvenil” em Portugal, de 2001 a 2009

| Ano                | N.º  | Taxa crescimento |
|--------------------|------|------------------|
| 2001               | 5883 | -                |
| 2002               | 4790 | - 22,8           |
| 2003               | 4965 | + 3,7%           |
| 2004               | 4664 | - 6,5%           |
| 2005               | 4649 | - 0,3%           |
| 2006               | 4606 | - 0,9%           |
| 2007               | 4440 | - 3,8%           |
| 2008 <sup>31</sup> | 3161 | - 43,5%          |
| 2009               | 3479 | +10%             |

Fonte: Relatórios Anuais de Segurança Interna, 2006 a 2009

<sup>29</sup> Segundo o RASI de 2008, a população carceral feminina é de 8%, tendo diminuído 1% relativamente ao ano anterior.

<sup>30</sup> Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) - <http://www.mai.gov.pt>; Estatísticas da Justiça, DGPJ - <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica>; Difusão Estatística da Direcção Geral de Reinscrição Social (DGRS) - <http://www.dgrs.mj.pt>

<sup>31</sup> Em adenda ao RASI, foi revelado que em 2008 a criminalidade juvenil (actos criminosos praticados por menores de 16 anos) decresceu 43,5% face a 2007, incidindo nos Distritos de Lisboa, Setúbal e Porto cerca de metade das ocorrências registadas.

Em nome da inexpressividade estatística do fenómeno (correspondente a 1% da criminalidade geral), a parte referente à “delinquência juvenil” deixou de existir nos Relatórios a partir de 2008 (Santos, et al. 2010: 179); Além disso, aqueles que chegam até nós não fazem uma discriminação dos números por género, não sendo possível aferir se esta diminuição global da “delinquência juvenil” é diferenciada em razão do género.

Relativamente às Estatísticas da Justiça, a situação não é muito diferente do que constatamos anteriormente. Segundo o OJP, a escassez e fraca fiabilidade dos indicadores estatísticos da justiça não permitem uma reflexão cabal sobre a temática da delinquência (juvenil). A este respeito, um dos participantes do painel de discussão<sup>32</sup> organizado pelo OJP, no âmbito do estudo *Entre a lei e a prática: subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*, refere o seguinte:

“ P4 ... o OPJ tem aquela ligação à Direcção-Geral de Política de Justiça tendo acesso às estatísticas da actividade dos tribunais, que os investigadores não têm. Eu tenho-as através do Ministério da Justiça, mas só tenho estatísticas consolidadas até 2006” (Santos et al, 2010: 368)

O que se verificou é que, desde 2006, o critério de notação estatística mudou a meio da década, o que gerou grande confusão. Não é possível, hoje, fazer estudos exaustivos como o que foi feito, por exemplo, por Duarte-Fonseca (2000) sobre as *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*.

A Difusão Estatística da Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS) é, possivelmente, o ponto de observação mais próximo, todavia, a informação que fornece circunscreve-se à evolução e natureza dos pedidos recebidos (pelo tribunal) e executados pela DGRS. Não fornece nem a extensão da criminalidade participada (polícias), nem a dimensão da criminalidade julgada. No âmbito do Tutelar Educativo, permite-nos acompanhar e perceber a evolução da aplicação e execução das medidas na comunidade e de internamento em Centro Educativo (Tabela 2).

---

<sup>32</sup> O Painel de discussão, realizado no CES a 29/01/2010, contou com a presença e participação de juizes, magistrados do Ministério Público, psicólogos e académicos especialistas em “delinquência juvenil” (Santos et al., 2010).

**Tabela 2**

Evolução das medidas tutelar educativas entre 2002 e 2009, por género  
Os números referem-se aos jovens com medidas em execução a 31 de Dezembro de cada ano

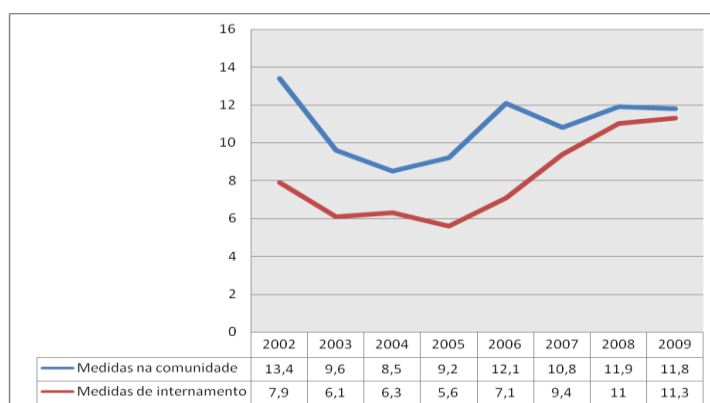
| Ano  | Medidas na comunidade |      |          |      |       | Medidas de internamento |      |          |      |       |
|------|-----------------------|------|----------|------|-------|-------------------------|------|----------|------|-------|
|      | Masculino             |      | Feminino |      | Total | Masculino               |      | Feminino |      | Total |
|      | Freq.                 | %    | Freq.    | %    |       | Freq.                   | %    | Freq.    | %    |       |
| 2002 | 644                   | 86.6 | 100      | 13.4 | 744   | 208                     | 92.1 | 18       | 7.9  | 226   |
| 2003 | 812                   | 90.4 | 87       | 9.6  | 899   | 276                     | 93.9 | 18       | 6.1  | 294   |
| 2004 | 931                   | 91.5 | 87       | 8.5  | 1018  | 255                     | 93.7 | 17       | 6.3  | 272   |
| 2005 | 903                   | 90.8 | 91       | 9.2  | 994   | 237                     | 94.4 | 14       | 5.6  | 251   |
| 2006 | 904                   | 87.9 | 124      | 12.1 | 1028  | 248                     | 92.9 | 19       | 7.1  | 267   |
| 2007 | 969                   | 89.2 | 117      | 10.8 | 1086  | 184                     | 90.6 | 19       | 9.4  | 203   |
| 2008 | 831                   | 88.1 | 113      | 11.9 | 944   | 161                     | 89.0 | 20       | 11.0 | 181   |
| 2009 | 859                   | 88.2 | 115      | 11.8 | 974   | 181                     | 88.7 | 23       | 11.3 | 204   |

**Fontes:** Os dados referentes às medidas de execução na comunidade retirados da aplicação de verbetes da DGRS. Os dados referentes às medidas de internamento em Centro Educativo foram fornecidos pela Direcção de Serviços da Área Tutelar Educativa (DSATE).

À semelhança do que acontece noutros países, a presença feminina nas estatísticas da “delinquência juvenil” é pouco expressiva, quando comparada com os rapazes. Mas, quando olhamos para a aplicação de medidas tutelares educativas a raparigas, podemos detectar algumas tendências interessantes (Gráfico 1).

**Gráfico 1**

Evolução das medidas tutelar educativas aplicadas às raparigas, entre 2002 e 2009

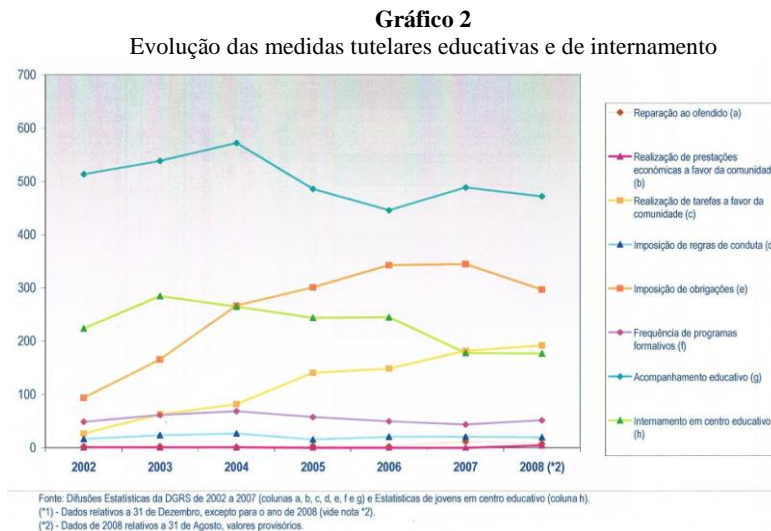


**Fontes:** Os dados referentes às medidas de execução na comunidade retirados da aplicação de verbetes da DGRS. Os dados referentes às medidas de internamento em Centro Educativo foram fornecidos pela Direcção de Serviços da Área Tutelar Educativa (DSATE).

Possivelmente resultante do impacto da reforma legislativa sentida em 2001, verifica-se um decréscimo na aplicação de medidas tutelares educativas a raparigas. Esta tendência começa a inverter-se, a partir de 2004, no caso das medidas na comunidade e, a partir de 2005, no caso das medidas de internamento. A partir destas datas verifica-se um

certo crescimento do número de jovens raparigas acompanhadas pela DGRS, ainda que este aumento seja mais sentido (percentualmente) no âmbito da aplicação de medidas de internamento.

Quando olhamos para a evolução das medidas tutelares educativas (Gráfico 2) e as comparamos com a evolução da aplicação dessas medidas às raparigas (Gráfico 1), podemos tecer algumas considerações.



**Fonte:** Difusões estatísticas da Direcção Geral de Reinserção Social de 2002 a 2007 e estatísticas de jovens em Centro Educativo

A primeira prende-se, desde logo, com a compreensão deste cenário geral da aplicação de medidas tutelares educativas, as quais expressam uma tendência actual explicada por vários factores: (novas) orientações políticas nacionais e internacionais; a constatação de que o grau de reincidência nas medidas de internamento é maior (ainda que, em rigor, não existam estudos de reincidência em Portugal (Santos *et al.* 2010); razões económicas que consideram que a aplicação de medidas na comunidade é menos dispendiosa; a reorganização da Reinserção Social em 2007, com a publicação de uma nova lei orgânica, da qual decorreu o fechamento de vários centros educativos, com particular destaque para os centros educativos femininos, que ficaram reduzidos a unidades residenciais em centros mistos; e as diferenças existentes na aplicação de medidas pelos próprios tribunais.

A segunda consideração remete-nos para o cruzamento propriamente dito entre a aplicação das medidas tutelares e a sua evolução no caso das raparigas. Pudemos observar que o aumento da aplicação de medidas na comunidade às raparigas foi concomitante

com um maior recurso às medidas não institucionais, especificamente a realização de tarefas a favor da comunidade e a imposição de obrigações (ver Gráfico 2); mas o aumento na aplicação de medidas de internamento às raparigas tem ocorrido no sentido inverso da aplicação das medidas de internamento em geral, o qual, como mostra o gráfico 2, tem vindo a decrescer progressivamente. Possivelmente, e na esteira do que foi demonstrado nos estudos desenvolvidos por Carvalho (2003) e pelo OJP (2004), esta situação pode dever-se ao facto de as raparigas apresentarem uma outra natureza e um grau de violência eventualmente superior aos manifestados pelos indivíduos do sexo masculino, pelo facto destes comportamentos serem mais exercidos contra a integridade pessoal.

A invisibilidade a que as raparigas estão votadas faz com que não se olhe para as dinâmicas das suas acções. Os estudos não as analisam porque elas não são suficientes para permitir inferências estatísticas. As estatísticas não as “captam” porque elas são engolidas pela generalidade dos números. A maioria dos profissionais da área consideram que é um fenómeno inexpressivo, como nos mostra o diálogo de alguns participantes do painel de discussão organizado pelo OJP (Santos *et al*, 2010: 372):

**P3** - Houve agora, no caso das raparigas, um aumento das medidas de internamento feminino mas é um fenómeno recente. Aumentou com as romenas que, em princípio, até não serão menores.

**P4** - Sim, mas aumentou 4 unidades. Isto é inexpressivo.

**OPJ** - Como temos tão poucos, quando dizemos que aumenta, aumenta muito.

**P4** - Claro, tínhamos 18 raparigas internadas em 2002, agora temos 24. Isso quer dizer alguma coisa?”

Tal não impede que seja também bastante complexo, especialmente para quem trabalha diariamente com estas jovens.

A falta de estudos e os dados disponíveis em Portugal não nos permitem inferir se os comportamentos delinquentes cometidos pelas raparigas têm aumentado ou não. A percepção social desse aumento, veículado, por exemplo, pela comunicação social (ver Caixa de texto 2 e Figura 1), não é acompanhado por um tratamento estatístico cabível, como vimos anteriormente. Pode ser que os acontecimentos mais recentes de violência perpetrada por jovens raparigas venha a traduzir-se numa maior atenção conferida a este fenómeno.

Caixa de texto 2

*Diário de Notícias*, 2 de Junho 2011

*30 raparigas em prisões de menores*

O número de raparigas em centros educativos subiu para 30 no primeiro semestre deste ano, o que representa um aumento de 30% em relação a todo o ano de 2010 (...). O número de raparigas internadas cresceu mais num ano do que entre 2008 e 2010, em que o aumento de internados do sexo feminino foi de 15% (de 20 para 23 raparigas). A maioria das jovens está acusada de furto e roubo e crimes contra o património. A seguir, estão os crimes contra pessoas - agressões físicas, que são 24% dos casos (...).

Figura 1

Dados sobre a violência no feminino em Portugal



Fonte: *Revista Sábado*, n.º 370, 2 a 8 de Junho de 2011, pp. 86 e 88

Tal como sucede e tem sido discutido noutros países, a percepção de que a delinquência feminina tem aumentado não reúne consensos. As dúvidas mantêm-se e, como questiona Leote de Carvalho (2005), é preciso saber se estas diferenças entre rapazes e raparigas reflectem:

“padrões de comportamento em função do género, ou se é em sua função que os mecanismos de controlo formal se posicionam e desenvolvem olhares diferenciados, intervindo mais precocemente junto dos rapazes. Nesta ordem de ideias, as raparigas acabariam por ser alvo de intervenção quando à visibilidade dos seus actos estivesse associada uma maior gravidade ou violência.” (p. 88)





## CAPÍTULO 2 | Olhares teóricos sobre a presença feminina na delinquência juvenil

*Ver ou não ver, eis a questão. Parece trivial, mas não é. Será que aquilo que a gente vê é mesmo aquilo que a gente vê? Ou a gente vê não o que olha, mas a relação com aquilo que olha?* (Soares, Bill e Athayde, 2005: 172)

---

**Síntese:** Se no capítulo anterior reflectiu-se sobre a construção social da delinquência juvenil feminina, neste capítulo pretende-se problematizar a sua construção científica, explorando a forma como a delinquência (juvenil) feminina tem sido construída pela sociologia do crime, em ordem a compreender a etiologia do fenómeno, e como alguns estudos fundamentais têm abordado as diferenças de género e especificidades femininas nas expressões da transgressão.

Começamos por ver como a figura feminina foi sendo remetida para nota de rodapé nas principais teorias sociológicas sobre o crime, e mesmo quando é protagonista no campo da violência e da transgressão, as teorias (tradicionais) conferem-lhe um estatuto de vítima, associando as suas acções a mecanismos de biologização, sexualização, patologização e masculinização. E como a esta perspectiva da sujeição acresce a da subjectividade, que vê as mulheres/ raparigas não apenas como vítimas mas também sujeitos activos na construção das suas próprias vidas, exigiu-se um reposicionamento discursivo da relação entre figura feminina e infracção. Esta discussão realiza-se em torno da dicotomia *rapariga-objecto* vs *rapariga-sujeito*. Ao trazer uma nova conceptualização da delinquência feminina, ela permite, também, mostrar a importância da superação deste olhar dicotómico entre vitimação e agencialidade.

A persistência das questões - por que cometem as raparigas menos infracções do que os rapazes? Que especificidades reservam? - e a percepção do aumento da visibilidade de comportamentos transgressivos por parte das raparigas, a qual conduziu ao incremento das investigações e da emergência de uma literatura mais sensível ao género, impôs a discussão em torno das idiossincrasias da delinquência feminina e dos principais factores que colocam as raparigas em risco de desenvolver comportamentos transgressivos e delinquentes. Estruturado em torno de cinco grandes áreas - o acesso ao espaço público, na esfera da família, gerindo sentimentos, a importância das amizades e as faces da violência - o resultado da revisão da literatura sugere que, se os factores de risco e de protecção da delinquência feminina são, em muitos caminhos, similares aos dos rapazes, existem diferenças-chave entre os géneros, trazendo novos desafios teórico-metodológicos e implicações importantes para o desenvolvimento de programas e políticas de intervenção.

### 2.1. Construção da delinquência (juvenil) feminina na sociologia do crime

O fenómeno da “delinquência juvenil” tem reclamado uma multiplicidade de investigações, ancoradas num registo pluridisciplinar, que têm permitido abrir novos

domínios de pesquisa e novas orientações metodológicas. Como nos mostra Ferreira (2000), a “delinquência juvenil” pode surgir quer como uma expressão juvenil que reflecte uma tradição cultural e económica desfavorecida e vulnerável aos processos que marcam as desigualdades de oportunidade, quer como uma consequência das experiências juvenis, das rupturas e dos fracassos que experienciam e das influências que derivam dos processos comunicacionais e culturais. O confronto destes modelos coloca o olhar sobre a desviância juvenil num dilema: será que os jovens se vêem “empurrados” para uma vida de marginalidades devido às dinâmicas de uma sociedade intrinsecamente excludente ou será que os motivos subjacentes a essa escolha estão relacionados com a forma como os actores vão construindo a imagem de uma vida desejável e provável? Será que a delinquência é resultado de uma desestruturação das agências de controlo social, ou será uma resposta a problemas com os quais os jovens se vão deparando na construção das suas identidades sociais?

Esta multiplicidade de olhares pode ser polarizada em duas grandes orientações filosóficas de pensamento<sup>33</sup>: uma de índole mais positivista e a outra mais relativista.

Apoiando-se em modelos de causalidade e linearidade e na crença de que o desviante é necessariamente diferente do cidadão normal, a perspectiva positivista focaliza-se no delinquente e no comportamento delinquente, procurando conhecer as suas causas, normalmente descritas em termos ou de características individuais ou de causas sociais e culturais. Na primeira as predisposições biológicas e psicológicas encerram as características individuais ao detectarem no próprio indivíduo a causa do problema. Na segunda, o enfoque encontra-se na norma social e no mundo da delinquência, que é visto como um todo homogéneo e anómico causado por factores de desregulação e desorganização social, agravados pelas falhas e carências específicas nos processos de socialização. Ao longo deste percurso, que marcou as construções teóricas até quase ao final do século XX, um pressuposto foi-se mantendo inalterado: quem se envolve em delitos é diferente, e só essa diferença (biológica, psicológica ou social) permite explicar o comportamento delinquente.

Em cotejo, encontramos uma perspectiva mais relativista da ciência que se interessará não por caracterizar aqueles que transgridem as normas e procurar, nas suas personalidades ou condições de vida, os factores susceptíveis da transgressão, mas por estudar o processo interactivo e significativo de construção das categorias e das práticas

---

<sup>33</sup> Cf. Dias e Andrade, 1997; Carmo, 2001; Gonçalves, 2000; Herpin, 1982; Xiberras, 1993

desviantes. Para isso assumem que não existem critérios universais para o conhecimento, uma vez que a definição do que seja um problema é sempre uma construção social interpretada em razão de quem é o actor, de quem constitui a audiência e do contexto em que ocorre esse julgamento.

### 2.1.1. Teorias de rapazes para vidas de raparigas

Albert Cohen, em 1955, afirma: *the delinquent is a rogue male* (p. 140). Hirschi, em 1969, relega as mulheres para uma nota de rodapé e Tracy, Wolfgang e Figlio, em 1985, afirmam que as raparigas são excluídas de um maior aprofundamento porque a sua presença é menor do que a dos rapazes (citados em Chesney-Lind, 1997). Nos discursos tradicionais, a figura feminina tem sido genericamente ignorada ou analisada com base em estereótipos de género. Mais do que isso, muitos autores sugerem que as grandes teorias da delinquência, desenvolvidas para explicar a delinquência masculina, são adequadas para explicar a delinquência feminina. Vejamos algumas dessas propostas.

A análise sociológica sobre o desvio juvenil tem-se desenvolvido em torno de alguns quadros teóricos de referência como as teorias da anomia, da transmissão cultural, da aprendizagem social, do controlo social e das perspectivas de base interaccionista.

A essência da teoria da anomia sugere que a criminalidade é desencadeada por situações de pressão/ tensão. E a fonte dessa tensão, na perspectiva de Merton (1970), é a existência de uma dissociação entre as aspirações culturalmente legítimas e as vias socialmente estruturadas para as alcançar. Deste modo, as manifestações de não conformidade serão precedidas da existência de uma tensão anómica que significa o estado de instabilidade e desorganização social ao qual os indivíduos se procuram adaptar<sup>34</sup>.

Um dos autores que utilizou esta perspectiva de Merton para explicar os contornos da delinquência cometida por jovens foi Albert Cohen (1966), na sua obra *Delinquent Boys*, escrita em 1955. Para o autor, os jovens pertencentes a classes desfavorecidas estariam mais vulneráveis a processos de frustração, desencadeados pelas desigualdades de oportunidade. Em resposta, os jovens desenvolveriam comportamentos desviantes que seriam vistos como uma solução colectiva para os problemas da falta de status, de

---

<sup>34</sup> Merton desenvolveu uma tipologia de “modos de adaptação” a situações anómicas que nascem do cruzamento de duas orientações: a aceitação/ rejeição de metas culturais e a aceitação/ rejeição das normas e dos meios institucionalizados pela sociedade. Deste cruzamento emergem cinco tipos de adaptação individual: o *conformismo*, o comportamento de *inovação*, a resposta *ritualista*, a *introversão*, e o comportamento de *rebelião* (Cf. Costa, 1999; Gonçalves, 2000; Dias e Andrade, 1997)

necessidades e de frustrações que afectam as classes baixas. Formando subculturas desviantes (ex. gangues), caracterizadas pela rejeição dos valores da classe média, aderem a novos valores com os quais sentem que podem ter sucesso.

Estes conceitos de cultura e subcultura, trabalhados por Cohen, retomaram os trabalhos desenvolvidos por Sutherland (1937), no âmbito da sua teoria da *associação diferencial*, cuja premissa base aponta para o facto de que quer a motivação para o desvio quer o conhecimento dos procedimentos para o cometer são apre(e)ndidos através de processos de comunicação no interior de pequenos grupo. Deste modo, o comportamento desviante é esperado e encorajado em determinados círculos sociais onde existem atitudes favoráveis à transgressão e desencorajado ou punido em outros.

Procurando estabelecer a relação entre a teoria da anomia de Merton, a transmissão cultural e a associação diferencial, Cloward e Ohlin (1970), através do conceito de “sistema de oportunidades diferenciais ilegítimas”, mostram que o desvio comportamental é, simultaneamente, fruto de uma inadaptação social às normas e aos valores da sociedade e uma consequência do modo de agir e de pensar da subcultura adoptada. Assim, argumentam que os indivíduos quando estão privados da igualdade de oportunidades e passam a dispor de meios ilegítimos para alcançar as metas culturais, tendem a “adaptar-se” às alternativas não conformistas. O comportamento desviante será, neste sentido, uma conduta adaptada em certos meios às oportunidades desses mesmos meios.

Qual a posição das mulheres nestes cenários teóricos?

Para Merton, Cohen, Cloward e Ohlin (citados em Naffine, 1987; Belknap, 2000), a subcultura delinvente seria uma solução masculina para um problema masculino. As mulheres envolvem-se menos em actividades criminais pelo facto de não serem parte do problema do sucesso material, ou seja, elas são menos confrontada por sentimentos de tensão e frustração, uma vez que os objectivos que fixam (casar e constituir família) são facilmente realizáveis. Os horizontes das mulheres confinam-se à família. Para Ruth Morris (1964, citada em Belknap, 2000) a questão é bem mais profunda pois as raparigas não estão apenas interessadas em arranjar um marido, mas também em manter outras relações, principalmente com a família. Elas enfrentam menos suporte subcultural e recebem maior desaprovação pelo comportamento delinvente.

Em crítica, Naffine (1987) aponta que “theorists are therefore perverse in their belief that women’s behavior is more uniform and conventional than men’s because women are not subjected to the stresses of the male role” (p. 23).

Também Sutherland (1937), olhando para a figura feminina como um corpo homogêneo e uniforme, considerou a criminalidade inapropriada para as mulheres. Os papéis de género constroem-na ao espaço doméstico e, como consequência, as raparigas/mulheres não vagueiam nas ruas, não aprendem a roubar nem a lutar nem tampouco estão em contacto com os *skills* das subculturas criminais. Elas são mais conformistas por serem estas as definições mais favoráveis ao seu comportamento. Esta decisão dos autores em evitar discutir o papel das raparigas/ mulheres na cena da delinquência foi, efectivamente, alvo de duras críticas, uma vez que seria um contributo fundamental para examinar as diferentes taxas de delinquência entre rapazes e raparigas e explicar diferenças de género

Até agora temos olhado para as teorias que procuram compreender os factores de risco social, apontando ora para factores de desregulação e desorganização social, ora para a influência da(s) (sub)cultura(s) do meio social em que o sujeito está inserido, passando pelas falhas e carências específicas no processo de socialização. Contudo, estas teorias revelam-se, na perspectiva das teorias do Controlo Social, insuficientes para explicar as diferentes respostas dos indivíduos colocados numa mesma posição. Questão que será reformulada, também, pelas teorias da rotulagem, especificamente, no debate em torno do *desvio primário* (quando um indivíduo cometeu um acto desviante mas não interiorizou o auto-conceito de transgressor e continua a ocupar o papel de conformista) e do *desvio secundário* (ocorre quando o auto-conceito da pessoa é alterado e o papel de desviante é pessoalmente assumido).

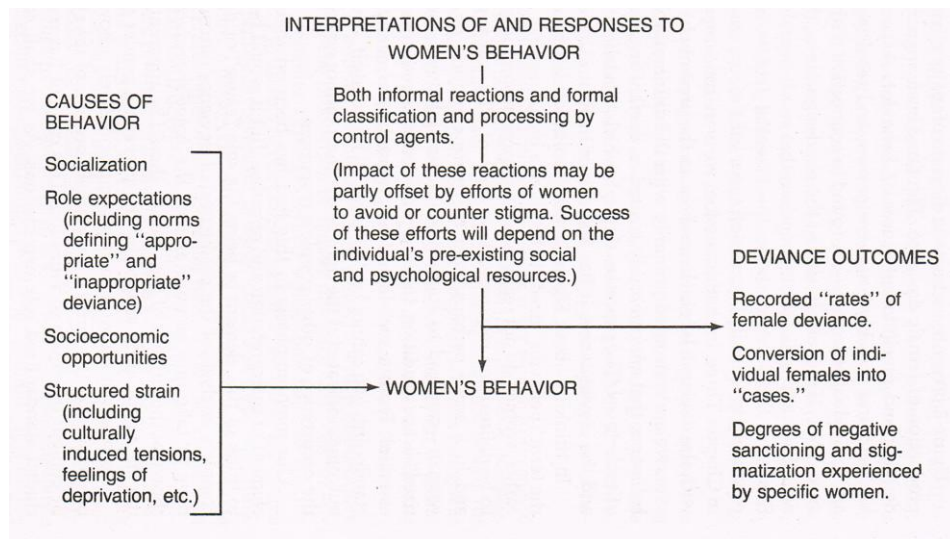
Autores como Reckless, Nye e Hirshi (citados em Dias e Andrade, 1997; Gonçalves, 2000), procurando compreender o que causa a conformidade, mostram que a maioria de nós não se desvia porque existem fortes laços (*inner and outer containments*, segundo Reckless) que nos ligam ao convencional, mesmo quando existem forças internas e externas que impelem o indivíduo para optar por soluções desviantes. Hirshi demonstra isto com bastante clareza, dizendo que quanto maior for a ligação (*attachment*) com os outros convencionais, quanto maior o comprometimento ou empenho (*commitment*) com as instituições sociais, quanto mais forte for o envolvimento e a participação (*involvement*) em actividades sociais e quanto mais acreditarmos (*belief*) na validade das normas sociais, menos estaremos disponíveis para quebrar as regras sociais. Neste quadro, a conformidade das mulheres seria explicada pelo facto de ela estar sujeita a uma maior número de contenções, quando comparada com o homem, e constrangida a

um maior controlo e supervisão social. Foram criticados, principalmente, por ignorar a importância do género como relação de poder significativa.

Nos finais da década de 50, surge um movimento crítico que começa a questionar as ideias tradicionais – a teoria da rotulagem. O desvio já não seria somente a infracção de uma norma social, mas a reacção da sociedade a essa infracção (Becker, 1973), ou seja, são os grupos sociais que criam o desvio ao elaborar as normas cuja violação constitui a *deviance*, e ao aplicar estas normas a pessoas particulares, estigmatizando-as como desviantes. Esta operação de rotulagem, enquanto reacção social organizada, procura demonstrar que os desvios não são um mero produto da transgressão de indivíduos e grupos “anormais”, mas uma forma de reacção social que provém da própria natureza do controlo social que, ao estigmatizar e rotular, leva os desviantes a construir espaços sociais de identidade pessoal e colectiva. Esta situação faz-nos perceber que a tendência será rotular como desviante aquele que não goza da capacidade de influência no sistema do controlo social.

Muitos foram os investigadores que contribuíram para o avanço dos conceitos-base da teoria da rotulagem (Lemert, 1951; Goffman, 1988, 1989), mas foi Becker (1973), com a sua obra *Outsiders*, publicada em 1963, que se assume como figura predominante. Destina a sua análise, de forma quase exclusiva, à figura masculina, e quando as mulheres surgem no seu trabalho assumem ou a figura da esposa, analisada e descrita sob a lente masculina, ou a figura de objecto sexual. As mulheres ofensoras são a antítese do ideal de feminilidade e, neste sentido, na óptica de Harris (1977, citada em Naffine, 1987), as mulheres não ofendem nem surgem como ofensoras tanto quanto o homem, porque o “*type-script*” que descreve as pessoas que agem em papéis criminais dita que o actor tem de ser homem. E ‘punir’ as mulheres por não se conformarem com papéis de género ‘apropriados’ tem já uma longa história. Na sua obra *Labeling women deviant. Gender, stigma and social control*, de 1984, Schur refere que a falta de poder das mulheres é resultado de um conjunto de rótulos que lhes são aplicados e que podem levar à interiorização desses rótulos e ao desvio secundário (ver Figura 2):

**Figura 2**  
 A produção do desvio feminino, segundo Edwin Schur



Fonte: Schur, Edwin (1984). *Labeling women deviant. Gender, stigma and social control*, New York: McGraw-Hill Company, p. 189

Baseado nesta relação entre estigma e poder social, o autor lista quatro principais razões que têm estado na base da subordinação social das mulheres: as fortes desigualdades de género no sistema sócio-económico; a percepção generalizada e a objectivação dessas desigualdades de género; a desvalorização da figura feminina em simbolizações culturais; e a relação das mulheres com as definições de desvio. As mulheres são constantemente lembradas do seu 'lugar' e (re)colocadas no seu 'lugar'.

Nem estes novos discursos emergentes na criminologia trazem as questões de género para o centro das discussões e, neste sentido, poucos foram os estudos dedicados à participação da figura feminina no crime.

Todas estas teorias foram concebidas e verificadas em função da delinquência masculina, partilhando a ideia de que a vida americana é masculina, com uma cultura de onde a figura feminina está excluída. A descrição das mulheres passa pela sua inactividade, por ser pouco ambiciosa, pouco criativa, tímida e cuja esfera de influência seria a casa/família. Como nos mostra Naffine (1987: 25), "female offending is trifling because nothing of public significance is demanded of women. Their criminality is seen to be narrow in scope because females have only one priority: achieving success with males".



### 2.1.2. Quando a figura feminina é protagonista...

A discussão em torno da criminalidade feminina tem-se orientado em torno de três grandes eixos: as explicações de base biológica e psicológica, que relacionam a delinquência feminina com o desvio sexual; as teorias que estabelecem a relação entre a delinquência feminina e os «papéis de género - socialização diferencial – controlo social»; e a tese da emancipação/ libertação das mulheres que explica que à medida que as mulheres vão conquistando liberdade para atingir os seus objectivos ficam mais expostas a situações criadoras de *stress* e frustração que as induziriam ao crime.

Os estudos mais antigos sobre a delinquência feminina reportam-se ao final do século XIX com Lombroso e Ferrero (1895), que acreditavam e defendiam que as diferenças biológicas, inerentes a homens e mulheres, influenciavam o grau e o tipo de envolvimento em práticas delitivas. A figura feminina seria congenitamente menos propensa para o crime devido ao seu papel biológico relacionado com a maternidade e às características que a definiam como sendo “pura, passiva, dependente, submissa, desprovida de identidade, atenciosa e amável, mas também infantil, narcisista, emotiva, malévola, enganadora, sob a influência da identidade e instável” (Morris citado em Lucchini, 1997: 74). Assim, para as mulheres, duas possibilidades opostas pareciam apresentar-se: ser mãe ou prostituta, sendo que as jovens criminosas eram tendencialmente representadas nesta segunda opção. Mesmo em casos de assalto ou furto, as explicações privilegiavam a repressão sexual, a histeria feminina ou ainda, na óptica freudiana, o complexo da castração.

Outros estudos, como os de Pollak (1950), Cowie, Cowie e Slater (1968), Vedder e Somerville (1970), foram sendo desenvolvidos nesta área, mas todos sugerem que a delinquência feminina assume, predominantemente: 1) ou a forma de comportamento sexual e prosmícuo, como nos mostra Thomas (1925 citado em Matos, 2008) ao argumentar que as raparigas delinquem devido à ânsia por novas experiências e à percepção de que podem obtê-las se manipularem a sua sexualidade; 2) ou a forma de patologização, na medida em que por detrás desses comportamento está a presença de uma perturbação; 3) passando pela ideia de que as mulheres que transgridem apresentam traços físicos de masculinidade, enquanto as mulheres “normais” são femininas. À luz destas perspectivas, as jovens delinquentes são “the runaway, the incorrigible girl and the sex-delinquent girl” (Vedder e Somerville citados em Chesney-Lind e Shelden, 1992: 60),

que reagem a forças que vão além do seu controlo. A maioria destas teorias, segundo Holsinger (2000), foi criticada por se basear em crenças sociais sexistas, balizadas por estereótipos de género. A ideologia guiava a teoria.

Mais recentemente, e dentro deste quadro explicativo, o enfoque tem-se dirigido para factores de vulnerabilidade biopsicológicos como o stress e a ansiedade, défices de atenção e problemas de hiperactividade, défices intelectuais, maturidade sexual precoce e problemas de saúde mental (Bartollas e Schmallegger, 2010: 154)

Apesar de ter havido uma tentativa de ultrapassar estas perspectivas por outras que privilegiassem a estrutura social como responsável pela origem da delinquência, a realidade é que isto não significou uma verdadeira preocupação com a criminalidade feminina. Vejamos os contributos das teorias sociológicas clássicas, desenvolvidas no ponto anterior, cujo enfoque vai exclusivamente para a delinquência masculina, apresentando uma visão das mulheres e do seu comportamento criminal muito centrado no argumento de que a natureza feminina é diferente da masculina. A figura feminina nunca constituiu, para estes quadros teóricos, um desafio de investigação e alguns sugerem que a delinquência mais não é do que uma extensão da masculinidade. O esquecimento das mulheres/ raparigas no universo teórico da delinquência veio reforçar a dominação masculina na sua explicação, permitiu desconstruir o carácter patológico do desvio masculino e acentuou o olhar para o comportamento das mulheres/ raparigas criminosas como inapropriado e não feminino. Os discursos tradicionais sobre a delinquência feminina, como referem os contributos críticos da criminologia feminista, têm estado eivados de interpretações que sugerem a biologização, a sexualização, a patologização e a masculinização das mulheres.

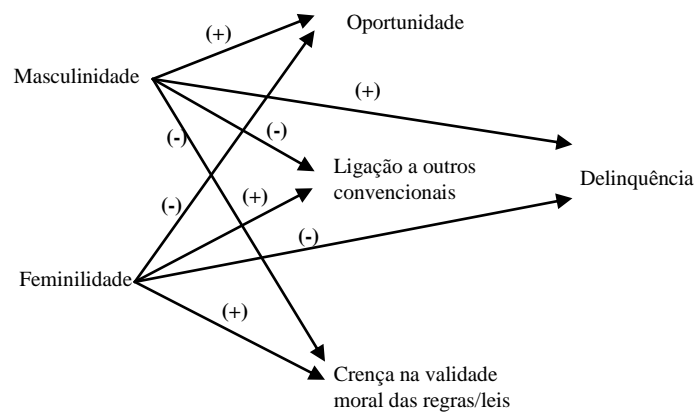
As teorias que estabelecem uma relação específica entre a socialização diferencial de género e a delinquência feminina vêm dar um salto de visibilidade a este fenómeno. Aliás, estas teorias têm dominado a literatura sobre as diferenças de género na violência (Campbell, 1993).

Segundo Shover *et al.* (1979), duas interpretações diferentes foram sendo sugeridas na explicação desta relação. A teoria da masculinidade demonstra a existência de uma forte relação entre masculinidade e delinquência. Espera-se que os homens sejam mais agressivos e, das mulheres, esperam-se comportamentos e papéis mais passivos. Neste sentido, à medida que as mulheres/ raparigas se tornam mais masculinizadas aumenta a probabilidade de se tornarem mais delinquentes. A teoria do controlo, *a contrario*,

procura demonstrar que esta relação entre papéis de género e envolvimento criminal não é directa, pelo efeito de outras variáveis como: a oportunidade de entrar na delinquência, a ligação com outros significativos e as crenças na legitimidade das regras e das leis. Os argumentos mostram que as raparigas são mais controladas, têm menos oportunidades de violar as normas, e têm crenças mais positivas sobre a legitimidade das regras (Figura 3).

**Figura 3**

Modelo de relacionamento entre papéis de género tradicionais, oportunidade, controlos sociais e delinquência



Fonte: Shover, Norland, James e Thornton (1979). "Gender roles and delinquency", *Social Forces*, 58 (1), p. 165 [Tradução própria]

Neste sentido, segundo esta perspectiva, as mulheres/ raparigas ocupam e desempenham papéis no mundo criminal que são definidos pela falta de oportunidade e sexualmente determinados.

Se as diferenças biológicas entre homens e mulheres são uma realidade, esta perspectiva vem mostrar que agir como homem ou como mulher é uma construção social, influenciada por definições culturais e sociais aprendidas em contextos de socialização (Amâncio, 1993). Ao interiorizarem os discursos culturais acerca do que é ser um homem e uma mulher desejável, os indivíduos são orientados para assumir esses papéis nas suas vivências quotidianas, e não é diferente para as questões da violência.

Os rapazes aprendem, pelos próprios modelos sociais, os benefícios de um comportamento agressivo e as raparigas, segundo Schilt (2003) são socializadas para acreditar que as "boas raparigas" são quietas, passivas e que sacrificam as suas necessidades pelos outros. Os homens são recompensados pela violência e as mulheres punidas e ensinadas a reprimir qualquer impulso agressivo. Vários estudos têm mostrado a quantidade de caminhos em que as raparigas são premiadas pelo silêncio e pela

passividade. Este tratamento serve para reforçar a mensagem societal sobre o comportamento apropriado de género e encorajar as raparigas a ocupar um lugar na sociedade de acordo com as expectativas (Naffine, 1987). Como demonstra o trabalho de Gilligan, Lyons e Hammer (1990 citados em Simões, 2007: 48), muitas raparigas, na adolescência, separam-se do que sabem e do que sentem para apenas experienciarem sentimentos ajustados a um ideal de rapariga. Esta separação entre o interior e o exterior, ou seja, entre os sentimentos e os comportamentos cria confusão e conflitos interiores.

Neste sentido, quando as raparigas cometem actos delinquentes estão a violar as expectativas do papel social feminino, que tem surgido como incompatível com o mundo criminal (Shoemaker, 1996; Chesney-Lind e Sheldon, 1992). Assim, as mulheres ofensoras passam a ser vistas como sendo duplamente desviantes, por transgredirem a lei e os papéis de género convencionais (Smart, 1976).

O mesmo argumento dos papéis sociais ajuda-nos a compreender outras realidades, ou seja, os papéis sociais de género são influenciados pela estrutura de classe e pela pertença étnica, como nos mostra Luke (2008: 45):

“Traditional theorists may not have thought that specifically including girls in their theories was necessary because the proportionally few girls who were involved in delinquency were, in their minds, predominantly black. Despite the reality that far more white girls have been involved in crime and delinquency in the United States than girls of color, the image of a female juvenile delinquent as black persists (Chesney-Lind e Sheldon, 2004). Black girls in the United States, according to some cultural critics, have been constructed by mainstream society as *not really* girls (Collins, 1998; Hammond, 2001; Hurtado, 1996; White, 2001). They are constructed and represented as some other “deviant,” although normally unspecified and often contradictory, combination of hypersexed or desexed and hypermasculinized beings; a “black hole” against which white girls and white femininity are constructed and understood (Hammond, 2001; White, 2001)”.

O desvio de expectativas sociais sobre a conformidade sexual e moral (e.g. fugas de casa, promiscuidade sexual, desobediência...) seria, assim, mais tolerado e até esperado em raparigas de classe baixa e negras. Contudo, quando raparigas brancas, especialmente de classe média, são violentas, tornam-se um desafio às normas culturais sobre género, classe, raça e um motivo de preocupação. Esta relação entre «crime - estruturas de género, raça e classe – e masculinidades/ feminilidades hegemónicas» é muito bem retratada pelos trabalhos de Messerschmidt (1997) e Simpson e Elis (1995).

Toda esta discussão dá um salto de qualidade com o conceito de *doing gender*, proposto por West e Zimmerman (1987: 126):

“When we view gender as an accomplishment, an achieved property of situated conduct, our attention shift from matters internal to the individual and focused on interactional and, ultimately, institutional arenas (...) it is individuals who “do” gender. But it’s a situated doing, carried out in the virtual or real presence of others...”

Para Messerschmidt (2009), as teorias dos papéis tradicionais de género, o feminismo radical e o feminismo marxista foram criticadas por ignorar formas distintas de agencialidade. A acção social individual era vista apenas como resultado de um papel sexual ou de sistemas de patriarcado ou do capitalismo. *Doing gender* foi, neste sentido, um avanço conceptual de monta que respondeu ao impasse teórico sentido e veio a influenciar a teoria feminista em todo o mundo.

Atenta às dificuldades que a teoria dos papéis sexuais apresenta na explicação da delinquência feminina e procurando desconstruir os discursos da irracionalidade e da demonização do desvio feminino, Freda Adler (1975) surge com um novo argumento – a tese da emancipação/ libertação das mulheres. Este argumento explica que à medida que as mulheres vão conquistando liberdade para atingir os seus objectivos, se exporiam a mais situações criadoras de stress e frustração que as induziriam ao crime. Para a autora, esta relação também pode ser percebida e explicar o comportamento juvenil feminino. Ou seja, as raparigas tenderiam a imitar o comportamento das suas mães e irmãs mais velhas quando procuram conquistar a sua liberdade e, neste sentido, todos os tipos de crime que podemos esperar nas mulheres adultas são expectáveis nas adolescentes/ jovens. Naffine (1987) resume os principais pressupostos desta teoria: 1) o feminismo deu visibilidade à competitividade das mulheres; 2) o movimento feminino abriu oportunidades estruturais que aumentaram as possibilidades de infracção feminina; 3) as mulheres lutaram e ganharam a luta pela igualdade; 4) o feminismo faz as mulheres quererem comportar-se como homens e 5) crime é inerentemente masculino.

A perspectiva de Adler foi bastante criticada pela exuberância das suas explicações e pela ausência de suporte empírico que sustentasse a ideia de que as mulheres estariam a cometer mais crimes, e crimes mais violentos ou ‘masculinos’ (cf. Naffine, 1987; Chesney-Lind e Shelden, 1992; Shoemaker, 1996; Vuille, 2007: 183). Por exemplo, um estudo publicado em 1983, por Bunch (citada em Belknap, 2000), vem demonstrar que mulheres encarceradas por crimes violentos partilham papéis de género tradicionais, femininos e conformistas.

Apesar das críticas que se fizeram sentir, esta discussão continua a influenciar o debate sobre a criminalidade feminina e tem contribuído para o reposicionamento discursivo em torno da relação entre figura feminina e infracção.

### **2.1.3. Reconstrução dos discursos sobre a figura feminina: entre a vitimação e a agencialidade**

*...meninas que se sucedem diferentemente ao longo dos tempos, como se brincassem fazendo, não uma roda, mas um 'comboio' em que se iam empurrando mutuamente no(s) tempo(s) e no(s) espaço(s) para sair da(s) sombra(s), do peso que essa(s) sombra(s) constituíram para algumas delas. Como ser capaz hoje de pegar nessas meninas tão diferentes nas maneiras de vestir, e estudar e de amar, e apagar o peso, a opacidade que algumas delas tiveram que viver e em que outras foram capazes de inventar outros fazeres, outras formas de amar e de saber. Até hoje. (Joaquim, 1997: 10)*

Segundo Holsinger (2000), os contributos das teorias feministas são indiscutíveis para a reconstrução dos discursos em torno da figura feminina. E são-nos por diferentes razões:

Primeiro, pelo reconhecimento de que a estratificação de género existe nas sociedades patriarcais e que tem implicações estruturais fortes na experiência de se tornar mulher ou homem na sociedade.

Segundo, por ter desenvolvido um olhar mais apurado para as questões género, isto é, para a socialização diferencial dos rapazes e das raparigas, para as diferentes motivações para o crime, para os tipos e contextos criminais e para as diferenças nas oportunidades do crime.

Em terceiro lugar, pelo papel na defesa da ideia de que a teorização deve nascer da realidade de vida das raparigas e não de pensamentos estereotipados. A este respeito, e como refere Chesney-Lind (1997), os esforços na construção de uma teoria feminista da delinquência exige que se esteja sensível às situações de vida das raparigas, quer na dimensão das experiências, quer na forma discursiva como é dado sentido a essas experiências. Expondo a violência, abre-se a possibilidade de olhar para o contexto, o significado social, para o como e o porquê de algumas mulheres se tornarem violentas (Pollack, 2000).

Em quarto lugar, por considerar que o aprofundamento do pensamento feminista, nas suas mais variadas expressões, tem destacado a necessidade da utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento

delinquencial feminino, redimensionando e reenquadrando a importância do gênero na explicação do fenômeno. Neste sentido, as propostas teórico-metodológicas têm sido variadas e, na perspectiva de Figueria-McDonough (1992 citada em Hoyt e Scherer, 1998: 102) podemos agrupá-las em três modelos: *add-and-stir reseach*; *female-only focused e integrated universal models*. O primeiro modelo aponta para a importância da inclusão de amostras femininas nos estudos da delinquência masculina, para poder captar os estereótipos de gênero e examinar similaridades de comportamentos e diferenças de gênero. O segundo pressuposto assume a necessidade de se estudar apenas amostras femininas para se poder captar as especificidades da delinquência feminina. A terceira perspectiva chama-nos a atenção para a importância dos estudos integrados, ainda que, a este respeito, Steffensmeier e Allan (1996: 473) afirmem que ainda não foi desenvolvido um instrumento teórico integrado de explicação da criminalidade feminina e das diferenças de gênero no crime. O que encontramos, segundo estes autores, são ou teorias que neutralizam o gênero ou teorias específicas de gênero. Se as primeiras não nos conseguem demonstrar as especificidades das diferenças de gênero no tipo, frequência e contexto do comportamento criminal, as segundas podem tornar-se menos adequadas se requererem explicações separadas para a criminalidade das mulheres e dos homens.

Por fim, e segundo Smart (1976 citada em Holsinger, 2000: 45), “the aim must be not only to make visible the invisible, to restore women in their own right to social science, but to find alternatives modes of conceptualizing the social world so that the interests and concerns of women are addressed and included rather than subsumed or ignored”.

Historicamente falando, “o que tem vindo a tornar-se mais visível quando se começou a considerar as mulheres como sujeitos de investigação foi, em primeiro lugar, a sua sujeição. Em segundo, porém, foi a sua subjectividade – porque as mulheres não são apenas vítimas mas também sujeitos activos na construção das suas próprias vidas, sociedade e história” (Bock, 2008: 78). Sabemos que as expressões do pensamento feminista<sup>35</sup> apontaram preocupações diferentes. Alguns feminismos chegaram a ignorar e

---

<sup>35</sup> 1) O *feminismo liberal* clama pela igualdade de oportunidades e pela liberdade de escolha da mulher, acreditando que homens e mulheres podem trabalhar em conjunto para tornar “andróginos” os papéis de gênero e eliminar as políticas e práticas discriminatórias; 2) O *feminismo fenomenológico* presta mais atenção ao regulador do que ao regulado, ou seja, interessa-se por perceber porque é que as adolescentes recebem um tratamento discriminatório pelo sistema de justiça juvenil e como as leis penalizam as raparigas. O tratamento mais brande que se verifica no caso das ofensoras adultas parece não se verificar quando a ofensora é uma adolescente/jovem; 3) O *feminismo socialista* preocupa-se com a importância da interação entre classe e gênero, defendendo que o crime é resultado desta relação, porque o que tem mais poder é o que tem mais oportunidades (i) legítimas para o cometimento do crime. As baixas taxas de delinquência feminina estão relacionadas com a posição de pouco poder que a mulher tem na sociedade; 4) O *feminismo marxista*, por sua vez, defende que as desigualdades de gênero e classe são o resultado das relações de produção capitalista que estruturam o poder das mulheres e das jovens e o tipo de envolvimento no crime; 5) O *feminismo radical* vê o poder masculino como a principal causa de todas as desigualdades sociais e o patriarcado a expressão máxima. A opressão das mulheres é de tal forma

até contribuíram para patologizar comportamentos considerados ‘não femininos’ (Chesney-Lind e Eliason, 2006). Outros têm vindo, crescentemente, a utilizar as vozes femininas para compreender as histórias de vidas que colocam mulheres e raparigas em risco de delinquir<sup>36</sup>, dando à variável género um estatuto central e à figura feminina um protagonismo impensável nos estudos tradicionais da criminologia. A teorização sobre estas questões, para ser adequada, não pode ignorar o papel crucial que é desempenhado pelo sistema de género, tanto na produção do comportamento feminino como na resposta da sociedade para esse comportamento.

Pode a violência ser uma fonte de construção da feminilidade? Ou quando as raparigas empreendem actos violentos estão a construir masculinidades? Estas questões não têm reunido consensos, como nos mostra, por exemplo, a discussão entre Miller (2001, 2002) e Messerschmidt (2002, 2004). A argumentação de Miller vai no sentido de que existem incompatibilidades entre ‘acting bad’ e feminilidade, ao afirmar que as raparigas que agem como rapazes abraçam uma identidade masculina.

“I was the girl who done everything the *dudes* done (...) I was just like a *dude* in a girl’s body (...) they reflect gender crossing, embracing a masculine identity that they view as contradicting their bodily sex category (that is, female)” (Miller, 2002: 443)

Tese que Messerschmidt (1997, 2002) contra-argumenta ao defender que os gangues femininos agem sem alterar a sua identidade de género. Agem como raparigas e legitimam a sua feminilidade. As raparigas usam os recursos disponíveis para construir não masculinidades, mas um tipo específico de feminilidade, por exemplo, para as raparigas que são membros de gangues fazer feminilidade significa também fazer violência. Esta feminilidade de “bad girl” consiste na combinação de práticas convencionais e práticas atípicas de género, que se justificam nos e pelos contextos.

Apesar das diferenças, ambos os autores, segundo Petersson (2005), argumentam que estas raparigas diferenciam-se em relação a uma feminilidade normativa. Como demonstram Chesney-Lind e Eliason (2006), quando as características dos papéis de

---

profunda que se torna no tipo de opressão mais difícil erradicar. Focam, especialmente, a violência sexual contra as mulheres; 6) *A terceira vaga do feminismo* foca o papel significativo que o sexismo, o racismo, as diferenças de classe, a orientação sexual, a idade e outras formas de desigualdade socialmente estruturadas jogam na vida das mulheres. Ajuda a clarificar não só os comportamentos criminais das mulheres, mas também os crimes contra as mulheres; 7) *O feminismo pós-moderno* critica os outros feminismos por assumirem que as mulheres são claramente definidas e pouco controversas. Recusam a existência de uma definição universal de justiça para todos (Bartollas e Schmallegger, 2010:159).

<sup>36</sup> Como são exemplos os trabalhos de Carlen (1988, 2007), Campbell (1984), Naffine (1987), Worrall (1990), Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Shaw (1995), Steffensmeier e Allan (1996), Hoyt e Scherer (1998), Assis e Constantino (2001), Burman, Brown e Batchelor (2001), Jody Miller (2001), Giordano, Cernkovich e Rudolph (2002), Messerschmidt (2002, 2004), Cunha (2002), Alder e Worrall (2004), Batchelor (2005; 2007; 2009), Young *et al.* (2007), Matos (2008).



género são fortemente polarizadas e dicotomizadas, as raparigas que rejeitem as noções tradicionais de feminilidade ou que descubram que nos seus espaços mais próximos não é seguro exhibir condutas tradicionalmente femininas, não têm outro modelo a adoptar se não os que estão associados à masculinidade tradicional. A masculinidade é poder e as raparigas que foram vítimas desse poder, muitas vezes, buscam obter controlo e respeito imitando a violência masculina.

No seu último livro - *Flesh and Blood* - Messerschmidt (2004) avança com uma distinção muito interessante entre prática de género e projecto de género. Ou seja, a chave de interpretação de como as raparigas constroem masculinidades ou feminilidades, quando empreendem acções de violência, prende-se com a forma como elas desejam ver-se/retratar-se como raparigas ou rapazes nos contextos onde a violência é exercida. Deste modo, as suas estratégias podem ser diversas, consoante o grau e tipo de participação no grupo: podem adoptar padrões de comportamento masculinizados e construir uma identidade de género que as faça sentir “one of the guys” (Miller, 1992:443); podem tornar-se ‘socialmente invisíveis’ para poder minimizar os seus atributos sexuais (Miller e White, 2004: 170); ou fazer valer as suas especificidades e, dessa forma, serem respeitadas pelos rapazes e pelos companheiros (Campbell, 1984).

Também os estudos de Batchelor (2007; 2009), na Grã-Bretanha, têm mostrado que o estatuto, o sentimento de superioridade e a sensação de adrenalina e euforia que as raparigas dizem sentir na prática da infracção, apesar de estarem repletos de significações masculinas, não indicam que as raparigas tenham de abraçar identidades masculinas. Aliás, os dados empíricos do estudo demonstram que o envolvimento em comportamentos delitivos pelas raparigas, ao surgir como forma de proteger ou provar a sua fidelidade à família, aos amigos ou ao local de residência, não deixam de levar em consideração normas que enfatizam a feminilidade, como o altruísmo, a lealdade e o cuidar dos outros.

Esta questão da participação das raparigas na delinquência e a emergência da imagem de que muitas delas não são apenas colaboradoras e acessórios dos seus parceiros masculinos, mas *prime-movers* (Batchelor, 2009), reaviva a discussão em torno das diferenças entre a imagem da “rapariga-objecto” e da “rapariga-sujeito” (Lucchini, 1997).

A primeira “tem falta de autonomia (...) é caracterizada pelo uso utilitário da sexualidade e pela sua capacidade de manipular as relações sociais com o fim de resolver situações conflituosas (Lucchini, 1997: 113). Nesta imagem, aliás dominante na

literatura, as raparigas jogam um papel de bastidores, relegadas para crimes específicos de género e que estão lá pelos “seus” rapazes (Aldridge e Medina, 2007 e Kintrea, 2008 citados em Batchelor, 2009). Segundo Steffensmeier e Allan (1996), as raparigas quando praticam crimes tradicionalmente masculinos normalmente não agem sozinhas, mas como cúmplices, principalmente do companheiro. Atraídas pelo *glamour* e pela celebridade dos membros masculinos, frequentemente vêm-se exploradas sexualmente ou envolvidas em relações abusivas de dominação/ submissão.

A segunda é aquela que realiza tudo o que os rapazes fazem no domínio da delinquência. Nesta imagem, as raparigas delinquentes afirmam a sua especificidade, adquirem a consciência da sua autonomia em relação aos rapazes e formam bandos compostos por raparigas. O seu estatuto depende das competências adquiridas e não dos favores sexuais prestados. Capaz de ocupar uma posição própria, o seu estatuto não é granjeado pela ligação amorosa, mas pela relação de amizade. Neste sentido, elas decidem quando se associam aos rapazes, e não sentem que sejam influenciadas pelas suas acções (Young *et al.* 2007; Batchelor, 2007). Não se vêem como vítimas exploradas, mas como pessoas que se apropriam das normas e dos valores subculturais para utilizar a violência e desafiar os papéis de género tradicionais.

Esta última imagem traz para a discussão o papel activo e assertivo que as jovens podem encetar na procura e na gestão do próprio risco. Rompendo com os discursos dominantes que descrevem as raparigas como avessas ao risco e explicam a violência feminina pela falta de controlo, possibilita, na linha de Katz (1988), conceber que as motivações para o comportamento criminal podem estar ligadas à estética e às atracções emocionais da experiência criminal, e que a procura de risco, como uma experiência sensível intensa (Lyng, 2004), possa ser uma forma de lhes dar um sentimento de agencialidade e de controlo. Se compreendermos a interpretação subjectiva da experiência, podemos perceber que “doing evil (...) is motivated by a quest of moral transcendence, righteousness in the face of challenge, boredom, humiliation, or chaos (...) Katz believes an attractiveness that uplifts, excites and purifies...” (Thompson e Bynum, 2010: 192).

Analisando a forma como os indivíduos se apropriam dos modelos culturais dominantes, os legitimam ou quebram, e constroem os seus projectos e percursos de vida, é possível compreender as suas perspectivas, sem termos de cair, necessariamente, no discurso fatalista que os reduza a vítimas eternas das condições materiais em que vivem.

Apesar da importância que as condições objectivas têm no curso de vida dos actores sociais, fixar-se apenas nelas pode contribuir para obscurecer algumas questões como a da transversalidade do fenómeno e da eventualidade de trajectos *improváveis*<sup>37</sup> dentro de cada classe.

Na realidade, e por detrás destas discussões, encontramos propostas de reconstrução dos discursos sobre as mulheres e a transgressão baseadas numa dicotomia fundamental: *mulher transgressora vítima vs* empreendedora. A participação das mulheres no crime dicotomiza a sua agencialidade.

A noção de *mulher transgressora vítima* (Snider, 2003), que necessita de “ser salva” através de mecanismos, não de punição penal, mas de correcção moral, foi durante muito tempo, a imagem dominante que influenciou discursos, políticas e alimentou estereótipos. Ainda que alterado, este discurso não desapareceu completamente. A transgressão feminina continua a ser vista como resultado de experiências prévias de vitimação. Os problemas vivenciados pelas mulheres/raparigas tendem a ser vistos como uma parte de um *continuum* de desenvolvimento associado a problemas antigos (disfunções familiares, sequência de rupturas de vínculos e abandonos, abusos, maus-tratos e negligências) que tendencialmente se repercutem no comportamento problemático posterior (Chesney-Lind, 1997; Assis e Constantino, 2001). Equacionando as experiências de vitimação com a identidade de vítima, perpetua-se a ideia de que uma vez vítima, sempre vítima. Um discurso que tende a patologizar, individualizar e retirar poder à mulher (Snider, 2003), negando-lhe capacidade de escolha, ainda que, a este respeito, seja interessante notar que este discurso tem sido, também, um instrumento utilizado pelas próprias mulheres em seu benefício, por exemplo como defesa no sistema de justiça criminal (Matos, 2008).

Muitos têm sido os estudos protagonizados nesta esteira, e que podemos enquadrar em duas principais abordagens (Chesney-Lind e Sheldon, 1992; Belknap, 2000): por um lado, investigações que se debruçam sobre criminalidade tipicamente feminina, relacionada com a prostituição, com a fuga de casa e com os furtos em lojas, associando estas situações à falta de monitorização e supervisão parental, à iniciação precoce da vida sexual e ao abuso sexual, todos eles emocionalmente destrutivos e que normalizam o

---

<sup>37</sup> Bernard Lahire (2004a) na sua obra *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*, procurou compreender, a partir de casos improváveis de sucessos em meios populares, as razões que fazem com que se tenha sucesso onde, estatisticamente, se deveria fracassar, demonstrando que existem razões culturais mais amplas para explicar o sucesso e o fracasso escolar. O autor demonstra que categorias gerais como a de “classe popular”, precisam de ser compreendidas, também, nas suas particularidades e diferenças, isto é, existem dissonâncias entre as famílias, mesmo quando se pensa em consonância de classe social. Assim, faz sentido para o autor olhar as realidades sociais numa perspectiva de multiplicidade individual e de “múltiplas socializações”.

comportamento desviante ou o transformam na única alternativa<sup>38</sup>. Por outro, as análises relacionadas com a construção de carreiras femininas que, apesar da diversidade das narrativas, não deixam de integrar discursos que organizam os percursos das mulheres transgressoras em torno ou do contacto/consumo de drogas, ou da pobreza e da marginalidade social, ou do envolvimento dos familiares em actividades criminais (Shaw, 1995; Chesney-Lind, 1997; Giordano, Cernkovich e Rudolph, 2002). As competências de sobrevivência para evitar a vitimação são elas próprias criminais, como nos mostra o estudo de Daly (1994 citada em Matos, 2008: 72), que identifica quatro categorias de mulheres e estilos de vida. São “mulheres de rua” que fogem ou são expulsas de lares e que constroem uma vida de rua, envolvendo-se no crime, na prostituição e nos consumos de drogas. São “mulheres violentas e violentadas” que foram abusadas e negligenciadas na infância e que se tornam violentas, apresentando problemas psicológicos e histórias de abusos de álcool e droga. São “mulheres batidas” que vêm de relações de violência e estão detidas por crimes contra as pessoas, e são “mulheres ligadas às drogas” que traficam e/ou usam drogas em associação com o companheiro ou a família.

Em qualquer uma destas abordagens, os percursos de vida destas mulheres são perspectivados como percursos de vitimação. E como mostram Chesney-Lind e Eliason (2006:42), alguns criminologistas têm defendido que é necessário levar em consideração a agencialidade na violência feminina.

A proposta da mulher *ofensora empreendedora* surge nos atrás mencionados trabalhos de Adler, em 1975, ao defender a ideia de que a emancipação conduziria à emergência de uma mulher ofensora mais autónoma e activa. É a partir desta altura que os discursos em torno do empoderamento (*empowerment*) das mulheres ofensoras começam a ganhar terreno e a levantar discussões de fundo.

Segundo Pollack (2000), uma parte considerável da literatura tem definido o *empowerment* como uma qualidade/ característica psicológica. Mesmo os trabalhos feministas, que deram um salto de qualidade nesta discussão, tendem a posicionar-se num discurso terapêutico que foca os aspectos psicológicos dos efeitos do abuso. Com este paradigma, o conceito de agencialidade torna-se individualizado, os riscos pessoais são privatizados, ignorando ou negando o facto de haver obstáculos sistémicos e estruturais que impedem as mulheres de agir como agente na sua vida. Neste sentido, uma concepção mais sublimada do conceito de agencialidade é crucial, pois permite compreender e

---

<sup>38</sup> Exemplo dos estudos de James e Meyerding (1977) e de Silbert e Pines (1981), retirados de Belknap (2000: 61-63)

explicar não só como a figura feminina, no passado, tem agido de forma autónoma, apesar das constrações sociais, mas como ela age agora no contexto de processos de reestruturação de género, afastando-se, desta forma, do paradigma psicológico das mulheres ofensora (Sommers, 1995; Pollack, 2000; McNay, 2000; Hannah-Moffat, 2007). De que forma? Ao descrever a vitimação como uma dimensão da experiência e ao focar nas questões sociais que produzem as experiências de vitimação, abre-se espaço para a agencialidade feminina.

Pollack (2000) evidencia que a literatura, tendencialmente, tem assumido que os conceitos de vítima e de agente são mutuamente exclusivos. Ou somos agentes ou somos vítimas. E esta dicotomia tem colocado problemas, por um lado, no entendimento das experiências de vitimação feminina, ao encobrir as tentativas activas de resistência, e, por outro, na conceptualização da agencialidade feminina, ao tornar invisíveis os contextos opressivos em que agem. Como defendem Assis e Constantino (2001: 149), “a visão maniqueísta de vítima e agressor como dois seres totalmente independentes mostra-se bastante inapropriada para se compreender a inserção infraccional das raparigas”.

É neste cenário que a conciliação entre estas duas visões – vitimação/ agencialidade - tem sido uma tentativa. Por exemplo, nos EUA estas imagens têm sido desafiadas por algumas investigadoras como Campbell (1984), Chesney-Lind (1997) e Miller (2001) que têm procurado demonstrar que os membros de gangues femininas não só aderem às expectativas de género e experienciam elevados riscos e vitimização física e sexual, como também reclamam que a pertença a um gangue fomenta sentimentos de pertença e de empoderamento, oferecendo um refúgio das famílias abusivas e mostrando caminhos para resistir aos estereótipos de género dominantes.

Também os estudos de Batchelor (2005, 2007, 2009), partindo das narrativas construídas por jovens transgressoras na Grã-Bretanha (Escócia), sugerem que estas podem ser consideradas, simultaneamente, vítimas, uma vez que os seus percursos são contextualizados por circunstâncias sociais adversas, e empreendedoras, na medida em que a violência emerge como uma resposta racional a esses contextos e uma estratégia significativa de lidar com a violência de que são vítimas. Como refere Constantino (2001: 87), “as escolhas são sempre feitas entre possíveis determinados”.

Estas posições são igualmente ilustradas nos trabalhos de Matos (2008: 331-336), com jovens adultas em prisões portuguesas, quando nos enquadra os distintos percursos e posicionamentos destas mulheres em relação ao desvio, em perfis que jogam e entrecruzam a vitimação e o desvio. Como afirma Miller (2001), não devemos descurar

que as escolhas feitas pelas raparigas são enquadradas, também, por constrangimentos estruturais que trazem a argumentação de que elas não têm as mesmas oportunidades para aceder a um comportamento completamente livre, criativo e excitante. Para as crianças e jovens “fora do lugar” (Connolly e Ennew, 1996, citados em Bordonaro, 2010), ou seja, para aquelas cujo comportamento não é compatível com as noções ideais de infância e juventude, são advogadas noções limitadas de agencialidade (De Boeck e Honwana, 2005).

Mas as questões tendem a persistir. Por que cometem as raparigas menos infracções do que os rapazes? Por que razão a delinquência feminina aumenta com o passar do tempo? Que especificidades reservam? O que as mantém na invisibilidade?

## **2.2. As idiosincrasias da “delinquência juvenil” feminina, para onde apontam os estudos**

### **2.2.1. Diferenças de género nas expressões da transgressão: factores que colocam as raparigas em risco de desenvolver comportamentos delinquentes**

Até recentemente, acreditava-se que os rapazes eram mais agressivos do que as raparigas. Ultimamente, alguns autores<sup>39</sup> e estatísticas têm apontado para o aumento da visibilidade de comportamentos infraccionais femininos e com isso houve um incremento das investigações com raparigas que usam estratégias violentas. Esta atenção começou a ser dirigida para as idiosincrasias da delinquência feminina: a natureza e as causas do seu envolvimento no crime, as premissas desenvolvimentais específicas das raparigas, a forma como elas desenvolvem as suas identidades e os relacionamentos com os outros. Segundo Chesney-Lind e Shelden (1992), rapazes e raparigas não usam as mesmas expressões e não fazem as mesmas escolhas. Nem todos os preditores que apontam para a conduta masculina são efectivamente os mesmos quando aplicados às trajectórias femininas e nem a forma como dão sentido às coisas é semelhante, por serem diferentes as representações e reproduções quotidianas do género.

---

<sup>39</sup> Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Burman, Batchelor e Brown (2001) e Assis e Constantino (2001), Alder e Worrall (2004), Luke (2008), Bloom e Covington (2001).

A emergência de uma literatura mais sensível ao género tem revelado algumas considerações importantes relativamente às diferenças de género nas expressões da transgressão:

- Apesar de as raparigas constituírem uma percentagem menor da delinquência, os seus problemas são profundos, reflectem questões sociais e factores de risco singulares, que se interconectam como uma rede e que são, potencialmente, causa e consequência uns dos outros. Estudos como *The female offender*, de Chesney-Lind (1997), *Guiding principles for promising female programming: an inventory of best practices*, coordenado por Peters (1998), *Violence Research Programme: a view from the girls*, de Burman, Brown, Tisdall e Batchelor (2000), *Girls and offending – patterns, perceptions and interventions*, coordenado por Arnull e Eagle (2009), *Caracterización de personalidad de mujeres adolescentes infractoras de ley: un estudio comparativo*, de Vinet e Bañares (2009) ou *Causes and correlates of girl's delinquency* de Zahn *et al.* (2010), permitem mostrar que os principais factores de risco dirigem-se para:

1. o **abuso sexual e físico** de que são mais vítimas do que os rapazes e que tem um impacto profundo nas suas vidas. Estes eventos traumáticos tendem a ocorrer cedo e normalmente cometidos por um membro da família;

2. Em consequência destes abusos vários, as raparigas **fogem de casa** e é neste contexto de fuga, ao qual se associam outras práticas como o furto e a prostituição, que são captadas pelo sistema de controlo;

3. Os **consumos de droga e álcool**, ainda que não sejam mais significativos do que nos rapazes, exacerbam outros problemas que podem colocar as raparigas em risco de delinquir;

4. Iniciadas na vida sexual de forma mais precoce do que as jovens não delinquentes, a **gravidez na adolescência** e a gravidez não planeada surgem como uma realidade visível;

5. A **escolha dos/as companheiros/as sexuais e/ou românticos** apresenta, também, uma substancial diferença de género (Cooney *et al.*, 2008). Nos rapazes isto pode ser um momento de viragem que leve à diminuição do comportamento delinvente, mas na rapariga tem um efeito oposto;

6. Os **problemas de saúde mental** são um exemplo do “paradoxo de género”<sup>40</sup> defendido por Loeber e Stouthamer-Loeber (1998), ou seja, as raparigas surgem como

---

<sup>40</sup> Este conceito é aplicado “in disorders with an unequal sex ratio, those with the lower prevalence rate tended to be more seriously affected.” (Loeber e Stouthamer-Loeber, 1998)

desproporcionalmente mais problemáticas e apresentam níveis mais altos de distúrbio mental, problemas de ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e tendências suicidas. Além de maiores taxas de internamento hospitalar.

7. As desestruturas familiares são um factor de risco comum a rapazes e raparigas, mas a **qualidade relacional** tem um impacto superior nas raparigas, ou seja, para elas os relacionamentos são muito importantes. Se o grau de supervisão, monitorização e comunicação instrumental é um melhor preditor da delinquência nos rapazes, a aceitação parental, o respeito e a aprovação dos pares prevê melhor a delinquência nas raparigas (Loper, 2000). Enquanto os rapazes entram em agressão aberta, as raparigas desenvolvem, principalmente, uma agressão relacional (Peters, 2001).

8. A **pertença a bandos juvenis ou gangues** sempre foi um domínio masculino, onde a figura feminina desempenhava um papel sexualizado e periférico. Neste contexto, os investigadores têm mostrado alguma resistência em considerar porque é que as raparigas se começam a envolver e que riscos enfrentam.

9. A **puberdade precoce** nas raparigas tem estado associada à disfuncionalidade familiar, interagindo com problemas de saúde mental, défices cognitivos e emocionais, experiências sexuais precoces e maturidades inconsistentes. Contudo, para algumas raparigas, a delinquência pode ser uma forma de alcançar a independência e autonomia do controlo parental e evidenciar maturidade na esfera social, tentando superar a *décalage* entre o nível de desenvolvimento biológico e o desejo de adquirir estatuto de adulto.

- Se a investigação indica que os factores de risco e os factores de protecção são diferentes para rapazes e raparigas, mostra também que os mecanismos que estão por detrás dessas diferenças não são claros. Zahn e colaboradores (2010) evidenciam que a investigação sobre delinquência tem limitações muito fortes e que a literatura produzida sobre a delinquência de raparigas ou é baseada em amostras masculinas ou então desenvolvida em torno de amostras pequenas, não representativas da realidade e com poucos estudos longitudinais ou comparação de grupo.

- Se alguns factores têm sido constantemente associados à delinquência cometida por raparigas, estas não deixam de partilhar os mesmos problemas que os rapazes. Ou seja, quando pretendemos traçar um perfil de jovens infractoras, este perfil, em muitos aspectos, cruza-se com a construção social da “delinquência juvenil” (ver Figura 4):



**Figura 4**

Factores de risco da “delinquência juvenil”, construído na base do modelo ecológico



Fonte: Construção própria

Jovens pertencentes a famílias desfavorecidas no plano económico, desestruturadas na sua composição e nas dinâmicas relacionais; residentes em bairros sociais degradados; pertencentes a grupos étnicos minoritários; vivenciando situações de abandonos sucessivos, maus-tratos e negligências; históricas de institucionalizações; frequência de locais propícios à violência e de grupos de pares violentos; instabilidade relacional, adopção de comportamento de hostilidade e agressividade quando contrariados, atitudes provocatórias e ameaçadoras; insucesso, desinteresse e conseqüente abandono escolar, ligado a um desenvolvimento cognitivo muito fraco, hábitos e consumos de drogas e álcool, entre outros.

Mas estes factores de risco parecem diferir na sensibilidade de exposição aos mesmos (Zahn *et al.*, 2010) e, neste sentido, as dificuldades de adaptação das raparigas tendem a manifestar-se de forma diferente da dos rapazes, o que faz com que a agressão feminina seja qualitativamente diferente (Lanctôt, 2008: 345).

Vejamos, então, algumas das principais asserções deste princípio, que se foram construindo em torno de mitos e desconstruídos pela investigação produzida.

### **2.2.2. Porque são as necessidades das raparigas diferentes?**

#### **O acesso ao espaço público**

Como defendem Roosmalen e Krahn (1996), e como vimos no capítulo 1, a razão pela qual a figura feminina não tem aparecido na história da cultura juvenil é porque a cultura feminina tem estado localizada fora da esfera pública e caracterizada por formas culturais de expressão próprias. Lucchini (1997: 108-111) defende este argumento quando problematiza o acesso diferencial das raparigas à rua, a partir de uma combinação múltipla de dimensões que interagem entre si. Para o autor, as responsabilidades familiares, normalmente associadas aos trabalhos domésticos e ao cuidado do outro, retêm as raparigas em casa. A vigilância familiar exercida sobre elas é muito mais apertada do que sobre os rapazes, na medida em que o comportamento das raparigas tem consequências intra e extra-familiares, especificamente nas questões relacionadas com a reputação. Na falta de valorização no interior da família, Lucchini (1997) mostra que as raparigas, ao contrário dos rapazes, não a procuram na rua, por considerarem que é desvalorizante para si próprias. E mesmo no conteúdo dessa valorização encontramos diferenças. Os rapazes procuram, sobretudo, uma valorização ao nível identitário e estatutário. Nas raparigas é mais evidente a procura de uma valorização afectiva que é encontrada mais na relação amorosa do que no grupo de pares. Na realidade, segundo o autor, as raparigas não fazem uma aprendizagem da rua que as prepare para ir para a rua, quando algum factor familiar o espolete. E, nestes casos, elas tendem a procurar, primeiro, uma alternativa no interior da esfera privada – parentes, vizinhos, amigos ou companheiros - apoiada pelas representações que têm da rua como um espaço masculino e perigoso e, por isso, menos atractivo. Tende a ser visível uma certa alternância entre a rua e outros espaços sem ser a rua, como a coabitação temporária com homens mais velhos, passagens intermitentes pela casa de amigos e conhecidos (cf. Belknap, 2000: 94) ou internamentos em instituições. A criação de um novo lar para escapar a situações de violência e ao controlo familiar é uma prática tipicamente feminina e as possibilidades da

prática da prostituição são mais evidentes nas raparigas, o que faz com que se tenda a persistir na associação de determinadas práticas desviantes à figura feminina.

A perspectiva de Lucchini (1997) vem reforçar as conclusões de outras pesquisas:

“The impact of neighborhood characteristics on girls versus boys has not been extensively researched. Some studies suggest that girls are, in general, more closely supervised and kept closer to the home than are boys; thus, girls are less exposed than boys to the street violence found in many disadvantaged neighborhoods (Zahn *et al.*, 2010: 9)

A investigação de Bottcher (1995, citada em Belknap, 2000: 49-50) é outro exemplo de como a estrutura social de género se constitui numa das maiores formas de controlo social. E demonstra-o através da análise das actividades e definições da juventude. Ao nível das actividades, o autor mostra que os espaços de liberdade dos rapazes são muito maiores do que os das raparigas. Os rapazes circulam num espaço maior e gastam mais tempo fora de casa, assumindo menos responsabilidades domésticas, quando comparados com as irmãs. Têm mais possibilidades de ficar até tarde na rua, movimentando-se de forma mais rápida, mais livre e com maior participação em actividades do que as raparigas. Estas, por sua vez, tendem a ter actividades mais orientadas do que os rapazes, particularmente actividades sociais, têm grupos mais restritos de amigos/as e o enfoque tende a estar mais direccionado para os filhos e para o namorado, o que parece escudá-las da delinquência.

No que se refere às definições, o autor demonstra que rapazes e raparigas diferem em cinco itens. Nas *definições sobre si próprios* (os rapazes são mais auto-centrados e competitivos do que as raparigas); na *pressão dos pares* (os jovens tendem a passar o seu tempo de lazer com pares do mesmo sexo, e os rapazes são mais sensíveis à pressão do grupo no cometimento do crime); nas *definições societais* (os rapazes são mais facilmente rotulados pela polícia do que as raparigas e determinados crimes são mais aceitáveis quando cometidos por um dos sexos); nas *diferenças físicas* (a força dos rapazes e a sua rapidez torna-os melhores no crime. além disso, os pais são mais rigorosos com as filhas do que com os filhos, por causa do medo da gravidez precoce); nos *significados do crime* (as raparigas cometem menos crimes que os rapazes por serem mais espertas e, na prática do crime, os rapazes são mais arrojados e pretensiosos.

Apesar desse acesso diferencial à rua, não podemos descurar o facto de esta ser também, e cada vez mais, um espaço de sociabilidades e de encontros para rapazes e raparigas, um espaço que possibilita visibilidades e onde a experiência é emergente e

produtora de narrativas próprias, onde a adrenalina, o perigo e a aventura são parte integrante de seus contos.

### **Na esfera da família...**

As correlações familiares na delinquência e a importância dos relacionamentos têm sido matérias bastante exploradas na explicação da delinquência feminina. Segundo Gilligan (citada em Kerpelman e Smith-Adcock, 2005: 178; Holsinger, 2000), a vida das raparigas é mais afectada pelos relacionamentos do que os rapazes, sendo que extensões teóricas deste pressuposto têm sugerido que há um inevitável controlo social que as desencoraja do envolvimento na delinquência, pelo medo de pôr em perigo essas relações. Além disso, argumenta-se que homens e mulheres diferem significativamente no seu desenvolvimento moral e que as escolhas morais das mulheres tendem a constrangê-la em comportamentos que possam “fazer mal” aos outros. Segundo Steffensmeier e Alan (1996), ao estarem mais ligadas às redes interpessoais, as suas escolhas morais são mais influenciadas por uma *ethic of care* que constrói não-violência e sugere que o crime sério está fora das fronteiras morais das mulheres. Posição criticada por Naffine (1987), quando questiona: mas será que as mulheres são sempre empáticas e agem sempre sob o princípio da compaixão?

Um estudo realizado por Stephanie Funk (citada in Bartollas e Schmallegger, 2010:153) demonstrou que a importância dos relacionamentos sociais para as raparigas aumenta o risco para a delinquência. Por um lado, nota que a desorganização familiar, comunitária e as relações escolares afectam mais negativamente as raparigas do que os rapazes e, por outro, essa importância dada aos relacionamentos introduz um grande risco para a delinquência quando os outros, dessas relações, entram na delinquência ou comportamento criminal.

No que se refere à família, tem-se defendido que as raparigas têm menos autonomia e maior controlo no seio familiar, quando comparadas com os rapazes, e que existe uma ligação mais forte das raparigas à família (Hill e Atkinson, 1988). Sendo esta relação um factor de protecção, quando esse laço é enfraquecido pela instabilidade, pela violência ou pela ausente supervisão parental as raparigas ficam mais vulneráveis a assumir comportamentos de risco que podem conduzir à delinquência (Dornfeld e Kruttschnitt, 1992 citados em Belknap, 2000). A este respeito, Herrera e McCloskey

(2001) referem que “although boys and girls share similar family risk factors for delinquency, girls are more likely than boys to be arrested for violent offenses in the aftermath of child physical abuse”.

Além da desestruturação familiar e da presença de um “pingue-pongue” emocional (Assis e Constatino, 2001: 81), os resultados das pesquisas apontam consistentemente para uma forte ligação entre vitimação, trauma e delinquência feminina (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Belknap, 2000). As raparigas, normalmente, experienciaram mais situações de abuso sexual do que os rapazes na mesma condição, sendo que as suas histórias, segundo Gersão (1990), contam iniciações sexuais traumáticas e precoces, normalmente feita por adultos e, muitas vezes, pertencentes à própria família. Segundo Luke (2008), revisitando alguns dos estudos realizado sobre esta matéria, mostra que:

“A large percentage of those who are involved with the system because of their use of violence have been victims of violence (Acoca, 1998; Belknap, 1996; Chesney-Lind e Pasko, 2004; Dohrn, 2004; Simkins e Katz, 2002). A 1998 study by the National Council on Crime and Delinquency found that 92% of the girls who were interviewed in the California Juvenile Justice System reported histories of physical, sexual, or emotional abuse (Acoca, 1998); 81% reported experiencing one or more incidents of physical or sexual abuse, nearly one-third reported being kicked out of their homes at least once, and 25% reported being shot or stabbed at least once. Sexual abuse is a particularly strong predictor of involvement in the juvenile justice system (Goodkind, Ng, e Sarri, 2006; Sommers e Baskin, 1994)” (p. 44)

Apesar desta constatação, outros estudos (citados por Zahn *et al.*, 2010: 7) têm ressaltado as limitações metodológicas da relação estabelecida entre abuso sexual e comportamento delinquente, uma vez que não fica provado que o abuso sexual tenha mais impacto na criminalidade do que outras formas de abuso psicológico e negligência.

Unânime tem sido a constatação de que o mau trato, nas suas diversas expressões<sup>41</sup>, é uma das grandes razões que está na origem da fuga de casa, da permanência na rua, da

---

<sup>41</sup> Os maus-tratos incluem: **Mau-trato físico** (qualquer ofensa física infligida à criança usando a força física de forma intencional, não acidental, provocando dano físico na criança, deixando ou não marcas evidentes; **Mau-trato psicológico ou emocional** (que inclui - rejeição activa: o adulto repudia a presença da criança; frieza afectiva; ameaça: o adulto ameaça e aterroriza a criança provocando nela medo intenso; deprecição ou humilhação; corrupção: condutas do adulto não acidentais, em que incentiva na criança padrões de conduta anti-sociais e desviantes; privação Social: o adulto priva a criança de estabelecer amizades e de desenvolver a sua socialização; ignorar (forma passiva): o adulto priva a criança da estimulação necessária ao seu desenvolvimento emocional, ausência de interacção que impede que se estabeleça vinculação primária; exercício abusivo de autoridade: prevalência dos interesses dos adultos em detrimento dos direitos e protecção da criança. **Negligência** (que pode ser - ao nível da educação: o adulto responsável não acompanha ou apoia a criança / jovem nas suas rotinas e tarefas escolares; ao nível da saúde: o adulto responsável não assegura o cumprimento das rotinas médicas da criança / jovem, nem assegura a prestação de cuidados de saúde; face a comportamentos de risco da criança/jovem: o adulto responsável não assegura o acompanhamento adequado da criança / jovem com vista a pôr-lhes fim; falta de supervisão e acompanhamento familiar: ausência de acompanhamento e supervisão a todos os níveis do desenvolvimento da criança / jovem; exposição a modelos parentais desviantes: o adulto responsável assume comportamentos sociais e parentalmente desviantes em frente da criança / jovem). **Abuso sexual** (que inclui suspeita de abuso sexual: situações em que a crianças / jovem é afastada da família por suspeita de abuso, ainda antes de obter confirmação; corrupção: condutas do adulto não acidentais que incentivam a criança padrões de condutas desviantes do ponto de vista da sua sexualidade, implicando-a em contactos sexuais com

iniciação nos consumos de drogas e álcool e de uma certa desestruturação na vida sexual, como a prostituição, a promiscuidade sexual e a gravidez na adolescência (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Chesney-Lind, 1997; Holsinger, 2000: 30). As fugas de casa surgem como um dos maiores factores de risco que levam as raparigas a entrar nos Sistemas de Protecção e de Justiça (Bloom e Covington, 2001).

Além disso, as raparigas tendem a manifestar mais comportamentos agressivos dentro de casa, com os seus familiares, quando comparadas com os rapazes. Segundo Zahn *et al.* (2008), os motivos subjacentes à violência perpetrada contra os familiares podem ser de duas ordens: ou uma retaliação contra o que elas vêem como uma estrutura de controlo excessivo; ou a defesa / expressão de raiva decorrentes da vitimação de que são alvo por membros do agregado familiar

Se os caminhos da delinquência são *genderizados*<sup>42</sup>, a vitimação tem sido, efectivamente, uma das explicações centrais. Segundo Holsinger (2000), os estudos têm mostrado que muitas jovens que entram no sistema de justiça juvenil passaram pelo sistema de protecção, por motivos de negligência, mau-trato familiares e abuso sexual. Ao fugirem de casa como forma de escapar desse contexto familiar agressor, as raparigas tendem a desenvolver um estilo de vida que facilmente as conduz para a delinquência e para novas formas de vitimação. Segundo a autora, existe uma interacção única entre a vitimação e o envolvimento das raparigas na justiça juvenil. Elas são influenciadas pelas condições de vida relacionadas com o género. E apesar dos actos de delinquência praticados pelas raparigas serem menos crónicos e menos sérios que os rapazes, estas ofensas menores tendem a mascarar problemas sérios que as raparigas experienciaram ao longo da vida (Zahn *et al.* 2010). Como refere Luke (2008: 44) “We continue to punish girls for being violent without improving the systems and services that fail them”.

Embora a família destas jovens seja eminentemente matrifocal, a relação familiar das raparigas com as mães é mais ambígua, uma espécie de relação amor-ódio (Assis e Constantino, 2001:260-263) que faz com que seja comum “demonstrar um ideal de proximidade familiar que emerge, em simultâneo, com a descrição de sentimentos negativos face a abusos prévios, de que são vítimas directas ou indirectas no âmbito familiar” (Matos, 2008: 122). As raparigas tendem a dar muita importância aos laços

---

outras crianças ou adultos; pornografia Infantil: Designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de actividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais). Estas definições foram retiradas dos *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças em situação de acolhimento*, do Instituto de Segurança Social.

<sup>42</sup> Do inglês *gendered*

familiares, demonstrando grande lealdade às suas famílias, ainda que esta seja, também, uma importante fonte de raiva, desapontamento e frustração, porque normalmente ela é a perpetradora de abusos vários, falhando na sua função de protecção (Batchelor, Burman e Brown, 2004).

Esta falha reflecte-se também na influência que a criminalidade dos pais e de outros membros da família podem ter na prática delinvente das jovens. Apesar de não terem sido extensivamente estudados no caso das raparigas, alguns estudos qualitativos que marcaram os anos 80<sup>43</sup> sugerem que a entrada das raparigas em alguns comportamentos de risco e a aprendizagem de estratégias de sobrevivência na rua foram impulsionadas por primas, tias, mães e avós, muitas delas já com envolvimento criminal.

Esta intergeracionalidade faz-se sentir, também, na manutenção de papéis de género tradicionais, que o estudo de Sybille Artz (1998) é exemplo interessante. A autora, a partir de entrevistas em profundidade realizadas a 6 raparigas e às suas famílias, concluiu que as mães destas jovens são frequentemente mal tratadas pelos homens (maridos, companheiros...), e que esta situação as impede de proporcionar um bom modelo do que é ser uma mulher independente e forte. Neste sentido, as jovens tendem a reportar objectivos tradicionais, centrados no casamento e na família, o que faz com que dêem mais prioridade aos relacionamentos e às relações com os rapazes. Neste sentido, as raparigas acabam por ver poucas consequências positivas em ser mulher, atribuindo uma certa inevitabilidade à discriminação de género e à experiência abusiva, desculpando o comportamento masculino através de explicações biológicas. Ainda que se descrevam como fortes, atribuem poder à figura masculina e, neste sentido, o mundo é experimentado em termos dessa hierarquia.

Também Chesney-Lind e Rodriguez (1983, citadas em Holsinger, 2000), num estudo com mulheres encarceradas, mostram que estas normalmente querem trabalhos tradicionalmente femininos e relações românticas com homens. Apesar desta aparente subordinação, as autoras consideram que este desejo por uma relação baseada na dependência pode ser instrumental no seu envolvimento no crime, pois as mulheres exibem fortes competências de sobrevivência, como a assertividade e a independência, contudo, nunca se identificam com tais competências. As mulheres interiorizam mais facilmente as crenças relacionadas com os papéis de género e atitudes mais positivas para com a lei.

---

<sup>43</sup> São exemplo os estudos de Miller, E (1986) sobre as mulheres de rua, e os estudos de Brown, B e Mills, A (1987) sobre a juventude e os altos riscos de consumos de drogas, referenciados em Zahn *et al.* (2010).

## Gerindo sentimentos

Vimos anteriormente que as histórias de abusos físicos, psicológicos e experiências de institucionalização são comuns nestas jovens. Como resultado, tendem a expressar sentimentos de angústia e de luto mal resolvidos, que normalmente são acompanhados por experiências de depressão, desequilíbrios alimentares, auto-mutilação, ideação suicida e tendência para fantasiar em torno do futuro e dos relacionamentos, que surgem como forma de lidar, gerir e ultrapassar essas emoções negativas e os sentimentos de solidão (Chesney-Lind e Sheldon, 1992; Miller et al, 1995; Holsinger, 2000). Segundo Moffit *et al.* (2001), as raparigas exibem níveis mais elevados de delinquência associada a desordens de foro mental, associado a stressores de vida e a experiências de vitimação, onde podemos acrescentar o abuso de substâncias (drogas e álcool).

“Emocionalmente adormecidas”, assumir o risco pode ser compreendido como uma forma de as “fazer sentir” e recordar que estão vivas, construindo sensações de auto-controlo e auto-eficácia (Batchelor, 2007, 2009). Neste sentido, falar em gestão de sentimentos implica, também, olhar para a forma como as raparigas dão sentido e significado à violência, e como esta pode ser profundamente significativa na construção identitária. A escolha pelos caminhos da delinquência pode não ser uma acção com significado negativo, mas um passo activo para alcançar um leque específico de objectivos, assumido com alguma naturalidade.

Com experiências desproporcionadas de violência nas suas vidas e uma alta tolerância à agressão física, algumas formas de violência tendem a ser normalizadas. Isto não significa, contudo, e segundo Batchelor (2007, 2009), que as raparigas experienciem as suas vidas diárias apenas em relação à percepção da ameaça e do perigo físico e sexual. Existe, também, um forte sentido de que a procura e gestão de comportamentos de risco passam pela excitação e pelo prazer que tiram deles. A violência pode ser “divertida”, apontam os estudos da autora. Mas esta questão traz uma outra: o comportamento agressivo das raparigas surge como uma situação de “descontrolo” ou, pelo contrário, como uma tentativa de exercer controlo sobre as suas vidas?

Os estudos de Campbell (1993) vieram mostrar que quer homens/ rapazes, quer mulheres/ raparigas encontram uma conexão estreita entre agressão e controlo. Contudo, para as mulheres a agressão surge como uma falta de auto-controlo temporário causada por uma grande pressão e que, normalmente, resulta em sentimentos de culpa, enquanto



para os homens a agressão surge como uma forma de impor controlo aos outros. Diferente é a perspectiva de Batchelor (2005, 2009), que mostra que as suas entrevistadas são capazes de distinguir entre diferentes formas de violência: a violência que é controlada, isto quando a vítima é percebida como merecedora da acção, e a violência fora de controlo, que é cometida no pico do momento. A primeira é assumida como sendo mais divertida, reservando-se os sentimentos mais negativos para a segunda opção. Isto não significa que não exista uma certa tendência para que as raparigas se sintam ambivalentes, principalmente no que cabe à gestão dos sentimentos de culpa, mas não podemos afirmar, segundo a autora, que o comportamento das raparigas seja um comportamento sem controlo. Bem pelo contrário, para muitas é uma forma de escolha integrativa e de auto-protecção, embora a autora não exclua que o é de entre um campo limitado de opções.

### **A importância das amizades**

A importância do grupo de pares como fonte de identidade está bem documentada e sabemos que, para os/as jovens, passar tempo com os/as amigos/as é a primeira das actividades sociais, por neles concentrarem a função de pertença e sociabilidade.

A maioria das jovens em conflito com a lei provem de lares problemáticos, sendo comum transformar os pares em fonte de apoio emocional e social, fonte de identidade, aprovação, suporte e protecção. Segundo Batchelor, Burman e Brown (2004) a maioria das raparigas entrevistadas nos seus estudos, desenvolvidos na Escócia, descrevem as relações de amizade como uma das coisas mais importantes da sua vida. Os seus contextos de vida levam a que passem muito do seu tempo fora de casa. Faltando às aulas<sup>44</sup>, andam “por aí”, a beber e a consumir drogas com os amigos e fazem-no, principalmente, para manter as solidariedades, reforçar as amizades e ganhar status no grupo. A assumpção do risco pode passar, então, pelo desejo de estabelecer novos relacionamentos ou de manter a já existente ligação com os pares (Batchelor, 2009).

A este respeito, os estudos realizados sobre a importância da amizade e do grupo de pares no comportamento adolescente e na delinquência, compilados por Zahn *et al.* (2010: 7-8), demonstram que rapazes e raparigas que se envolvem em actividades estruturadas, associadas à escola ou a grupos pró-sociais, têm menos probabilidades de se

---

<sup>44</sup> Têm sido conduzidas muitas investigações sobre a relação entre a performance académica e o comportamento desviante e esta relação não tem apresentado diferenças significativas de género. A ligação à escola constitui um factor de protecção face à delinquência para ambos os géneros

envolverem em comportamentos delinquentes. Igual resultado surge no estudo realizado por Assis e Souza (1999), com adolescentes infractores e seus irmãos/ primos não infractores, quando nos mostra que para este último grupo os “seus amigos são mais comumente de fora do universo infracional, não utilizam drogas rotineiramente; (...); possuem mais responsabilidade familiar; muitos frequentam a escola; têm actividades de lazer mais diversificadas; (...) e relatam um planeamento futuro mais ambicioso (...)” (p. 141).

Apesar desta relação, existem outros factores que devemos levar em consideração como: os défices de competências sociais, como por exemplo o insucesso com os pares ou sentimentos de rejeição, e as conexões sociais dos adolescentes, ou seja, jovens agressivos tendem a associar-se a outros jovens com comportamentos ofensivos. Os resultados encontrados por Haynie (2001), contudo, apelam a alguma prudência nestas relações. Esta autora considera que “it is necessary to consider the underlying structural properties of friendship networks in order to understand the impact of peer influence on adolescent delinquency” (p. 1013).

Apesar desta influência fundamental dos pares, tem sido assumido, em alguns estudos, que as amigas na delinquência são menos significantes na vida das raparigas do que dos rapazes, sendo que estas são substituídas pela dos companheiros amorosos (Assis e Constantino, 2001). A este respeito, Haynie, Giordano, Manning e Longmore (2005), mostram que o papel dos companheiros amorosos tem sido largamente negligenciado, apesar de terem sido encontradas evidências de que a prática desviante dos parceiros amorosos tem um forte efeito no envolvimento das raparigas em práticas delinquentes menores (ver Caixa de texto 3).

---

**Caixa de texto 3**

“Stattin and Magnusson (1990) suggest that girls’ early maturation may influence their association with older males and, in turn, increase their risk for delinquent behavior if the older male is involved in delinquent activities. Analyses of Add Health data found that romantic partners’ delinquency did influence respondents’ likelihood of delinquency (Haynie *et al.*, 2005) – a dynamic that has stronger relevance for girls’ delinquency than for boys’. Girls may adopt drug and alcohol use to cope with partner abuse, to win their partner’s approval, or to fit in with peers (Giordano, Cernkovich, and Rossol, 2002).” (Zahn *et al.*, 2010: 8)

Para Steffensmeier e Allan (1996), quando as raparigas praticam crimes tradicionalmente masculinos normalmente não agem sozinhas, mas como cúmplices, principalmente do companheiro.

Esta questão levanta uma outra, que é a de perceber os moldes em que as raparigas participam na infracção. Fazem-no sozinhas ou em grupo? E se em grupo, que contornos assume a sua participação? A resposta a estas questões não tem sido unânime, como nos mostram, por exemplo, os estudos sobre a relação entre raparigas e gangues.

Até muito recentemente, esta participação surgia como uma extensão dos gangues masculinos, em que as raparigas eram vistas como objectos sexuais (Campbell, 1984), desempenhando papéis secundários e auxiliares. Outras visões, como a de Miller (2001), demonstraram que as raparigas em gangues não só aderem a expectativas de género muito rígidas e experienciam riscos mais elevados de vitimação, como também sentem esta pertença como uma forma de se refugiar de famílias abusivas. Investigações mais recentes têm sugerido que as raparigas em gangues são mais dinâmicas e independentes, não surgindo apenas no papel de namoradas, mas relacionando-se entre si na base da amizade (Young *et al.*, 2007; Batchelor, 2009).

Independentemente da composição do grupo, é consensual considerar-se que as raparigas que pertencem a grupos cometem mais infracções, com mais frequência e mais violência (Zahn *et al.*, 2008; Pettersson, 2005; Belknap, 2000), ainda que tendam a participar em diferentes tipos de actividades, quando comparado com a participação masculina, ou seja,

“One study (Miller, 2001) found that most gang-involved young women did not participate routinely in the most serious forms of gang crime, in part because male members excluded them from these activities, but also because many of the young women chose not to be involved in activities they considered dangerous or morally troubling”. (Zahn *et al.* 2008: 14)

Mesmo assim, as raparigas que se associam a gangues do sexo masculino tendem a apresentar níveis mais elevados de violência do que aquelas que pertencem a grupos só de raparigas, possivelmente porque, como aponta Lucchini (1997), “estes grupos parecem ser, de uma maneira geral, mais pequenos, mais exclusivos e menos estruturados que os dos rapazes (...)” (p. 120).

## As faces da violência

Será a delinquência feminina menos grave e menos frequente do que a masculina? Que contornos assume? Será que podemos afirmar que os tipos de prática delitiva e a violência entre pares expressam as qualidades do ser masculino ou feminino? ( ver Caixa de texto 4).

---

### Caixa de texto 4

*Girls and offending – patterns, perceptions and interventions*, YJB (Arnull e Eagle, 2009: 5)

“... ”

- The offence most frequently committed by girls in England and Wales is theft or handling stolen goods, and this is congruent with the traditional pattern for female offenders.

- However, the offence committed by most girls in the youth justice system in England and Wales is an offence of violence against the person; this appears to be a new pattern that should be monitored.

- There does not appear to be a rise in the number of girls committing offences, but more girls are entering the youth justice system. Girls are also being convicted at a younger age. These findings are congruent with concerns elsewhere, for example, in the USA (Steffensmeier et al, 2005).

- Offences of violence by girls appear to have a common pattern – there is usually a relationship with the victim and it is most often perceived that the victim did something to ‘deserve’ the violence. These findings are congruent with other research (Batchelor, 2005; Pettersson, 2005; Ness, 2004; Phillips, 2003). In addition, the recent use of alcohol is often linked to the offence/offending pattern.

...”

Segundo Gelsthorpe e Sharp (2006), pouco se sabe sobre a natureza e a gravidade da transgressão perpetrada por raparigas. É possível que seja, por questões de raiva e/ ou auto-defesa, contra um agente de polícia na altura da detenção, relativamente aos pares ou ainda contra os pais e outros familiares, como já demonstraram alguns estudos. Além disso, de modo transversal à maioria dos estudos, defende-se que quando as raparigas cometem delitos, eles são tipicamente menos sérios que o dos rapazes, e que o grande hiato encontra-se, principalmente, nos crimes graves contra a propriedade e nos crimes violentos (Chesney-Lind e Sheldon, 1992).

O furto, especialmente em lojas, e as fugas de casa continuam a ter um papel significativo na detenção de raparigas (Belknap, 2000: 93). Este argumento mais favorável à existência de uma criminalidade tipicamente feminina tem sido criticado por alguns autores que consideram que as diferenças entre homens e mulheres residem essencialmente na frequência e severidade e não tanto no tipo de crime (*cf.* Matos, 2008).

No que se refere às vítimas, Artz (1998) defende a existência de uma "violência horizontal ", isto é, as raparigas tendem a perpetrar violência junto de outras raparigas.

Além da prática delituosa propriamente dita, rapazes e raparigas diferem, também, na forma como resolvem os conflitos entre si (ver Caixa de texto 5). “As disputas entre rapazes dizem respeito sobretudo a manter a lealdade no grupo e solidariedade entre os rapazes do grupo. Pelo contrário, o confronto entre as raparigas é mais frequentemente de natureza pessoal” (Lucchini, 1997:118).

---

### Caixa de texto 5

What can be concluded about types of aggression in adolescent girls from these few studies? When adolescent girls are compared to adolescent boys, the majority of studies show that girls are in fewer physical fights than boys (Cotten *et al.*, 1994; Hausman *et al.*, 1994; Saner e Ellickson, 1996) and do not carry weapons as often as boys (Ellickson *et al.*, 1997; Hausman *et al.*, 1994). The two studies which found no gender differences in types of aggression (Finkelstein *et al.*, 1994; Nahulu *et al.*, 1996) were from England and Hawaii, respectively, whose samples may have been sufficiently different from the North American context to yield different results. Adolescent girls also appear to use indirect, or relational aggression more than physical aggression, especially when compared to boys (Bjorkqvist, Lagerspetz, e Kaukianen, 1992; Owens e MacMullin, 1995; Pakaslanhti e Keltikangas-Jarvinen, 1998). This finding is consistent with the research on younger girls (Bjorkqvist, 1994; Pulkkinen, 1992; Stattin e Magnusson, 1989; Talbott, 1997) finding a shift to more indirect forms of aggression at the beginning of adolescence (Leschied *et al.*, 2000: 33)

Segundo Holsinger (2000) os rapazes resolvem os conflitos rapidamente, normalmente através de confrontação directa e agressão física, enquanto as raparigas tendem a utilizar formas indirectas de raiva que podem passar, por exemplo, por isolar um par, ignorar, evitar alguém, lançar mentiras, criar boatos e ostracizar socialmente. Normalmente, as grandes disputas entre raparigas, marcadas por um elevado nível de abuso verbal (Batchelor, 2009), estão relacionadas com a quebra da confiança, a inveja e o “diz-que-não-disse”. A violência entre raparigas tende a crescer no interior do círculo de amigas e, como nos mostram Miller e White (2004), a violência desencadeada pelos ciúmes e por outros problemas relacionais pode contribuir para a delinquência feminina.

Durante muito tempo as noções de agressão estavam confinadas a manifestações físicas, mais características dos rapazes, no entanto pesquisas recentes têm ampliado a definição de agressão ao incluir as ameaças verbais e as intimidações, e têm mostrado que quando estes tipos de agressão são considerados, as raparigas aparecem como mais agressivas do que se pensava anteriormente (Leschied *et al.*, 2000). Como nos mostra Chesney-Lind e Eliason (2006) a este respeito:

“Some studies on male and female aggression indicate that while boys tend to specialize in physical or overt aggression (either hitting or attacking someone verbally), girls are more likely than boys to use relational aggression (...). Broadening the definition of aggression in this manner has led to a

new perspective: 'one that posits males and female to be equally aggressive' (Crick *et al.*, 1998: 76).(...). Alternative aggressions are, fundamentally, weapons of the weak. They are as reflective of girls' powerlessness as they are of girls' meanness"

Esta “agressão relacional” intenta prejudicar os outros por meio da manipulação intencional e por danos causados nas relações entre pares. Expressivamente feminina, neste tipo de agressão os indivíduos tendem a interiorizar os seus sentimentos e a experienciar mais tristeza e ansiedade do que aqueles cuja agressividade é desafiante e impulsiva. Isto pode explicar, em parte, o porquê de os técnicos considerarem mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes (Baines e Alder, 1996)

A violência em contexto escolar surge como um exemplo pertinente deste tipo de agressividade relacional. Vejamos alguns contributos. Nos estudos sobre o *bullying*, Olweus (1993) conclui que os rapazes são, tendencialmente, perpetradores e/ou vítimas directas de bullying, por acções físicas, palavras ou gestos, e as raparigas, em contraste, são mais perpetradores e/ou vítimas indirectas de bullying, por exemplo, pela disseminação de rumores. Os trabalhos de Belknap, Dunn, and Holsinger (1997, citadas em Zahn *et al.* 2008) mostram que, apesar de as raparigas não serem frequentemente violentas na escola, podem intensificar comportamento violentos quando lutam para parar processos de vitimação ou quando sentem que essa vitimação é ignorada pelos professores e pela própria escola. Os próprios professores, quando colocam rapazes e raparigas em diferentes níveis e esperam deles o que consideram ser comportamentos apropriados, criam uma atmosfera que indirectamente encoraja as raparigas para o uso da violência.

### **2.2.3. Que caminhos de prevenção e intervenção?**

O resultado da revisão da literatura sugere que os factores de risco e de protecção da delinquência feminina são, em muitos caminhos, similares aos dos rapazes. Contudo, diferenças-chave entre os géneros existem e com implicações importantes para o desenvolvimento de programas e políticas de intervenção. Trabalhar especificidades de género e conhecer quem são as raparigas infractoras têm sido passos fundamentais para dar visibilidade ao que, durante muito tempo, esteve submerso. E é fundamental continuar

a desmitificar ideias e a desconstruir estereótipos, como é exemplo o trabalho de Artz (1998) (ver Quadro 2):

**Quadro 2**

Mitos e Realidades sobre raparigas agressivas e violentas

| <b>Mito</b><br><i>As raparigas agressivas e violentas ...</i> | <b>Realidade</b><br><i>As raparigas agressivas e violentas ...</i>  |
|---|---|
| Não se preocupam com os outros                                | Mostram respeito e preocupação pelos outros. São generosas da mesma forma que as raparigas não violentas. Valorizam menos a honestidade do que as raparigas não violentas, mas não menos do que os rapazes. |
| Batem nas pessoas sem razões ou apenas por divertimento       | Racionalizam a agressão e a violência pela atribuição de culpas a outros, por exemplo: “ela é que me obrigou a fazer isto” ou “Nunca bati em ninguém se não precisasse”.                                    |
| Procuram mostrar que homens e mulheres são iguais             | Não reconhecem o valor e o poder das mulheres e acreditam na subordinação das mulheres aos homens. Acreditam que a única forma de ter poder é atrair os homens/ rapazes dominantes.                         |
| São um resultado da libertação das mulheres                   | São mais propensas a procurar a validação dos homens do que para competir com elas.   |
| Nunca foram adequadamente disciplinadas                       | Foram duramente disciplinadas e receberam mais abusos do que as raparigas não-violentas.  |
| Drogam-se para se envolverem em actividades perigosas         | Frequentemente, agir agressivamente para garantir um domínio social ou para evitar ser controlados ou vitimados por outros.   |

Fonte: Artz, Sybille (1998). *Sex, Power, and the Violent School Girl*. Toronto, ON: Trifolium Books [tradução própria]

Este desenvolvimento da investigação, além do avanço científico, tem tido uma importância iniludível na intervenção, chamando a atenção para a necessidade de uma adequação dos programas (preventivos e de tratamento/reabilitação) aos contextos de vida e especificidades das raparigas que estão no sistema de justiça juvenil.

Segundo o *Guiding principles for promising female programming: an inventory of best practices* (Peters, 1998), as soluções mais promissoras não passam nem por continuar a forçar as raparigas para um sistema projectado para rapazes, nem simplesmente separar os adolescentes infractores em razão do género. Têm sido desenvolvidas, ainda que com pouca expressão (ver Caixa de texto 6), respostas específicas de género, desenhadas para valorar a perspectiva e a experiência feminina, levar em consideração o desenvolvimento feminino e trabalhar no sentido de mudar e moldar atitudes existentes que desencorajem as raparigas de reconhecer o seu potencial.

---

**Caixa de texto 6**

“A study of 443 delinquency prevention program evaluations found that 35% of the programs served only males and 43% served primarily boys. Only 2% of delinquency programs served only girls and 6% served primarily girls (Lipsey, 1990). A review of promising programs described by the Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention referred to 24 programs specifically for boys and two programs for girls (Howell, 1995). Little is known about how juvenile females respond to these approaches and many communities are unprepared to address the specific needs of girls who are involved or at risk of becoming involved in the juvenile justice system” (Bloom e Covington, 2001: 5)

Sublinhando as especificidades de género e a importância das questões relacionais para as raparigas, o Grupo de Estudos sobre raparigas<sup>45</sup>, desenvolvido pelo *Office of Juvenil Justice and Delinquency Prevention* (Zahn *et al.*, 2010), sugere que os programas de prevenção e intervenção com raparigas devem estar orientados para:

- O trauma provocado pelo mau trato físico, sexual e psicológico, de que são vítimas mais do que os rapazes;
- A saúde mental, uma vez que a depressão e a ansiedade são mais diagnosticadas nas raparigas do que nos rapazes. Em regra, a agressão nas raparigas indica situações de vitimação precoce, o que pode significar que precisam de uma intervenção que as ajude a lidar com essas experiências;
- O desenvolvimento de vínculos com a escola. O estabelecimento desta ligação é mais significativa para as raparigas do que para os rapazes, que tendem a privilegiar mais aspectos instrumentais, relacionados com a equidade e a execução das regras;
- A construção de modelos interdisciplinares que, ao situarem biológica, psicológica e socialmente os comportamentos das raparigas, vejam a puberdade precoce como factor de risco e as ajudem a compreender e a lidar com a resposta dos pares e dos pais;
- A relação entre o comportamento delinvente das raparigas e as respostas do sistema de justiça juvenil.

Além destas orientações, Cooney *et al.* (2008) defendem que as estratégias para a criação de um sistema de justiça sensível ao género devem levar em consideração, também:

- Perspectivas abrangentes que respondam à multiplicidade de factores de risco que se entrecruzam na explicação da delinquência;
- Modelos focados nos pontos fortes e nas forças, mais do que numa orientação punitiva, e que contenham uma componente de justiça restaurativa<sup>46</sup>;

---

<sup>45</sup> Grupo interdisciplinar de investigadores e técnicos de terreno, constituído pelos seguintes elementos: Stephanie Hawkins (Investigador principal desde 2008, EUA), Margaret Zahn (Investigadora principal de 2004-2008, EUA), Robert Agnew (Universidade de Emory), Meda Chesney-Lind (Universidade do Hawaii), Gayle Dakof (Universidade de Miami), Del Elliott, Barry Feld (Universidade do Colorado), Diana Fishbein (RTI Internacional), Peggy Giordano (Bowling Green State University - Kentucky), Candace Kruttschnitt (Universidade de Toronto, Canadá), Jody Miller (Universidade do Missouri), Merry Morash (Universidade do Michigan), Darrell Steffensmeier (Universidade da Pensilvânia), Giovanna Taormina (Girl Circle Association - California), Donna-Marie Winn (Universidade de Duke).

<sup>46</sup> A justiça restaurativa é um processo através do qual as partes envolvidas num delito específico decidem em conjunto a forma de reagir às consequências nefastas do delito e às suas implicações para o futuro.



- O treino do pessoal técnico para as especificidades de desenvolvimento das raparigas. A este respeito, Peters (2001) defende que além da formação é importante garantir os rácios funcionário-jovens. Pequenos rácios permitem um trabalho mais orientado por parte da equipa técnica (profissional ou superior);
- Garantir um ambiente de segurança (física, psicológica e emocional) e de confiança, onde construam forças e competências promotoras de independências e realiaças.

Toda a intervenção baseada na relação deve dirigir-se ao desenvolvimento da feminilidade, das relações saudáveis e da recuperação dos processos de vitimação. Porém, e como defendem Bloom e Covington (2001), é preciso garantir que estes programas, baseados no género, não se tornam planos sexistas ao solidificar mitos e estereótipos pré-existentes. Segundo as autoras, igualdade não significa uniformidade, mas sim providenciar oportunidades que sejam relevantes para cada género.

## CAPÍTULO 3 | Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos

*...como é que o quotidiano vivido de pequenas significâncias se pode transformar num mundo concebido de sociológicas relevâncias?<sup>47</sup>*

*Não é fácil estudar os desviantes, uma vez que estes são tidos como estrangeiros pelo resto da sociedade, e eles próprios têm tendência a considerar que o resto da sociedade lhes é estrangeira, o investigador que pretende descobrir os fenómenos do desvio deve ultrapassar difíceis obstáculos antes de ser admitido a ver o que pretende ver (Becker, 1973)*

---

**Síntese:** Incidindo sobre o desenho teórico-metodológico, este capítulo organiza-se em torno da problematização das principais questões de investigação: como se transformam as jovens em delinquentes? Que “itinerários biográficos” sustentam as suas escolhas? Que sentidos dão à prática delinvente? Em que contextos interactivos se desenvolvem as práticas desviantes? Situando o debate na perspectiva do sujeito e nos significados que ele atribui às suas experiências, apresentam-se aqui os principais paradigmas teóricos e premissas metodológicas estruturantes da investigação. Assume-se, assim, que o desenho teórico-metodológico proposto será sensível à compreensão da problemática de como as pessoas convertem influências objectivas em iniciativas subjectivas, assegurando ainda que os eixos conceptuais confirmam visibilidade às raparigas, através do acesso aos seus discursos.

Ao definir as escolhas teóricas, começamos por apresentar os desafios que o interaccionismo simbólico, as teorias da acção estruturada e as perspectivas feministas colocam na análise dos percursos transgressivos das raparigas.

De seguida analisamos as escolhas, as estratégias e os procedimentos metodológicos. Assumir que fazer emergir sentidos e significados através da construção narrativa foi um dos grandes propósitos desta investigação, justifica-se e discute-se a opção pelas metodologias qualitativas, descreve-se os principais métodos que foram utilizados para a recolha e análise dos dados e relata-se as incursões no terreno e as reconstruções das condições de pesquisa. Relatos na primeira pessoa, sujeitos, contudo, à contínua vigilância da reflexão.

### 3.1. Eixos conceptuais estruturantes da investigação

#### 3.1.1. No trilho do quotidiano: trajectórias, fronteiras e margens

A importância adquirida pelo fenómeno da delinquência juvenil no discurso público e mediático, associada à necessidade de conhecer melhor as causas do fenómeno para repensar o sistema das políticas de prevenção, intervenção e reinserção social, tem

---

<sup>47</sup> José de Souza Martins referenciado por Pais, 2002:180

contribuído para dar maior visibilidade aos estudos que têm procurado encontrar regularidades e continuidades entre os contextos de socialização e as práticas delinquentes. Esta procura de padrões logrou estabelecer relações directas entre as práticas delinquentes e as condições sociais de existência, transformando num lugar-comum a ideia de que a delinquência juvenil é uma trajectória típica da classe popular, integrada em contextos de grande “vulnerabilidade societal” e marcada por um conjunto de clivagens nos processos de socialização familiar e escolar (Walgrave, 2000; Leote de Carvalho, 2003; Chaves, 1999; Fernandes, 1998; Ferreira, 1997, 2000; Lourenço e Lisboa, 1998; Agra, 1998; Agra e Matos, 1997; Sebastião, 1998; Le Blanc *et al.*, 2008). Estas conclusões têm sido, aliás, espelho dos grandes estudos sobre a delinquência juvenil, em que as teorias da anomia e da transmissão cultural, incluindo as teorias do controlo social, são exemplos paradigmáticos<sup>48</sup>.

Contudo, a importância em elencar as causas explicativas do fenómeno e compreender as formas como os comportamentos juvenis reflectem condições sociais, culturais e económicas mais vastas, não deve ocultar a necessidade de analisar as lógicas de acção social dos indivíduos e a produção de si próprios e das suas identidades, na relação com os outros e na construção de percursos de vida. Como refere Pais (2005: 291), “muito se fala da delinquência dos jovens, dos seus acidentes de percurso. Mas o essencial da questão é saber analisar o acidental sem descuidar o substancial. Os seus riscos de vida (acidental) encontram-se em associação estreita com os seus traços de vida (substancial). É o substancial das suas vidas que os empurra para a delinquência”. Estas orientações têm dado visibilidade à insuficiência de estudos que descrevem as actividades quotidianas de jovens delinquentes, que atendem ao que estes pensam de si, das suas actividades e da sociedade (Pinheiro, 2004). Trata-se de um exercício que obriga a encarar o fenómeno da delinquência juvenil de forma dialéctica, privilegiando os processos de interacção dinâmica que ganham sentido quando perspectivados a partir de cenários vivenciais e quotidianos.

A análise do fenómeno, a partir de uma perspectiva que toma em consideração o olhar do actor social, abre-nos outros caminhos que passam pela compreensão do actor como entidade activa na construção da sua realidade social. Nesta perspectiva, a “escolha” pelo caminho da delinquência pode não ser, para o/a jovem, uma acção com significado negativo, mas um passo activo para alcançar um leque específico de

<sup>48</sup> *The Hobo* (1923) de N. Anderson; *The Gang* (1927) de F. Thrasher; *The Ghetto* (1928), por L. Wirth; *The Jack Roller* (1931) e *Natural History of a Delinquent Career* (1938) de C. Shaw; *Street Corner society* (1943), escrito por W. Whyte; *Delinquent Boys: the culture of the gang* (1955), de Cohen; *Causes of delinquency* (1969) de Travis Hirschi.

objectivos. Os cenários de desenquadramento e de *invisibilidade social*<sup>49</sup>, em que os/as jovens vivem podem “levar à constituição ou integração em redes de relações alternativas como tentativa de alcançar alguns dos objectivos culturalmente valorizados” (Sebastião, 1998: 84), transformando um caminho indesejável, no plano político e social, num caminho como os outros, assumido com alguma naturalidade. Uma naturalidade que não provém apenas de processos psico-biológicos, mas de consecutivas inaptações sociais às normas e aos valores da sociedade, que são reiteradas pelos modos de agir e de pensar das subculturas adoptadas (Cloward e Ohlin, 1970), onde adquirem competências, consolidam motivações e aprendem as justificações necessárias para a definição das suas identidades (Becker, 1973). O valor do que é considerado normativo pode ser posto em causa quando os/as jovens que enveredam por trajectos de delinquência, entram em contacto com actividades e modelos culturais que lhes permitam interpretar o sentido da vida de modo mais atractivo do que aquele que lhes seria proporcionado pelos trajectos ditos normativos.

A redução às condições objectivas pode contribuir para o fechamento do círculo das oportunidades, dado o efeito da estigmatização, e negligencia que a compreensão de determinados comportamentos exija um enquadramento nas experiências concretas, captadas do interior. Este é o propósito desta investigação, que situa o debate na perspectiva do sujeito, um sujeito feminino, que constrói subjectividades, permeadas pelas (im) possibilidades do espelho social, e que tende a moldar as suas performances, pelas trajectórias que produz e pelas narrativas que constrói sobre si e sobre o mundo. As experiências vividas permitem ver para além da transmissão cultural, observando a produção e a luta na prática quotidiana. Segundo Katz (1988), o comportamento delinvente não pode ser bem compreendido ou explicado se não mostrar como é experienciado e o que significa para o actor social.

A opção por este caminho preceitua a construção de um quadro teórico que, por um lado, dê conta desta complexidade ao procurar compreender como é que as pessoas convertem influências objectivas em iniciativas subjectivas; e, por outro, garanta que os seus eixos conceptuais permitem dar visibilidade às raparigas. Afinal, temos visto como

---

<sup>49</sup> Luiz Eduardo Soares é um dos autores do livro *Cabeça de Porco*, publicada em 2005, uma obra que reúne reflexões etnográficas sobre a violência urbana, com depoimentos de jovens envolvidos no tráfico de drogas no Brasil. “Seres socialmente invisíveis” é uma das razões que o autor utiliza para explicar a entrada destas crianças no mundo da criminalidade. São crianças invisíveis, quanto muito reflexo de um estigma, sem qualquer reconhecimento social. A entrada no mundo da delinquência é a forma que têm ao seu dispor para romper com essa invisibilidade social (Soares, 2006).

ao longo da história o universo feminino tem sido omitido, e como o universo masculino moldou a análise e o conhecimento.

Tendo presente a necessidade de fazer convergir abordagens de análise do quotidiano, como uma “espécie de lançadeira de tear, de um lado para o outro, num movimento pendular, cerzindo no universo social as micro e as macroestruturas” (Pais, 2002: 121), trabalharam-se conceitos e premissas metodológicas disponibilizadas por três grandes abordagens teóricas: o interaccionismo simbólico<sup>50</sup>, as teorias da acção estruturada e as perspectivas feministas<sup>51</sup>. A compreensão dos processos de género e a forma como estes se relacionam com a transgressão exige combinar análises macro e micro.

Do interaccionismo simbólico, esta investigação reteve a noção de que as pessoas agem de acordo com os sentidos que os objectos e situações têm para elas, e que essas significações se constroem e produzem num sistema de interacções sociais dinâmico, em contextos específicos e sob uma matriz comunicacional comum, foi fundamental na análise dos discursos das entrevistadas. Além disso, a perspectiva de que esses sentidos são modificados durante o processo de interpretação desenvolvido pelos actores em interacção permitiu uma focalização nas atribuições de sentido que as jovens dão às experiências transgressivas e como estas foram moldadas e moldaram os contextos interactivos das suas trajectórias de vida.

Sabemos que as jovens estão sujeitas a uma rede complexa de mecanismos de controlo formal (escola, polícia, sistema de justiça juvenil...) e informal (pais, interacção com o grupo de pares, dinâmicas de rua...) que constituem processos sociais contínuos, que se influenciam mutuamente e surgem como imperceptíveis na rede de interacções diárias. À luz destes pressupostos assume-se, contudo, que essa rede é fluida e muda no tempo e no espaço. As jovens movimentam-se em diferentes domínios e requerem estratégias para negociar os sistemas de valores dentro de cada domínio.

Nesta esteira, convocar as perspectivas da rotulagem, pela sua importância na compreensão dos fenómenos delinquentiais, foi elementar. *O desvio não é uma qualidade do acto que a pessoa pratica, mas antes a consequência da aplicação, por parte dos outros, das normas e das sanções ao desviante* (Becker, 1973). Focando-se no processo pelo qual os indivíduos se envolvem em comportamentos desviantes e sublinhando o

---

<sup>50</sup> Strauss (2002 [1959]), Mead (1962), Matza (1964), Becker (1973), Goffman (1989), Lemert (1951).

<sup>51</sup> Smart (1986), Carlen (1983), Campbell (1984), Naffine (1987), Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Steffensmeier *et al.* (2003), Burman, Brown e Batchelor (2001), Miller (2001), Giordano, Cernkovich e Rudolph (2002), Messerschmidt (2002, 2004).

papel das audiências sociais e das suas respostas (formais e informais) às transgressões normativas dos indivíduos, estas perspectivas permitiram: enquadrar os processos de invisibilidade social a que os percursos transgressivos das raparigas têm estado votados; perceber de que forma alguns rótulos têm uma qualidade duradoura de moldar as percepções, não só dos indivíduos, mas também de estereótipos que podem ser bastante resistentes ao longo do tempo; discutir as dinâmicas que as transformaram em delinquentes, especificamente através do debate entre desvio primário e desvio secundário, introduzido por Lemert (1951).

As teorias da acção estruturada permitiram revisitar a relação entre agência, estrutura e acção social, retendo-se a ideia de que a estrutura social torna-se compreensível pela acção humana e os sujeitos agem pondo em prática o seu conhecimento estruturado (Bourdieu, 1997, 1998b; Giddens, 2000). Estudar este *social individualizado*, ou seja, o social refractado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de luta (Lahire, 2005) permitiu contextualizar o posicionamento discursivo das jovens ofensoras, destacando a construção de género como um compromisso situado social, interaccional e incorporadamente (Messerchmidt, 1997). Aqui, o conceito de acção estruturada toma forma, ao olhar para a maneira como o género opera em ambos os níveis (acção social e estrutura). Assumir que as estruturas sociais são percebidas apenas pela acção social e a acção social requer estrutura como condição permite, também, superar os discursos dicotómicos da *vitimação versus agência*. Ao assumir a vitimação como uma dimensão da experiência mais do que uma identidade individual, é possível ultrapassar a experiência da vitimação como um estado permanente. E ao mudar o foco dos indivíduos para as questões sociais que produzem as experiências de vitimação, abre-se espaço para a agencialidade.

Das abordagens mais feministas, convocou-se a discussão crítica nas definições e construções de género e a sensibilidade para a utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento delitivo feminino e observem as situações de vida das raparigas, quer na dimensão das experiências, quer na forma como os discursos enformam essas experiências. Além da compreensão do sentido das vivências e das experiências, narradas na primeira pessoa, pretende-se apreender também “uma perspectiva feminina, enraizada na sua experiência” (Ward citado em Dias, 2004: 215), partindo do pressuposto que a mulher vive a sua vida segundo a cor do género e dos seus

papéis e, por isso, não será possível falar dos seus problemas e das suas experiências sem considerar o género, que estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social (Amâncio, 1993).

As suas abordagens e premissas permitiram reflectir a relação entre a construção social do género e os discursos sobre a transgressão, explorando três grandes caminhos: 1. Os caminhos de género, ou seja, que trajectórias levam as raparigas à prática de comportamentos transgressivos e que contextos e factores sociais facilitam a entrada ou desistência na transgressão? 2. Os crimes de género e como é que as diferentes práticas transgressivas se estruturam pelo género; 3. Vidas *genderizadas*, isto é, como é que o género afecta a vida diária das raparigas? Como é que o género estrutura identidades e acções? Como é que estas experiências se interceptam com a transgressão?

Qualquer uma destas escolhas teóricas permitiu que o caminho se fizesse nas rotas do quotidiano que, segundo Pais (2002) cultiva *percurso de trespassse* que permitem “aconchegar-se ao calor da intimidade da compreensão” (p. 32). E convergiram para o delinear de um plano metodológico qualitativo que permitiu aceder ao mundo das experiências e do vivido. Mais uma vez citando Pais (2002: 143):

“A atenção dirigida às intenções e aos motivos que levam os indivíduos a interagir deve estar presente na descrição e interpretação dessas estruturas do “mundo da vida”. Para ter acesso a essas estruturas não podemos adoptar apenas a posição de observador externo (...). Devemos também desenvolver categorias para entender a interpretação que os indivíduos dão aos significados dos fluxos latentes da sua vida quotidiana”.

### **3.1.2. Experiências, interacções e estruturas: a delinquência como acção estruturada**

Falar em “trajectórias de delinquência” e interpretar os significados sociais com que são vividas implica partir do princípio de que “toda a acção tem um sentido, e é escutando o sentido que podemos desocultar a acção; e de que o sentido é aquele que o actor dá para si próprio à acção que empreende” (Fernandes, 1998). Deste modo, partiremos de uma perspectiva construtivista da realidade (Berger e Luckman, 1999; Schutz, 1974), relendo-a com a lente do interaccionismo simbólico (Mead, 1962; Becker, 1973 Goffman, 1974, 1989; Matza, 1964; Strauss, 2002 [1959]) que assume que os indivíduos agem em função do sentido que os objectos e as situações têm para eles. Um sentido que é construído e

modificado durante o processo de interpretação desenvolvido no contexto de interacção social que permite a aquisição de reportórios e motivações cada vez mais consistentes.

Estas motivações adquiridas tendem a normalizar, discursiva e simbolicamente, essa mesma prática, fazendo emergir subculturas de “estigmas partilhados” (Goffman, 1988) que propiciam modos alternativos de identificação, redefinindo as identidades e interpretando as relações, quer com o grupo restrito, quer com o universo de quem os critica e rotula. Assim, se as interpretações da experiência são biograficamente diferentes, no sentido em que a carreira implica, também, uma experiência subjectiva que surge das actividades inerentes a essa carreira e aos sentidos que lhe são atribuídos pelo sujeito, elas não deixam de se ajustar, continuamente, às interpretações e comportamentos dos outros, com os quais se estabelecem relações sociais. Neste sentido, o termo carreira qualifica o contexto social no qual se desenrola a vida de qualquer indivíduo.

O estudo de Becker (1973) sobre a “carreira do fumador de marijuana” é, a este respeito, um exemplo a destacar, ao mostrar que cada etapa da trajectória de desvio é interpretada na base das sensações que produz – contacto e aprendizagem técnica e cognitiva (Xiberras, 1993: 128-129) – e numa aprendizagem (sub) cultural e de partilhas de proximidade que permitem, ao actor, ver-se sob um novo prisma, onde a actividade estigmatizada adquire um papel central na organização da identidade emergente. Esta ideia da afiliação, trabalhada por Sutherland (1937) e por Matza (1964), coloca o actor social na condição de decidir se arca (ou não) com as consequências da integração (significação) da ‘imagem’ de desviante que a sociedade atribui aos que participam nesse tipo de comportamento. A partir deste momento, o indivíduo ora avança no processo e principia um trajecto de socialização na subcultura, ora interrompe esse trajecto, caso as normativas dominantes e a sua escolha individual tracem o afastamento (Becker 1973). A construção de uma carreira desviante não se fica, apenas, pelo processo de aprendizagem subcultural. Contempla também os processos de controlo social que levam à etiquetagem de quem é e de quem não é desviante, num determinado contexto.

Optar por uma teoria interaccionista da delinquência obriga-nos a levar em consideração, segundo Tornberry e Krohn (2004: 139), três premissas fundamentais que, articuladas, nos ajudam a analisar as (des) continuidades dos percursos de vida desviante.

A primeira premissa é a adopção de uma perspectiva desenvolvimentista e processual, ou seja, considerar que as causas da delinquência não são nem estáticas, nem



estáveis, mas que variam ao longo dos vários estádios de desenvolvimento na base dos sucessos e fracassos que pautam os percursos de vida. Os indivíduos vão construindo dialecticamente formas de compreensão do mundo social, elaborando teorias acerca dos acontecimentos sociais que vão experimentando (Manso, 2006), relacionadas com o desenvolvimento de outras trajectórias relevantes nas suas vidas. Perspectivas como a das *trajectórias de vida* assentam em seis principais eixos (Hutchison, 2007: 20): 1. A interacção entre as pessoas e o desenvolvimento individual deve ser compreendida no contexto histórico; 2. Os papéis e comportamentos estão associados a um tempo de vida situado; 3. As vidas são interdependentes e a família é a primeira arena onde os indivíduos experienciam e interpretam os fenómenos culturais e sociais; 4. As trajectórias de vida são construídas pelas escolhas e pelas acções que os indivíduos adoptam dentro de um campo limitado de possibilidades e circunstâncias sociais; 5. Existe uma grande diversidade de percursos ao longo da vida influenciados pelas variações de coorte, da classe social, da cultura, do género e da agência individual; 6. As transições de vida têm impactos nos eventos subsequentes, podendo proteger ou colocar em risco a trajectória de vida. E oferecem conceitos de análise fundamentais como os conceitos de coorte, transição, trajectória, evento da vida e ponto de viragem<sup>52</sup>.

A segunda premissa refere-se à importância atribuída às interacções comportamentais, ou seja, a formação de padrões de comportamento resulta das interacções dos indivíduos com o seu meio. Se os indivíduos têm a capacidade de codificar e decodificar os significados das suas interacções, e assim participar na construção da própria realidade social, esta capacidade interpretativa permite-lhes reagir à pressão do controlo social e definir as modalidades de desvio comportamental que melhor se lhes adequem. Neste sentido, o comportamento desviante não deve ser visto como uma questão de ‘inadaptação cultural’, mas como um problema político, obviamente vinculado a uma problemática de identidade entre a imagem que o indivíduo tem de si e aquela que têm acerca dele o seu grupo e o meio social (Velho, 1974: 24). Este parece ser o eixo explicativo da construção das identidades desviantes. Olhar para o mundo da delinquência em busca de lógicas de sentido permite-nos afastar a ideia dos mundos anómicos e encarar o desviante como actor social, com uma (sub) cultura estruturada, com hierarquias e leis e capacidade de transmitir aos outros essa condição social (Sebastião,

---

<sup>52</sup> Coorte: grupo de pessoas que nasceram no mesmo tempo histórico e que experienciam mudanças sociais particulares dentro de uma determinada cultura, na mesma sequência e na mesma idade; Transição: mudança de papéis e de estatuto; Trajectória: padrão a longo prazo marcado pela estabilidade e pela mudança. Geralmente envolve múltiplas transições; Evento da vida: ocorrência significativa que envolve uma mudança relativamente brusca que pode produzir efeitos sérios e de longa duração; Ponto de viragem: evento que produz uma mudança duradoura na trajectória de vida (Hutchison, 2007: 12).

1998; Becker, 1973), abandonando a procura do que é radicalmente diferente no desviante a favor de um estudo das interações sociais que facultem contextos de aprendizagem de competências subculturais específicas (Matza, 1964).

A terceira premissa indica-nos a importância da influência da estrutura social na acção individual, destacada por autores como Bourdieu (1998, 2001) através do conceito de *habitus*, Giddens (2000) com a *dualidade da estrutura*<sup>53</sup>, Lahire (2005) com o *social individualizado*, ou Messerschmidt (1997) com a *teoria da acção estruturada*. Todos tentam superar a dicotomia estrutura/ sujeito, defendendo que a acção social é o resultado de uma agência humana inteligível, mas constrangida por estruturas sociais que, enquanto formas regulares e padronizadas de interacção, constroem e mudam comportamentos em caminhos específicos (Messerschmidt, 1997: 63). Como demonstra Giddens (2000) os indivíduos têm uma forma reflexiva de cognoscibilidade que dá forma às suas práticas, e essa reflexividade, sendo a capacidade que os indivíduos têm de monitorizar socialmente a acção humana, requer cognições racionais da prática social, enquadradas no espaço e no tempo. As pessoas estão cientes das regras e dos recursos que compõem a estrutura social e utilizam-nas como um quadro que dê forma às suas acções.

Como nos mostra Passeron (1989), cada trajetória de vida está entrecruzada por outras vidas inscrevendo-se num quadro de relações marcado pela interdependência: a família, a escola e as restantes redes de sociabilidade. O indivíduo, como actor social que integra estas formas de socialização, é, simultaneamente, um ser constrangido pelas estruturas sociais e um ser com uma autonomia que lhe permite fazer escolhas face ao leque de oportunidades. Nesta esteira, Bourdieu (1998b) mostra que a valorização do papel do sujeito (ainda que epistémico), que actua construindo interpretações e dando sentido às situações nas quais se encontra, deve ser alicerçada na assunção de que as práticas dos indivíduos, ao estar ligadas a um conjunto de disposições duradouras que actuam de maneira sistemática em todas as práticas, determinam o espectro possível de escolhas e probabilidades. Esta “causalidade do provável”, ao definir trajetórias sociais, pode ser observada, para além das práticas, “nas representações subjectivas do futuro e na expressão declarada da esperança (Bourdieu, 1998b:89). Como diz Morin (1994), o passado e a ideia de futuro são indispensáveis à construção e conhecimento do presente. Os dados biográficos, as condições de aprendizagem e a história de cada indivíduo

---

<sup>53</sup> Para Giddens (2000), a estrutura é, simultaneamente, condição e resultado da acção. É factor de constrangimento mas também possibilita a acção/ agência.

combinam-se para formar o capital cultural que mergulha nas estruturas mentais do indivíduo (Paugam, 2003: 99).

Mas como é que as experiências socializadoras múltiplas podem (co) habitar (n) o mesmo corpo? Como é que tais experiências se instalam de modo mais ou menos duradouro em cada corpo e como é que elas intervêm nos diferentes momentos da vida social ou da biografia de um indivíduo? Estas questões levantadas por Lahire (2005) conduzem o nosso olhar para a ideia da pluralidade interna do indivíduo, ou seja, enquanto produtos complexos de diversos processos de socialização “os actores não são feitos de um só pedaço, (...) pelo contrário são colagens compostas, complexos matizados de disposições (para agir e para crer) mais ou menos fortemente constituídos” (Lahire, 2005: 32). A este respeito, o autor avança com a distinção entre disposições para agir e disposições para crer, defendendo que lhe parece pouco sensato fazer da crença uma “disposição para agir” ou um “hábito de acção” (Idem: 14). Vivemos em sociedades em que os actores sociais podem incorporar crenças sem que tenham os meios (disposicionais) para os concretizar ou experienciar, ou seja, determinada crença pode ser incorporada como discurso, mas estar distante enquanto vivência. Existe, efectivamente, uma diferença substancial entre o que os actores sociais dizem e o que eles realmente fazem, pois de outra forma não compreenderíamos fenómenos como a *ilusão*, a *frustração* ou a *culpabilidade*, que são produtos da distância entre as crenças e as possibilidades reais de acção.

Questionando a coerência e homogeneidade das disposições individuais, o autor defende que estas devem ser substituídas por uma visão mais complexa do indivíduo, menos unificado e portador de hábitos, esquemas e disposições heterogéneas, muitas vezes contraditórias. Estas contradições surgem fruto das diferentes crenças incorporadas pelos indivíduos nos variados contextos socializadores, dos diferentes hábitos-disposições para agir e das distorções encontradas entre as crenças e as disposições para agir. A perspectiva de uma sociologia à escala individual, proposta por Bernard Lahire (2005), possibilita, deste modo, complementar as teorias mais próximas da reprodução social com uma interpretação das singularidades individuais.

As escolhas dos indivíduos são estrangidas pelas regras estruturais e culturais e as oportunidades desiguais dão a uns mais opções do que os outros. Segundo Bandura (1986), as desigualdades sociais podem resultar em *auto-eficácia* e *expectativas de eficácia* baixa entre os membros de grupos oprimidos. Como expõe Bourgois (1995), na sua obra *In Search of Respect*, é dentro das limitações estruturais e das evidências de

sofrimento social que o crime pode ser para os jovens uma estratégia alternativa para a auto-capacitação. Falar sobre as suas acções delinquentes surge como uma espécie de declaração de existência, uma maneira de afirmar orgulhosamente que eles conseguiram "fazer algo" e que comprove que foram capazes de moldar, de alguma forma, o seu destino, num lugar onde toda a independência e autonomia foram sendo desafiadas e potencialmente negadas. Como regista Constantino (2001), se a pessoa é determinada por um tempo e espaço sociais e por uma herança cultural, ela é também a consciência desse determinismo. Esta situação “permite a acção transformadora que, a partir da consciência das causas, constrói um projecto de acção. Não se rompe o nexos causal, mas introduz-se uma outra causa – a consciência – que o transforma em ser actuante, e não simples efeito passivo” (Idem: 86).

### 3.1.3. Performatividades de género e delinquência

Se a opção pelo mundo infraccional pode ser visto como o “resultado de uma variedade de pressões sociais, económicas, estruturais e culturais, que se interrelacionam de múltiplas formas e em diferentes intensidades” (Assis e Constantino, 2001: 33), não podemos descurar a importância do género como mediador da forma como estas forças jogam (Steffensmeier e Allan, 1996) na construção das identidades, dos percursos desviantes e das estratégias de sobrevivência que são accionadas como resposta activa às reacções estigmatizantes.

Assim, o conceito de género que aqui se pretende adoptar é também ele enformado pela noção interaccionista da produção de género (*doing gender*), ou seja, a ideia de que “o género não constitui um atributo individual, mas uma categoria criada através da interacção social, sendo que a própria estrutura social existe na medida em que os actores continuam a interagir com vista a reproduzir as relações de género” (Dias, 2004: 226). Esta performatividade do género, segundo Messerschmidt (1997), tem impacto na forma como nos construímos como pessoas e como interpretamos os acontecimentos sociais. Como afirma Butler (2008: 151) “não só somos construídos culturalmente, como também, em certo sentido, nos construímos a nós mesmos/as”.

*Doing gender* foi um avanço conceptual fundamental (West e Zimmerman, 1987) e uma poderosa ferramenta intelectual para conceptualizar o comportamento de género e as interacções nos contextos sociais. A construção social de género envolve acordos sociais

e interaccionais devidamente situados e, neste sentido, existe uma pluralidade de formas em que o género pode ser construído. As pessoas configuram e orquestram as suas acções em relação àquilo que consideram ser a interpretação dos outros nos determinados contextos sociais (Messerschmidt, 1997: 4). Como defendem West e Zimmerman (1987), o género é influenciado pela estrutura social como nós a experienciamos.

De forma a perceber como o género se torna performance e construção social, não devemos descurar os contributos de Goffman (1959) quando analisa a interacção social. Para o autor, os indivíduos moldam as suas acções baseados em concepções sociais do que é ou não “masculino” e “feminino”. A interacção social envolve representações idealizadas de como os indivíduos devem agir. Assim, aqueles que não sigam as categorias de género designadas são considerados desviantes. Se, teoricamente, existe a necessidade de avançar com a distinção entre sexo e género, durante a interacção social estas categorias são vistas como um todo indissociável, sem costura, e é por isso que a sua incongruência produz uma dissonância cognitiva (Messerschmidt, 2009). Os indivíduos podem apresentar uma categoria de sexo facilmente reconhecida, mas construir um comportamento de género incongruente com essa categoria. “E porque aquilo em que nos tornamos não é o que já somos, o género afasta-se do sexo...” (Butler, 2008: 151). Isto acontece porque, segundo Amâncio (1994), o objecto de análise já não é as diferenças entre homens e mulheres, mas o “pensamento social sobre a diferenciação entre o masculino e o feminino” (Idem: 28).

Esta perspectiva tem sido incorporada nos estudos sobre o crime como uma forma de explicar as diferenças entre a transgressão feminina e masculina. E, neste enquadramento, a violência é descrita como um recurso para a realização do género (Simpson e Elis, 1995). Assumindo as propostas listadas, como podemos conceptualizar a transgressão como uma linha de acção marcada pelo género, sem estabelecer novamente a figura masculina como norma, diferenciando-se de tudo o que é feminino? Segundo Messerschmidt (1997) o crime não ocorre baseado num só género, contudo, é a performance de género, baseada nos padrões sociais de género, que contribuem para o cometimento do crime e a forma como o crime é socialmente percebido e justificado. Se a forma como o género se activa varia em conformidade com a cultura dos indivíduos, as suas práticas significam *doing gender*, mesmo que não exista intencionalidade de que as práticas sejam actos generizados.

Os trabalhos de Miller e White (2004) e Messerschmidt (2004) deram corpo a esta perspectiva ao analisar a relação entre ‘*doing gender*’ e ‘*doing violence*’. Nos seus

estudos sobre gangues de raparigas e a construção do género na criminalidade de rua, Miller (2002) e Miller e White (2004) apontam que, para as raparigas, a estratificação de género e os desequilíbrios de poder entre homens e mulheres – juntamente com os estereótipos associados à figura das mulheres – são contextos situacionais que devem ser confrontados nos seus processos de decisão relativos às formas como usam a violência. As técnicas e as acções *genderizadas* representam escolhas práticas que elas fazem levando em consideração a natureza de género dos seus contextos vivenciais. Os resultados do estudo de Messerschmidt (2009) sobre violência, género e juventude, mostram que o género é algo que os jovens constroem em interacção com os outros e em contextos sociais específicos, que as práticas juvenis são avaliadas em relação aos conceitos normativos de género e que as categorias sexuais servem como uma fonte para a interpretação de condutas sociais específicas e usadas como forma de desacreditar/aceitar as práticas masculinas ou femininas. Conceptualizar o género como acção estruturada permite uma formulação profunda não só do que tem sido visível, mas também do que tem sido escondido ou atipicamente considerado masculino, como é exemplo a violência feminina.

É importante focar que na literatura sobre género e violência é difícil encontrar exemplos de investigações que discutam o uso da violência pelas raparigas, de forma generalizada. Para o fazer, segundo Miller e White (2004: 168), deve-se levar em consideração três orientações, interligadas entre si: as definições culturais de masculinidade e feminilidade, analisando o seu impacto no comportamento das raparigas; as diferenças de poder entre homens e mulheres, e como isso regula e constrange o uso da violência pelas raparigas; e o impacto do grupo e da composição de género na modelação da violência. O uso da violência pelas raparigas varia através das circunstâncias e é modelado pelos motivos e objectivos, pelo género e pela situação em que ocorre. Neste sentido, para as autoras, mais do que rotular as raparigas como violentas, é necessário examinar e compreender os contextos sociais onde a violência emerge como estratégia.

“Girls’ violence is produced within social context of extreme gender inequality. How and when girls choose to adopt violent strategies, as well as when and how girls negotiate within potentially violent situation – each of these is best understood by recognizing the significance of the contextual construction of unequal power relation and gender asymmetries” (Idem: 187)

Segundo Chesney-Lind (1997) as jovens raparigas são vítimas de “múltiplas marginalidades” porque a sua condição social (género, classe e raça) as colocou na

periferia económica da sociedade. A rotulagem das raparigas como delinquentes toma lugar num mundo onde o género continua a moldar vidas.

### **3.2. Fundamentação do Método**

Apresentado o problema e discutidas as perspectivas teóricas que enformam a sua abordagem, interessa formular algumas considerações sobre as escolhas, as estratégias e os procedimentos metodológicos.

O estudo dos percursos de vida de jovens raparigas delinquentes pretendeu seguir o caminho delineado pelo método da análise intensiva, numa abordagem centrada na construção narrativa de histórias de vida, tomando como alvo de observação jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas institucionais e não institucionais. Como se transformam estas jovens em delinquentes? Que “itinerários biográficos” sustentam as suas escolhas? Que sentidos dão à prática delincente? Em que contextos interactivos se desenvolvem as práticas desviantes? Eis as questões que animaram esta investigação e moldaram as escolhas metodológicas, fundamentadas em torno das experiências femininas e da entrada nos seus mundos de vida.

Esta investigação almejou não apenas analisar como é que os actores sociais vêem a sua realidade social e como contribuem as suas experiências para a construção dessa realidade, mas também dar visibilidade à figura feminina, através do acesso aos seus discursos. Neste sentido, as metodologias propostas são as que se centram na pessoa e nos significados que ela atribui às suas experiências, levando em consideração como é que os discursos dominantes são utilizados e cooptados pela pessoa na construção das suas identidades. Em termos de recolha e análise de dados, utilizou-se sobretudo a observação presencial, a análise documental de processos individuais e a entrevista em profundidade a jovens infractoras em cumprimento de medidas tutelares educativas. Os dados recolhidos foram perscrutados pelo método da análise de conteúdo.

A escolha por uma investigação qualitativa prendeu-se com a convicção de que cada pessoa percebe o mundo de forma diferente e idiossincrática. Como refere Machado Pais (2002:59) “sabemos como são problemáticas as relações de boa vizinhança entre os pesquisadores de “cume” e de “sopé” (...). Do meu ponto de vista (...), só vejo vantagens em subirmos e descermos dos montes (...) evitando as imobilidades ou as reduções mecânicas implicadas por enfermadas estadas de “cume” ou “sopé” que perdem

a complexidade do mundo social”. Não há métodos certos ou errados, mas há escolhas, e essas escolhas têm de ser enquadradas e discutidas.

### **3.2.1. Investigando a “delinquência juvenil” feminina através da construção narrativa: desafios, opções e problemas metodológicos**

#### **A opção por metodologias qualitativas**

Temos visto que a “realidade” da “delinquência juvenil” é multidimensional e propõe a necessidade de levar em linha de conta diversos modos de abordar o social e estudá-lo. Ressalta, do cruzamento entre os vários quadros teóricos, uma ideia central: a delinquência remete para uma certa dinâmica temporal, que implica um “caminho”, um “tornar-se”, que, como foi salientado, não é analisável apenas a partir do estudo das condições objectivas de vida e do posicionamento social dos indivíduos ou apenas dos processos de construção social ligados aos modos de interação social e institucional. Neste sentido, a pesquisa sobre a “delinquência juvenil” tem vindo a requerer, cada vez mais, o uso de metodologias qualitativas que implicam a análise das dinâmicas inscritas nos percursos e nas histórias dos sujeitos envolvidos. Assim, apesar da tentação em tratar as histórias e os trajectos de vida segundo lógicas de linearidade, isto é, como relatos coerentes dispostos numa sequência de acontecimentos, assume-se que as discontinuidades e as mudanças estão sempre presentes nos percursos de vida (que evoluem por etapas, podem ser interrompidas sendo o seu resultado quase sempre incerto) e que a linearidade não mais se espelha como uma ilusão biográfica, como aponta Bourdieu (1986).

A constatação de Tornberry e Krohn (2004) que:

“...alguns delinquentes começam cedo a sua trajectória desviante e de que outros a iniciam tarde, não significa apenas que existam dois tipos de delinquentes – os de início precoce e os de início tardio - mas que estes comportamentos se desenrolam e sofrem mudanças e que, embora de uma forma geral o aparecimento precoce do comportamento anti-social esteja correlacionado com uma maior persistência, alguns indivíduos do grupo de início precoce conseguem desistir” (p. 155).

Assim, se carreira é o “caminho pelo qual se circula” (Pais, 2005: 11), nem sempre esse caminho é linear, mas feito de discontinuidades, nós, imprevistos e *retomadas*<sup>54</sup>,

---

<sup>54</sup> Para Machado Pais (2005: 13) a retomada é o voltar a tomar caminhos que se abandonaram.



onde o actor social, enquanto *sujeito autopoietico*<sup>55</sup> (Agra, 1990; 1998) se cria e reinventa a si próprio, à medida que caminha e apre(e)nde as diferentes influências do mundo, marcadas por graus diferentes de poder, de saber e de julgar. Compreender este *saltos de descontinuidade*, como preconizado por Schutz (1974), surge como um grande desafio, principalmente se estas passagens mais ou menos ritualizadas forjarem novas identidades. São lugares “entre-cenas” da vida que importa captar e, que apesar de reflectirem a clandestinidade do social, não deixam de ser identitários, relacionais e históricos (Augé, 1994). Isto porque os indivíduos (des) envolvem-se num mundo que requer interacção reflexiva, como uma forma de resposta ao ambiente. Os actores sociais são propositivos nas suas acções, agem e reagem aos problemas, aos objectos e aos outros com quem interagem, de acordo com os significados que eles lhes dão (Goulding, 1999). Como afirma Mead (1962), nas outras pessoas, o nosso Eu é um espelho.

Fazer emergir sentidos e significados através da construção narrativa é um dos grandes propósitos desta investigação, ancorada na ideia de Mead (1962) de que o aspecto mais profundo da conduta humana é o simbólico e o mais simbólico é a linguagem. Neste sentido, pressupõe-se que os sujeitos constroem a realidade a partir dos seus sistemas de crenças, saberes, práticas e experiências. E quando os indivíduos falam das suas experiências eles tendem a utilizar a sua memória biográfica. Neste sentido, o recurso às premissas do método biográfico e à construção de histórias de vida surge como um caminho indispensável. Ao permitir captar a interpretação subjectiva das trajectórias de vida e das experiências individuais, este método permite incluir não apenas o local dos acontecimentos, mas também, as suas opiniões, os motivos, os planos para o futuro e as interpretações do passado (Born, 2001: 245). Assumindo que não há precisão na pintura da vida, mas apenas imagens diversas e traços do que aconteceu, do que poderia ter acontecido e do que é agora, as histórias movimentam-se para fora das próprias pessoas, em direcção aos grupos que proporcionam significado e estrutura (Denzin, 1989).

Neste quadro, a escolha de uma metodologia qualitativa mostrou-se mais ajustada, uma vez que enforma a exploração dos relatos biográficos e a construção das histórias de vida que possibilitam o acesso a dimensões essenciais da construção da identidade social: a dimensão dos desejos, dos sentimentos e das angústias, a dimensão da sociedade a que pertence e da dinâmica existencial que a caracteriza (Passeron, 1989; Conink e Godard, 1989). Pela produção destas narrativas de vida, os indivíduos contam a história, para si e

---

<sup>55</sup> Para Cândido Agra o “sujeito autopoietico” é aquele que tem capacidade de transformar os seus factos objectivos em valores subjectivos, distribuídos por diferentes e múltiplos planos de significação existencial. Um sujeito concebido como artista de si próprio, capaz de se (re) criar.

para os outros, sobre o que eles são e o que gostariam de ser. Ora, através das delas pode-se lograr a compreensão sociológica dos contextos onde os percursos de vida das jovens (delinquentes) se configuram, sem perder de vista que as narrativas são interpretações subjectivas de experiências individuais da vida. Como aponta Bruner (1986), a vida possui três dimensões: como é vivida, como é experienciada e como é contada. A vida vivida é aquele que de facto acontece, a vida experienciada surge das imagens, dos sentimentos, dos desejos e das sensações que a pessoas tem da vida, a vida contada [história de vida] é uma narrativa influenciada pelas convenções culturais de quem está a contar, de quem a ouve e do contexto social no qual está inserida.

Sem querer retirar o seu carácter hermenêutico, mas reduzir o efeito de efabulação e os jogos discursivos, pretende-se articular as subjectividades com as estruturas objectivas, apoiados na ideia defendida por Bertaux (1997: 14) de que as lógicas que regulam o conjunto do mundo social (mesocosmos) estão igualmente em funcionamento em cada um dos microcosmos que o compõem. Os actores não são feitos de um só pedaço, mas de colagens compostas, já dizia Lahire (2005: 32). Se a regulação institucional e o comportamento/acção individual são igualmente relevantes para a compreensão de padrões de trajetórias e percursos de vida, são também desafiantes ao nível metodológico. Optar por uma metodologia qualitativa, na base deste pressuposto, implica dois grandes desafios.

Primeiro, o de assumir uma postura analítica e de reconstrução do sentido que, ao considerar o sujeito uma ‘síntese activa’ do todo social, procure interpretar a relação entre o sentido subjectivo da acção, as práticas sociais e o contexto social em que decorrem as práticas. O centro da análise será “a categorização social accionada por uma narração que permite ao sujeito estruturar o sentido do mundo social e o seu lugar nesse mundo e que torna possíveis as suas apropriações e interpretações metódicas pelo investigador” (Demazière e Dubar 1999 citados em Guerra, 2006: 32). Como mostra Machado Pais (2005a) a este respeito:

“Se é certo que os relatos de vida remetem para tempos recompostos pela memória (Gaulejac, 1988: 5-7), na exacta medida em que a memória reconstrói o tempo passado (deformando-o, transformando-o, valorizando-o, esquecendo-o), eles permitem situar um indivíduo concreto no contexto da totalidade de sua vida, em relação directa com a história do seu tempo (...) através da conjugação de um tempo histórico individual e de um tempo histórico societal” (p. 20).

E para complementar esta ideia, retoma-se o pensamento de Elias (citado em Leote de Carvalho, 2001) que diz:

“Para compreender um ser humano tem de se saber quais são os desejos dominantes que anseia ver realizados. O sentido da vida para si próprio depende de conseguir realizá-los, ou até que ponto consegue realizá-los. Mas estes desejos não se instalam nele antes de toda a experiência. Vão-se formando desde a primeira infância, a partir da convivência com outras pessoas, e vão-se fixando progressivamente na sua forma de vida (...). Também não depende apenas delas (as pessoas) se esses desejos são concretizados e até que ponto o são, já que eles visam sempre outros, o entrelaçado social com outros” (pp. 117-118).

Neste sentido, o quadro teórico-metodológico da investigação orienta-se por um duplo espírito, o da descoberta e o da prova, visto ser (re) construído à medida que o investigador vai permanecendo no terreno. Assumindo a pesquisa como um processo social onde a reformulação interactiva do problema é uma constante e onde a imprevisibilidade emerge, é crucial trabalhar nestas duas dimensões, alternando a recolha e análise de dados com momentos de elaboração teórica e solidificação metodológica (Bertaux, 1997). As ideias de partida vão sendo reformuladas e as hipóteses vão-se gerando ao longo do desenvolvimento da investigação. Desta forma, e como refere o autor, o contacto com o terreno vai desafiando os preconceitos (morais, ideológicos e mesmo teóricos) do/a investigador/a.

O segundo desafio pressupõe um modo particular de pensar o projecto científico, nomeadamente a respeito da representatividade da amostra e da capacidade de generalização das conclusões apresentadas. Fazer um estudo baseado na recolha biográfica e construção de histórias de vida implica assumir que são as qualidades teóricas dos sujeitos escolhidos que determinam o seu valor de representatividade, pois são escolhidos por serem sociologicamente representativos (Olivier de Sardan, 1995 citados em Cunha 2002)<sup>56</sup>. A este respeito, Pais (2005) refere também que a:

“...relevância não reside na pretensão de assegurar uma representatividade estatística da população inquirida, mas na de aprofundar um nível de conhecimento de realidades cuja singularidade é, por si, significativa. A objectividade não tem, necessariamente, de ficar amarrada à obsessão do mensurável e do quantificável: pode perfeitamente ser assegurada por outros meios, como os que implicam a análise cruzada da informação, ou o contraste de diferentes intersubjectividades, utilizando-se como critério de evidência os consensos que se geram ao nível de determinados contextos da vida quotidiana. É o chamado processo de saturação da informação recolhida que assegura a validade das amostras construídas e das informações delas derivadas. Este processo confere à ideia de

---

<sup>56</sup> Cf. Glaser e Strauss (1999)

representatividade um significado completamente diferente daquele que ocorre em contextos de investigações mais positivistas” (p. 242-243).

A utilização de uma metodologia sensível aos casos particulares e às singularidades não pode deixar de estar atenta às questões da validade e da fidelidade dos procedimentos, como garantia do rigor que se exige no exercício da pesquisa científica (Yin, 1994; Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Pinheiro, 2004). Aliás a flexibilidade metodológica exigida por estas abordagens (Becker, 1994) faz com que o investigador seja capaz de manusear uma diversidade de técnicas, utilizando-as, também, como procedimentos de verificação da veracidade do material recolhido.

### **Métodos de recolha e análise dos dados**

Da diversidade de meios disponíveis nas metodologias qualitativas, utilizou-se, nesta investigação, três grandes métodos/ técnicas para a recolha de informação: análise documental de processos individuais ou dossiers tutelares, observação directa presencial e entrevistas em profundidade com o objectivo de construção de histórias de vida. Qualquer um destes métodos/técnicas, em intensidades e formas diferentes, permite ao investigador captar o mundo através da perspectiva dos investigados e participar mais de perto no mundo empírico em estudo. Para o tratamento da informação recolhida a opção inicial foi o método da análise de conteúdo, utilizando um processo de categorização mista, contudo, a imersão nos dados conduziu à necessidade de complementar esta análise com uma análise de discurso. Vejamos o papel de cada um destes métodos e a importância que tiveram no desenvolvimento desta investigação, deixando as descrições mais práticas para a altura em que falarmos da entrada no terreno.

**Observação presencial.** Este tipo de observação inclui-se no processo mais lato da observação directa que, segundo Firmino da Costa (citado em Silva e Pinto, 1999), consiste na presença do investigador nos contextos sociais estudados com a finalidade de permitir a observação dos lugares, dos acontecimentos, das pessoas, das interações, das rotinas e das práticas. Segundo Machado Pais (2005a) a observação presencial mistura “um estilo óptico com um estilo táctil: o primeiro, desenvolvendo-se à distância; o segundo, favorecendo a proximidade” (p. 17). Neste sentido, e com a utilização deste método, o objectivo passava por apreender os ambientes, procurando, de uma forma

aberta, discernir as várias dimensões e abordagens do problema. Através de um diário de campo registaram-se os dados da observação, registos que foram transversais às várias técnicas utilizadas, mas que privilegiaram os acontecimentos que ocorreram nos espaços ecológicos, mais ou menos naturais, das jovens. Um desafio na utilização deste método é, também, o desenvolvimento de relações e de acordos práticos com os intervenientes. Ganhar confiança é uma parte elementar do envolvimento do investigador na cena social, mas a escolha do melhor papel está limitado, também, ao contexto de observação. Nesta esteira, adoptou-se um papel de observador-participante (Gold citado em Burgess, 1997: 87). Assumindo os desafios éticos deste posicionamento, a não ocultação do papel de investigador é também positivo ao permitir uma maior liberdade de deslocação para onde a investigação era relevante.

**Análise documental dos processos individuais.** Os processos individuais dos/as jovens com medidas tutelares educativas, ou dossiers tutelares, são instrumentos individualizados, para onde se encaminha toda a informação oficial da intervenção judiciária (e.g. relatórios sociais; relatórios sociais com avaliação psicológica; informações sociais no âmbito de processos de promoção e protecção; relatórios periódicos de execução de medida tutelar, relatórios de perícia sobre personalidade, autos policiais, decisões do tribunal, entre outros). Apesar de não serem dados que reflectam os sentidos e os significados que estas jovens constroem e atribuem à prática transgressiva, como é proposto nesta pesquisa, são fundamentais em dois principais quadrantes. Primeiro, para uma primeira aproximação e sistematização da informação sobre “delinquência juvenil” feminina registada em Portugal, “numa tentativa de objectivação na estrutura espacial e temporal da vida quotidiana” (Leote de Carvalho, 2003: 36). Segundo, um esforço que serviu para auxiliar na selecção das jovens para a entrevista. Não se procurou, no âmbito desta investigação, analisar o grau de subjectividade e os padrões de linguagem inerentes a estes dossiers, produzidos por técnicos, nem tampouco discutir as metodologias e instrumentos utilizados para a sua elaboração. A sua análise serviu para recolher informações e indicadores sobre os contextos de socialização das jovens e seus percursos jurídico-legais.

**Entrevista.** Considerando que se pretendia aceder aos discursos construídos pelas jovens em torno dos seus percursos delinquentes, o instrumento mais adequado foi a entrevista. Esta possibilita investigar as formas de pensar, agir e sentir dos indivíduos, permitindo captar as *ritologias dos quotidianos* (Pais, 2005b) ou, na expressão de Bertaux (1997), apreender os seus mundos sociais e as categorias de situação. Como refere

Machado Pais (2005a) a este respeito, se pedimos aos jovens que nos ajudem a interpretar os seus quotidianos, para ser possível confrontar o nosso ponto de vista com os seus pontos de vista, então, “quando se investigam os traços de vida juvenis, porque não auscultar as opiniões e os sentidos subjectivos que os jovens dão aos seus próprios traços de vida?” (p. 18).

Questionamentos como este e os desafios impostos pelas escolhas teóricas, enformaram o tipo, a forma e a intensidade de aplicação desta técnica. Optou-se pela entrevista em profundidade, ao pretender que os sujeitos relatem episódios, acções e situações que permitam identificar as experiências passadas e presentes, bem como o modo como se projectam no futuro. Para alcançar este propósito, decidiu-se por uma entrevista mais flexível em que, embora guiada por um conjunto de tópicos, as questões fossem emergindo no contexto imediato e no curso natural da conversa.

A entrevista é um processo de interacção social, em que entrevistados e entrevistador são participantes activos no processo de construção de sentido. Além disso, assumindo que cada entrevista expressa um ponto de vista singular, era importante que ela integrasse uma perspectiva reflexiva, ou seja, que a narrativa reflectisse a própria opinião das entrevistadas sobre as suas vivências e os actos praticados, com ênfase na interpretação pessoal e na introspecção feita em torno destes acontecimentos. Nesta lógica, é crucial que a entrevista sustente a ideia de que “um indivíduo (...) é resultado de um processo, é o produto de uma história que se pode dizer tanto “social” como “pessoal”; (...). Desta forma pode ler-se a sua história, a sua trajectória, como o encontro de várias histórias colectivas” (Beaud e Weber, 2007: 198). Contudo, e segundo os autores, resgatar a diversidade dos pontos de vista implica abandonar as suas certezas e aceitar o incómodo de colocar entre parênteses o conforto de um único lugar.

Neste contexto, adoptou-se de Bertaux (1997) um outro elemento importante: os “relatos de vida” enquanto objectivadores de práticas e não apenas de representações. Isto não implica que se desconsiderem os diversos factores pessoais e sociais que condicionam o discurso das entrevistadas acerca das suas práticas, e muito menos deixar de ter presentes os factores imputáveis às relações sociais de observação entre entrevistada e entrevistadora. Aceitar que os discursos revelem as práticas não implica que se aceite como verdade tudo o que é dito pelas entrevistadas. Aliás a comparação entre as narrativas e outras fontes de informações, especificamente os processos individuais, revelou algumas contradições. A postura crítica que se exige procurou estar

presente no momento de análise das entrevistas e na triangulação com os outros métodos e fontes de informação.

**Tratamento e análise dos dados.** No que se refere ao tratamento da informação recolhida, a primeira leitura dos dados foi realizada através do método de análise de conteúdo. Invocada ou suscitada pela investigadora, e segundo uma matriz de análise qualitativa, a informação sujeitou-se quer a uma análise de conteúdo para efeitos de descrição do conteúdo manifesto nos discursos, quer a uma análise mais interpretativa, para efeitos de inferência e atribuição de sentido (Ghiglione e Matalon, 1993).

A análise da informação recolhida dos processos individuais das jovens seguiu uma lógica muito mais descritiva. Uma opção que se deveu à natureza e ao volume dos dados, mas também ao objectivo que cumpria: fazer uma caracterização das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas.

A análise de conteúdo dos dados das entrevistas envolveu utilizar procedimentos particulares de codificação. Após a transcrição de todas as entrevistas para *word* e a constituição do corpus documental, fez-se uma leitura flutuante das entrevistas. Nesta fase, que alguns autores chamam de pré-análise (Guerra, 2006; Ghiglione e Matalon, 1993), é necessário que o investigador se deixe absorver pelos discursos recolhidos e pelos sentidos gerais neles contidos, para começar a vislumbrar o sistema de categorias a usar para o tratamento. Depois desta leitura transversal, iniciou-se o processo de codificação aberta, que implicou separar os dados em diferentes unidades de observação. O processo de categorização fez cruzar procedimentos mais fechados, ao utilizar classificações teóricas pré-definidas pelo quadro teórico adoptado, com procedimentos mais abertos e exploratórios, ao procurar, no próprio material, as categorias emergentes. Daqui resultou a possibilidade de *análises verticais*, que se debruçaram sobre cada jovem separadamente, passando em revista os diferentes temas abordados e construindo uma síntese individual, e *análises horizontais* que permitiram ver como cada tema foi abordado pelo conjunto das jovens entrevistadas.

Além destas leituras, a análise de conteúdo possibilitou, também, a emergência de outras análises, directamente relacionadas com os objectivos do estudo, e que permitiram a construção das histórias de vida. Da triangulação de todos os métodos e da informação recolhida em cada momento foi possível construir grelhas analíticas de contrastação de discursos em função das experiências de vida das jovens e dos significados decorrentes dos seus discursos. As suas histórias de vida foram construídas e organizadas em torno dos principais contextos de vida e das suas experiências (contexto de residência, família,

escola, grupo de pares e relacionamentos amorosos, institucionalizações e trajectórias institucionais e actividades marginais), e analisadas levando em consideração os discursos, os significados e as representações produzidas em torno das experiências vivenciadas nos diferentes contextos de vida, os quais se organizaram em torno de 8 itens: representações da infância, representações em torno dos amigos, sentidos e significados da violência/ período desviante, significações do(s) internamento(s) [na Protecção e na Justiça], formas de lidar com as emoções negativas, construções e controlo social de género, representações do futuro e organização discursiva (retratados nos capítulos seguintes).

A imersão nos dados, a necessidade de perceber as densidades biográficas e a constatação de que os usos da linguagem assumem uma importância indelével na construção dos discursos e na forma como as jovens se posicionam face aos mesmos, criou a necessidade de ir além do processo de categorização para nos empregar nas tessituras discursivas (*cf.* Capítulo 6). Ao abrir esta janela, levando em consideração o enquadramento teórico-metodológico desta investigação, optou-se por evidenciar os usos da linguagem, mais do que a linguagem em si mesma. Desta forma foi possível destacar a importância da interacção na construção do discurso, as formas como os sujeitos podem ser constrangidos pelo contexto interactivo e, também, como utilizam a linguagem para os seus próprios fins (Potter e Wetherell, 1987; Bruner, 1986; Nogueira, 2001).

### **Considerações éticas**

Vimos que a investigação qualitativa tem como objectivo compreender as situações a partir do actor, e o objectivo deste estudo passa pela análise dos significados e das experiências de raparigas delinquentes, assumidas como sujeito e não como objecto de conhecimento. Porém, temos verificado que a “delinquência juvenil” feminina, enquanto objecto de análise científica, tem características específicas relacionadas com a sua invisibilidade social e científica, com as indisponibilidades das fontes de informação, com a ambiguidade e controvérsia em torno das definições utilizadas, com a dificuldade e selecção da população-alvo, com a validade dos dados ou com as opções metodológicas. Todas elas transformam este fenómeno num objecto saturado de problemas metodológicos e, por isso, de desafios éticos.



Como proteger os indivíduos da exposição pública, mas conduzir a pesquisa de forma livre? Levando em consideração os objectivos deste estudo e a natureza da informação que se pretendia recolher, como conseguir o consentimento dos indivíduos sem omitir os objectivos da investigação? Como gerir o tempo dos inquiridos quando não temos tempo? Questões que se foram levantando e que trouxeram a necessidade de construção de um ‘roteiro ético’, guia da investigação, que se pautou por três pilares fundamentais (Alderson, 1995; Arnott, 2010): a defesa do direito a uma participação devidamente informada, garantindo a liberdade de participação e o respeito pela privacidade e confidencialidade; certificar-se que os métodos e procedimentos utilizados são adequados aos participantes, trabalhando a sensibilidade social e cultural para as diferenças de género, idade, etnicidade, religião ou classe social; e minimizar danos para as partes envolvidas, evitando conflitos de interesse e decepções desnecessárias. Estas foram algumas das principais preocupações éticas que nortearam a pesquisa mas, como a questão ética só adquire pertinência perante os problemas concretos, serão analisados alguns desses dilemas ao longo deste capítulo.

Uma outra questão, não menos importante, é a de reflectir o papel do próprio investigador na pesquisa qualitativa, concordando com Dawe (citado em Burgess, 1997: 96), que considera que os sociólogos são participantes nas suas próprias análises. Como pensar em neutralidade se a escolha do objecto perpassa o desejo de conhecer algo que nada tem de neutro? Assumir uma investigação qualitativa é assumir que o campo social não é transparente e que pesquisador e pesquisados interferem de forma dinâmica na construção da realidade. Se estas ‘intromissões’ são importantes, elas exigem uma vigilância epistemológica e metodológica capaz de orientar as práticas de investigação e esclarecer as tensões de papéis que nascem no decorrer da pesquisa.

### **3.2.2. Incursões metodológicas no terreno: (re) construções das condições de pesquisa**

Depois de reflectidas e discutidas as escolhas metodológicas e seus desafios, torna-se fundamental abordar a forma como os métodos qualitativos escolhidos para esta investigação foram operacionalizados e (re) construídos nas várias excursões no terreno. A compreensão dos dados que são apresentados e analisados ao longo dos capítulos subsequentes, exige conhecer o processo de investigação com os seus avanços e retrocessos, obstáculos e superações, adaptações e reorientações.

A opção por uma metodologia qualitativa obriga a reconhecer a não-linearidade do percurso investigativo, mas não nega a importância de uma descrição panorâmica dos diferentes momentos da pesquisa de terreno (Bogdan e Biklen, 1994), que pressupõem a presença do investigador nos contextos sociais em estudo e o contacto directo com os actores e suas “situações de vida”<sup>57</sup>. Por este motivo, as incursões no terreno foram tendo pinceladas etnográficas, de quem quer uma experiência directa do terreno e um diálogo inter-subjectivo.

Se a pesquisa é algo que se procura e essa procura é feita de hesitações, incertezas e obstáculos, mais ou menos fáceis de superar, estes sentimentos não deixaram de estar presentes ao longo de toda a investigação. A consciência dos obstáculos encontrados e a forma como foram superados revela e permite antever as dificuldades da própria pesquisa, bem como a necessária reconstrução e adaptação desta às condições que, a cada momento, foram sendo impostas.

### **Aproximações ao terreno...**

A entrada no terreno não seguiu, propriamente, uma ordem cronológica. Foi sendo feita de avanços e recuos, de oportunidades, disponibilidades e disposições. Numa fase inicial da pesquisa, coincidente com os primeiros esforços de contacto com a realidade empírica, realizaram-se entrevistas a informantes privilegiados<sup>58</sup>, com um fim exploratório. A figura do informante privilegiado é fundamental numa pesquisa deste tipo, uma vez que se constitui em fonte de informação indispensável sobre as pessoas e os contextos sociais que se pretende estudar. Estava numa fase de descoberta de ideias e de factos bem como de iniciação ao processo de negociação da entrada no terreno e, neste sentido, foi fundamental estreitar contactos, mais ou menos informais, com estes “observatórios localizados” de informação. Os contactos estabelecidos, as conversas tidas e a participação em encontros e conferências sobre a temática trouxeram mais

<sup>57</sup> Na tradição dos estudos desenvolvidos nos EUA, pela Escola de Chicago, ao longo dos seus principais períodos: *The Hobo* (1923) de N. Anderson; *The Gang* (1927) de F. Thrasher; *The Ghetto* (1928), por L. Wirth; *The Jack Roller* (1931) e *Natural History of a Delinquent Career* (1938) de C. Shaw; *Street Corner society* (1943), escrito por W. Whyte; *Delinquent Boys: the culture of the gang* (1955), de Cohen; *Outsiders* (1963), de H. Becker; *The presentation of self in everyday life* (1959) e *Asylums* (1968), de E. Goffman; *Os Filhos de Sanchez* (1979) por Oscar Lewis, entre outros.

<sup>58</sup> No decorrer do primeiro ano de investigação estabeleci contacto com três instâncias que me pareciam estruturantes nesta aproximação ao terreno: A *Direcção-Geral de Reinserção Social* (neste contexto, contactei com directores de três Centros Educativos – São Bernardino, Santa Clara e Navarro de Paiva, com a Delegação Regional do Norte, com a Equipa do Cávado, em Braga e com técnicos, quer do serviços centrais, para assuntos relacionado com estatísticas e estudos existentes, quer das Equipas de Reinserção Social, mais direccionado para as experiências e os perfis das raparigas em cumprimento de medidas), o *Tribunal* (entrevista ao Procurador do Tribunal de Menores do Porto) e o *CEJ – Centro de Estudos Judiciários* (entrevista ao Director-Adjunto, responsável pela área de estudos e investigação judiciários e pela direcção do Gabinete de Estudos Judiciários). Além destes, assume igual importância a passagem pelo Lar especializado Casa da Agueira, em Viseu, antigo Centro Educativo de São José.

questionamentos, novas ideias e a consciência de que o processo de encontrar os melhores contextos de observação, para os objectivos da pesquisa, iria ser longo e difícil.

De todos estas experiências, destaca-se, com mais pormenor, a passagem pelo Lar especializado Casa da Aguieira, em Viseu, antigo Centro Educativo de São José, transformado num centro de acolhimento de jovens em risco/ perigo e transferido do Ministério da Justiça para o Ministério da Solidariedade Social<sup>59</sup>.

O primeiro contacto estabelecido foi em Agosto de 2007, durante um périplo<sup>60</sup> feito às instituições que, na altura, estando ou tendo estado ligadas à justiça, acolhessem raparigas. Mas foi no período de Fevereiro a Julho de 2008 (após autorização do Centro Distrital de Segurança Social de Viseu) que se intensificaram as visitas, e que partilhei o espaço da instituição de forma mais assídua com a equipa técnica, a equipa educativa e as jovens acolhidas à data.

Nesta fase ainda era inconsistente e indefinida a escolha do contexto de investigação, mas sabia o quão importante era esta escolha: “não há um bom objecto de pesquisa, sem ‘bom campo’, nem ‘bom campo’ sem ‘bom objecto’ (Beaud e Weber, 2007:37). Se, por um lado, se aguardava por uma resposta da Direcção-Geral de Reinserção Social ao pedido de realização do estudo, por outro sentia-se a necessidade de entrar no terreno, explorar os vários planos da investigação e testar os instrumentos construídos. Sem dúvida, a proximidade à realidade e as especificidades da Casa da Aguieira transformaram-na no contexto ideal para alcançar esses objectivos iniciais.

“Cheguei à Casa da Aguieira e, contrariamente ao que eu esperava (talvez porque a ideia que criamos destes espaços é sempre a de grandes instituições, distantes de tudo e de todos e muito pouco acolhedoras), encontrei uma moradia, num bairro residencial. Estão acolhidas, nesta instituição, 10 raparigas, entre os 13 e os 17 anos, que o Estado considerou estarem em situação de perigo. São casos especiais, os casos que nenhum outro Lar quer... são os casos de jovens que apresentam condutas agressivas graves, comportamentos desviantes e delitos não “entrados” no tribunal. Ainda sem regulamento interno (uma vez que a instituição estava a passar pelo processo de transição da Justiça para a Segurança Social), mas procurando cumprir as exigências técnicas e os direitos das jovens,

<sup>59</sup> Esta medida governamental insere-se no âmbito da reorganização e requalificação dos centros educativos (Portaria n.º 102/2008, de 1 de Fevereiro), espaços destinados ao internamento de menores que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime e que tenham idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, podendo o internamento prolongar-se até aos 21 anos. A nova rede nacional de Centros Educativos passa a ser constituída por nove espaços: Santa Clara (Vila do Conde), Santo António (Porto), Mondego, Olivais (Coimbra), Padre António Oliveira (Caxias, Oeiras), Bela Vista (Lisboa), Navarro de Paiva (Lisboa), Madeira (Funchal) e Açores. Por outro lado, são extintos os centros educativos Corpus Christi (Vila Nova de Gaia), São José (Viseu), São Fiel (Castelo Branco), Dr. Alberto do Souto (Aveiro), São Bernardino (Peniche) e Vila Fernando (Elvas).

<sup>60</sup> Julho de 2007 - Centro Educativo de São Bernardino, Peniche. Foi feita uma entrevista exploratória à directora e a visita ao espaço. Da entrevista, recolheu-se o perfil das jovens com medida de internamento, o funcionamento e os procedimentos no centro educativo e as práticas quotidianas. A visita permitiu o primeiro contacto com um centro educativo e a observação da organização e disposição dos espaços. Preparava-se para encerrar e enviar as jovens internadas para a unidade residencial feminina no Centro Educativo Navarro de Paiva, em Lisboa.

Agosto de 2007 - Lar especializado Casa da Aguieira, antigo Centro Educativo de São José, Viseu. Sob a vigência da Segurança Social e já com a presença de jovens com medida de acolhimento institucional, estavam a passar pela fase de adaptação ao novo sistema e pelo processo de adequação dos procedimentos utilizados no âmbito da Justiça aos princípios orientadores da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro).

contemplados da Lei de Promoção e Protecção, a monitorização destas jovens é mais exigente, feita à luz de uma formação que todos os técnicos têm e que adquiriram enquanto trabalharam na Justiça. As saídas das jovens são limitadas, os seus comportamentos são avaliados numa escala de 0 a 5, e a intervenção obedece a um programa de faseamento e progressividade onde, a cada fase, corresponde um conjunto de prémios e privilégios, como por exemplo, fazer telefonemas, utilizar a internet ou ter os melhores quartos. Como me dizia uma das jovens: - só faltam três semanas para ir para o sótão, que é o melhor quarto. A monitorização tem quatro principais itens: pontualidade e assiduidade; relacionamento interpessoal; cumprimento das tarefas; higiene. As regras estão espalhadas por toda a casa. Os espaços são comuns e, em regra, elas podem circular por todos os locais, o que traz alguma familiaridade e proximidade nas relações.”

[Nota de campo, 16/08/2007]

Enquanto Lar especializado, surgiu como uma (nova) resposta aos “espaços de ninguém”, que foram criados pela própria Lei<sup>61</sup>, onde cabem as situações de pré-delinquência e para-delinquência que, não sendo abrangidas pela Lei Tutelar Educativa, também não encontram “verdadeiro” lugar na Lei de Promoção e Protecção.

Exigia-se pensar soluções de encaixe para estas situações, que se fazem sentir cada vez mais nas instituições de promoção e protecção: jovens mais velhos/as, com comportamentos desviantes e indícios de práticas delinquentes. O agravamento destas situações tem vindo a reconfigurar os cenários da protecção. Este tem sido um tema discutido em vários encontros e seminários (ver Caixa de texto 7) e tem estado na base de mudanças políticas e legislativas, no que se refere à intervenção junto de crianças e jovens em perigo<sup>62</sup>

#### Caixa texto 7

*Jornal Correio do Minho, 31 de Outubro 2009*  
*As instituições têm de mudar*

“A maior parte das instituições que acolhem crianças e jovens em risco, não está preparada para lidar com os problemas actuais da juventude. O mote foi lançado pelo presidente da direcção do Instituto Monsenhor Airosa (IMA), Luis Gonzaga, que ontem acolheu o encontro sobre *Lares de Crianças e Jovens: Parte da Solução ou Parte do Problema?*. A maior parte das instituições foram criadas há mais de 50 anos para acolher crianças e jovens de meios disfuncionais, mas hoje há outras realidades. Há a pré-delinquência e as doenças mentais. Há falta de meios para tratar esses problemas. Quando falamos dos interesses das crianças, há que ter noção dessa realidade”, disse o director do IMA. Opinião idêntica tem Rui Godinho, director técnico da Casa da Alameda. Para este especialista considera-se que as crianças acolhidas nestas instituições estão em perigo de vida e no fim da linha. A regra vai ser crianças com psicopatologias severas, debilidades ligeiras, vítimas de abuso físico e sexual com grande sofrimento e crianças delinquentes. Este panorama, diz Rui Godinho, traz novos problemas: estas crianças estão em contacto com outras que é necessário proteger (...)”.

<sup>61</sup> Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, que aprovou a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJ) e Lei n.º 166/99, de 14 de Setembro, que aprovou a Lei Tutelar Educativa (LTE).

<sup>62</sup> Um exemplo dessa mudança foi a implementação do Plano DOM (Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio), da responsabilidade do Instituto de Segurança Social, com o objectivo da implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadora de uma melhoria contínua da promoção de direitos e protecção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.

Não encontrando melhor forma de exprimir a passagem e a experiência vivida na Casa da Agueira, socorro-me de um texto para o fazer, utilizado pelas jovens num trabalho artístico desenvolvido nas aulas de pintura cerâmica:

“ Casa da Agueira é...  
 Sempre a mesma coisa:  
 Dorme-se  
 Come-se...Engorda-se...  
 Estuda-se ...às vezes!  
 Leva-se uns 0...1...2...3...4...5  
 Joga-se... Ganha-se e perde-se  
 Convive-se... há porrada (às vezes!)  
 E depois há conversa...  
 Passeia-se... fuma-se lá fora e vêem-se  
 “paisagens” lá fora  
 Aturam-se prof’s, monitores, técnicos e  
 meninas (conforme)  
 Há cá de tudo um pouco (meninas boas  
 e boas meninas) e más  
 GPS<sup>63</sup> é muito fixe (às vezes é duro)...  
 o resto é “top secret”  
 Choro, lágrimas, tristeza, desânimo, mágoa, raiva  
 solidão, ansiedade, ânsia de liberdade, sufoco...  
 Alegria, Valorização, Harmonia  
 Saudade!!”

À data do estudo, a Casa da Agueira contava com a presença de 11 jovens. Setenta e três por cento tinham entre 16 e 17 anos e 27% entre 14 e 15 anos. Todas de nacionalidade portuguesa, 45.5% eram naturais do Norte do país e 27% do Centro e de Lisboa.

Da análise dos processos individuais foi possível fazer pequenas sínteses das trajectórias de vida das jovens, apresentadas no Quadro 3 com nomes fictícios, sínteses essas que reflectem, inevitavelmente, parte do léxico, perspectivas e categorias com que os processos individuais foram construídos pelo pessoal técnico; com o auxílio das conversas tidas com a equipa técnica e da observação dos quotidianos, tais sínteses ajudaram assim a traçar uma breve caracterização das jovens acolhidas.

---

<sup>63</sup> Gerar Percursos Sociais (GPS) “é um programa de prevenção e reabilitação psicossocial para jovens em risco ou que apresentem comportamentos desviantes. Foi construído de forma a poder ser utilizado em contextos de prevenção do comportamento desviante, anti-social ou delinvente, bem como em contextos de reabilitação para jovens com marcado desvio social” (Rijo *et al.*, 2006: 2).

**Quadro 3**

Breve caracterização das jovens acolhidas na Casa da Agueira, em Fevereiro de 2008

|   |
|---|
| <p><i>Ana, 17 anos.</i> Tem o 6.º ano, abandonou a escola. Actualmente frequenta um Cursos de Educação e Formação (CEF)<sup>64</sup> tipo 2. Foi abandonada pelos pais e criada por um tia que a sujeitava a castigos físicos. Apresenta um longo percurso de institucionalizações, seguidas de fugas. Hábitos tabágicos arreigados e problemas psíquicos.</p>  |
| <p><i>Elisa, 17 anos.</i> Tem o 6.º ano, abandonou a escola. Foi abandonada pela mãe e ficou ao cuidado do pai. Incompatibilizou-se com a companheira do pai. A pré-adolescência foi marcada por comportamentos problemáticos e anti-sociais. Desde os 13 anos que vive institucionalizações sucessivas e sem sucessos. Vivência de rua associada a consumos de drogas, prostituição e degradação psíquica</p>  |
| <p><i>Manuela, 17 anos.</i> Tem o 5.º ano, abandonou a escola e esteve a frequentar um CEF. Não se conhece o paradeiro da mãe e o pai não quer saber dela. Vive com dois irmãos e a namorada do irmão. Frequentava lugares e convivia com indivíduos referenciados pela polícia como traficantes e consumidores. Consumia drogas e álcool. Está grávida.</p>  |
| <p><i>Bianca, 16 anos.</i> Tem o 5.º ano. Percurso escolar marcado pelo insucesso escolar. Actualmente a frequentar um Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF)<sup>65</sup>. Vive com pai, mãe e quatro irmãos. Vítima de maus-tratos continuados por parte do pai e negligenciada pela mãe, que também era vítima de violência doméstica. Um dos irmãos está preso por tráfico de droga. Histórico de quatro institucionalizações. Apresenta uma identidade pouco estável, quase bipolar.</p>                         |
| <p><i>Margarida, 17 anos.</i> Tem o 6.º ano. Percurso escolar marcado pelo insucesso escolar. Vive com o pai, a madrasta e quatro irmãos. Foi abandonada pela mãe, que era maltratante. Incompatibiliza-se com a madrasta, mas nutre grande afectividade pelo pai. Tem histórico de várias institucionalizações, demonstrando sempre muita agressividade, sem limites e regras de comportamento. Consumos de cannabis e haxixe.</p>   |
| <p><i>Laura, 15 anos.</i> Tem o 7.º ano, percurso escolar inconstante. Foi abandonada pela mãe aos 6 meses e a partir daqui a sua infância foi passada na intermitência entre agregados familiares (avó, pai, mãe e tios). É uma jovem sensível e triste, vítima de abandonos sucessivos que lhe tem condicionado a capacidade de estabelecer ligações.</p>   |
| <p><i>Susana, 15 anos.</i> Tem o 6.º ano, abandonou a escola. Actualmente a frequentar um CEF tipo 2. O pai morreu e a mãe mostra indisponibilidade em estar com a filha. Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), foi confiada aos avós paternos com 5 anos. A mãe tem sido uma figura desestruturadora na vida da jovem que apresentava comportamentos de rebeldia.</p>   |
| <p><i>Carolina, 16 anos.</i> Tem o 7.º ano, abandonou a escola. Vive com o pai e a mãe e é a mais nova de uma fratria de três irmãs. O sistema familiar está em stress. A mãe é maltratante, o pai demitiu-se das suas funções parentais. Discutem frequentemente e há consumos excessivos de álcool por parte do pai. Tem sido criada entre os avós maternos e paternos. Fugas de casa, institucionalizações, fugas das instituições. Foi morando em casa de amigos. Apresenta uma forte instabilidade social e emocional.</p> |
| <p><i>Soraia, 14 anos.</i> Tem o 6.º ano, não se conhece o percurso escolar. Actualmente frequenta um CEF tipo 3. Vive com a mãe e dois irmãos mais novos. A mãe trabalha numa casa de alterne e o pai é toxicodependente, actualmente em situação de reclusão. Falta de condições habitacionais, de higiene e</p>  |

<sup>64</sup> Cursos de Educação e Formação para Jovens (preferencialmente com idade igual ou superior a 15 anos), criados para ser uma oportunidade de conclusão da escolaridade obrigatória, através de um percurso mais flexível e ajustado aos seus interesses. Cada curso corresponde a uma etapa de educação/formação (desde o Tipo 1- permite o ingresso no 3º ciclo do ensino básico, ao Tipo 7 – que permite o prosseguimento de estudos) e o acesso está relacionado com o nível de habilitação escolar e profissional já alcançado. No final de cada etapa obterá uma qualificação escolar e profissional (Despacho Conjunto nº 453/2004, DR 175, SÉRIE II, de 27 de Julho - Regulamenta a criação de Cursos de Educação e Formação com dupla certificação escolar e profissional, destinados preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos).

<sup>65</sup> Programa Integrado de Educação e Formação (Despacho conjunto n.º 882/99 do Ministério da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, tendo sido revisto e reformulado pelo Despacho conjunto n.º 948/2003 dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho, publicado a 26 de Setembro, DR n.º223, II série).

desleixo. Não há regras nem horários e a comunicação entre a mãe e os filhos é pautada pela má conduta, pela agressão verbal e física. Passou por uma instituição de protecção de onde fugia constantemente. Estabelecia relações conflituosas com os seus pares e com os funcionários. Desvaloriza a autoridade e não aceita regras.

*Ângela, 16 anos.* Tem o 9.º ano terminado através de um CEF tipo 3. Vive com a avó e uma irmã solteira. Os pais estão ausentes. É uma jovem que ao longo da vida aprendeu a lidar com as suas fragilidades internas, negando-as e escondendo-as assumindo postura de auto-suficiência, arrogância e desajustamentos. Histórico de institucionalizações e fugas.

*Táisa, 17 anos.* Tem o 6.º ano. Percurso escolar marcado pelo absentismo escolar. Vive com a mãe e com a irmã. O pai está ausente por motivo de divórcio. A mãe não tem capacidade de impor regras, ainda que o relacionamento com as filhas seja positivo. Vivendo entregues a elas próprias, envolveram-se com companhias delinquentes. A irmã também esteve institucionalizada.

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados em Fevereiro de 2008

Apesar das especificidades das suas vidas, normalmente são jovens, com percursos marcantes de vitimação. Histórias feitas de encaixes e desencaixes mais ou menos (dis) funcionais. Pertencentes a famílias desestruturadas na sua composição e nas dinâmicas relacionais são vítimas de abandonos sucessivos, maus-tratos e negligências. Os percursos escolares são marcados pelo insucesso, desinteresse e conseqüente abandono escolar, ligado a um desenvolvimento cognitivo fraco e a comportamentos de indisciplina e agressividade no contexto escolar. À data de entrada na instituição, a maioria (81.8%) das jovens tinha o 2.º ciclo e apenas 18.2% o 3.º ciclo. Habilitações estas desfasadas da idade, e que reflectem os percursos de insucesso no ensino formal.

O histórico de institucionalizações destas jovens é preocupante, em números e percursos. Setenta e três por cento, chegaram à Casa da Aguieira vindas de outras instituições e a média de institucionalização por jovem é de 2,5. “Filhas das instituições”, marcam a sua passagem pelos Lares com comportamentos muito agressivos, seguidos de fugas e subsequente vivência de rua. O sistema e a organização abertas, característica dos Lares de Promoção e Protecção, não foram capazes de as proteger, nem tiveram efeito contentor nas suas práticas. Em regra, é no espaço da rua que iniciam consumos de tabaco, álcool e drogas recreativas, ainda que não sejam comuns percursos e carreiras de toxicoddependência. Sem orientação e educação sexual apresentam experiências sexuais precoces.

Os problemas de saúde mental e problemas psiquiátricos são, igualmente, uma preocupação e, em graus diferentes, transversais à quase totalidade das jovens, o que exige um acompanhamento permanente e a toma de medicação. Os efeitos destes problemas expressam-se nos comportamentos, nas relações e na gestão dos quotidianos.

“(…). As jovens que apresentam problemas de saúde mental mais graves demonstram bem essa desestruturação nos seus comportamentos de dia-a-dia. Em regra, isolam-se e são mais depressivas. Progridem menos de fase e têm dificuldades básicas de compreensão. Tendem a vagar pela casa, sem estabelecer grande relação com as outras jovens. São, em muitas circunstâncias, gozadas por elas. Normalmente, sentam-se no chão, durante horas, ao lado do gabinete da equipa educativa/ monitores (ou estão constantemente a chamar por eles/as, ou passam horas caladas ou então aproveitam para ouvir as informações que se passam na troca de turnos). Como me dizia uma monitora: elas chegam um caco e não há cola que as cole. (...)”

Hoje uma delas passou a tarde toda a chorar e o discurso pendia entre a idealização de um suporte familiar que não existe e as ideias suicidas. Como ela me dizia: - eu só queria ser uma pessoa normal. Uma outra jovem, que não tem nenhuma retaguarda familiar e nenhuma instituição a quem se quer, exacerba, nos seus discursos, tudo aquilo que lhe falta. Idealiza namorados que não tem e fantasia situações relacionais, considera que todos a acham ‘muito linda’ e, numa rede social da internet, apresenta-se com uma fotografia que não é dela (uma rapariga loira, magra e com piercings). Consegui estabelecer alguma comunicação com ela através da música e da dança. Passou a tarde sentada no chão, à porta do gabinete onde eu estava, à espera que acabasse o trabalho para ir ouvir música com ela. De duas em duas semanas, tem de levar um injectável anti-depressivo e todos os dias toma medicação. Aliás esta é uma realidade de quase todas as jovens... a toma de medicação durante o dia para andarem calmas. Esta é uma questão que preocupa a directora instituição: não terem resposta nem formação especializada para estes problemas ”

[Nota de campo, 8/02/2008]

Na relação entre elas, é comum falarem aos gritos e atacarem-se verbalmente e, com alguma rapidez, passam à agressão física, o que causa uma activação emocional nos técnicos e aumenta o sentimento de que é muito difícil trabalhar com elas.

“Terminado o dia sinto-me exausta. É tudo muito intenso, excessivamente intenso. Do riso depressa passamos à apreensão, ao incómodo e até ao medo. Tudo é muito imprevisível e isso está patente nos discursos dos técnicos. Nunca sabem o que vai acontecer no turno seguinte. Estas jovens, de uma postura de carência e até de proximidade sufocante passam à agressividade verbal e física. São muito inconstantes e não aceitam o não como resposta. Hoje as cenas de agressão foram frequentes e quando se agredem fisicamente é difícil separá-las.”

[Nota de campo, 7/02/2008]

“O ambiente hoje está complicado. Na noite de ontem para hoje, algumas das jovens assaltaram o dispensário, roubaram bebidas alcoólicas e embebedaram-se. Uma delas partiu um vidro e teve de ir para o hospital (...). Os monitores estavam exaustos e as raparigas muito agitadas e preocupadas com a avaliação da semana (...). Decidi ficar com as monitoras no gabinete, porque a presença de um estranho, nestas situações, pode ser contraproducente. Aproveitamos para falar sobre o trabalho delas, como funcionam os turnos (entram às 8h, há mudança de turno 16h, estes ficam até 23h, até entrar o novo turno da noite que fica até às 8h) e, mais uma vez, falaram na dificuldade que têm em lidar com estas jovens e, em tom de brincadeira diziam, referindo-se às jovens delinquentes com as quais trabalhavam, quando eram centro educativo - ‘voltem que nós perdoamos!’”

[Nota de campo, 9/02/2008]



Na Casa da Agueira, e segundo a psicóloga, é possível identificar três perfis de jovens acolhidas. As jovens com patologia psiquiátrica e sintomas psicóticos, as jovens para quem o delito surge como uma forma de estar, com inteligência social, e as jovens com tendência e perfis delinquentes, mais agressivas e incitadoras de práticas violentas. Para cada um destes perfis, foi exemplificando com os nomes das jovens acolhidas. Uma combinação explosiva que faz com que os quotidianos da instituição sejam vividos sobre o fio da navalha. O minuto seguinte é sempre uma incógnita.

“Acabei de chegar, passaram dois meses desde última vez que cá estive e já me questioneei se devia ter vindo. Está tudo muito agitado. Entrou uma nova rapariga que veio destabilizar toda a casa. Conseguiu estar duas horas a gritar, ficou rouca. Neste momento está trancada, por colocar em risco a segurança das outras jovens, e amanhã será internada. Entretanto as novidades relativamente a outras jovens iam caindo em catadupa...”

[Nota de campo, 10/04/2008]

A nível pessoal, é possível não ter conseguido passar o verdadeiro significado desta experiência. Por opção metodológica, não irei ilustrar a singularidade das histórias destas jovens, podendo, em algum momento, compactuar com as lógicas institucionalizadoras, que as vêem e tratam de forma homogénea, detentoras de um padrão comum: estar em situação de perigo e ter desencadeado comportamentos pré e para delinquentes. Mas, enquanto investigadora, é possível qualificar esta experiência. Permitiu adentramentos vários ao tema e o estabelecimento de fronteiras conceptuais; ajudou a reduzir a extensão do assunto e a limitar o campo de observação, materializou o interesse sociológico da questão; permitiu o apuramento dos instrumentos e ferramentas que se pretendia utilizar (guião de entrevista, grelha de análise dos processos individuais e grelha de observação); e possibilitou o erro e a aprendizagem com o erro, ou seja, tornou-se num espaço de aprendizagem, de tentativa-erro e de auto-análise.

Após esta incursão tacteada e exploratória, a questão mantinha-se: como saber e garantir que a escolha do contexto de investigação seria capaz de satisfazer, do ponto de vista empírico, os objectivos e objecto teórico?

Se a passagem pela Casa da Agueira foi fundamental para iniciar o processo, revelou-se insuficiente para o terminar, levando em consideração os objectivos propostos para esta pesquisa. A opção pela Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS) parecia surgir, então, como o melhor caminho a trilhar, uma vez que, entre outras competências e áreas de intervenção, a DGRS é o serviço responsável pela execução das medidas

tutelares educativas aplicadas a jovens que, entre os 12 e os 16 anos, praticaram factos qualificados pela lei penal como crime.<sup>66</sup>

Ainda assim, a questão permanecia. Que jovens e em que contextos?

A escolha inicial recaiu sobre as jovens institucionalizadas em Centro Educativo, ou seja, se a passagem pelo sistema judicial e pela vivência do internamento são cruciais para pintar os seus quadros de vidas, não se pretendia transformar as jovens institucionalizadas, nem os efeitos da institucionalização, em objecto de estudo. Mesmo sabendo que o internamento é modelador de identidades e potenciador de “adaptações secundárias”, que isso poderia influenciar os relatos de vida das jovens, e que, por fim, apesar de se construírem em torno “de percursos perdidos do passado e na memória desse passado” (Pais, 2005a), o fazem a partir do presente, a opção por jovens em Centro Educativo surgia como uma estratégia metodológica e como forma de afunilamento do campo de observação. Se pretendemos analisar trajectórias de delinquência, a passagem pelo sistema judicial surge como condição, sendo que a presença num Centro Educativo é disso expressão. Face a este propósito, foi estabelecido um contacto inicial com a DGRS, no sentido de obter autorização para a realização do estudo. Foi enviado um ofício onde, além dos objectivos do estudo, estavam descritos os procedimentos e os métodos que se pretendia utilizar.

Entretanto, o contacto com o terreno, a análise de documentos oficiais e estatísticas, as conversas com informantes privilegiados e as leituras exploratórias sobre a matéria mostraram a pertinência de estender o objecto de estudo a raparigas que estariam a ser acompanhadas pelas Equipas de Reinserção Social, no âmbito da execução de medidas na comunidade. Foi feito um segundo pedido, solicitando autorização para alargar o estudo às referidas Equipas que tivessem raparigas a cumprir medidas não institucionais e, se possível, sem restrição geográfica, considerando que a presença das raparigas, neste universo, é reduzida. Com este alargamento seria possível diminuir os constrangimentos inerentes a uma análise centrada apenas nos percursos de raparigas institucionalizadas, o que faria perder de vista, no sentido vivenciado da questão, os vaivém entre o cumprimento da medida e os contextos socializadores como a escola, a família, o grupo de pares, entre outros.

Em resposta aos pedidos, a DGRS autorizou que o estudo se realizasse no Centro Educativo Navarro de Paiva, em Lisboa -- o único, a nível nacional, com uma unidade

---

<sup>66</sup> Decreto-Lei n.º 126/2007, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social

residencial feminina<sup>67</sup> --, e apenas em duas Equipas Tutelar Educativas, sitas em Lisboa. Foi estabelecido um conjunto de parâmetros que estabeleciam a garantia do anonimato, confidencialidade e impessoalização em todos os actos de exposição pública dos resultados, garantido através de um comprometimento formal e escrito. Após esta autorização, estavam criadas as condições para entrar em contacto com os respectivos responsáveis, traçar e negociar o plano de trabalho, em conformidade com as rotinas e as especificidades de cada organismo, negociar a natureza do papel e os limites de actuação da investigadora e iniciar a pesquisa de terreno.

### **‘Apresentação formal’ dos contextos de observação**

A pesquisa decorreu em duas estruturas da Direcção-Geral de Reinserção Social: os Centros Educativos e as Equipas Tutelar Educativas. Ambas, enquadradas pela Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro), são responsáveis pela execução de medidas tutelares educativas que visam a educação do menor para o direito e a sua inserção de forma digna e responsável na comunidade. Estas medidas podem ser de carácter institucional ou não institucional. As primeiras são da responsabilidade dos Centros Educativos. A execução das segundas, denominadas de medidas na comunidade, é realizada designadamente pelas Equipas Tutelar Educativa (art. 4.º da Lei n.º 166/99 de 14 de Setembro).

Compreender os contextos empíricos desta investigação implica conhecer as suas idiossincrasias e dinâmicas organizacionais, para que melhor se percebam as (re) adaptações e (re) organizações que foram sendo feitas às condições da pesquisa.

**Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, de Lisboa.** Criadas em Maio de 2007, com competência especializada na área tutelar educativa, distinguem-se, formalmente, pelas áreas geográficas de intervenção<sup>68</sup>. Como todas as Equipas que intervêm no âmbito do Tutelar Educativo, podem ser solicitadas a assegurar, na fase pré-sentencial<sup>69</sup>, o apoio técnico aos Tribunais na tomada de decisões judiciais e, na fase pós-sentencial, a

<sup>67</sup> Desde Outubro de 2010, existe mais uma unidade residencial feminina no Centro Educativo de Vila do Conde.

<sup>68</sup> A Equipa Tutelar Educativa 1 intervém na área geográfica correspondente aos Concelhos da Amadora, Lisboa, Loures e Odivelas. Desde 1 de Março de 2009 as novas solicitações de assessoria da Amadora são da responsabilidade da Equipa Tutelar Educativa 2. Esta Equipa intervém na área geográfica correspondente aos Concelhos de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

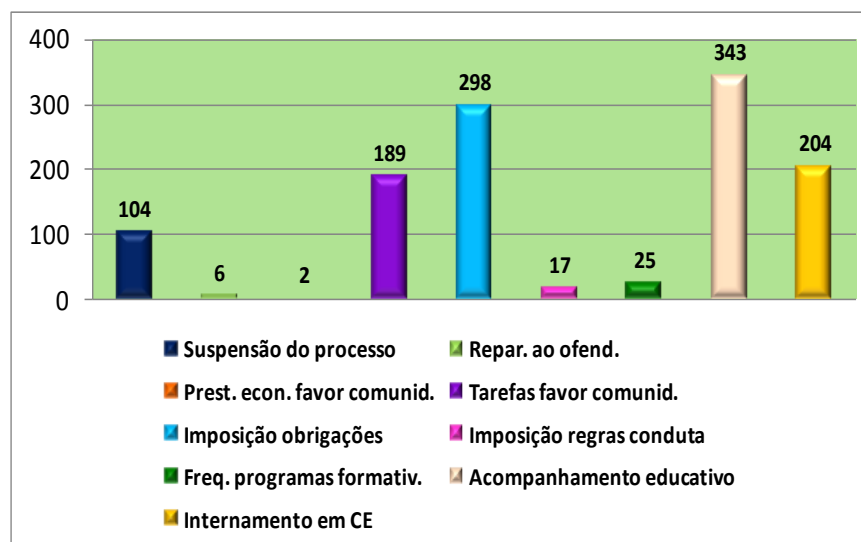
<sup>69</sup> Nesta fase a Equipa efectua o diagnóstico dos/as jovens com inquérito tutelar educativo, dando a conhecer as características individuais e sociais do/a jovem, aferir das suas motivações para aderir e das competências para cumprir a medida em meio livre, de modo a sustentar a proposta de medida avançada pelo técnico ao Tribunal. Esta informação, em regra, solicitada pelo tribunal, é organizada sob a forma de: informação social (art. 71.º, n.º 3 da LTE), relatório social (art. 71.º, n.º 4 da LTE), relatório social com avaliação psicológica (art. 71.º, n.º 5 da LTE) ou perícia sobre a personalidade (art. 69.º da LTE).

execução das medidas tutelares educativas aplicadas, a qual implica supervisionar, orientar, acompanhar e apoiar o/a jovem.

Apesar de manterem uma abordagem integrada e articulada com os Centros Educativos<sup>70</sup>, têm sob a sua responsabilidade a intervenção em meio não institucional e a execução de medidas na comunidade.

De entre as várias medidas existentes, e como podemos verificar no Gráfico 3, o maior número de solicitações para acompanhamento de medidas em meio livre, centra-se nas medidas de acompanhamento educativo, de imposição de obrigações e de tarefas a favor da comunidade.

**Gráfico 3**  
 Medidas em Execução no âmbito do Tutelar Educativo em 2009  
 (N=1188)



Fonte: Difusão Estatística da Direcção-Geral de Reinserção Social

A medida de *acompanhamento educativo* é a mais grave das medidas não institucionais e a única, dentro destas, que é da exclusiva responsabilidade da DGRS. Segundo o art. 16.º da LTE, consiste na execução de um projecto educativo pessoal que abranja as áreas de intervenção fixadas pelo tribunal. A medida de *imposição de obrigações*, prevista no art. 14.º da LTE, baseia-se na execução de determinada obrigação, como frequentar um estabelecimento de ensino, um tratamento médico ou

<sup>70</sup>As Equipas desempenham, regra geral, um papel importante no fornecimento de informação sócio-familiar sobre os jovens, nomeadamente, aquando do processo de acolhimento do jovem, na elaboração do Plano Educativo Pessoal e em sede de elaboração de documentos de assessoria pré-sentencial, por exemplo, na elaboração de informações e relatórios sociais. Nas saídas do jovem durante um fim-de-semana ou por períodos mais prolongados, este é contactado por técnicos das equipas não institucionais. Na preparação da saída, através da revisão da medida de internamento para uma medida na comunidade ou no final da medida, a articulação intensifica-se. Prepara-se, em conjunto, a reintegração do jovem na comunidade.

psiquiátrico, entre outros. A medida de *tarefas a favor da comunidade* consiste em o/a jovem exercer uma actividade adequada à idade e ao seu perfil, em benefício de entidade pública ou privada, sem fins lucrativos (art. 12.º LTE). Aliás, estas são as três grandes medidas que caracterizam as jovens que foram protagonistas directas e indirectas deste estudo (*cf.* Capítulo 4).

Na fase de execução das medidas, que foi o contexto em que se produziu esta investigação, o papel das Equipas passa por um permanente investimento ao nível da exploração dos recursos comunitários existentes, da articulação interinstitucional, do trabalho de avaliação, apoio e incentivo ao/à jovem para o/a manter implicado/a e motivado/a para a intervenção, e trabalhar o envolvimento da família e/ou de pessoas significativas.

#### **Unidade residencial feminina do Centro Educativo Navarro de Paiva, Lisboa.**

Na qualidade de Centro Educativo<sup>71</sup>, o Navarro de Paiva destina-se à execução de medidas de internamento ou outros internamentos, consistindo no afastamento temporário dos/as jovens do seu meio habitual de vida, com vista à educação para o direito. Existem diferentes tipos de internamento, em função dos seus objectivos e fase do processo, ou seja, um/a jovem pode ser colocado em Centro Educativo por ordem do tribunal antes da audiência em julgamento (Medida Cautelar de Guarda, Internamento para realização de Perícia sobre a Personalidade, Medida de Detenção); porque em audiência de julgamento foi provada a prática de um facto qualificado pela lei como crime e foi-lhe aplicada Medida de Internamento; ou, em sede de revisão de medida não institucional, o tribunal pode determinar Internamento em fins-de-semana.

À data da investigação, era o único Centro Educativo misto do país, com uma lotação prevista para 24 jovens do sexo masculino e 12 jovens do sexo feminino. Executa(va) medidas<sup>72</sup> em regime aberto e semiaberto, no caso da unidade residencial masculina, e medidas em regime aberto, semiaberto e fechado, na unidade residencial feminina. Os jovens estão separados em unidades residenciais autónomas, não havendo

<sup>71</sup> Decreto-Lei n.º 323-D/2000, de 20 de Dezembro, aprova o Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos.

<sup>72</sup> Nos art. 13.º a 15.º do Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos: o *Regime Aberto* é aplicável em factos qualificados como crimes pouco graves, sendo a duração mínima da medida de 3 meses e máxima de 2 anos. Neste regime, os jovens residem no Centro Educativo, mas frequentam, preferencialmente no exterior, as actividades formativas e sócio-educativas. Podem sair sem acompanhamento e passar fins-de-semana e férias com os progenitores, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto. O *Regime Semiaberto* é aplicável em factos qualificados como crimes com maior gravidade, ainda que a duração da medida seja igual à do regime aberto. Os jovens residem no Centro Educativo e frequentam, no mesmo espaço, as actividades formativas e sócio-educativas. Apenas podem passar férias com os progenitores, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto. O *Regime Fechado* é aplicável em factos qualificados como crimes muito graves e o jovem ter idade superior a 14 anos. Tem duração mínima de 6 meses e máxima de 3 anos. Neste regime os jovens residem e frequentam as actividades formativas e sócio-educativas no Centro, estando as saídas, sempre sob acompanhamento, estritamente limitadas ao cumprimento de obrigações judiciais, à satisfação de necessidades de saúde ou a outros motivos excepcionais.

contacto entre eles e, relativamente aos espaços comuns, preconizava-se uma utilização alternada e previamente programada, com o mesmo fito. A unidade residencial feminina é mais pequena, no que se refere à distribuição das áreas, mas é também mais recente neste Centro Educativo, o qual teve de readaptar espaços para o acolhimento das jovens transferidas de outros Centros e novas entradas.

O funcionamento e as dinâmicas do Centro são estabelecidas pelo Regulamento Interno (RI) e as actividades e os métodos pedagógicos adoptados estão consignados no Projecto de Intervenção Educativa (PIE). A intervenção obedece a um Programa de Faseamento e Progressividade onde, a cada fase, corresponde um conjunto de prémios e privilégios. Neste, a evolução dos/as jovens dependerá da duração da sua medida e também do cumprimento dos objectivos e critérios delineados para cada um/a deles/delas, sendo que o sistema de faseamento é bidireccional, isto é, prevê a progressão e regressão. Os princípios e pressupostos de intervenção são iguais nas duas unidades residenciais.

Além disso, os/as jovens frequentam um conjunto diversificado de programas educativos e terapêuticos, organizados em função das suas necessidades, designadamente, Programas de Formação (Cursos de Educação e Formação de Adultos – EFA, com dupla certificação); Programas de Satisfação das Necessidades Educativas Específicas Associadas ao Comportamento Delinvente; Programas de Educação para a Saúde e Terapêuticos; e Programas de Animação Sócio-Cultural e Desportivos. Os programas de Formação são diferenciados por unidade residencial, sendo que as raparigas frequentam cursos EFA, com componente tecnológica em Cozinha (B2) e Manicura e Pedicura (B3).

O carácter fechado do espaço (para qualquer uma das unidades residenciais) exige um enquadramento das actividades, que organize os tempos e os espaços da instituição (ver Quadro 4).

**Quadro 4**

Horário das Unidades Residenciais do Centro Educativo Navarro de Paiva

| Horas | Dias úteis                  | Sábados                    | Domingos e Feriados                     |
|-------|-----------------------------|----------------------------|---|
| 7:30  | Levantar, higiene e limpeza |                            |   |
| 8:30  | Pequeno-almoço              |                            |   |
| 9:00  | Actividades formativas      | Levantar e higiene pessoal | Levantar, higiene e limpeza             |
| 9:30  |                             | Pequeno-almoço             | Pequeno-almoço                          |
| 10:00 |                             | Limpezas gerais            | Actividades desportivas/socioeducativas |
| 10:30 | Intervalo e lanche          |                            |   |

|       |                                    |   |   |
|-------|------------------------------------|---|---|
| 11:00 | Actividades formativas             | Actividades desportivas/socioeducativas           |   |
| 13:00 | Almoço e reunião de avaliação      | Almoço e reunião de avaliação                     | Almoço e reunião de avaliação                     |
| 14:30 | Actividades formativas             | Visitas / Actividades socioeducativas             | Visitas e Actividades desportivas/socioeducativas |
| 16:00 | Intervalo e lanche                 | Intervalo e lanche                                | Intervalo e lanche                                |
| 16:30 | Actividades formativas             | Visitas e Actividades desportivas/socioeducativas | Visitas e Actividades desportivas/socioeducativas |
| 18:00 | Banhos                             |   |   |
| 19:00 | Jantar e reunião de avaliação      | Jantar e reunião de avaliação                     | Jantar e reunião de avaliação                     |
| 20:00 | Actividades socioeducativas        | Actividades socioeducativas                       | Actividades socioeducativas                       |
| 21:30 | Higiene pessoal, deitar e silêncio | Higiene pessoal, deitar e silêncio                | Higiene pessoal, deitar e silêncio                |

Fonte: Regulamento Interno do CENP, Dezembro de 2009

As acções e actividades dos/as jovens são constantemente acompanhadas pelos Técnicos Profissionais de Reinserção Social (TPRS) e supervisionadas pelos Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS). Como refere Goffman (1974) na sua obra *Manicómios, Prisões e Conventos*, todos os espaços são espaços de vigilância, com marcadores claros que controlam os tempos, os espaços e as relações.

Seleccionados e caracterizados os locais para a realização da pesquisa, a questão coloca-se: como foi o acesso e a entrada no terreno?

### **Já no terreno...primeiro estranha-se, depois entranha-se**

*Passemos às coisas 'sérias'. Você reflectiu, leu, tem um tema e um local de pesquisa. Falta dar o passo decisivo, ir ao local, encontrar as pessoas que serão seus pesquisados, experimentar recusas, dar explicações, impor-se a desconhecidos, chatear-se, às vezes, questionar-se, muitas vezes, sobre o porquê dali estar... (Beaud e Weber, 2007:37)*

A entrada no terreno é quase o *Outro lado do espelho* das histórias de Alice<sup>73</sup>, uma aventura 'sem limites', feita de interacções e conquistas, onde vão surgindo novos personagens instigantes e enigmáticos que nos fazem avançar no "bosque desconhecido" e que, em situações-limite, mesmo duvidando da coragem, nos apercebemos que é preciso tê-la. Como mostra Neves (2008), a entrada no terreno marca a interiorização, pelo investigador, do seu papel e o início do combate contra as sombras que o atormentam: "a identificação com alguma espécie de espião ou agente camuflado ao serviço de interesses

<sup>73</sup> Carol, Lewis. (2007 [1871]), *Alice do Outro Lado do Espelho*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.

encobertos, a sensação pessoal de desenvolvimento de comportamentos e estratégias oportunistas, o desenquadramento face ao contexto de estudo” (p. 79)

A estratégia metodológica para a entrada no terreno (que é simultaneamente a estratégia metodológica de pesquisa) estruturou-se na triangulação das várias técnicas de recolha de informação, que alternaram entre: a observação presencial nos diferentes contextos, a análise dos processos individuais das jovens e a aplicação das entrevistas. A divisão destes momentos é apenas a nível descritivo, uma vez que, em termos temporais, houve uma sobreposição dos mesmos.

A recolha dos dados decorreu, de forma continuada, entre Setembro e Novembro de 2008.

A observação dos lugares, dos acontecimentos, das pessoas, das interacções, das rotinas e das práticas foi um procedimento essencial para a pesquisa. A recolha e construção dos dados iniciaram-se, precisamente, com estes momentos de observação que serviram, principalmente, para o estabelecimento dos primeiros contactos com o contexto de investigação e o estabelecimento de uma relação com as jovens e com a equipa técnica e profissional. Esta foi uma fase crucial para o estabelecimento de acordos práticos de relação, mas também gerador de tensões entre a aproximação e o distanciamento, entre a observação e a participação.

As observações foram sendo feitas nos vários momentos do trabalho de campo, na certeza que o espírito da análise compreensiva se recria, precisamente, a partir destes contactos com o terreno, que permitem registar o directamente observável mas, também, o mais subtil que se esconde por detrás dos comportamentos exteriorizados.

A observação teve diferentes graus de intensidade e assumiu contornos diferenciados, que exigiram adaptações e a necessidade de transpor algumas barreiras.

No Centro Educativo foi negociada, com o director, a possibilidade da presença diária da investigadora para que fosse possível captar e acompanhar os quotidianos. Esta presença foi autorizada, contudo, estaria sujeita às rotinas institucionais. Para o efeito, a coordenadora da equipa de programas foi designada para me acompanhar. As entradas e saídas do Centro tiveram de ser sempre comunicadas ao director ou à equipa técnica. Mas, em geral, a entrada no terreno foi feita com serenidade.

“A entrada no terreno foi facilitada pela própria equipa técnica e profissional, que foi bastante acolhedora. No primeiro dia, o director apresentou-me ao pessoal técnico, levou-me a conhecer todas as unidades, explicando a função de cada uma, e apresentou-me às jovens. Neste itinerário, foi-me falando sobre as regras do Centro e a importância do seu cumprimento, por exemplo: as minhas entradas e saídas teriam sempre de ser autorizadas;



as portas sempre fechadas; as chaves das salas que utilizasse teriam de ser solicitadas à entrada e entregues à saída; a circulação pelo Centro (pelas diferentes unidades residenciais), estaria condicionada à presença de um técnico ou um segurança (...). Nas várias conversas que fui tendo com a equipa havia uma ideia que era partilhada por todos/as: trabalhar com as raparigas é bem mais difícil, aliás preferem que o seu turno seja na unidade masculina. Elas utilizam mais a agressão verbal, são provocadoras e manipuladoras. Todas têm histórias de vida muito difíceis sobre as quais não falam. Há assuntos tabu, há assuntos de que ninguém fala...”

[Nota de campo, 1/09/2008]

Antes de iniciar o período lectivo, procurou-se estar com as jovens nos diferentes contextos permitidos pela instituição, intercalando com a análise dos processos e com as entrevistas que se iniciaram na altura.

“No primeiro dia comecei por fazer a análise dos processos das jovens, com a mediação de um técnico superior, o que foi muito positivo porque permitiu conhecê-las melhor mas, também, inteirar-me das práticas do Centro Educativo e das suas dinâmicas. Esta análise de processos vai ser um trabalho árduo... a maioria dos dossiers são densos, com dezenas de relatórios. Esta análise ajudou-me a apurar o instrumento que estou a utilizar para a recolha organizada da informação. Ainda não tive contacto com as jovens. Elas sabem que estarei por cá, mas talvez só amanhã ou depois terei o primeiro contacto mais directo”

[Nota de campo, 1/09/2008]

“Hoje comecei as entrevistas. Sinto que ainda não é a melhor altura, mas tenho a sensação de que devo aproveitar os espaços e as possibilidades que me são dadas pela instituição. Na parte da tarde fiz mais duas entrevistas que não correram nada bem. Admito a minha frustração, mesmo estando consciente que as coisas são assim. Devia ter falado com elas primeiro, em contexto de maior informalidade, apesar da estrutura e as dinâmicas da própria instituição não permitirem grandes proximidades. Tudo tem regras e eu não me posso esquecer disso”

[Nota de campo, 2/09/2008]

Rapidamente tornou-se evidente que os tempos da investigação e da investigadora não eram os tempos das jovens que estavam a ser investigadas. E que a marcação das entrevistas teria de obedecer às contingência próprias das disponibilidades (pessoais e institucionais) e do estabelecimento de uma maior proximidade com elas.

“ Quando cheguei ao Centro, dei-me conta que o plano de fazer entrevistas iria ter de esperar, não podia desperdiçar aquela situação. Estavam todas cá fora como os técnicos e uma delas estava a fazer trancinhas. Fiquei por lá, fui-me sentando, fui conversando com elas. Depois de ontem pareceu-me que seria positivo poder estar com elas e facilitar uma maior proximidade. Assim foi. Sentada numa mesa do jardim, fui apreciando as várias cenas”

[Nota de campo, 3/09/2008]

Quando começaram as aulas, a presença cingia-se aos intervalos e às actividades lúdicas. Tentou-se que estes momentos, mais limitados no tempo, fossem igualmente ricos no estabelecimento dos referidos acordos práticos de relações.

“As entrevistas com as jovens da Equipa Tutelar Educativa I não têm corrido muito bem, elas não comparecem. E hoje não foi excepção, a minha entrevistada das 15h faltou. Como

a Equipa é no mesmo espaço do Centro Educativo, fui até lá. Estavam no intervalo das 16h. Fui muito bem recebida, aliás uma das técnicas disse-me que elas já tinham perguntado por mim. Estavam no recreio a lanchar. Umas, simplesmente sentadas, outras, como é habitual, a gritar, a pular, a meterem-se umas com as outras. Isto tudo ao som de kisomba, que se ouve todos os dias e a todas as horas possíveis. (...). Foram avisadas que o professor de educação física ia faltar e por isso elas teriam de fazer caminhadas no recinto. Optei por caminhar com elas. Fiquei cansada, mas foi produtivo. A ----, que na altura da entrevista não me autorizou a gravar, disse-me que agora que me conhecia melhor, já podia gravar a entrevista, fazer jogos, desenhos... o que quisesse. Conversámos sobre imensos assuntos. Eu só pensava: que falta me faz aqui o gravador! A partilha de experiências foi mútua. Falamos das questões jurídicas na aplicação das medidas, das diferenças e papéis de género, dos porquês de estarem ali, da relação entre elas, entre outros assuntos (...). No final fomos jogar elástico. Foi interessante ver como tanta agressividade se esboroa num jogo infantil...claro que sempre marcado por algumas trapaças, agressões verbais... mas a alegria delas era espantosa”

[Nota de campo, 17/09/2008]

As jovens foram sendo convidadas a fazer as entrevistas. Mais um processo difícil. Em algumas jovens as resistências foram visíveis. As questões não eram tanto: quem é a investigadora e o que estava ali a fazer, uma vez que isso já tinha sido esclarecido, mas que contrapartidas teriam. Além disso, as experiências negativas que algumas jovens tiveram com profissionais e técnicos dos serviços e instituições por onde já tinham passado suscitaram reacções de maior suspeição e agressividade.

“O processo voluntário de fazer as entrevistas nem sempre foi fácil. Vão-se empurrando umas às outras para ver quem vai primeiro, sempre numa postura de grande desconfiança. Hoje estive com elas à hora do lanche e notei que a minha presença as inibe de falar sobre determinadas coisas e, não raras vezes, quando não está nenhum técnico por perto, começam a falar em crioulo ou noutra dialecto para que ninguém as entenda. Vou-me mantendo calada, mas observadora. Diria que estes primeiros dias têm sido muito intensos (...). Uma das jovens, desconfiada com a minha presença, senta-se ao meu lado e começa, num tom de voz suficientemente alto para que todos/as ouvissem, a disparar uma série de questões muito objectivas, incisivas, mas ardilosas, sobre o que eu estava lá a fazer. É preciso argumentar muito para que ela nos comece a ouvir. As questões dela eram principalmente sobre o que eu estava ali a fazer, que não vinha ajudar ninguém, que ela ia falar comigo e que eu não lhe dava nada em troca, nem um chocolate, que nós, os doutores, só lhes prejudicamos a vida... nitidamente, o objectivo era testar-me, tanto que no fim ela diz: até se safou bem...”

[Nota de campo, 4/09/2008]

O processo de negociação foi uma constante em todos os momentos. Este foi certamente um dos grandes dilemas éticos que só o tempo e o estabelecimento da relação foi minimizando.

Esta fase de observação nas Equipas Tutelar Educativas não teve tanta expressão como no Centro Educativo, por dois grandes motivos. Por um lado, pela geografia dos próprios espaços e o âmbito de intervenção de cada unidade, como vimos anteriormente.

Por outro, porque a deslocação às Equipas era agendada previamente e realizada apenas nos dias em que estavam marcadas as entrevistas. No caso da Equipa Tutelar Educativa 1, por questões de logística e de gestão do espaço, no caso da Equipa Tutelar Educativa 2, pela distância geográfica.

“... fui à Equipa Tutelar Educativa 1 com o grande objectivo de traçar um mapa das entrevistas. Soube que não tem sido um processo de negociação fácil, porque não é fácil que elas apareçam, muito menos para este efeito. (...). As faltas às entrevistas são uma constante, principalmente nesta Equipa.”

[Nota de campo, 15/09/2008 e 16/09/2008]

“Para ir fazer as entrevistas à Equipa Tutelar Educativa 2, tenho de apanhar a linha de Sintra e fazer uma viagem de mais 40 minutos. Este tempo é preenchido com algumas reflexões que vou fazendo sobre o que vi e ouvi e com a preparação do dia na Equipa, que tem de ser muito bem preenchido. A constatação da distância obrigou-me a alterar a estratégia metodológica e a concentrar as minhas deslocações. Enquanto o trabalho de terreno no Centro Educativo e na Equipa 1 era feito em simultâneo, pelo facto de partilharem o mesmo espaço físico, na Equipa 2 isso não foi possível. Fui muito bem recebida e acolhida pelos elementos da equipa. Nas várias conversas tidas, explicaram-me o funcionamento da Equipa, falaram sobre as jovens e as impressões que tinham das suas condutas e estilos de vida. Nem todas as entrevistas foram realizadas no espaço da Equipa, em Sintra, algumas foram feitas em Cascais e uma das entrevistas foi realizada numa instituição onde a jovens cumpria medida de tarefas a favor da comunidade. A Equipa 2 tem uma área de abrangência muito grande e a distância geográfica tornou-se um obstáculo às deslocações dos/as jovens às entrevistas obrigatórias da medida. Assim, por exemplo, para os/as jovens de Cascais, a equipa utiliza o espaço da Equipa Lisboa Penal 4. Acompanharam-me sempre nestas deslocações...”

[Nota de campo, 20/11/2008]

A intermitência da observação foi sendo compensada, contudo, pelas longas e proveitosas conversas que fui tendo com os técnicos.

Procurou-se que as notas de campo fossem organizadas não apenas em registos descritivos de situações, acontecimentos ou conversas, mas também em notas substantivas, conceptuais e metodológicas. Estas anotações de campo foram sendo registadas após as idas ao terreno, em momentos de recolhimento. Uma opção com o seu preço, uma vez que estas observações foram produzidas na base de uma memória recuperada e muitas vezes repleta de intensidades, como são intensas as vidas e os relacionamentos destas e com estas jovens. Acredita-se, contudo, que o que foi registado será suficiente para auxiliar nas análises que decorreram do material.

Apesar da importância que este momento de observação presencial teve, a análise de processos individuais das jovens e as entrevistas em profundidade foram efectivamente os principais meios de recolha de informação.

Para uma melhor sistematização da informação contida nos processos individuais foi construído um instrumento<sup>74</sup> (previamente aprovado pelos serviços da DGRS), com os seguintes parâmetros:

- Dados pessoais (Data nascimento, naturalidade, nacionalidade, zona de residência);
- Dados familiares (caracterização do agregado familiar, informações sobre a infância, histórico de filhos e gravidez, histórico de contactos com a justiça na família);
- Performance escolar (habilitações literárias, situação escolar e profissional actual);
- Histórico de institucionalizações;
- Comportamento institucional (evolução comportamental durante o internato, disciplina, contactos com os serviços e visitas);
- Situação jurídico-legal (infração(ões), medida(s), datas dos factos e data da execução de medida, processos anteriores);
- Dependências, consumos e saúde (percursos de dependência, situação de saúde).

Da análise dos processos foram construídos quadros-síntese com a informação recolhida que, permitindo leituras quantitativas e qualitativas, moldaram o retrato feito das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas, desenvolvido no Capítulo 4. Antes de iniciar o trabalho de leitura e análise, estes quadros foram enviados aos responsáveis das equipas, a quem foi solicitado a verificação e confirmação da informação.

Em qualquer um dos contextos de observação, o contacto directo com as jovens, para fim de entrevista, só foi autorizado e concretizado após a assinatura do consentimento livre e esclarecido pelas três partes envolvidas: a investigadora, a participante e o/a responsável legal, no caso da jovem participante ser menor<sup>75</sup>

“Hoje passei o dia na Equipa Tutelar Educativa 1. Da parte da manhã estive a fazer a análise dos processos, com a mediação da técnica responsável pelos casos. A primeira entrevista não foi feita porque o consentimento informado ainda não estava assinado pela mãe e a jovem apareceu sozinha. Tivemos de adiar a entrevista para data em que a mãe pudesse assinar”

[Nota de campo, 16/09/2008]

---

<sup>74</sup> Ver Anexo 2.

<sup>75</sup> Ver Anexo 1

Neste consentimento informado era esclarecido o objectivo do estudo e os procedimentos utilizados, bem como a garantia de confidencialidade dos dados e anonimato. Mesmo assim, as entrevistas foram sempre precedidas de uma apresentação e explicação sucinta de objectivos, bem como o pedido de consentimento para a gravação áudio. A única excepção verificou-se com uma jovem que não autorizou a gravação. A entrevista foi registada manuscritamente, ainda que, mais tarde, tenha sido possível fazer nova entrevista, com permissão de gravação.

Segundo Beaud e Weber (2007), não existem receitas simples para conduzir uma entrevista. O mais importante é ganhar a confiança do pesquisado e conseguir rapidamente compreender o que está a ser dito e entrar, temporariamente, no seu universo mental. Para tal, utilizou-se um guião de entrevista flexível, que permitiu que as questões se fossem soltando (orientadas por tópicos), fluindo na conversa e enformando a entrevista. Procurou-se garantir, às entrevistadas, a liberdade de discurso e de pensamento, tanto que, em algumas entrevistas foi atingido um grau de profundidade considerável.

Além disso, o facto de uma parte das entrevistadas estar a cumprir medida de internamento em Centro Educativo marcou as suas narrativas. Sabemos como os discursos reflectem não apenas as experiências passadas e as representações do futuro, como também o presente. Neste sentido, os significados associados ao contexto de internamento e as suas implicações surgiram recorrentemente nos discursos destas jovens.

O guião de entrevista<sup>76</sup> compreendeu duas grandes componentes<sup>77</sup>. A primeira foi designada por ‘contextos de vida’. Aqui, pedia-se às jovens que falassem sobre o contexto familiar e escolar, a zona de residência, o grupo de pares e os relacionamentos amorosos, as actividades marginais, as motivações para o acto infracional, e as trajectórias institucionais. A segunda componente foi denominada ‘as cenas da tua vida’, e o que se pretendia era que as jovens descrevessem de forma detalhada cenas/episódios significativos no contexto global da sua história de vida (episódio mais feliz e mais triste, auto e hetero-imagem, a melhor e a pior coisa que fez, o mais e o menos importante na vida, situação em que teve de tomar uma decisão importante, imagem da infância, pessoas ou instituições que tenham marcado positiva e negativamente, e projecções para o futuro).

---

<sup>76</sup> Ver Anexo 3.

<sup>77</sup> A construção deste guião apoiou-se na proposta de entrevista utilizada por Matos (2008) no seu estudo com jovens mulheres reclusas. A adequação dos itens da entrevista à população em estudo foi feita pela análise das principais categorias e dimensões que os estudos realizados com adolescentes e jovens têm apontado (e.g. Assis e Constantino, 2001; Burman, Batchelor e Brown, 2001; Pais e Cabral, 2003; Carvalho, 2003; Simões, 2007).

Em consonância com as considerações e preocupações éticas, as entrevistas tiveram uma duração média de 45 minutos e foram realizadas nos próprios locais da pesquisa, numa sala cedida para o efeito. Procurou-se que o lugar da entrevista garantisse alguns pressupostos: não ter muito barulho para que a gravação ficasse audível, evitar espaços sujeitos aos olhares exteriores e onde se pudesse falar à vontade, sem receio de ouvidos indiscretos. Nem sempre foi possível reunir todos estes pressupostos. No Centro Educativo, se a entrevista fosse feita à hora do intervalo de alguma actividade ou num dos momentos de lazer, era comum o barulho e a agitação das restantes jovens. Nas Equipas sentia-se, principalmente, a circulação de funcionários e utentes. Mas, em regra, as entrevistas foram realizadas em espaços tranquilos.

Cada entrevista foi acompanhada por um registo de observação, onde se anotaram comentários relativos ao comportamento não verbal das entrevistadas, bem como pequenas sínteses da conversa tida, complementos de informação ou questões a esclarecer. No final de cada entrevista foi escolhido um nome fictício, seleccionado com a preocupação em evitar a associação dos dados.

Foram realizadas 19 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: 9 entrevistas foram feitas a jovens com medidas não institucionais, acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas e 10 entrevistas a jovens internadas em Centro Educativo. Que critérios foram utilizados para definir esta amostra?

Se a estratégia inicial passava por entrevistar todas as jovens ‘disponíveis’ para investigação à data do trabalho de campo, a entrada no terreno, a análise dos processos individuais e o contacto directo com as jovens foram seleccionadores “naturais”. No Centro Educativo não foi possível fazer a entrevista a duas jovens. Uma estava em situação de fuga e a outra não falava português. Ainda foi tentada uma aproximação conversacional com esta jovem, mas sem sucesso. Nas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2 não foi possível contactar com 6 das jovens em cumprimento de medida. A todas elas foi enviado um pedido e agendada entrevista, mas não compareceram.

Após ter saído do campo, o exercício de auto-crítica e de análise da informação recolhida nos vários momentos foi muito importante na medida em que tornou possível clarificar pontos negligenciados, estereótipos produzidos e etnocentrismos assumidos. As distâncias exigidas pela metodologia foram uma postura difícil de manter. Como alerta Dias (2004: 251) “... a presença do investigador introduz no terreno um conjunto de novas relações sociais (...) [mas] a questão que passou a colocar-se à investigadora não

era tanto a do seu envolvimento pessoal (...) mas, sobretudo, a de tê-las em consideração, bem como os seus valores e quadros de referência”. Elas ensinaram, na prática, o que a literatura vem questionando: a ilusão da neutralidade científica.

## **II PARTE**

### **ACTORES, DISCURSOS E PERCURSOS: UM OLHAR DE DENTRO**





## CAPÍTULO 4 | Perfil sociológico da população em estudo

*Os seus caminhos desiguais assemelham-se nas bifurcações* (Pais, 2005a: 16)

---

**Síntese:** Após incursão pelo desenho teórico-metodológico, com a clarificação das opções teóricas e metodológicas para a concretização do estudo empírico, chegamos ao primeiro capítulo da parte prática desta investigação. Neste capítulo pretende-se produzir um retrato sociológico da população em estudo, caracterizando as jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas que, à data, estavam internadas em Centro Educativo ou a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas, da área da Grande Lisboa. Esta caracterização, realizada fundamentalmente a partir da informação obtida da análise dos processos individuais das jovens, estrutura-se em torno de quatro grandes áreas: caracterização socio-demográfica, percursos institucionais e situação jurídico-legal, estruturas e dinâmicas familiares e percursos escolares. Dentro de cada área é possível encontrar caracterizações descritivas e gráficas, excertos de relatórios técnicos e sínteses integradas que permitem compreender as convergências e divergências entre as jovens. Considera-se que o conhecimento destas dimensões mais objectivadas, que marcam as vidas destas jovens antes da entrada no sistema de justiça juvenil, é imprescindível para a compreensão do sentido das suas trajectórias, mas também dos significados que elas constroem e atribuem à prática transgressiva nas suas vidas, como é propósito desta investigação. Ainda neste capítulo, é feita uma primeira apresentação das jovens entrevistadas, através de uma pequena síntese das suas histórias de vida, abrindo caminho para a análise das trajectórias, tal como elas as constroem discursivamente.

### 4.1. Caracterização das jovens com Medidas Tutelares Educativas

Torna-se importante agora produzir um retrato da população em estudo, à luz de um conjunto de variáveis que permitirão fazer a caracterização das jovens com medidas tutelares educativas que, à data do estudo, estavam internadas em Centro Educativo e acompanhadas por Equipas Tutelares Educativas.

Esta caracterização será apresentada em torno de quatro grandes áreas:

- **Caracterização socio-demográfica.** Identificação das participantes em termos de idade, nacionalidade, origem étnica e local de residência.
- **Percursos institucionais e situação jurídico-legal.** Esta caracterização foi feita em dois registos: i) por um lado, a análise dos percursos institucionais das jovens,

antes da aplicação da medida tutelar educativa. Aqui foi feito o levantamento de informação sobre a idade da primeira intervenção e o histórico de institucionalizações; ii) por outro, a caracterização da situação jurídica, que levou em consideração o tipo de ilícito cometido, a medida tutelar educativa aplicada e a duração da medida.

- **Estruturas e dinâmicas familiares.** O contexto familiar foi analisado a partir de questões sobre a estrutura, as dinâmicas e as principais problemáticas do agregado familiar. Considerou-se importante incluir, nesta área, a existência de familiares com contactos com a justiça e as situações de gravidez e/ou existência de filhos.
- **Percursos escolares.** Considerou-se a situação escolar das jovens à data da aplicação da medida (último nível de ensino frequentado ou completado e comportamento escolar registado) e a sua situação já no âmbito da medida.

Este retrato foi traçado, fundamentalmente, a partir da informação obtida da análise dos processos individuais das jovens. Pretendeu revelar os principais traços emergentes dos seus contextos de origem e descrever as suas trajetórias. O conhecimento destas dimensões mais objectivadas, que marcam as vidas destas jovens antes da entrada no sistema de justiça juvenil, é imprescindível para a compreensão do sentido das suas trajetórias, mas também dos significados que elas constroem e atribuem à prática transgressiva nas suas vidas.

Foram analisados 27 processos individuais, de um total de 31 processos ‘disponíveis’ para investigação, à data do trabalho de campo. Doze processos de jovens com medida de internamento em Centro Educativo, e quinze processos de jovens com medidas não institucionais, acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas 1 e 2, de Lisboa (ver Tabela 3).

**Tabela 3**  
População-alvo distribuída pelos contextos de observação e por procedimento metodológico (em Novembro 2008)

|  | Total de Jovens | Análise processos individuais | Entrevistas |
|--|-----------------|-------------------------------|-------------|
| Centro Educativo (unidade residencial)     | 12              | 12                            | 10          |
| Equipas Tutelares Educativas 1 e 2, Lisboa | 19              | 15                            | 9           |
| <b>Total</b>                               | <b>31</b>       | <b>27</b>                     | <b>19</b>   |

Dentro de cada área proposta, as jovens serão caracterizadas por contexto de observação, seguindo-se uma síntese integrada que nos permitirá compreender as convergências e divergências entre aquelas que, estando no mesmo sistema de justiça juvenil e abrangidas pela mesma Lei (LTE), diferenciam-se pelo tipo de medidas aplicadas (n.º 1, art. 4.º), as quais devem ser proporcionais à gravidade do facto e à necessidade de educação do menor para o direito (n.º 1, art. 7.º)

|   |   |
|---|---|
| <p style="text-align: center;">Artigo 4.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Princípio da legalidade</b></p> <p>1 - São medidas tutelares:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) A admoestação;</li><li>b) A privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores;</li><li>c) A reparação ao ofendido;</li><li>d) A realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade;</li><li>e) A imposição de regras de conduta;</li><li>f) A imposição de obrigações;</li><li>g) A frequência de programas formativos;</li><li>h) O acompanhamento educativo;</li><li>i) O internamento em centro educativo.</li></ul> <p>2 - (...)</p> <p>3 - (...)</p> | <p style="text-align: center;">Artigo 7.º</p> <p style="text-align: center;"><b>Determinação da duração das medidas</b></p> <p>1 - A medida tutelar deve ser proporcionada à gravidade do facto e à necessidade de educação do menor para o direito manifestada na prática do facto e subsistente no momento da decisão.</p> <p>2 - A duração da medida de internamento em centro educativo não pode, em caso algum, exceder o limite máximo da pena de prisão prevista para o crime correspondente</p> |
|---|---|

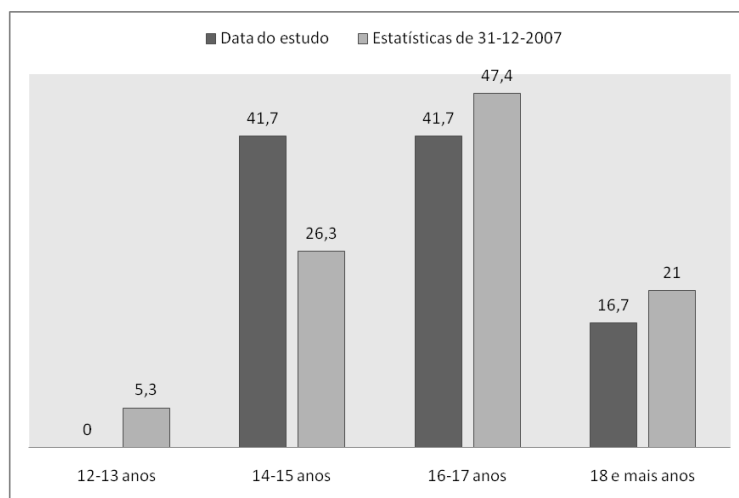
#### 4.1.1 Caracterização sócio-demográfica

##### Jovens em Centro Educativo

No que se refere à idade, cerca de 42% das jovens tem entre 14-15 anos, igual percentagem entre 16-17 anos e 17% entre 18-19 anos. Comparando com as estatísticas de 31 de Dezembro de 2007 (ver Gráfico), verifica-se que houve um aumento de representatividade das jovens na classe de idades entre os 14 e 15 anos e uma relativa diminuição nas outras classes.

**Gráfico 4**

Idade das jovens em Centro Educativo, à data do estudo (Novembro de 2008) e comparado com as estatísticas (31-12-2007) (%)



Fonte: Estatísticas da Direcção Geral de Reinserção Social [retiradas da base a 17 de Março de 2008] e informação retirada dos processos individuais

Quanto à nacionalidade, metade das jovens é portuguesa e a outra metade estrangeira, proveniente, maioritariamente, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Detalhando a situação, é possível constatar que a maioria das educandas de nacionalidade portuguesa são luso-africanas ou de origem africana [67%]. Não menos significativa é a presença de uma jovem Croata, não pelo valor estatístico em si, mas pela importância sociológica desta presença. Durante ano de 2009<sup>78</sup> verificou-se um aumento significativo do número de jovens provenientes dos Balcãs, as quais têm sido colocadas em Centro Educativo (devido à sua putativa idade) pela prática de ilícitos relacionados com o assalto a residências. Esta prática veio alterar os cenários dominantes da criminalidade juvenil feminina e não pode ser separada das novas configurações criminais relacionadas com redes internacionais.

A maioria destas jovens reside na Zona Metropolitana de Lisboa, maioritariamente em Bairros de realojamento social, nas zonas de Lisboa (Chelas), Loures (Quinta da Fonte), Amadora (Cova da Moura) e Sintra (Cacém e Queluz). Apenas uma jovem era do Norte do País e não residente em bairro social.

Na vida destas jovens, parecem jogar os três grandes eixos estruturadores e diferenciadores da vida social: género, etnicidade e classe social (Messerschmidt, 1997).

<sup>78</sup> Em Março de 2009, quatro meses após o trabalho de campo realizado no Centro Educativo, foi solicitado aos serviços (apenas para fins informativos) uma listagem actualizada das jovens que, no momento, estariam a cumprir medida de internamento. Constatou-se que, nesse período de tempo, houve a entrada de quatro jovens provenientes dos Balcãs, associadas à mesma prática de ilícito criminal: assalto a residências.

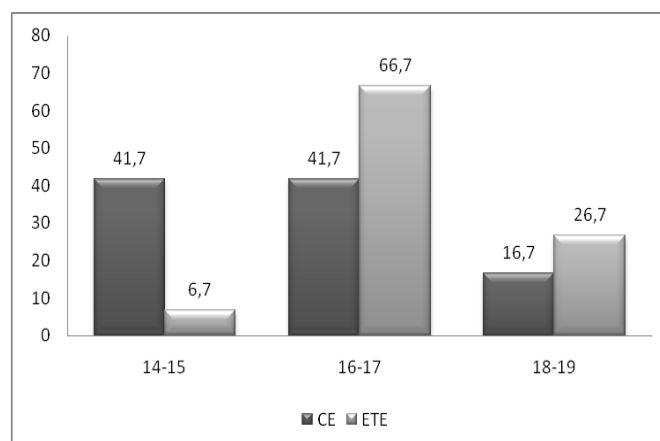
## Jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas 1 e 2, de Lisboa

No que se refere à idade, 67% das jovens tem entre 16-17 anos (7 jovens com 16 anos, 3 com 17 anos), 27% tem 18 anos (4 jovens) e 1 jovem tem 15 anos. Noventa e três por cento das jovens acompanhadas pelas Equipas são de nacionalidade portuguesa e residentes na Zona de Lisboa, Cascais, Amadora, Sintra (Cacém e Queluz) e Oeiras. A zona de residência das jovens está relacionada com as áreas geográficas de intervenção das Equipas, logo não é representativa da distribuição espacial de todas as jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas.

### Um olhar integrado

Sabendo-se que as medidas tutelares educativas, no âmbito da legislação em vigor, são aplicadas a menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, e que a execução dessas medidas pode prolongar-se até o/a jovem completar 21 anos, torna-se relevante verificar que as raparigas com medidas tutelares educativas apresentam, na sua maioria, idades compreendidas entre os 16 e os 17 anos, como podemos constatar no Gráfico 5, com uma média de início de execução de medida que ronda os 15,7 anos.

**Gráfico 5**  
Idade das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)



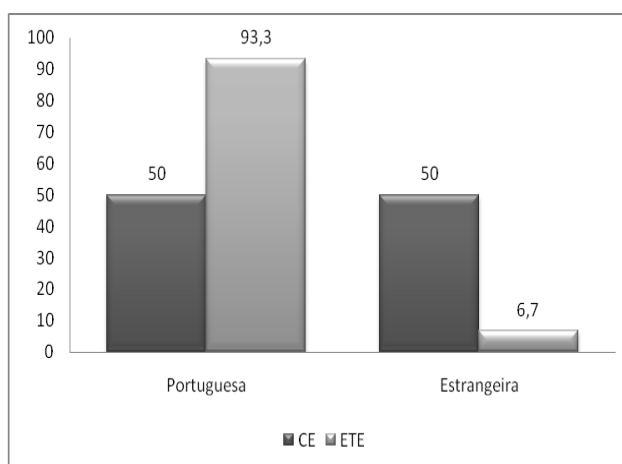
Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

Apesar desta constatação, que nos encaminha para a ideia que tem sido generalizada segundo a qual as raparigas entram mais tarde no sistema de justiça, devemos considerar que as jovens com medidas de internamento em Centro Educativo são percentualmente

mais novas do que as jovens com medidas não institucionais, onde a faixa dos 14-15 anos é bastante representativa.

No que concerne à nacionalidade encontramos, também, diferenças expressivas entre os dois grupos (ver Gráfico 6).

**Gráfico 6**  
Nacionalidade das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)



Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

Em média, 74% das jovens são de nacionalidade portuguesa, ainda que, a este respeito, não possamos descurar duas situações: por um lado, a sua representatividade ser mais expressiva junto das jovens com medidas não institucionais e, por outro, que as jovens em Centro Educativo são maioritariamente de origem africana, mesmo que de nacionalidade portuguesa. O fenómeno migratório que tem vindo a caracterizar a sociedade portuguesa e os problemas de integração das 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> gerações de imigrantes e que têm enformado a discussão em torno das marginalidades, como nos mostram os trabalhos de Machado (2002) e Seabra (2005), parece espelhar-se neste estudo.

No que se refere ao local de residência, e excluindo daqui observações analíticas e de generalização sobre a distribuição geográfica, pelas razões atrás apontadas, a quase totalidade das jovens reside na Zona Metropolitana de Lisboa. Apesar de as jovens, em regra, residirem em zonas mais desfavorecidas do ponto de vista económico e social, são as jovens em Centro Educativo as que aparecem mais representadas em Bairros de realojamento social, identificados como bairros problemáticos.

Em Portugal, vários têm sido os estudos que têm procurado mostrar como a zona onde se reside influencia as opções e facilita o acesso a estruturas de oportunidades ilegais (Fernandes, 1998, Chaves, 1999, Leote de Carvalho, 2003, 2010; Fernandes e

Pinto, 2008). Aliás, apoiados neste pressuposto, têm sido lançados programas de prevenção dirigidos a jovens em risco, de bairros identificados como problemáticos, como é exemplo o *Programa Escolhas*. A maioria destas jovens vive nesta “parte da cidade” e é nela que constroi e reconstroí os seus percursos.

#### 4.1.2. Percursos institucionais e a situação jurídico-legal

##### Jovens em Centro Educativo

**Quadro 5**

Caracterização dos percursos institucionais e situação jurídico-legal das jovens em Centro Educativo, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos

| N.º<br>Processo | Percursos institucionais anteriores à medida actual   | Situação jurídico-legal   |   |
|-----------------|---|---|---|
|                 |   | Infracção   | Medida actual/ Regime   |
| P_ce1           | Processos na CPCJ<br>1 Lar de Infância e Juventude<br>Fugas<br>Comportamentos agressivos. Prática de ilícitos<br>Novas amizades | Crime de ameaça, injúrias e ofensas à integridade física  | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto / 2 anos [anterior MCG/ 6 meses]  |
| P_ce2           | 3 Lares de Infância e Juventude<br>Fugas<br>Consumos  | Roubo   | Tutelar de Internamento/ Regime Fechado/ 1 ano [anterior MCG/ 6 meses]        |
| P_ce3           | 1 Lar de Infância e Juventude<br>Comportamentos agressivos. Prática de ilícitos<br>Novo grupo de amigos                         | Dano qualificado, crime de resistência e coacção sobre funcionário, ofensas à integridade física                  | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto/ 2 anos [anterior MCG/ 2 meses]   |
| P_ce4           | Processos na CPCJ, mas sem permanência em instituições  | Crimes de roubo em co-autoria   | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto/ 1 ano                            |
| P_ce5           | 3 Lares de Infância e Juventude<br>Fugas<br>Comportamentos agressivos. Prática de ilícitos                                      | Crime de ofensas à integridade física, crime de roubo na forma tentada  | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto /2 ano                            |
| P_ce6           | Processos na CPCJ<br>1 Lar de Infância e Juventude<br>Comportamentos agressivos. Prática de ilícitos<br>Novo grupo de amigas    | Crime de roubo agravado. Co-autoria material de crimes de ameaça  | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto /18 meses [anterior MCG/ 6 meses] |
| P_ce7           | Sem permanência em instituições   | Furto, agressão e coacção física  | Tutelar de Internamento/ Regime Aberto/ 1 ano                                 |
| P_ce8           | 1 Lar de Infância e Juventude<br>Comportamentos agressivos. Prática de ilícitos   | Co-autoria material de crime de ofensas à integridade física qualificada e co-autoria material de crimes de roubo | Tutelar de Internamento/ Regime Fechado/ 18 meses [anterior MCG/ 3 meses]     |
| P_ce9           | 1 Lar de Infância e Juventude<br>Fugas<br>Comportamentos agressivos. Prática de ilícitos<br>Novo grupo de amigas                | Crime de ofensas à integridade física, crime de injúrias, crime de roubo em co-autoria                            | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto /2 anos [anterior MCG/ 6 meses]   |
| P_ce10          | 1 Lar de Infância e Juventude<br>Fugas  | Crime de roubo tentado e consumado, crime de abuso de confiança, crime de ofensas à integridade física            | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto /2 anos [anterior MCG/ 3 meses]   |
| P_ce11          | 1 Lar de Infância e Juventude<br>Fuga   | Assalto a propriedade privada   | Cautelar de Guarda/ Regime Fechado /3 meses                                   |
| P_ce12          | 1 Medida não institucional  | Co-autoria material em crimes de roubo  | Tutelar de Internamento/ Regime Semi-Aberto /2 anos                           |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008



Quando se pretende aferir os percursos institucionais das jovens em Centro Educativo, é visível a existência de uma elevada mobilidade nos sistemas de protecção e de justiça juvenil. Setenta e cinco por cento das jovens tinham sido institucionalizadas, pelo menos uma vez, em Lares de Infância e Juventude, no âmbito de processos de Promoção e Protecção. A esta situação juntam-se os casos de passagem por várias instituições e de acumulação de processos (quer no âmbito da promoção e protecção, quer no âmbito do tutelar educativo). As jovens, em média, são sinalizadas na Promoção e Protecção aos 10-11 anos, entram na justiça, com medidas não institucionais, com 14-15 anos, e são colocadas em Centro Educativo aos 15-16 anos (ver Quadro 6).

**Quadro 6**  
Percursos institucionais das jovens em Centro Educativo

| Idade  | 7    | 8    | 9 | 10   | 11   | 12 | 13  | 14       | 15  | 16 | 17      | 18 | 19      |
|--------|------|------|---|------|------|----|-----|----------|-----|----|---------|----|---------|
| P_ce1  | CPCJ |      |   |      |      |    | LIJ | ETE e CE |     |    |         |    |         |
| P_ce2  |      |      |   |      |      |    |     | LIJ      | LIJ | CE |         |    |         |
| P_ce3  |      | CPCJ |   |      |      |    |     |          | LIJ |    | ETE/ CE |    |         |
| P_ce4  |      |      |   |      | CPCJ |    |     |          |     |    | CE      |    |         |
| P_ce5  |      |      |   | LIJ  |      |    |     |          |     |    | CE      |    |         |
| P_ce6  |      | CPCJ |   |      | LIJ  |    |     | CE       |     |    |         |    |         |
| P_ce7  |      |      |   |      |      |    |     |          |     | CE |         |    |         |
| P_ce8  |      |      |   |      |      |    |     |          | LIJ | CE |         |    |         |
| P_ce9  |      |      |   | CPCJ | LIJ  |    |     | CE       |     |    |         |    |         |
| P_ce10 |      |      |   |      |      |    | LIJ | CE       |     |    |         |    |         |
| P_ce11 |      |      |   |      |      |    |     | CE       |     |    |         |    |         |
| P_ce12 |      |      |   |      |      |    |     | ETE      |     |    | CE      |    | Em fuga |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

#### Legenda

|  |
|--|
| CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens      |
| LIJ – Lar de Infância e Juventude                      |
| ETE – Equipa Tutelar Educativa   CE – Centro Educativo |

Enquanto Marteleira (2007: 123) sugere que os Centros Educativos aparecem como paragem deste trajecto, Matos (2008), no seu estudo junto de mulheres com menos de 21 anos detidas em prisões portuguesas, aponta para o facto de cerca de 1/3 dessas reclusas terem, no seu percurso, contactos anteriores com o sistema de protecção e de justiça juvenil (18.4% por decisão do tribunal de menores). Segundo a autora, a entrada nas instituições acontece, maioritariamente, entre os 12 e os 14 anos e o principal motivo para a colocação foram as situações de pré-delinquência (consumos de drogas, fugas de casa e roubos), situações de abandono escolar precoce ou falta de condições do agregado familiar. Como mostra Santos *et al.* (2010), a maioria das crianças e jovens com medidas tutelares educativas não só tendem a ter processos de promoção e protecção anteriores, ou a correr em simultâneo, como continuarão a ser objecto da intervenção das instâncias de controlo formal, no futuro.

Para mais de metade das jovens que passaram por Centros de Acolhimento Temporário ou Lares de Infância ou Juventude<sup>79</sup>, esta passagem ficou marcada por relatórios, assinalando fugas consecutivas e por comportamentos agressivos dentro da instituição, como nos relatam alguns exemplos referidos pelos técnicos:

“A permanência no Lar x foi marcada por situações de grande agressividade contra os bens da instituição e contra as pessoas. Partia o mobiliário com socos, dirigia palavras ofensivas aos colegas e funcionário. A menor agrediu fisicamente com estaladas, pontapés e murros um auxiliar, duas técnicas e um utente” (Relatório urgente do Lar x em 2005, P\_ce3)

“Os comportamentos agressivos têm sido uma constante em todo o histórico de institucionalizações. No Lar x (...) pôs em risco as outras crianças. Não cumpria os horários da instituição. Quando chega a meio da noite, se não lhe abrem a porta de imediato, apedreja os vidros da instituição.” (P\_ce5)

“...um grupo de menores saía às 10h da noite e regressavam às 3 / 4 da manhã. Vêm agredir toda a gente. Não as deixam entrar para proteger as outras jovens” (Relatório Social do Lar x em 2006, P\_ce1)

Para algumas jovens, esta passagem significou, também, o agravamento dos comportamentos, principalmente no que concerne ao cometimento de actos ilícito. Ainda na perspectiva dos técnicos, não raras vezes estes comportamentos estão relacionados com a criação de novos grupos de amigos/as, que se formam dentro da própria instituição.

“Accionou comportamentos disruptivos, agindo de forma agressiva, promovendo um clima de medo, testando a capacidade de contenção dos técnicos. Segundo informação do Tribunal de Família e Menores, de 2008, a menor apagou um cigarro no peito de uma outra jovem aí residente para lhe extorquir 3€. A menor, juntamente com mais duas menores, em outra situação, arrastaram uma das jovens para o exterior da instituição, onde a despiram integralmente e ameaçaram que lhe batiam se participasse dos factos. A menor conseguiu instalar um clima de terror na instituição de acolhimentos, continuando a praticar factos penalmente relevantes” (Relatório Social do Lar x em 2008, P\_ce8)

“Quase diariamente era solicitado apoio à PSP na contenção dos comportamento violentos de um grupo organizado de jovens acolhidas actualmente no Lar x, que estão institucionalizadas mediante um processo de Promoção e Protecção e na sua maioria tem vindo a cometer actos considerados ilícitos”. “O grupo é liderado por uma utente com um largo período de institucionalizações e fugas, que controla os movimentos das outras jovens, aliciando-as para fugas...”. “Assaltam o próprio estabelecimento e violentam as outras jovens. Este grupo não sabe o que é a autoridade, verbalizando, em exibição, tudo o que fizeram e vão continuar a fazer, pois sabem que “ninguém lhes toca” e que “vão continuar a estar ali.” (Relatório do Lar x em 2006, P\_ce9)

---

<sup>79</sup> LIJ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.  
CAT é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção (consultar em: <http://www.seg-social.pt/>)

Em termos de situação jurídica actual, a quase totalidade das jovens, com a excepção de um caso, estava com medida tutelar de internamento, com os seguintes regimes de execução: 67% em Regime Semiaberto, 25% em Regime Fechado e 8% em Regime Aberto. Valores que, com os devidos ajustamentos, são a expressão da realidade estatística, nesta matéria. Cinquenta e oito por cento (7 casos) das jovens encontrava-se a cumprir medida cautelar de guarda, aquando da data da decisão que lhes aplicou medida de internamento.

A média da duração da medida é de 18 meses, sendo expressivo o facto de não encontrarmos nenhuma jovem a executar uma medida de internamento de duração inferior a doze meses, e ainda em cinco das situações ter sido aplicada a duração máxima prevista na lei, que é de 24 meses<sup>80</sup>.

No que se refere ao tipo de ilícitos dominantes pelos quais as jovens estão internadas, surge, em primeiro lugar, o ilícito qualificado como crime de roubo (75%), os crimes de ofensa contra a integridade física (58%) e o crime de ameaça e injúria (com 17%). É comum encontrar situações de cumulatividade de ilícitos.

Quando comparamos estes dados com as estatísticas de 31 de Dezembro de 2007 (ver Tabela 4) e com os estudos e notícias mais recentes, fica em aberto a possibilidade de as raparigas estarem a usar de mais violência, principalmente quando damos conta de um aumento significativo dos crimes contra a integridade física.

**Tabela 4**

Jovens existentes em Centros Educativos, em 31 de Dezembro de 2007, segundo o motivo de intervenção

|              | AGENTES DE FACTO QUALIFICADOS PELA LEI PENAL COMO CRIME |  |                           |                                    |                     |                           |                     |
|--------------|---|--|---------------------------|------------------------------------|---------------------|---------------------------|---------------------|
|              | TOTAL   | TIPOS DE ILÍCITOS PENAIS DOMINANTES a) |                           |                                    |                     |                           |                     |
|              |   | CRIME CONTRA PROPRIEDADE               | CRIME CONTRA INTEG.FÍSICA | CRIME CONTRA LIB.E AUT-DET. SEXUAL | CRIME CONTRA VIDA   | CRIME RESPEIT. ESTUPEFAC. | OUTROS CRIMES       |
| Rapazes      | 184   | 153<br>(83%)                           | 14<br>(8%)                | 6<br>(3.3%)                        | 3<br>(1.6%)         | 3<br>(1.6%)               | 5<br>(2.7%)         |
| Raparigas    | 19  | 17<br>(90%)                            | 2<br>(11%)                |                                    |                     |                           |                     |
| <b>TOTAL</b> | <b>203</b>  | <b>170<br/>(84%)</b>                   | <b>16<br/>(7.9%)</b>      | <b>6<br/>(3%)</b>                  | <b>3<br/>(1.5%)</b> | <b>3<br/>(1.5%)</b>       | <b>5<br/>(2.5%)</b> |

a) Regista-se a, o tipo de ilícito penal dominante, independentemente de ser agente de mais do que um facto do mesmo tipo ou de tipos diferentes

Fonte: Estatísticas da Direcção Geral de Reinserção Social [retiradas da base a 17 de Março de 2008]

Esta questão levanta uma outra que se prende com o n.º de crimes praticados em co-

<sup>80</sup> Segundo o art. 18.º da LTE: “1 - A medida de internamento em regime aberto e semiaberto tem a duração mínima de três meses e a máxima de dois anos; 2 - A medida de internamento em regime fechado tem a duração mínima de seis meses e a máxima de dois anos, salvo o disposto no número seguinte; 3 - (...) tem a duração máxima de três anos, quando o menor tiver praticado facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima (...) de prisão superior a oito anos (...)”.

autoria. Segundo Marteleira (2007: 88), num estudo de caracterização do perfil dos educandos internados em CE a 30 de Junho de 2005, os jovens que actuavam em grupo eram todos do sexo masculino. Os dados deste estudo permitem apontar que 42% das jovens internadas em Centro Educativo praticou crimes em co-autoria, o que nos remete, por um lado, para a problemática geral dos bandos juvenis e, por outro, para o papel da figura feminina nestes contextos, ainda considerada periférica, com colagens a estereótipos de género e a definições de papéis.

Além de todas estas considerações, há uma outra que não devemos negligenciar, o facto de a categoria “droga” não ser o eixo em torno do qual se desenvolvem os actos ilícitos destas jovens, assumindo mais uma componente de consumo recreativo.

Feito o levantamento dos consumos de substâncias lícitas e ilícitas, especificamente, álcool, tabaco e drogas (haxixe, heroína, cocaína), foi possível verificar que 58% das jovens estava associada pelo menos a um tipo de consumo, em fase anterior à sua entrada no Centro Educativo. Destes, a grande parte assume consumos recreativos de álcool, tabaco e haxixe, realizado em contexto de grupo. Apesar de recreativos, estes consumos apresentam uma iniciação precoce (11, 12 anos) e uma componente de habituação. O haxixe não é apenas a substância mais consumida isoladamente como absorve o maior número de situações, quando se agregam outras substâncias, como a heroína e a cocaína. A experimentação de drogas “duras”, particularmente a cocaína, surge em 4 casos, todos eles relacionados com vivências de rua ou práticas de prostituição e pequeno tráfico mais ou menos confirmados. Mas é apenas numa situação que este consumo de drogas está associado a uma carreira de toxicoddependência, em torno da qual se estrutura a sua carreira de desvio.

Apesar de a “droga” não ser o principal motivo para a prática dos ilícitos, ela não deixa de estruturar as vivências e as sociabilidades destas jovens, para quem os consumos já passaram da mera experimentação ocasional para padrões regulares e problemáticos. Contudo, pela natureza da informação recolhida, não foi possível especificar melhor esta situação.

Da análise efectuada aos processos foi ainda possível verificar os hiatos de tempo que medeiam entre as datas dos factos, da decisão judicial e do início de execução das medidas. Contudo, ressalva-se que a aferição e a leitura destes dados estão condicionados pela ocorrência de uma série de variáveis que podem estar relacionadas, por um lado, com questões legais e processuais como: a circunstância de a jovem, à data da decisão, estar a

cumprir ou não uma medida cautelar de guarda, que tem um prazo máximo de seis meses; de poder estar a cumprir uma outra medida tutelar de internamento, aplicada em data anterior e no âmbito de outro processo, o que influencia o início da execução de uma outra medida de internamento; e a susceptibilidade de poder ser interposto recurso da decisão que lhe aplicou a medida. E, por outro lado, com questões que saiem do foro processual, como é o caso das situações em que não se conhece o paradeiro da jovem.

Neste sentido, no caso das jovens que não estavam, em data anterior, a cumprir nenhuma outra medida em Centro Educativo, o hiato temporal entre a data do primeiro ilícito praticado e conhecido e a data da decisão judicial é de 18 meses, e da data da decisão à data de início da medida actual é de 5 meses.

No caso das jovens que à data da decisão encontravam-se a cumprir medida cautelar de guarda, este hiato entre a data do facto e a data da decisão reduz-se para 10 meses, ressalvada a circunstância de a grande maioria ter cumprido 6 meses da referida medida. A média de tempo que dista entre a data da decisão e a data de início da medida é muito próxima, uma vez que apenas poderá estar em causa o período reservado ao trânsito em julgado da decisão ou, noutros casos, a possibilidade da jovem ainda estar a executar, no âmbito de outro processo, uma outra medida tutelar de internamento.

Nesta análise permite-se constatar que é real a possibilidade de uma jovem que pratica um ilícito aos 14 anos ser julgada aos 17 anos e cumprir uma medida até aos 19 anos.

## Jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, de Lisboa

### Quadro 7

Caracterização dos percursos institucionais e situação jurídico-legal das jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, Lisboa, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos

| N.º<br>Processo      | Institucionalizações anteriores à aplicação da medida actual  | Situação jurídico-legal   |                                    |
|----------------------|---|---|------------------------------------|
|                      |   | Infração  | Medida/ Regime                     |
| P_ete1 <sup>81</sup> | Sem registos  | Roubo em forma tentada  | Imposição de obrigações / 2 anos   |
| P_ete2               | Sem registos  | Agressão e roubo  | Imposição de obrigações/ 18 meses  |
| P_ete3               | Passagem por um CE para perícia de personalidade (1 mês) – com 15 anos  | Roubo na forma consumada, roubo na forma tentada, ofensas corporais | Imposição de obrigações / 2 anos   |
| P_ete4               | Sem registos  | Tráfico de estupefacientes  | Imposição de obrigações/ 1 ano     |
| P_ete5               | 1 Lar de Infância e Juventude – com 15 anos<br>Fugas. Vivências de rua. Prática de ilícitos CE para perícia de personalidade (2 meses), aos 16 anos. CE para MCG (3 meses), que não cumpriu | Aborto  | Imposição de obrigações / 1 ano    |
| P_ete6               | Sem registos  | Roubo como autora material  | Acompanhamento Educativo/ 18 meses |

<sup>81</sup> Processo Individual de jovens acompanhadas pelas Equipas tutelar educativas

|         |   |  |  |
|---------|---|--|--|
| P_ete7  | Sem registos  | Crime de Furto simples e crime de ofensa à integridade física  | Acompanhamento Educativo / 2 anos                    |
| P_ete8  | Sem registos  | Ameaça agravada  | Prestação de tarefas a favor da comunidade, 30 horas |
| P_ete9  | Processos na PSP relacionados com comportamento agressivo e co-autoria em assaltos – com 15 anos                                    | Crime de perigo comum – arma branca                            | Prestação de tarefas a favor da comunidade, 30 horas |
| P_ete10 | Processo na CPCJ – com 6 anos   | Roubo  | Acompanhamento Educativo/ 2 anos                     |
| P_ete11 | Sem registos  | Roubo  | Acompanhamento Educativo/ 18 meses                   |
| P_ete12 | Processo na CPCJ – com 13 anos<br>1 Lar de Infância e Juventude – com 15 anos<br>Fugas. Comportamentos desviantes<br>Novas amizades | Furto de moradias em grupo, vandalismo, posse de haxixe, roubo | Acompanhamento Educativo/ 1 ano                      |
| P_ete13 | 1 Lar de Infância e Juventude – com 15 anos<br>Fugas  | Roubo de telemóvel e fio de ouro, agressão                     | Acompanhamento Educativo / 1 ano                     |
| P_ete14 | Sem registos  | Vandalismo   | Imposição de obrigações/ 1 ano                       |
| P_ete15 | Sem registos  | Roubo  | Acompanhamento Educativo/ 1 ano                      |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

Da análise do Quadro, pudemos constatar que em 60% dos processos das jovens com medidas na comunidade não há registos de passagem por outras instituições ou a abertura de processo no âmbito da promoção e protecção. Três jovens tinham sido institucionalizadas em Lares de Infância e Juventude, no âmbito de medidas de promoção e protecção, sendo corrente a acumulação com outros processos a decorrer na CPCJ e nos tribunais.

De acordo com relatos técnicos, alguns destes pedidos de intervenção foram efectuados pelos próprios pais:

“Esteve no Lar x em Fevereiro (sábado e Domingo e fugiu na 2.º feira para casa de pessoa desconhecida). O pedido de intervenção do tribunal por parte dos pais teria sido uma forma de procurar alterar o comportamento da menor, sem no entanto desejarem o seu internamento. Contudo, após as fugas e o agravamento da relação da jovem com os pais, eles preconizam o seu internamento, mostrando-se desesperados com a situação” (Relatórios do Lar x de 2006, P\_ete6)

“A progenitora da menor efectuou uma sinalização à CPCJ, queixando-se da não obediência da menor e de fugas de casa para conviver com o namorado de 30 anos – ex-recluso, a cumprir pena de liberdade condicional. Foi aberto processo de Promoção e Protecção, tendo sido assinado um acordo, que a menor não cumpriu. Foi decretada medida de acolhimento institucional. Integrou o Lar x onde se manteve aproximadamente 7 meses, após os quais foi revista a medida para apoio junto à irmã mais velha, (...) com quem manteve e mantém uma boa relação. Aos poucos regressou à casa da mãe, onde diz sentir-se melhor por ter o seu espaço” (Relatório Social com avaliação psicológica de 2007, P\_ete12)

De acordo com os mesmo relatos, a passagem pelas instituições de promoção e protecção fica marcada pelas fugas consecutivas, por comportamentos agressivos dentro da instituição e pelo agravamento de comportamento delinvente:

“Em 2005 estive no Lar x. Durante a sua passagem por aqui, a jovem foi acumulando outras participações, especificamente de furto. Pernoitava fora e regressava apenas no dia seguinte, quando regressava. (...) Numa dessas fugas foi viver com o namorado para o Bairro (...), um bairro degradado, com grupos associados ao tráfico de armas e drogas. Aqui a sua vida foi muito inconstante – vivências de rua, novas práticas de ilícitos. Face à desprotecção da jovem, em 2006 o tribunal pediu uma perícia de personalidade e, para o efeito, emitiu um mandato de condução para o cumprimento de uma medida cautelar de guarda em Centro Educativo, por dois meses. Em 2007 foi decretada nova medida cautelar de guarda por 3 meses, que não cumpriu” (P\_ete 5)

“Sobre a vivência na instituição, a menor descreve como um período muito difícil, tendo-se adaptado e acomodado após algum tempo. Nesta instituição a menor narra a presença de conflitos, agressões e roubos, posicionando-se como observadora. No entanto assume diversas fugas, com grupo de pares (outras jovens acolhidas), durante a noite. Iam para o bairro alto, onde bebiam até de madrugada, altura em que regressavam com a polícia” (Relatório Social com avaliação psicológica de 2007, P\_ete12)

Em termos de situação jurídica actual, as principais medidas aplicadas a estas jovens foram: Medida de Acompanhamento Educativo (47%), Medida de Imposição de Obrigações (40%) e Medida de Prestação de Tarefas a Favor da Comunidade (13%).

Entre a data do (s) ilícito(s) e a data da decisão judicial foi possível aferir um hiato de tempo médio de 12 meses. A falta de informação mais detalhada não permitiu estender a análise.

No que se refere ao tipo de ilícitos dominantes, em primeiro lugar surge o ilícito qualificado como crime de roubo (60%), seguido dos crimes de ofensa contra a integridade física (27%). Com igual percentagem (13%) surgem o furto e o vandalismo, e o tráfico/ posse de drogas.

Apesar de as drogas continuarem a não estar no centro da prática dos ilícitos, duas jovens surgem referenciadas com ilícitos directamente relacionados com as drogas, como aponta um auto de notícia da PSP, em 2005:

“Deparei com 3 indivíduos a consumir estupefacientes. (...) Tendo sido encontrado na posse da menor, vários pedaços de haxixe (...). A mesma assumiu que o produto estupefaciente era sua pertença e esclareceu que era consumidora de haxixe desde os 9 anos” (P\_ete9)

Tirando estas duas situações, que exigiram uma intervenção mais direccionada, não há, nos processos, registos de consumos significativos de substâncias (i) lícitas por parte das jovens. Estes consumos parecem assumir a face da experimentação ocasional, características da juventude.

### **Um olhar integrado**

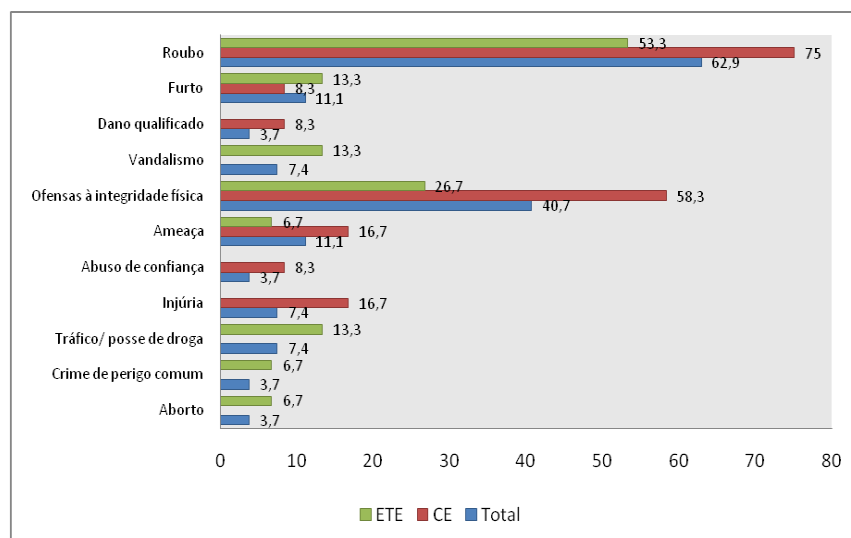
No que se refere aos percursos institucionais das jovens com medidas tutelares educativas, antes da aplicação da actual medida, em 48% dos casos houve abertura de processo no âmbito da promoção e protecção, sendo que na quase totalidade dos casos foi aplicada medida de acolhimento em Lar de Infância e Juventude.

Esta passagem pelas instituições, para todas as jovens, fica marcada pelas fugas consecutivas e por comportamentos agressivos dentro da instituição, ao qual se junta o agravamento dos comportamentos, inclusive a prática dos ilícitos criminais que estiveram na base da aplicação das medidas tutelares educativas. As jovens em Centro Educativo são aquelas que apresentam mais percursos institucionais e percursos mais complexos, com maior acumulação de processos (quer no âmbito da promoção e protecção, quer no âmbito do tutelar educativo) e em idades mais precoces.

Relativamente à sua situação jurídica, a quase totalidade das jovens internadas em Centro Educativo estava com uma medida tutelar de internamento, maioritariamente em Regime Semi-Aberto. As jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2 de Lisboa, estavam a cumprir medidas de Acompanhamento Educativo, de Imposição de Obrigações e de Prestação de Tarefas a Favor da Comunidade. Aliás, estas medidas são a expressão da tendência actual na aplicação de medidas não institucionais.

Em ambos os contextos de observação, a prática de ilícitos contra a propriedade, especificamente o roubo (62.9%), e contra a integridade física (40.7%) são os mais expressivos (ver Gráfico 7).

**Gráfico 7**  
 Tipos de ilícito das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)



Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008



A presença de uma maior violência na prática de ilícitos cometidos por raparigas continua a ser bastante discutida e questionada. Porém, a presença das raparigas nos crimes contra a integridade física mantém-se, a par do aumento da prática de roubos, em detrimento do furto, que era o mais comum. Possivelmente, e como aponta Batchelor (2007:209), o comportamento das jovens pelos vários percursos de violência é motivado por uma interacção complexa que envolve uma activa procura e gestão do risco, cujas motivações estão, maioritariamente, no divertimento, na adrenalina e na desocupação, ampliado pela posição de subalternidade “de quem se vive e é olhado como margem” (Luís Fernandes citado em Pereira, 2009: 172).

Além das questões da violência, é importante destacar que a categoria “droga” não surge como o eixo em torno do qual se desenvolvem os actos ilícitos destas jovens, à semelhança daquelas que referimos atrás (supra: 151) ao contrário do que se verifica em estudos realizados com mulheres reclusas, em Portugal (Cunha, 2002; Matos, 2008):

“76% das reclusas do EPT vêm condenadas ou acusada (no caso das preventivas) por tráfico de estupefacientes, crime este que dez anos antes, apesar de já registar cifras significativas no estabelecimento, ficava a menos de metade desse valor (37%) (...) Pelo menos 63% das reclusas que aqui se encontram por crimes patrimoniais (...) surgem referidas como “toxicodependentes” (Cunha, 2002: 61, 63)

“ Para além do tráfico de droga ser responsável por 65.3% das detenções destas mulheres, verificámos também que de entre as que estão detidas por crimes contra a propriedade, 63.6% são consumidoras de drogas duras. Assim sendo, cerca de 80% das mulheres da nossa amostra estão detidas por crimes que têm a droga como pano de fundo” (Matos, 2008: 150)

Isto não significa que os consumos de substâncias ilícitas não estruturam as vivências e as sociabilidades destas jovens. E aqui encontramos algumas diferenças entre elas. Enquanto as jovens em Centro Educativo apresentam padrões de consumo mais regulares e problemáticos, na maioria das jovens com medidas não institucionais os consumos parecem assumir a face da experimentação ocasional, características da juventude.

No que se refere ao hiato de tempo entre a prática do ilícito e a data da decisão judicial constata-se que, em suma, quer esteja em causa a aplicação de uma medida institucional ou não institucional, este nunca é inferior, em média, a 12 meses.

### 4.1.3. Família: estruturas e dinâmicas

Sabemos como a influência da família nos problemas de comportamento é significativa e como a supervisão, monitorização e disciplina parentais têm sido factores preditores para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais (Hill e Atkinson, 1988; Ferreira, 1997; Herrera e McCloskey, 2001; Fonseca, 2002; Loeber, Farrington e Petechut, 2003; Simões, 2007). O tema das famílias (disfuncionais) tem estado sempre presente nas teorias da delinquência. As variáveis estudadas têm sido muito diversas, “afinal, os factores familiares no domínio da delinquência são tantos e as suas interacções tão complexas que seria muito redutor centrar-se apenas num deles” Fonseca, 2002: 2).

Dando continuidade à apresentação e caracterização das jovens com medidas tutelares educativas, centra-se agora o interesse nas estruturas e dinâmicas familiares que enformaram os seus processos de socialização.

## Jovens em Centro Educativo

**Quadro 8**

Caracterização familiar das jovens em Centro Educativo, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos

| N.º Processo | Estrutura   | Dinâmicas e principais problemáticas do agregado familiar  | Familiares com contactos com a justiça       | Filhos     |
|--------------|---|--|--|------------|
| P_ce1        | Nuclear: Pai, mãe e 3 irmãos  | Sem transições habitacionais.<br>Pais separados, mas em coabitação.<br>Ausência de competências parentais.<br>Violência doméstica e maus-tratos. Alcoolismo (pai).<br>Ligação forte com os irmãos.                             | Irmão internado em CE                        | Sem filhos |
| P_ce2        | Recomposta: Pai, mãe.<br>Fratria de 5 irmãos (2 uterinos e 3 consanguíneos).                    | Sem transições habitacionais.<br>Falta de supervisão parental.<br>Toxicod dependência (irmão).<br>Relação distante e oportunista com os progenitores e relação distante com as irmãs.<br>Ligação forte com o irmão mais velho. | Irmão mais velho preso por tráfico de drogas | Sem filhos |
| P_ce3        | Não conjugal: Avó<br><br>Fratria de 2 irmãos.<br>Pais falecidos.                                | Transições habitacionais.<br>Toxicod dependência dos pais e falecimento Criada pela avó.<br>Pobreza, alcoolismo (companheiro da avó).<br>Relação próxima e carinhosa com a avó.  | Progenitores toxicod dependentes             | Sem filhos |
| P_ce4        | Monoparental: Mãe e 6 irmãos (2 germanos, dois uterinos e 2 consanguíneos).<br>Pais divorciados | Sem transições habitacionais.<br>Ausência de limites. Inconsistentes práticas educativas.<br>Pobreza.<br>Sem relação com o pai.  | Sem registos                                 | Sem filhos |
| P_ce5        | Monoparental: Mãe, companheiro da mãe e 3 irmãos uterinos.<br>Pais divorciados                  | Transições habitacionais<br>Ambiente familiar ambivalente. Demissão da função parental, por parte da mãe. Maus-tratos, por parte do companheiro da mãe.<br>Pouco contacto com o progenitor                                     | Sem registos                                 | Sem filhos |
| P_ce6        | Monoparental: Mãe, irmã e sobrinhos.<br>Fratria de 9 irmãos (6                                  | Transições habitacionais (pais, avó, pai, tia, mãe).<br>Violência no agregado paterno (por parte da madrastra).<br>Destabilização no agregado materno.   | Sem registos                                 | Sem filhos |

|        |   |   |   |            |
|--------|---|---|---|------------|
|        | uterinos, 2 consanguíneos e 1 germano)<br>Pais divorciados.   |   |   |            |
| P_ce7  | Recomposta: Mãe, padrasto e um irmão<br>Fratrã de 4 irmãos.<br>Pai falecido.                                  | Transições habitacionais (Fuga da casa da mãe, viveu com uma amiga e foi transitando por vários sítios)   | Sem registos                                      | 1 filho    |
| P_ce8  | Recomposta: Mãe, padrasto e 3 irmãos.<br>Pai falecido.  | Transições habitacionais (pais, pai /madrasta, mãe).<br>Permanência no agregado paterno após morte do pai.<br>Rejeição e conflito com o novo companheiro da madrasta.<br>Relação forte com o irmão mais novo.   | Sem registos                                      | Sem filhos |
| P_ce9  | Recomposta: Mãe, padrasto e uma irmã.<br>Pai falecido   | Transições habitacionais (pai, mãe, tia, amiga, mãe)<br>Morte do pai. Passa a residir com a mãe. Fugas da casa da mãe. Viveu na casa de uma amiga.<br>Modelo educativo permissivo e desculpabilizante.  | Sem registos                                      | Sem filhos |
| P_ce10 | Não conjugal: Avó, padrasto, e um irmão.<br>Fratrã de 5 irmãs consanguíneas que não conhece.<br>Pai falecido. | Sem transições habitacionais.<br>Antes da mãe falecer, a dinâmica familiar era equilibrada.<br>Afastamento relacional com o padrasto.   | Sem registos                                      | Sem filhos |
| P_ce11 | Informação contraditória.   | Transições habitacionais (Croácia, Itália, Espanha...).<br>Informações contraditórias sobre a sua trajetória.<br>Supõe-se que a mãe estará em Itália com os outros irmãos. O pai e o tio estariam a trabalhar em Faro. A jovem teria vindo para Portugal com uma tia e o irmão. | Irmão em CE; e prima em estabelecimento prisional | Sem filhos |
| P_ce12 | Nuclear: pai, mãe, 3 irmãos e namorada do irmão   | Alterações constantes na constituição do agregado familiar.<br>Dinâmica familiar instável. Pouca capacidade de supervisão.  | Pai cumpriu pena de prisão                        | Sem filhos |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

No que se refere à estrutura do agregado, 33% são agregados recompostos, 25% nucleares simples, 25% monoparentais e 17% não têm núcleo conjugal.

Dos 67% de agregados marcados pela ausência de um dos progenitores biológicos, os principais motivos são: falecimento de um (3 casos) ou de ambos (2 casos) e separação/ divórcio (3 casos). Vejamos alguns fragmentos destas trajetórias.

“1.º Relatório Social, em 1999: os progenitores de x eram ambos toxicodependentes. O pai passou largos anos detido. A menor foi entregue à avó materna, logo após o nascimento. Segundo Relatório Social com avaliação psicológica de 2006, desde 2004 a menor mora com a avó e o companheiro num apartamento de realojamento social (...). Desde que avó adoeceu os papéis inverteram-se, sendo a menor quem cuida da avó, acompanhando-a e tratando da lide doméstica. A menor mostra-se desgostosa com a situação.” (P\_ce3)

“(…) Vivência precoce da morte do progenitor (...) tendo permanecido no agregado com a madrasta e o irmão consanguíneo. Dificuldades de aceitação do novo companheiro da madrasta, numa altura em que ainda decorria o luto pela perda do pai, facto que levou à deterioração do relacionamento da educanda com a madrasta e companheiro.” (PEP de 2008, P\_ce8)

A configuração parental dominante é a que liga a jovem a um dos progenitores, maioritariamente a mãe, com quem estabelece relações privilegiadas. O pai tende a ser uma figura ausente no processo educativo das jovens, ou pela ausência física

propriamente dita, ou pela relação predominantemente conflituosa que se mantém (quer nos casos de separação, quer nos casos em que o pai está presente).

Em regra, pertencem a longas fratrias (83% tem 3 ou mais irmãos), e não raras vezes compostas por irmãos germanos, uterinos e consanguíneos. Em algumas situações, os irmãos não vivem no mesmo agregado familiar, ainda que, em regra, o relacionamento com os irmãos seja muito positivo.

Menos positivas são as relações estabelecidas com as figuras substitutivas dos progenitores – padrastos/ companheiros da mãe e madrastas/ companheiras do pai – que estão presentes em metade dos agregados familiares das jovens, e que aqui conseguimos vislumbrar ao dar espaço a mais alguns excertos dos processos:

“... são referidas dificuldades de relacionamento da menor com a mãe e com o seu companheiro. São relatados episódios de alegados maus-tratos, procurando a menor refugiar-se com a tia materna, recusando regressar ao agregado familiar. O ambiente familiar é irregular e ambivalente. A mãe oscila entre uma postura de aceitação e de rejeição, expulsando-a de casa, durante a noite...não a deixando entrar. Atitude corroborada pelo companheiro que rejeita totalmente a menor. A mãe demite-se da sua função parental, que é assumida, por vezes, pela tia.” (Relatório Social de Avaliação Psicológica de 2005, P\_ce5)

“...aos 7 anos foi viver com o progenitor, sua companheira e filhos desta. A vivência da menor neste agregado foi bastante conturbada, sofrendo maus-tratos físicos por parte da madrastra. (...)” (Relatório Social de 2007, P\_ce6)

Revela-se profundamente significativa, e transversal aos agregados familiares destas jovens, a ausência de modelos familiares estáveis, a qual marca a natureza e a dimensão das relações afectivas, e situações com cargas emocionais negativas.

Estas instabilidades são marcadas pelas problemáticas do alcoolismo, da violência familiar, da pobreza e ausência de supervisão parental.

“ Proveniente de família multiproblemática (relação conflituosa entre cônjuges, com agressões verbais e físicas, pai com hábitos de consumo de álcool e com uma relação extra-conjugal), mantém-se a situação de disfuncionalidade observada nas dinâmicas familiares (...). Ligação afectiva forte com os irmãos, em especial com o mais velho, que apresenta problemas ao nível da saúde mental, internamentos recorrentes e problema ao nível da justiça” (P\_ce1)

“A mãe admite não ter qualquer controlo sobre ela e desconhece o que a filha faz antes das 20h quando regressa a casa. Falta de coesão familiar e inconsistentes práticas educativas. Mostra preocupação com a filha, mas não efectuou nenhuma diligência com vista a alterar o quadro vivencial da jovem afirmando que os técnicos é que deveriam resolver os problemas da mesma” (P\_ce4)

Abrem-se vazios por mudanças abruptas e perdas, que reactivam, no quotidiano, sentimentos de abandono.

“Quando a menor nasceu os pais estavam separados desconhecendo-se o tipo de relacionamento mantido. A progenitora já tinha uma nova relação (...). A menor nunca se relacionou com o pai, que faleceu quando tinha 3, 4 anos de idade. Sempre viveu no agregado materno, descrevendo-se uma dinâmica familiar equilibrada. Há cerca de dois anos a mãe adoeceu e faleceu, (...). Os problemas problemáticos iniciam-se quando a mãe adoece.” (Relatório Social com avaliação Psicológica de 2008, P\_10)

Junta-se a este cenário os 42% de jovens que têm familiares identificados com contactos com a justiça. Não foi claro, nos processos individuais, a existência de namorados/ companheiros com contactos com a justiça. Esta é uma informação que se conseguiu obter, de forma mais completa, através das entrevistas realizadas.

Da informação recolhida constatou-se que apenas uma jovem tinha uma filha que, à data do estudo, estava acolhida num Lar de Infância e Juventude, com medida de Promoção e Protecção.

### Jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, de Lisboa

#### Quadro 9

Caracterização familiar das jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, Lisboa, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos

| N.º Processo | Estrutura  | Dinâmicas e principais problemáticas do agregado familiar   | Familiares com contactos com a justiça | Filhos                        |
|--------------|--|---|--|-------------------------------|
| P_ete1       | Nuclear: Pai, mãe e uma irmã.  | Transições habitacionais.<br>História de toxicodependência dos pais.<br>Os avós são o suporte da família.   | Toxicodependência dos pais             | Fez um aborto.<br>Sem filhos. |
| P_ete2       | Nuclear: Pai, mãe e três irmãos.   | Sem transições habitacionais<br>Estabilidade familiar. Sem dificuldades relacionais.  | Sem registos                           | Sem filhos                    |
| P_ete3       | Monoparental: Mãe e um irmão.<br>Suposta presença de um companheiro da mãe (não confirmado)<br>Pais divorciados. | Transições habitacionais.<br>Violência conjugal (entre progenitores) que levou à separação.<br>Vários relacionamentos da mãe.<br>Sem contacto com o progenitor.<br>Infância passada com os avós, que se tornam figuras afectivas. | Sem registos                           | Sem filhos                    |
| P_ete4       | Recomposta: Mãe, padrasto, irmão, avô materno, tia materna.<br>Progenitor ausente por reclusão.                  | Sem transições habitacionais.<br>Estabilidade familiar. Sem dificuldades relacionais.   | Pai preso                              | Sem filhos                    |
| P_ete5       | A viver sozinha.   | Relação de conflitualidade entre mãe/filhas. Pai falecido<br>Relação difícil com a mãe e não fala com a irmã.<br>O filho está entregue, com guarda efectiva, aos cuidados da mãe  | Ex-companheiro e seus familiares       | Tem 1 filho.                  |
| P_ete6       | A viver com o namorado.<br>Faz parte de uma família nuclear e de uma fratria de 3 irmãos.                        | Relacionamento próximo com os pais.<br>Família de origem marcada por crises conjugais, violência e alcoolismo (pai).  | Irmã                                   | Está grávida                  |
| P_ete7       | Recomposta: Pai, madrasta e irmãos<br>Pais divorciados.  | Transições habitacionais (mãe/ pai/ mãe)<br>Estabilidade familiar, mas com dificuldades relacionais com o pai.<br>Alcoolismo da mãe e problemas de foro psiquiátrico. Mantém contacto próximo com a mãe.                          | Sem registos                           | Sem filhos                    |

|         |  |   |   |             |
|---------|--|---|---|-------------|
| P_ete8  | Recomposta: Mãe, padrasto e quatro irmãos<br>Pais divorciados.   | Sem transições habitacionais.<br>Actualmente, a dinâmica familiar é harmoniosa e contentora.<br>Anteriormente, relação violenta entre os pais.<br>Problemas de alcoolismo do progenitor.<br>Abandono.   | Sem registos                            | Sem filhos  |
| P_ete9  | Nuclear: pai, mãe e dois irmãos.   | Sem transições.<br>Educação autoritária e dificuldades relacionais com o pai.   | Sem registos                            | Sem filhos  |
| P_ete10 | Vive com a avó e irmã<br>A mãe vive com um companheiro.<br>Pai falecido.<br>Fratrã de cinco irmãos (de diversos relacionamentos da mãe).<br>Três estão institucionalizados em LJ | Sem transições habitacionais.<br>Agregado familiar disfuncional.<br>História de toxicodependência dos pais e da irmã. Vários relacionamentos da progenitora.<br>Violência, maus-tratos e abuso sexual por parte do companheiro da mãe.<br>Ausente supervisão familiar e despreocupação. | Pais, namorado e irmã toxicodependentes | Tem 1 filho |
| P_ete11 | Nuclear: Pai, mãe e três irmãos<br>Tem mais dois irmãos  | Sem transições.<br>Estabilidade familiar. Laços afectivos entre os membros da família.<br>Fragilidades na supervisão parental.  | Sem registos                            | Sem filhos  |
| P_ete12 | Grupo nuclear: Irmã, cunhado e dois sobrinhos.<br>Fratrã de 4 irmãos.<br>Pais divorciados.   | Com transições habitacionais (pais, namorado, irmã).<br>Estabilidade no núcleo familiar da irmã.<br>Contacto esporádico com o pai.<br>Proximidade com a progenitora.  | Ex-namorado preso                       | Sem filhos  |
| P_ete13 | Nuclear: Pai, mãe e dois irmãos.   | Com transições habitacionais (pais, namorados).<br>Estrutura familiar instável e disfuncional na protecção e cuidados.<br>Relação conflituosa com a mãe. Relação afectuosa com o pai.   | Sem registos                            | Tem 1 filho |
| P_ete14 | Monoparental: Mãe, irmã gémea e tio materno<br>Pais divorciados.   | Com transições (pais, avós, mãe).<br>Estabilidade e bom relacionamento familiar.<br>Fragilidades nas competências educativas e supervisão.<br>Relação forte com a avó.  | Sem registos                            | Sem filhos  |
| P_ete15 | Monoparental: Mãe, um irmão, tia materna e uma prima.<br>Pai falecido.   | Bom relacionamento familiar.<br>Fragilidades ao nível da supervisão parental.   | Pai traficante de droga                 | Tem 1 filho |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

Quando analisamos a estrutura familiar das jovens com medidas não institucionais, verificamos que 33% mantinha a presença física de ambos os pais em simultâneo no agregado familiar, 20% estava integrada em agregados recompostos e 20% em agregados monoparentais. Três jovens não estavam integradas no núcleo familiar de origem, configurando agregados diferentes: uma vivia sozinha, outra coabitava com o namorado e a terceira morava com a irmã e o cunhado. Numa outra situação, encontramos uma jovem a morar com a avó e a irmã.

Na maioria dos casos, os agregados familiares destas jovens são marcados pela ausência de um dos progenitores biológicos, em regra a figura paterna. Os principais motivos encontrados são o divórcio, em 63% dos casos, o falecimento, em 38%, e a reclusão, apenas numa situação. Mais do que ausência física do progenitor, a vivência do

abandono é certamente a mais difícil de gerir. A este respeito, o Relatório Social de uma das jovens apontava o seguinte:

“Apesar de serem descritos diversos maus-tratos físicos e psicológicos à progenitora, a relação do pai com os filhos era boa (...). Segundo a progenitora, o pai nem sempre foi uma pessoa violenta, apenas estava alcoolizado. Com o divórcio foi atribuída a guarda dos filhos à mãe, com visitas regulares do pai. O pai só contactou os filhos uma vez. Desde essa altura a menor não tem contactado com o pai, situação que lhe causa grande sofrimento. (...)” (Relatório Social de 2006, P\_ete8)

Relativamente às fratrias conhecidas, todas as jovens têm irmãos, sendo que em 80% dos casos vivem com eles. Quanto mais composta é a fratria, com irmãos germanos, uterinos e consanguíneos, maior é a possibilidade de não residirem com todos. Sessenta por cento das jovens tem até dois irmãos/ãs, 27% tem entre três e quatro e 13% tem cinco irmãos/ãs.

Quando olhamos para as dinâmicas familiares, encontramos dois principais cenários: por um lado, agregados com dinâmicas familiares actuais relativamente estáveis e com liames relacionais, que em algumas situações foram conquistados após recomposições familiares. Apesar desta constatação, foi possível verificar a presença de algumas fragilidades no campo da supervisão parental,

“A dinâmica familiar é caracterizada pela existência de laços afectivos ainda que existam algumas fragilidades no que concerne à supervisão educativa. A mãe descreve que a jovem se envolve reiteradamente em situações desviantes, desvalorizando o seu papel enquanto figura educativa de referência. A mãe afirma que a jovem chega a pernoitar fora de casa, acompanhando grupos de jovens conotados com alegados comportamentos de risco. Apesar de serem verbalizadas algumas preocupações com a filha não existe uma valorização objectiva das consequências do comportamento. ...”. (Relatório Social de 2007, P\_ete15)

e, também, a existência de conflitualidades com o(s) progenitor(es) ou com os seus “substitutos”, que acaba por espoletar sentimentos ambivalentes em relação à situação vivida, fugas e pernoitas fora de casa, ou saídas de casa para viver com o namorado.

“...Há cerca de 4 anos a mãe iniciou uma nova relação afectiva e de coabitação (...). A dinâmica familiar é harmoniosa e contentora, apesar de serem referidas algumas dificuldades no relacionamento da menor com o padrasto” (Relatório Social de 2006, P\_ete8)

“No período de fraco aproveitamento escolar, o pai punia-a fisicamente o que parece ter motivado uma situação de fuga de casa, durante duas noites. Esta tem sido uma das estratégias de “fuga” ao ambiente familiar. (...) Mantém uma relação difícil com o pai, fruto da firmeza daquele ao contrariar as suas decisões de autonomização precoce e de alguma vivência de rua. Ao nível relacional, tende a voltar-se para a mãe e para tia” (P\_ete9)

“Segundo a mãe da jovem, a menor falta às aulas, é indisciplinada, e namora com um rapaz que pensa não será boa companhia para ela. A menor mente muitas vezes, quando afirma que vai às aulas. Tem passado noites fora de casa (...). A menor quer sair de casa quando

quer, não respeitando os horários impostos pelos pais. Pretende igualmente frequentar as discotecas a horas inadequadas. (...). Diz que não cumpre as horas que os pais impõem porque se distrai com as amigas. Não regressa a casa com medo de represálias, nomeadamente de ser batida. (...).” (Relatório Social de 2006, P\_ete13)

Por outro lado, encontramos agregados com dinâmicas disfuncionais, normalmente associadas a um conjunto de situações de natureza pessoal e social, como a violência familiar, o alcoolismo, a toxicod dependência ou as situações de pobreza, como podemos apurar ao dar espaço a mais um excerto dos processos:

“A menor integra um agregado familiar considerado muito disfuncional, com problemas relacionados com promiscuidade, agressões, toxicod dependência e negligência. A mãe é conotada com todas estas disfuncionalidades. A menor foi vítima, aos 6 anos de idade, de um abuso sexual por parte do pai de seus irmãos mais novos, situação que foi sinalizada à CPCJ. Esta intervenção resultou na institucionalização dos três irmãos mais novos. A progenitora foi recentemente despejada de casa, no âmbito de uma acção judicial, residindo presentemente com um namorado. A avó revela-se impotente para controlar os comportamentos e postura dos netos. O ambiente familiar é bastante conflituoso, existindo má relação entre todos os elementos” (Relatório Social da Equipa Tutelar Educativa de 2005, P\_ete9)

Mesmo que parte destas esferas familiares não pareçam ser um contexto de realização afectiva, é possível ressaltar uma ligação especial a pessoas com quem sempre viveram ou que cuidaram delas, especialmente a figura dos avós.

Quarenta e sete por cento das jovens têm familiares (pais ou irmãos) e namorados/ex-namorados com contactos com a justiça. Na maioria dos casos, os motivos estão relacionados com percursos de toxicod dependência e crimes relacionados com droga.

Quatro jovens têm filhos e uma estava grávida à data do estudo. Todas têm, respectivamente, apenas um filho. Em três das situações a criança está ao cuidado da jovem, e numa o filho está entregue, com guarda efectiva, aos cuidados da avó.

### **Um olhar integrado**

No que se refere à estrutura do agregado familiar das jovens com medidas tutelares educativas, 30% dos agregados são nucleares, 26% recompostos, 22% monoparentais, 11% sem núcleo conjugal e 11% não está integrada na família biológica. Nas jovens em Centro Educativo são mais expressivos os agregados familiares recompostos, enquanto nas jovens a cumprir medidas na comunidade são mais evidentes as famílias nucleares e mais expressivas as situações de jovens a viver autonomamente.



Nestas estruturas familiares é significativa a presença de novas figuras, como o padrasto/companheiro da mãe e a madrasta/ companheiro do pai, com os quais, em regra, as relações são conflituosas e difíceis. Vidas e famílias marcadas por muitas transições, decomposições e recomposições, que não contribuem para o desenvolvimento dos espaços de conforto, tão importantes na fase da adolescência.

Sessenta e três por cento dos agregados não conta com a presença de um dos progenitores biológicos, e os principais motivos apontados para essa ausência são o falecimento (47%), a separação/ divórcio (47%) e a detenção (6%). Mais uma vez encontramos diferenças significativas entre os dois grupos. A ausência por falecimento de um ou dos dois progenitores é mais sentida junto das jovens em Centro Educativo, enquanto a ausência por separação/ divórcio assume maior expressão junto das jovens a cumprir medidas não institucionais. Para a generalidade das jovens é a figura paterna que tende a estar ausente do processo educativo, não apenas pelo facto de não integrar fisicamente o agregado familiar, mas também pelo tipo de relacionamento que se mantém, predominantemente conflituoso.

Além destes desencontros e afastamentos que marcam a vida destas jovens, a convivência com os seus pais é afectada, também, pelas dificuldades económicas da família, pelo número de irmãos, pela difícil relação com as figuras substitutivas dos progenitores, o não cumprimento de horários, as fugas de casa, as vivências de rua ou a escolha dos namorados.

Sessenta por cento das jovens pertence a fratrias de mais de três irmãos. Em regra não convivem com a totalidade dos irmãos, por vários motivos que passam pela separação precoce ou pelo facto de terem crescido espalhados por diferentes núcleos familiares, que misturam irmãos oriundos de vários relacionamentos da mãe e do pai. Expressão das estruturas e configurações domésticas apresentadas, estas fratrias são, também, o reflexo de instabilidades no quadro familiar. Com os irmãos mais próximos, tendem a manter relações de proximidade, preocupação e protecção.

A quase totalidade dos agregados familiares (85%) apresentavam, no passado e/ou no presente, dinâmicas disfuncionais e modelos familiares pouco estáveis, normalmente associadas a um conjunto de situações de natureza pessoal e social, como o alcoolismo, a toxicodependência, a violência familiar e situações de pobreza, muitas vezes cumulativas entre si. A maioria mantém, no presente, esses registos de disfuncionalidade, ainda que seja visível, principalmente no caso das jovens em cumprimento de medidas não institucionais, situações de estabilização familiar, conquistada após recomposições

familiares. Apesar desta constatação, não deixa de ser comum a presença de algumas fragilidades no campo da supervisão parental e a existência de conflitualidades com o(s) progenitor(es) ou com os seus “substitutos”.

A juntar a estes cenários, 44% das jovens têm familiares e namorados/ ex-namorados identificados com contactos com a justiça. Na maior parte dos casos, os motivos estão relacionados com percursos de toxicod dependência e crimes relacionados com drogas.

No que se refere às situações de maternidade, da análise dos processos foi possível verificar que cinco jovens tinham filhos e uma estava grávida. Das jovens com filhos, quatro estavam com medidas não institucionais e uma internada em Centro Educativo. Em três das situações, a criança estava ao cuidado da jovem e nas restantes duas estava com medida de promoção e protecção (uma com guarda efectiva aos cuidados da avó e outra acolhida num Lar de Infância e Juventude).

#### **4.1.4. Percursos escolares**

A escola, a par da família e do grupo de pares, é um dos mais importantes contextos de socialização. E se o desempenho escolar, as aspirações académicas e a ligação à escola são factores de integração, eles podem representar, também, os desencontros entre os modelos de acção propostos pela escola (cultura meritocrática, sucesso e competição) e os quotidianos de vida de alguns jovens. Um espaço de oportunidades que facilmente se transforma num contexto de risco para o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Quando analisamos os percursos escolares das jovens em cumprimento de medida tutelar educativa, vemos como a ausência do papel sedutor da escola ganha forma.

#### **Jovens em Centro Educativo**

Levando em consideração a situação escolar à data de entrada para o Centro Educativo, foi possível verificar que as jovens apresentavam níveis de ensino baixos para a sua idade. Duas jovens (17%) apresentavam o 1.º Ciclo. Das 8 jovens (66%) cujo último nível de ensino frequentado e completado foi o 2.º Ciclo, 5 têm o 5.º Ano e 3 o 6.º ano. Apenas duas jovens tinham o 3.º Ciclo.

**Quadro 10**

Percurso escolar das jovens em Centro Educativo, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos

| N.º Processo | Último nível de ensino frequentado e completado <sup>82</sup> | Percurso escolar   |
|--------------|---|--|
| P_ce1        | 8.º Ano   | Absentismo. Insucesso (3 retenções no 5.º ano).<br>Indisciplina.<br>Comportamento agressivo e violento.<br>No âmbito da medida, integrada num curso EFA B3 – equivalência ao 9.º ano.                              |
| P_ce2        | 7.º Ano   | Insucesso (retenções várias).<br>Abandono no 8.º ano.<br>No âmbito da medida, integrada no 3.º Ciclo de Ensino Recorrente - equivalência ao 9.º ano.   |
| P_ce3        | 5.º Ano   | Absentismo. Insucesso (retenções várias).<br>No âmbito da medida, integrada no 2.º Ciclo de Ensino Recorrente - equivalência ao 6.º ano.<br>Avaliação pouco satisfatória.  |
| P_ce4        | 5.º Ano   | Absentismo. Insucesso (retenções várias no 5.º e 6.º anos)<br>Problemas comportamentais<br>No âmbito da medida, integrada num Curso EFA B2 - equivalência ao 6.º ano.  |
| P_ce5        | 4.º Ano   | Insucesso (retenções várias no 1.º ciclo).<br>Comportamentos agressivos.<br>Abandono no 5.º ano.<br>No âmbito da medida, integrada num Curso EFA B2 - equivalência ao 6.º ano.                                     |
| P_ce6        | 6.º Ano   | Insucesso (2 retenções no 6.º ano)<br>Comportamento agressivo e violento. Expulsões<br>No âmbito da medida, integrada num Curso EFA B3 - equivalência ao 9.º ano.  |
| P_ce7        | 6.º Ano   | Abandono.<br>No âmbito da medida, integrada num Curso EFA B3 - equivalência ao 9.º ano.  |
| P_ce8        | 5.º Ano   | Absentismo. Insucesso (retenções no 3.º, 5.º e 6.º anos)<br>Comportamento agressivo.<br>No âmbito da medida, fez o 2.º Ciclo de Ensino Recorrente. Foi integrada num Curso EFA B3 - equivalência ao 9.º ano.       |
| P_ce9        | 5.º Ano   | Percurso normal até ao 4.º ano.<br>Absentismo. Insucesso (retenções no 5.º e 6.º anos).<br>No âmbito da medida, fez o 3.º Ciclo de Ensino Recorrente.  |
| P_ce10       | 5.º Ano   | Absentismo. Insucesso (retenção no 6.º ano)<br>Indisciplina e suspensões.<br>Comportamento agressivo e prática de ilícitos.<br>No âmbito da medida, integrada num Curso EFA B2 - equivalência ao 6.º ano.          |
| P_ce11       | 2.º Ano   | Abandono.<br>Sem mais informação   |
| P_ce12       | 6.º Ano   | Percurso normal até 6.º Ano.<br>Absentismo. Desinteresse e desmotivação.<br>Processos disciplinares e suspensões.<br>Comportamento agressivo.<br>No âmbito da medida, frequentou o 2.º Ciclo de Ensino Recorrente. |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

Todas registam insucesso escolar, sendo comum as retenções/ reprovações várias. O 5.º ano parece surgir como um ponto de viragem e um grande obstáculo que a maioria não consegue transpôr.

“Integrou a escola com 6 anos e o seu percurso foi muito turbulento, tendo a menor ficado retida na 1.º e na 3.º classes. Com a passagem para o 5.º ano, e conseqüente mudança de escola, a situação agrava-se, tendo a menor ficado retida 3 vezes neste nível.” (Relatório Social com avaliação psicológica de 2006, P\_ce3)

<sup>82</sup> Escolaridade à data de entrada das jovens no Centro Educativo

“Até à 4.º classe a menor apresentou bom desempenho escolar, tendo problemas comportamentais quando ingressou no 5.º ano (absentismo, problemas disciplinares e consequente insucesso escolar, com retenções sucessivas no 5.º e 6.º anos de escolaridade).” (P\_ce4)

As experiências escolares são marcadamente negativas, às quais se associa, para 50% das jovens, comportamentos agressivos e violentos no próprio contexto escolar, como referem os seguintes excertos dos processos individuais de duas jovens:

“No interior de uma sala de aula a menor dirigiu-se à professora e diz “sua puta de merda, sai daqui que eu parto-te a cara; desaparece para não levar nos cornos; eu é que mando na merda da sala”. Para a contínua “contínua de merda, é agora que te vou foder os cornos” (Informação Social de 2006, P\_ce1)

“A menor apresenta um percurso regular até ao 6.º ano de escolaridade, passando posteriormente a verificar-se alterações em termos de adesão e motivação face à escola com registo de distúrbios comportamentais que originaram vários processos disciplinares e suspensões, e de elevados níveis de absentismo.” (Relatório Social com avaliação Psicológica de 2007, P\_ce12)

Em várias situações, o insucesso, o abandono escolar e os comportamentos agressivos transformaram-se num trampolim para a entrada no sistema de promoção e protecção:

“Ainda não conseguiu completar o 6.º ano de escolaridade no ensino normal. O 5.º ano começou a correr mal. Novos amigos, mais velhos, faltava para ir passear, chegava às 2 da manhã e ficava na rua até tarde a brincar com as amigas. No 6.º ano a situação agrava-se. Reprova e vai para o Lar x.” (P\_ce9)

“Frequentou, pela 2.º vez, o 6.º ano de escolaridade, apresentando problemas graves de assiduidade e disciplina, contando já com diversas suspensões. Comparece às aulas esporadicamente. Segundo informações do Lar x logo que iniciou a Escola, começaram a ser efectuadas participações pelos professores relativamente ao comportamento. Mais grave foi a informação feita pela Escola Segura – PSP, que a menor tinha sido identificada pela autoria de um roubo com violência física na zona exterior ao recinto” (P\_ce10)

No âmbito da medida, todas as jovens frequentaram Programas de Formação (Cursos EFA B2 e B3, com dupla certificação), para dar equivalência ao 2.º ou 3.º Ciclos.

### **Jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, de Lisboa**

À data do início da execução da medida, 60% das jovens tinham frequentado ou completado o 2.º ciclo (2 no 5.º ano e 7 no 6.º ano), 33% o 3.º ciclo (1 tinha o 7.º ano e 4 o 8.º ano) e apenas uma jovem tinha o 1.º ciclo.

**Quadro 11**

Percurso escolar das jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas 1 e 2, Lisboa, de acordo com dados e categorias dos relatórios técnicos

| N.º Processo | Último nível de ensino frequentado e completado <sup>83</sup> | Percurso escolar  |
|--------------|---|---|
| P_ete1       | 6.º Ano   | Insucesso (retenções várias). Desinteresse e desmotivação.<br>Problemas comportamentais.<br>Abandono.<br>No âmbito da medida, retoma Curso de Formação Profissional – equivalência ao 9.º ano   |
| P_ete2       | 5.º Ano   | Abandono no 6.º Ano.<br>Não está integrada no ensino.   |
| P_ete3       | 5.º Ano   | Insucesso (retenções)<br>Concluiu o 6.º Ano, já em medida. Desistiu do Curso de Formação Profissional – equivalência ao 9.º ano   |
| P_ete4       | 4.º Ano   | Insucesso (retenções várias). Desinteresse e desmotivação.<br>Não está integrada no ensino.   |
| P_ete5       | 6.º Ano   | Frequentou o 7.º Ano. Absentismo.<br>Problemas comportamentais: fugas, consumos de álcool em excesso...<br>Inscrita nas Novas Oportunidades   |
| P_ete6       | 6.º Ano   | Absentismo. Desinteresse e desmotivação.<br>Frequenta Curso de Formação Profissional - equivalência ao 9.º ano  |
| P_ete7       | 6.º Ano   | Insucesso (retenções)<br>Frequenta o 3.º Ciclo de Ensino Recorrente   |
| P_ete8       | 6.º Ano   | Absentismo.<br>Problemas comportamentais e subsequentes suspensões<br>Transitou para o 7.º ano.   |
| P_ete9       | 8.º Ano   | Insucesso (retenções).<br>Mudança de escola.<br>Aluna regular, com desempenho médio e competências escolares.<br>Transitou para o 9.º Ano.  |
| P_ete10      | 8.º Ano   | Percurso normal até ao 8.º ano.<br>Absentismo. Insucesso (retenção)<br>Frequenta Curso de Formação Profissional   |
| P_ete11      | 8.º Ano   | Insucesso (retenção). Desinteresse e desmotivação.<br>No âmbito da medida, prosseguiu estudos, transitou para o 9.º ano e mantém matrícula  |
| P_ete12      | 6.º Ano   | Absentismo. Insucesso (retenções várias) no 5.º Ano.<br>Problemas comportamentais e subsequentes suspensões.<br>Integração numa turma de PIEF.<br>No âmbito da medida, mantém frequência na turma de PIEF - equivalência ao 9.º Ano.    |
| P_ete13      | 6.º Ano   | Aproveitamento escolar satisfatório no 1.º Ciclo.<br>Insucesso (retenções) no 2.º ciclo e no 7.º ano, por absentismo.<br>No âmbito da medida, frequentou um Curso de Formação Profissional, mas assumiu-se o abandono por absentismo.   |
| P_ete14      | 8.º Ano   | Insucesso (retenção) no 5.º Ano, por desadaptação escolar.<br>Frequenta o 9.º Ano, com dificuldades.  |
| P_ete15      | 7.º Ano   | Absentismo. Insucesso (retenções).<br>Desinteresse e desmotivação.<br>Problemas comportamentais: condutas desviantes e prática de ilícitos em contexto escolar.<br>Por motivos decorrentes da sua gravidez, decidiu abandonar a escola. |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

A quase totalidade das jovens estava integrada no sistema escolar, ainda que sejam expressivas as situações de retenção/ reprovação (73%), em regra relacionadas com o

<sup>83</sup> Escolaridade à data do início da execução da medida.

desinteresse e desmotivação, o mau aproveitamento e o absentismo escolar, e os problemas comportamentais em contexto escolar (40%).

“Segundo o Relatório Social de 2007 da Equipa de Família e Menores de x, a menor apresenta um percurso pautado pelo desinteresse pelo processo ensino - aprendizagem, desadequação comportamental e mau aproveitamento...” (P\_ete11)

“ A menor possui diversas reprovações no seu percurso, tendo estagnado na frequência do 5.º ano de escolaridade. Após duas reprovações continua associada a diversas problemáticas de comportamento (absentismo, sanções disciplinares, suspensões escolares, associação a grupo de pares conotado com prática de actos delinquentes) e integrou uma turma PIEF” (P\_ete12)

“O percurso escolar tem sido marcado pelo absentismo e fraco aproveitamento que terão conduzido a 2 retenções. No ano lectivo 06/07 estava inscrita no 8.º ano, tendo a menor referido que já atingiu o limite de faltas, pelo que entrou num processo de abandono. Segundo o relato de um professor, a jovem era problemática, com comportamentos perturbadores, estando conotada com alegadas condutas desviantes e práticas de ilícitos em contexto escolar. Em 2008, por motivos decorrentes da sua gravidez, decidiu abandonar a escola” (P\_ete15)

Apesar de estarem inscritas no sistema escolar, estas situações colocam as jovens com um pé mais fora do que dentro da escola. O abandono escolar é a sua melhor expressão. Antes da execução da medida, duas jovens não estavam integradas no sistema escolar e uma estava em processo de abandono.

Além destas situações precipitantes, a influência do grupo de pares e do desenvolvimento de novas amizades são factores que não devemos desconsiderar.

“Sempre viveu com os pais. Não se relatam dificuldades de desenvolvimento físico e /ou motor. Em casa é obediente, não questiona a autoridade dos pais. O problema começa com a transição para o 6.º ano (...).Fazia-se acompanhar com uma jovem problemática” (P\_ete2)

“Criança dócil, sem problemas até ao 5.º ano de escolaridade, altura em que integra grupo de pares problemático e começa a faltar à escola” (P\_ete4).

Mais uma vez, o 2.º ciclo parece surgir como um grande obstáculo a transpôr. “Já chumbou por faltas no 6.º ano. Apresentava problemas de comportamento” (P\_ete8) parece ser o discurso - tipo nos processos destas jovens. Contudo, algumas não só ultrapassaram este “obstáculo”, como apresentam, também, desempenhos escolares médios, como é exemplo o caso que se segue:

“No 6.º ano, na companhia de uma colega da escola, com diversos processos tutelares, passou um período de rebeldia e oposição, a mãe transferiu-a de escola para mudar de ambiente. A menor é uma aluna regular, com desempenho médio e competências escolares” (P\_ete9)

É, em regra, no âmbito da medida e das suas imposições, que o “regresso” à escola se faz sentir, nas suas diferentes expressões, conteúdos, sucessos e fracassos, como podemos depreender da apresentação de extractos dos processos individuais de duas jovens:

“Segundo o Relatório Social de 2007 (...) a menor apresenta um percurso pautado pela (...) desadequação comportamental e mau aproveitamento. Segundo o PEP de 2008, a menor tinha transitado para o 9.º ano de escolaridade, sem qualquer avaliação negativa, encontrando-se já matriculada para o próximo ano lectivo” (P\_ete11)

“Concluiu o 6.º ano, já em medida. A segunda parte do acompanhamento pretendia que a jovem fizesse o 9.º ano, mas não conseguiu. Frequentou um curso que lhe daria habilitações de formação profissional e o 9.º ano. Desistiu a menos de um mês de terminar. Justificou a situação pela distância geográfica entre a casa e o curso, aliado às próprias vivências de bairro que não valorizam a escola, o trabalho e o esforço” (P\_ete3)

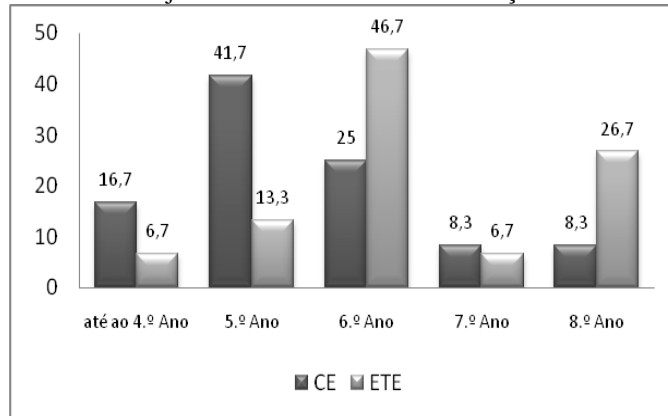
O primeiro dá conta dos factores de sucesso e do facto de dez jovens (67%) estarem integradas no ensino escolar. Seis estavam a frequentar Cursos de Formação Profissional e 4 no ensino regular. O segundo extracto procura exemplificar o caso das jovens que não estão integradas no ensino (3) e daquelas que desistiram dos cursos de formação (2).

### **Um olhar integrado**

Atendendo à situação escolar identificada à data de início de execução das medidas é possível organizar a informação em torno de duas principais questões: a escolaridade (último nível de ensino frequentado e completado) e o percurso escolar.

Relativamente à escolaridade, 63% das jovens tinham o 2.º Ciclo, 26% o 3.º Ciclo e 11% o 1.º Ciclo. Cruzando a o último nível de ensino frequentado com a idade das jovens à data da execução da medida, apercebemo-nos que, em regra, as jovens apresentavam níveis de escolaridade baixos. Contudo, quando comparamos os grupos (ver Gráfico 8), são as jovens em Centro Educativo que manifestam níveis de escolaridade mais baixos.

**Gráfico 8**  
Escolaridade das jovens à data de início de execução da medida (%)



Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre Setembro e Novembro de 2008

No que se refere ao percurso escolar, e apesar de alguns estudos apontarem para o facto de esses percursos serem de maior sucesso para as raparigas, quando comparadas com rapazes (Leote de Carvalho, 2003: 118), estas jovens manifestavam, em regra, percursos de insucesso. O 2.º Ciclo parece surgir, neste contexto, como um obstáculo difícil de transpôr e onde se intensificam as situações de absentismo, desmotivação e as consequentes reprovações, que são transversais aos dois grupos. Em 41% dos casos, associam-se a este percurso problemas comportamentais em contexto escolar. A relação com a escola está longe de ser aquilo que é esperado.

É no âmbito da medida que grande parte destas jovens “retornam” à escola. E aqui, pelas características inerentes às próprias medidas, este retorno teve diferentes expressões e sentidos. Para as jovens em Centro Educativo significou a frequência de Cursos EFA B2 e B3, com dupla certificação, para dar equivalência ao 2.º ou 3.º Ciclos. Para as jovens com medidas na comunidade, os caminhos foram diferenciados. As que estavam integradas no ensino escolar (67%), optaram entre a frequência de Cursos de Formação Profissional (60%) ou continuar no ensino regular (40%). As restantes ou não estavam integradas no ensino ou desistiram dos cursos de formação.

#### **4.2. Selecção das jovens para entrevista: dando um nome às protagonistas**

Dos processos individuais analisados, foram realizadas dezanove entrevistas. Dez em Centro Educativo e nove nas Equipas Tutelares Educativas. A partir de uma pequena síntese das suas histórias de vida, também ela integrando elementos dos dossiers registados pelos técnicos de acompanhamento, pretende-se apresentar as protagonistas



deste trabalho. Ainda que estes fragmentos sejam uma interacção entre as suas vidas e o olhar da investigadora sob o seu mundo, pretende-se que as suas histórias, nos capítulos seguintes, apresentem as vivências experimentadas e reflectidas de forma única, por cada uma. Para isso, e como forma garante do anonimato, escolheu-se um nome fictício para cada jovem. Será uma maneira de continuar a nomeá-las de modo personalizado, porque quando o tempo fizer desaparecer da memória os seus nomes verdadeiros ficarão sempre as suas histórias, que foram inesquecíveis. Quem foram, então, as jovens entrevistadas?

*Joana, 15 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa num Bairro Social problemático. Tem o 5.º ano e o seu percurso escolar ficou marcado pelo absentismo escolar e mau comportamento. Provem de uma família multiproblemática, marcada pela relação conflituosa e violenta entre cônjuges, associada a hábitos de consumo de álcool por parte do pai. Ambos os progenitores apresentam dificuldades em lidar com o processo educativo dos filhos. Tem três irmãos e um deles está preso. Desde cedo (7 anos) manifestou comportamentos disruptivos e de desafio à figura de autoridade. Iniciou-se no consumo do haxixe aos 11 anos e no álcool aos 12 anos. Associação a grupo de pares conotado com a prática de comportamentos desviantes e consumo de estupefacientes. Passa por uma instituição da protecção e entra na justiça por crimes de ameaça, injúria e ofensas à integridade física. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

*Verónica, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa, residente no Norte do país. Tem o 7.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo e abandono escolares. Proveniente de família reconstruída, faz parte de uma fratria de 5 irmãos com quem tem pouco relacionamento, com excepção do irmão mais velho que a inseriu no mundo das drogas. A mãe é uma figura submissa e sem capacidade de controlo parental. O pai é uma pessoa preocupada, mas pouco presente por motivos profissionais. O relacionamento familiar é pautado por alguma instabilidade, para tal contribuiu o percurso de toxicoddependência e conseqüente prisão do irmão mais velho e a vida de marginalidade adoptada pela jovem, com frequentes fugas de casa por períodos longos, práticas de actos ilícitos e consumo de drogas. Passou por várias instituições da protecção, de onde fugia, e entra na justiça por crimes de roubo. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

*Maria, 18 anos*, de nacionalidade portuguesa, residente na Região de Lisboa, num Bairro Social problemático. Tem o 5.º ano e um percurso escolar pautado pelo insucesso e por repetidas retenções. É órfã de pai e mãe, ambos toxicoddependentes. Foi entregue à avó, logo após o nascimento, com quem vive em situação de precariedade. Desde que a avó adoeceu deu-se uma inversão de papéis. Vivências traumatizantes e precoces em termos de história de vida, reactivam no quotidiano sentimentos de abandono e rejeição, que culminam em episódios de auto-mutilação e agressão. Consumos de drogas (haxixe e cocaína). Passa por uma instituição da protecção, onde agrava os seus comportamentos, e entra na justiça por crimes de dano qualificado e ofensas à integridade física. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

*Eliana, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa, num Bairro Social problemático. 5.º ano com um percurso escolar marcado pelo absentismo, insucesso, retenções e problemas disciplinares. Reside com a mãe e faz parte de uma fratria de 6 irmãos. Não tem contacto com o pai. A mãe apresenta dificuldades em lidar com o processo educativo da filha, que se integra num grupo de pares associado a práticas desviantes. Com eles mantém rotinas desajustadas, marcadas pela ausência de limites. Sem histórico de institucionalizações, mas com processos na Segurança Social e na CPCJ, entra na justiça por crimes de roubo em co-autoria. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

*Isabel, 17 anos*, de nacionalidade guineense, residente na Região de Lisboa. Frequentou o 5.º ano sem aproveitamento e abandonou a escola. O agregado familiar é composto pela mãe e os três irmãos fruto de diferentes relacionamentos. Filha de mãe adolescente, durante parte da infância permaneceu a cargo da tia materna, que é uma figura de suporte emocional. Dificuldades de relacionamento com a mãe e com o seu companheiro, que resulta em fugas de casa. O ambiente familiar é irregular e ambivalente. A mãe demite-se da sua função parental e o padrasto assume uma atitude de rejeição. A jovem passou situações de fome, dormiu na rua e teve vivências de rua. Histórico de institucionalizações marcado por fugas sucessivas e comportamentos agressivos. Entra na justiça por crimes de ofensa à integridade física e roubo na forma tentada. Cumpre medida

tutelar de internamento, em Centro Educativo.

---

*Elisabete, 14 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa, num Bairro Social problemático. Faz parte de uma fratria de 9 irmãos, sendo 6 uterinos, 2 consanguíneos e 1 germano. Após a separação dos pais, a jovem tem circulado por diferentes agregados familiares: primeiro o da avó materna, depois o do progenitor, onde sofreu maus-tratos físicos, por parte da madrastra, mais tarde o de uma tia/ madrinha. A mãe reaproxima-se e é assumido um novo acordo de medida de apoio junto à mãe. A jovem começa a destabilizar e passa a entrar em conflito com os colegas da escola e a efectuar fugas da casa da mãe. Foi colocada numa instituição de protecção e entra na justiça por crime de roubo agravado e co-autoria material de crimes de ameaça. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

---

*Anita, 17 anos*, de nacionalidade angolana com Autorização de Residência, residente na Região de Lisboa. Tem o 6.º ano. Abandonou a escola. O agregado familiar é composto pela mãe, o padrasto e um irmão. O progenitor faleceu. Tem uma filha de dois anos. Entra na justiça por crime de furto, agressão e coação física. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

---

*Vera, 16 anos*, de nacionalidade guineense, residente na Região de Lisboa. Percurso escolar marcado pelo elevado absentismo e comportamentos agressivos, culminando em abandono. Separação precoce da figura materna. Viajou da Guiné para Portugal com o pai, com apenas 5 anos. Vivência precoce da morte do progenitor (12 anos), tendo permanecido no agregado com a madrastra e o irmão consanguíneo. Dificuldades de aceitação do novo companheiro da madrastra. Aos 13/14 anos começou a ter problemas de comportamento, desafiando as regras familiares e passando a ter problemas em contexto escolar e social. Foi encaminhada para uma instituição de protecção. Accionou comportamentos disruptivos, agindo de forma agressiva, e desencadeou fugas. Entra na justiça por crime de prática em co-autoria material de um crime de ofensas à integridade física qualificada e prática co-autoria material de roubo. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

---

*Mara, 15 anos*, de nacionalidade angolana, residente na Região de Lisboa. Tem o 5.º ano e um percurso escolar marcado por retenções e conseqüente abandono. O agregado familiar é constituído pela mãe, irmã e padrasto. O pai faleceu quando tinha 4 anos. Com 12 anos associa-se a um grupo de pares mais velho e de zonas problemáticas. Começa a manifestar comportamentos de risco, sem adequada supervisão por parte da mãe. Foi encaminhada para uma instituição de protecção. Continuou a manter uma atitude caracterizada pelo teste dos limites, pela dificuldade em aceitar normas e pelo cometimento de agressões físicas. Consumos de cocaína e haxixe. Entra na justiça por crimes de injúria, e roubo em co-autoria. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

---

*Cristina, 14 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa, num Bairro Social problemático. Tem o 6.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, retenções, suspensões e comportamentos de grande agressividade. Quando nasceu os pais estavam separados. Sempre viveu no agregado materno (mãe, padrasto e irmão), descrevendo-se uma dinâmica familiar equilibrada. Não há históricos de comportamentos problemáticos ao longo da infância. A mãe falece, vítima de doença, e os comportamentos problemáticos iniciam-se, com algumas vivências de rua. É encaminhada para uma instituição de protecção de onde foge sucessivamente. Entra na justiça por crimes de roubo, abuso de confiança e ofensa à integridade física. Cumpre medida tutelar de internamento, em Centro Educativo.

---

*Célia, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem o 6.º ano e abandonou a escola. Vive com os pais e com a irmã. Os pais são toxicodependentes, ambos frequentam programas de metadona. O pai mantém alguns comportamentos aditivos. A jovem viveu as conseqüências desta situação: instabilidade familiar e mudança de residência. Os avós maternos não residem no agregado, mas têm sido figuras importantes. Esteve grávida e fez um aborto, com 16 anos. A prática dos ilícitos foi feita, maioritariamente em contexto de grupo. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crime de roubo em forma tentada e cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

---

*Fátima, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem a 4.º Classe e um percurso escolar com sucessivas reprovações. Vive com a mãe, o padrasto, o irmão, a avó materna e uma tia com deficiência. O pai biológico está preso. Sempre foi uma criança dócil até passar para o 5.º ano, altura em que integra um grupo de pares problemático e começa a faltar às aulas. Sem registos de passagem por instituições, ou outros processos, entra na justiça por crime de agressão e roubo e cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

*Anabela, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa. Frequenta o 3.º ciclo do ensino recorrente. Vive no agregado paterno com o pai, a madrasta e o irmão. A progenitora apresenta problemas de foro psiquiátrico, relacionado com consumos de álcool. Vive num agregado familiar cuja dinâmica é caracterizada pela afectividade entre os seus membros e pela capacidade do progenitor em exercer uma supervisão adequada, contudo a relação com mãe pode ser um factor de desestabilização emocional. O grupo de amigos apresenta um estilo de vida normativo, ainda que se faça acompanhar, em algumas situações, por pares com estilo de vida desviante. Não tem registos de outros processos, entra na justiça por crime de roubo na forma consumada, roubo na forma tentada e agressões corporais. Cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

---

*Marta, 18 anos*, de nacionalidade portuguesa. Estudou até ao 8.º ano, altura em que ficou retida pela primeira vez por absentismo. Integra um agregado familiar disfuncional e conflituoso, com problemas relacionados com promiscuidade, toxicoddependência agressões e negligência. Mónica é a terceira de uma fratria de seis, dos quais apenas um é seu irmão consanguíneo. Os outros são filhos de diversos relacionamentos da progenitora. Foi vítima, aos 6 anos, de abuso sexual por parte de um companheiro da mãe. Tem um filho de 4 anos, de pai incerto e um namorado heroinómano e agressivo. É consumidora de haxixe e protagoniza comportamentos auto-destrutivos. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crime de tráfico de estupefacientes e cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

---

*Sónia, 18 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem o 6.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo e pela reprovação, especificamente no 2.º ciclo. Vive com os pais e dois irmãos. A nível económico, os pais encontram-se desempregados e vivem do RSI. Mantém uma relação difícil com a mãe e mais afectuosa e fácil com o pai. O percurso de vida tem sido marcado por alguma indisciplina, apresentando dificuldades no cumprimento de regras familiares, situação que se precipitou por influência do namorado, que os pais não aceitavam. Apresenta passagens por uma Instituição da protecção, a pedido dos pais, como forma de procurar alterar o seu comportamento. Engravidou e fez uma IVG. Na altura ainda era considerado crime, pelo qual cumpre a medida tutelar de imposição de obrigações. Com novo relacionamento amoroso, tem um filho de 4 meses. A estrutura familiar mantém-se instável e disfuncional na protecção e cuidados à jovem, situação que parece reforçar a imaturidade e impulsividade da mesma.

---

*Ivone, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem o 6.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, sanções disciplinares e suspensões escolares. Vive com a irmã, o cunhado e dois sobrinhos. Os pais estão divorciados e ambos voltaram a casar. Após separação, houve maior contacto com o pai. Actualmente há maior proximidade com a mãe, que vive no mesmo bairro. Influenciada pelo namorado, de 30 anos e ex-recluso, adopta comportamentos de desobediência, foge de casa e envolve-se em práticas delinquentes. Integra uma casa de Protecção de onde foge, com outras jovens na mesma situação, e desenvolve comportamentos disruptivos. Entra na justiça por crime de roubo como autora material e cumpre uma medida tutelar de acompanhamento educativo.

---

*Inês, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana. Tem o 7.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, fraco aproveitamento e retenções. Vive com a mãe, os irmãos, uma tia materna e uma sobrinha. O pai já faleceu. A dinâmica familiar é caracterizada pela existência de laços afectivos, ainda que existam fragilidades no que concerne à supervisão educativa. A jovem tem um filho de mês e meio. Posiciona-se positivamente face ao actual comportamento de rebeldia e sente admiração pelos elementos da família que se encontram presos, sentindo-se identificada com as suas histórias de vida. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crime de furto e ofensas à integridade física e cumpre uma medida tutelar de acompanhamento educativo.

---

*Teresa, 16 anos*, de nacionalidade guineense. Tem o 8.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, por retenções e mau comportamento. Actualmente frequenta o 9.º ano numa outra escola. É uma aluna regular, com desempenho médio e competências escolares. Ao nível da dinâmica familiar está a atravessar uma fase de alguma oposição – fuga de casa. Mantém uma relação difícil com o pai pelo seu autoritarismo. Com alguns processos relacionados com o seu comportamento agressivo e por ter sido identificada como pertencente a um grupo de raparigas que efectuavam assaltos na sua área de residência, entra na justiça pelo crime de ameaça agravada e cumpre uma medida tutelar de prestação de tarefas a favor da comunidade.

---

*Luísa, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa. Frequenta o 9.º ano e apresenta uma reprovação, por desadaptação escolar. O agregado da jovem é composto pela mãe, uma irmã gémea e um tio materno. Os pais separaram-se quando tinha 8 anos de idade e não valoriza negativamente esta separação. Mantém o contacto e o pai colabora na educação das filhas. A mãe é uma figura presente e protectora, mas apresenta algumas dificuldades na

supervisão educativa. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crimes de perigo comum – detenção de arma branca, e cumpre uma medida tutelar de prestação de tarefas a favor da comunidade.

As vidas que foram desfilando na análise dos processos põem-nos a pensar o que fez a Maria, a Elisabete ou a Ivone... serem como são. Apesar das especificidades, as suas trajectórias dão-nos conta da existência de ‘nós’ de vida comuns que nos permitem perceber as deambulações entre as disposições duradouras que influenciam o espectro possível de escolhas e probabilidades, e as transgressões que nos alertam para pequenos jogos de proximidade e afastamento que constituem a trama da vida destas jovens.

A situação de vulnerabilidade em que vivem fica explícita nas variadas formas de abandono que experienciam na/da família, na/da escola e na/da comunidade. A esta situação juntam-se as dificuldades na interiorização das normas e no respeito das regras, a variedade de formas e a intensidade das violências que as vitimizam. Das suas histórias sobressaem as desestruturas familiares, a ausência de vínculos afectivos, a alternância de ambientes, o insucesso e abandono escolares, as vivências de rua, a importância dos amigos, a passagem e permanência, para algumas, por instituições sociais. Mas estas jovens não nos contam apenas histórias de vitimação. A esta visão, contrapõe-se um outro lado: o da transgressão e da delinquência.

Falamos de trajectórias fluidas, que apenas a análise dos discursos nos permite captar, por serem esses discursos a expressão do fluir “de normas, de representações sociais, de significados compartilhados. (...) o fluir da sociedade sob a forma de ‘cultura interiorizada’ através dos mais diversificados processos de socialização” (Pais, 2002: 134). É o que se propõe para o próximo capítulo.



## **CAPÍTULO 5 | Cenários interactivos de vitimação e transgressão: na periferia das cumplicidades**

*O que é ser rapariga delinvente, concretamente? Felizmente não tenho nada além de sinais da complexidade de sua subjectividade. (...). É ser lobo mau no meio de capuchinhos vermelhos, mas também capuchinho vermelho entre lobos maus<sup>84</sup>*

---

**Síntese:** Fazendo emergir sentidos e significados através da construção narrativa e dando voz às interpretações das entrevistadas sobre as suas vivências e experiências, pretendeu-se, ao longo deste capítulo, apreender e analisar os cenários interactivos onde se cruzam os seus percursos de vitimação e de transgressão. Numa primeira parte, procuramos recorrências dentro de esferas de vida específicas, que constituem os principais contextos socializadores das jovens, designadamente a família, a escola e grupo de pares. Seguidamente, analisamos as experiências e os significados que a transgressão assume para as jovens. Sem descurar os percursos de vitimação familiar, os desenquadramentos e insucessos escolares e a importância que atribuem aos pares, o comportamento das jovens, pelos vários percursos transgressivos, parece ver nascer outras motivações que as colocam no caminho de uma procura mais activa do risco e da experimentação, relacionadas com o divertimento e a “adrenalina”.

### **5.1. Razões que facilitam a entrada das jovens no mundo da delinquência: ‘nós’ de vida comuns**

Partilhando com Isabel Dias (2004) a ideia de que na pesquisa qualitativa não existe a melhor fórmula para analisar os dados, cabe ao investigador escolher o método de exposição da informação que mais se adequa à demonstração das relações implícitas nas questões da investigação. Este esforço, contudo, deve garantir que essa escolha permita aos leitores “ter acesso à multiplicidade de significados existentes” (Idem: 267).

Neste sentido, optou-se por ficar o mais perto possível da informação procurando recorrências dentro de esferas de vida específicas que constituem os principais contextos socializadores das jovens: Família, Escola e Grupo de pares. Dentro de cada uma destas esferas procurou-se captar dinâmicas, práticas e interacções sociais, que enformam e dão vida às narrativas.

---

<sup>84</sup> Adaptado de Silveira (1999:132 citado em Constantino, 2001: 158).

Sabemos como estes contextos estão interconectados como uma rede e como várias situações de risco podem ser, simultaneamente, causa e consequência umas das outras. A partir daqui impõe-se considerar que estes riscos estão intrinsecamente relacionados com premissas desenvolvimentais que podem conduzir as raparigas à delinquência (Peters, 1998). A necessidade de sentir segurança física é desafiada pela pobreza, pelas vivências de rua, pela violência e pelo abuso de substâncias. A necessidade de sentir confiança, amor, respeito e relacionamentos positivos é afrontada pelo abandono, pelas disfunções familiares ou por comunicações insuficientes comunicações pobres. A necessidade de modelos e de papéis femininos positivos, que desenvolvam identidades saudáveis, é posta em causa pelas mensagens sexistas e pela falta de apoio comunitário. A necessidade de segurança para explorar a sexualidade é desafiada pelo abuso sexual, pela exploração ou pelas mensagens negativas sobre a sexualidade feminina. A necessidade de pertença e de se sentir competente e necessária é ameaçada pelos laços familiares fracos, pelas influências negativas dos pares, pelo insucesso escolar e pela falta de auto-estima (Chesney-Lind, 1997; Peters, 1998; Burman, Brown, Tisdall e Batchelor, 2000; Arnall e Eagle, 2009; Zahn *et al.*, 2010). Como referem Soares, Bill e Athayde (2005: 208):

*A adolescência é mesmo uma época especialmente difícil da vida. Isso se aplica a todos. Mas é claro que tudo se complica e fica muito mais difícil quando às vicissitudes da idade somam-se problemas como a rejeição em casa, vivida à sombra do desemprego, do alcoolismo e da violência doméstica, e a rejeição fora de casa - a rejeição vivida em casa, por vezes, estende-se ao convívio com uma comunidade pouco acolhedora e se prolonga na escola, que não encanta, não atrai, não seduz o imaginário jovem e não valoriza seus alunos.*

Tentando equilibrar a descrição com a interpretação procurou-se analisar os significados, ao mesmo tempo que se dá voz às interpretações das entrevistadas sobre as suas vivências e experiências.

### **5.1.1. O puzzle familiar: quando as peças faltam...**

*Eu sempre sonhei em ter aquela coisa da família feliz, mas na realidade as coisas não são bem assim...*

Se a família constitui um dos contextos de socialização mais importantes para o (bom) desenvolvimento dos jovens, os factores e os processos com ela relacionados

reflectem-se no seu ajustamento. No capítulo supra, vimos como os contextos familiares destas jovens são marcados por muitas transições, decomposições e recomposições e que a quase totalidade dos agregados familiares apresentavam, no passado e/ou no presente, dinâmicas disfuncionais e modelos familiares pouco estáveis, relacionados com situações como o alcoolismo, a toxicodependência, a violência familiar e situações de pobreza, muitas vezes cumulativas entre si.

Se, como aponta a literatura, existe uma ligação mais forte das raparigas à família (Hill e Atkinson, 1988) e esta ligação é um factor de protecção, quando esse laço é enfraquecido, pelas situações apontadas anteriormente, às quais se associam a ausência de supervisão e comunicação parentais, as raparigas ficam mais vulneráveis a assumir comportamentos de risco que as podem conduzir à delinquência. A este respeito, e no que se refere ao contexto familiar, observou-se dois aspectos principais nas narrativas das jovens: a vivência de repetidas rupturas nos vínculos afectivos e relacionais e a exposição a diferentes formas de maus-tratos. Razões que estiveram na origem das fugas de casa, da permanência na rua, da iniciação nos consumos de drogas e álcool e de uma sexualidade precoce, materializada em casos de promiscuidade sexual, prostituição e gravidez na adolescência.

*A minha infância não foi propriamente fácil. Fácil é aquelas vamos passear para o jardim, vamos brincar, dou-te isto, dou-te aquilo. Dou-te aqueloutro... mas não, não foi bem assim... Tem momentos bons, tem outros menos bons. Passou-se... [Célia].* É deste modo que a maioria das jovens entrevistadas se exprime sobre a infância, sendo que são, normalmente, os factores familiares que estão na origem deste sentimento.

Joana aponta para os conflitos familiares: *a minha infância foi má. Haviam muitas discussões em casa.* Ivone salienta a violência entre os pais: *desde os seis anos que assistia a porradas do meu pai a bater na minha mãe.* Elisabete põe em relevo os maus-tratos que sofreu por parte da madrasta: *dos 7 aos 10 anos o meu pai retirou-me da minha mãe e começaram os maus-tratos por parte da minha madrasta.* E Verónica menciona as fracas ligações com os pais: *Se eu sentisse carinho por parte deles [pais] como sentia pelo meu irmão!*

Igualmente importantes são os discursos que nos falam de perdas. Maria refere o falecimento dos pais como um acontecimento que lhe provoca grande angústia: *os meus pais morreram. O meu pai morreu quando eu tinha 13 anos e a minha mãe quando tinha dois. Sempre vivi com a minha avó. Conversávamos muito sobre os meus pais. Ela dizia*



*para eu ter calma, mas eu chorava muito.* O agravamento das condutas de Inês culmina com a morte do pai: *com a morte dele senti mal...* A infância de Vera é marcada pela separação precoce da mãe aos cinco anos, a vivência da morte do pai aos 12 anos e as dificuldades de aceitação do novo companheiro da madrasta.

Marta e Célia apontam como a (con) vivência com a toxicodependência dos pais e a sua ausência física e emocional foi marcante nas suas vidas:

*O meu pai era toxicodependente morreu de overdose. A minha mãe já foi, deixou de ser, mas aquilo deve ter-lhe baralhado o sistema do tico e do teco. Eu tinha 6 anos quando ele morreu. (...). Vi-o poucas vezes e as vezes que o vi foi assim... a gente mora em frente de um monte e aquilo na altura ainda tinha as árvores e num sei quê, havia umas mantas e uma agulhas e eu andei p'ra lá dormir. (...). A minha mãe é muito desligada, (...) acomoda às situações, deixa-se 'tar.(...).* [Marta]

*Os meus pais, quando eu tinha mais ou menos 6 anos estavam mesmo... agarrados<sup>85</sup>, prontos! Depois, ele fazia com que faltasse coisas em casa para a gente... e já estava a ficar uma situação pesada.* [Célia]

Anabela viveu a separação dos pais e o agravamento dos problemas psíquicos da mãe, endurecidos pelo consumo de álcool:

*Quando eu fui para a primária, a minha mãe começou-se a meter na bebida, e depois começou a dar umas confusões, a gente dava-se mal e depois discutíamos... havia montes de problemas, (...). Depois houve uma noite que ela já estava meia modos que enfim, eu cheguei a casa e comecei aos berros com ela, e ela disse – eu quero é que vás p'ra casa do teu pai, num sei quê num sei que mais... e eu fui.*

De todas as jovens entrevistadas, Luísa e Sónia foram as únicas a referir que tiveram uma infância feliz. Nas palavras de Luísa: *melhor não podia ser, a minha avó deu-me a melhor infância que eu podia ter (...). Foi a minha avó que me criou desde pequenina. Ela foi a minha mãe até aos seis anos de idade. Depois, aos seis começou a escola... tinha escola cá ao pé da minha mãe, e vim viver com a minha mãe.* Sónia diz: *tive uma infância feliz. Nunca tive razão de queixa dos meus pais. Até começar a andar com o meu ex tinha tudo o que eu queria, dentro dos possíveis, fui feliz... não tenho razão de queixa.*

O discurso de Sónia conduz-nos a uma outra questão que é transversal às narrativas das jovens e que Teresa sintetiza de uma forma muito clara: *até um período tudo correu bem, mas depois estragou-se de repente...* Sem desconsiderarem os acontecimentos da infância, uma vez que muitos deles são coincidentes, as jovens tendem a destacar determinados acontecimentos que marcam as suas vidas, normalmente na fase da adolescência, e que são vistos como o trampolim para as escolhas que passam a fazer.

---

<sup>85</sup> Dependência de drogas.

Umam falam, especificamente, da influência dos namorados (*Comecei a namorar aos treze com um rapaz mais velho que eu e foi desde aí que comecei a faltar ao respeito à minha mãe [Ivone]*); da perda do pai e/ou da mãe (*Até aos 12 anos correu tudo bem, com a morte da minha mãe senti-me mal, não me apetecia fazer nada [Cristina]*); das más companhias (*voltava para os 10 anos. Porque se eu tivesse 10 anos não ia para más companhias... foi quando comecei a fazer porcarias [Isabel]*); do envolvimento no mundo das drogas (*A partir dos 10 anos comecei a andar com ele a vender droga [Verónica]*); ou das transições habitacionais (*aos 10 anos saí do bairro, e a minha vida mudou para pior porque eu não queria [Inês]*).

Outras, como Vera, falam da dificuldade da passagem da infância para a adolescência, mostrando como a entrada na adolescência pode ser difícil:

*“Em todas as fases há pontos positivos e pontos negativos, mas na infância só encontramos pontos positivos. A fase da adolescência está a ser mais difícil para mim. As coisas passaram a ser diferentes. Tudo mudou, tudo mudou. Não é só uma mudança pessoal, as jovens mudaram. O vestuário, a maneira de conviver.... De repente eu dei um pulo, de repente as crianças com quem eu brincava às bonecas já têm filhos... e essas bonecas onde foram parar? Nem eu sei delas!!! ...tudo mudou!*

Mais do que a dificuldade da passagem, Vera fala-nos, também, das mudanças bruscas que estão a ocorrer na sua geração. Emergem raparigas com maior liberdade no espaço pública, com “modos mais adultos”, mais estimuladas pelo consumo e mais autónomas em relação ao controlo familiar.

***Eu senti-me traída pela minha mãe, pensei que ela se queria ver livre de mim e como ela já me tinha deixado (...) foi mais uma peça, como um puzzle!***

Na vida destas jovens são comuns as histórias de abandonos vários, normalmente em idades precoces, o que aumenta o risco de influência negativa sobre a criança/adolescente. Estes abandonos foram vividos distintamente por cada jovem mas, no seu conjunto, possibilitam analisar os efeitos desse abandono nas suas trajetórias e escolhas. Da análise das narrativas foi possível discernir três principais tipos de abandono no contexto familiar.

O primeiro é o sentimento de abandono pela ausência de um dos progenitores (ou dos dois). Vimos, no capítulo anterior, que a maioria (63%) dos agregados familiares das jovens não conta com a presença de um dos progenitores biológicos e que os principais motivos apontados são o falecimento, a separação/ divórcio e a detenção. Essa ausência

tende a ser vivida com sentimentos que vão da tristeza e da revolta a um certo conformismo.

De todas as histórias, a de Maria é, possivelmente, aquela que ilustra uma sequência de abandonos “irrecuperáveis”. Se uma forma de minimizar o impacto de uma situação de perda ou de abandono é a reconstrução do laço afectivo por parte de algum familiar ou adulto cuidador, Maria não tinha mais ninguém. Órfã de pai e mãe, foi entregue à avó materna, logo após o nascimento, e lá permaneceu apesar da precariedade global. Nunca conheceu a mãe e nunca esteve com o pai, que passou largos anos detido. A mãe faleceu quando ela tinha 2 anos e o pai quando tinha 13 anos, ambos seropositivos. Apesar de com a avó ter encontrado carinho e afecto, Maria revela vivências traumatizantes e precoces em termos de história de vida, que reactivam no quotidiano sentimentos de abandono e rejeição. A avó sofreu um AVC que a deixou acamada e, desde essa altura, os papéis inverteram-se, sendo Maria quem cuida da avó, acompanhando-a e tratando das tarefas domésticas.

Também Cristina e Inês nos contam como a morte de um dos progenitores pode espoletar a iniciação de comportamentos desviantes, associado a sentimentos de perda e solidão. A dinâmica familiar de Cristina sempre foi equilibrada até 2006, quando a mãe adoece e falece, altura em que surgem os comportamentos problemáticos: *com a morte da minha mãe senti-me mal, não me apetecia fazer nada*. Inês, apesar de apresentar algumas condutas desviantes anteriores, mostra como a morte do pai agrava essa situação: *... foi por isso que comecei a reagir desta maneira, assim com crimes, ficava mais calma, mais feliz, não sei...*

No conjunto das narrativas que nos contam histórias de separação dos pais, observa-se que após esta separação, e considerando que as jovens ficam, normalmente, com as mães, a relação dos pais com as filhas tende a tornar-se mais distante. Para umas, essa distância é física e emocional e transforma-se, paulatinamente, em conformismo, desinteresse e, em situações mais extremas, torna-se completamente ausente dos seus discursos. Anita nunca fala da figura paterna e são os relatórios técnicos que dizem que ele faleceu. Cristina nunca pediu à mãe para conhecer o pai: *eu nunca me interessei*. Quando nasceu, os pais já estavam separados e a mãe já tinha uma nova relação. O pai biológico de Fátima está preso há 3 anos, situação que desencadeou a separação entre os seus pais e relativamente á ausência do pai Fátima diz: *Já estou habituada a isso. (...) desde bebé que não moro com ele. Antes mandava-me cartas, mas depois deixou de*

*mandar. E eu respondia-lhe. Liga-me de vez em quando, mas é quando se lembra. Já estou habituada.*

Para outras, que mantêm contacto com o pai, os sentimentos de ausência não são menos reais. A falta de diálogo entre os pais de Joana, e a conseqüente necessidade em dividir a sua disponibilidade entre os dois, provoca-lhe dificuldades em gerir os seus sentimentos: *... é difícil eles estarem assim separados na mesma casa a dividirem tudo...mas prefiro assim, a eles estejam separados. Porque depois eu não...como é que eu hei-de explicar... não sei por quem eu vou viver. Prefiro que eles estejam assim.* Ivone, após a separação dos pais, manteve um contacto regular com o pai, ainda que admita que a violência familiar, de que foi vítima indirecta, desmoronou os seus conceitos de família:

*Desde os seis anos que assistia a porradas do meu pai a bater na minha mãe. (...) Tudo isto perturbou-me porque, sei lá, não estava á espera porque eu pensava que nós éramos uma família feliz (...). Os sonhos que eu tinha não eram sonhos eram pesadelos. Eu hoje em dia ainda sonho que os meus pais ainda se vão juntar e, prontos, e vamos ser felizes, (...) mas se for para voltar aos tempos de antes, prefiro que eles fiquem assim os dois. Ao menos não sofrem eles e não sofremos nós.*

Estas histórias de fronteira permitem-nos dar o salto para um outro tipo de abandono que é aquele em que a jovem se sente insegura na relação, não encontrando, nas figuras parentais, o equilíbrio emocional necessário para um desenvolvimento saudável. Os pais de Anabela separaram-se quando ela tinha um ano e só há cerca de dois anos é que ela integrou o agregado paterno, devido ao agravamento da situação de saúde da mãe que começou a apresentar hábitos de consumo de álcool. Os problemas da mãe e a transição para a casa do pai criaram, em Anabela, sentimentos ambivalentes. Incompatibiliza-se com mãe, apesar de sentir a necessidade de a proteger e de estar ao lado dela, e não aceita a supervisão e a imposição de regras pelo pai:

*“A minha mãe criou-me até aos 13 anos, tudo aquilo que eu sou, devo a ela! Não é agora o meu pai, depois de 13 anos, vai chegar ao pé de mim e dizer, fazes isto assim... para ele... o perfeito de mim era eu ter a mentalidade de uma miúda de 10 anos... mas ele não põe na cabeça que eu já não tenho essa idade, e que tenho outra maneira de pensar, e que tenho as minhas escolhas e as minhas decisões.*

Não raras vezes, estas situações surgem relacionadas com o facto de as jovens crescerem espalhadas por vários núcleos familiares. Quando os pais de Elisabete se separaram ela ficou ao cuidado da avó materna e aos sete anos foi viver com o pai e com a companheira. Como resultado dos maus-tratos sofridos na casa do pai é accionado um processo de promoção e protecção que entrega Elisabete aos cuidados da tia/ madrinha.

Entretanto a mãe reaproxima-se e é assumido um novo acordo de medida de apoio junto à mãe. Isabel tinha 8 anos quando a mãe estabeleceu outro relacionamento afectivo, a que estão associados episódios de alegados maus-tratos, que faziam Isabel refugiar-se na casa da tia materna, recusando regressar ao agregado familiar. Vera reside com a mãe, o padrasto e três irmãos, mas nem sempre foi assim. A sua infância é marcada pela separação precoce da mãe, quando viaja com o pai para a Guiné, aos 5 anos. Viveu a morte do progenitor, quando tinha 12 anos, tendo permanecido no agregado com a madrasta e o irmão consanguíneo até rejeitar o novo companheiro da madrasta.

A este tipo de vaivém familiar está associado o preço da falta de uma convivência estruturada no tempo e no espaço. Não raras vezes fica implícito, nos discursos das jovens, o estranhamento e a dificuldade de mais uma adaptação, de “passar na mão de um e de outro como bolinha de pingue-pongue” (Assis e Constantino, 2001: 81). Desilusões, revoltas e sofrimentos parecem ser a expressão destas transições.

O terceiro tipo de abandono surge quando, face à prática reiterada de maus-tratos, a criança/ adolescente não encontra apoio na/ da família, atingindo o seu núcleo fundamental de protecção, de afecto e dependência. As palavras de Marta e de Elisabete exemplificam bem este sentimento:

*Não tenho ninguém à minha volta. Não tenho apoio de ninguém. A minha mãe nunca acreditou em mim [Marta]*

*...fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti. Mas hoje compreendo que nunca ninguém vai sentir o que eu senti, porque não eram os pais que estavam a bater, mas uma pessoa estranha, que conheciam há pouco tempo [Elisabete]*

E quando esse mau-trato significa a experiência de abuso sexual, este sentimento é ainda mais intenso. *São marcas que ao fim de não sei quantos anos estão abertas, mas ‘tão lá na caixinha fechadas à chave... ninguém a abre [Marta].*

De todas as entrevistas, o caso de Marta é o único que, explicitamente, refere a prática de abuso sexual. Em outras duas situações, há apenas suspeita de que a prática tenha ocorrido, mas as jovens não quiseram falar sobre isso.

A narrativa de Marta faz-nos perceber o quão destrutadora essa prática pode ser nas trajectórias de vida e, mais ainda, quando o abuso acontece na família. Aos 6 anos, Marta foi vítima de abuso sexual por parte do companheiro da mãe, o que resultou na institucionalização dos seus irmãos mais novos. A revolta de Marta é visível em toda a

sua narrativa. E esta revolta é causada não apenas pelo abuso em si, mas também pelo facto de a mãe não estar lá e não ter acreditado nela:

*Eu tinha 6 anos quando isso aconteceu. Foram 4 anos dessa coisa toda (...). A minha mãe na altura, aquilo que me levou mais a consumir e a fumar e a dar-me com más companhias e coisas assim, foi o facto de essa situação ter acontecido. (...). E a minha mãe saía durante a noite, não sei p'ra fazer o quê e a gente ficava lá com o senhor sozinhos. E...aquilo que me levou ao consumo foi... a minha família não acreditou, e disseram-me: - isso é mentira, tu 'tas é mas é a chamar à'tenção.*

Negar o acontecimento e o apoio à filha foi a estratégia da mãe de Marta, que assumiu manter o companheiro abusador. Esta negação parece transferir-se para Marta: *olho para o espelho e penso assim, foi um assunto que passou, esqueci, está ali guardado naquela gaveta... e ficou ali parado no tempo.*

O abuso sexual tem sido identificado, pelos vários estudos, como um dos principais factores de risco de delinquência nas raparigas. Todavia, a informação retirada das entrevistas não permite afirmar que o abuso sexual tenha mais impacto na criminalidade do que outras formas de abuso físico, psicológico e negligência.

### ***Tinha de arranjar uma maneira de pôr fim àquilo...***

A ruptura da estrutura familiar e a privação afectiva e emocional<sup>86</sup>, resultante destes consecutivos abandonos, tornam-se em factores activos na composição de um quadro de sofrimento e na dificuldade em estabelecer relacionamentos afectivos (ou no estabelecimento de relacionamentos desalinhados). As consequências são diversas e, não raras vezes, cumulativas entre si.

A história de Maria é um exemplo de como, em consequência destes sentimentos, resultam impulsos agressivos voltados contra si mesma. O seu aspecto desprotegido e carente é subscrito pelo diagnóstico dos relatórios técnicos que a descrevem como uma jovem com um quadro grave de alterações de personalidade e comportamentos auto e hetero-agressivos como mecanismo de descarga emocional. *Estive internada no hospital durante duas semanas, porque me cortei com um prato.* A esta história de internamento

---

<sup>86</sup> Ainsworth (citado em Sá, 2001) propõe 3 tipos de privação emocional: “*Privação emocional por relações insuficientes*: quando a mãe, ainda que com esforço e boa vontade, não dá ou não consegue dar, no tempo e intensidade necessários, a presença, a atenção e o carinho de que a criança necessita (...). *Privação emocional por relações distorcidas*: quando a percepção que a mãe tem do filho e a conduta que assume perante ele vêm contaminadas por seus problemas pessoais, suas angústias, suas experiências passadas e suas frustrações (...) Incluem-se entre as relações distorcidas os casos de rejeição, hostilidade, indulgência excessiva, controle repressivo, falta de afecto, entre outros. *Privação emocional por relações descontínuas*: trata-se concretamente da interrupção da convivência mãe-filho por um intervalo de tempo que seja significativo para a criança. É a mãe que se ausenta da criança, ou para uma viagem mais longa ou por motivo de doença ou morte da mãe ou de separação do casal, ou por motivo de afastamento da própria criança, que passa a viver em outro lar ou em instituição. Há uma ruptura real, concreta na relação mãe-filho” (pp. 14-15).

juntam-se outros episódios: problemas gastro-intestinais pela ingestão de champô e auto-mutilação. Apesar de se ter destacado o caso de Maria, os problemas de saúde mental não deixam de pontilhar grande parte das histórias, quase sempre associados a processos de vitimação e a adoção de comportamentos de risco, particularmente os consumos problemáticos de substâncias lícitas e ilícitas.

Outra consequência é a fuga de casa e as subsequentes vivências de rua. As razões que estão na base das fugas de casa são, maioritariamente, a falta de condições relacionais de inclusão na estrutura familiar (tentativas de se afastarem dos problemas familiares e de contornarem o excessivo rigor dos pais ou responsáveis). Como descreve Célia: *tinha de arranjar uma maneira de pôr fim àquilo...e foi o que me veio à cabeça! Fugi... O ambiente em casa estava muito pesado... não nasci para isto, tenho de me ir embora daqui. Fui-me embora.* A procura de divertimento é também uma razão recorrentemente explicitada. Teresa conta: *nós era mais pelo convívio, pelo divertimento,* ou, como diz Mara: *fugi de casa porque a minha mãe não me deixou ir a uma festa. Fugi outra vez e ela foi-me buscar com a polícia e levou-me para um colégio.* Este último discurso mostra o quão complexa pode ser esta trama. Fala das fugas, deixa em aberto as experiências transitórias despoletadas pela fuga e reencaixa uma das principais consequências das fugas de casa: a entrada no sistema de promoção e protecção.

Fugir de casa foi uma realidade para a maioria das jovens. Um fugiram por pouco tempo, outras apresentaram ausências mais prolongadas, mas todas procuraram alternativas no interior da esfera privada. Célia relata que quando fugiu de casa esteve a maior parte do tempo na casa de amigos: *estive na casa de um amigo meu. Entretanto conheci uma rapariga, ficamos melhor amigas e eu fui viver para a casa dela. Fiquei um mês e tal na casa desse tal amigo e cinco meses na casa da minha amiga.* Tende a ser visível, nas trajectórias destas jovens, uma certa alternância entre a rua e outros espaços sem ser a rua, como a passagem intermitente pela casa de familiares, amigos e conhecidos. Nesse período, e por mais intensa que seja a experiência, procuram ir a casa, preferencialmente quando os pais não estão, ou são procuradas pela família, como nos conta Anita e Teresa:

*Dormia fora de casa e ia a casa quando a minha mãe não estava. Eu já vivi na casa de uma amiga, a mãe não vivia lá e vivíamos muitas raparigas ... iam lá os nossos amigos.... Estive a viver com elas um ano e tal e depois a minha mãe quis mandar-me para Angola e eu bazei. (...) Fui para Setúbal ficar lá uns tempos. As minhas amigas, algumas roubavam [eram quatro amigas], e depois havia outras que iam lá dormir apenas. As outras tinham família, às vezes as mães iam procurá-las. (...) [Anita]*

*não ia à escola...não ia a casa...tava dias fora...não fazíamos nada. (...). À noite já não voltávamos...umas iam a casa no horário que sabiam que os pais já tavam a trabalhar, coisa assim, tipo tomar banho e mudar de roupa...outras nem isso. Quase que ia a casa quando supostamente sabia que a minha mãe não estava em casa...mas depois como ela foi à polícia isso começou-se a complicar. [Teresa]*

Não raras vezes, e como consequências da fuga, as jovens são conduzidas para instituições, no âmbito da aplicação de medidas de promoção e protecção. Aliás, a literatura tem sido unânime a demonstrar que as ausências de casa são um dos maiores factores de risco que levam as raparigas a entrar nos Sistemas de Protecção (Bloom e Covington, 2001).

A história de Isabel conta com a passagem por vários Lares de Infância e Juventude. A primeira institucionalização dá-se aos 11 anos, onde esteve um ano e três meses por ter fugido do agregado familiar. Os motivos da primeira intervenção, descritos nos relatórios técnicos, foram as situações de abandono, negligência e maus-tratos físicos e psicológico que sofria em casa. Depois foi colocada num outro Lar, por mau comportamento na escola. Em 2003 foi transferida para um outro Lar de onde fugia consecutivamente e onde punha em risco as outras crianças.

No caso de Ivone foram as situações de desobediência, de fugas de casa e de convívio com o namorado mais velho e ex-recluso que levaram a mãe a efectuar uma queixa à CPCJ. Segundo os relatórios técnicos, foi aberto processo de Promoção e Protecção e assinado um acordo que Ivone não cumpriu. Este incumprimento fez com que o tribunal decretasse medida de acolhimento institucional. Esteve institucionalizada aproximadamente 7 meses.

Os casos de Isabel e de Ivone personificam as duas formas de entrada nos sistemas de promoção e protecção, experienciadas pelas jovens com históricos de institucionalização em Lares: através de um processo mais formal, desencadeado por iniciativa da comunidade (Escola e CPCJ's), ou através de processos iniciados por participação dos pais e de outros familiares.

Nessas intermitências que constituíram quer as fugas de casa, quer as fugas das instituições, as vivências de rua foram também uma realidade. Espaço amplo, livre, movimentado e cheio de desafios, a rua é vista como um lugar relacionado com o prazer e com o divertimento, como relata Vera: *a rua é mais livre, achamos que podemos fazer tudo o que queremos, é mais divertido*. Mas não deixa de ser percebida, também,



como um “espaço ambíguo onde rondam os perigos e onde é possível um sentimento de fruição de liberdade, de novidade e de aventura” (Constantino, 2001: 129).

Maria fugiu de casa durante um período de tempo, que não consegue precisar. Na rua, *passava o dia a fumar e a ir a discotecas nos dias em que não se pagava. Já fiquei em coma porque misturei bebida com haxixe e já experimentei cocaína. Fiquei mesmo mal. Quando andava na rua sentia-me bem (...) mas ao mesmo tempo sentia medo que alguém pegasse em mim e me metesse num carro (...) e por isso andava sempre com o meu amigo, com quem viveu na rua. Voltou para casa porque estava farta desta vida.*

Célia, quando fugiu de casa, passou duas noites na rua na companhia de um rapaz, como explica:

*Estivemos nas escadas de um prédio na primeira noite e na segunda noite já foi mais luxuoso e estivemos num carro. (...) Depois de manhãzinha andamos às voltinhas a fazer tempo para a junta de freguesia abrir, que era para onde a gente íamos. Não tínhamos mais nada para fazer... fomos lá para os computadores. Ou então depois à noite juntava-se mais os grupos todos ali do bairro, punham-se a fumar... fumavam, uns bebiam, outros fumavam... uns dava para ficar fixe, e começavam na brincadeira, a outros davam-lhe vaípes, desapareciam e depois uma pessoa nunca mais os via e quando sabíamos – ei, foram apanhados.*

As experiências de rua também se fazem nas fugas que as jovens desencadeiam das instituições onde estão acolhidas. A história de Joana é exemplo do que encontramos em outras narrativas. Joana foi conduzida para um Lar de Infância e Juventude no seguimento de comportamentos de risco e absentismos escolar: *Aí também, apesar de estar fora do meu bairro, também fazia porcarias. A toda a hora estava de fuga, fumava muito, muito, muito... era uma vida muito má. Nós lá [no Lar x] tínhamos horário, mas às vezes dormíamos na rua... era uma fase muito má (...).*

### ***Eles [os pais] não têm culpa, mas têm...***

As relações familiares surgem então marcadas por ambiguidades e contradições, em quatro principais aspectos: no demonstrar um ideal de proximidade familiar que é concomitante com a descrição de sentimentos negativos face a abusos de que foram vítimas directas ou indirectas; no discurso de culpabilização e desculpabilização das famílias; na relação com as figuras educativas e na ligação com os irmãos. Vejamos cada um destes aspectos.

- Do ideal de proximidade familiar aos sentimentos negativos face aos abusos

As raparigas tendem a dar muita importância aos laços familiares, demonstrando grande lealdade às suas famílias, ainda que esta seja, também, uma importante fonte de raiva, desapontamento e frustração, uma vez que falha numa das suas funções primárias, a função de protecção. E as respostas a esta ambivalência são várias.

Isabel, por exemplo, tende a construir um discurso idealizado. A história contada pelos relatórios sociais e psicológicos tende a colidir com os relatos verbalizados por Isabel que idealiza quotidianos: *durante o dia brincávamos e ríamos (em casa). A minha mãe trabalha, chegava cansada*; projecta relacionamentos com as figuras parentais: *a minha mãe ajuda-me sempre, e o meu pai telefona-me todos os dias, mas desde que tenho andado nos colégios... tem sido mais difícil. Tenho uma fotografia dele. Ele manda-me coisas*; e mostra que os pais têm preocupação com ela: *Tínhamos bom relacionamento. A minha mãe perguntava se eu ia à escola e eu dizia que sim para ela não ficar triste. Quando soube que vinha para o Centro Educativo a minha mãe ficou mal. Ela não se quis mostrar, mas ela estava triste.*

Marta, por outro lado, mostra como o sentimento de desamparo e abandono pela família é contraposto pelo ímpeto de protecção familiar: *não tenho apoio de ninguém (...). Eu já cheguei a... partirem paus de vassoura nas costas para proteger os meus irmãos mais novos, eu fui violada para proteger os meus irmãos mais novos... um monte de coisas aconteceram p'ra proteger aquela família.*

Esta ideia de protecção, quase numa lógica altruísta, é manifestada nos discursos de Elisabete e Anabela. Elisabete canaliza para as figuras da mãe e dos irmãos todas as forças para suportar os maus-tratos de que foi vítima: *se não fosse ela (a mãe) e os meus irmãos eu não tinha aguentado metade do que passei.* Anabela, por sua vez, incompatibiliza-se com mãe, mas sente a necessidade de a proteger e de estar ao lado dela: *Eu sei que ela precisa de mim, e às vezes sinto isso.*

Os sentimentos de revolta para com uma família que lhes falhou em aspectos tão importantes da sua vida - a protecção, o afecto, a presença, o interesse – e tão valorizados pelas jovens, são igualmente característicos nas narrativas analisadas.

Marta, enquanto vítima directa dessa desorganização familiar, constrói a sua narrativa em torno desse sentimento de revolta. Sente-se revoltada com os pais, com os irmãos, com os abusos de que foi vítima. Célia, por sua vez, dirige a sua revolta para os pais. Fugiu de casa na sequência dos conflitos entre eles, dos quais era vítima indirecta:

*lidar lidava...mas sentia, sei lá, não era revolta, mas era por aí. Anabela expressa a sua revolta por se sentir incompreendida pelo pai: mas pr'a ele, ele nem se tenta por no meu lugar, ou pensar no que eu alguma vez senti, ou uma porcaria assim... por e simplesmente acha que eu tenho a melhor vida do mundo, ...se for preciso ainda me deita à cara aquilo que me dá...*

- (N) o processo de (des) culpabilização

*Se talvez ele não tivesse agido daquela maneira, nem ela feito aquilo, (...) eu não tinha ido pr'ali, eu não tinha saído... eles não têm culpa, mas têm...eles têm indirectamente.* Este posicionamento de Anabela ilustra, mais uma vez, os sentimentos ambivalentes que as jovens constroem em torno da sua família. Todos os diálogos, no que se refere a esta questão, expressam uma luta interna constante de compreensão e justificação das atitudes dos pais (e/ou outros familiares).

Célia não compreende a opção de vida dos pais pela toxicodependência, ainda que tente justificar os seus comportamentos e escolhas:

*Para a parte de eles terem começado a consumir acho que não há justificação, uma pessoa sabe as consequências que aquilo traz. Vai por estupidez... o facto de ela ter fugido, já estando a consumir, porque aquilo muda um bocado a cabeça da pessoa... então talvez justifique um bocado, e a relação deles... ela ter-se afastado na altura... isso sim, eu justifico.*

Também Anabela se exprime através desta luta e tentativa de compreensão: *Eu compreendo ela (a mãe) ter começado a beber, eu compreendo, mas ao mesmo tempo não aceito, ou seja, dava-me mal com ela e discutia com ela, e havia montes de problemas por causa disso, mas eu no fundo sabia que ela, entre aspas, até tinha motivos para querer enfiar-se noutras coisas, tá a perceber!*

Esta necessidade de encontrar justificações e apontar putativas causas para o comportamento dos pais ou outros familiares vai sendo recorrente, ainda que coexistente com esta ambivalência discursiva. As histórias de Elisabete e Marta são, a este respeito, exemplares.

Durante o período que Elisabete esteve a viver com o pai e sofreu maus-tratos por parte da madrasta, procurou não só desculpabilizar a ausência da mãe, como, em parte, justificar os maus-tratos de que era vítima: *Durante esse tempo todo não tive contacto com a minha mãe. A minha mãe não sabia onde ele vivia e por isso não me procurou. Ela*

*[madrasta], batia-me constantemente. Mas a [Elisabete] de antigamente era muito rebelde. Não gostava de fazer nada.*

Marta, que nos conta uma história de vida em tom de revolta e decepção em torno da família, conta-nos, também, uma história de busca de explicações e de resposta aos acontecimentos negativos da sua vida: *hoje em dia já entendo o porquê de tanta coisa que a minha avó nos fez a nós e o porquê da minha mãe nos ter largado também...*

- Mães presentes, pais ausentes e outros pendedes

Vimos no capítulo anterior que a configuração parental dominante é a que liga a jovem a um dos progenitores, preferencialmente a mãe. O pai tende a ser uma figura ausente no processo educativo das jovens (mesmo quando está presente fisicamente), mas nem por isso sai do universo simbólico destas famílias. Presente ou não, ele está sempre lá. E é em torno dessas sombras que as jovens também constroem as suas narrativas. Quando a ausência da figura paterna é precoce, principalmente por falecimento, parece haver uma tendência implícita de construir um ideal em torno do pai. Quando o pai está presente, as jovens deixam transparecer as conflitualidades e a rigidez relacional, usualmente relacionada com os castigos físicos e a severidade educacional, como nos retrata Anabela:

*O meu pai não me deixa sair de casa, não me deixa fazer nada, anda sempre em cima de mim, (...) uma pessoa não lhe faz nada e ele responde mal. Gosta muito tipo, a minha mãe por exemplo sempre foi de ligar às coisas que eu fazia, tinha boas notas e era capaz de me dar um beijinho, se fosse preciso obriga-me a ter boas notas mas não liga nenhuma a isso, não diz nada... Temos pontos de vista muito diferentes, por isso é que estamos sempre a chocar...*

A figura da mãe é central e transversal a todas as narrativas. É relativamente a ela que expressam frustrações, desamparos e alegrias. E é em torno do não cumprimento das expectativas maternas que as jovens vivem e experienciam os seus fracassos. Anita considera que teve uma boa educação *mas não soube aproveitar. A minha mãe é uma boa mãe, mas eu gostava de ir passear com as minhas amigas.* No mesmo sentido vai o discurso de Vera: *devia ter ouvido mais a minha mãe quando ela dizia para ficar em casa e eu respondia: - quero ir ter com as minhas amigas. Ela (mãe) deu-me muitos conselhos, mas eu não quis aproveitar.* Ou como diz Joana, os pais *'tiveram correctos na educação que nos deram, mas por vezes os filhos não ouvem. Foi o meu caso e o caso do meu*

*irmão mais velho. Mas a questão parece persistir: com a educação que a minha mãe me deu quem é que preveu que eu ia fazer isto? Nem sempre a educação ajuda, não é? Posso educar bem, mas... [Inês]. É às mães que pretendem “regressar”, para dar alguma felicidade e orgulho [Mara]. Como diz Elisabete: entrei (CE) com dois polícias, mas vou sair com a minha mãe.*

A este respeito, são comuns sentimentos ambivalentes de aproximação/afastamento, apoio/ abandono, raiva/ ternura. Sentimentos estes que são suportados, quase sempre, pela mesma razão, bem sintetizada por Mara: *Eu senti-me traída pela minha mãe, pensei que ela se queria ver livre de mim e como ela já me tinha deixado ... foi mais uma peça, como um puzzle!*

Esta traição de que Mara fala não deixa de significar as ausências afectivas que estas jovens reclamam. Sentirem-se acarinhadas, desejadas e compreendidas pela mãe parece ser um elemento chave na explicação destas posturas. Para Elisabete foi importante sentir que a mãe não a tinha esquecido: *quando voltei para a casa da minha mãe, senti que não me esqueceram. Vi que continuava a ser a querida menina da minha mãe, mesmo tendo irmãos mais novos. Sónia desejava que a mãe a compreendesse: a minha mãe nem sempre foi muito compreensiva, nunca me senti à vontade para falar com a minha mãe, então eu fiz o meu próprio mundo. Também Ivone canaliza as suas frustrações para a figura materna: antes, não obedecia à minha mãe, falava mal pá minha mãe... Dizia-lhe: - ó pá tu não sabes o que é melhor para mim; ó pá não me chateies, ó pá vai dar uma volta... e atirei-lhe com a porta na cara.*

A história de Inês, a este respeito, distancia-se um pouco do que encontramos nas outras narrativas. Se, como vimos, a relação com a mãe, mesmo que ambivalente, tende a ser central, e marcada por processos de identificação, Inês afasta-se do estereótipo da mulher, retratado nas figuras da mãe e das irmãs, e aproxima-se da rebeldia masculina do pai e do irmão:

*Eu tinha mais a ver com o meu pai do que com a minha mãe. Ela é uma pessoa calma, humilde, meiga, carinhosa, é muito boa de mais. O meu pai não, eu tenho tudo a ver com o meu pai... Eu sou mais rebelde. (...) Eu e ele (irmão) somos duas pessoas dos quatro irmãos com problemas com a polícia. (...) As minhas irmãs são muitas boazinhas. Elas não são de experimentar... Elas são muito diferentes de mim.*

Novas relações se formam com a ruptura do núcleo familiar original e metade das jovens relata a presença de novas figuras, como o padrasto/companheiro da mãe e a madrasta/ companheiro do pai. O desafecto tende a ser o sentimento mais comum nos

seus relatos, expresso de formas e intensidades diferentes. Fátima gosta do padrasto e dá-se bem com ele, *mas pai é pai, né?* Outras apresentam dificuldades na aceitação dos novos companheiros dos progenitores. Vera, porque na altura ainda decorria o luto pela perda do pai, o que deteriorou as relações. Ivone, porque implicitamente deseja que os pais voltem a estar juntos e, por esse motivo, não empatiza nem com a nova companheira do pai, com a qual mantém pouco contacto, nem com o companheiro da mãe, com quem teria uma relação conflituosa: *eu nunca fui c'a cara dele e...nunca o aceitei como padrasto, e descontrolei-me, muito mesmo.* Anabela briga com a madrasta devido aos sentimentos ambivalentes que mantém na relação com os pais.

Para outras jovens este desafecto está relacionado com experiências de agressões físicas, como nos contam as histórias já referidas de Elisabete e Marta. E para outras, a expressão da desafeição está na ausência desta figura das suas narrativas.

- Relação com os irmãos: da identificação à protecção

A relação (preferencial ou não) dos pais com os filhos e a relação (protectora) das jovens para com os irmãos é algo não só recorrente nos discursos, como um assunto que, mais uma vez, demonstra a ambivalência discursiva destas jovens.

Verónica fala-nos de como considerava injusta a forma como o pai tratava o irmão e como isso pesou nas fugas de casa e no envolvimento em práticas transgressivas: *o meu pai não gostava muito do meu irmão porque ele não é filho dele. Dava-lhe muita porrada e assim, depois, eu e ele decidimos sair fora de casa porque eu também não aguentava ver o meu pai bater-lhe. Batia-lhe por estar lá em casa a dormir sem fazer nada. Se não lhe dão dinheiro ele arranja, não acho mal!*

Esta questão sugere uma curiosidade: quando as jovens têm irmãos com percursos transgressivos (normalmente são mais velhos) é com eles que se identificam, sentem mais afinidades e proximidade, ainda que seja com os mais novos que elas mantêm mais relação e sentimentos de protecção, como veremos mais à frente.

Ao contrário da história de Verónica, que inicia o seu percurso desviante “pelas mãos” do irmão, os irmãos das outras jovens tendem a desaprovar as condutas das irmãs. Inês conta que a relação com o irmão “*é fixe. Ele também não gosta do que eu faço. Ele tem 22 anos e trabalha...Ele diz para não fazer isso, porque agora tenho uma filha e ela segue os meus exemplos (...). Mas o meu irmão não é certinho! ... Eu e ele somos duas*

*peessoas dos quatro irmãos com problemas com a polícia. Andava com o carro bêbado, ter assim... estupefacientes... ele consome! Também o irmão mais velho de Joana “não é certinho” e apesar de ser apenas da parte do meu pai, eu gosto muito dele. Fazíamos muitas coisas...como hei-de explicar... o meu irmão fuma eu também fumo... Antes ele não aceitava que eu fumasse, mas agora estou aqui no colégio, já cresci mais... agora ele aceita.*

Ao contrário dos sentimentos de injustiça sentidos por Verónica, Elisabete e Anabela falam-nos de como o tratamento preferencial relativamente aos irmãos, em regra não consanguíneos, é perturbador para elas. Elisabete explicava: *uma coisa que ainda penso... o meu pai dava muito mais atenção aos filhos da madrasta do que a mim... é o que eu penso. O meu pai não me dava ouvidos e então arranjei meios de chamar a atenção... na escola, pela agressão.* No caso de Anabela, o nascimento do irmão, ao mesmo tempo que foi um dos momentos mais felizes, significou igualmente alguma tensão:

*Nasceu o meu irmão, o filho do meu pai e comecei a ver algumas diferenças em relação às maneiras de ser e de tratar, não lhe sei explicar... O meu pai, se for preciso eu chego a casa, cumprimento, bom dia, boa tarde, qualquer coisa, ele comigo diz boa tarde e só me chama para comer... não fala comigo para mais nada, para mais nada mesmo, não abre mais a boca. O meu irmão não, passa a vida a agarrar nele sempre a dar-lhe beijos e num sei quê. Vai a algum lado compra tudo o que ele quer e mais alguma coisa... e entre outras coisas*

Vera de uma forma um pouco diferente dá-nos conta que o nascimento do irmão roubou a atenção da mãe: *senti que precisava de mais atenção e a minha mãe não me podia dar porque tinha o irmão que tinha acabado de nascer. Era menino, era como meu filho, mimava ele muito, comecei a compreender que não era apenas eu que precisava de atenção.*

A história de Vera introduz uma questão que é muito interessante nas narrativas destas jovens: a relação de protecção, quase maternal, pelos irmãos mais novos. *Ele chama-me de mãe...* afirmava Vera, que não consegue explicar muito bem esta ligação, mas diz que é muito intensa. O mesmo acontece com Joana: *os meus irmãos pequenos, fui eu que os criei, era eu que os levava à escola, que os ia buscar... que fazia o jantar, às vezes.* Assim como descreve Joana, também Marta teve, desde cedo, responsabilidades parentais para com os irmãos: *eu tinha oito anos quando comecei a ir buscar os meus irmãos à escola. Não tinha idade para isso. Se fosse mais velha, mas pronto. A minha mãe é muito desligada.*

Sabemos que esta responsabilização, extremada no processo de parentificação<sup>87</sup>, é relativamente comum, sobretudo nos estratos sócio-económicos mais baixos (Alarcão, 2002: 332) por serem menores as oportunidades de organização das responsabilidades profissionais de modo a privilegiar a presença em casa, sobretudo quando os filhos são pequenos (Soares, Bill e Athayde, 2005). Além disso, é uma função atribuída, particularmente, às raparigas, fruto das próprias socializações de género. Neste sentido, e ainda que esta situação *de per se* não singularize os contextos de vida destas jovens, estes sentimentos de protecção que elas desenvolvem relativamente aos irmãos tendem a estar relacionados com as ausências físicas e/ou emocionais da figura materna, por razões de trabalho e/ou de desinteresse, e com ligações familiares frágeis.

Como resultado de todas as experiências, as raparigas tornam-se muito protectoras dos membros mais vulneráveis, de uma forma muito especial os irmãos e as avós, procurando prevenir outros abusos. Não raras vezes vêm como sendo da sua responsabilidade pessoal evitar que outras pessoas se magoem e expressam sentimentos de culpa e revolta quando não conseguem proteger outros de um mesmo destino. Esta situação é claramente exposta por Marta quando fala dos seus irmãos:

*“O meu único irmão, que eu tenho de sangue, que na escola tem 18, 19 e 20 e cá fora só faz é asneira. E fico assim um bocado chateada com ele, (...) é o que eu costumo dizer-lhes a eles: - vocês têm sorte, têm sorte de estarem fechados e não terem a família por perto, mas têm sorte não terem a família toda a contar os trocozinhos ao final do mês para pagar os livros, a comida, a roupa...isto, aquilo. Os meus irmãos mais novos entenderam que têm a oportunidade de tirar n cursos que vão dar n de futuro (...) Agora o meu irmão, não consigo fazer nada dele. Entendo ele um bocado porque já lá estive... eu entendo, mas não percebo porque é que ele se tem uma oportunidade tão boa, e não a aproveita, não a agarra...”*

Às ambiguidades discursivas em torno das relações e das figuras familiares juntam-se outros aspectos importantes: a carência de limites intrafamiliares, a falta de supervisão e comunicação parentais e a ideia de que os quotidianos são geridos pelas próprias jovens. *A minha mãe está sempre a trabalhar e o meu está sempre fora. A mãe vem tarde para casa e o meu pai vem para Portugal de 15 em 15 dias. O meu pai estava fora, a minha mãe estava a dormir. Eu ia para o quarto e às onze horas (da noite) iam-me buscar e voltava às 4 da manhã. E a minha mãe nem dava por isso [Verónica].* As ausências retratadas no discurso de Verónica exigem, contudo, uma análise cuidada, que chame a

---

<sup>87</sup> O processo de parentificação acontece quando, em determinados momentos e ocasiões, são solicitadas às crianças/ adolescentes funções parentais, levando a uma inversão de papéis. A criança vê-se como responsável por suprir as necessidades físicas e emocionais dos irmãos mais novos, mas também por dar suporte emocional ao pai ou à mãe (Alarcão, 2002).



atenção para a infra-estrutura sociológica deste quadro. Se algumas histórias nos falam de negligência num cenário familiar desestruturado, as omissões nas competências parentais não se esgotam neste pressuposto e trazem outros à colação, como por exemplo, as ausências motivadas pelo trabalho. Como refere Elisabete: *uma mãe que está 4 horas com a filha não consegue dar tanta educação do que uma mãe que está o dia inteiro*. E quando regressa a casa, *chegava cansada*, diz Isabel. Quase todas as progenitoras trabalham em sectores indiferenciados e pouco qualificados (em nada diferente da situação da figura paterna e/ou seu substituto). A maioria trabalha no sector das limpezas (empregadas domésticas, limpeza de escritórios e cafés), seguido da restauração e cozinha. Os relatórios técnicos apontam para horários, tendencialmente, extensos e instáveis.

A dificuldade na interiorização de limites e regras sociais é igualmente transversal e importante nos discursos destas jovens: *ao princípio não aceitava as regras* [Joana], *em muita verdade, para mim não havia regras* [Elisabete], *sentia-me mais livre... também é por não ter regras... não gosto muito de regras* [Célia]. A falta de controlo sobre os seus comportamento e a ideia partilhada por Ivone de que: *a minha mãe já não tinha mão em mim*, está relacionado com esta postura desafiante face a figuras de autoridade (pais, professores e outros educadores) e de defrontar perigos (fugas de casa, experimentações e consumos de drogas, prática de crimes, práticas sexuais precoces, entre outros).

A relação com as regras parece ser uma “pedra no sapato” nas trajetórias destas jovens, porque se a ausência de limites abre portas para essas posturas desafiantes, o rigor excessivo e a rigidez familiar parecem surgir como um estímulo à procura de autonomias precoces e de independência. No caso das jovens com filhos, esta relação com as normas expressa-se de forma mais reflexiva e projecta-se na educação dos mesmos, como nos conta Sónia:

*Acho que vou deixar ele (filho) ser um bocadinho mais livre. A minha mãe não deixava ir para festas... não vou dizer com ele deixe de andar ou não, só vou dar a minha opinião. Depois ele há-de saber... só se souber que ele anda com essas influências, tipo esses rapazes que consomem drogas, aí vou por um limite, se não, não vou pôr limites. Vou deixar andar com os amigos dele, desde que não ande a consumir drogas... de resto...*  
[Sónia]

***... mas rapariga... é estar em casa, trabalhar, ser mãe...***

A família é, por excelência, o espaço onde a criança aprende os valores da sua cultura e da sua classe social, mas também a construir-se como homem ou mulher. E é

por norma a mãe que treina as raparigas para os papéis femininos e os rapazes para os papéis masculinos. A este respeito, Vera tem uma visão muito interessante, corroborando a ideia de que a diferença entre rapazes e raparigas é normal, por ser normal a diferença de género.

*Os rapazes têm tendência de fazer mais porcaria, como dizia a minha mãe, se fosse o meu irmão a estar aqui (Centro Educativo) ela não ficava muito surpreendida. É rapaz, é normal, eles começam a andar em grupos, nessa vida... mas rapariga...é muito feio, porque é estar em casa, trabalhar, ser mãe, e tu concorda? Eu concordo! Mas também há umas partes que só de pensar que o homem tem de trabalhar muito, tem de trabalhar na obra, arranjar dinheiro para a família... não é assim tão bom ser rapaz. Depois essa coisa de ter filhos.... a mãe tem mais responsabilidade. Eles vão fazendo... agora para criar!*

Esta visão naturalizada de género estende-se às construções de ser mãe e pai. Segundo Marta *a mama é aquela coisa do beijinho, do abraço, de mudar fralda... o pai é mais autoridade, impor a ordem.*

Nesta esteira, e no que se refere às regras do género, as jovens entrevistadas tendem a operar com concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, que têm um papel chave na modelação dos seus pontos de vista em torno das responsabilidades familiares, da escolha de parceiros, da forma como vivem a sexualidade e a afectividades e dos graus de maturidade.

Encontramos esta manutenção de papéis de género em quase todas as narrativas, mesmo naquelas que procuram estratégias de autonomia precoce e de independência, por exemplo por meio da saída de casa. O cumprimento das responsabilidades familiares e/ou doméstica é uma preocupação transversal.

Maria e Isabel demonstram como o tempo de rua tem de ser negociado, constantemente, com essas responsabilidades: *fazia o jantar e dava à minha avó lá para as sete e tal e depois voltava para a rua [Maria]. Em casa, cozinhavas...podias sair. Aqui (Centro Educativo) ficas sempre trancada [Isabel].* Joana destaca a preocupação constante com os irmãos, mesmo quando saía com os amigos: *bebia muito, não ia à escola, mas estava sempre com a cabeça nos meus irmãos.*

Anita, apesar de ter fugido de casa, conta como as responsabilidades domésticas e a função de cuidador estão sempre presentes: *eu já vivi na casa de uma amiga... arrumávamos a casa (...) cuidávamos da avó (da amiga). Os vizinhos às vezes ficavam chateados porque nós púnhamos a música alta, fazíamos barulho, mas arrumávamos sempre a casa.* Esta preocupação em garantir cuidados está, também, bem retratada por Marta que apesar de já não viver com a avó diz: *vou lá todos os dias. Vou ver com 'é*

*‘quela está. Tratar dela, dar-lhe o pequeno-almoço. (...) uma questão de consciência e acho que é meu dever... por muito mal que ela já me tenha feito...*

Como sugere Silva (2010), num estudo sobre itinerâncias juvenis e fragilidades sociais<sup>88</sup>, as raparigas surgem representadas, principalmente, num percurso-tipo marcado pelo género: os percursos encurralados. Elas “têm em comum o peso de responsabilidades familiares que as obriga a fazer cortes com mundos juvenis ou mundos escolares. (...). Conhecem empregos precários e inseguros e são recrutadas pelas famílias para actividades relacionadas com o cuidar” (p. 155)

Além das responsabilidades familiares, que espelham essa menor autonomia e maior controlo da rapariga por parte da família, uma outra razão que leva a restringir a rapariga ao espaço doméstico, é a de resguardá-la de usufruir da sua sexualidade, enquanto não tiver maturidade suficiente. Vera conta: *Eu gostava de estar com os rapazes, mas a minha mãe não me deixava. (...) A minha mãe descia do prédio e dizia logo – vem p’ra casa. Quando era com meninas ela deixava. Elisabete completa a informação dizendo: as raparigas (...) estão muito mais fechadas em casa e os pais não as deixam sair. Cá fora pode engravidar... e por isso reservam mais as filhas dentro de casa. Eu sei que é isso. No meu prédio é assim.*

O namoro atinge níveis de comportamento que preocupam os pais, passando a ser um drama quando é encarado como proibido por razões de idade ou pelas suas consequências: más companhias, iniciação sexual precoce, gravidezes indesejadas e doenças.

Nem todas as jovens quiseram falar sobre os seus relacionamentos amorosos, mas todas assumiram as suas vivências sexuais, em idades precoces. E são muito comuns os sentimentos de que já são adultas, e que isso as coloca numa posição diferente, como refere Anabela:

*prefiro ter atitudes mais adultas, não ter atitudes, como por exemplo têm algumas amigas minhas, que começa com um e acaba, daqui a uma semana já tem outro e acaba e depois vai ao Hi5 e: - ai és a minha vida, és tudo para mim, e passado uma semana já acabaram e ficamos a olhar pr’aquilo. Ou então usam a palavra amar como quem usa, sei lá, um troca calças. Às vezes faz-me um bocadinho de confusão...tenho uma mentalidade diferente, mais de mulher (risos).*

Sabemos como a puberdade precoce tem sido apontada como um dos factores de risco na sexualidade precoce e no desenvolvimento de comportamentos desviantes e delinquentes nas raparigas. *A minha mãe deu-me liberdade, educou-me, mas...muitas de*

---

<sup>88</sup> Estudo etnográfico realizado entre 2005-2008 no Porto, do qual resultou a construção de percursos ideais-típicos protagonizados pelos/as jovens: os percursos errantes, encurralados, em suspensão, à bolina e para a autonomia.

*nós já pensamos como adultos*, defende Elisabete. A este respeito, Vera mostra como a adolescência tem sido uma fase difícil, *uma idade em que somos mais rebeldes. Hoje em dia as jovens de 12,13 anos já sabem mais do que os adultos.(...) Senti que já era uma adulta e que queria curtir a vida, que era responsável e que tudo dependia de mim, e que já não precisava da ajuda de ninguém, nem da minha mãe... e que era adulta.*

***Antes gostava de brincar com nenucos e depois passei a gostar de brincar com action man, o boneco dos homens.... É mais rebelde!”***

Das dezanove jovens entrevistadas, cinco delas contam-nos histórias de gravidez e aborto. Anita, Inês, Marta e Sónia contam-nos histórias de gravidez na adolescência. Para nenhuma delas a gravidez foi planeada mas, para todas, foi um momento decisivo e de viragem.

Anita engravidou no período em que tinha fugido de casa e permanecia na casa de uma amiga. Ficou lá até *aos quatro meses de gravidez. Depois voltei para casa, comecei a ter de fazer as consultas, e vi que isto não era vida, estava farta. A filha não foi planeada, aconteceu! Mas a minha mãe apoiou e eu segui em frente.* Também Inês explica que a filha *não foi pensada... aconteceu!!! (...)* Posso dizer que foi acidente ... *ele estava de prisão domiciliária... depois ele disse que não vale a pena tirar... que se já tem um pode ter outro (...).* Antes eu era sempre..., *mas agora com o nascimento da minha filha tudo mudou. Tenho de pensar mais nela do que em mim.*

As próprias narrativas giram em torno deste acontecimento, como se houvesse um antes e um depois, associado à ideia de amadurecimento e de mudança interior após o nascimento do filho, como nos mostra, por exemplo, a história de Marta. Marta é mãe adolescente e engravidou com 14 anos. Não sabe quem é o pai porque na altura tinha tido relacionamento com vários rapazes. Mas apesar de toda a situação inerente ao nascimento do filho, este acontecimento constitui, para Marta, um momento de transição e mudança de vida. A experiência de ter sido mãe *fez-me ver o mundo com outros olhos, se não fosse ele eu estaria noutra fase de toxicodependência. É a luz da minha vida. (...)* *preferi agarrar-me ao meu filho do que agarrar-me à droga.*

O apoio e o suporte emocional dos pais e/ou do namorado parecem ser um ingrediente importante na decisão de avançar ou interromper a gravidez, como nos desvendam as histórias de Sónia e Célia.

Sónia engravidada de um relacionamento não aceite pelos pais, e decide interromper a gravidez em consequência da reacção do namorado e por prever a reacção dos pais. *Fui ter com o meu namorado, o actual na altura, contei-lhe e ele disse que não... eu tinha 14 anos e ele tinha 17 e disse que não... que era muito novo e que se eu não abortasse que ia voltar para França. Eu com medo que a minha mãe me metesse na rua e o meu pai, tomei uma decisão por mim própria.* Entretanto, conheceu um outro rapaz, com quem tem um filho e explica que desta vez *ele disse para eu ter, que ele queria o bebé. Que ele ia assumir e que não ia deixar faltar nada. (...) Ele também tem 25 anos e eu agora tenho 18. O meu pai logo que soube, ele ficou contente. A minha mãe ficou um bocadinho entre o sim e o não mas depois ficou contente.*

Célia esteve grávida e fez um aborto aos 16 anos. Apesar de ter tido apoio, *queria apoio noutra sentido... da minha mãe, do meu namorado. (...) Não no sentido de acabar com, mas no sentido de seguir (...) Não há criam-se, não há condições arranjam-se. (...) Não pensaram assim, pensaram logo de uma maneira mais fácil... (...) Eu percebo o ponto de vista dele, só queria que ele tivesse compreendido o meu.*

Para qualquer uma destas histórias, a gravidez não fez parte de um projecto de vida, tornou-se numa realidade que as jovens têm de “gerir”, e que se reflecte nas perspectivas que elas têm para o futuro. Enquanto grande parte das outras jovens sonham em ter filhos, em casar ou viver junto, estas desenham o seu futuro em torno da educação dos seus filhos. Anita diz que quer ser *uma boa mãe... ter juízo, estudar, trabalhar para poder comprar coisas para a minha filha.* Sónia deseja dar tudo ao filho, *não lhe deixar faltar nada.* Inês *queria que a minha filha crescesse bem, muito bem-educada. E saber tudo da vida. E ter orgulho de mim.* Marta idealiza acabar a escola, *arranjar um trabalhinho estável, arranjar estabilidade para mim e para o pequenino. Garantir um futuro a ele... sozinha... só eu e ele.*

No caso de Célia, a experiência de aborto transversaliza-se no seu discurso no que se refere à importância da maternidade na sua vida: *eu quero ter filhos, eu já podia ter filhos... mas não, vou esperar um bocadinho mais, ter as coisas organizadas. Também não é justo estar a mandar uma criança ao mundo sem ter meios para aguentá-la cá. Se não corta-se o mal pela raiz... não é que seja fácil, fogo! Mais vale ser logo ao princípio do que fazer a criança estar a sofrer.*

A forma como as jovens encaram os relacionamentos amorosos e a própria sexualidade é influenciada pelas suas trajectórias de vida, experiências e contextos de sociabilidade. *Até tenho medo de namorar... não sabemos de onde vêm!!! De repente*

*serem presos! Como lidar com isso? Não lhes vou perguntar: - tu roubas? Ele não vai dizer!* [Vera]. Vejamos dois exemplos opostos desta premissa, ilustrativos da riqueza e diversidade de narrativas.

A história de Marta personifica o impacto que as experiências de vitimação, particularmente sexual, têm nas escolhas afectivas e sexuais das jovens. Aos 6 anos, Marta foi vítima de abuso sexual por parte do pai de um dos seus irmãos mais novos. *Foram 4 anos dessa coisa toda, 4 anos isso aconteceu todas as férias de Verão, e em outras ocasiões quando me apanhava sozinha. E... aquilo que me levou ao consumo foi... a minha família não acreditou, e disseram-me: - isso é mentira, tu 'tas é mas é a chamar à'tenção.* Esta situação foi o espoletar de uma vida feita de desestruturações. *Engravidei na fase do haxe e do álcool e das raves... e foi um dia um, um dia outro. Antes de engravidar, não havia sexualidade. Via como uma violação, como uma coisa assim. Comecei a encarar isso melhor depois de ter sido mãe e começado a encarar a vida com outros olhos.*

A narrativa de Anabela, em oposição, relata comportamentos-tipo da fase da adolescência no que se refere às relações amorosas: a romantização dos momentos, as primeiras experiências sexuais, a densidade e o drama emocional das decisões, as tentativas de contornar a vigilância parental. Anabela partilha a sua experiência:

*passei por coisas que não sei se vou voltar a passar com outra pessoa, ou seja, como foi a pessoa que me marcou mais, com quem perdi a virgindade, etc, mas sem ser isso vivemos tantas coisas, por exemplo, quando a gente não tínhamos aulas e uma vez fomos de barco para a outra banda e outra vez fomos à foz... essas coisas, esses momentos quando a gente se partia a rir, fazer cócegas um ao outro, ríamos do nada, passeávamos na praia. Agora tenho um novo namorado vejo-o dois dias por semana (risos). Às vezes levo-o lá até casa, mas se o meu pai o apanha lá... sei lá. Pronto... (risos) é complicado (risos). Passamos o dia todo a mandar mensagens ou vamos à net. (...) Sou muito romântica, muito lamechas, identifico-me com tudo o que é músicas, choro quando me sinto triste...quando preciso de desabafar escrevo imenso.*

### **5.1.2. A Escola: uma vitrina de insucessos**

*A minha mãe dizia: - vai para a escola, não para as aulas!!. E eu ia para a escola...*

O discurso negativo sobre o contexto escolar é transversal nas narrativas das jovens que, como constatamos no capítulo anterior, manifestam percursos de insucesso, marcados pelo absentismo, pela desmotivação e pela conseqüente reprovação.

Mais do que não gostar da escola, que surge para as jovens como um lugar de encontros e sociabilidades, é com as aulas que elas não se identificam. *Gosto da escola, mas não das aulas* [Vera]. *Não gosto das matérias... não percebo nada daquilo* [Fátima].

Assim, se as razões subjacentes aos maus percursos escolares são várias, o não gostar de estudar surge como o principal motivo apontado pelas jovens.

*Ia à escola, de vez em quando... não gostava de estudar. Faltava e ia para ao pé dos meus amigos do bairro* [Maria]

*Saía das aulas a meio, não aparecia na escola... não sei, não gosto da escola, deixei de gostar da escola. Não gosto de ir às aulas, é uma seca... era bom que fosse menos tempo de aulas e mais tempo de intervalo* [Cristina]

*Chumbei duas vezes, 5.º e 6.º... foi várias coisas, foi a falta de estudo, foi falta de interesse... não quis mesmo saber... pronto! Faltava, às vezes portava-me mal, não estudava, tinha testes e não estudava, na minha turma a gente também não era assim muito boa (risos)* [Anabela]

*Nunca gostei da escola. Não gosto de ficar assim fechada, a ouvir blá blá blá* [Célia]

*Não queria estudar e não vou, não vou e não vou. O nosso problema é sempre a escola... é sempre palhaçadas* [Ivone]

Menos expressivo, mas igualmente significativos, são os discursos que canalizam a culpa para os professores. Como mostra Inês *só me dava mal com os professores... eles provocavam-me. Às vezes estava calada, arranjavam pretexto para eu me exaltar com eles! Por tudo e por nada... o que eu não fiz, ficam a reclamar, reclamar, reclamar, o que eu fiz, ficam a reclamar, reclamar, reclamar... se eu faço queixam-se, se eu não faço queixam-se...*

Se o 2.º Ciclo parece surgir como um obstáculo difícil de transpôr é porque nesta etapa se intensificam as reprovações, principalmente por absentismo. *Até ao quinto nunca chumbei, quando cheguei ao quinto chumbei a 1.º e no 2º quinto comecei a faltar* [Fátima], *já fiquei 3 anos no 5.º ano* [Joana], *comecei a chumbar por faltas* [Mara], são alguns exemplos que transversalizam os discursos das jovens e que, associados à falta de interesse, acaba por resultar no seu afastamento da escola. Fátima explica: *fui chumbando sempre, depois não quis saber da escola, depois quis desistir. A minha mãe não me deixou, e eu faltava. Depois eu disse que ia desistir e ela disse – tá bem! Não ia ‘tar a comprar livros para eu não ir à escola.* E mesmo quando os pais fazem esforços para resolver a situação de insucesso escolar dos filhos, nem sempre se verifica uma mudança efectiva de comportamento, como é exemplo a história de Verónica. *O meu pai pagava*

*uma senhora para me levar à escola*, e mesmo a mudança de escola não teve os resultados esperados, o que conduziu ao abandono escolar no 8.º ano.

Segundo Fonseca (2009), estas jovens preenchem as “feminilidades de raparigas rebeldes que se constroem num maior distanciamento e desafecção da vida académicas e que procuram investir em mundos de ‘experimentação’ (...), face à pressão para estar na escola e ao cinzentismo das aulas” (p. 318)

### *Umás vezes ficava em casa, outras vezes ia passear*

As razões apontadas para o absentismo são várias, mas, em regra, organizam-se em torno do estar com os amigos e/ ou namorados ou então ficar em casa. Eliana, quando não lhe apetecia ir à escola, *ficava em casa a dormir. A minha mãe estava a trabalhar. Os meus irmãos iam para a escola. Ficava sozinha em casa. Mara ia passear, ia fumar drogas, prontos! Comecei a faltar para estar com as minhas amigas.* No caso de Sónia, o absentismo é justificado pelo início do namoro: *comecei a faltar à escola, ia de manhã cedo para a casa dele, ia ter com ele.*

Uma outra razão que emerge da análise dos discursos é a ideia partilhada por Fátima: *Não gosto nada de pessoa mais novas do que eu, na escola e tudo, nunca gostei (...). Como as minhas turmas... como eram todos assim mais novos não gostava. ‘Tar numa turma com vinte e tal alunos e eu ser a mais velha! É complicado...’* Apesar de não ter representatividade discursiva, esta reflexão aponta-nos para uma outra realidade que, possivelmente, é transversal a todas as jovens: o efeito da diferença de idade no crescente desinteresse que manifestam pela escola.

Em algumas situações, aos percursos escolares de insucesso associam-se problemas comportamentais e disciplinares, em contexto escolar, que resultam em suspensões e expulsões. Inês foi suspensa e depois expulsa porque *furtava, dentro da escola.* Marta diz: *a minha alcunha era o Bin Laden. Era maria rapaz, ainda sou assim, mais ou menos, mas prontos era a terrorista da escola.*

Se os discursos em torno do bom comportamento e do gosto pela escola são menos consensuais, é curioso notar que, em quase todos os casos, as jovens fazem referência ao facto de serem boas alunas, ainda que esta situação surja, para elas, como algo que sai do que se espera ser o seu comportamento. Joana dizia: *eu era boa aluna, por acaso.* Verónica repetia: *eu sempre fui preguiçosa. Levantar-me cedo, não conseguia, mas eu*



*era boa aluna, por acaso. E Sónia remata dizendo: Tenho pena de não ter concluído o 9.º ano. Porque era uma aluna exemplar... apesar das faltas, tinha boas notas.*

É recorrente considerarem que a escola é positiva e que sem ela o seu futuro fica mais comprometido: *o mercado de trabalho está uma porcaria, pronto! Mas se já com os estudos é complicado, sem eles é muito pior* [Anabela]. Mas as justificações são sempre as mesmas: *sei que é importante, mas não gosto* [Célia]. *Sei que é preciso, mas não gosto* [Fátima]. *A escola é bom para nós aprendermos. Deram-me muitas oportunidades, mas eu nunca quis aceitar. Eu ia à escola, mas era só para gozar os s'tores. Não queria aprender* [Isabel].

Como refere Bourdieu (1998a: 54), “... a miséria da relação com a escola (...) não faz apenas os destinos sociais, mas também as imagens que as pessoas para si fazem desse destino”. Se a escola constitui um contexto fundamental na definição das posições e projectos dos jovens, ela parece surgir esbatida nas biografias e na construção identitárias destas jovens. A escola vai sendo vivida mais do “lado de fora”.

### **5.1.3. As *contexturas* da amizade e do namoro: as influências e a experimentação do risco**

#### ***Tudo nesta vida tem risco...***

O desenvolvimento normal do/a adolescente envolve a necessidade de se tornar independente e autónomo da família, tendendo a associar-se mais aos seus pares, onde satisfazem as necessidades de formação identitária, de pertença e sociabilidade (Simões, 2007; Ferreira e Nelas, 2006). Abrindo novos horizontes e experimentando novos comportamentos, constroem espaços para a experimentação do risco, longe dos limites estabelecidos ou da protecção dada pelos pais.

No caso das jovens entrevistadas, esta experimentação do risco, muitas vezes normativa e saudável para os/as adolescentes, colocou-as em situação de risco. Nuns casos, em situação de risco para iniciar comportamentos de risco (consumos de substâncias, comportamentos sexuais de risco, prática de ilícitos, entre outros). Noutras situações, em que a prática destes comportamentos já era visível, ficam em risco de consequências negativas para a saúde. Sabemos que muitos desses comportamentos são considerados de risco por ocorrerem num momento em que não era suposto terem lugar, e porque os estudos têm mostrado que “se estes comportamentos ultrapassam a

experimentação, isto é, se com o passar do tempo estes comportamentos são mantidos, encontra-se mais um sinal de possíveis problemas futuros” (Simões, 2007: 160).

Uma outra questão que também é transversal nos discursos das jovens, e tem sido apontada na literatura, é a percepção e avaliação do risco. São recorrentes expressões como a que Inês partilha connosco: *mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, não... não faz sentido... não tem sentido*. E os laivos de consciência associados aos potenciais perigos desses comportamentos parecem ser secundarizados em nome das consequências psicossociais a curto prazo. Vera fala-nos no divertimento: *achava que era divertido sair à noite... Era divertido curtir, gritar, correr, fazer coisas dos adultos (...)*. Inês aponta para a importância da experimentação e da adrenalina: *se não experimentares como é que vais saber? Tudo nesta vida tem risco... Por mim, faço por diversão... sim, diversão, adrenalina, quero ver o limite*. Célia destaca a compensação material: *na altura nós dizíamos, não vamos fazer nada, mas se corresse bem vínhamos com os bolsos cheios... não perdíamos nada, só ganhávamos*. Enquanto Elisabete exalta compensações de índole mais emocional e simbólica: *o que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar... por mais louco que isso pareça*. Ou como retrata Marta, quando fala das suas experiências de consumo: *vivia suspensa ali... sem pensar em nada, sem pensar nos outros, sem pensar em consequências... só pensava fazer aquilo e ficar ali e pronto*.

A associação a pares desviantes situa-se, para a maioria destas jovens, num acumular de riscos, relacionado com o número de contextos com os quais têm ligações negativas. Já falamos dos desligamentos familiares e escolares, mas não devemos descurar um cenário que parece fazer a triangulação entre família, escola e amigos, que é o espaço do bairro.

A maioria das jovens (com exceção de dois casos) reside em zonas desfavorecidas do ponto de vista económico e social e partilham entre si as categorias sociais existentes em torno da ideia de bairro, como espaço social problemático, marginalizado e construído em torno de um estereótipo negativo:

*Tinha muito mau ambiente. Tinha muita polícia por causa da droga* [Maria];

*É muito problemático, tiroteio, roubo de carros, muita confusão, muitos ciganos e pretos. Era tudo a matar, e ‘num sei quê’...* [Joana]

*... ali tudo trancado em casa, não vejo ninguém na rua, tudo nos seus prédios, nas suas casas... as únicas pessoas que a gente tem na rua são ciganos e pretos... prontos... fico sempre com medo, vou ser assaltada, e prontos! É complicado.* [Anabela]

*É, a rua em si é calma... o bairro, nem por isso...isso já não é muito calmo. O que, o que os jovens fazem torna com que a zona, torna-se uma zona um bocado violenta. (...) [Ivone]*

Estas percepções surgem, contudo, associadas a sentimentos de pertença e identificação significativos, que Joana resume desta forma: *... o meu bairro pode cair, mas é o meu bairro, cresci lá.* Esta identificação ajuda a explicar os constantes retornos (físicos e simbólicos) ao bairro, mesmo nos casos em que a mudança de residência levou algumas jovens para outros territórios, como nos relata Inês:

*Comparado onde eu vivi, é calmo... vivi no Bairro 6 de Maio. ... quando estava lá, estávamos na rua principal, as pessoas a venderem droga. (...) Lá é mais melhor do que aqui. (...). Mas agora não existe diferença. O que os meus amigos do bairro fazem estes também fazem, a diferença é que antes os daqui eram certinhos e os do bairro não. (...) mas lá sinto-me mais à vontade do que aqui...*

Este processo de identificação não retira, porém, o peso que o “bairro” tem no discurso das jovens. Fátima diz: *é um bairro, mas gosto...* Inês põe em destaque esta ideia de que: *bairro é bairro... nenhum bairro é certo, não tem pessoas certinhas;* Elisabete e Vera, por sua vez, chamam a atenção para os processos de rotulagem e marginalização das pessoas que vivem nos Bairros sociais:

*Se vêm parar ao Centros Educativos, ou estiveram em colégios anteriores ou em bairros sociais. [Elisabete]*

*...além disso está mais sujeita a estas situações por ser pobre, por ser negra, por morar em zonas menos boas... mas sim, são boatos...tudo boatos. Isto de que os pretos fazem, os bairros fazem...” [Vera]*

Célia conta como utiliza o rótulo do bairro para a prática do crime: *eu gosto muito de fazer bluff, numa situação destas têm de acreditar...olha que eu vivo num bairro bué de mau, tens de me dar as coisas, senão eu chamo as pessoas do meu bairro...*

O bairro, mais do que local de residência, é um espaço de socialização, de encontros e aprendizagens. O que a umas provoca adrenalina, a outras estimula medos, mas, para todas, o bairro é uma montra de “disponíveis”, em que tudo *está mesmo à porta* [Célia]. Esta ideia alimenta uma outra de carácter mais reflexivo: *se eu continuasse aqui ia continuar com as pessoas com que eu andava, isso ia-me prejudicar muito... ia ter graves consequências...não sei* [Teresa].

Segundo Fernandes (citado em Pereira, 2009: 172), “a deriva juvenil é um espaço-tempo intersticial, a recriação de uma outra cidade feita de ruas, de percursos, de esquinas (...) para aqueles que vivem o vazio das não-inscrições na escola, no mundo do trabalho, na família”.

***Andava por lá...com os meus amigos... passeávamos o dia sem fazer nada***

É da escola que fogem e, associando-se ao seu grupo de amigos, andam “por aí”. *Eu dizia aos meus pais que ia para a escola, mas depois não ia. Ia para o centro comercial, ia ter com algumas amigas, que também não iam à escola... andávamos por aí só...andar à toa...a ver as coisas [Célia].* Para muitas jovens este “andar por aí”, significava também beber, consumir drogas com os amigos e praticar ilícitos.

A postura de rebeldia e de violência de Joana surge ligada à associação a um grupo de pares conotado com a prática de comportamentos desviantes e consumo de estupefacientes, com o qual se iniciou nos consumos de haxixe, aos 11 anos, e nos consumos de álcool aos 12 anos. Durante o dia *bebia muito, não ia à escola... bebia e fumava chamon*<sup>89</sup> *...andava por lá...com os meus amigos... passeávamos o dia sem fazer nada... fumar e quê! Não nos cansávamos de não fazer nada.*

Mara associa-se a um grupo de pares mais velho, começando a manifestar comportamentos de risco, nomeadamente absentismo escolar e saídas até altas horas da noite: *comecei a faltar para estar com as minhas amigas. Andava sempre com raparigas mais velhas. Parávamos em cafés, bares e ficávamos lá a beber e a fumar. Íamos passear para o shopping, fazer compras, sair com rapazes. (...).*

Isabel conta que *durante o dia ia para a escola, mas não ia para as aulas, ia ao bairro, ia ter com eles [amigos] e depois era quando fazíamos porcarias, esperar pessoas de outras escolas para roubar, partir janelas e portas, roubar carros. Tínhamos sempre uma coisa para fazer. Às vezes ou eu ou uma amiga minha estávamos com os outros a fazer porcaria, mandávamos mensagem para eles virem ter connosco para fazer porcarias... assim, mais ao final da tarde.*

É, sem dúvida, com o grupo de pares que preenchem os seus quotidianos e fazem as primeiras experimentações. É com ele e/ou por ele que regressam ao bairro, onde moram ou moraram. É através dele (s) que incorporam uma identidade social e se distanciam dos outros grupos, como refere Célia:

*“vamos lá definir, uma rapariga nova e era naquela de ver as coisas, experimentar as coisas, e depois ou uma pessoa se vai dar logo com pessoas de bem ou com pessoas de mal. Se tem o azar de se dar com pessoal de mal, pronto, está tudo estragado. Se temos a sorte de, nós chamamos-lhe de betinho*<sup>90</sup>*, porque não queremos encarar a realidade,*

<sup>89</sup> Cigarros com haxixe, charro, erva, ganza, hash, maconha, entre outras, são as designações mais ou menos comuns para a Cannabis e seus derivados.

<sup>90</sup> Betos/as são jovens certinhos, dependentes da família, que vão à escola e estudam, deitam-se cedo e vestem roupas de marca.

*porque eles são atinados, tem as coisinhas todas certas e nã sei quê, e nós não gostamos disso. Então vamos pegar com eles! Nós temos a nossa maneira de ser, mas eles também têm a maneira de ser...atinados! O que não é mau... se formos a ver bem, é bom para eles”.*

Tendencialmente, integram-se em grupos alargados, de diferentes contextos (de infância, do bairro, da escola...), e constituídos por rapazes e raparigas. Todavia, e recorrentemente, as jovens entrevistadas mostram que as amizades se desenvolvem em grupos mais restritos, corroborando o discurso de Anabela: *Tenho amigos em vários sítios, tenho aqueles, mesmo, mesmo importantes, e depois tenho os conhecidos, mas importantes, tenho poucos, tenho pr’aí uns 3 ou 4.*

A maior parte destas jovens integrava grupos de pares mais velhos. *Eu era a mais nova. Andava sempre com raparigas mais velhas [Mara], são mais velhos do que eu... eu sou mais nova [Inês], ou não gosto nada de pessoa mais novas do que eu. Estou habituada a mais velhos. Os mais novos não têm conversa nenhuma, não sei! [Fátima]* são alguns exemplos deste pressuposto.

É, normalmente, junto das raparigas que procuram companhia para ir a festas, passear na comunidade ou sair com rapazes, como refere Vera: *andava com um grupo só de raparigas e em vez de irmos à escola passávamos por outras zonas para conhecer rapazes e ir a festas*, e para falar *assim coisas de raparigas*, como complementa Fátima.

***Às vezes sentia-me sozinha, e eu fui procurar amigas para me fazer companhia...***

O grupo dá companhia, estímulo e suporte e, neste sentido, as relações de amizade são descritas, pela maioria das jovens, como uma coisa muito importante na sua vida, surgindo como fonte de apoio emocional e social, em grande parte compensador das destruturações e disfuncionalidades familiares. O grupo de pares torna-se o substituto afectivo de uma família que, no seu entendimento, negou-lhes o apoio de que necessitavam.

Foi nos amigos que Cristina encontrou um apoio fundamental, eles *ajudaram-me a passar os maus momentos. Tinha tantos amigos, fogo! Ai, eu tinha muitos...eram grupos diferentes... passeávamos, divertíamos.* Ou como conta Vera: *nos momentos que estava com os amigos não pensava tanto nos problemas como quando estava sozinha em casa. A minha mãe não tinha tempo para mim e às vezes sentia-me sozinha, e eu fui procurar*

*amigas para me fazer companhia (...) mas que me ajudaram a arejar a cabeça (...) e a melhor forma foi divertir!*

E quando fogem de casa é, normalmente, com as amigas que passam o tempo e na casa das amigas que procuram abrigo. Sónia conta que começou a fugir de casa para poder estar com o namorado, mas *depois quando era para dormir ficava na casa de uma amiga*. Teresa, por sua vez, descreve o período que passou fora de casa e como a influência dos amigos é basilar, sobretudo se eles portarem modelos de liberdade que incitam à ruptura familiar:

*...não fazíamos nada, ficávamos na rua... às vezes até íamos à escola, mas nunca entrávamos nas aulas sequer... Não íamos à primeira nem à segunda aula e decidíamos ir passear. E andávamos pelo Cacém. Éramos só raparigas. E fazíamos de tudo um pouco.... tudo. Às vezes íamos a festas...não sei. Chegava à noite ou porque tínhamos uma festa aqui e que se eu for a casa não me vão deixar sair, assim também decidimos ficar todas juntas até à hora da festa...depois íamos. À noite já não voltávamos (...) Praticamente não dormimos essa semana. A única vez que dormimos, foi na casa de uma das raparigas.*

Quer as vivências de rua, resultantes dos processos de fuga, quer a intensificação do percurso transgressivo de algumas jovens, tiveram como pano de fundo as amizades “levadas para” e/ou feitas nas instituições de promoção e protecção. Das jovens entrevistadas com histórico de institucionalização, todas descrevem episódios de fugas e, com excepção de Verónica, estas fugas eram protagonizadas por grupos de raparigas da instituição. Ivone conta-nos que:

*fugia do colégio quase todas as noites para ir para o Bairro Alto com as minhas amigas, aparecia no dia a seguir e pronto. No Bairro Alto...divertíamos, ficávamos lá a conviver, a dançar, mas depois íamos sempre à polícia, para nos levar à instituição... (risos). Mas depois tínhamos consequências... ficávamos sem semanada e depois ficávamos de castigo. Mas reagíamos bem, porque no dia seguinte já estávamos a fazer porcaria (risos). Compensar, não compensava, mas já era mesmo por gozo.*

Mais do que fugir, Vera relata: *participei em alguns roubos, agressões, principalmente quando fui para o Lar, fugia muitas vezes com as meninas de lá. Duas das amigas foram para o Lar...e vieram para aqui (Centro Educativo) comigo*. A história de Mara não é muito diferente. Segundo ela arranjou novas amigas quando foi para o Lar e, com elas, *comecei a consumir algumas drogas, comecei a fugir, saltava o muro, agredia as pessoas... comecei a fazer porcaria*.

Metade das jovens que estão em Centro Educativo conhecem-se. Os seus caminhos cruzaram-se ora na infância, ora no bairro, e juntas entraram nas instituições da promoção e protecção e da justiça. Vera mostrou-nos, no parágrafo acima, que foi com duas amigas

para o Lar de Infância e Juventude e dali foram para o Centro Educativo. Eliana está com o mesmo processo que Joana: *somos amigas desde pequenas*. Mara fez o assalto com uma jovem que também está no Centro Educativo. Não estamos perante um fenómeno com a dimensão retratada no estudo de Cunha (2002), com mulheres reclusas, que “provindo dos mesmos bairros, (...) chegam à prisão articuladas em teias de interconhecimento, combinando laços de parentesco, amizade e vizinhança” (p. 311). Mas é possível sublinhar, no caso destas jovens, que as relações intramuros são também relações extramuros e, por isso, como diz Vera, há coisas em que vai pôr “*uma vírgula, para depois continuar a escrever. Outras coisas vou pôr um ponto final, porque as coisas têm de mudar...mas não vou mudar tudo, tudo, tudo (...). Nas amigas de mais tempo, ponho uma vírgula.*”

***Essas miúdas, tu contas a, elas percebem x, depois do x faz o abecedário todo...***

Apesar de ser com outras raparigas que as jovens mais se relacionam e até com quem mais se envolvem na transgressão, como analisaremos mais à frente, não deixa de ser curiosa a discussão negativa de género que emerge nos seus discursos.

Não consideram as raparigas confiáveis, preferindo a companhia de rapazes. Esta dificuldade relacional está muito bem descrita nos discursos de Vera, de Cristina e de Anita, todas com prática de ilícitos feitos em co-autoria de outras raparigas:

*Eu gostava de estar com os rapazes, mas a minha mãe não me deixava. Gostava de estar com eles para ouvir a conversa deles...eles diziam... olha! Já comi aquela dama...eu achava graça. Mas as meninas, quando estávamos juntas a conversar era sempre: ‘por que esta isto, por que aquela aquilo...não gosto nada destas coisas [Vera]*

*Eu penso que é mais fácil ser rapaz, as mulheres são muito intriguistas e acho que os rapazes arranjam menos confusão que as mulheres. As raparigas falam da vida das pessoas e isso gera muita confusão... os rapazes já falam de carros, de motas e coisas assim... não gosto de confusão!! Mas com os rapazes é preciso ter cuidado...porque são malandros (risos!!) [Cristina]*

*...tinha muitos amigos e parava no meio dos rapazes... e elas como são interesseiras vinham para o meu lado por causa dos rapazes. Não me juntava mais porque essas miúdas, tu contas A, elas percebem x, depois do x faz o abecedário todo, e vão inventando histórias, e isso para mim não dá. Os rapazes são fixes. As raparigas são muito cínicas e interesseiras... são invejosas. Isto é normal nas raparigas quando vêem assim muitos rapazes [Anita]*

Esta dificuldade relacional é visível, também, no caso das jovens internadas em Centro Educativo, onde os conflitos são frequentes e as amizades marcadas por alguma fluidez e inconsistência. Segundo Elisabete *...há sempre confusão todos os dias, intrigas,*

*por causa disto e daquilo... é assim nas casas das mulheres. A mesma ideia é partilhada por Vera que diz: estar aqui é muito chato porque eu não gosto de meninas... ah!!! Casa de meninas!!! Tu não viu lá fora...fogo...as meninas são muito confusionistas, epá!!!! os rapazes são mais... os monitores do outro lado dizem que os rapazes lutam, socos...mas estão amigos no dia seguinte. As raparigas dizem – eu não falo com aquela, aquela cheira mal. (...) Por isso casa de menina é sempre confusão. Por isso!*

Recorrentemente, associam os (amigos) rapazes a duas principais ideias: protecção e liberdade. No que se refere à protecção, Anita diz: *eles são muito protectores. A mim ninguém me tocava, eles protegiam-me.* Uma ideia corroborada por Joana: *eles são fixes, protegem-nos... vão saber tudo o que se passa, o que a gente fez e a gente não fez. Eu gosto deles.* Mesmo Verónica, contando uma história diferente, mostra como sentia essa protecção: *Quando o meu irmão foi preso eu continuei com os amigos dele e com eles experimentei branca<sup>91</sup> e fiquei viciada. Estava a morar na casa deles e eu era a menina mimada deles. Era droga para mim... no Natal trouxeram tudo só para mim. Nós íamos roubar carros, eles não me deixavam ir roubar com eles, ainda que eu quisesse ir com eles.*

Além da protecção, os rapazes têm mais liberdade e, por este motivo, como refere Vera, *numa parte eu gostava ter nascido rapaz, ser rapaz ou então maria rapaz. Porque os rapazes têm mais liberdade, por exemplo, o meu irmão podia chegar mais tarde enquanto eu às oito horas (noite) já tinha de estar em casa. Depois o meu irmão não tinha de lavar a loiça e quem tinha de lavar era eu!!! Porque é que a minha mãe não me pariu rapaz?*

As raparigas que apresentam trajectórias mais sistemáticas de consumos de droga, são aquelas que, em regra, se relacionam mais com grupos masculinos, normalmente mais velhos, e Marta procura explicar porquê:

*a maior parte eram rapazes, porque as raparigas todas certinhas não se metem nisso. Na altura andava eu e uma amiga... eu via-a como alguém do mesmo sexo que eu, com quem eu posso falar, em vez de estar a falar com os rapazes...os rapazes simplesmente era beber uns copos, jogar umas cartas, fumar umas ganzas e olhar para a televisão, mais nada... quando a conheci vi como um braço... alguém que tá ali... tá-se bem!! Dos rapazes, eram praticamente dois, três anos mais velhos do que eu... 17, 18 anos. Alguns, ainda mais velhos. Mas com esses já não me dava bem. Começavam a mandar bocas e há coisas que a gente não gosta de ouvir. És uma pita, és nova de mais, sai daqui, num sei quê... não devias estar aqui connosco.*

---

<sup>91</sup> Cocaína.



Nesta dificuldade relacional, a socialização de género parece assumir uma função crucial. Ando mais com raparigas, ... *se calhar por ser rapariga...!* Responde Cristina. *Menina deve ficar com menina e menino com menino*, retorque Vera ao normalizar as diferenças de género, como vimos anteriormente.

***Acho que amigas são aquelas que nos avisam...***

O grande investimento afectivo na amizade faz com que a falta de confiança entre as raparigas as torne mais vulneráveis, o que pode ajudar a explicar a ambiguidade discursiva em torno dos amigos. Se, por um lado, como descreve Luísa, *são muito importantes, porque eu não falo muito sobre mim à minha mãe, então, escolhemos os amigos para contar coisas*. Por outro lado, são transfigurados em algo negativo. *Acho que amigas são aquelas que nos avisam*, ideia de Mara que dá corpo a um dos temas recorrentes entre as jovens - a falta de lealdade e a traição, que as deixa encolerizadas.

Por causa das suas experiências em relacionamentos abusivos, muitas destas jovens dizem que não confiam nas pessoas de uma forma muito fácil e sentem-se particularmente magoadas se alguém que elas deixam entrar nas suas vidas lhes falha. Elas descrevem, frequentemente, relacionamentos instáveis e intensos, caracterizados por um período inicial de intimidade e de aproximação, seguido de rejeição e depreciação. Há um sentimento de se tornar incapaz de confiar nos outros. Muitas delas dizem que não sentem ter muitas amigas. Anita não confia em ninguém: *não confio em ninguém mesmo. Só tenho uma amiga, sempre nos apoiamos*. Para Sónia:

*as amigades que eu tive foram todas falsas (...). Porque quando a gente tá bem todas são nossas amigas, mas na altura em ca gente tá mal, não nos ligam importância nenhuma. Quando tamos mal aí vemos as verdadeiras amigas. Deixei as minhas amigades antigas, não tou com elas. Posso parar e falar um bocadinho com elas, mas não saio com elas, fico em casa com o meu filho.*

Numa tentativa de se proteger de outros desapontamentos, algumas jovens isolam-se de forma deliberada, enfatizando a sua auto-determinação: *Eu não tinha grupo nenhum. Eu estava sozinha. Dava-me bem com rapazes e tinha algumas amigas....não, conhecidas...sempre fui muito independente* [Anita]. Ou levam a cabo acções protectoras, magoando os outros de forma deliberada. *O que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar.... O que me vinha à cabeça era: fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti* [Elisabete].

Qualquer uma destas posições surge associada à crença de que “se permitires que alguém te desrespeite, serás deixada sem nada”, como expressam as palavras de Cristina e Isabel:

*se queremos ser respeitadas fazemos essas coisas... (...) Se uma pessoa me responde mal eu respondo mal, se alguém me levanta a mão eu também levanto... às vezes é a única forma de “sobreviver”!* [Cristina]

*Lá fora, tipo, ninguém vai gozar de nós... se prejudicam, nós prejudicamos também* [Isabel]

***Aqui dizem que somos influenciados, mas nós só somos influenciados se nós quisermos***

A literatura tem vindo a apontar que, além dos amigos/as, o envolvimento criminal dos familiares e dos namorados/ companheiros tem uma influência significativa nos percursos e nas escolhas das jovens raparigas. Contudo a análise dos dados das entrevistas não permitem concluir que familiares e namorados/ companheiros influenciam mais do que os amigos.

Relativamente aos familiares, não se ignora a força das vivências que algumas jovens tiveram junto de pais toxicodependentes e traficantes de drogas, nem a identificação com os irmãos com percursos delitivos, nem tampouco as experiências de detenção de um dos progenitores. Claro que todos estes aspectos, juntamente com a idade das jovens entrevistadas, são favoráveis à apreensão e aprendizagem sub-cultural. Mas da análise das entrevistas, o que parece sobressair é o contacto e a aprendizagem com os amigos e a procura e gestão dos comportamentos de risco.

Verónica e Marta são as únicas em que fica clara esta relação entre o envolvimento criminal de familiares e as suas práticas desviantes, que, em ambos os casos, se materializou num percurso de consumos abusivos de drogas. Verónica diz: *a partir dos 10 anos comecei a andar com ele (irmão) a vender droga*. Marta é envolvida no tráfico de drogas por uma das irmãs mais velhas, consumidora e traficante, e que, segundo os relatórios técnicos, utilizou Marta como correio para o tráfico.

Quanto aos relacionamentos amorosos, também não foi possível demonstrar que é com o namorado ou o parceiro que elas se iniciam na prática infraccional. Vimos atrás que, na maioria das jovens, a prática infraccional foi cometida com outras raparigas, em

contexto de grupo, sendo que, no que à transgressão diz respeito, as amizades parecem ser maior influência do que o namorado/ companheiro.

Esta situação não afasta, contudo, o facto de estas jovens escolherem, frequentemente, parceiros com trajectórias delinquentes. O ex-companheiro de Inês e pai de sua filha *tem antecedentes criminais. (...) ele já teve em prisão domiciliária, por furtos*. Ivone começou a namorar aos 13 anos com um rapaz mais velho e *que já teve preso e, neste momento, está preso também. Foi ele a ir preso e fui eu a ir para o colégio no dia a seguir. P'ra onde ia, se ele ia roubar carros eu ia-lhe fazer companhia, e foi isso também que me levou a ir para o colégio*. O namorado de Mara *também fazia porcarias, já foi traficante*. A história dos relacionamentos amorosos de Marta tem sido pautada pela instabilidade e desajustamento:

*Eu engravidei na fase do haxe e do álcool ... e foi um dia um, um dia outro.... Aquele com quem ele é mais parecido é toxicodependente, é maluco da cabeça, é todas essas coisas. (...) Dei-lhe oportunidade, este ano, de ver o miúdo duas ou três vezes, ele apareceu lá bêbado e drogado e eu nã... vai-te embora (...). Já tive mais dois namorados depois de ter o (filho), um tinha 32 anos, foi uma pessoa que me prendeu, foi uma paixão, e que desapareceu de um momento para o outro porque era casado, tinha filhos e eu descobri isso assim um bocado, e pronto. O outro que eu estive, esteve em França, veio para cá, esteve preso lá, e começou a consumir outro tipo de drogas e eu... xauzinho, bye, bye... até à próxima.*

Esta escolha não deixa de estar relacionada, para umas, com mudanças comportamentais, principalmente na relação com os pais, e com o início de práticas desviantes, como nos explicam Ivone e Sónia:

*Comecei a namorar aos treze com um rapaz mais velho que eu e foi desde aí que comecei a faltar ao respeito à minha mãe. (...) P'ra onde ia, se ele ia roubar carros eu ia-lhe fazer companhia, e foi isso também que me levou a ir para o colégio. Ao princípio a minha mãe deu autorização para eu andar com ele, mas depois quando ele começou a fazer outra vez asneiras é que começaram a reagir mal. A dizer p'ra eu não andar mais com ele... mas eu por trás andava. Não obedecia...estava mesmo... tapada (risos). Ele ao princípio era tudo muito bonito, tudo muito lindo, mas depois começaram a meter-lhe coisas na cabeça...*  
[Ivone]

*Os meus pais não gostavam do rapaz que eu namorava porque orapaz era agressivo comigo e essas coisas. (...) Queria estar com o meu ex e a minha mãe e o meu pai não me deixava... então comecei a fugir de casa p'ra poder estar com ele. (...). Comecei a fazer porcarias, a falar mal aos meus pais, a tratar mal os meus pais. Foi tudo por causa dele.*  
[Sónia]

Nestas duas histórias destaca-se as tentativas de fugir à vigilância e à reprovação parentais, mesmo quando essa reprovação era relacionada com o esforço dos pais em proteger as filhas de relacionamentos abusivos.

Temos vindo a mostrar que o grupo de pares constitui um espaço relacional fundamental para estas jovens, e que a associação e pertença a um grupo de pares que sustente crenças favoráveis ao desvio constituem uma fonte de influência para os seus membros. Mas a questão parece persistir e, mais do que discutir se são os amigos, os familiares ou os namorados que estão na base do desenvolvimento de comportamento transgressivos das jovens, é importante, também, perceber como é que elas se posicionam face à procura e/ou gestão dos comportamentos de risco.

Da análise das narrativas das jovens entrevistadas foi possível discernir dois grandes discursos: o da identificação e o da pressão. Estes discursos não deixam, contudo, de compreender a dificuldade sentida em traçar as fronteiras que definem onde começa e acaba o comportamento por influência, principalmente devido à acção reflexiva que é constante na construção narrativa destas jovens, como nos mostra Isabel: *vi os outros a fazerem e quis fazer também, quis-me armar em super-mulher. Se fosse agora, não ia para más companhias... não mudava de amigos, mas se os visse a fazerem porcarias não fazia com eles.*

O primeiro discurso – o da identificação - apela a percursos que partem das suas próprias decisões, relacionados com a excitação e o prazer que tiram desse(s) comportamento(s). Ou seja, as jovens que se encaixam neste discurso (metade das entrevistadas), afastam-se da ideia de pressão dos pares, sugerindo que a decisão pelo caminho da transgressão, mesmo feito em contexto grupal, é, em última instância, das próprias. *Eu fui porque quis [Anita] ou fui eu que fui com a minha própria cabeça [Cristina],* são as expressões que melhor representam este pressuposto.

Fica subjacente, nos seus diálogos, a importância da experimentação, mas também a ideia de que as jovens assumem riscos pelo desejo de manter relacionamentos e por questões de identificação com o grupo. Inês, por exemplo, sente uma grande admiração pelos elementos da família alargada que se encontram presos, sentindo-se identificada com as suas histórias de vida. Viver situações de risco é o que dá sentido à sua vida. Conta que começou a experimentar furtos e assaltos porque viu uma amiga a fazer *e quis experimentar, não é? Depois disso comecei a fazer, a fazer, fazer, fazer... foi para experimentar, para saber com'é que é. (...) Eu sou assim, gosto de saber qual é o meu limite. Nesta vida ou morres, ou vais preso ou foges! O meu objectivo é curtir a vida, viver cada dia que passa como se fosse o último.*

Esta agencialidade que emerge do discurso, é igualmente utilizada por Mara e Anita. *Andava porque quis. Eu via elas a divertirem-se em sítios que nunca tinha estado, então tinha curiosidade. Queria experimentar [Mara]. Ia a festas com as minhas amigas, comecei a entrar noutra mundo... o mundo da favela [Anita].*

Na esteira do que tem sido defendido por Miller (2001) e Batchelor (2009), não podemos descurar que as escolhas feitas pelas jovens são enquadradas por constrangimentos estruturais e circunstâncias sociais adversas que podem ser limitativas da sua própria agencialidade. Como vimos anteriormente, a opção por percursos e comportamentos de risco está relacionada com o número de contextos com os quais as jovens têm ligações negativas.

O segundo discurso, menos dominante, mas igualmente significativo, apoia-se na vulnerabilidade à pressão do grupo (*Sozinha não era capaz de o fazer. Não penso em voltar a falar com elas [Maria]*) ou na influência de drogas ou outras substâncias sob a acção (*Tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada. Com 10€ só dava para comprar um paco<sup>92</sup> de branca, mas não tinha 5€ para a heroína, e para isso comecei a entrar na prostituição [Verónica]*).

Relativamente à influência dos amigos e de se ser influenciável, Teresa considera que as experiências que fez foram *mais pela influência. Não sei, talvez...dantes era mais influenciável. É mais naquela, por exemplo, num grupo de amigos em que todos fumam se um não fuma depois ele fica mal, depois: - ah! tu não fumas és isto e aquilo, uma pessoa acaba por se sentir pressionada. E houve uns tempos que me senti pressionada.* Esta opinião é partilhada por Sónia: *quando fugia ia ter com ele, fugia só para ir ter com ele. Foi tudo por causa dele.* Aliás, toda a sua história, reflecte este peso da influência.

Em nenhuma destas situações se encaixa a história de Luísa, que apresenta um percurso normativo, até ao momento em que a transgressão ocorre, e se demarca deste posicionamento expresso nos discursos anteriormente relatados. A entrada de Luísa no sistema de justiça, por posse de arma branca, em nada se deveu à influência de pares, nem à pressão grupal, mas a questões situacionais e à reacção a elas. Luísa conta:

*Conheci uma rapariga que sabia de coisas que não devia saber. As pessoas com quem ela se envolveu não queriam que ela fosse a tribunal, portanto começaram a atacar as pessoas mais próximas dela, os amigos, e prontos! Uma vez fui levá-la a casa e quando a deixei parou um carro a perguntar se a conhecia (..) No dia seguinte, fui a casa de um amigo meu e quando estava a andar, eles pararam novamente o carro, eu nem vi...meteram-me dentro do carro. Eu no dia anterior, com medo deles me terem agarrado, andava com uma ponta e mola dentro do bolso, de defesa (...).*

---

<sup>92</sup> Pacote, dose.

As experiências e os significados atribuídos à transgressão são variados. *Há pessoas que já nascem para aquilo. Uns roubam por necessidade, outros roubam porque sim* [Vera]. Umás porque são influenciadas, outras porque lhes está no sangue, outras porque têm pancadas [Célia]. *Se calhar porque vêem as pessoas que fazem coisas, tipos de crimes, e se queremos ser respeitadas fazemos essas coisas* [Cristina]. São inúmeros os motivos que as jovens descortinam e, nos seus discursos, estes motivos não têm género, aliás, como aponta Elisabete: *hoje em dia não há nada que um rapaz faça que uma rapariga não saiba fazer. As raparigas só não cometem tantos crimes como os rapazes porque são betas*.

## 5.2. As experiências e os significados da transgressão

### 5.2.1. No trilho da infracção

#### *Foi a cena do momento*

No capítulo 4 vimos que a prática de ilícitos contra a propriedade, especificamente o roubo, e contra a integridade física são os mais expressivos, e que a presença das raparigas nos crimes contra a integridade física é significativa, a par do aumento da prática de roubos, que em si implica a utilização de mais violência. Mais do que dividir as jovens por tipo de ilícitos praticados, que a análise não aponta como significativa, são as motivações e as dinâmicas do seu comportamento que parecem surgir como pertinentes. À imagem do que tem sido apontado pela literatura mais recente (Batchelor, 2007, 2009), e ao contrário dos discursos (teóricos) dominantes, o comportamento das jovens, pelos vários percursos de violência, parece ver nascer outras motivações que as colocam no caminho de uma procura mais activa do risco, da experimentação e da busca de sensações euforizantes, relacionadas com o divertimento e a “adrenalina”.

Esta questão ajuda a compreender, em parte, a dose de imprevisibilidade que as jovens referem no que concerne à passagem ao acto. Segundo Joana: *não foi combinado, nem nada... a gente dizia: vamos àquela! E íamos. Vamos àquela! E íamos. Assaltávamos as pessoas na rua*. Também Elisabete destaca a importância da decisão do momento: *naquela noite nem pensamos em fazer nada daquilo, foi a cena do momento, deu-nos na*

*cabeça e dissemos: vamos lá assaltar aquelas miúdas. Foi assim. A partir daí foram assaltos, agressões...*

Para a maioria, a ofensa não parece surgir como algo planeado, ou um fim em si mesmo, mas como um meio onde encontram divertimento, onde testam limites, onde expressam emoções e gerem sentimentos. Por este motivo talvez, fazem-no em grupo e, como vimos no ponto anterior, com o grupo de amigas. Apenas, pontualmente, a actividade criminal é descrita como uma actividade solitária. Célia conta que *houve uma vez que fiz sozinha. Depende da situação. Se for um grupo para um grupo está certo, mas se for um grupo para uma só ou para um só, aí também já é um bocadinho de cobardia (...). 4 ou 5 quando é só uma rapariga, entra logo em choque, bloqueia ela e bloqueia-nos a nós...* Também Inês começou por influência de uma amiga, mas rapidamente começou sozinha a fazer assaltos assim na rua, telemóvel, Mp3, Ipod. *Depois fui, fiz um assalto, digamos fiz vários assaltos no vestuário, roupas, assim, em lojas e já me apanharam duas vezes....*

Se a passagem ao acto pode ter uma certa dose de imprevisibilidade, como vimos, a escolha das vítimas (pessoas) e a abordagem parece ser mais selectiva. Os discursos de Joana e Célia parecem ser bons exemplos desta questão. Segundo Joana seleccionam *os betos, o bom griffe*. Além dos betos, é visível, também, o que Artz (1998) chamou de "violência horizontal", ou seja, as raparigas tendem a perpetrar violência junto de outras raparigas. A este respeito, Cristina diz: *são mais as raparigas que são assaltadas. Porque são alvo mais fraco... às vezes dão pena*. No mesmo sentido explica Célia: *normalmente sempre foi mais aos da nossa idade, da nossa altura e raparigas, ou então miúdos pequeninhos*. Apesar desta ser a prática, não deixa de considerar que acaba por ser um pouco *indiferente... rapazes ou raparigas vais dar ao mesmo....bloqueiam...uma rapariga assaltar um rapaz! É um bocadinho...* As expectativas de género parecem jogar, aqui, a seu favor.

A abordagem também não é inocente e a finalidade passava quase sempre por pedir o telemóvel, o Mp3, o dinheiro ou a carteira. Célia descreve uma das suas abordagens:

*Era sempre da mesma maneira, perguntávamos as horas, mas tínhamos de ter atenção àqueles que não tinham relógio no pulso, para tirar o telemóvel para ver. ... tirávamos os telemóveis e começávamos a correr. Outras vezes era pedir para mandar uma mensagem, a gente fingia que estava a mandar uma mensagem e depois dizíamos: - o que é que queres? O telemóvel? Esquece! O telemóvel já não (risos). A pessoa ficava abananada, é normal também.*

Com o dinheiro ou com a venda/ troca do resultado do roubo, as jovens normalmente compram *droga, digo chamon, coisas para nós, tipo roupas... Puma, Lacoste, Nike, Salsa e ténis de marca* [Joana]. A cultura do consumo incide directamente sobre todos as jovens.

Se estes podem ser os objectivos e o *modus operadi* prevalecente, nem todas as posturas e discursos se identificam com esta racionalidade comportamental, assumindo papéis mais secundários e colocando-se numa posição de espectador. Para Anabela os ilícitos foram uma casualidade em nada premeditada. Conta que tinha saído de casa por ter discutido com a mãe e que ficou enredada na situação sem que para isso tenha contribuído:

*Nessa noite a minha mãe começou a beber e num sei quê e eu saí. E foi logo com pessoas que eu não devia ter saído, resultado... essa minha amiga 'tava lá, e tentou assaltar duas raparigas, e eu estava com ela mais os outros. (...) ela pediu 1 €, e elas disseram que não tinham, depois ela puxou o Mp3 e tirou-lhe os fones. Depois chamou-lhe estúpida ou atrasada, ou o que é que foi, e mandou-lhe um estalo, depois eu gritei: - o que tas a fazer e num sei quê (...). Eles começaram a correr e eu fui atrás. 'Tava sozinha com eles, e depois ela (...) pediu-me para guardar e eu era a única que tinha a mala e feita estúpida fiquei com o mp3. (...) mas depois até as raparigas disseram que não tinha feito nada. Se eu tivesse em casa não me tinha acontecido nada disto!"*

### ***Acho que o que eu fiz não foi nada grave***

Para lidarem com os impulsos de obediência às normas, as jovens procuram encontrar razões e justificações para o seu comportamento transgressivo, recorrendo ao que Sykes e Matza (in Becker, 1977) chamaram de “técnicas de neutralização”.

As justificações apontadas foram variadas, e retirando aqueles que estão relacionados com as (dis)funcionamentos familiares e com a influência e pressão dos amigos, que abordamos nos pontos anteriores, podemos organizá-las em seis principais tipos:

A mais comum é a **desvalorização do acto e da nocividade do seu comportamento**. As jovens consideram que *não tinha nada de mal* [Célia] e que *não fazíamos assim coisas do outro mundo* [Teresa], aliás, como refere Isabel, são actos normais dos jovens da sua idade. Esta desvalorização tende a acompanhar a ideia de que os seus actos não são graves, como descreve Eliana: *acho que o que eu fiz não foi nada grave. Nem devia estar aqui. Ameaçar uma pessoa é grave? Ameacei com um pau. (...) Ameacei por ameaçar*. A redução da significância dos seus actos é ainda maior quando os



comparam com outras ofensas. Inês diz que *há crimes e crimes... para mim roubar não é assim um crime. Matar alguém, assim, é um crime... não sei bem dizer, mas para mim não tem significado de crime*. No mesmo sentido vão as opiniões de Elisabete e Célia:

*Foi uma coisa muito grave, mas por outro lado acho que não. Há coisas que não são tão graves como outras, por exemplo, agressão a uma pessoa idosa é grave, uma pessoa que podia ser nossa avó. Deixar lá fora uma pessoa que esfaqueou uma mulher... [Elisabete]*

*Eu acho que, vendo bem as coisas, não foi assim uma coisa muito grave, porque há quem ande aí a matar e ande solto, quem ande aí a violar e está solto. Nós por roubar um telemóvel temos uma medida ...e quem anda aí a matar e a violar não tem medida nenhuma, anda de cabeça erguida se for preciso [Célia]*

Associado a esta desvalorização do acto, Célia fala-nos, também, de uma certa desvalorização do actor, seja ele vítima ou agressor. Ou seja, o processo de desqualificação quer das vítimas, quer dos agressores é feito através de um mesmo processo - o de afastamento identitário: *...para já eu não passava o telemóvel para a mão de um estranho, isso era logo a primeira, porque acho um bocado de estupidez da parte... vamos lá ver... os assaltantes são estúpidos, mas os que são assaltados também são estúpidos, um bocado, porque passam os telemóveis assim, não dão luta, não dão nada! E depois ainda para mais na rua, há gente a passar podiam gritar – aquela está a assaltar!* Quando os assaltados dão luta, Célia tende a afastar-se do estereótipo de agressor: *um assaltante a sério nunca faria isto*, ou seja, não mostraria condescendência pela vítima, nem utilizaria estratégias *soft*, como descreve:

*... nestas alturas mais vale não dar luta. Eu não falo por mim, (...), porque não seria o meu caso, mas se eu tivesse uma arma e se alguém me quisesse dar luta mesmo e eu me passasse da cabeça, assim de repente, lá vai o carmo... mas eu sei que há pessoas assim, prontos!! Eu já não dou luta, mas foi mais conversa... eu gosto muito de fazer bluff (...) ou então era mais fazermo-nos nós de vítima (...)*

A esta incapacidade de dimensionar os efeitos que os seus actos provocam sobre outros, junta-se uma certa **incapacidade para determinar a consequência dos seus actos**. Eliana e Ivone falam-nos da vontade do momento e de uma certa incapacidade de reflectir sobre os seus comportamentos. Eliana diz: *apeteceu-me. Não pensei nas consequências*. E para Ivone: *eu antes fazia tudo de cabeça quente, sem pensar*. Mara, Inês e Célia, por exemplo, falam do impulso da curiosidade, da experimentação, de *ver onde chegas, qual é o teu limite!* [Inês]. Para Marta e Verónica esta incapacidade advém da dependência e dos consumos de drogas. Marta relata que naqueles momentos não pensava se estava certo ou errado, *vivia suspensa ali... (...) sem pensar nos outros, sem pensar em consequências... só pensava fazer aquilo e ficar ali e pronto*. Já Verónica

atribui as culpas do seu comportamento transgressivo às alucinações causadas pela dependência de droga e à necessidade de dinheiro para comprar drogas: *Bati numa vizinha minha para ter dinheiro (por causa das alucinações). Ela não desmaiou, eu só lhe desfigurei esta parte toda (apontando para a cara). Ela reconheceu-me. Outra vez, também, porque precisava de dinheiro assaltei uma rapariga que eu conhecia e roubei-lhe o dinheiro todo.*

Ainda no esforço para compreender esta incapacidade para determinar as consequências dos seus actos, surgem os discursos construídos em torno da ideia de que se a primeira vez correu bem *a segunda também há-de correr... não quer dizer que seja, mas no nosso pensamento é assim* [Célia]. Esta ideia transforma-se num mecanismo justificativo da continuidade da prática transgressiva. *Já tínhamos feito muitas vezes, e nunca tinha acontecido nada de mal*, replica Célia. Ou como descreve Inês: *de tantas coisas que eu fiz ainda não fui penalizada, só por uma coisinha assim, agora aqui estou eu*. Aliás, não raras vezes, consideram que foram apanhadas por *estupidez*, como nos conta Célia e Marta:

*A primeira correu bem, a segunda já não tanto. Também foi um bocadinho de estupidez nossa. Estávamos ali mesmo ao pé da esquadra, foi estupidez, mas pronto aconteceu* [Célia]

*... fui apanhada pela polícia com uma quantidade de haxe que não era para consumo. Fazia anos, comprei para me divertir e partilhar com as outras pessoas. (...) aquilo não era nada. Nós éramos 6 pessoas dentro da casa abandonada e eu feita estúpida tinha a caixa dentro do bolso, tive n oportunidades para tirar o casaco... ou dizer que era de todos... mas...* [Marta]

Outras explicações são direccionadas para a **passagem por Lares de Infância e Juventude**, sendo à instituição que tendem a atribuir as culpas dos seus comportamentos. *Fui para o Lar x por causa da escola e foi lá que fiz o roubo e vim parar ao Centro Educativo*, afirma Joana. *Particpei em alguns roubos, agressões, principalmente quando fui para o Lar x*, refere Vera. Sabemos que nem todas as jovens passaram por instituições da promoção e protecção, mas para as que passaram, os discursos sobre “o colégio” centram-se profusamente nas fugas e nas vivências de rua. Aliás consideram que a passagem pelo colégio piorou os seus comportamentos. Segundo Elisabete: *eu já me portava mal, mas na rua eu chegava a casa e tinha quem me ‘desse de comer’, lá não, tinha muita mais liberdade, andávamos por onde queríamos. Os educadores não tinham*

mão (...). Joana vai mais longe: *lá era uma casa muito triste. As miúdas 'tão a sair de lá e 'tão a vir todas para aqui (Centro Educativo).*

Menos comuns, mas igualmente significativas são:

A “**condenação dos condenadores**”, mencionado por Anita e por Elisabete: *mas eu fui a única a ser condenada, é sempre, sempre o elo mais fraco!* [Anita], *Eu achei que foi por questões de racismo. (...). Paga o justo pelo pecador* [Elisabete].

As **explicações mais fatalistas** que se orientam, ora pela ideia de um destino que parece já estar traçado, como refere Inês: *nesta vida ou morres, ou vai preso ou foges!* ou Ivone: *aprendi a aceitar a vida como ela é, aprendi... posso morrer hoje ou amanhã, posso ir presa hoje ou amanhã. É normal. Ora por considerar que uma pessoa com mais problemas tem mais probabilidade de fazer algo mal do que uma pessoa que não tem problemas... no fundo todos temos problemas, mas aquelas que têm problemas mais sérios...agem mais mal do que uma pessoa sem problemas, né!* [Célia].

E, por fim, a necessidade de serem **respeitadas**, ou seja, *se queremos ser respeitadas fazemos essas coisas... depois fazemos erros*, lembra Cristina. O comportamento agressivo às vezes é a única forma de sobreviver! [Cristina] e por isso é necessário não ceder e passar uma imagem de força, porque a qualquer altura as vítimas ou os pares ofensores podem tentar tirar vantagem disso. Mara conta que: *ver a miúda a chorar à minha frente, fiquei mal, mas queria fazer-me de forte e fui mantendo*. Marta, por sua vez, associa a força à natureza e à figura masculina e mostra como passar essa imagem é fundamental para obter respeito:

*É a minha protecção, é o lado másculo a falar, o lado mais da força. (...). A figura masculina é importante para meter medo aos que não me conhecem. Eu sei e sinto que meto medo a muita gente (...). Porque já me viram à pancada com homens... não com miúdos da minha idade. E já viram que eu não saio magoada, quem sai são os outros. É a figura que eles constroem sobre mim, a partir daquilo que vêem e daquilo que ouvem.*

### ***A minha pena não foi justa***

Todos estes mecanismos, referidos anteriormente, ajudam-nos a compreender os sentimentos de injustiça sentidos na aplicação das medidas tutelares educativas. A maioria partilha da opinião de Eliana: *a minha pena não foi justa*. E vão construindo as suas opiniões entrelaçando várias ideias.

Umás consideram que a medida foi dura e procuram encontrar justificações principalmente na ideia de que estão a cumprir por tudo o que já fizeram. Para Joana a medida é muito pesada, mas *se calhar ele (o juiz) achou que eu merecia. Tinha outras*

*coisas para trás. Inês faz um mesmo comentário: dois anos é muito para uma coisa que eu fiz... que eu faço. Acho que estou a cumprir por tudo o que já fiz!* Esta ideia de um percurso transgressivo longo e que vai além do que está registado, levou Elisabete a exclamar: *dois anos por causa de um processo... então quando vierem os outros vou morrer aqui... eu tenho mais 11 processos.* Ou como reflecte Verónica, com um suspiro de alívio: *aquilo que fiz dos 10 aos 15 anos pensava que ia levar cadeia. Mas vim para aqui (Centro Educativo).*

Outras sentem-se injustiçadas por considerarem que tiveram um papel secundário na prática do ilícito. Vera relata: *participei em alguns roubos, agressões (...) apesar da medida ser injusta. Afinal eu só fiquei a ver. Mas o juiz disse que tanto é ladrão quem rouba como quem fica a ver. Estou a pagar medida pelo que as outras fizeram. Não fiz mal a uma mosca.* Também Célia considera que o que fizeram não foi grave: *eu acho que não foi assim uma coisa muito grave (...). Nós por roubar um telemóvel temos uma medida. Daí acho que não está justo. Porque antes de se preocuparem connosco, deviam preocupar-se com os mais graves.* Aliás, face a estes sentimentos, é comum considerarem que as medidas não são adequadas àquilo que fizeram: *acho que por bater não é justo, há coisas piores. Um castigo, trabalho comunitário... agora todos os meses vir aqui!* [Fátima].

Apesar de a maioria das jovens considerar que a medida que lhe foi aplicada é injusta, pelas mais variadas razões, em regra consideram que esta constituiu um momento de viragem *para não continuar nesta vida* [Mara]. De forma diferente pensam Inês e Anita. Para Inês a medida que lhe foi aplicada não tem qualquer significado: *estou aqui por estar, por obrigação, porque se não fosse obrigada não estava aqui.* E Anita apesar de aceitar a medida aplicada, explica: *eu só estou aqui para obter a guarda da minha filha, porque se não fosse isso nem me viam cá. (...).*

Outras ainda falam das medidas injustas dentro da injustiça que é o sistema, e que a expressão de Anita resume de forma peculiar: *quando metem o olho, como se diz, cada um com a sua sorte.* Também Elisabete expressa os seus sentimentos relativamente a esta questão dizendo:

*... senti-me com muita raiva dentro de mim. (...). Eu achei que foi por questões de racismo. Elas são as duas brancas e eu era a única preta lá no meio. Só me veio à cabeça que estão a cometer a maior injustiça da vida deles. Paga o justo pelo pecador. Eu agarrei a jovem e ela é que apontou a navalha. Acho que é muito mais grave apontar uma butterfly do que agarrar.*

Além de uma “justiça” injusta, as jovens consideram também que a justiça é lenta, não é eficaz e interrompe as suas vidas. Segundo Sónia: *na altura já estava melhor, só depois de uma pessoa estar melhor é que nos chamam para ir a tribunal e depois aí é que nos fazem os castigos... acho que deve ser na altura em que uma pessoa está a portar mal...* Vimos, no capítulo anterior, que o hiato temporal entre a data do primeiro ilícito praticado e conhecido e a data da decisão judicial, quer esteja em causa a aplicação de uma medida institucional ou não institucional, nunca é inferior a 12 meses. Vera disse *que ia esquecer, que ia dar a volta à minha vida, mas o tribunal não esquece, nem as pessoas ofendidas. E no momento que a nossa vida está a correr bem eles mandam-nos para aqui. (...). Quando estava tudo mal, não vim... agora que está tudo bem... vim para aqui. Senti-me mal com a vida.*

### **5.2.2. Reflectindo as coisas que fizemos...**

Num estudo que tem como objecto os trajectos de jovens raparigas a quem foram aplicadas medidas tutelares educativas, estas medidas assumem, de forma inevitável, um papel de destaque. “Estar aqui”, como referem recorrentemente, marca os seus discursos. É em torno deste acontecimento da sua vida que constroem um antes e um depois, que põem vírgulas ou pontos finais nos seus trajectos, que reflectem as suas práticas, que fabricam arrependimentos e edificam presentes e futuros.

#### ***Agora que estou aqui, acho que me arrependo***

Temos visto que as raparigas não são avessas ao risco, e que a experimentação, o divertimento e as sensações de adrenalina fazem parte dos seus discursos quando falam das suas experiências transgressivas. Temos pesado a importância do processo de desvalorização dos seus comportamentos transgressivos, na justificação dos mesmos e como factor desencadeador de sentimentos de injustiça. Mas, se *agredido já tinha agredido, é normal*, como diz Mara, não menos importantes são os sentimentos de arrependimento, que assumem aqui duas principais expressões.

Por um lado, o arrependimento que surge no momento da prática transgressiva, e que habitualmente está relacionado com sentimentos de condescendência e preocupação com o outro. *Apertar uma pessoa... ver a miúda a chorar à minha frente, fiquei mal*, conta Mara. Ou como explica Célia: *quando elas começavam a chorar, aí a minha mãe e num sei quê, a minha mãe vai-me bater por eu perder o telemóvel... eu ficava assim, e*

*agora o que é que faço! Coitado! (...). Às vezes acabava por desistir. Pegava nas coisas e desatava a correr e, tipo, mudaste de ideias??? Pois...*

Por outro lado, encontramos construções funcionais de arrependimento que emergem do processo reflexivo iniciado com a aplicação da medida tutelar educativa e desenvolvido ao longo do tempo. Como refere Elisabete: *penso na pessoa que foi assaltada... por vezes penso, mas na altura nenhuma de nós pensou, se não, não estávamos aqui*. Ou como verbaliza Eliana: *agora que estou aqui (Centro Educativo), acho que me arrependo*.

Este arrependimento exprime-se, também, na ideia de que *foi tudo em vão*. [Sónia], que *não rende uma pessoa estar a fazer estas coisas. Nunca tem um final feliz. Acaba sempre mal. A verdade vem sempre ao de cima...* [Célia], pois, na realidade, *perde-se muito mais. (...) Ganhar não vejo ganhar muita coisa. Às vezes tem o seu certo gozo...mas não devemos arriscar muito* [Ivone]. Há implícito, nestes diálogos, a percepção da fatalidade dos mecanismos de punição, quer sejam formais ou informais.

Inês é das únicas jovens que, de forma aberta, exprime que não se sente mal com a prática de ilícitos, aliás diz: *agora que estou mais acostumada não sinto nada*. Mesmo assim, confessa: *sei que não está correcto, porque não gostava que fizessem isto comigo. Não sou boa pessoa por aquilo que faço, mas sinto-me boa pessoa*.

À medida que constroem narrativamente estes sentimentos de arrependimento e a ideia de que se perde mais do que se ganha, misturam-se outras reflexões associadas à vergonha e à rotulação. Para Ivone *perde-se a confiança de muita gente... as pessoas acabam por não falar connosco, sofremos uma certa discriminação*. Cristina refere: *vamos na rua e alguém diz: 'olha lá vai a rapariga que me assaltou! É uma vergonha!* De vergonha também nos fala Verónica: *naquela altura eu achava bem, que era tudo bem, mas agora [...] como eu andei pela cidade! Até dá pena, até tenho vergonha! Se algum vizinho viu!*

***Mudei três vezes: eu era boa, mudei para a segunda que já era má, e agora mudei outra vez...***

O facto de todas estas jovens estarem a cumprir medidas tutelares educativas faz com que construam discursos que se organizam em torno de um antes e de um depois e, como diz Joana, *faz-nos reflectir as coisas que fizemos*. Apesar de a maioria das jovens se

sentirem injustiçadas com a aplicação da medida, são principalmente as jovens internadas em Centro Educativo que nos falam das “vantagens” da medida na sua vida. Segundo Joana: *acho que também há vantagem de ter vindo para o Centro Educativo, é que aprendi muitas coisas, acho que vou sair daqui uma senhora. Há males que vêm por bem. Antes eu era malcriada, não cumpria com as ordens dos meus pais, fumava, bebia, não respeitava as pessoas na rua. Mudei muito... muito tempo num Centro Educativo... acho que é assim!* O discurso de Joana, representativo da maioria das jovens internadas em Centro Educativo, dirige a nossa atenção para os efeitos do processo de ‘normalização’ a que as jovens estão sujeitas ao entrar num Centro Educativo. Por um lado, porque esta entrada implica romper com o meio e com os modos de vida habituais e, por outro, porque o Centro Educativo representa a ordem e a autoridade a que se obedece.

É em torno do excesso de regras que as jovens constroem as suas narrativas sobre a permanência no Centro Educativo. A este respeito, Cristina diz: *sinto-me mal com tantas normas e regras.... Tudo o que faço tem uma regra... isto não é normal tantas regras... cruzes!* Às regras associam o estar fechado: *não queria estar aqui, não sei! Vim para aqui, tem muitas regras. Em casa cozinhavas...podias sair. Aqui ficas sempre trancada. Só algumas vezes somos recompensadas, e, pelas asneiras de umas pagamos todas, não é justo!* [Isabel]. A característica de instituição total que subjaz aos Centros Educativos, faz com a gestão do dia-a-dia e dos relacionamentos entre as jovens e com os diferentes agentes educativos surja como uma grande dificuldade que elas tendem a assinalar. *Estamos a viver no mesmo tecto 24 sobre 24 horas*, comenta Joana, *havendo sempre confusão todos os dias, intrigas, por causa disto e daquilo... é assim nas casas das mulheres* [Elisabete].

Se recordam o ingresso no Centro Educativo como um momento triste, marcado pelo perda de autonomia, de liberdade, de vontades próprias, gradualmente vão apre(e)ndo essas “normalidades”. Mara, por exemplo, recorda que no início *senti-me mal...mas depois senti-me bem, porque permitiu-me fazer coisas que na rua não fazia, como estudar... mas agora já sei sorrir.*

Assim, se inicialmente as jovens tendem a reagir mal à medida, como expressa Elisabete: *ao princípio quando nos colocam aqui pensamos que não vamos fazer nada e que quando sairmos vamos partir tudo*, quando confrontadas com a situação de internamento, (re)pensam estratégias de adaptação (Gonçalves, 2000). Mais conformistas ou mais conflituosas, Anita mostra como essas adaptações podem ser funcionais: *Eu sei-me conter. Eu posso estar contente aí, mas ninguém sabe o que está dentro.*

Longe do mundo “lá de fora”, a vida é colocada entre parênteses e como diz Vera: *quando cheguei aqui pensei pôr um ponto final, mas depois pensei melhor e decidi pôr uma vírgula e continuar depois (com ainda mais juízo)*. A questão que se coloca (e que só estudos de *follow up* e de reincidência conseguiriam responder) é a de saber o que estas jovens escreverão depois dessa vírgula, que constituiu a passagem pelo Centro Educativo. Segundo Pinheiro (2004: 146), “ tudo indica que ‘lá fora’ os problemas se mantêm e as referências identitárias passam a ser diferentes das do Centro”. Se a passagem pelo sistema de promoção e protecção parece tê-las “empurrado” para o sistema de justiça, fica em aberto se o sistema de justiça juvenil as “empurrará” para o sistema de justiça penal, como tem vindo a ser alertado em diferentes estudos, destacando aqui o trabalho de Matos (2008) que mostra que 1/3 das mulheres com menos de 21 anos detidas em prisões portuguesas têm, no seu percurso, contactos anteriores com o sistema de protecção e de justiça juvenil.

Se com as jovens internadas em Centro Educativo se materializam as rupturas com os modos e hábitos de vida anteriores, isso não acontece, de forma tão expressiva, com as jovens em cumprimento de medidas na comunidade. Esta situação não afecta nem a construção dos sentimentos de injustiça relativamente à aplicação da medida: *há um monte de pessoas que fazem coisas bem piores do que eu e não têm de estar a vir aqui sempre* [Anabela]; nem no processo reflexivo iniciado após a aplicação da medida: *a Ivone que era antes não é a Ivone de agora* [Ivone]; *Acho que fui uma má filha, mas estou a mudar. Acho que devemos sempre aprender com os erros.* [Sónia]. Ambos os processos são transversais a todas as jovens com medidas tutelares educativas. As grandes diferenças encontradas são sobretudo duas:

A aplicação das medidas não institucionais é mais afectada pelas transições que ocorrem nos percursos de vida das jovens e, caso estas não se identifiquem com a medida, são mais frequentes as ausências, as interrupções e os pequenos incumprimentos. Célia, por exemplo, no âmbito da medida tutelar, retomou a escola para a frequência de um curso de Formação Profissional, entretanto abandonou o curso por ter dificuldade em acordar cedo para apanhar os transportes públicos e em sair do Bairro (contam os relatos técnico). Outra história é contada por Sónia. Cumprindo uma medida de imposição de obrigações, Sónia não se identifica com algumas das obrigações a que foi sujeita e diz que: *andar num psicólogo para mim não dá, porque eu não me sinto à vontade com o psicólogo, para mim falar com um psicólogo é a mesma coisas que falar com ninguém. O*



*curso, cumpri 2 meses e meio, mas depois fui para a Bélgica, depois fui-me inscrever outra vez no curso para poder cumprir o que me fizeram cumprir...*

Uma outra diferença é na verbalização dos efeitos da “normalização” pretendida. Inês recusa e rejeita a medida: *para mim estar aqui não tem significado... (...) Não gosto de cumprir regras, não gosto de ser obrigada a uma coisa, de ser obrigada a estar cá. (...) Isso não ajuda nada. Piora... não saio daqui contente... saio daqui zangada.* Célia, apesar de aceitar a medida, não lhe confere reconhecimento, ou seja, *não foi pela medida que deixei de praticar estas coisas, foi porque realmente acho que não vale a pena (...). A medida ajudou, no meu caso ajudou, mas conheço casos em que eram várias medidas e continuam na mesma. Não é por uma medida que vai mudar a pessoa, apenas pode ajudar, dar assim um abanão.*

Qualquer uma destas jovens a cumprir medidas não institucionais acrescenta às suas narrativas outras preocupações e desafios de quem “ficou cá fora”, (con)vivendo nas mesmas condições estruturais e nos mesmos cenários socializadores, procurando estratégias num horizonte desprovido de projectos viáveis e aberto a inserções precárias e instáveis. Vejamos algumas histórias.

Fátima conta que *entre a escola e o trabalho, optei por trabalhar... comecei num cabeleireiro. Quando saí da escola fui para lá trabalhar. Depois fechou e eu procurei num loja de telemóveis, mas era muito longe e eu desisti, depois encontrei numa loja de revistas.* A escolha pelo trabalho não surge, para Fátima, como uma opção de investimento e crescimento profissional, mas como um meio *para comprar as minhas coisas, ter dinheiro para sair quando quero, querer uns ténis e poder comprar.* Esta situação, associada ao desinvestimento escolar, coloca Fátima numa situação de maior vulnerabilidade e fragilidade sociais. À data do estudo, estava desocupada e com dificuldades de integração escolar, associadas a uma baixíssima motivação: *se tiver de ir para a escola, tem de ser, pelo menos para fazer o quinto, depois o sexto penso que é mais fácil. Tem de ser!!!*

De inserções profissionais precárias e instáveis também nos falam Inês e Ivone. Inês saiu da escola e foi trabalhar, segundo ela: *comecei com 14 anos. Eu trabalho num salão...só aos fins-de-semana. Durante a semana eu tranço... sou cabeleireira, mas não profissional, tranço as pessoas e assim entretenho-me.* Ivone está a tirar um Curso relacionado com educação de infância, mas como não conseguiu vagas nas creches, decidiu *ir para o intermarché (...) entro às sete da manhã e saio às quatro da tarde. Estudo segunda e terça, e quarta, quinta e sexta é trabalho.*

Sónia tem um filho e fala-nos das suas estratégias de sobrevivência que fazem entrecruzar solidariedades familiares com as ajudas do Estado: *os meus pais, o abono dele (filho), o pai dele também ajuda. Vou ver se consigo pôr o rendimento mínimo, faço agora 18 anos. Foi uma assistente que mandou. Se conseguir vou para o rendimento mínimo e assim já dá para a gente se sustentar.* A falta de condições de habitabilidade na residência do namorado obrigou Sónia a regressar para a casa dos pais. Conta que *a casa onde a gente 'tava não tinha condições nenhuma, para ter lá o bebé, nem pensar...para depois a segurança social ir lá e retirar-me o bebé, não! Então andamos à procura de casa aqui, mas só ele é que trabalha.* Tem procurado trabalho, mas as dificuldades persistem e, à imagem das histórias das outras jovens, a precariedade e instabilidade subsiste: *'tive a trabalhar uma semana num hotel e agora tenho andado à procura.* No âmbito da medida tutelar educativa foi encaminhada para um curso de formação profissional e, não assimilando a obrigatoriedade da frequência, diz: *chamaram-me para um curso (...), mas depende do curso. Se me pagar os transportes eu vou, se não pagarem não vou. Porque tenho de reorganizar a minha vida, tenho um filho para sustentar. (...) Se pagarem os transportes, tudo bem... faço um part-time e reconcilio com os estudos, se não, procuro as novas oportunidades... são 3 horas por dia.* Segundo os relatórios técnicos, Sónia apresenta um discurso adequado e ajustado às circunstâncias, reconhecendo necessidades de mudar o comportamento, mas demonstra uma forte incapacidade de o fazer.

### ***Gostava de ter uma vida normal***

Temos visto como a aplicação das medidas tutelares educativas intervêm nas representações e nas construções que as jovens fazem de si, delimitando trajectórias presentes, mas abrindo possibilidades futuras que se afastam dos comportamentos passados e que impelem à construção de uma nova identidade. É nestas possibilidades que elas desejam uma vida diferente daquela que as conduziu à justiça. Neste sentido, elas falam-nos, então, do que gostariam de ser e fazer e daquilo que pensam poder vir a ser e a fazer.

*Gostava de ter uma vida normal, uma vida sem conflitos.* É em torno desta interjeição de Cristina que as jovens parecem construir os seus modelos de vida, modelos esses que são socialmente significativos e trespassados pelas marcas de género –

constituir família (casar e ter filhos), ter casa e arranjar um trabalho estável, *o básico*, diz Elisabete. Célia relata: *quero ter a minha casinha, (...) para ter um casal de filhos (...). Um trabalho, de preferência aturar crianças... e prontos... nada de especial. Ter o meu trabalho e a minha família é o mais importante.* Também Fátima fala no projecto de constituir família, *ter marido, filhos... dois... porque é o que toda gente gosta, acho eu!*, mas segue aquilo que tem sido a opinião e a tendência da juventude no que concerne à conjugalidade: *viver junto, só! Não me imagino casada. Nunca pensei nisso de casar. Viver junto e já tá. Depois separar e divórcio...* Quando falam das suas perspectivas para o futuro, as relações surgem como centrais.

Anabela acrescenta a este cenário algo que também é recorrente nos discursos das jovens, a importância de *ter juízo* e de *não ter mais problemas*. *Vê uma mulher consciente, com o seu marido, a sua casa, os seus filhos, (...), que gosta de sair, de se divertir, que gosta de trabalhar, porque estar em casa sem fazer nada, isso não está com nada, que tem hobbies, é feliz...* Encontrar a felicidade parece surgir como um chavão, e ser feliz, para estas jovens, passa por *estar perto da família* [Vera], aliás uma importância que tem sido transversal a toda a narrativa, *ser uma mulher livre* [Joana] e *lutar por aquilo que quero* [Isabel] *conquistando e realizando os nossos sonhos* [Vera].

As jovens falam de uma estabilidade profissional e de uma vida sem preocupações, parecendo estar à margem das conjunturas económicas e da situação do mercado de trabalho, como se fosse suficiente a vontade individual para a concretização dos seus projectos, como nos fala Marta: *idealizo tirar o 9.º ano como estou a tirar, e fazer 12.º com formação, como penso futuramente tirar... arranjar um trabalhinho estável, arranjar estabilidade para mim e para o pequenino.*

Apesar de terem noção da importância da formação, para a maioria das jovens a ‘escola’ não entra nas suas projecções para o futuro. E, quando surge, em regra partilham da opinião de Anabela: *não me estou a ver na universidade, nem por sombras, mas o 12.º!* Apenas duas das jovens idealizam tirar um curso superior. Esta questão vem suportar, em parte, os projectos profissionais vagos e pouco realistas que foram sendo referidos pelas jovens, quase sempre denunciando alguma desadequação entre meios e fins, e exprimindo indefinições relativas à concretização do projecto. Joana, por exemplo, *deseja ir para a tropa.... fazer carreira militar. (...). Preciso de estudos, vou logo para os comandos.* Inês pretende *estudar e subir na vida... gostava de tirar curso de cabeleireira. Ser professora de cabeleireira ou então tirar o 12.º ano e ir para a escola prática, para ser polícia.* Fátima *gostava de tirar um curso... de qualquer coisa* e Anabela não

consegue perspectivar, com facilidade, outros caminhos profissionais e por isso diz: *sei lá... trabalhar com computadores, prontos! Já estou a tirar um curso profissional.*

Na esteira do que tem sido aludido em outros estudos realizados com jovens e mulheres reclusas (Chesney-Lind, 1997; Matos, 2008), também os projectos de futuro destas jovens tendem a estar focados em actividades normativas relacionadas com a constituição de família e com a estabilidade de vida associada a uma certa segurança profissional, sem antecipar, contudo, dificuldades após o cumprimento das medidas.

A interiorização identitária do futuro e o querer “mudar de vida” são expressão da forma como cada jovem vivenciou e captou as (difíceis) relações e situações pelas quais passou (muito marcadas por uma socialização de género, como vimos), mas também das marcas do rótulo que lhes foi atribuído e das suas respostas a esse rótulo. Como refere Pais (2005a: 319):

“no labirinto da vida, alguns jovens querem (princípio do desejo), mas não podem (princípio da realidade) vencer os desafios que se colocam a si mesmos. Por isso, por vezes referem-se ao futuro em termos condicionais: a ideia de planificação de futuro é substituída pela de expectativa, pela ideia de espera investida em sonhos e ilusões”.

As raparigas com quem conversamos, embora revelem muitos aspectos comuns das suas experiências e perspectivas sobre a transgressão, reconstroem usos e sentidos distintos dessas mesmas experiências. É disso que falaremos no próximo capítulo.



## CAPÍTULO 6 | Itinerâncias e errâncias: densidades biográficas, lógicas de trajectória e dinâmica das escolhas

*As itinerâncias são organizadas em torno de escolhas em catadupa e episódicas, cujas consequências são resolvidas umas nas outras, sendo a própria itinerância o indício do afinilamento de possibilidades no que diz respeito à organização social e económica dominante (Silva, 2010: 156)*

*A necessidade de escolher não é acompanhada de uma receita infalível para a boa escolha (Bauman, 2007: 14)*

---

**Síntese:** As dezanove jovens que procurámos conhecer são representações vivas da heterogeneidade que se esconde por detrás do rótulo da “delinquência juvenil feminina”, contando-nos itinerâncias errantes, mas também as errâncias das itinerâncias. Se nos dois capítulos precedentes foram trabalhados “denominadores comuns” e recorrências dentro de esferas de vida específicas, este capítulo pretende constituir-se num diálogo constante com as jovens, através dos retratos sociológicos construídos, a partir do aprofundamento da análise dos processos individuais e das entrevistas realizadas. Com a construção dos retratos sociológicos pretendeu-se captar variações inter e intra individuais, densidades biográficas e lógicas de trajectória. Assim, este capítulo encontra-se organizado em torno de três objectivos centrais.

O primeiro objectivo, que assume que o processo de produção de sentido é uma prática social dialógica, implica a compreensão da linguagem como acção. Assim, a identificação e análise dos repertórios interpretativos utilizados pelas jovens para descrever as suas experiências transgressivas permite compreender os diálogos, os posicionamentos assumidos e as funções da utilização de cada repertório em contextos conversacionais específicos.

O segundo objectivo, procurando focar-se na estrutura, na disposição e nas *tessituras* discursivas, escarpaliza os principais elementos de suporte dos discursos - os temas emergentes em torno dos quais as jovens organizam as suas trajectórias, as estratégias de auto-apresentação, e as ambivalências e incoerências narrativas.

O terceiro e último objectivo, partindo das premissas de que é através dos discursos que as jovens dão sentido às suas acções e é através de repertórios interpretativos específicos que elas demarcam o rol de possibilidades das construções discursivas, visa explorar, em primeiro lugar, os discursos dominantes em relação à transgressão. Foram encontrados quatro discursos: o da gestão de sentimentos negativos, o da procura do “risco-aventura”, o da hetero-auto-determinação no envolvimento criminal e o da transgressão como excepção. Em segundo lugar, visa elaborar perfis de percursos transgressivos. Ao fazer dialogar os diferentes discursos, resultaram cinco caminhos distintos: *transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada)*, *transgressão-rebelde*, *transgressão-influência* e *transgressão circunstancial*.

### 6.1. No espelho das vidas contadas: diferentes percursos, diferentes discursos

### **6.1.1. Porque há outras vozes com quem se fala: os retratos sociológicos e os repertórios interpretativos**

Para Bakhtin (1997), os discursos dos sujeitos transportam marcas profundas da sua sociedade, do seu núcleo familiar, das suas experiências, mas também das suposições feitas sobre o que o interlocutor gostaria ou não de ouvir. E é nesta relação entre o “eu”, o “outro” e o contexto circundante, que interagem os sistemas de valor que participam da construção dialógica do sentido. Além disso, o pesquisador, ao trabalhar sobre o material comunicativo, também se torna ele mesmo mais um interlocutor, integrando o circuito dialógico da produção do conhecimento.

É, então, neste espaço relacional e dialógico proposto por Bakhtin (1997) que parece fazer sentido enquadrar quer a construção dos retratos sociológicos das jovens entrevistadas, quer a procura dos repertórios interpretativos presentes nos discursos.

Os retratos sociológicos (Lahire, 2004), enquanto modalidade de análise que possibilita compreender os contextos sociais e as acções individuais, permitiram apreender a forma como estes níveis se articulam na produção da diversidade de trajectórias encontradas, possibilitando captar a variação dos comportamentos e das atitudes, a compreensão das propriedades sociais dos contextos (contextos, práticas e relações) e depreender a origem das orientações para a acção (Silva e Machado, 2010; Lopes *et al.*, 2010). Como ressalva Lahire (2004), as forças e as contra forças (internas e externas) a que estamos sujeitos desde a infância influenciam os nossos comportamentos e as nossas atitudes.

Com a construção dos retratos sociológicos não se pretendeu averiguar a veracidade dos eventos, “mas sim perceber as razões, o significado atribuído (...) a estas vivências, bem como as contradições (narrativas) sobre os mesmos episódios” (Dias, 2004: 376). Não sendo possível saber completamente a experiência das pessoas, porque todas contam uma história de forma diferente e sublinham distintos aspectos da experiência (Bruner, 1986), as narrativas valem pela sua “força simbólica, deixando antever processos de (re) elaboração das referidas experiências” (Dias, 2004: 375). As histórias que contamos sobre as nossas vidas servem como veículos para dar significado às nossas experiências e estruturar a relação com os outros. Trata-se aqui de “pontuar a distância entre o sujeito e o *si mesmo* que é narrado” (Carvalho, 2003: 299), quase numa lógica de espelho, onde o reflexo nem sempre corresponde à realidade.

Atribuindo ao sujeito a condição de autor da sua vida, tivemos presente a distinção crítica entre realidade, experiência e expressões e, neste contexto, o trabalho de Bruner (1986) é de grande pertinência. Na história de vida a distinção é entre a vida vivida (realidade), a vida experienciada (experiência) e a vida contada (expressões), que se objectiva em representações, performances e discursos. Segundo o autor, só um positivista ingénuo pode acreditar que as expressões são equivalentes à realidade e que não existe um fosso entre as experiências e as suas manifestações simbólicas (Idem: 6). Aliás, segundo o autor, existem lacunas entre a realidade, a experiência e a expressão, e é crucial estar atento a essas lacunas e aos caminhos nos quais as pessoas se encaixam.

As expressões narrativas das experiências envolvem, segundo Denzin (1989), o pressuposto da existência do outro que interfere na visão do sujeito. Além disso, reflectem valores e preconceitos, procuram a origem da experiência, os eventos significativos e os momentos de viragem. Se a experiência é um envolvimento reflexivo e transformativo, levado a cabo pelo indivíduo perante a realidade envolvente, narrar as experiências individuais permite não só aceder a acções e sentimentos veiculados por comportamentos, mas também à consciencialização da realidade, acedendo a modos de ver, reflectir e agir sobre o mundo. Olhar para o sentido dialéctico da experiência e das suas expressões confere à cultura uma dimensão profundamente construída e mostra como as pessoas não só constroem os seus mundos, como se vêem a elas próprias no processo dessa construção e, neste sentido, participam e acreditam nos seus mundos construídos (Bruner, 1986: 25).

Olhar para a forma como as jovens constroem discursivamente as suas experiências implicou assumir que o processo de produção de sentido é uma prática social dialógica, que implica uma compreensão da linguagem como acção. A proposta de Potter e Wetherell (1987) de repertórios interpretativos assume aqui grande utilidade. Criados e desenvolvidos na comunidade linguística em que somos socializados, e utilizados para justificar as nossas versões particulares dos eventos, os repertórios são o conjunto de termos, descrições, lugares comuns e figuras de linguagem, agrupadas em torno de imagens, usado na linguagem quotidiana.

A identificação e análise dos repertórios interpretativos utilizados pelas jovens para descrever as suas experiências transgressivas permitiu compreender melhor os processos de produção de sentidos, os posicionamentos assumidos e as funções da utilização de cada repertório em contextos conversacionais específicos. A partir do momento em que as



jovens recuperam as suas histórias de vida, começam a transcrever a sua história e, enquanto actores sociais, constroem, activamente, os seus percursos existenciais no jogo das (in) determinações, liberdades, necessidades e contingências.

Ao olharem-se ao espelho da violência de que foram vítimas e/ou que perpetraram, as jovens fintam-se a si próprias e constroem narrativas abertas de infinitas significações, onde fazem jogar experiências com racionalidades e intencionalidades.

### **6.1.2. Pelas próprias palavras...**

Dos dezanove retratos sociológicos construídos, e cujos perfis sociais foram expostos no capítulo 4, considerou-se útil apresentar sete desses retratos, que exemplificam os diferentes percursos e discursos encontrados junto das jovens da amostra. Estes retratos descrevem a situação social de cada jovem, a diversos níveis, pondo em destaque os percursos transgressivos e a respectiva construção de significado. Em todos os retratos podemos encontrar excertos de discurso directo, que foram reproduzidos sem edição, ou seja, mantendo as incorrecções de expressão oral.

A escolha de um retrato em detrimento de outro não foi um processo fácil. Nesse momento, tornava-se claro que, nessa escolha, ficariam pelo caminho experiências e relatos únicos, como são únicos os percursos de vida. Seleccionando as histórias que possibilitavam diferentes combinações de transgressão juvenil, (d) escrita no feminino, pretendia-se que “as suas vozes e perspectivas [pudessem] oferecer um lugar único e significativo, representando «o modo como cada informante se vê localizada» (Bertaux, 1987: 37)” (Fonseca, 2009:30).

As histórias de Elisabete, Joana, Inês, Célia, Verónica, Sónia e Anabela<sup>93</sup> pretendem ser mais do que retratos singulares, pretendem ser retratos com uma dimensão colectiva, situada e materializada no espaço e no tempo, e que espelhem uma relação que transversaliza este trabalho: idade, género e transgressão.

---

<sup>93</sup> Em cada um destes retratos foram evidenciados, a negrito, frases e expressões chave que mostram as complexas singularidades destas histórias.

### **Retrato 1: Elisabete, 14 anos**

*Fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti*

Elisabete divide a sua vida em três grandes momentos: *desde que nasci até aos 6 anos, depois dos 7 aos 10 e dos 10 até agora aos 14. Foram momentos completamente diferentes.* Elisabete nasceu em 1994, em Lisboa. É de nacionalidade portuguesa, de origem africana, e reside na Amadora. Tem nove irmãos de outras relações do pai e da mãe, ainda que viva apenas com a mãe, a irmã e os dois sobrinhos. Mas nem sempre foi assim. Os pais separaram-se, após seis anos de relação, e Elisabete ficou ao cuidado da avó materna. No entanto, aos sete anos foi viver com o pai e a sua companheira. A vivência de Elisabete neste agregado foi bastante conturbada, situação que ela conta com grande revolta: ***dos 7 aos 10 anos o meu pai retirou-me da minha mãe e começaram os maus-tratos, por parte da minha madrasta e comecei a ser uma miúda muito agressiva e revoltada. A minha mãe não sabia onde ele vivia e por isso não me procurou. Ela (madrasta) partiu-me a cabeça três vezes, com uma tábua de madeira, batia-me constantemente. A [Elisabete] de antigamente era muito rebelde. Não gostava de fazer nada. Em muita verdade, para mim não havia regras. (...) O meu pai não me dava ouvidos e então arranjei meios de chamar a atenção... na escola, pela agressão.*** O caso foi sinalizada pela CPCJ em 2003, tendo ficado acordado que Elisabete passaria a ir viver com a tia/ madrinha. Entretanto, em 2004, a mãe reaproxima-se e é assumido um novo acordo de medida de apoio junto à mãe: ***vi que continuava a ser a querida menina da minha mãe, mesmo tendo irmãos mais novos. E se ela soubesse o que eu passei na casa do meu pai... se não fosse ela e os meus irmãos eu não tinha aguentado metade do que passei.***

No entanto, Elisabete começa a entrar em conflito com os colegas da escola e a efectuar fugas da casa da mãe, e a explicação que dá para isso é: ***Eu tenho de explodir, tenho de explodir.*** Esta atitude acabou por marcar todo o seu percurso escolar: *eu gostava da escola até um certo ponto, mas depois comecei a pensar que já não tinha mais capacidade para continuar. Os maus comportamentos eram feitos individualmente, apesar de ter um grupo de amigas. (...). Eu era a miúda mais agressiva e por isso elas juntavam-se a mim para que eu as defendesse. Íamos para a escola, faltávamos às aulas da parte de tarde. Chumbamos todas por faltas. Eu era agressiva, mas não pensava em roubar ou fumar. O que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar... por mais louco que isso pareça. O que me vinha à cabeça era: fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti. Mas hoje compreendo que nunca ninguém vai sentir o que eu senti, porque não eram os pais que estavam a bater, mas uma pessoa estranha, que conheciam há pouco tempo.*

Em 2007 é aberto um novo processo de promoção e protecção que conduz Elisabete para um Lar de Infância e Juventude. Segundo os relatórios técnicos, o seu comportamento fora da instituição continuava a ser desadequado. Integrou-se num grupo de pares conotado com práticas de comportamento desviante: *Eu já me portava mal, mas lá tinha muita mais liberdade, andávamos por onde queríamos. Os educadores não tinham mão.*

Entra na justiça pela prática de crime de roubo agravado e co-autoria material de crimes de ameaça, com mais duas colegas, cometidos em 2007: *foi assalto à mão armada. Foi com um grupo de jovens do Lar. Naquela noite nem pensamos em fazer nada daquilo, foi a cena do momento, deu-nos na cabeça e dissemos: vamos lá assaltar aquelas miúdas. A partir daí foram assaltos, agressões. Fiz três assaltos e tenho 8 processos de agressão. E tudo foi a partir da entrada no Lar, onde estive durante 9 meses.*

Elisabete está com uma medida Tutelar de Internamento em Regime Semi-Aberto, por 18 meses, e considera que: *foi uma coisa muito grave, mas por outro lado acho que não. Dois anos por causa de um processo... então quando vierem os outros, vou morrer aqui. Há coisas que não são tão graves como outras, por exemplo, agressão a uma pessoa idosa é grave, uma pessoa que podia ser nossa avó. Penso na pessoa que foi assaltada... por vezes penso, mas na altura*

***nenhuma de nós pensou, se não, não estávamos aqui.*** Os sentimentos de injustiça vão surgindo no seu discurso: *senti-me com muita raiva dentro de mim. Porque eu apanhei dois anos fechada aqui dentro e elas apanharam acompanhamento educativo. Eu achei que foi por questões de racismo. Elas são as duas brancas e eu era a única preta lá no meio. Só me veio à cabeça que estão a cometer a maior injustiça da vida deles. Paga o justo pelo pecador. Eu agarrei a jovem e ela é que apontou a navalha. Acho que é muito mais grave apontar uma butterfly do que agarrar. Mas se vêm parar aos Centros Educativos, ou estiveram em colégios anteriores ou em bairros sociais. Por exemplo, uma mãe que está 4 horas com a filha não consegue dar tanta educação do que uma mãe que está o dia inteiro.*

O comportamento institucional no Centro Educativo é regular, ainda que se debata com as dificuldades iniciais de adaptação: *ao princípio quando nos colocam aqui pensamos que não vamos fazer nada e que quando sairmos vamos partir tudo. Mas depois vemos que é tudo diferente. Acho que todas nós quando sairmos vamos ter um futuro.*

Para o futuro diz: *vai ser baseado só em estudos, filhos, amigos, marido e familiares... o básico. Só quero ser feliz!*

### **Retrato 2: Joana, 15 anos**

*Andava por lá [bairro] com os meus amigos... passeávamos o dia sem fazer nada... fumar e quê!!!... Não nos cansávamos de não fazer nada*

Joana nasceu a 1993, em Lisboa. É de nacionalidade portuguesa, mas de origem africana. Reside com os pais e três irmãos, num bairro problemático da zona de Loures, com o qual mantém um forte sentimento de pertença: *o bairro é muito problemático, tiroteio, roubo de carros, muita confusão, muitos ciganos e pretos. (...). Mas mesmo assim o meu bairro pode cair, mas é o meu bairro, cresci lá. Estou aqui, mas sinto uma adrenalina quando vejo aquilo tudo... aquelas caçadeiras todas, a droga, os polícia ... eles agirem nós também agirmos...*

As dinâmicas familiares são marcadas pela violência, agravada pelos hábitos de consumo de álcool por parte do pai: ***a minha infância foi má. Haviam muitas discussões.*** Apesar do histórico de maus-tratos, Joana mantém uma relação afectiva privilegiada com o pai: *eu gosto dos dois, mas era mais agarrada ao meu pai... com o pai tenho mais respeito. (...) O meu pai batia-me mais do que a minha mãe, umas vezes com razão, outras vezes não sei porquê. Eu fazia coisas que merecia, mas às vezes também não merecia.* A falta de diálogo entre os pais de Joana, e a consequente necessidade em dividir a sua disponibilidade entre os dois, provoca-lhe dificuldades em gerir os seus sentimentos: *é difícil eles estarem assim separados na mesma casa ...mas prefiro assim, a eles estejam separados. Porque depois eu não...como é que eu hei-de explicar... não sei por quem eu vou viver.* Desculpabilizando as acções dos pais, considera que: *eles tiveram correctos na educação que nos deram, mas por vezes os filhos não ouvem. Foi o meu caso e o caso do meu irmão mais velho (...). Queremos ser iguais aos outros nossos amigos. É sempre assim... espero que os meus irmãos mais novos não sigam as nossas pegadas.*

Mantém uma relação próxima com os irmãos. Identifica-se com o irmão mais velho, que também tem problemas com a justiça: *apesar do meu irmão mais velho ser apenas da parte do meu pai, eu gosto muito dele. Fazíamos muitas coisas...como hei-de explicar... o meu irmão fuma eu também fumo. Antes ele não aceitava que eu fumasse, mas agora estou aqui no colégio, já cresci mais... agora ele aceita.* Relativamente aos mais novos, sente uma responsabilidade educativa: *os meus irmãos pequenos, fui eu que os criei, era eu que os levava à escola, que os ia buscar... que fazia o jantar, às vezes. Mas para mim isto é crescer! Crescer é ter mais responsabilidade, é ser mais mulher. Um passo da minha vida.*

No 5º ano de escolaridade começam as retenções: *eu era boa aluna, por acaso, mas já fiquei 3 anos no 5.º ano, depois passei para o 6.º. No terceiro 5.º os s'tores passaram-me.* A postura de rebeldia e de violência na escola surge ligada à associação de Joana a um grupo de pares conotado com a prática de comportamentos desviantes e consumo de estupefacientes, com o qual se iniciou

nos consumos de haxixe, aos 11 anos, e nos consumos de álcool aos 12 anos. Durante o dia *“bebia muito, não ia à escola, mas estava sempre com a cabeça nos meus irmãos... **bebia e fumava chamon...andava por lá...com os meus amigos... passeávamos o dia sem fazer nada... fumar e quê! não nos cansávamos de não fazer nada.*** No grupo de amigos Joana era a mais nova. *Comecei com 11. Agora tenho 15. Ora os meus amigos são fixes, protegem-nos... vão saber tudo o que se passa, o que a gente fez e a gente não fez. Eu gosto deles.*

No seguimento destes comportamentos de risco, de ausência de regras e absentismos escolar, aos 13 anos, Joana foi conduzida para uma Instituição da Protecção: *ai também, apesar de estar fora do meu bairro, também fazia porcarias. A toda a hora estava de fuga, fumava muito, muito, muito... era uma vida muito má. Nós lá [no Lar x] tínhamos horário, mas às vezes dormíamos na rua...A passagem pelo Lar de Infância e Juventude é retratada como uma fase muito negativa. Lá era uma casa muito triste. As miúdas tão a sair de lá e tão a vir todas para aqui [Centro Educativo]. Preferia ter ficado no meu bairro do que no Lar x. Até às duas semanas era uma menina bem comportada, depois apareceram umas amigas e... epá... só tenho contacto com uma delas, que está aqui comigo no Centro Educativo, agora com as outras não tenho contacto. **Fui para o Lar x por causa da escola e foi lá que fiz o roubo e vim parar ao Centro Educativo.***

Apesar de ter sido institucionalizada num Lar de Infância e Juventude apenas em 2006, Joana já tinha sido sinalizada pela CPCJ em 2000, quando tinha sete anos, por alegados maus-tratos por parte do pai. E já apresentava registos na Justiça em 2005, para o cumprimento de medidas tutelares não institucionais. Entra no Centro Educativo, em 2006, por crimes de ameaça, de injúria, de ofensas à integridade física simples, que foram cometidos entre 2005 e 2006. Joana apresenta um histórico de comportamentos desviantes que começam cedo, em contexto de grupo de pares, e que se foram intensificando. Para ela a infracção, em si, *não foi pensada, a gente é que tivemos é sorte de não ser apanhadas das outras vezes, não foi combinado, nem nada... a gente dizia: vamos àquela! E íamos. Vamos àquela! E íamos. Assaltávamos as pessoas na rua. Seleccionavam os betos, o bom griffe. Pedíamos o telemóvel, o dinheiro, se tivessem fios de ouro também pedíamos...era isso....* Com o dinheiro da venda normalmente compravam droga, *digo chamon, coisas para nós, tipo roupas... puma, Lacost, nike, salsa e ténis de marca, mas vestíamos normal, como uma senhora.* Joana explica que nesses momentos *sentia adrenalina...*

Reconhece a ilicitude dos factos cometidos, ainda que considere que a medida foi dura: *é muito. Se calhar ele (o juiz) achou que eu merecia. Tinha outras coisas para trás.* Cumpre uma medida tutelar de internamento, em regime semiaberto, por 2 anos e, conforme os relatórios técnicos periódicos, Joana tem demonstrado melhorias significativas na aceitação das normas e orientações institucionais. *Ao princípio não aceitava as regras, mas agora já aceito melhor e justifica essas dificuldades de relacionamento com o facto de estamos a viver no mesmo tecto sobre 24 sobre 24.* Não fala muito sobre a estadia e comportamento no Centro Educativo, apontando para o que de positivo pode dizer desta passagem: *acho que também há vantagem de ter vindo para o Centro Educativo é que aprendi muitas coisas, **acho que vou sair daqui uma senhora.** Há males que vêm por bem. A passagem pelo Centro Educativo faz-nos reflectir as coisas que fizemos. Antes eu era malcriada, não cumpria com as ordens dos meus pais, fumava bebia, não respeitava as pessoas na rua. **Mudei muito... não fumo, só tabaco, não bebo... vou a horas para casa, agora já respeito os meus pais... acho que é assim...** muito tempo num Centro Educativo! Às vezes sinto saudades do que era... mas quando sair lá fora posso trabalhar, posso fazer o que eu... vou continuar com os meus amigos, porque aqui dizem que somos influenciados, mas nós só somos influenciados se nós quisermos. Porque eu agora ando com as mesmas pessoa com quem andava e não sou influenciada, só se eu quiser. Eles não me podem obrigar a fazer outras coisas...eu faço se eu quiser.*

Apesar de receber poucos telefonemas e visitas dos pais, Joana justifica e idealiza relações: *há dias que a minha mãe vem-me ver, mas há dias que ela não pode e eu fico triste, penso que ela não gosta de mim. **Mas eu sei que ela gosta de mim, e o meu pai também me adora...** teve um problema nas costas e às vezes não me vem visitar... mas eu sei que eles gostam de mim, já me*

*deram outras provas disso. (...) quando vou de férias lá a casa sinto que eles são muito agarrados a mim e eu a eles.*

Para o futuro revela que “*o que eu quero? é ir para a tropa.... Fazer carreira militar. Sempre quis. Preciso de estudos, vou logo para os comandos. Quero ser uma mulher livre.*”

### **Retrato 3: Célia, 17 anos**

*Então... tinha de arranjar uma maneira de pôr fim àquilo...e foi o que me veio à cabeça! Fugi...*

Célia nasceu em 1990 em Lisboa, é de nacionalidade portuguesa e vive com os pais e uma irmã mais nova em Lisboa. O percurso de toxicod dependência dos pais de Célia conduziu a mudanças de residência: **os meus pais, quando eu tinha mais ou menos 6 anos estavam mesmo... agarrados<sup>94</sup>, prontos! Entretanto mudamos de casa e eles deixaram. Depois voltamos e eles voltaram.** Esta situação afectou a infância de Célia: **a minha infância não foi propriamente fácil.** (...). **Fácil é aquelas “vamos passear para o jardim”, “vamos brincar”, “dou-te isto, dou-te aquilo. Dou-te acoloutro. Passou-se.** (...). **Com a minha mãe e com a minha irmã está sempre tudo muito bem. Com o meu pai houve alturas em que as coisas não estavam assim muito bem. Houve algumas complicações. Ele fazia com que faltasse coisas em casa para a gente... e já estava a ficar uma situação pesada. Não foi directamente comigo... coisas em que eu estava presente...Havia coisas que eu não gostava. Então... tinha de arranjar uma maneira de pôr fim àquilo...e foi o que me veio à cabeça! Fugi... o ambiente em casa estava muito pesado, não nasci para isto, tenho de me ir embora daqui. Pensava que ia acorda-los um bocado e acordou...Lidar, lidava sempre... mas sentia, sei lá, não era revolta, mas era por aí.** Apesar destes sentimentos Célia procura justificar os comportamentos e escolhas dos pais: *uma altura a minha mãe saiu de casa, passou-se da cabeça com o meu pai, e então durante 6 meses, tinha a minha irmã acabado de nascer, tinha uns mesitos, fiquei a tomar conta dela. Depois ela voltou. Entretanto as coisas voltaram ao normal. Não compreendo... para a parte de eles terem começado a consumir acho que não há justificação, uma pessoa sabe as consequências que aquilo traz, vai por estupidez. O facto de ela ter fugido, já estando a consumir, porque aquilo muda um bocado a cabeça da pessoa... então talvez justifique um bocado. E a relação deles... ela ter-se afastado na altura... isso sim, eu justifico”. Neste cenário, os avós são a bengala lá de casa. Ajudaram a minha mãe na renda, na luz e sempre foram eles que ajudaram, desde que me lembro, e dura até agora. O meu pai e a minha mãe não trabalham...prontos!”* Ambos frequentam programas de metadona, sendo que o pai ainda mantém alguns comportamentos aditivos.

Durante o período que esteve fora foi alternando os locais: *estive na casa de um amigo meu. Entretanto conheci uma rapariga, ficamos melhor amigas e eu fui viver para a casa dela. Fiquei lá 5 meses. Ela vivia com a mãe e com mais dois irmãos.* Durante estas transições, teve algumas experiências e vivência de rua que descreve com um tom que vai do divertimento à tristeza: **fiquei duas noites na rua... com um rapaz.** (...). **Estivemos nas escadas de um prédio na primeira noite e na segunda noite já foi mais luxuoso e estivemos num carro (...).** Depois de manhãzinha andamos às voltinhas a fazer tempo para a junta de freguesia abrir, que era para onde a gente íamos. Não tínhamos mais nada para fazer... fomos lá para os computadores. Ou então depois à noite juntava-se mais os grupos todos ali do bairro, punham-se a fumar... uns dava para ficar fixe, e começavam na brincadeira, a outros davam-lhe vipes, desapareciam e depois uma pessoa nunca mais os via e quando sabíamos – ei foram apanhados. (...). Mas foi também o momento mais triste: *foi assim uma situação... foi horas... sair de lá saí, agora... é complicado, ainda é complicado, lembrar tudo outra vez...é um bocado...*

Segundo os relatórios técnicos, Célia tem a 6.º classe e um percurso escolar marcado por consecutivas reprovações. Sempre apresentou grande desmotivação, aliada a comportamentos agressivos que culminou com o abandono da escola: *desde pequenina nunca gostei da escola.*

<sup>94</sup> Consumo de dependência de drogas

*Não gosto de ficar assim fechada, a ouvir blá blá blá. Sei que é importante, mas não gosto. (...). Do 5.º ano para a frente, também as coisas mudaram eu também mudei, a minha maneira de pensar também mudou... por causa meus pais, por causa de ter saído, ter 'tado em várias situações... comecei a abrir o olho... **Eu dizia aos meus pais que ia para a escola, mas depois não ia. Ia para o centro comercial, ia ter com algumas amigas, que também não iam à escola... andávamos por aí só... andar à toa... a ver as coisas. Sentia-me bem. Depois era o facto de estar na rua, estar livre, poder fazer aquilo que eu quisesse, sem ter ninguém a dizer está quieta se não vais para a rua, ou levas falta ou levas um recado para casa... não é que isso me preocupasse muito... porque nem prestavam muita atenção, pelo menos na altura!***"

Os amigos assumem uma função importante: *ando sempre com eles. (...). Os rapazinhos eram atinados, já estavam nos cursos... não era bem escola, agora as raparigas eram piores, não gostavam da escola, não tinham paciência pá'quilo. Uma delas também tinha assim a vida um bocado feia, então levou-a fazer coisas muito más. Ela roubava, às vezes, fumava charros. (...). Ela no fundo não era uma pessoa que fizesse mal a alguém. Era mais para a distrair, penso que a fazia libertar os problemas, penso eu! Não justifica, mas ajuda. **Uma pessoa com mais problemas tem mais probabilidade de fazer algo mal do que uma pessoa que não tem problemas.** Célia procura explicar o que leva as raparigas a entrar na delinquência: *vamos lá definir, uma rapariga nova e era naquela de ver as coisas, experimentar as coisas, e depois ou uma pessoa se vai dar logo com pessoas de bem ou com pessoas de mal. **Se tem o azar de se dar com pessoal de mal, pronto, está tudo estragado.*** Discorda com a ideia de que as raparigas têm menos iniciativa. *"Isso é o que nós achamos, porque na realidade, se formos a ver, as mulheres é que tomam sempre a iniciativa. Era o caso. Eles estavam sempre – é melhor não, é melhor não... e nós – então não sejas cortes... bora lá, também não vamos fazer nada! E acabávamos sempre por ir. Pois, na altura nós dizíamos, **não vamos fazer nada, mas se corresse bem vínhamos com os bolsos cheios... não perdíamos nada, só ganhávamos.****

Célia esteve grávida e fez um aborto aos 16 anos. Não há muita informação sobre o caso e, segundo ela: *apesar de tudo e de ter justificação, acho que a pior coisa que já fiz foi ter feito o aborto. (...) não era bem esse apoio que eu queria, queria apoio noutra sentido... da minha mãe, do meu namorado. Não no sentido de acabar com, mas no sentido de seguir. Claro que uma pessoa tem de ter consciência se há ou não condições, mas também é aquela base. Não há criam-se, não há condições arranjam-se. Mas prontos... se calhar assim até foi melhor. (...). Eu percebo o ponto de vista dele, só queria que ele tivesse compreendido o meu".*

Sem registos de passagem por instituições, mas com processo de promoção e protecção, entra na justiça por crime de roubo em forma tentada. Célia conta: *neste dia, já não estávamos com os rapazes, só nós as raparigas e a minha irmã. As raparigas tiveram a brilhante ideia de ir ali aos Salesianos e foi aí... muito betinhos, e a gente fez o resto... telemóveis... não tinha nada de mal... fomos lá e tal... as primeiras correram bem e **nestas coisas a gente nunca ficamos contente com a primeira, se correu bem a segundo também há-de correr...** não quer dizer que seja, mas no nosso pensamento é assim. A primeira correu bem, a segunda já não tanto. (...). Já tínhamos feito muitas vezes, e nunca tinha acontecido nada de mal. (...). Houve uma vez que fiz sozinha. Senti mais medo, mas por outro lado também estava mais segura... mano a mano... estava eu para ela e ela para mim. Depende da situação. Se for um grupo para um grupo está certo, mas se for um grupo para uma só ou para um só, aí também já é um bocadinho de cobardia. Contando o modus operandi diz: era sempre da mesma maneira, perguntávamos as horas, mas tínhamos de ter atenção àqueles que não tinham relógio no pulso, para tirar o telemóvel para ver. Perguntávamos as horas, elas tiravam o telemóvel e às vezes tirávamos os telemóveis e começávamos a correr. Outras vezes era pedir para mandar uma mensagem, a gente fingia que estava a mandar uma mensagem e depois dizíamos o que é que queres? – o telemóvel? – esquece!, o telemóvel já não (risos). A pessoa ficava abanada, é normal também... se acontecesse comigo, mas para já eu não passava o telemóvel para a mão de um estranho, isso era logo a primeira, porque acho um bocado de estupidez da parte... vamos lá ver... os assaltantes são estúpidos, mas **os que são assaltados também são estúpidos, um bocado, porque***

*passam os telemóveis assim, não dão luta não dão nada! E depois ainda para mais na rua, há gente a passar podiam gritar – aquela está a assaltar! (...). Eu já não dou luta, eu gosto muito de fazer bluff (risos). Numa situação destas têm de acreditar, não é o querer, é têm de acreditar... olha que eu vivo num bairro bué de mau, tens de me dar as coisas, senão eu chamo as pessoas do meu bairro. (...). Uma vez ela não queria dar o telemóvel, disse que ia começar aos gritos, e prontos... passou-se um bocado da cabeça e tive de lhe agarrar nos cabelos... mas ele começou a chorar e eu tive pena de a assaltar... mas foi um bocado comédia, porque um assaltante a sério nunca faria isto (risos). Conta que os telemóveis roubados eram vendidos na feira da ladra: normalmente era para vender ou para trocar... até porque o meu pai na altura também ia para a feira da ladra vender pratos e coisas assim e então a gente aproveitava e dizia que ia para dar uma voltinha e assim, e vendia lá as coisas.*

Célia desvaloriza o que fez: *eu acho que, vendo bem as coisas, não foi assim uma coisa muito grave porque há quem ande aí a matar e ande solto, quem ande aí a violar e está solto. Nós por roubar um telemóvel temos uma medida. Daí acho que não está justo. Porque antes de se preocuparem connosco, deviam preocupar-se com os mais graves. E considera que: **não foi pela medida que deixei de praticar estas coisas, foi porque realmente acho que não vale a pena, uma pessoa acaba sempre por se dar mal, se não te dás mal com a polícia, dás-te mal com... aquele meio, acabas sempre por te dar mal, ou porque ficou em dívida com alguma coisa, ou porque faltava alguma coisa. A medida ajudou, mas conheço casos em que eram várias medidas e continuam na mesma. Não é por uma medida que vai mudar a pessoa, apenas pode ajudar, dar assim um abanão. (...). Ou uma pessoa faz as coisas bem ou não faz.***

Para o futuro, a escola não entra nas suas projecções: *“quero ter a minha casinha, para ter um casal de filhos. Um trabalho, de preferência aturar crianças... eu nasci para aturar crianças... e prontos... nada de especial. Ter o meu trabalho, a minha família, é o mais importante.*

#### **Retrato 4: Inês, 17 anos**

*Mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, não... não faz sentido... não tem sentido*

Inês nasceu em 1991, em Lisboa. É de nacionalidade portuguesa e de origem africana. Reside em Sintra com a filha, a mãe, o irmão e uma tia. O pai faleceu acerca de 2 anos, altura em que saem do Bairro 6 de Maio, para uma zona residencial mais estável, com a qual Inês não se identifica: *comparado onde eu vivi, é calmo.... **Bairro é bairro... aqui é mais pacato... eu gosto de adrenalina... assim... agora que tenho a medida não posso ficar até tarde, mas quando estava lá estávamos na rua principal, as pessoas a venderem droga. (...)**Lá é mais melhor do que aqui. **Nenhum bairro é certo, não tem pessoas certinhas, mas lá sinto-me mais à vontade do que aqui (...).** Saí do bairro, e a minha vida mudou para pior porque eu não queria.*

A figura do pai é muito importante para Inês e o agravamento das suas condutas culmina com a morte deste: *a relação com o meu pai era boa. Era aberta. Com a morte dele senti mal...foi por isso que comecei a reagir desta maneira, assim com crimes, ficava mais calma, mais feliz, não sei... comecei antes, mas com a morte agravou-se muito mais. Procurava diversão... divertimento em primeiro lugar.*

Inês afasta-se constantemente do estereótipo da mulher, retratado nas figuras da mãe e das irmãs, e aproxima-se da rebeldia masculina do pai e do irmão, dizendo: *a relação com minha mãe é mais calma, com o meu pai não, eu tinha mais a ver com o meu pai do que com a minha mãe. É uma pessoa calma, humilde, meiga, carinhosa, é muito boa de mais. O meu pai não, eu tenho tudo a ver com o meu pai... eu sou boa, mas não muito bondosa, de perdoar tudo. **Eu não... Eu sou mais rebelde. De todos eu sou mais rebelde.** Com o irmão a relação é fixe (...), ele não é certinho! ... eu e ele somos duas pessoas dos quatro irmãos com problemas com a polícia. Andava com o carro bêbado, ter assim... estupefacientes... ele consome! E por distúrbios. Já teve uma medida. Com as irmãs a relação também é boa... elas são muitas boazinhas. Elas não são de*

*experimental... (...) são muito certinhas. (...). Elas tinham um objectivo, subir na vida, ter uma boa vida. **O meu objectivo é curtir a vida, viver cada dia que passa como se fosse o último.***

Viver situações de risco é o que dá sentido à vida de Inês: *acho que toda a gente tem de experimentar alguma coisa p'ra saber com 'é q' é. Se não experimentares como é que vais saber? Tudo nesta vida tem risco...ver onde chegas, qual é o teu limite! Eu sou assim, gosto de saber qual é o meu limite. **Nesta vida ou morres, ou vai preso ou foges!** Existe uma vida tranquila... **mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, só sossego, não... não faz sentido... não tem sentido.** Identifica-se com o seu actual comportamento de rebeldia e sente admiração pelos elementos da família alargada que se encontram presos: *Na Damaia tenho amigos e familiares. São fixes dão-me conselhos. Dizem para não fazer isso, porque elas já fazem ou já fizeram e já se arrependeram (...) Depois lá está, para arranjar trabalho com cadastro, vão dizer, esta já teve uma vida criminal, p'ra quê? Acho que são bons, mas eu não oiço. Eu penso sempre que tenho de curtir a vida até morrer, é isso que eu penso.**

O percurso escolar de Inês foi sendo marcado pelo absentismo e fraco aproveitamento que conduziu a duas retenções que, associado à gravidez, desencadeou o processo de abandono: *estudei até ao 8.º, mas chumbei, fiquei pela metade. Ia às aulas, mas era muito refilona. A s'tora de história implicou comigo. **Eles (professores) provocavam-me. Às vezes estava calada, arranjavam pretexto para eu me exaltar com eles!** Por tudo e por nada... o que eu não fiz, ficam a reclamar, reclamar, reclamar, o que eu fiz, ficam a reclamar, reclamar, reclamar... se eu faço queixam-se, se eu não faço queixam-se. Primeiro fui suspensa e depois fui expulsa da escola. Furtava dentro da escola. Saí da escola e fui trabalhar... comecei a trabalhar com 14 anos (...) Eu trabalho num salão...só aos fins-de-semana. Durante a semana eu tranço... sou cabeleireira, mas não profissional, tranço as pessoas e assim entretenho-me. Depois vou para a rua, fico com os meus amigos, a conviver, e depois volto para minha casa.*

Os amigos assumem uma importância muito grande na vida de Inês. São uma importante fonte de interesse e, por norma, são mais velhos do que ela: *são raparigas, mas tenho mais confiança com os rapazes. São mais velhos do que eu... eu sou mais nova! Ficamos a conversar, a fazer umas coisas, jogar à bola, conversar...eu fumo, nós fumamos ganza...sim! Mais nada...Uma vez no meu bairro vi droga dura, mas não, só ganza. Já vi muitas pessoas a destruírem a vida. Não quero chegar a esse ponto. (...). **Quando não estou com os meus amigos fumo cigarros. Quando estou com os meus amigos fumo ganza, sim!** Inês vai-se dividindo entre os amigos que deixou no antigo bairro e os amigos que fez na sua zona de residência e considera que “*agora não existe diferença. O que os meus amigos do bairro fazem estes também fazem, **a diferença é que antes os daqui eram certinhos e os do bairro não.** (...) De repente começaram a fumar estupefacientes, a fazer assaltos, antes não havia nada disso... pode ser influencia também... porque tens alguém a fazer e eu não posso fazer? Porque tens alguém a experimentar e tu não podes experimentar? (...) Pode ser também da adrenalina, não é?**

Relativamente ao pai da filha, Inês diz: *tivemos juntos 4 anos, depois fiquei grávida da minha filha. Não foi pensada... aconteceu! Há muitas coisas que podes fazer para não ter, e por isso não posso dizer, aconteceu! Posso dizer que foi acidente, não é! Não estava a pensar, ele estava de prisão domiciliária... depois ele disse que não vale a pena tirar... que se já tem um pode ter outro. Depois eu tive. (...) Depois ele como teve problemas com a polícia, assim, ou ia preso ou fugia. Então saiu do país e foi para a Suíça. Apesar de ambos terem praticado crimes, **ele praticava o dele e eu praticava o meu.** Apesar de considerar que é a filha que contém os seus ímpetos: *agora sou mais caseira, trabalho... antes eu era sempre, mas agora com o nascimento da minha filha tudo mudou. Tenho de pensar mais nela do que em mim, não consegue explicar a razão de não ter ainda parado: não sei responder a isso, porque depois do nascimento dela já fiz coisas... já cometi crimes. Não sei, ao sair daqui posso ir fazer alguma coisa...**

Sem registos de passagem por instituições de Protecção, entra na justiça por crime de furto e ofensas à integridade física: *comecei a experimentar os furtos e os assaltos... vi uma amiga minha a fazer e quis experimentar, não é? **Depois disso comecei a fazer, a fazer, fazer, fazer... foi para***



*experimental, para saber com 'é que é. (...) Cometi alguns crimes, que para mim não acho muito grave, né... comecei com 14 anos, comecei a fazer assaltos assim na rua, telemóvel, Mp3, Ipod. Depois fui, fiz um assalto, digamos fiz vários assalto no vestuário, roupas, assim, em lojas, e já me apanharam duas vezes, uma na Amadora, na Zara, e outra no Campera, no Carregado. E agora estou a cumprir uma pena de dois anos de acompanhamento educativo, porque eu e uma amiga fomos furtar, roubar uma miúda num prédio, eu não sabia que ela me conhecia, porque eu não a conhecia.*

Esta é a primeira medida de Inês e, com alguma perplexidade, comenta: *de tantas coisas que eu fiz ainda não fui penalizada, só por uma coisinha assim, agora aqui estou eu! Para mim roubar não é assim um crime. Matar alguém, assim, é um crime... não sei bem dizer, mas para mim não tem significado de crime....* Por este motivo considera que a aplicação da medida não é justa: *dois anos é muito para uma coisa que eu fiz... que eu faço. Acho que estou a cumprir por tudo o que já fiz!!! Para mim estar aqui não tem significado (...) estou aqui por estar, por obrigação... Não gosto de cumprir regras, não gosto de ser obrigada a uma coisa, de ser obrigada a estar cá. (...) Isso não ajuda nada, piora... não saio daqui contente... saio daqui zangada. Não expressando arrependimento ou sentimentos de culpa, considera que: agora que estou mais acostumada não sinto nada.*

Para o futuro, *gostava de tirar curso de cabeleireira. Ser professora de cabeleireira ou então ir para a escola prática, para ser polícia, porque como já fiz os crimes queria dar o exemplo. (...). Queria também que a minha filha crescesse bem, muito bem-educada. E saber tudo da vida. E ter orgulho de mim.*

### **Retrato 5: Verónica, 16 anos**

*Tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada*

Verónica nasceu em 1992, é de nacionalidade portuguesa e residente numa cidade do norte do país. Reside numa zona residencial pouco problemática. Vive com os pais e com um irmão, apesar de pertencer a uma fratria de cinco irmãos, de relações anteriores do pai e da mãe. Mantém uma relação de grande distância com as irmãs, mas de forte proximidade com o irmão mais velho: *tinha a minha irmã que andava na universidade e só queria o namorado, e só me chateava a cabeça... tens de ir para a escola, tens de ir à escola. O meu irmão não, era mais paciente. Ficas comigo e ninguém te vai magoar e ajudas-me. A partir dos 10 anos comecei a andar com ele a vender droga. Eu gostava do meu irmão. Ele protegia-me da rua. Os meus pais não sabiam, pensavam que eu ia para a escola.*

O relacionamento familiar é marcado por alguma instabilidade derivada, por um lado, da falta de uma presença activa das figuras parentais: *a minha mãe está sempre a trabalhar e o meu pai está sempre fora. Ela vem tarde para casa e o meu pai vem para Portugal de 15 em 15 dias. O meu pai estava fora, a minha mãe estava a dormir, eu ia para o quarto e às onze horas (da noite) iam-me buscar e voltava às 4 da manhã. E a minha mãe nem dava por isso. Se eu sentisse carinho por parte deles [pais] como sentia pelo meu irmão!* E, por outro, dos comportamentos marginais do irmão mais velho e de Verónica: *o meu pai não gostava muito do meu irmão porque ele não é filho dele. Dava-lhe muita porrada e assim, depois, eu e ele decidimos sair fora de casa porque eu também não aguentava ver o meu pai bater-lhe. [Batia-lhe] por estar lá em casa a dormir sem fazer nada. Se não lhe dão dinheiro ele arranja, não acho mal!*

O percurso escolar de Verónica foi sendo marcado pelo insucesso, ainda que os pais tenham feito esforços para resolver a situação de absentismo, com a mudança de escola: *eu sempre fui preguiçosa. Levantar-me cedo, não conseguia. (...). O meu irmão quando foi preso, eu voltei a ir à escola e o meu pai pagava uma senhora para me levar à escola. Mas quando abandona a escola, junta-se ao grupo do irmão: ele [o irmão] foi preso e eu continuei com os amigos dele e com eles experimentei branca e fiquei viciada.* Começa a consumir aos 13 anos. *Estava a morar na casa deles e eu era a menina mimada deles. Era droga para mim. (...). Sentia-me muito bem. Mas como fumava branca sentia-me com ansiedade e depois fumava heroína para acalmar. Com*

10€ só dava para comprar um paco de branca, mas não tinha 5€ para a heroína, e para isso comecei a entrar na prostituição. **Naquela altura eu achava bem, que era tudo bem, mas agora (...) até dá pena, até tenho vergonha! Tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada.**

Dos 10 aos 12 anos andei com o meu irmão. Depois sempre estive em instituições, mas fugi sempre, não gosto de estar fechada. Durante dois anos passou por três instituições diferentes até que lhe foi aplicada uma medida de Promoção e Protecção de apoio junto dos pais, com obrigatoriedade de levar a cabo tratamento de desintoxicação e submeter-se a acompanhamento psicológico. Verónica fugiu de casa, porque *naquela altura eu gostava*.

Entra na justiça por dois crimes de roubo: *bati numa vizinha minha para ter dinheiro, por causa das alucinações. Ela não desmaiou, eu só lhe desfigurei esta parte toda da cara e ela reconheceu-me. Outra vez, também, porque precisava de dinheiro assaltei uma rapariga que eu conhecia e roubei-lhe o dinheiro todo.* Vai para o Centro Educativo em 2008. Começou com uma medida cautelar de guarda, por três meses, em regime fechado, estando a cumprir medida de internamento pelo período de 1 ano. Considera que por *aquilo que fiz dos 10 aos 15 anos pensava que ia levar cadeia. Mas vim para aqui [Centro Educativo]*. Apesar do tratamento de desintoxicação a que tem sido sujeita, Verónica sente muita falta da droga: **eu penso muito na droga. Se for lá para fora 24 horas ia-me perder.**

Segundo os relatórios técnicos, valorizar-se através de factores externos, principalmente na existência de bens materiais familiares, dito em expressões como: *mas agora também gosto muito dos meus pais. O meu pai comprou um Porshe e uma Harley. A minha mãe disse-me que se eu saísse daqui e me portasse bem me davam a carta e o carro, me davam tudo.*

#### **Retrato 6: Sónia, 18 anos**

*Comecei a fazer porcarias, a falar mal aos meus pais, a tratar mal os meus pais. Foi tudo por causa dele...*

Sónia nasceu em 1990, em Cascais, e reside no mesmo local com os pais, o filho e os irmãos mais novos. Considera que teve uma infância feliz e que o relacionamento familiar só se deteriorou a partir da altura em que começa a namorar com um rapaz que os pais não aprovaram: *nunca tive razão de queixa dos meus pais. Tinha tudo o que eu queria, dentro dos possíveis. Desde que comecei a namorar com o meu ex, os meus pais deixaram de me apoiar, porque o rapaz era agressivo comigo e essas coisas. (...). Sempre viram que ele não era boa peça. Eu gostava, ninguém tinha nada a ver com isso... pensava assim.* A relação com a mãe sempre foi mais distante do que com o pai: *nunca me senti à vontade para desabafar com a minha mãe. (...). Acho que com o meu pai é diferente. Ela queria falar comigo, mas eu fiz o meu próprio mundo.*

Além de ter afectado o relacionamento familiar, o início do namoro foi, também, o despoletar dos comportamentos transgressivos de Sónia: **quando comecei a namorar com o rapaz, comecei a faltar à escola, ia de manhã cedo para a casa dele, ia ter com ele. Chamaram a minha mãe à escola, disseram que eu não ia.** A mãe de Sónia relata, junto dos técnicos, “que ela faltava às aulas, mentindo-lhe muitas vezes quando dizia que ia à escola. Que tem passado algumas noites fora de casa, porque quer sair de casa quando quer, frequentar as discotecas a horas inadequadas, não respeitando os horários impostos pelos pais”.

Entretanto, Sónia engravida e faz um aborto. A decisão de interromper a gravidez foi tomada em consequência da reacção do namorado e por prever a reacção dos pais: *fui ter com o meu namorado, o actual na altura, contei-lhe e ele disse que não... eu tinha 14 anos e ele tinha 17, disse que era muito novo e que se eu não abortasse que ia voltar para França. Eu com medo que a minha mãe me metesse na rua... claro, reagiram mal quando chegaram a casa e eu estava na casa de banho naquele estado. Talvez depois acabassem por aceitar, mas tinha muito medo. Comecei a ficar com uma pequena depressão em casa, só me sentia bem a ouvir música, depois queria estar com o meu ex e a minha mãe e o meu pai não me deixava... então comecei a fugir de*

***casa p'ra poder estar com ele. Fugia só p'ra ir ter com ele. Depois quando era para dormir ficava na casa de uma amiga. Comecei a fazer porcarias, a falar mal aos meus pais, a tratar mal os meus pais. Foi tudo por causa dele....***

Face a esta situação, e a pedido dos pais, Sónia é acolhida numa Instituição de Promoção e Protecção: *a 1.º vez foi por causa do meu ex-namorado, eu queria sair, a minha mãe não deixou, bateu-me e eu impliquei e fui fazer queixa à polícia. Estupidez...tudo por causa de querer estar com ele. (...). Chorei a noite toda, no primeiro dia, mas depois as raparigas de lá, não eram más, eram compreensíveis, falavam... mas foi difícil. Entretanto, com as raparigas que assaltaram, **pedi para ir com elas e fui ter com o meu ex. Depois é que assaltei a casa.** Da outra vez, foi o tribunal que me chamou por causa da escola e aí foi mesmo os meus pais que mandaram ir. Sente-se inconformada com a ida para o colégio: *porque na altura já estava melhor e só depois de uma pessoa estar melhor é que nos chamam para ir a tribunal e depois aí é que nos fazem os castigos...acho que deve ser na altura em que uma pessoa está a portar mal é que nos devem meter os castigos.**

Estas experiências, entretanto, foram causa e consequência de um percurso escolar insatisfatório. Segundo os relatórios técnicos, Sónia teve um aproveitamento escolar regular até ao primeiro ciclo, mas a passagem para o segundo ciclo reservou-lhe um percurso de reprovações e absentismo escolar. Abandonou a escola, mais tarde frequentou um curso de formação profissional, que não terminou: *eu desisti do curso, não desisti só por ir para a Bélgica, foi também porque a Segurança Social cortou o rendimento mínimo à minha mãe, e não dava nem para ajudar no passe. (...) entretanto abriram nova oportunidade, mas só havia vagas para Abril, ou cabeleireira ou educadora de infância. Entretanto fui para a Bélgica... não deu.*

Conheceu um outro rapaz, com quem iniciou coabitação quando regressou a Portugal: *também é de cor, mas é trabalhador, é meigo comigo, não é de confusões.* Deste relacionamento nasceu um filho: *foi acidentalmente, na altura também tinha fugido de casa, a minha mãe não me queria deixar sair. (...) descobri que estava grávida, falei com o pai dele e ele disse para eu ter, que ele queria o bebé. Que ele ia assumir e que não ia deixar faltar nada. (...). Ele também tem 25 anos e eu agora tenho 18. O meu pai logo que soube, ele ficou contente. A minha mãe ficou um bocadinho entre o sim e o não, mas depois ficou contente.*

Após alguns meses, Sónia voltou a morar com os pais, referindo diminutas condições de habitabilidade na residência do namorado: *a casa onde a gente 'tava não tinha condições nenhuma para ter lá o bebé ...para depois a segurança ir lá e retirar-me o bebé, não! Então andamos à procura de casa aqui, mas só ele é que trabalha. Vou ver se consigo pôr o rendimento mínimo, faço agora 18 anos. Foi uma assistente que mandou. Se conseguir vou para o rendimento mínimo e assim já dá para a gente se sustentar. Mesmo com o abono dele. Aguarda o início de um curso de formação profissional de cabeleireira, para o qual foi encaminhada no âmbito da medida tutelar educativa: *mas depende do curso. Se me pagar os transportes eu vou se não pagarem não vou... procuro as novas oportunidades... são 3 horas por dia.**

Cumprir medida de Imposição de Obrigações, por 18 meses, pelo crime de aborto, cometido em 2005. A medida foi sendo interrompida devido às transições na trajetória de vida de Sónia. Passou por uma fase complicada da sua vida, mas tende a exteriorizar o processo de mudança: *acho que fui uma má filha, mas estou a mudar. (...). Agora só me interessa o que pensam os meus pais e o pai dele (filho). Tive consciência de tudo o que eu fiz, foi tudo em vão, mesmo. As amizades que eu tive foram todas falsas... a minha melhor amiga é quem me fez, quem me pôs no mundo, a minha mãe. Antes não considerava assim, mas agora considero. Para o futuro, deseja ter uma vida melhor e isso significa "dar tudo ao meu filho, não lhe deixar faltar nada. Ter a minha vida estabilizada. Fazer o que eu gosto, sem grandes preocupações.*

**Retrato 7: Anabela, 17 anos**

*Mas nessa noite a minha mãe começou a beber e num sei quê e eu saí. E foi logo com pessoas que eu não devia ter saído*

Anabela nasceu a 1991 em Lisboa e é de nacionalidade portuguesa. Reside em Queluz com o pai, a madrastra e o irmão consanguíneo, de 3 anos. Os pais de Anabela separaram-se quando ela tinha um ano. Apesar de sempre ter vivido com a mãe, mantinha contacto com o pai: *comecei a ir aos fins-de-semana para a casa do meu pai, mas ia só aos sábados, lá para a uma da tarde e vinha no domingo de manhã.* Há cerca de dois anos integra o agregado paterno, devido ao agravamento da situação de saúde da mãe que começou a apresentar hábitos de consumo de álcool, altura em que o relacionamento entre Anabela e a mãe começa-se a deteriorar: *a minha mãe começou-se a meter na bebida, e depois começou a dar umas confusões, a gente dava-se mal e depois discutíamos... Depois houve uma noite que ela já estava meia modos que enfim, eu cheguei a casa e comecei aos berros com ela, e ela disse – eu quero é que vás p'ra casa do teu pai, num sei quê num sei que mais... e eu fui (...) e disse que não queria ir mais para a casa da minha mãe. Depois eu comecei a ver como é que ele era, como é que ele me tratava. Ainda fui fazer pior (risos)... com a minha mãe eu discutia com ela, mas prontos, saia, desanuviava e ficava tudo mais calmo... com o meu pai não, não me deixa sair de casa, não me deixa fazer nada (...). A minha mãe tinha-me avisado que ele não era o mar de rosas que eu pensava...*

Os problemas da mãe e a transição para a casa do pai criaram, em Anabela, sentimentos ambivalentes. Por um lado, incompatibiliza-se com mãe, mas sente a necessidade de a proteger e de estar ao seu lado: *... eu lidei mal foi ela começar a beber, sei que ela sempre teve montes de problemas (...), mas ao mesmo tempo não aceito, ou seja, dava-me mal com ela e discutia com ela, e havia montes de problemas por causa disso, mas eu no fundo sabia que ela, entre aspas, até tinha motivos para querer enfiar-se noutras coisas, tá a perceber! (...) **Eu sei que ela precisa de mim, e às vezes sinto isso.** As vezes sou eu que 'tou pior e ela é capaz de me ligar e parece que sente na minha voz e diz – já estás mal, eu disse-te p'ra não ires p'rai!!! E então começo a chorar... não soube foi dar valor à minha mãe, fui estúpida!* Por outro lado, a relação com o pai é difícil. Não aceita a sua supervisão e a imposição de normas e regras, sente que é preterida em relação ao irmão mais novo e entra em conflito com a madrastra.

***Eu sempre sonhei em ter aquela coisa da família feliz, mas na realidade as coisas não são bem assim.** , porque o meu pai... é daquele tipo de pessoa que tá de trombas todo o dia (...), para ele, o hobbie dele é que a única coisa que eu fizesse fosse limpar a casa e fazer comer e etc. A minha mãe, por exemplo, sempre foi de ligar às coisas que eu fazia, tinha boas notas e era capaz de me dar um beijinho (...) mas ele não liga nenhuma a isso, não diz nada... não tenho liberdade nenhuma, não posso estar com os meus amigos, não posso fazer nada, fazer nada mesmo. E isso não entra na minha cabeça, porque sempre vivi na minha mãe, sempre tive com os meus amigos, sempre brinquei, e a minha mãe nunca foi assim. Talvez por ter-me criado, talvez por ser outro amor. (...). O meu pai, se for preciso eu chego a casa, cumprimento, bom dia, boa tarde, qualquer coisa, ele comigo diz boa tarde e só me chama para comer... não fala comigo para mais nada, para mais nada mesm. O meu irmão não, passa a vida a agarrar nele, sempre a dar-lhe beijos e num sei quê. (...). E depois, montes de brigas com a minha madrastra.*

Segundo os relatórios técnicos, o agravamento da situação da mãe coincidiu com o início de um percurso escolar de menor sucesso: *chumbei duas vezes... foi várias coisas, **foi a falta de estudo, foi falta de interesse...** eu culpo-me mesmo, porque é verdade, não quis mesmo saber...*

*Quando faltava, (...) a gente costumava ir para o parque, ficava lá a falar. Parvoíces! (risos).*

Os amigos e os namorados são elementos muito valorizados por Anabela. Os amigos são muito importantes e apresentam estilos de vida normativos. Os namorados marcam os momentos mais felizes: *passei por coisas que não sei se vou voltar a passar com outra pessoa, ou seja, como foi a pessoa que me marcou mais, com quem perdi a virgindade, etc, mas sem ser isso vivemos tantas coisas, por exemplo, quando a gente não tínhamos aulas e uma vez fomos de barco para a*

*outra banda e outra vez fomos à foz... essas coisas, esses momentos quando a gente se partia a rir (...). Neste momento, tem um novo namorado: às vezes levo-o lá até casa, mas se o meu pai o apanha lá... sei lá. Pronto... (risos) é complicado (risos). Passamos o dia todo a mandar mensagens ou vamos à net... vai fazer dois meses dia 30. Relativamente a estas situações, Anabela procura ter um discurso mais adulto, procurando afastar-se do que é chavão no comportamento das raparigas da sua idade: **prefiro ter atitudes mais adultas, não ter atitudes, como por exemplo têm algumas amigas minhas, que começa com um e acaba, daqui a uma semana já tem outro e acaba e depois vai ao Hi5 e: - ai és a minha vida, és tudo para mim, e passado uma semana já acabaram e ficamos a olhar pr'aquilo. Ou então usam a palavra amar como quem usa, sei lá, um troca calças. Às vezes faz-me um bocadinho de confusão...tenho uma mentalidade diferente, mais de mulher (risos).***

Sem registos de institucionalização ou outros processos, entra na justiça por crime de roubo na forma consumada, roubo na forma tentada e agressões corporais. Para Anabela, os ilícitos foram uma casualidade, nada premeditada. Tinha saído de casa por ter discutido com a mãe e encontrou uns amigos: *são pessoas que já andaram comigo na escola e num sei quê. (...). Eles costumam estar lá no jardim ao pé da casa da minha mãe e nessa noite eu fui lá para ao pé deles. Tinha estado a tarde toda em casa, mas nessa noite a minha mãe começou a beber e num sei quê e eu saí. E foi logo com pessoas que eu não devia ter saído, resultado... essa minha amiga 'tava lá, e tentou assaltar duas raparigas, e eu estava com ela mais os outros. Já não me lembro muito bem, mas ela pediu 1 €, e elas disseram que não tinham, depois ela puxou o Mp3. Depois chamou-lhe estúpida ou atrasada, ou o que é que foi, e mandou-lhe um estalo, eu gritei: - que tas a fazer e num sei quê. Eles começaram a correr e eu fui atrás. Só pensava que estava metida numa embrulhada e que não sabia o que estava ali a fazer. Que queria ir para casa. Se eu tivesse em casa não me tinha acontecido nada disto!* Explica que: *pr'a mim eles [os pais] não têm culpa, mas têm... eu fiz aquilo porque eu quis, porque eu estava lá, mas se, talvez ele não tivesse agido daquela maneira, nem ela feito aquilo, eu não tinha feito aquilo, eu não tinha ido pr'ali, eu não tinha saído... eles não têm culpa, mas têm...eles têm indirectamente.*

Cumprir uma medida tutelar de imposição de obrigações, que Anabela considera justa, ainda que ache que há pessoas que fazem coisas bem piores: *acho que foi. Eles também preocupam-se com... acho um bocadinho chato. Há um monte de pessoas que fazem coisas bem piores do que eu e não têm de estar a vir aqui sempre... mas prontos... não é assim muito mau!*

Para o futuro, Anabela vê *uma mulher consciente, com o seu marido, a sua casa, os seus filhos, no máximo só podem ser dois... que gosta de sair, de se divertir, que gosta de trabalhar, porque estar em casa sem fazer nada, isso não está com nada, que tem hobbies, é feliz... casadíssima! Faz parte, acho que sim!"*

## 6.2. Ditos, interditos e não-ditos: elementos para a compreensão dos discursos

Na construção dos retratos sociológicos foi possível encontrar elementos suporte dos discursos. Não estamos a falar dos pontos de intercepção entre as narrativas, que analisamos no capítulo anterior, mas em questões de estrutura, disposição e *tessituras* discursivas dos ditos, dos interditos e dos não-ditos, que permitiram identificar não apenas as ausências e as discontinuidades, mas também, os protagonismos e as estratégias de visibilidade.

As histórias destas jovens contam itinerâncias realizadas sobre um conjunto de constrangimentos estruturais que pautam as suas vidas; dão conta das transições possíveis

e das (im) probabilidades de seguir trajectos padronizados; e são marcadas por consecutivas escolhas aparentes, que reflectem não só os constrangimentos à sua acção autónoma, como também à sua posição, enquanto sujeitos que fazem escolhas. Estas itinerâncias abrem-se à compreensão ao assumirmos que os sujeitos são, simultaneamente, determinados e livres. Como ressalva Constantino (2001: 86-87):

“Por mais restrito que seja o leque de possibilidades oferecidas ao indivíduo há sempre a possibilidade de escolha. (...). O homem é realmente determinado, pois se encontra situado num tempo, num espaço e recebeu uma herança cultural. Mas o homem é também a consciência desse determinismo. Isso permite a acção transformadora que, a partir da consciência das causas, constrói um projecto de acção. Não se rompe o nexo causal, mas introduz-se uma outra causa – a consciência – que o transforma em ser actuante, e não simples efeito passivo”.

Nesta construção discursiva, as histórias reflectem a “dupla consciência”<sup>95</sup> da experiência (in Bruner, 1986: 14), ou seja, ao mesmo tempo que participam na acção e fazem parte da experiência são, também, suas testemunhas ‘independentes’. O que faz com que o fluxo da experiência seja, constantemente, retido pela reflexividade, e os sentidos/ significados estruturados pela/na narrativa. Como mostram Mead e Blummer (citados em Manita, 2000), o sujeito constrói “activamente os seus percursos existenciais, aprendendo através das interacções e reflectindo, a cada momento, sobre as consequências da sua conduta a partir de um movimento ou processo de “eu em espelho”, fruto de sucessivas auto e hetero-interacções” (p. 20). Contudo, é pertinente reter que a narrativa, enquanto construção discursiva, tanto celebra o que deve ser lembrado, como torna invisível o que deve ser esquecido.

É neste jogo que se constroem as narrativas destas jovens e nele se enformam os nós discursivos, que se organizam em torno de três elementos fundamentais: os temas emergentes em torno dos quais as jovens organizam as suas trajectórias, as estratégias de auto-apresentação, e as ambivalências e incoerências narrativas. Vejamos cada um destes elementos.

### **Temas emergentes nos discursos**

---

<sup>95</sup> Conceito desenvolvido por W. Du Bois, em 1897, para descrever as contradições sentidas entre os valores sociais americanos e as dificuldades quotidianas que os negros enfrentavam. Para este autor a *double-consciousness* significava a sensação da pessoa olhar para si através dos olhos dos outros.

Os principais temas emergentes nos discursos das jovens são: a importância e o impacto das relações com outros significativos da sua vida (família, amigos e namorados), as motivações e significados das transgressões e os contactos com os sistemas protecção e justiça. É em torno destes temas, que se constituem episódios significativos nas suas vidas, que as jovens entrevistadas organizam os melhores e piores momentos, que descrevem o que é mais ou menos importante para elas e onde encontram as figuras que as marcam positiva e negativamente. É em torno destes acontecimentos que as jovens segmentam e subdividem os seus percursos de vida. Constituindo-se em momentos significativos de viragem, têm potencial para criar experiências e transformar as suas vidas, o que Denzin (1989) chamou de epifanias<sup>96</sup>. Elisabete divide a sua vida em três partes: *Desde que nasci até aos 6 anos, depois dos 7 aos 10 e dos 10 até agora, aos 14. Foram momentos completamente diferentes (...). Até aos 6 anos comecei a descobrir como viver, momentos que partilhei com a minha mãe, os meus irmãos e avós. Dos 7 aos 10 anos começaram os maus-tratos e comecei a ser uma miúda muito agressiva e revoltada. (...) A partir daí foram assaltos, agressões...* Também Marta diz: *vivi uma vida até aos 6 anos, altura em que é abusada sexualmente pelo padrasto, e depois outra a partir dos 15 anos, quando nasce o filho. Apesar de termos seleccionado apenas alguns exemplos, estas epifanias são transversais às narrativas das jovens.*

A família e os acontecimentos familiares específicos surgem como o eixo em torno do qual as jovens espelham e descrevem momentos de vida mais e menos felizes. O nascimento dos irmãos e dos filhos, os momentos de convívio com a família e os reencontros são as cenas mais felizes. Se os dois primeiros acontecimentos são anteriores à aplicação da medida, os reencontros tendem a ser vividos, intensamente, durante a medida, como relata Anita: *o momento mais feliz foi quando tive os fins-de-semana com a minha filha. Foi bom, tive com ela, tive a cuidar dela, dei-lhe muitos beijos.* Ainda que menos expressivos, mas significantes, são os discursos que não conseguem identificar ou que não se lembram de nenhum momento feliz.

Se os elementos e os acontecimentos familiares são o mais importante na vida destas jovens, a figura da família povoa, igualmente, as cenas mais tristes. *Eu sempre sonhei em ter aquela coisa da família feliz, mas na realidade as coisas não são bem assim,* relembra-nos Anabela. São, principalmente, a morte de familiares (pais, avós,

---

<sup>96</sup> Segundo o autor existem quatro tipos de epifanias. 1) A *epifania maior* é aquela que interfere em toda a estrutura de vida da pessoa. 2) A *epifania cumulativa ou representativa* diz respeito às reacções face aos eventos que acontecem ao longo de um período de tempo. 3) A *epifania menor ou iluminativa* tende a marcar momentos de tensão numa situação de vida. 4) A *epifania reexperienciada* acontece no reviver de uma experiência ou de um evento marcante. Estas estruturas podem surgir em fases diferentes na vida das pessoas.

tios), os problemas relacionais com os progenitores e as experiências de vitimação, que são apontados como os momentos mais tristes na vida destas jovens. Mara, por exemplo, descreve a infância como uma fase triste da sua vida *“porque perdi o meu pai, quando tinha quatro anos, por eu ter estado no hospital e por não estar com a minha mãe...*

O processo de institucionalização, quer na protecção quer na justiça, é igualmente significativo neste cenário, ainda que não seja o tema central, possivelmente porque a aplicação da medida não surge, nos discursos das jovens, como o momento mais difícil. Provavelmente será o momento mais injusto, mas não o mais infeliz.

Ao longo dos discursos vão emergindo, também, figuras positivas e negativas nas suas trajectórias. As figuras positivas são quase sempre elementos da família, com quem têm relações afectivas. Foram eles que as avisaram dos perigos, como refere Vera: *devia ter ouvido mais a minha mãe quando ela dizia para ficar em casa (...) porque na realidade ela é a única coisa que eu tenho;* e que apoiaram nos momentos difíceis, como relembra Anita: *A filha não foi planeada, aconteceu! Mas a minha mãe apoiou e eu segui em frente. (...). É com a família que se pretendem “reconciliar” e a ela “regressam” discursivamente. Para Mara a melhor coisa que já fez foi apoiar a minha mãe (...) dar alguma felicidade e orgulho à minha mãe. Sónia considera que foi uma má filha: mas estou a mudar o que fiz mal no passado (...). Agora só me interessa o que pensam os meus pais e o pai dele (filho).*

As amigas e os namorados e/ ou ex-namorados são, aqui, figuras de encruzilhada, pois aparecem quer como elementos positivos, quer negativos. À figura das “melhores” e “boas” amigas”, que dão conselhos e a quem se conta tudo, contrapõe-se a imagem das amigas falsas, daquelas *que eu pensava que eram amigas*, como refere Elisabete, aquelas *que na altura em ca gente tá mal, não nos ligam importância nenhuma* [Sónia]. Relativamente aos namorados a situação é similar. Se para Anabela o ex-namorado foi a pessoa que a marcou positivamente, porque: *passsei por coisas que não sei se vou voltar a passar com outra pessoa.* Para Sónia, o ex-namorado deixou marcas negativas, afinal, e nas suas palavras: *tudo o que eu fiz por ele não valeu a pena.*

Quando dirigimos o olhar para a acção, e questionamos as jovens acerca da melhor e da pior coisa que fizeram, metade delas concentra o melhor feito em torno do cenário familiar (ora no papel de cuidadora - ajudar /apoiar os pais e os irmãos e cuidar dos avós – ora no papel da maternidade). A pior coisa que fizeram surge associada, directa ou indirectamente, ao percurso transgressivo: *fazer asneiras, fazer porcarias, consumir*



*drogas e ter as consequências. Para Eliana a pior coisa foi ameaçar aqueles putos e vir para aqui (Centro Educativo). Para Anita foi ter entrado naquela vida e ter largado a escola.*

A combinação destes temas deu-nos a espessura dos conteúdos discursivos.

### **Estratégias de auto-apresentação**

No processo de (re) construção das experiências e das suas expressões, num quadro marcado por constrangimentos estruturais, as jovens parecem ter encontrado a sua maior expressão de agencialidade: nas práticas discursivas. Segundo Spink (2010), as práticas discursivas são “as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais quotidianas” (p. 27). Implicam ter presente a “interface entre os aspectos performativos da linguagem (quando, em que condições, com que intenção, de que modo) e as condições de produção (entendidas aqui tanto como contexto social e interacional) (Idem: 26). A identidade narrativa que nasce deste interface torna possível que os sujeitos “agenciem os factos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo que quer comunicar uma certa experiência pessoal e social” (Carvalho, 2003: 296). As histórias das jovens entrevistadas não foram tomadas como “verdade”, mas como uma narrativa construída a partir de si mesmas, do lugar de onde falam e do que intentam fazer ver.

Neste sentido, considerando que estas histórias poderiam ser recontadas de outra forma, se de outro contexto espacial e situacional se tratasse e, sem descuidar a confissão de Anita, que diz: *esta é a minha segunda cara... tem de ser assim porque ninguém tem nada que saber da minha vida*, analisemos os principais discursos de auto-apresentação que são transversais às narrativas das jovens entrevistadas.

Na esteira da proposta de Matos (2008: 236), um dos principais discursos de auto-apresentação utilizados pelas jovens é o da **conformidade**, ou seja, o discurso da “normalidade” socialmente construída. A este respeito, Zimmerman e Dickerson (1994) referem que as raparigas tendem a orientar-se por histórias da autoria de outrem, que são as histórias das prescrições sociais (de género), que limitam as suas vozes e a sua “busca de autoria”. Por muito “desafiadoras” que estas jovens possam ser, elas também reconhecem que o esforço por seguir as suas ideias não deixa de ser dificultado pelos relatos dominantes e desqualificadores que os outros mantêm sobre si e sobre as suas relações.

Encontramos este discurso de conformidade em quatro principais eixos: nas narrativas sobre papéis de género e feminilidades, nos discursos para o futuro, nas reflexões em torno do arrependimento e nos discursos de encaixe nas expectativas do “sistema” e da investigadora.

A construção social do género sustenta ao homem e à mulher determinadas narrativas de acordo com a ideologia dominante, estabelecendo diferentes trajectórias que, em regra, colocam o homem como agente da sua história, e a mulher como subordinada dessa história, onde prevalecem papéis de maior dependência e "cuidado dos outros". É a estas macro narrativas de género que as jovens retornam para falar das suas experiências individuais. Como vimos no capítulo anterior, as jovens tendem a utilizar concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade para exprimir os seus pontos de vista sobre as responsabilidades familiares e os papéis domésticos (*rapariga... é estar em casa, trabalhar, ser mãe... [Vera]*); para justificar o maior controlo que os pais tendem a exercer em suas vidas (*cá fora pode engravidar... e por isso reservam mais as filhas dentro de casa [Elisabete]*); para falar sobre as vivências da maternidade e como esta tem um efeito de “mudança” (*ver o mundo com outros olhos [Marta]*); para se referirem aos projectos de futuro, também estes trespassados pelas marcas de género (*ter marido, filhos... dois... porque é o que toda gente gosta, acho eu! [Fátima]*); mas, também, para se exprimirem sobre o papel da rapariga na transgressão (*é rapaz, é normal, eles começam a andar em grupos, nessa vida... mas rapariga... é muito feio [Vera]*).

Estas concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade estão presentes mesmo quando utilizadas por oposição, ou seja, como forma de se distanciar e reposicionar nas significações de género. O caso de Inês é um bom exemplo desta ideia. Como assinalado no capítulo anterior, afasta-se do estereótipo de mulher, retratado nas figuras da mãe e das irmãs (*a minha mãe é uma pessoa calma, humilde, meiga, carinhosa, é muito boa de mais (...) as minhas irmãs são muitas boazinhas. (...). Elas não são de experimentar... Elas são muito diferentes de mim. (...) São muito certinhas*) e aproxima-se da rebeldia masculina do pai e do irmão (*eu tinha mais a ver com o meu pai do que com a minha mãe... eu sou boa, mas não muito bondosa, de perdoar tudo. Eu não... Eu sou mais rebelde*), utilizando os repertórios-tipo das construções sociais de género. E é com base nestes repertórios que reflecte as suas vivências de maternidade (*agora sou mais caseira, trabalho...tenho de pensar mais nela do que em mim*).

Se gostavam de ser rapazes, por causa da liberdade e autonomia que eles têm, os discursos das jovens exaltam as diferentes soluções que elas encontraram na busca dessa liberdade (tão masculina) sem, contudo, enveredarem pela construção de uma identidade masculina, mesmo quando ultrapassam e desafiam as noções (que elas próprias têm) do que é considerado adequado para as raparigas. Quanto muito, constroem o que Fonseca (2009: 267) chamou de “feminilidades maria-rapaz”, por desejarem práticas de reconhecimento próximas das dos rapazes, ou as “feminilidades rebeldes” que tendem a estar acantonadas nas margens e se expressam por identidades mais reactivas, que se envolvem em actividades e culturas de experimentação e provocação rebelde (Idem: 274)

As estratégias encontradas pelas jovens (fugas de casa, consumos de drogas, agressividade, prática de ilícitos) dão-nos conta que elas não estão passivas e que procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando feminilidades. Não as feminilidades da “cultura de quarto” (*há pessoas que dizem que eu sou esquisita, porque começam a falar das novelas e eu pergunto em que canal é que isso dá... e não é normal na minha idade porque as minhas colegas são todas viciadas, numa novela que começou há pouco ...Rebeld way...acho eu!* [Teresa]), mas outras feminilidades que combinam práticas convencionais e atípicas de género, e que se justificam nos e pelos contextos (Messerschmidt, 2002).

Nos discursos para o futuro, as jovens tendem, igualmente, a passar a imagem da conformidade com o socialmente esperado, ou seja, tendem a reproduzir e a evidenciar valores sociais hegemónicos que representam a normalidade, a felicidade e a realização. Todas as jovens projectam ter uma vida normal e mudar os comportamentos. A maioria delas exprime o desejo de casar, ter filhos, estar com a família e arranjar um trabalho estável. As jovens com filhos aspiram ser boas mães e educar bem. Afinal, não é isso que a sociedade espera delas?

Passar a imagem de conformidade às normas sociais foi expressivo em dois pontos sensíveis para as jovens: nos discursos de arrependimento e condenação moral da prática transgressiva e na necessidade de se encaixarem nas expectativas do sistema. Para Potter e Wetherell (1987) os discursos são um meio utilizado para alcançar determinados objectivos que podem ir variando ao longo dos diálogos que os sujeitos estabelecem com os outros e consigo próprios. Aliás, a reflexividade, feita discurso, é uma das expressões desses diálogos internos, feitos de múltiplas vozes. As reflexões de Vera são um exemplo interessante desta questão:

*... da última vez que fui à casa da minha mãe, disse-me que todos os meus amigos estavam presos, aquelas crianças... putos!!! Agora cada um preocupa-se consigo, mas sinto muita pena deles. Eu sabia que o que eles faziam não era certo, mas não era isso que eu esperava para eles, eu esperava que um dia íamos mudar! Há pessoas que já nascem para aquilo. Uns roubam por necessidades, outros roubam porque sim. Eu percebo aqueles que roubam uma batata frita por necessidade, mas não compreendo aqueles que roubam porque querem gastar dinheiro...o que é isso!”*

O facto de se ter entrevistado jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas posicionava-as na charneira da reflexão entre o antes e o depois, num presente que, pelo processo de “normalização” da Educação para o Direito, apelava a essa mesma reflexão. As construções funcionais de arrependimento e os discursos de “adaptação” e apreensão das “normatividades” parecem ser disso expressão. Espera-se das jovens mudanças significativas, por exemplo, na inculcação dos interditos, na capacidade de determinar as consequências dos seus actos, de dimensionar o impacto desses actos sobre terceiros, na capacidade de descentração e na responsabilização dos seus actos.

Mas como refere Goffman (1974: 246), “sempre que se impõem mundos, se criam submundos”. Neste sentido, a opção por um discurso de/em conformidade com o “sistema” deve levar em consideração que as jovens desenvolvem estratégias de adaptação<sup>97</sup> e ajustamentos (primários e secundários) (Goffman, 1974) que lhes permitem resistir, adaptar, reconceptualizar e desafiar as regras, objectivos e valores desse sistema. Como diz Anita: *eu sei-me conter...eu posso estar contente aí, mas ninguém sabe o que está dentro.*

Ter um discurso conforme pode significar ter benefícios e recompensas. Por exemplo, para Anita pode significar recuperar a filha que está acolhida num Lar de Infância e Juventude. Para Ivone, cuja reavaliação da medida estava próxima, adquiriria sentido um discurso pontilhado por expressões como: *hoje paro, penso... e digo, não vou fazer ou agora estou melhor.*

Ainda que reconheçam as regras e as exigências do “sistema”, como diz Célia: *não digo que não se devem (tribunal) preocupar connosco, não digo que as medidas que têm não estejam certas*, mostram também uma clara noção dos constrangimentos que esse “sistema” lhes impõe, relembrando Anita: *quando metem o olho, cada um com a sua sorte.*

---

<sup>97</sup> Rui Abrunhosa Gonçalves (Gonçalves, 2000) avança com uma tipologia de adaptação às Instituições totais: 1. Alheamento: fechamento sobre si mesmo, recusando aceitar a realidade. Tende a ser de duração breve; 2. Intransigência: recusar a cooperar e provocar a instituição; 3. Colonização: recriação da sua existência dentro dos “muros”, desenvolvendo sentimentos mistos de bem-estar e resignação; 4. O convertido: assume, como sua, a ideologia da instituição. Coloca-se numa posição de apoio e cooperação

Não se afasta a ideia de que os discursos de conformidade possam resultar, também, da relação e das expectativas criadas e suscitadas pela investigadora, vista também como alguém que, pela posição ocupada, pudesse transmitir os seus discursos normativos. Qualquer manual sobre a entrevista e como entrevistar ensina-nos que é crucial levar em consideração (e procurar ultrapassar) os diversos factores que podem interferir neste processo, como as questões situacionais, os factores associados ao entrevistado e ao entrevistador e as questões referentes à linguagem e à mensagem (Ghiglione e Matalon, 1995: 76 - 89). Mas nenhum consegue exprimir o real efeito das subjectividades individuais nas práticas discursivas, e esta é, possivelmente, um dos grandes desafios das metodologias qualitativas<sup>98</sup>.

Estes ajustamentos secundários não deixam de ser uma expressão da agencialidade destas jovens, pela capacidade de, através da acção, exercer poder na prossecução dos seus objectivos e interesses pessoais.

Um outro discurso de auto-apresentação utilizado pelas jovens é o discurso da **vitimização**, muito associado às explicações e justificações que elas procuram dar para o seu comportamento transgressivo (como vimos no capítulo anterior quando falamos das técnicas de neutralização da culpa utilizadas pelas jovens), e aos sentimentos de injustiça sentidos na aplicação das medidas tutelares educativas.

Se os percursos de vitimação, mais ou menos expressivos, são uma realidade na vida destas jovens, os discursos de vitimização nem sempre se associam a essas histórias de vitimação, mas surgem, num primeiro caso, por referência a um “sistema social” (económico, cultural e judicial) que as rotula:

*...eu achei que foi por questões de racismo. Elas são as duas brancas e eu era a única preta lá no meio [Elisabete]*

*Estou mais sujeita a estas situações por ser pobre, por ser negra, por morar em zonas menos boas [Vera]*

*O tribunal inventou bué de cenas, que não ia ao curso, às entrevistas (...), as pessoas inventam porque inventam [Anita]*

Numa segunda modalidade o tema da vitimização articula-se na referência a terceiros, principalmente quando são mencionadas as outras jovens com quem praticaram os ilícitos. Como explica Elisabete: *eu apanhei dois anos fechada aqui dentro e elas apanharam acompanhamento educativo.*

---

<sup>98</sup> Para aprofundar esta questão ver ponto 3.2.2. do Capítulo 3.

Este discurso de vitimização não deixa de ser acompanhado, porém, de um discurso de superação, de força e de dureza, como algo que as caracteriza. Ser donas do seu destino, dar uma reviravolta na vida, seguir em frente ou lutar por aquilo que querem, são figurações recorrentes nos seus discursos.

Em suma, as estratégias de auto-apresentação recriam e animam os conteúdos discursivos, enfatizando a perspectiva do sujeito que, agindo dentro de um contexto específico, constrói subjetividades permeadas pelas (im) possibilidades do espelho social que tende a moldar as suas performances, pelas trajetórias que produz e pelas narrativas que constrói sobre si e sobre o mundo.

### **Ambivalências e incoerências narrativas**

Vimos, com as estratégias de auto-apresentação, que existe uma diferença substancial entre o que os actores sociais dizem e o que eles realmente fazem (Lahire, 2005). Ou seja, o que dizem parecem ser crenças incorporadas como discurso, mesmo que possam estar distantes enquanto vivência.

As ambivalências narrativas são um traço característico dos discursos em análise, e são bastante visíveis em dois principais aspectos: na idealização discursiva e nas oscilações entre discursos normativos e desviantes.

É idealizando coisas, pessoas e relações que estas jovens constroem e dão sentido às suas vidas. A idealização centra-se essencialmente nas relações com os elementos da família e nas perspectivas de futuro, como já analisamos. É comum, neste processo, procurar modificar ou evitar retratar determinadas situações ou comportamentos das figuras das suas narrativas, devido à necessidade de afastar o confronto com as emoções negativas que possam emergir. O *não gosto de falar disso* de Cristina, ou a manifestação de tristeza de Célia, quando fala do período que passou na rua: *foi assim uma situação... sair de lá saí, agora... é complicado, ainda é complicado, lembrar tudo outra vez... é um bocado...* são exemplo dessas estratégias. Este mecanismo de regulação emocional, enquanto processo afectivo, faz com que as jovens imaginem como gostariam que fosse o “seu mundo”, construindo narrativas pautadas por comportamentos “justificados” e emocionalmente neutros.

A narrativa de Joana ajuda-nos a exemplificar este pressuposto. Apesar das histórias de vitimação e, segundo os relatórios técnicos, da ausência de condições efectivas de

suporte familiar para a sua reintegração, Joana sente a necessidade constante de desculpabilizar, justificar e idealizar relações com pais, dizendo:

*...há dias que a minha mãe vem-me ver, mas há dias que ela não pode, e eu fico triste, penso que ela não gosta de mim. Mas eu sei que ela gosta de mim, e o meu pai também me adora... teve um problema nas costas e às vezes não me vem visitar... mas eu sei que eles gostam de mim, já me deram outras provas disso. Por exemplo, quando estava no Lar x, eu fugia, e eles iam sempre lá ver-me e eu não estava lá. Isso é sacrifício, ir lá e não ver a filha. E quando vou de férias lá a casa sinto que eles são muito agarrados a mim e eu a eles.*

A oscilação entre discursos normativos e desviantes é, igualmente, uma marca destas ambivalências que são transversais às narrativas. Se na análise dos seus percursos de vida as jovens tendem a oscilar entre discursos mais normativos ou mais desviantes, conforme se identifiquem com as respectivas identidades é, particularmente, no seu posicionamento face à transgressão e na condenação moral dos seus actos que esta oscilação é mais evidente. Ao mesmo tempo que ouvimos os discursos do *eu fui porque quis*, há a preocupação em transmitir discursos de conformidade (com a construção social do desvio feminino) e de condenação moral aparente, precedida da desculpabilização das acções.

Estas dissonâncias narrativas falam-nos da estrutura dos discursos e dão-nos conta, mais uma vez, que a univocidade da narração se quebra na multiplicidade de fontes narrativas e se desdobram entre narrativas de enquadramento e narrativas internas. A análise destas ambivalências discursivas foi um passo importante no trabalho de recorte das histórias de vida destas jovens, que fez emergir não só as principais práticas discursivas sobre a transgressão, mas também os principais percursos transgressivos que marcam as trajectórias de vida das jovens, o que será desenvolvido no ponto seguinte.

### **6.3. Das práticas discursivas sobre transgressão aos percursos transgressivos**

Se a produção de sentidos se expressa nas práticas discursivas que atravessam o quotidiano, colocando em movimento os repertórios interpretativos culturalmente disponíveis, a compreensão dos significados da transgressão exigiu perceber as principais práticas discursivas das jovens. É através desses discursos que elas dão sentido às suas acções e é através de repertórios interpretativos específicos que elas demarcam o rol de possibilidades das construções discursivas. Nesta esteira, o conceito de “posições de

significação transgressiva<sup>99</sup>, desenvolvido por Cândido Agra (Agra, 1990), foi de particular utilidade. Assumindo que o sujeito é capaz de se criar a si próprio e dar um sentido aos (in) determinismos que actuam sobre si, salienta que cada posição transgressiva é produto desse processo de construção de sentidos, a partir da significação que cada sujeito atribui às suas acções (Manita, 2000).

Procuramos que as práticas e os percursos transgressivos nascessem dos próprios dados, mas não foram descurados, contudo, alguns estudos, realizados com jovens raparigas/ mulheres em conflito com a lei, que têm sugerido e identificado caminhos de risco (Assis e Constantino, 2001; Batchelor, 2007) e posicionamentos de identificação com o desvio (Matos, 2008). Sem especificar cada um desses estudos, destacam-se quatro grandes imagens. A imagem da *jovem agressiva* que bebe e consome estupefacientes como uma forma de fugir dos problemas familiares. A transgressão é tipicamente relacionada com as violências de rua e com o ser respeitado. As vítimas são, normalmente, outras raparigas. A imagem da *transgressão associada à droga, encontrando-se* aqui jovens que cometem crimes contra a propriedade e/ou se prostituem para suportar a dependência. Em regra, a ofensa é cometida sob efeito das drogas, o que leva a que considerarem as suas acções uma forma de auto-defesa. A *criança abusada e que abusa* caracteriza a imagem das jovens mais desestruturadas internamente, fruto de histórias de maus-tratos, negligência e abandonos familiares. Experimentam sentimentos de raiva e expressam estes sentimentos magoando as outras pessoas, em regra desconhecidas. A imagem da *excepção* engloba as jovens cujos percursos de vida são normativos até à prática do ilícito, sem identificação com identidades desviantes.

Apesar de estas imagens terem sido um alicerce importante no trabalho de delimitação das principais práticas discursivas e dos percursos de transgressão propostos, foi o recorte teórico das narrativas e a criação de diferentes planos de análise que deu corpo e densidade a esse trabalho.

O primeiro recorte levou em consideração o cruzamento dos eixos vitimação/ agencialidade. Este é um binómio clássico na sociologia, expressivo nos estudos sobre

---

<sup>99</sup> Segundo o autor são *quatro as posições de significação transgressiva*: 1. posição substantiva (“agir por agir”) - o comportamento é transgressivo porque não pode ser de outra forma ou ter outro sentido diferente do que tem. A acção é hetero determinada por condicionante ou fatalismo biológico, psicológico ou social; 2. posição solidária – (“*ser/fazer de determinada forma porque é assim que todos os outros são/fazem*”) - o acto/comportamento é regido pelas normas de um grupo, de forma acrítica, que se processa sem uma verdadeira leitura intencional; 3. posição solitária (“*um saber do fazer*”) - implica a existência de uma acção regida por uma lógica pessoal, um saber de si sobre si, uma coerência e um controlo de gestão de si finalizados e intencionalizados. Trata-se de uma forma de agir auto-determinada, de acordo com as lógicas, projectos e sentidos pessoais; 4. posição projectiva (“*ir além de si e do saber de si e dos seus actos*”) - implica a descentração do indivíduo de si mesmo, como se a sua acção fosse mudar algo (Agra, 1990; Manita, 2000: 19).



delinquência (juvenil), mas não muito recente quando a figura feminina é protagonista neste cenário. Vimos no estado da arte como se têm perpetuando imagens e representações estereotipadas relacionadas com a ideia de que a mulher delinquente é vítima do seu passado, do seu ambiente e da sua condição feminina, incompatível com o mundo criminal e com a cultura de rua. Contudo, aquando da análise e edição das entrevistas e da construção dos retratos sociológicos, demo-nos conta que partes dos discursos destas jovens não se encaixavam no grande discurso teórico sobre estas questões.

Sabemos as limitações que um olhar dicotómico da realidade pode trazer, mas o objectivo deste primeiro recorte da realidade é mostrar que a análise dos percursos das jovens na/pela delinquência não deve levar em consideração apenas os seus percursos de vitimação, mas também o jogo de possibilidades de escolha que se abrem às jovens.

Com este primeiro recorte foi possível encontrar quatro discursos dominantes em relação à transgressão: gestão de sentimentos negativos, procura do “risco-aventura”, hetero-auto-determinação no envolvimento criminal e transgressão como excepção. Cada um destes discursos adquire consistência interna nos/pelos repertórios interpretativos que os compõem.

### **Gestão de sentimentos negativos**

Neste discurso, a transgressão surge como uma forma de gerir os sentimentos negativos originados pelas histórias de abusos físicos e psicológicos e/ou pelas experiências de perdas, abandonos e institucionalizações. Expressões como: *tenho de explodir; senti-me traída; chorava muito; não conseguia parar (de ser agressiva), algo me dizia para não parar; senti-me com muita raiva; desanuviar a cabeça para esquecer as coisas que nos magoam; senti-me mal, não me apetecia fazer nada; não tenho apoio de ninguém, a minha mãe nunca acreditou em mim*, são utilizadas pelas jovens com o objectivo de descrever os sentimentos que estariam por detrás do seu comportamento transgressivo.

Com a utilização deste discurso, as jovens colocam-se na interacção como pessoas movidas pelos sentimentos de revolta, de angústia e de lutos mal resolvidos. Estes sentimentos tendem a reflectir-se ora em experiências mais interiores como a depressão, a ideação suicida ou a tendência para fantasiar relacionamentos, ora em práticas

exteriorizadas como a auto-mutilação, o consumo de estupefacientes, as fugas de casa, a violência e a prática de ilícitos.

Ao estar relacionado, de uma forma mais estreita, com os percursos de vitimação e com a imagem dominante da transgressão feminina, este discurso e seus repertórios tendem a promover uma certa cristalização de sentidos, uma vez que este é o discurso ao qual se retorna sempre, dificultando a compreensão da diversidade de motivações, significações e posicionamentos face à transgressão.

### **Procura do “risco-aventura”**

Denominou-se este discurso como *procura do “risco-aventura”* porque se considera que é utilizado para descrever a transgressão no sentido da aventura e da experimentação, associado, aliás, à própria condição de ser jovem. Como refere Mitchell, citada por Batchelor (2007:205), gerir e assumir o risco é uma parte importante da formação identitária dos jovens na modernidade tardia.

Este termo “risco-aventura” surge, segundo Spink (2001), para enfatizar um deslocamento importante dos sentidos modernos do risco, que recuperam a aventura como dimensão positivada da gestão dos riscos. O risco deixa de ser visto apenas como um elemento nefasto da existência, mas também como um ingrediente para o desenvolvimento de si (Le Breton, 1991). Segundo Batchelor (2009), a violência também pode ser “divertida” e, neste sentido, a procura e a gestão do risco, nas suas múltiplas facetas, podem ser vista também sob o prisma do risco-desejado, do fascínio pela adrenalina, pelo prazer e pelo poder que retiram deles.

Expressões como *curtir a vida; viver a vida como se fosse o último dia; saber qual é o teu limite; nós era mais pelo convívio, pelo divertimento...; eu gosto de adrenalina; vida sem risco não é nada; eu sou mais rebelde; é a juventude*, são utilizadas para realçar esta ideia.

O querer sentir a “existência a bater no peito”, parece ser uma das características deste discurso, construindo sensações de auto-eficácia e controlo das suas vidas, o que faz com que atribuam uma certa “normalidade” às suas acções, como exprime Célia: *...na altura nós dizíamos, não vamos fazer nada, mas se corresse bem vínhamos com os bolsos cheios... não perdíamos nada, só ganhávamos. (...) nestas coisas a gente nunca ficamos contente com a primeira, se correu bem a segundo também há-de correr....*

Mesmo considerando as diferentes maneiras de se ser jovem, estes compartilham, de modo geral, a ansiedade de viver momentos de passagem. A adolescência constitui um período de vulnerabilidade a comportamentos de risco e simboliza a busca de identidade e procura por experimentação, o que implica constantes tensões, contradições, acertos e desacertos. Ao fazer parte da condição de ser jovem, este é um discurso que se transversaliza pelas diferentes narrativas.

### **Hetero-auto-determinação no envolvimento criminal**

*Eu fiz aquilo porque eu quis, porque eu estava lá, mas se, talvez, ele (pai) não tivesse agido daquela maneira, nem ela (mãe) feito aquilo, eu não tinha feito aquilo, eu não tinha ido pr'ali, eu não tinha saído.* Relembrando a expressão de Anabela, o excerto mostra que o posicionamento das jovens e das suas acções face à transgressão não é claro. As fronteiras entre o comportamento auto- e hetero- determinado são muito ténues. Aliás, as estratégias de auto-apresentação, de que falamos anteriormente, são um exemplo que adensam esta dificuldade. Os discursos da hetero – determinação (foram as drogas, o namorado/ companheiro, os sentimentos de revolta e raiva, a passagem pela instituição...), frequentemente se cruzam com os discursos do *fui porque quis* ou *foi por vontade própria*.

Neste sentido, e assumindo que nada é totalmente auto- ou hetero- determinado, cada sujeito é *hetero-auto-determinado* em diversas formas (Manita, 2001). Foi neste *continuum* que se procurou posicionar os percursos das jovens, consoante o seu discurso se orientasse mais para uma visão da transgressão como “experiência de si”, de descoberta e aventura, ou para a transgressão como resultado independente das suas vontades.

### **A transgressão como excepção**

Este discurso é marcado pelo carácter de excepção que as jovens atribuem à prática transgressiva. O uso de expressões como *não sabia o que estava ali a fazer; foi reacção; era para minha defesa, por causa do que me tinha acontecido*, parecem legitimar as suas versões sobre o ocorrido. Sublinhando a casualidade das acções, o ilícito parece surgir como um acto isolado, que coexiste com narrativas e percursos de normatividade e que se demarcam de identidades desviantes.

Do diálogo entre estes quatro discursos foi possível fazer um segundo recorte à realidade empírica, que possibilitou a elaboração de uma *tipologia de vozes resultantes* (Fonseca, 2009), e que originou a construção de **perfis de percursos transgressivos**.

A ideia foi perceber os processos e as dinâmicas desses percursos, captando os sentidos e significações, as estratégias e motivações presentes. Para tal foi apurado um conjunto de variáveis. Um conjunto estiveram directamente relacionadas com as experiências de vida das jovens, como a vitimação familiar e os percursos de institucionalização. Outras estiveram mais relacionadas com os significados emergentes dos seus discursos, como as motivações e as significações da transgressão e a condenação moral da transgressão.

A partir das entrevistas realizadas e do cruzamento das variáveis apuradas configuraram-se quatro percursos transgressivos: *transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada)*, *transgressão-rebelde*, *transgressão-influência* e *transgressão circunstancial* (ver Quadro 12)

Cada um destes percursos, apesar de supor a existência de coerência entre os elementos contidos em cada tipo, não pretende representar inflexibilidade nas suas categorias, nem nas combinatórias. Como em todas as caracterizações qualitativas deste tipo, sabemos que pode haver casos situados nas zonas de fronteira. Se há jovens cuja narrativa os coloca no centro das categorias em análise, há outras situações que se mantêm nas margens, tocando categorias vizinhas. Estas margens, que não são contudo periféricas, invocam a diversidade da transgressão feminina e a pluralidades de sentidos e significações possíveis.

Foi levando em consideração estas centralidades, mas também as margens que se intersectam, que nasceu a proposta de percursos transgressivos que passamos a descrever.

**Quadro 12**  
Quadro síntese – percursos de transgressão

| Variáveis                               | Transgressão enfatizada   |   | Transgressão-rebelde   | Transgressão-influência  |   | Transgressão circunstancial   |
|---|---|---|--|--|---|---|
|   | por revolta   | por escalada  |  |  |   |   |
| <b>Vitimação familiar</b>               | Violência familiar (directa e indirecta)<br>Perdas significativas   |   | Ausência de supervisão parental<br>Perdas significativas   | Dificuldades relacionais com os pais, agravadas pelos factores de influência externos              |   | Sem violência familiar<br>Pais separados<br>(Novas) dinâmicas familiares estáveis |
|   | Maus tratos e abuso (sexual)  |   |  |  |   |   |
| <b>Percursos de institucionalização</b> | Contacto com/ permanência em Instituições   |   | Sem permanência em Instituições  | Permanência em Instituições/ mudança de escola a pedido dos pais                                   |   | Sem permanência em Instituições   |
|   |   | Fugas/ vida de rua/ intensificação de comportamentos desviantes     |  |  |   |   |
| <b>Percursos transgressivos</b>         | - Problemas de comportamento na escola; consumos de álcool e drogas; fugas de casa; práticas sexuais precoces;<br>- Prática de ilícitos criminais continuados |   | Problemas de comportamento na escola; experimentação de drogas; práticas sexuais precoces; prática de ilícitos criminais continuados | Problemas de comportamento na escola; fugas de casa; práticas sexuais precoces; ilícitos criminais | Consumos de drogas; prostituição; Prática de ilícitos criminais continuados | Sem percurso anterior até à prática do ilícito criminal                           |
|   | Auto-mutilação<br>+ Agressividade   |   |  |  |   |   |
| <b>Motivações para a transgressão</b>   | Fuga aos problemas (familiares)<br>Vivências de rua   |   | Amizades<br>Rebeldia/ ser jovem  | Influência dos factores externos (drogas, namorados, grupo de pares)                               |   | Situações ocasionais e acidentais   |
|   | Sentimentos de Revolta  | Amizades/ Bairro<br>Institucionalização/ amizades<br>Experimentação | Experimentação/ testar limites   |  |   |   |
| <b>Significações da transgressão</b>    | Gestão de sentimentos negativos   |   | Procura do risco-aventura<br>Divertimento/ Prazer  | Influência (amigos e namorados)<br>Divertimento/ Prazer  | Dependência (drogas)  | Excepção  |
|   |   | Divertimento/ Prazer  |  |  |   |   |
| <b>Condenação moral da transgressão</b> | Condenação moral aparente, legitimada pelos sentimentos negativos   | Sem evidência de condenação moral; Arrependimento pós-medida        | Normalização e da<br>desculpabilização da transgressão   | Condenação moral aparente, legitimada pela influência dos factores externos                        |   | Condenação moral  |
| <b>Jovens entrevistadas</b>             | Elisabete, Marta e Maria  | Joana, Isabel, Vera, Cristina, Mara e Célia                         | Eliana, Anita e Inês   | Sónia, Ivone e Teresa  | Verónica  | Fátima, Anabela, Luísa  |

### 6.3.1. Transgressão enfatizada

Este perfil reúne quase metade das jovens entrevistadas (9/19) e a quase totalidade das jovens com medida de internamento em Centro Educativo (7/10). Nas suas histórias a transgressão tem um peso significativo, e as explicações dos seus comportamentos tendem a enfatizar ora sentimentos de revolta, ora os discursos da escalada na transgressão.

Em comum estas jovens apresentam um percurso indicativo de vitimação familiar, marcada pela violência (directa e indirecta), pelas perdas de pessoas significativas (por abandono ou falecimento) e pelas dificuldades relacionais no seio da família. Se para umas estes momentos são directamente associados ao início de comportamentos transgressivos, para outras foram o impulsionar das saídas de casa (fugas de casa e/ou estar na rua) e a integração em grupos de pares desviantes.

São jovens com um percurso significativo em termos de desvio e de regulação por parte das instâncias de controlo formal.

Relativamente aos percursos transgressivos, apresentam um histórico denso e heterogéneo, marcado por problemas de comportamento na escola, consumos de álcool e drogas (*bebia e fumava chamon...andava por lá...* [Joana]), fugas de casa e consequentes vivências de rua (*eu fugi de casa (...) passava o dia a fumar e a ir a discotecas nos dias em que não se pagava* [Maria]), práticas sexuais precoces que culminaram em dois casos de gravidez e um caso de aborto (*engravidei na fase do haxe e do álcool e das raves... e foi um dia um, um dia outro...* [Marta]), e prática continuada de ilícitos criminais (*a gente é que tivemos é sorte de não ser apanhadas das outras vezes* [Joana]).

A passagem por instituições de promoção e protecção é outra característica deste grupo. Este contacto assume um papel de relevo nos seus percursos de vida, estando associado a acontecimentos significantes, por norma negativos. A este respeito todas narram experiências muito semelhantes. A entrada na (s) instituição (ões) é desencadeada pela acção de organismos externos (escola, CPCJ e polícia), relacionada com a situação de negligência e maus tratos familiares, problemas disciplinares e de comportamento na escola e as fugas de casa; a permanência na (s) instituição (ões) é marcada pelas fugas consecutivas e pelo agravamento dos comportamentos transgressivos; e a saída, para a maioria, culminou na entrada no sistema de justiça, com a aplicação de medidas tutelares

educativas (em três dos casos já havia medidas tutelares educativas aplicadas ou a decorrer em simultâneo). Apenas uma das jovens não teve permanência em instituição, mas vivenciou a institucionalização dos três irmãos mais novos, na sequência da abertura de um processo relacionado com a suspeita de abuso sexual de que ela própria teria sido vítima. Para todas as jovens que dão voz a este percurso, o processo de institucionalização é apontado como uma etapa “formalmente” significativa nas suas trajectórias de vida.

A vitimação familiar, os percursos de insucesso escolar, as vivências de rua (antes e durante a institucionalização), a integração em grupos de pares desviantes e os acontecimentos de vida transaccionais relacionados com estas esferas, parecem ser as “gotas de água que fazem transbordar o copo”. Mas estes factores não têm um efeito aditivo simples, podendo resultar em trajectórias diferentes. É na análise das significações que as jovens atribuem à transgressão, que encontramos dois principais caminhos dentro deste percurso.

Na **transgressão enfatizada por revolta**, a gestão dos sentimentos negativos, associados, por norma, aos maus tratos e abusos sexuais de que foram vítimas, assume um papel fundamental nos seus discursos. As narrativas organizam-se em torno destes sentimentos de revolta, que se materializam na auto e hetero-agressividade. São estes sentimentos que explicam e justificam os comportamentos desviantes (nas suas diversas expressões). Relembrando os discursos de Elisabete e Marta, expostos no capítulo anterior, damos conta deste pressuposto:

*Eu tenho de explodir, tenho de explodir (...). O que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar... por mais louco que isso pareça. O que me vinha à cabeça era: fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti. Mas hoje compreendo que nunca ninguém vai sentir o que eu senti, porque não eram os pais que estavam a bater, mas uma pessoa estranha, que conheciam há pouco tempo [Elisabete]*

*Aquilo que me levou mais a consumir e a fumar e a dar-me com más companhias (...), foi o facto de essa situação (abuso sexual) ter acontecido... e a minha família não acreditou [Marta]*

O que caracteriza a **transgressão enfatizada por escalada** é a percepção de que o comportamento transgressivo se foi agravando e reforçando ao longo das trajectórias de vida. A motivação para a transgressão não está apenas na gestão dos sentimentos negativos (ainda que esteja presente), mas também na experimentação e no divertimento/prazer que retiram disso, e que surge relacionado com as vivências de rua com os amigos do bairro e com as sobrevivências na rua, aquando das fugas (de casa e das instituições).

*Ia ao bairro, ia ter com eles [amigos] e depois era quando fazíamos porcarias. Esperar pessoas de outras escolas para roubar, partir janelas e portas, roubar carros. Tínhamos sempre uma coisa para fazer. Às vezes ou eu ou uma amiga minha estávamos com os outros a fazer porcaria mandávamos mensagem para eles virem ter connosco para fazer porcarias... [Isabel].*

*No Lar... arranjei novas amigas. Comecei a fugir, saltava o muro, agredia as pessoas... comecei a fazer porcaria. Eu senti-me traída pela minha mãe [Mara]*

À hetero-determinação no envolvimento criminal, quando procuram justificar os seus comportamentos pelas experiências de vitimação e explicam as suas acções com base em factores que não dependem delas, juntam-se discursos de iniciativa, controlo e prazer, associados à prática transgressiva. Os elementos narrativos que nos conduzem ao argumento da identificação com o desvio são, contudo, contrabalançados pelos discursos da conformidade e das construções funcionais do arrependimento, que tendem a surgir após aplicação da medida.

### **6.3.2. Transgressão-rebelde**

Este é o exemplo de um percurso tocado pelas categorias vizinhas e onde podemos encontrar o jogo das centralidades/ marginalidades posicionais, de que falamos anteriormente. Ou seja, se há jovens cuja narrativa as coloca no centro deste percurso, uma vez que a rebeldia, a procura do risco-aventura e dos sentimentos de adrenalina é o que as leva a iniciar e a manter comportamentos transgressivos, outras há em que este percurso surge não no início, enquanto desencadeador da acção, mas na manutenção desses comportamentos, como vimos na *transgressão enfatizada por escalada*, e como podemos analisar, também, na *transgressão-influência*.

O grupo de jovens incluídas neste percurso (3/19), não apresenta históricos de vitimação familiar significativa, como encontramos no percurso anterior. São comuns, sim, as situações de ausência de supervisão e comunicação parentais, bem como situações de perdas que se traduzem em sentimentos de tristeza. Não há registo de permanência em instituições de promoção e protecção.

As motivações para a transgressão são encontradas nos/as amigos/as, na rebeldia de se ser jovem e querer experimentar, para testar limites (pessoais e sociais), o que faz com que a transgressão assuma um carácter de divertimento e de prazer que deve durar



enquanto suscitar estas sensações, como fica claro no discurso de Inês (já referido, por partes, no capítulo anterior):

*O meu objectivo é curtir a vida, viver cada dia que passa como se fosse o último. (...) tens alguém a experimentar e tu não podes experimentar? Se experimentar vou saber, se não experimentar, não vou saber... pode ser também da adrenalina, não é? (...) Acho que toda a gente tem de experimentar alguma coisa p'ra saber com'ê q'ê. Se não experimentares como é que vais saber? Tudo nesta vida tem risco...ver onde chegas, qual é o teu limite! Eu sou assim, gosto de saber qual é o meu limite. Nesta vida ou morres, ou vai preso ou foges! Existe uma vida tranquila... mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, só sossego, não... não faz sentido... não tem sentido.*

Neste contexto, os seus discursos apelam para uma certa auto-determinação no envolvimento transgressivo, não apenas pela normalidade que lhe imputam, associado ao ser jovem (*é a juventude, coisas da vida que acontecem. Isto é normal nas raparigas quando vêem assim muitos rapazes [Anita]*), mas também a um certo controlo e domínio sobre os seus comportamentos, estando nas suas mãos a decisão do início ou do fim, como nos mostram alguns excertos das narrativas:

*Eu fui porque quis... ia a festas com as minhas amigas, comecei a entrar noutro mundo. Hum, endireitar! Podia ser o objectivo dela (mãe), mas não era o meu! Depois voltei para casa, comecei a ter de fazer as consultas, e vi que isto não era vida, estava farta [Anita]*

*Entrevistadora: Se o menos importante é a vida que levas, cometendo crimes, porque não paras?*

*Inês: Não sei. Agora que estou mais acostumada não sinto nada.*

*E: Mas achas que podes fazer coisas mais graves?*

*I: Sim... mas ainda não cheguei nesse ponto!*

*E: E o que te está a conter?*

*I: A minha filha. Porque se fizer alguma coisa mais grave, quem sabe se não vou parar à prisão.*

### **6.3.3. Transgressão-influência**

Se o percurso anterior fica marcado pelos casos de fronteira, este percurso é, possivelmente, o que reúne histórias de vida mais divergentes (4/19<sup>100</sup>). Qual é, então, o ponto de encontro entre estas histórias? É a hetero-determinação no envolvimento transgressivo, ou seja, toda a narrativa é construída e se estrutura em torno da ideia de que o comportamento transgressivo foi resultado da influência de factores externos, como nos mostram os excertos das narrativas de Verónica, Sónia e Teresa:

*Tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada [Verónica];*

<sup>100</sup> Este perfil reúne quatro jovens das dezanove que foram entrevistadas. Três estão com medidas tutelares na comunidade e uma com medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

*Comecei a fazer porcarias, (...) a tratar mal os meus pais, tudo por causa dele (namorado) (...) comecei a fugir de casa p'ra poder estar com ele. [Sónia]*

*Foi muita influência mesmo. Foi um dos tempos em que eu 'tive mais achegada aos amigos... dantes era mais influenciável [Teresa]*

A centralidade do factor influência neste percurso tende a secundarizar o peso de outras variáveis como os percursos transgressivos, as motivações e significações da transgressão e a condenação moral da transgressão. Ou seja, qualquer uma destas variáveis parece gravitar em torno dessa influência de factores externos (drogas, namorados ou grupo de pares).

Sem históricos de vitimação familiar significativa, os problemas relacionais com a família agravam-se devido a esses factores de influência externa. Por exemplo, quando os pais de Verónica descobriram que ela andava com o irmão e em más companhias, a relação entre eles tornou-se muito difícil e com muitas discussões. Ivone conta que *comecei a namorar aos treze com um rapaz mais velho que eu e foi desde aí que comecei a faltar ao respeito à minha mãe.*

Apesar de contarem com a passagem por instituições de promoção e protecção ou por mudanças de escola, a grande diferença relativamente às outras jovens é que qualquer um destes processos é desencadeado pelos próprios pais, como uma tentativa de controlar o comportamento das filhas. Segundo Ivone: *(...) não obedecia à minha mãe...estava mesmo... tapada (por causa do namorado). Ao ponto de a minha mãe me por num colégio, porque já não tinha mão em mim.* Também Sónia foi acolhida numa Instituição de Promoção e Protecção e conta que: *a primeira vez foi por causa do meu ex-namorado, eu queria sair, a minha mãe não deixou, bateu-me (...) e fui fazer queixa à polícia. Estupidez...tudo por causa de querer estar com ele.*

A permanência nas instituições parece ter acelerado os comportamentos transgressivos, principalmente por causa das fugas constantes. Ivone, por exemplo, assume diversas fugas com um grupo de outras jovens acolhidas. Iam para o Bairro Alto, onde bebiam até de madrugada, altura em que regressavam com a polícia. Sónia, por sua vez, conta que quando chegou à instituição chorou toda a noite, *mas depois as raparigas de lá, não eram más, eram compreensíveis, falavam... mas foi difícil. Entretanto, com as raparigas que assaltaram, pedi para ir com elas e fui ter com o meu ex. Depois é que assaltei a casa.*

Se o início da acção transgressiva é hetero-determinada, a manutenção dessas práticas reflecte e reforça as singularidades discursivas, mostrando como na manutenção dos comportamentos transgressivos o sujeito é simultaneamente hetero-auto-determinado. Se Verónica justifica o seu comportamento desviante por ter entrado no mundo da droga “pelas mãos” do irmão, e lá ter continuado pela posterior dependência das drogas (*eu penso muito na droga*), Ivone, por exemplo, inicia o seu percurso transgressivo por causa do namorado, entra numa instituição de promoção e protecção na altura em que o namorado é preso, e mantém esses comportamentos transgressivos em nome da diversão: *fugia do colégio quase todas as noites para ir para o Bairro Alto com as minhas amigas, aparecia no dia à seguir e pronto... divertíamos, ficávamos lá a conviver, a dançar. Mas depois tínhamos consequências... mas reagíamos bem, porque no dia seguinte já estávamos a fazer porcaria (risos). Compensar, não compensava, mas já era mesmo por gozo.*

#### **6.3.4. Transgressão circunstancial**

As jovens situadas na *transgressão circunstancial*, todas com medidas tutelares na comunidade (3/19), organizam as suas narrativas em torno do carácter de excepção que é conferido ao comportamento transgressivo. Excepção pelo facto de não apresentarem prática de outros ilícitos criminais anteriores ao ilícito que levou à aplicação da medida tutelar educativa actual. Excepção porque o ilícito é descrito como uma situação ocasional e acidental. Excepção pois as suas vidas não se organizam em torno da prática transgressiva. Narram o acontecimento, descrevem o seu carácter circunstancial e, apesar de não concordarem com a medida, precisamente pela sua “excepcionalidade”, não deixam de condenar o acto, como nos conta Anabela e Luísa.

*Anabela: Houve uma certa noite, que foi quando aconteceu o tal coiso, que eu tinha estado a tarde toda em casa, mas nessa noite a minha mãe começou a beber e num sei quê e eu saí. E foi logo com pessoas que eu não devia ter saído (...). Eles costumam estar lá no jardim ao pé da casa da minha mãe. E nessa noite eu fui lá para ao pé deles e entretanto eles quiseram ir ao Amoreiras para comprar uns phones à ..., a rapariga que roubou e tal e fez isso às miúdas... eu tava lá ao pé deles. Eu gritei: - que tas a fazer e num sei quê (...) Eles começaram a correr e eu fui atrás...mas depois até as raparigas disseram que eu não tinha feito nada.*

*Entrevistadora: O que sentiste?*

*A: Que estava metida numa embrulhada e que não sabia o que estava ali a fazer. Que queria ir para casa.*

*Eu fiquei um bocadinho mal quando soube que tinha de fazer trabalho comunitário, porque eu tinha uma arma mas era para minha defesa, por causa do que me tinha acontecido. (...).*

*Eu achei que não devia cumprir, porque me estava a tentar defender, mas compreendi porque é a lei... não é por me atacarem que eu tenho direito a andar com armas [Luísa]*

Filhas de pais separados, as (novas) dinâmicas familiares tendem a ser estáveis, ainda que criem, nas jovens, algumas dissonâncias e discursos marcados por alguma mágoa, como podemos verificar nos relatos de Fátima e Luísa:

*Fátima: O meu pai foi preso, separamo-nos e ele foi preso. Desde bebé que não moro com ele.*

*Entrevistadora: E não tens contacto com ele?*

*F: Não, antes mandava-me cartas, mas depois deixou de mandar. E eu respondia-lhe. Liga-me de vez em quando, mas é quando se lembra. Já estou habituada.*

*E: E o padrasto, como te dás com ele?*

*F: Eu gosto dele, mas pai é pai, né?*

*Luísa: A minha mãe o meu pai estão separados.*

*Entrevistadora: Como lidaste com a separação?*

*L: Perfeitamente normal, ainda era pequenina...*

*E: Vês o teu pai com frequência?*

*L: Depende... quando ele vem cá a trabalho vem-me ver, quando não vem, não vem... (...) a minha mãe nunca se casou. Não quer casamento... ela disse que aturar homens, não quer! Com o meu pai teve um relacionamento de dois ou três anos... mas acabou, ainda bem! Não era boa companhia para a minha mãe, então... (...) Ele coloca-se a ele primeiro.*

Os discursos sobre o contexto familiar têm significações predominantemente positivas, mas não escondem os conflitos intergeracionais característicos da adolescência, nem tão pouco os “jogos de poder” quer entre os progenitores que estão separados relativamente aos filhos, quer dos filhos para com os pais.

*Eles (pais) andaram a fazer chantagem connosco a dizer: preferes o teu pai, preferes a tua mãe... e caiu um bocadinho mal... mas a culpa é do meu pai... [Luísa]*

*A minha mãe começou-se a meter na bebida ... a gente dava-se mal e depois discutíamos... Depois houve uma noite que ela já estava meia modos que enfim, eu cheguei a casa e comecei aos berros com ela, e ela disse – eu quero é que vás p’ra casa do teu pai, num sei quê num sei que mais... Depois eu fui para a casa do meu pai e disse que não queria ir mais para a casa da minha mãe, depois eu comecei a ver como é que ele era, como é que ele me tratava. Ainda fui fazer pior (...) o meu pai não me deixa sair de casa, não me deixa fazer nada. A minha mãe tinha-me avisado que ele não era o mar de rosas que eu pensava e num sei quê, e eu nunca quis saber [Anabela]*

Como todas as outras jovens, é com os amigos que estruturam os seus quotidianos, marcados, predominantemente, por actividades de lazer, tendencialmente normativas e comuns entre os jovens: *mandamos mensagens pela net, vamos sair sempre para a discoteca; namorar; tomar café todos os dias e aos sábados e sextas saímos à noite.* Fica clara a fronteira que tendem a estabelecer entre elas, os amigos e os “amigos” desviantes

*(São conhecidos, são pessoas que já andaram comigo na escola e num sei quê. Eu não os considero amigos [Anabela]; conhecíamos ela, mas não era muitas confianças... falávamos mas não era nada de... falávamos [Fátima]).*

Apesar de apresentarem percursos escolares marcados por dificuldades e pela falta de identificação com os currículos académicos formais, a escola não surge como um espaço de indisciplina e de problemas comportamentais. Em todo o discurso tendem a demarcar-se de um percurso transgressivo.

### **6.3.5. Enlaçando pontas soltas**

Feitos os recortes à realidade empírica e delimitados os principais discursos e percursos transgressivos, damos-nos conta que há pontas que ficam soltas, as quais se pretende aqui enlaçar. A escolha por um corte mais ou menos “justo”, influenciado pelas opções teórico-metodológicas da investigação, dá-nos acesso a uma parte da realidade, deixando outras imersas.

Os caminhos da transgressão não se fazem de uma única razão. Vimos como os diferentes discursos se combinam entre si, e como os percursos são o espelho da conjugação de factores que aumentam ou diminuem as probabilidades de se seguir um ou outro trajecto. Nenhum desses factores actua isoladamente, sendo a combinação dos efeitos positivos e negativos gerados por cada um, que configura os distintos percursos. Como defende Lahire (2005), os actores não são feitos de um só pedaço, mas de colagens compostas, que estão expostas a dinâmicas sociais mais ou menos diversas.

Se há factores estruturais que se parecem conjugar para a manutenção de determinada trajectória, há também momentos significativos de viragem que têm potencial para criar experiências, transformar vidas e propor outros percursos. A maternidade é um exemplo.

Para as jovens com filhos (4 jovens), a transgressão é re-significada a partir do momento em que nasce o/a filho/a (*Eu era uma ladra de primeira... agora não... agora sou mais caseira... antes eu era sempre, mas agora com o nascimento da minha filha tudo mudou [Inês]*), e todo o comportamento transgressivo parece surgir depois da expressão *antes de engravidar....* Apesar de as suas narrativas expressarem percursos transgressivos distintos, convergem, por um lado, na associação entre o nascimento do/a filho/a e a paragem na prática transgressiva e, por outro, na ideia de um amadurecimento e de uma mudança interior que as coloca noutra dimensão da responsabilidade (... *há*

*males que vêm por bem. Fez-me ver o mundo com outros olhos. (...) se não fosse ele eu estaria noutra fase de toxicoddependência. É a luz da minha vida [Marta]).*

Em três dos discursos foi visível uma recontextualização das relações familiares por causa da gravidez. Para duas delas, a maternidade resultou numa reaproximação com a família (*Agora só me interessa o que pensam os meus pais e o pai dele (filho). A minha melhor amiga é a minha mãe. Antes não considerava assim, mas agora considero [Sónia]; Amizade, só se for das minhas irmãs e da minha mãe, que sempre me apoiaram...* [Anita]); na outra situação não houve propriamente uma reaproximação, levando em consideração a desestruturação do contexto familiar, mas sim uma mudança de atitude relativamente à família. Marta invoca a sua experiência para justificar os comportamentos negligentes e maltratantes da mãe e da avó, dizendo:

*Hoje em dia já entendo o porquê de tanta coisa que a minha avó nos fez a nós e o porquê da minha mãe nos ter largado também. (...) Eu virei-me para a minha mãe, já depois de ter sido mãe, e perguntei: - se sabias como isto era, porque deixaste cá os teus filhos? Eu saí de casa, mas nem por isso eu deixar ficar o ..., ele está comigo para o resto da vida. (...) É o que eu penso hoje em dia com a minha mentalidade jovem, como fui mãe muito cedo e experimentei coisas que a gente só devia experimentar depois do casamento*

Sem deixar de se constituir num fenómeno com grandes implicações desenvolvimentais para a jovem, tendendo a estar relacionado (ainda que não na origem) com o abandono escolar, com a ausência de profissionalização e uma má inserção no mercado de trabalho, a gravidez nestas jovens parece surgir, igualmente, como um factor de protecção na manutenção de comportamentos transgressivos.

Para Teresa foi a mudança de escola, desencadeada pela mãe, o passo importante para parar os seus comportamentos. Conta que *por causa dessas coisas mandaram-me estudar em Lisboa. Foi um pedido da minha mãe. A minha mãe não me avisou, ela só...cheguei a casa e ela disse: - amanhã comesas a estudar numa nova escola. (...). Isso fez-me mudar aos poucos. (...) Comunicava com elas (amigas), mas não estava tanto tempo com elas. A partir daí correu normalmente (...). É uma aluna regular, com desempenho médio e competências escolares.*

Sabemos como os factores familiares (suporte e práticas familiares) são, simultaneamente, factores de risco e de protecção. Se os ambientes familiares destas jovens são, em regra, agentes de risco pelos vários motivos já apontados, não é menos verdade que ter um adulto (progenitor ou não) que presta atenção e intervém no momento em que a jovem está a entrar na via delinquente parece ser fundamental. Vimos que não

resolve todas as situações, porque não devemos descurar o facto de a própria transgressão se poder constituir, para algumas destas jovens, um acto de significação que lhe possibilita, de diversos modos, afirmar-se como sujeito da sua própria experiência, mesmo quando a transgressão é uma forma de «independência» em contexto de grandes dependências.

Uma outra “ponta solta” prende-se com os discursos sobre a importância do bairro nas suas vidas. As jovens com percursos transgressivos mais evidenciados (transgressão enfatizada por escalada e transgressão rebelde) são aquelas que, vivendo em bairros mais problemáticos, demonstram maiores sentimentos de pertença. *O meu bairro pode cair, mas é o meu bairro, cresci lá*, atesta Joana. Segundo Fernandes (2008: 86) “viver (n) o lado da cidade que o olhar dominante remete para a marginalidade produz uma, chamemos-lhe, consciência de relegação”, no sentido da diferença relativamente à “boa cidade” (para sentimentos análogos de pertença a estes territórios relegados ver Chaves 1999 e Cunha 2002). A esta ideia acrescentamos a noção de religação, manifesta nos sentimentos de pertença que as jovens expressam relativamente ao bairro. Lugar de encontros e pertenças, o Bairro assume-se como o espaço para onde desejam sempre regressar e com o qual se identificam, como refere Cristina: *é um bairro um pouco problemático. Há sempre confusões. Mas gosto de viver lá e não tenho receio de viver lá.*

Não deixa de ser interessante relevar, nos discursos destas jovens, as actividades de base comunitária que surgem com potencial para desenvolver factores de protecção junto dos jovens de bairro, através de actividades recreativas e desportivas. Segundo Joana: *o bairro está mais calmo por causa da casa da cultura para os jovens, e agora os mais velhos estão a trabalhar lá, é uma coisa que é boa, porque mantém o respeito lá dentro. Acho que é bom, porque o bairro está a evoluir.* Se a comunidade de origem nem sempre se constitui numa comunidade protectora e de oportunidades, estes projectos comunitários podem constituir-se pontos de viragem. *Eles lá ajudam-nos a ser o que somos. Arranjam-nos trabalho, curso... assim!*, diz Inês.

Quanto menos identitária for a prática transgressiva, mais visíveis tendem a ser os discursos de afastamento relativamente ao bairro, principalmente se ele for problemático. *O que os jovens fazem torna a zona um bocado violenta. Eu desligo-me um bocado desse mundo*, como exprime Teresa. Também Anabela mostra que: *no bairro onde eu morava não tinha nem metade da violência que tem no sítio onde eu moro... não vejo ninguém na rua, ... as únicas pessoas que a gente tem na rua são ciganos e pretos... prontos... fico sempre com medo, vou ser assaltada!*

Enlaçadas algumas pontas soltas, porque sabemos que outras surgirão de novos aprofundamentos, analisamos como os sujeitos se constroem através do discurso e como, através dessas narrativas, (re) escrevem e (re) significam os seus caminhos. Propondo “tipos” de percursos de transgressão, não deixamos de nos interpelar, como nos propõe Fernandes e Pinto (2008: 218):

“... sobre o nosso gosto por categorizações: simplificam a realidade e, se nos contentarmos com elas, ocultarão mecanismos de fundo (...). Além disso arriscam-se a ocultar o que há de comum em indivíduos que repartimos em categorias muito diferentes, arriscando-se a apagar no interior de cada categoria as trajetórias pessoais, no que têm de irreduzível e único. Por último, ocultam sempre o trabalho simbólico que está sempre presente no acto de categorizar (...).





## CONCLUSÕES | Finalizando e repensando

*É evidente que o conhecimento do social (...) carrila através de conceitos (...). O que acontece, não raras vezes, é que os conceitos descarrilam, (...) e ficam abandonados, enquanto a realidade, em transformação, se afasta cada vez mais desses conceitos. (...) Como fazer carrilar o conhecimento através de novos conceitos que nos permitam apanhar essa realidade posta em fuga pelas conceptualizações rängentes do social? (Pais, 2002: 35)*

É este “vadiar sociológico”, proposto por Machado Pais (Pais, 2002), que aqui se pretende retomar ao expor os principais pontos de chegada da investigação, (re) lidos à luz dos questionamentos iniciais e das escolhas teórico-metodológicas que foram feitas. Além disso, é também altura para apresentar as principais descobertas e contribuições da pesquisa e reflectir sobre os novos problemas e pistas de investigação.

No presente estudo propusemo-nos compreender uma das faces invisíveis da delinquência juvenil, aquela que é praticada por raparigas. Durante o processo de pesquisa tornou-se inquietante observar a carência de estudos sobre essa temática, especificamente em Portugal, mas também as “resistências” que foram sendo encontradas nas primeiras aproximações ao terreno<sup>101</sup>, e que davam corpo ao lugar-comum de que as raparigas, neste campo, são poucas, pouco importantes e não constituem problema social. Mas as dúvidas iniciais persistiam porque todos/as concordavam que as raparigas “escapam” mais ao sistema de justiça que os rapazes. Além disso, a sua pouca representatividade parecia justificar uma menor atenção às especificidades destas e uma diminuição da importância de formar técnicos nas e para as questões de género. Mais ainda, na altura em que se reestruturava a Reinserção Social, fechando-se centros educativos, começa a fazer-se sentir uma nova realidade no sistema da protecção: as jovens entram cada vez mais tarde, com comportamentos desviantes e indícios de práticas delinquentes. Dissertar sobre a participação feminina na delinquência juvenil tornava-se um grande desafio.

---

<sup>101</sup> Que foram realizadas em 2008 (ver p.115).

Aceitando a provocação dos estudos mais recentes que subscrevem a necessidade de investigações exploratórias que enquadrem e permitam ouvir as vozes silenciadas das raparigas em conflito com a lei, esta pesquisa propôs-se captar as experiências e os significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em conflito com a lei, reconciliando as diegeses académicas com as vozes e as narrativas das jovens. Trabalharam-se conceitos e métodos disponibilizadas por três grandes abordagens teóricas sensíveis à compreensão de como as pessoas transformam influências objectivas em iniciativas subjectivas e capazes de dar visibilidade às raparigas. A escolha das teorias interaccionistas, da acção estruturada e as perspectivas feministas abriu o espectro de análise ao discutir as dinâmicas que transformam as jovens em delinquentes, ao contextualizar o seu posicionamento discursivo, ao destacar a construção de género como um compromisso situado social, interaccional e incorporadamente (Messerchmidt, 1997) e ao estar sensível para a utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento delitivo feminino.

Além disso, permitiu o envolvimento em alguns debates que têm sido feitos sobre o papel da figura feminina na delinquência: o debate em torno da construção da sua invisibilidade social, os questionamentos em torno das juventudes femininas e das novas feminilidades e os debates de superação dos discursos dicotómicos da *vitimação versus agência*. À medida que a pesquisa se foi fechando, estes debates foram ganhando forma e enformando o objecto de estudo. Nesta esteira, privilegiou-se um olhar em profundidade e de dentro, o que significou seguir o caminho delineado pelo método da análise intensiva. A *démarche* compreensiva das histórias de vida permitiu traçar um perfil sociológico das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas, aceder aos discursos dominantes sobre a transgressão e mostrar que os percursos transgressivos são diversificados.

Recolocada a pesquisa, salientam-se algumas das conclusões a que fomos chegando.

### ***Snapshot*<sup>102</sup> da delinquência juvenil feminina: (n) o artil das “causas”**

Se a invisibilidade do fenómeno da delinquência juvenil feminina nos conduz à necessidade de traçar o retrato social das jovens com medidas tutelares educativas em Portugal, os esforços desta investigação destacam a igual necessidade de leituras

---

<sup>102</sup> Imagem momentânea de uma cena da realidade.

dinâmicas com ângulo retrospectivo, precisamente para afastar o risco de desenvolvermos uma construção do real demasiadamente simplista e redutora, assente em nexos de causalidade que devem ser utilizados “com a máxima cautela, até para que não façamos o que criticamos, isto é, para que não reforcemos os preconceitos que depreciam os pobres, já tão penalizados pela própria pobreza” (Soares, Bill e Athayth, 2005: 208). Se é preciso reconhecer que há laços prováveis entre realidades que aumentam a vulnerabilidade de determinados grupos e criam um terreno mais propício à transgressão, é perigoso transformarmos todos os comportamentos transgressivos, principalmente nestas faixas etárias, em comportamentos pré-delinquentes. Por isso é importante “não deixar de reconhecer as contradições, os paradoxos, as várias espadas de dois gumes e a pluralidade de “zonas cinzentas”, todas elas intrínsecas à realidade social” (Lopes *et al.* 2010: 52). Ao traçar um perfil da rapariga em conflito com a lei procurou-se estar atento aos riscos da universalização oculta de um determinado conceito de rapariga delinquente e da respectiva experiência e agencialidade feminina. Assim, parece útil cortar com as lógicas fatalistas e abrir a possibilidade de ver a transgressão feminina também como um processo de escolha. Esta opção, não descurando as limitações da condição social e as restrições ao leque de alternativas, permite evitar “raciocínios apressados” (Constantino, 2001: 162) pouco atentos à acção do sujeito.

Quem são, então, as jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas? Quais as principais razões que facilitam a sua entrada no mundo da delinquência? Qual o papel dos principais contextos interactivos e socializadores para o desenvolvimento das práticas transgressivas destas jovens? A resposta a estas questões foi dada a partir do cruzamento da revisão da literatura<sup>103</sup> com os retratos sociológicos que foram construídos através da análise dos processos individuais e das entrevistas realizadas às jovens. Reunidos, permitiram um olhar abrangente sobre a realidade e possibilitaram perceber as trajectórias contextualizadas no seu encadeamento de práticas e actividades quotidianas, mas também perceber as suas fronteiras e apreender as margens sobre as quais se levantam pontes para outros contextos (Pais, 2002).

- As jovens com medidas tutelares educativas têm entre os 16 e os 17 anos, são maioritariamente de nacionalidade portuguesa e residem em zonas desfavorecidas do

---

<sup>103</sup> Optou-se, maioritariamente, pela literatura em inglês sobre a delinquência feminina na Europa, Canadá e Estados Unidos. Utilizou-se toda a literatura disponível em Português para retratar a realidade em Portugal, extensível também à realidade brasileira.

ponto de vista económico e social. Contudo, são as jovens internadas em Centro Educativo que tendem a espelhar, neste domínio, maiores factores de risco e vulnerabilidade em razão da idade, da etnicidade e da classe social. São percentualmente mais novas do que as jovens com medidas não institucionais (42% está na faixa dos 14-15 anos, contra 6.7%). A maioria é de origem africana, seja por nacionalidade e/ou etnicidade. Estão mais representadas em bairros de realojamento social, identificados como bairros problemáticos.

- As estruturas e dinâmicas familiares surgem como um puzzle onde faltam peças. Marcados por muitas transições, decomposições e recomposições, os contextos familiares destas jovens ficam marcados pela vivência de repetidas rupturas nos vínculos afectivos e relacionais e pela exposição (directa e indirecta) a diferentes formas de maus-tratos. São comuns as histórias de abandonos e privações várias, vivenciadas em idades precoces. Destacam-se três principais tipos de abandono: 1) abandono pela ausência de um ou dos dois progenitores. Sessenta e três por cento dos agregados não conta com a presença de um dos progenitores biológicos, e os principais motivos apontados são o falecimento (47%), a separação/ divórcio (47%) e a detenção (6%). Para a generalidade, é a figura paterna que tende a estar ausente do processo educativo. Esta ausência, física e/ou emocional, é factor de sofrimento para as jovens; 2) abandono pelo sentimento de insegurança na relação familiar, não encontrando nas figuras parentais o equilíbrio emocional necessário para um desenvolvimento saudável. Geralmente, tal acontece ou porque cresceram espalhadas por vários núcleos familiares ou pela falta de convivência familiar estruturada no espaço e no tempo; 3) abandono or via da prática reiterada de maus-tratos. A criança/ adolescente não encontra assim apoio na/ da família, atingindo-se o seu núcleo fundamental de protecção, de afecto e dependência, principalmente se esse maltrato for perpetrado no interior da família.

A estas formas de abandono associam-se outros aspectos relacionados com a carência de limites intrafamiliares, a falta de supervisão e comunicação parentais e a ideia de que os quotidianos são geridos pelas próprias jovens. Estas situações estão relacionadas com modelos familiares frágeis, mas também com a dificuldade sentida por estas famílias na organização das responsabilidades profissionais de modo a privilegiar a presença em casa.

As relações familiares assumem uma importância significativa para as jovens e estruturam-se em torno de três grandes imagens: 1) demonstrar um ideal de proximidade

familiar, o qual é concomitante com a descrição de sentimentos negativos face a abusos de que foram vítimas directas ou indirectas. As respostas a esta ambivalência são várias e fazem-se, normalmente, pela construção de discursos idealizados em torno da família, pelo ímpeto de protecção familiar, pelos discursos de culpabilização e desculpabilização da família e pelos sentimentos de revolta associados; 2) na relação com as figuras educativas, onde a figura da mãe assume a centralidade e com a qual mantêm uma relação de “amor-ódio”, pois é relativamente a ela que expressam frustrações, desamparos e alegrias, e é em torno do não cumprimento das expectativas maternas que as jovens vivem e experienciam os seus fracassos; 3) na relação com os irmãos. Pertencentes a grandes fratrias (60% pertence a fratrias de mais de três irmãos), quando têm irmãos com percursos transgressivos (normalmente são mais velhos) é com eles que se identificam, sentem mais afinidades e proximidade, ainda que seja com os mais novos que elas mantêm maior relação e sentimentos de protecção (quase maternal). As raparigas tornam-se muito protectoras dos membros mais vulneráveis (principalmente os irmãos e as avós), assumindo um discurso quase altruísta de protecção.

- Apresentando percursos de insucesso escolar, 63% das jovens, à data da aplicação da medida tutelar educativa, tinham o 2.º Ciclo, que parece surgir, neste contexto, como um obstáculo difícil de transpôr e onde se intensificam as situações de absentismo, desmotivação e as consequentes reprovações; 26% tinham o 3.º Ciclo e 11% o 1.º Ciclo. Mais do que não gostar da escola, que surge para as jovens como um lugar de encontros e sociabilidades, é com as aulas que elas não se identificam e com o não gostar de estudar que justificam o seu desinteresse. Por isso, faltam para estar com os amigos e/ ou namorados ou então para ficar em casa. Menos significativos, mas igualmente pertinentes, são os discursos que canalizam a culpa do insucesso para os professores e aqueles que denunciam o efeito da diferença de idade no crescente desinteresse que manifestam pela escola. Em 41% dos casos associam-se a este percurso problemas comportamentais e disciplinares que resultaram em suspensões e expulsões. A relação com a escola está longe de ser aquilo que é esperado e estes percursos de insucesso, indisciplina e abandono, associados a outros contextos de risco, acabam por transformar-se num trampolim para a entrada no sistema de protecção.

Apesar de verbalizarem que a escola é importante e que sem formação o seu futuro fica mais comprometido, a escola não faz parte dos seus projectos para o futuro. E se, no

presente, “retornam” à escola, fazem-no no âmbito da aplicação das medidas tutelares educativas que, para as jovens em Centro Educativo significou a frequência de Cursos EFA B2 e B3, com dupla certificação, para dar equivalência ao 2.º ou 3.º Ciclos; e para as jovens com medidas na comunidade, o esforço de integração diferenciada em Cursos de Formação Profissional ou no ensino regular.

- Vimos que é da escola que fogem para ir ter com os/as amigos/as e que neles/as procuram companhia e apoio emocional e social, compensador das ausências e desestruturas familiares. Todo o contexto de vida destas jovens leva a que estas passem muito do seu tempo fora de casa e, associando-se ao seu grupo de amigos/as, preenchem os quotidianos, fazem as primeiras experimentações e testam os seus limites. Nesta esfera, apresentam traços característicos da adolescência e das feminilidades, ou seja, integram-se em grupo de pares alargados, de diferentes contextos (de infância, do bairro, da escola...), e constituídos por rapazes e raparigas. As amizades propriamente ditas desenvolvem-se em grupos mais restritos e é, normalmente, com outras raparigas que procuram companhia para ir a festas, passear na comunidade, sair com rapazes e experimentar o risco. Se esta experimentação tem um carácter de normalidade na faixa etária em questão, no caso destas jovens, que apresentam um acumular de outros riscos relacionados com o número de contextos com os quais têm ligações negativas, parece colocá-las em situação de risco ou para iniciar comportamentos de risco (consumos de substâncias, comportamentos sexuais de risco, fugas de casa, prática de ilícitos, entre outros) ou para ficar em risco de sofrer consequências negativas para a saúde, quando a prática destes comportamentos já é visível.

No que se refere ao grupo de pares, o que parece constituir-se factor de risco de delinquência é a integração em grupos de pares mais velhos e com prática de comportamentos transgressivos. É normalmente em grupo que cometem mais infracções e com mais frequência, havendo uma tendência para que as raparigas sigam outras raparigas, como já demonstrara Giordano (2002) na sua investigação. Às amizades de infância, do bairro e/ou da escola, juntam-se, por um lado, as amizades estratégicas e funcionais que nascem das vivências de rua e que, em situações de fuga de casa, permitem encontrar alternativas à própria rua, e, por outro lado, as amizades “levadas para” e/ou feitas nas instituições da protecção.

Apesar de 44% das jovens ter familiares e namorados/ ex-namorados identificados com contactos com a justiça e a literatura apontar que, além dos amigos/as, o

envolvimento criminal dos familiares e dos namorados/ companheiros tem uma influência significativa nos percursos e nas escolhas das jovens raparigas, os dados não permitem concluir que estes influenciem mais do que os amigos. E se em algumas situações podem ser o motor dos comportamentos desviantes, o que parece sobressair é o contacto e a aprendizagem com os amigos e a procura e gestão de comportamentos de risco. O discurso da identificação com os pares e de que a decisão pelo caminho da transgressão, mesmo feito em contexto grupal, é, em última instância, das próprias, parece ultrapassar o discurso da pressão.

- Metade das jovens com medidas tutelares educativas apresenta percursos de institucionalização anteriores, no âmbito da aplicação de medidas de promoção e protecção, ficando visível uma certa mobilidade entre os sistemas de protecção e justiça juvenil. As jovens em Centro Educativo apresentam mais percursos institucionais (75% contra 20% das jovens com medidas na comunidade), percursos mais complexos, com acumulação de processos e em idades mais precoces. Neste contexto, as relações “extramuros” são também as relações “intramuros”. Os caminhos de metade das jovens que estão em Centro Educativo cruzaram-se na infância, no bairro e juntas entraram nos sistemas da protecção e da justiça. A passagem pelas instituições de protecção, para todas as jovens, fica marcada pelas fugas consecutivas e por comportamentos agressivos dentro da instituição, ao qual se junta o agravamento dos comportamentos.

- Em conformidade com o que tem sido apontado pela literatura, a prática de ilícitos contra a propriedade, especificamente o roubo (62.9%), e contra a integridade física (40.7%) são os mais expressivos. Comparando análises estatísticas com os dados recolhidos fica em aberto a possibilidade das raparigas estarem a usar de mais violência, possivelmente pela emergência e aumento do número de ilícitos praticados em co-autoria. Neste quadro é importante destacar que, ao contrário do que se verifica em estudos realizados com mulheres reclusas, a categoria “droga” não é o eixo central em torno do qual se desenvolvem os actos ilícitos destas jovens, ainda que as experimentações e os consumos de álcool e drogas estruturam parte das suas vivências e sociabilidades.

O comportamento das jovens parece ver nascer outras motivações que as colocam no caminho de uma procura mais activa do risco, da experimentação e do divertimento. Tal dá corpo e forma a uma certa imprevisibilidade que as jovens referem na passagem ao



acto, sendo que a ofensa não parece surgir como algo planeado, mas como um meio onde encontram divertimento, onde testam limites, onde expressam emoções e gerem sentimentos e, por este motivo, fazem-no maioritariamente em grupo. A actividade criminal descrita como uma actividade solitária é bastante pontual. A escolha das vítimas (pessoas) e da abordagem é que parece ser mais selectiva. Escolhem os *betos e o bom griffe* e, por norma, optam por jovens da mesma idade ou mais novos, da mesma altura e do mesmo sexo. Nem sempre as jovens assumem um papel de protagonistas na prática do ilícito, surgindo em papéis mais secundários e/ou de espectador, mas quando o fazem, mostram como a abordagem segue uma escolha racional de disponibilidades, probabilidades, recursos e riscos. Com o dinheiro ou com a venda/ troca do resultado do roubo, as jovens normalmente compram drogas leves e roupas de marca.

Da análise dos seus discursos foi possível encontrar seis tipos de justificações que as jovens utilizam para explicar o seu comportamento. A justificação mais comum é a desvalorização do acto e da nocividade do seu comportamento, ao considerarem que eles não são graves. Associado a esta desvalorização, há também uma desqualificação do actor, principalmente das vítimas, pelo processo de afastamento identitário. A esta incapacidade de dimensionar os efeitos que os seus actos provocam sobre outros, junta-se uma certa incapacidade para determinar a consequência dos seus actos e, se a primeira vez correu bem a segunda também há-de correr. Outras explicações são direccionadas para a passagem por Lares de Infância e Juventude. Atribuem culpas à instituição ao considerarem que a passagem pelo “colégio” piorou os seus comportamentos. Menos comuns, mas igualmente significativas, são as injustiças do sistema, as explicações mais fatalistas que se orientam pela ideia de um destino que parece já estar traçado, por fim, a necessidade de serem respeitadas e por isso é necessário não ceder e passar uma imagem de força.

Estas justificações jogam, igualmente, com as construções de arrependimento, que assumem duas principais expressões. Na primeira, o arrependimento surge no momento da prática transgressiva, e habitualmente está relacionado com sentimentos de condescendência e preocupação com o outro, apresentando-se assim como “tipicamente” feminino nos modelos que o marcam. Em segundo lugar, as construções funcionais de arrependimento emergem do processo reflexivo iniciado com a aplicação da medida tutelar educativa, acompanhando-se também dos consecutivos discursos de adaptação e apreensão das normatividades. Nestes ajustamentos secundários encontramos uma expressão da agencialidade destas jovens.

As jovens em Centro Educativo estão, maioritariamente, a executar medida tutelares de internamento em Regime Semi-Aberto. As jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelar Educativas estavam a cumprir medidas de Acompanhamento Educativo (47%), de Imposição de Obrigações (40%) e de Prestação de Tarefas a Favor da Comunidade (13%). Estas medidas são a expressão da tendência actual na aplicação de medidas não institucionais, como analisado no Capítulo 1. A respeito da aplicação das medidas, a maioria das jovens considera a medida aplicada injusta pelas razões apontadas acima, assim como consideram que a justiça é lenta, não é eficaz e interrompe as suas vidas. Quando olhamos para o hiato de tempo entre a prática do ilícito e a data da decisão judicial, quer esteja em causa a aplicação de uma medida institucional quer não institucional, este nunca é inferior, em média, a 12 meses.

- Temos visto como os discursos das jovens, no que se refere às práticas transgressivas, dão conta que elas não estão passivas e que procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando feminilidades e não propriamente construindo masculinidades, mesmo quando desafiam as noções que elas próprias têm do que é considerado apropriado para as raparigas. Falamos é de outras feminilidades, mais rebeldes, e que combinam práticas convencionais e atípicas de género, que mostram como existe uma pluralidade de formas em que o género pode ser construído. A violência dos seus comportamentos e a liberdade, autonomia e independência que reclamam para si, pelas fugas de casa, pelas experimentações de álcool e drogas, pela prática de ilícitos, entre outros, não deixa de esbarrar na manutenção de discursos e concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, que são utilizados para falar sobre: as responsabilidades familiares e domésticas, mesmo quando fogem de casa; para justificar o maior controlo social e familiar, que tendencialmente as constrange no interior da esfera privada; para contar as vivências da maternidade; para se referirem aos projectos de futuro, que seguem modelos de vida socialmente significativos e que mantêm as diferenças e marcas de género; e até para exprimirem o papel da rapariga na transgressão, ou seja, apesar da rapariga poder fazer tudo que os rapazes fazem, neles é normal, mas nas raparigas é *muito feio*. Como defende Chesney-Lind e Shelden (1992), as raparigas experienciam a sua infância e adolescência pintadas com as cores do género. Nesta esteira, rapazes e raparigas não vivem no mesmo mundo e não fazem as mesmas escolhas.

- Iniciando-se na vida sexual de forma precoce, a gravidez na adolescência, não planeada, é uma realidade visível. Da análise dos processos foi possível verificar que cinco jovens tinham filhos, uma estava grávida e duas tinham realizado uma IVG. Para nenhuma delas a gravidez foi planeada ou fazia parte de um projecto de vida mas, para todas, foi um momento decisivo e de viragem (amadurecimento e mudança interior). O apoio e o suporte emocional dos pais e/ou do namorado parecem ser um ingrediente importante na decisão de avançar ou interromper a gravidez. Em duas das situações os/as filhos/as estavam com medida de promoção e protecção.

Feito o retrato sociológico das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas, torna-se indispensável mostrar como a polifonia das suas vozes resultou em diferentes discursos e percursos transgressivos, dando conta, por um lado, que as trajectórias de vida são construídas pelas escolhas e pelas acções que os sujeitos adoptam dentro de um campo limitado de possibilidades e, por outro, que o mesmo “rótulo” é aplicado a percursos descontínuos e diferenciados. Para perceber a delinquência precisamos de apreciar como a estrutura e a acção são inextrincáveis nas actividades do quotidiano e como isso se reflecte nos diferentes percursos de vida.

### **A polifonia de vozes na construção dos discursos e percursos transgressivos**

O trabalho exploratório e a elaboração dos retratos sociológicos, reveladores da complexidade de situações associadas à pluralidade de disposições e de elementos identitários, permitiram identificar discursos dominantes em relação à transgressão que revelaram os detalhes para a compreensão dos diferentes percursos transgressivos. Sem preocupação de fazer generalizações ou considerar que os discursos e os percursos representam toda a diversidade feminina de jovens infractoras, quis-se salientar as articulações singulares que enformam os seus percursos de vida e as suas escolhas e, mais uma vez, destacar o aparecimento das jovens como sujeitos sociais, que encontraram, nas utilizações da linguagem, um espaço de agencialidade por excelência.

Atribuindo às jovens a condição de “autores da sua vida” e assumindo que é a partir das narrativas que constroem as suas experiências, a emergência dos discursos dominantes em torno da transgressão levaram em consideração três principais elementos: 1) as estratégias de auto-apresentação que assumiram a forma de discursos de conformidade relativamente aos papéis de género e às feminilidades, aos discursos para o

futuro, às reflexões em torno do arrependimento face à transgressão e aos discursos de encaixe nas expectativas do “sistema”; assumiram também a forma de discursos de vitimização, orientados para as explicações e justificações que elas procuram dar para o seu comportamento transgressivo, e para os sentimentos de injustiça sentidos na aplicação das medidas tutelares educativas. Recriando e animando os conteúdos discursivos, estas estratégias de auto-apresentação não só enfatizam a dimensão de um sujeito que age dentro de um contexto específico como reflectem os constrangimentos à acção; 2) as ambivalências e incoerências narrativas visíveis na idealização discursiva e nas oscilações entre os discursos normativos e desviantes; 3) o cruzamento dos eixos vitimação/agencialidade abre a possibilidade de encaixar discursos que rompam com os olhares tradicionais.

Apercebemo-nos, nestes discursos, como os agentes da transgressão são diversificados e como as jovens se (re) posicionam face a eles. Uma mostra como a transgressão surge da *gestão de sentimentos negativo*, angústias e lutos mal resolvidos, originados pelas histórias de maus-tratos, abandonos e institucionalizações. Para outras foi a *procura do “risco-aventura”*, da experimentação e da adrenalina o motor para a prática transgressiva. A *hetero-auto-determinação* é um discurso que dá conta da ambiguidade de posicionamento das jovens face à transgressão. Para outras ainda a transgressão surge como uma *excepção*.

Foi nestas dinâmicas e nos diálogos que se estabeleceram com certas categorias - como a vitimação familiar, os percursos de institucionalização, os percursos transgressivos, motivações e significados da transgressão e a condenação moral da transgressão - que os perfis de percursos transgressivos foram tomando forma. *Transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada)*, *transgressão-rebelde*, *transgressão-influência* e *transgressão circunstancial* foram os quatro percursos identificados, os quais foram entendidos numa perspectiva dinâmica, por um lado, para nos permitir captar os casos situados nas zonas de fronteira e, por outro, porque existe sempre a possibilidade de certos acontecimentos ou experiências de vida inflectirem o sentido, subjectivo e objectivo, da própria trajectória.

A *transgressão enfatizada* é a dominante no conjunto das jovens entrevistadas, particularmente nas jovens em Centro Educativo. É o perfil que concentra percursos de maior vitimação familiar, histórias densas e heterogéneas de transgressão e delinquência, institucionalizações sucessivas, em regra desencadeadas pela acção de organismos

externos, marcadas pelas fugas consecutivas e pelo agravamento dos comportamentos transgressivos. Este é um percurso bifurcado. As jovens cuja transgressão é enfatizada *por revolta* organizam as suas narrativas em torno da gestão dos sentimentos negativos, que se materializam na auto- e hetero-agressividade. Há uma condenação moral aparente da transgressão que é legitimada pelos sentimentos negativos. Na transgressão enfatizada *por escalada* há a percepção de que o comportamento transgressivo se foi agravando e reforçando ao longo das trajectórias de vida. A experimentação e a procura de divertimento/ prazer, junto dos amigos, assumem aqui uma importância significativa. À hetero-determinação no envolvimento criminal juntam-se discursos de iniciativa, controlo e prazer associados à prática transgressiva, e pela qual não evidenciam uma condenação moral, mas apenas um arrependimento pós-medida.

Na *transgressão-rebelde* a procura do risco-aventura e dos sentimentos de adrenalina é o que leva as jovens a iniciar e a manter comportamentos transgressivos. Não apresentam históricos de vitimação familiar significativa, nem registos de permanência em instituições de protecção. As motivações para a transgressão são encontradas nos/as amigos/as, na rebeldia de se ser jovem e no querer testar limites. Os discursos apelam para uma certa auto-determinação no envolvimento transgressivo, como se estivesse nas suas mãos a decisão do início ou do fim.

A característica central da *transgressão-influência* é a hetero-determinação no envolvimento transgressivo e a ideia de que este é resultado da influência de factores externos (drogas, namorados e amigos/as). A centralidade do factor influência secundariza o peso de todas as outras variáveis. Por exemplo, sem histórias expressivas de vitimação familiar, os problemas relacionais com a família surgem e/ou agravam-se devido a esses factores de influência externa. Vão para as instituições e delas fogem por causa desses factores.

Por fim, na *transgressão circunstancial* as jovens organizam as suas narrativas em torno do carácter de excepção e de casualidade que é conferido ao comportamento transgressivo, demarcando-se de qualquer identidade desviante ou percurso transgressivo. Filhas de pais separados, as (novas) dinâmicas familiares tendem a ser estáveis, ainda que criem, nas jovens, alguns discursos marcados por alguma mágoa. Mantêm actividades de lazer tendencialmente normativas e comuns entre os jovens. Apesar de não concordarem com a medida, precisamente pela sua “excepcionalidade”, não deixam de condenar o acto.

Ao descrevermos os diferentes tipos de percursos e de jovens associados a cada contexto, acreditamos ter alertado para a importância de pensar a delinquência juvenil feminina como heterogénea. Regular a sociedade a partir de uma única descrição de transgressão feminina, sem ter presente os diferentes discursos e percursos transgressivos, pode ser contraproducente. É importante que a sociedade e os vários profissionais directamente envolvidos sejam sensíveis aos repertórios interpretativos utilizados pelas jovens e reconheçam como estes podem ampliar ou limitar as possibilidades de sentido sobre a transgressão.

### **No trilho das reflexões futuras**

Vimos como o tema da delinquência juvenil feminina nos desafia, mas estamos certos que esta é uma discussão que deve ser feita, para servir de base a um esforço que coloque as raparigas delinquentes nas preocupações do sistema de justiça juvenil e seja fértil no levantamento de novos questionamentos teóricos e metodológicos. Parece ser o momento, em parte gerado pela visibilidade de episódios agressivos com raparigas, de começar a desenvolver uma agenda de investigação e intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática.

Não podemos, contudo, começar a prevenir, nem tão pouco a perceber os significados dos comportamentos das raparigas, sem primeiro reconhecer que essa violência existe. Aqui avançamos com o primeiro desafio: o de repensar as categorias de violência e delinquência feminina. Não falamos apenas das categorias legais. Pais, professores, trabalhadores sociais, vizinhança jogam um papel fundamental na definição do que tem sido aceite ou não no comportamento das raparigas. E se a violência feminina é “um conceito vazio” (Batacharya, 2004: 77), é-o pelas tentativas “institucionalizadas” de simplificar aquilo que não é simples e de colonizar definições em função do que tem sido utilizado junto de amostras masculinas. Muitos dos comportamentos transgressivos das raparigas continuam nas zonas cinzentas dos “espaços de ninguém” que têm sido criados pelas dificuldades práticas de articulação entre a acção da promoção e protecção e a acção tutelar educativa.

Vimos como o fenómeno da delinquência juvenil feminina, especialmente em Portugal, é uma temática aberta, numa multiplicidade de frentes, por serem escassos os estudos que permitam: 1) examinar a relação entre a evolução do comportamento

delincente das raparigas e o desenvolvimento da sua adaptação pessoal e social, como são exemplo os estudos longitudinais; 2) aprofundar os diferentes contextos em que emerge o comportamento transgressivo e delincente cometido por raparigas; 3) analisar as significações atribuídas pelos diferentes protagonistas (e.g. vítimas, polícia, tribunais, técnicos de acção e reinserção social) a esse comportamento; 4) compreender a relação entre os comportamentos transgressivos e delinquentes e a construção de feminilidades; 5) questionar os processos de judicialização, de “tratamento” das raparigas por parte da justiça e da adequação das estratégias de intervenção destinadas a jovens raparigas sob a alçada da justiça juvenil. Destaca-se igualmente a utilidade de estudos que trouxessem para a discussão o conceito da “interseccionalidade” pela sua capacidade analítica de captar as relações entre as categorias sócio-culturais e as identidades, onde os conceitos de género, raça, etnicidade, sexualidade, classe ou nacionalidade são examinados. Fazer variar apenas uma das categorias tende a homogeneizar as restantes que são igualmente importantes para a compreensão dos fenómenos sociais. A este segundo desafio junta-se um terceiro relacionado com a necessidade de mais estudos qualitativos que destaquem as experiências e as motivações que operam na vida das raparigas. Não descurando a importância de outras metodologias e amostras, acredita-se que para a prevenção e a intervenção funcionarem estas devem estar conectadas às realidades, aos significados e aos efeitos das experiências femininas.

Desta investigação, há três questões que emergem, mas que ficam por aprofundar. As duas primeiras referem-se à compreensão de dinâmicas de transição. Ao contrário do constatado em estudos portugueses com mulheres reclusas (Cunha, 2002; Matos, 2008) e em estudos estrangeiros com raparigas delinquentes, de forma particular no Brasil (Assis e Constantino, 2001), as drogas não são o eixo central em torno do qual se organizam os ilícitos destas jovens. Fica então por aprofundar estas diferenças e este caminho que liga a experimentação, que dá forma aos quotidianos e às práticas de lazer das jovens, à centralidade das drogas na explicação da criminalidade feminina. A outra transição que fica por explorar prende-se com as passagens do sistema de protecção para o sistema tutelar educativo e para o sistema penal. O que acontece às jovens nessas intermitências dos sistemas? A última refere-se aos sentidos e intensidades da violência na prática dos ilícitos criminais, que parecem estar a sofrer alterações. Encontramos, junto destas jovens, desvios característicos da adolescência (e.g. consumos de álcool, tabaco e drogas, comportamentos de risco e de teste de limites associados à importância do grupo de pares e à necessidade de autonomização), de cunho feminino (e.g. fugas de casa, gravidez na

adolescência, auto-agressividade, agressão verbal e relacional), como tem sido apontado pela literatura e que tem resultado na categorização da transgressão feminina em “como necessitando de protecção”, mas que transparece, também, mudanças na prática dos ilícitos, principalmente no que se refere aos níveis de violência e à co-autoria.

Ao transformar estas questões em proposta de investigação, assumem-se as próprias limitações deste estudo, cujo carácter exploratório fez nascer tantas questões quantas as respostas.

Um quarto desafio neste trilho de reflexões futuras prende-se com a necessidade de práticas e intervenção sensíveis ao género. Claro que a questão parecia impor-se: o que se ganha e se perde quando dizemos que as raparigas são diferentes dos rapazes? Como garantir que essas diferenças de género sublinhadas não sejam utilizadas “politicamente” para reforçar respostas sociais pouco hábeis e realmente reeducativas no caso das menores. Concordando com Peters (1998), as soluções mais promissoras não parecem passar por continuar a comprimir as raparigas num sistema desenhado para rapazes ou separar os delinquentes em razão do género. Os programas específicos de género para raparigas parecem surgir como uma resposta compreensiva à delinquência feminina, baseadas nas suas experiências. Existe hoje uma pequena literatura, mas em crescimento<sup>104</sup>, que suporta direcções úteis na prossecução de instrumentos de política, avaliação, tratamento e prevenção sensíveis às necessidades e idiossincrasias das raparigas que começam a estar mais representadas no sistema de justiça juvenil.

Destacam-se aqui duas áreas para as quais o olhar se deve dirigir.

A primeira área é a da prevenção e da necessidade de mais respostas “com sentido”. Destaca-se o desenvolvimento e aprofundamento de programas de prevenção que possibilitem a identificação dos factores de risco e protecção presentes nos diferentes contextos de vida das jovens. Evidencia-se o trabalho de capacitação e formação dos profissionais e do pessoal técnico para as especificidades desenvolvimentais e sociológicas das raparigas. Sobressai a importância de criação de espaços de relação (e.g. nas escolas e nos bairros), onde as vozes das raparigas sejam valorizadas e ouvidas. Não menos importante é a forma como as raparigas são tratadas quando são institucionalizadas ou processadas como delinquentes. Fazer um “mau programa específico de género” não o vai tornar um bom programa.

---

<sup>104</sup> Para aprofundar esta questão consultar o *Girls Study Group*, um projecto desenvolvido pelo OJJDP, que tem procurado compreender a delinquência juvenil feminina e identificar estratégias efectivas de prevenção e redução do envolvimento das raparigas na delinquência e na violência.



Uma outra área refere-se às estatísticas, aos inquéritos de delinquência auto-revelada e aos estudos de *follow up*. É fundamental que as diferentes estatísticas (polícia, tribunais, reinserção social) sejam sensíveis ao género. Só assim é possível acompanhar e perceber a evolução da criminalidade participada, julgada e executada no caso das raparigas. É urgente realizar inquéritos de delinquência auto-revelada para que se faça luz na natureza da delinquência feminina e complemente as limitações e insuficiências das estatísticas. Não menos importantes são os estudos de *follow up* e de reincidência que consigam aferir o que estas jovens escreveram depois dessa vírgula que constituiu o cumprimento de medidas tutelares educativas.

Enfim, um último olhar sobre as conclusões conduz-nos a recuperar algumas ideias de força. Ao descrever os diferentes tipos de discursos e percursos transgressivos damos conta da importância de pensar a delinquência juvenil feminina como um fenómeno heterogéneo, e de como esta percepção é fundamental na recategorização conceptual. Sem pretensões de generalização, levar em consideração esta heterogeneidade pode ter implicações na produção de políticas e nas práticas de intervenção.

Esta diversidade de caminhos apela também a uma superação conciliadora da dicotomia vitimação *vs* agencialidade. Em que medida? Por um lado, vimos como as jovens podem ser consideradas, simultaneamente, vítimas, quando atravessamos o número de contextos sociais com os quais mantêm ligações negativas, e agentes, quando analisamos a forma como elas constroem, (re) criam e negociam os espaços de agencialidade. Os seus percursos de vida são construídos pelas escolhas e pelas acções que adoptam dentro de um campo limitado de possibilidades e circunstâncias sociais, familiares, escolares e culturais. Por outro lado, a dicotomia é superada por via do rompimento com as lógicas fatalistas que têm transformado as raparigas em vítimas eternas da sua “condição feminina”, mostrando ao invés que as jovens procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando feminilidades situadas, e não propriamente construindo masculinidades. Os seus comportamentos desafiam os discursos dominantes ao mostrar que a transgressão feminina é, também, um processo de escolha, que alberga outras motivações, relacionadas com a procura mais activa do risco, da experimentação e do divertimento.

Vimos como é difícil teorizar sobre a figura feminina quando as palavras e as ideias estão enraizadas em visões masculinas sobre a delinquência juvenil. É importante que se reescrevam estas invisibilidades e que se assumam que “ver e ser visto são duas faces da

mesma moeda” (Soares, Bill e Athayde, 2005: 165). Eis um grande desafio para a sociologia do crime e das marginalidades.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adler, Freda (1975), *Sisters in crime*. Nova Iorque: McGraw-Hill
- Agra, Cândido (1990), “Sujet autopoïétique et transgression”, in *Acteur social et délinquance*. Bruxelas: Pierre Mardaga
- Agra, Cândido (1998), *Entre a droga e o crime: actores, espaços, trajetórias*. Lisboa: Editorial Notícias
- Agra, Cândido e Matos, Ana (1997), *Trajectórias Desviantes*. Lisboa: GPCCD Ministério da Justiça.
- Alder, Christine; Worrall, Anne (2004), “A contemporary crisis?”, in Christine Alder e Anne Worrall (eds.), *Girl's Violence: myths and realities*. Nova Iorque: State University of NY Press, 1-19
- Alderson, Priscilla (1995), *Listening to Children: Children, Ethics and Social Research*. Ilford: Barnardos.
- Amâncio, Lígia (1993), “Género - Representações e Identidades”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, 127-140
- Archer, Debbie (1998), “Riot Grrrl and raisen girl: femininity within the female gang the power of the popular”, in Jon Vagg e Tim Newburn (eds.), *The British Society of Criminology: selected papers from the British Criminology Conference*, Loughborough University, 18 a 21 July 1995 [online], disponível em: <http://www.britisocrim.org/v1.htm> [consultado em: 5/04/2010]
- Ariès, Phillipe (1981), *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC [2.º ed.]
- Arnott, Rosemary (2010), *A girls' eyes view of aggressive adolescent female behavior*, tese de doutoramento em Educação, Noew Zealand, Massey University.
- Arnall, Elaine; Eagle, Susannah (coord.) (2009), *Girls and offending – patterns, perceptions and interventions*. Londres: YJB
- Artz, Sybille (1998), *Sex, Power, and the Violent School Girl*. Toronto: Trifolium Books

- Assis, Simone; Constantino, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: infracção juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz
- Assis, Simone; Souza, Edinilsa (1999), “Criando Caim e Abel – pensando a prevenção da infracção juvenil”, *Ciência Saúde Coletiva*, 4(1), 131-144 [online], disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7136.pdf> [acedido em: 20/03/2010]
- Augé, Marc (1994), *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobre modernidade*, Venda Nova: Bertrand
- Baines, Margaret; Alder, Christine (1996), “Are girls more difficult to work with? Youth workers’ perspectives in juvenile justice and related areas”, *Crime & Delinquency*, 42(3), 467-485
- Bakhtin, Mikael (1997), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec
- Bandura, Albert (1986), *Social Foundations of Thought and Action*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall
- Bartollas, Clemens; Schmalleger, Frank (2010), *Juvenile Delinquency*, New Jersey: Prentice Hall, [8<sup>o</sup> ed]
- Batacharya, Sheila (2004), “Racism, “girl violence”, and the murder of Reena Virk”, in Christine Alder e Anne Worrall (eds.), *Girl’s Violence: myths and realities*. Nova Iorque: State University of NYPress, 61-80
- Batchelor, Susan (2005), ““Prove me the bam!’ victimization and agency in the lives of young women who commit violent offences”, *Probation Journal*, 52 (4), 289-294
- Batchelor, Susan (2007), "Getting mad wi' it": risk-seeking by young women', in Kelly Hannah-Moffat e Pat O'Malley (eds.), *Gendered Risks*. Nova Iorque: Routledge, 205-228
- Batchelor, Susan (2009), “Girls, gangs and violence: assessing the evidence”, *Probation Journal*, 56 (4), 399-414
- Batchelor, Susan; Burman, Michel; Brown, Jane (2004), “Discutindo a violência: vamos ouvi-lo da boca das raparigas”, *Infância e Juventude*, 2, 125-143
- Bauman, Zygmund (2001), *Modernidade Líquida*. São Paulo: Zahar
- Bauman, Zygmunt (2007), *A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna*, Lisboa: Relógio D’Água
- Beaud, Stéphane; Weber, Florence (2007), *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Editora Vozes [4.º ed.]
- Beck, Ulrich (1997), *Risk society : towards a new modernity*. Londres: Sage Publication

- Becker, Howard (1973), *Outsiders. Studies in the Sociology of Desviance*. Nova Iorque: Free Press
- Becker, Howard (1977), *Uma teoria da Acção Colectiva*. Rio de Janeiro: Zahar
- Becker, Howard (1994), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. S. Paulo: Editora Hucitec
- Belknap, Joanne (2000). *The invisible woman: gender, crime and justice*, Belmont: Wadsworth [2. ° ed.]
- Belknap, Joanne; Dunn, Melissa; Holsinger, Kristi (1997), *Moving toward juvenile justice and youth serving systems that address the distinct experience of the adolescent female*. Columbus: Office of Criminal Justice Services
- Belknap, Joanne; Holsinger, Kristi (1998), “Na overview of delinquent girls: how theory and practice have failed and the need for innovative changes”, in Ruth Zaplin, *Female Offenders. Critical perspectives and Effective Intervention*. EUA: Aspen Publishers, 3-41
- Berger, Peter; Luckman, Thomas (1999), *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro
- Bertaux, Daniel (1997), *Les récits de vie*. Paris: Nathan.
- Bertrand, Marie-Andrée (1979), *La femme et le crime*. Montréal: Les Éditions de l’Aurore [online], disponível em: [http://i3.makcdn.com/wp-content/blogs.dir/78204/files/2010/08/femme\\_et\\_crime\\_1979.pdf](http://i3.makcdn.com/wp-content/blogs.dir/78204/files/2010/08/femme_et_crime_1979.pdf) [acedido em: 15/03/2010]
- Bloom, Barbara; Covington, Stephanie (2001), “Effective Gender Responsive Interventions in Juvenile Justice: Addressing the Lives of Delinquent Girls”, paper presented at the 2001 Annual Meeting of the American Society of Criminology Atlanta, Georgia, November 7-10 [online], disponível em: <http://www.centerforgenderandjustice.org/pdf/7.pdf> [acedido em: 14/10/2010]
- Bock, Gisele (2008), “Questionando dicotomias: perspectivas sobre a história das mulheres”. In Ana Isabel Crespo *et al.* (org.), *Variações sobre sexo e género*, Lisboa: Livros Horizonte, 78-101
- Bogdan, Robert; Biklen, Sari (1994), *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora
- Bordonaro, Lorenzo (2010), “From home to the street: Cape Verdean children street migration”, in Sandra Evers; Catrien Notermans e Erik van Ommering (eds.), *African*

- Children in Focus: A Paradigm Shift in Methodology and Theory?* Leiden: Netherlands African Studies Association and Brill Academic Publishers.
- Born, Claudia (2001), “Género, trajetórias de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos” *Sociologias*, 3 (5), 240-265
- Bourdieu, Pierre (1986), « L'illusion biographique », *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/ 63, 69-72
- Bourdieu, Pierre (1993), *La Misère du Monde*. Paris: Seuil
- Bourdieu, Pierre (1997), *Razões práticas sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora
- Bourdieu, Pierre (1998a), *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus
- Bourdieu, Pierre (1998b), *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora
- Bourdieu, Pierre (coord.) (1999), *A miséria do mundo*, Petrópolis: Editora Vozes
- Bourdieu, Pierre (2001), *La reproducción: Elementos para una teoría del sistema de enseñanza*, Madrid: Editorial Popular
- Bourgois, Philippe (1995), *In search of respect: selling crack in EL Barrio*, Nova Iorque: Cambridge University Press
- Bruner, Edward (1986), “Experience and its Expressions”, in Edward Bruner e Victor Turner (eds.), *The Anthropology of Experience*, Chicago: Illinois University Press, 3-30
- Burguess, Robert (1997), *A pesquisa de terreno*, Oeiras: Celta Editora
- Burman, Michele, Batchelor, Susan e Brown, Jane (2001). “Researching girls and violence”, *The British Journal of Criminology*, 41, 443-459
- Burman, Michele, Brown, Jane e Batchelor, Susan (2003), “Taking it to heart: girls and the meaning of violence” in Elizabeth Stanko (ed.). *The meanings of violence*, Nova Iorque: Routledge, 71-89
- Burman, Michele; Brown, Jane; Tisdall, Kay e Batchelor, Susan (2000), *Violence Research Programme A View from the girls: exploring violence and violent behaviour* [online], disponível em: <http://www.gla.ac.uk/girlsandviolence/> [acedido em: 14/10/2010]
- Butler, Judith (2008), “Variações sobre sexo e género. Beauvoir, Wittig e Foucault”, in Ana Isabel Crespo et al. (org.), *Variações sobre sexo e género*. Lisboa: Livros Horizonte, 154-172
- Campbell, Anne (1984), *The Girls in the Gangs*. Oxford: Basil Blackwell
- Campbell, Anne (1993), *Out of Control: Men, Women and Aggression*. Londres: Pandora

- Carlen, Pat (1988), *Women, crime and poverty*. Milton Keynes: Open University Press
- Carlen, Pat (2007), “A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração”, *Análise Social*, XLII (185), 1005-1019
- Carmo, Hermano (coord.) (2001), *Problemas sociais contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta
- Carvalho, Isabel (2003), “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”, *Horizontes Antropológicos*, 9 (19), 283-302
- Chaves, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico. Marginalidade económica e dominação simbólica*, Lisboa: ICS – Universidade de Lisboa
- Chesney-Lind, Meda (1997), *The female offender*. California: Sage Publication
- Chesney-Lind, Meda (1999), “Girls, gangs and violence: anatomy of a Backlash” in Nigel South (ed.), *Youth, crime, deviance and delinquency*, vol. II. England: Dartmouth Publishing Company, 321-341
- Chesney-Lind, Meda (2004), “Girls and violence: is the gender gap closing?” [online], disponível em: <http://www.ncjjservicehttp.org/pagirls/pubs/MedaChesneyLind-Girls%20and%20Violence-Is%20the%20Gender%20Gap%20Closing.pdf> [acedido em: 05/09/2008]
- Chesney-Lind, Meda; Eliason, Michele (2006), “From invisible to incorrigible: the demonization of marginalized women and girls”, *Crime, Media, Culture*, 2(1), 29–47
- Chesney-Lind, Meda; Sheldon, Randall G. (1992), *Girls delinquency and juvenile justice*. California: Brooks/Cole Publishing Company
- Cloward, Richard; Ohlin, Loyd (1970), “Differential opportunity structure”, in Marvin Wolfgang e Franco Ferracuti (Orgs). *The sociology of crime and delinquency*. Nova Iorque: John Wiley Sons, 300-318
- Cohen, Albert (1955), *Delinquent boys. The culture of the gang*. Glencoe: Free Press
- Cohen, Stanley (2002 [1972]), *Moral Panics and Folk Devils*. Londre: MacGibbon and Kee [3.º ed.]
- Coninck, Frédéric de ; Godard, Francis (1989). “L’approche biographique à l’épreuve de l’interprétation », *Revue Française de Sociologie*, XXXI, 23-53
- Constantino, Patrícia (2001), *Entre as escolhas e os riscos possíveis – a inserção das jovens no tráfico de drogas*, dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz [online], disponível em: <http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/constantinpm.pdf> [acedido em: 17/02/2008]



- Cooney, Siobhan; Small, Stephen; O'Connor, Cailin (2008), *Girls in the juvenile justice system: toward effective gender-responsive programming*, University of Wisconsin [online], disponível em: <http://oja.state.wi.us/docview.asp?docid=12849&locid=97> [acedido em: 19/12/10]
- Costa, António Firmino da (2001), Sociologia. Coimbra: Quimera [3.º ed.]
- Coulon, Alain (1995), *A Escola de Chicago*. São Paulo: Papirus Editora
- Coutant, Isabelle (2005), *Délit de jeunesse. La justice face aux quartier*. Paris : Éditions la Découverte
- Cowie, John; Cowie, Valerie; Slater, Eliot (1968). *Delinquency in girl*, Londres: Heinemann
- Crenshaw, Kimberlé (1991), “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, *Stanford Law Review*, 43, 1241-1279.
- Cunha, Manuela (1994), *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários
- Cunha, Manuela (2002), *Entre o Bairro e a Prisão: tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim do Século
- Cunha, Manuela (2006), "A reclusão segundo o género: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade", in AAVV, *Educar o Outro: As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas*, Coimbra, Publicações Humanas, 80-89
- Cunha, Manuela (2007), *Arguição das provas de doutoramento de Raquel Matos: Vidas Raras de Mulheres Comuns. Percursos de Vida, Significações do Crime e Construção da Identidade em Jovens Reclusas*, Universidade do Minho: Braga
- De Boeck, Filip; Honwana, Alcinda (2005), “Children and Youth in Africa: Agency, Identity, and Place”, in Alcinda Honwana e Filip De Boeck (eds.) (2005), *Makers and Breakers. Children and Youth in Postcolonial Africa*, Oxford: James Currey
- Dell’Aglío, Débora *et al.* (2005), “Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas socio-educativas”, *Paidéia – cadernos de Psicologia e Educação*, 15(30) [online], disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n30/13.pdf> [acedido em: 1/08/08]
- Dell’Aglío, Débora, Santos, Samara e Borges, Jeane (2004). “Infracção juvenil feminina: uma trajectória de abandonos”, *Interação em Psicologia*, 8 (2), 191-198
- Denzin, Norman (1989), *Interpretive biography*. Londres: Sage

- Dias, Figueiredo; Andrade, Costa (1997), *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminológica*. Coimbra: Coimbra Editoras
- Dias, Isabel (2004), *Violência na Família: uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento
- Duarte, Vera (2007), “Estudar a delinquência juvenil: opções teórico-metodológicas”, *Revista Configurações*, 3, 33-46.
- Duarte, Vera (2010), “Através do espelho de Alice”: vitimação e agência na infracção juvenil feminina”, in Sofia Neves e Marisalva Fávero (org.), *Manual de Vitimologia*. Coimbra: Almedina, 167-193
- Duarte, Vera (2010), “Delinquência juvenil feminina: teorias, olhares e silêncios”, *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, 5, 23-36
- Duarte-Fonseca, António (2000), *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*. Coimbra: Coimbra Editora
- Duarte-Fonseca, António (2005), *Internamento de Menores delinquentes. A lei portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição*. Coimbra: Coimbra Editora
- Duits, Linda (2008), *Multi-Girl-Culture: An Ethnography of Doing Identity*. Amsterdam: Amsterdam University Press
- Esteves, Alina (1999), *A criminalidade na cidade de Lisboa: uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri
- Fávero, Osmar; Spósito, Marília; Carrano, Paulo; Novaes, Regina (2007), *Juventude e contemporaneidade*, Brasília: Edições MEC/UNESCO.
- Fernandes, Luís (1998), *O sítio das drogas*. Lisboa: Notícias Editorial
- Fernandes, Luís (2008), “Condição juvenil: do risco de se ser vítima ao perigo de se ser actor”, in António Duarte-Fonseca et al. (coods), *Actas do colóquio Direito das crianças e jovens*. Lisboa: ISPA e CEJ, 85-96
- Fernandes, Luís; Pinto, Marta (2008), “Juventude urbana pobre e cidade predatória. O gunga como figura de ameaça”, in Manuela Ivone Cunha (org.), *Aquém e Além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*. Lisboa: 90º Editora, 177-222
- Ferreira, Eduardo (1998), *Crime e insegurança em Portugal: padrões e tendências*. Oeiras: Celta Editora
- Ferreira, Manuela; Nelas, Paula (2006), “Adolescências... adolescentes”, *Educação, Ciência e Tecnologia*, 32, 141- 162

- Ferreira, Pedro Moura (1997), “Delinquência juvenil, família e escola”, *Análise Social*, XXXII (143) (4.º-5.º), 913-924
- Ferreira, Pedro Moura (2000), “Controlo e Identidade: a não conformidade durante a adolescência”, *Sociologia -Problemas e práticas*, 33, 55-85
- Fonseca, António (ed.) (2002), *Comportamento anti-social e família: uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina
- Fonseca, Laura (2001), *Culturas Juvenil, percursos Femininos: experiências e subjectividades na Educação de raparigas*. Oeiras: Celta Editora
- Fonseca, Laura (2009), *Justiça Social e Educação. Vozes, silêncio e ruídos na escolarização das raparigas ciganas e payas*. Porto: Edições Afrontamento
- Gelsthorpe, Loraine; Sharp, Gilly (2006), “Gender, youth crime and justice”, in Barry Goldson e John Muncie (eds.), *Youth crime and justice*. Londres: Sage, 47-62
- Gelsthorpe, Loraine; Worrall, Anne (2009), “Looking for Trouble: A Recent History of Girls, Young Women and Youth Justice”, *Youth Justice*, 9 (3), 209-223
- Gersão, Eliana (1990), “Raparigas em internato de reeducação – porquê? Para quê?”, *Infância e Juventude*, 4, 47-51
- Gersão, Eliana (2000), “As novas leis de protecção de crianças e jovens em perigo e de tutela educativa. Uma reforma adequada aos dias de hoje”, *Infância e Juventude*, 2, 9-48
- Gersão, Eliana; Lisboa, Manuel (1994), “The self report delinquency study in Portugal”, in Josine Junger-Tas *et al.*, *Delinquent behaviour among young people in the western world. First Results of the international self-report delinquency study*, Amsterdam: Kugler Publication, 212-237
- Ghiglione, Rodolphe; Matalon, Ben (1993), *O inquérito teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (1996), *As consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Giddens, Anthony (2000), *A dualidade da estrutura: agencia e estrutura*. Oeiras: Celta Editora
- Giordano, Peggy; Cernkovich, Stephen; Rudolph, Jennifer (2002), “Gender, crime and desistance: toward a theory of cognitive transformation”, *American Journal of Sociology*, 107 (4), 990-1064
- Glaser, Barney; Strauss, Anselm (1999 [1967]), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago: Aldine Publishing Company

- Goffman, Erving (1974), *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva
- Goffman, Erving (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: Editora Guanabara
- Goffman, Erving (1989), *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Vozes
- Gonçalves, Rui Abrunhosa (2000), *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editora
- Gonçalves, Rui Abrunhosa; Machado, Carla (coords.) (2002), *Violência e vítimas de crimes – Adultos*. Coimbra: Quarteto Editora
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa a Análise de Conteúdo*. Cascais: Principia
- Hamel, Jacques; Dufour, Stéphanie; Fortin, Dominic (1993), *Case Study Methods*, Londres: Sage
- Hannah-Moffat, Kelly; O'Malley, Pat (2007), "Gendered risks: an introduction", in Kelly Hannah-Moffat e Pat O'Malley (eds.), *Gendered Risks*. Nova Iorque: Routledge, 1-30
- Hawkins, Stephanie; Graham, Phillip; Williams, Jason e Zahn, Margaret (2009), "Resilient Girls – factors that protect against delinquency", *OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to Girl's Delinquency Bulletin*, Washington: US Office of Justice Programs [online], disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/220124.pdf> [acedido em: 14/02/2010]
- Haynie, Dana (2001), "Delinquent peers revisited: does network structure matter?" *American Journal of Sociology*, 106,1013-1057
- Haynie, Dana; Giordano, Peggy; Manning, Wendy; Longmore, Monica (2005), "Adolescent romantic relationships and delinquency involvement", *Criminology*, 43 (1), pp. 177-210
- Herpin, Nicolas (1982), *A Sociologia Americana: escolas, problemáticas e práticas*. Porto: Edições Afrontamento
- Herrera Verónica; McCloskey, Laura (2001), "Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence", *Child Abuse Negligence*, 25(8), 1037-51.
- Hill, Gary; Atkinson, Maxine (1988), "Gender, Familial Control, and Delinquency", *Criminology*, 26(1), 127-145
- Hoggart, Richard (1973), *As utilizações da cultura I*. Lisboa: Editorial Presença

- Holsinger, Kristi (2000). "Feminist Perspectives on Female Offending: examine real girls' lives", *Women & Criminal Justice*, 12(1), 23 – 51
- Hoyt, Stephanie; Scherer, David (1998), "Female Juvenile Delinquency: Misunderstood by the Juvenile Justice System, Neglected by Social Sciences", *Law and Human Behavior*, 22(1), 81-107
- Hughes, Everet (1984), *The sociological eye: selected papers*. New Brunswick: Transaction Book's
- Hutchison, Elizabeth (2011), "A Life Course Perspective", in *Dimensions of Human Behavior: person and environment*. California: Sage Publications, 1-38 [4. ° ed.]
- Jardim, Maria Amélia (2005), "Contributos para uma política de prevenção da delinquência e vitimização juvenis", *Infância e Juventude*, 3, 25-159
- Joaquim, Teresa (1997), *Menina e Moça, a construção social da feminilidade*. Lisboa: Fim do Século
- Katz, Jack (1988), *The seductions of crime*. Nova Iorque: Basic Books
- Kerperman, Jennifer; Smith-Adcock, Sondra (2005), "Female Adolescents' Delinquent Activity: The Intersection of Bonds to Parents and Reputation Enhancement". *Youth and Society*. 37(2), 176-20 [online], disponível em: <http://yas.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/2/176> [acedido em: 7/08/2008]
- Kruger, Holly (2009), *Exploring a Delinquent Past: women's experiences as adolescents involved in delinquent activities*, Tese de Mestrado em Educação, Saskatoon, University of Saskatchewan [online], disponível em: [http://library2.usask.ca/theses/available/etd-06142009-192823/unrestricted/Exploring\\_a\\_Delinquent\\_Past.pdf](http://library2.usask.ca/theses/available/etd-06142009-192823/unrestricted/Exploring_a_Delinquent_Past.pdf) [acedido em: 19/12/2010]
- Lahire, Bernard (2004), *Retratos Sociológicos. Disposição e variações individuais*. São Paulo: Artmed Editora
- Lahire, Bernard (2004), *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Editora Ática
- Lahire, Bernard (2005), "Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11-42
- Lanctôt, Nadine (2008), "A delinquência feminina: a eclosão e a evolução do conhecimento", in Marc Le Blanc, Marc Ouimet e Denis Szabo (coord.). *Tratado de criminologia empírica*, Lisboa: Climepsi Editores, 337-371

- Le Blanc, Marc (2008), “O comportamento delinquente dos adolescentes: o seu desenvolvimento e a sua explicação in Marc Le Blanc, Marc Ouimet e Denis Szabo (coord.), *Tratado de criminologia empírica*. Lisboa: Climepsi Editores, 295-336
- Leal, José (2007), *Crime no feminino: trajectórias delinquentiais de mulheres*. Coimbra: Almedina
- Lemert, Edwin (1951), *Social pathology: a systematic approach to the theory of sociopathic behavior*. Nova Iorque: McGraw-Hill
- Leote de Carvalho, Maria João (2000), “Violência urbana e juventude: o problema da delinquência juvenil”, *Infância e Juventude*, 3, 27-47
- Leote de Carvalho, Maria João (2001), “Em torno do método biográfico”, *Infância e Juventude*, 2, 107-136
- Leote de Carvalho, Maria João (2003), *Entre as malhas do desvio*. Oeiras: Celta Editora
- Leote de Carvalho, Maria João (2005), “Jovens, espaços, trajectórias e delinquências” *Sociologia – Problemas e Práticas*, 49, 71-93
- Leote de Carvalho, Maria João (2010), “Trajectos de vida, o outro lado da cidade: pobreza infantil, território e desvio”, in Manuel Sarmiento e Fátima Veiga (org.), *Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas*, Famalicão: Edições Húmus, 117-140
- Leschied, Alan; Cummings, Anne; Brunschot, Michele; Cunningham, Alison; Saunders, Angela (2000), *Female Adolescent Aggression: A Review of the Literature and the Correlates of Aggression* (user Report No. 2000-04). Ottawa: Solicitor General Canada
- Lewis, Óscar (1979), *Os filhos de Sanchez*. Lisboa: Moraes [2.º ed.]
- Lipovetsky, Gilles (1989), *A era do vazio*. Lisboa: Relógio d’Água
- Loeber, Rolf; David Farrington; David Petechuk (2003), *Child Delinquency: Early Intervention and Prevention* [online], disponível em: <http://eric.ed.gov/PDFS/ED477922.pdf> [acedido em: 19/12/2010]
- Loeber, Rolf; Stouthamer-Loeber, Magda (1998), “Development of juvenile aggression and violence: Some common misconceptions and controversies”, *American Psychologist*, 53, 242-259.
- Lombroso, Cesare & Ferrero, Guglielmo (1895), *The female Offender*. Nova Iorque: Appleton

- Loper, Ann (2000), *Female juvenile delinquency: risk factors and promising interventions* [online], disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/183499.pdf> [acedido em: 01/12/2010]
- Lopes, João Teixeira *et al.* (2010), “Género e música electrónica de dança: experiências, percursos e “retratos” de mulheres clubbers”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 62, 35-56
- Lourenço, Nelson; Lisboa, Manuel (1998), *Dez anos de crime em Portugal*. Lisboa, Cadernos do CEJ
- Louro, Guacira (2006), *Feminilidades na pós-modernidade* [online], disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys10/riogrande/guacira.htm> [acedido em: 25/02/2011]
- Lucchini, Riccardo (1997), “A mulher e a desviância ou o debate sobre a especificidade da delinquência feminina”, *Infância e Juventude*, 2, 71-126
- Luke, Katherine (2008), “Are Girls Really Becoming More Violent? A Critical Analysis”, *Affilia. Journal of Women and Social Work*, 23(1), 23-38
- Lyng, Stephen (2004), “Crime, edgework and corporeal transaction”, *Theoretical Criminology*, 8(3), 359-375
- Machado, Carla (2004), *Crime e Insegurança. Discursos do medo, imagem do outro*. Lisboa: Notícias Editorial
- Machado, Fernando (2002), *Contrastes e Continuidades — Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- Manita, Celina (2000), “Das descobertas privadas aos crimes públicos: evolução dos significados em trajectórias de droga-crime”, *Revista Toxicodependências*, 6 (2), 17-31
- Manita, Celina (2001), “Evolução dos significados em trajectórias de droga-crime (II): novos sentidos para a intervenção psicológica com toxicodependentes”, *Revista Toxicodependências*, 7(3), 59-72
- Manso, Ana (2006), *Educação para o Direito: representações sociais de jovens institucionalizados em Centro Educativo*, dissertação de mestrado em Estudos da Criança, Braga: IEC-UM
- Marteleira, Joana (2007), “Estudo de caracterização do perfil dos educandos internados nos Centros Educativos do Ministério da Justiça a 30 de Junho de 2005”, *Infância e Juventude*, 2, 67-186
- Martin, Patricia (2003), “«Said and done» versus «saying and doing». Gendering practices, practicing gender at work”, *Gender & Society*, 17(3), 342-366

- Matos, Raquel (2008), *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Almedina
- Matza, David (1964), *Becoming Deviant*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- McIvor, Gill (ed.) (2004), *Women who offend*. Londres: Research Highlights in Social Work 44
- McNay, Lois (2000), *Gender and agency. Reconfiguring the subject in feminist and social theory*. Cambridge: Polity Press
- McRobbie, Angela (1994), *Postmodernism and Popular Culture*. Londres: Routledge
- McRobbie, Angela; Garber, Jenny (1976), “Girls and Subcultures”, in Stuart Hall e Tony Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals. Youth Subcultures in Post-War Britain*. Londres: Hutchinson; Birmingham, 209-222 [online], disponível em: <http://www.gold.ac.uk/media/girls-subculture.pdf> [acedido em: 20/11/2010]
- Mead, George (1962), *Mind, Self and Society from the standpoint of a social behaviourist*. Chicago: The University Of Chicago Press
- Mead, Margaret (1928), *Coming of Age in Samoa*. Nova Iorque: William Morrow & Company
- Merton, Robert (1970), *Sociologia: Teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou
- Messerschmidt, James (1997), *Crime as structured action: gender, race, classe and crime in the making*. Thousand Oaks: Sage
- Messerschmidt, James (2000), *Nine lives. Adolescent masculinities, the body and violence*. Colorado: Westview Press
- Messerschmidt, James (2002), “On gang girls, gender and structured action theory: a reply to Miller”, *Theoretical Criminology*, 6 (4), 461-475
- Messerschmidt, James (2004), *Flesh and blood: adolescent gender diversity and violence*. Oxford: Rowman & Littlefield
- Messerschmidt, James (2009), ““Doing Gender”: the impact and future of salient sociological concept”, *Gender & Society*, 23(1), 85-88 [online], disponível em: <http://www.usm.maine.edu/crm/faculty/jim/doinggender.pdf> [acedido em: 30/10/2008]
- Miller, Darcy; Trapani, Catherine; Fejes-Mendonza, Kathy (1995), “Adolescent Female Offenders: Unique Considerations”, *Adolescence*, 30, 429-436
- Miller, Jody (2001), *One of the guys: girls, gangs and gender*. Nova Iorque: Oxford University Press



- Miller, Jody (2002), “The strengths and limits of ‘doing gender’ for understanding street crime”, *Theoretical Criminology*, 6 (4), 433-460
- Miller, Jody; White, Norman (2004), “Situational effects of gender inequality on girls’ participation in violence”, in Christine Alder e Anne Worrall (eds.). *Girl’s Violence: myths and realities*. Nova Iorque: State University of NY Press, 167-190
- Miller, Susan (2005), *Victims as offenders: the paradox of women’s violence in relationship*. New Jersey: Rutgers University Press
- Miller, Susan (ed.) (1998), *Crime control and women*. California: Sage Publication
- Moffitt, Terrie; Caspi, Avshalom; Rutter, Michael; Silva, Phil. (2001), *Sex differences in antisocial behaviour: Conduct disorder, delinquency, and violence in the Dunedin Longitudinal Study*. Cambridge: Cambridge University Press
- Morash, Merry (2006), *Understanding gender, crime and justice*. Londres: Sage Publications
- Morin, Edgar (1994 [1981]), “Para onde vai o mundo”, in *As grandes questões do nosso tempo*, Lisboa: Editorial Notícias, 233-264
- Muller, Elaine (2004), “Juventude e algumas questões e relações de gênero”, *Mneme - Revista Virtual de Humanidades*, 5 (11) [online], disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme> [acedido a 02/11/2011]
- Naffine, Ngaire (1987), *Female crime: the construction of women in criminology*. Sydney: Allen and Unwin.
- Nayak, Anoop; Kehily, Mary (2008), *Gender, youth and culture: young masculinities and femininities*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan
- Neves, Tiago (2008), *Entre educativo e penitenciário: Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Nogueira, Conceição (2001), “A análise do Discurso”, in Leandro Almeida e Eugénia Fernandes (eds), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação*. Braga: CEEP, 15-48
- O’Toole, Laura; Schiffmen, Jessica (ed.) (1997), *Gender Violence. Interdisciplinary perspectives*. Nova Iorque: Nova Iorque University Press
- Olweus, Dan (1993), *Bullying at school*. Oxford e Cambridge: Blackwell
- Pais, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”, *Análise Social*, XXV (105-106), 139-165
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional

- Pais, José Machado (2002), *Sociologia da vida quotidiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- Pais, José Machado (2005a), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Lisboa: Ambar
- Pais, José Machado (org.) (2005b), *Traços e Riscos de Vida: Uma Abordagem Qualitativa dos Modos de Vida Juvenis*. Lisboa: Âmbar
- Pais, José Machado; Cabral, Manuel Villaverde (coord.) (2003), *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo*. Oeiras: Celta Editora
- Passeron, Jean-Claude (1989), “Biographies, flux, itineraries, trajectories”, *Revue Française de Sociologie*, 31 (5), 3-22
- Paugam, Serge (2003), *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Porto, Porto Editora
- Peters, Sheila (2001), “Relationships' Role in Female Juvenile Delinquency”, *Corrections Today*, 63 (7), 76 – 79
- Peters, Sheila (coord.) (1998), *Guiding principles for promising female programming: an inventory of best practices*, OJJDP [online], disponível em: [http://www.ojjdp.gov/pubs/principles/ch1\\_1.html](http://www.ojjdp.gov/pubs/principles/ch1_1.html) [acedido em: 19/12/10]
- Pettersson, Tove (2005), “Gendering delinquent networks: a gendered analysis of violent crimes and the structure of boys’and girls’co-offending networks”, *Young*, vol. 13(3), 247-267 [online], disponível em: <http://you.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/3/247> [acedido em: 4/08/2008]
- Pinheiro, Alexandra (coord.) (2004), *Estudo Violência Juvenil – histórias e percursos*. Porto: Fundação da Juventude
- Pollack, Shoshana (2000), “Reconceptualizing women’s agency and empowerment”, *Women & Criminal Justice*, 12(1), 75-89
- Potter, Jonathan; Wetherell, Margareth (1987), *Discourse and social psychology*. Londres: Sage Publications.
- Redondo, Lourdes ; Otero-Lopez, José (2005), *Jovenes delinquents*. Barcelona: Ariel
- Rijo, Daniel et al. (2006), *Gerar Percursos Sociais (GPS). Programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento desviante* [online], disponível em: [http://www.dgdc.min-edu.pt/cidadania/Documents/Equal/Produto\\_GPS.pdf](http://www.dgdc.min-edu.pt/cidadania/Documents/Equal/Produto_GPS.pdf) [acedido em: 09/12/2011]

- Rodrigues, Anabela; Duarte-Fonseca, António (2000), *Comentário da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: Coimbra Editora
- Roosmalen, Erica; Krahn, Harvey (1996), "Boundaries of Youth". *Youth and Society*, 28 (3) [online], disponível em: <http://yas.sagepub.com/cgi/content/abstract/28/1/3> [acedido em: 7/08/08]
- Sá, Alvino (2001), "Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional", *Actas do I Congresso de Psicologia Clínica*, São Paulo, 14 a 18 de Maio
- Santos, Boaventura (dir.); Conceição Gomes (coord.) (2004), *Os caminhos difíceis da nova justiça tutelar educativa*. Coimbra: OPJ - CES
- Santos, Boaventura (dir.); João Pedroso e Eliana Gersão (coord.) (1998), *Relatório do Observatório Permanente da justiça Portuguesa. A Justiça de menores: As crianças entre o risco e o crime*. Coimbra: OPJ - CES
- Santos, Boaventura de Sousa (dir.); Paula Fernando e Sílvia Portugal (coord.) (2010), *Entre a lei e a prática: subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Coimbra: OPJ - CES
- Sarmiento, Manuel (1994), *A vez e a voz dos professores: contributo para o Estudo da Cultura Organizacional da Escola Primária*. Porto: Porto Editora
- Sarmiento, Manuel; Pinto, Manuel (1997), *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho.
- Sartre, Jean-Paul (1987), *O existencialismo é um humanismo*, São Paulo: Nova Cultural
- Schilt, Kristen (2003), 'I'll resist with every inch and every breath': girls and zine making as a form of resistance. *Youth and Society*, 35 (1), 71-97 [online], disponível em: <http://yas.sagepub.com/cgi/content/abstract/35/1/71> [acedido em: 07/08/2008]
- Schilt, Kristen (2003), "'I'll resist with every inch and every breath': girls and zine making as a form of resistance", *Youth and Society*, 35(1), 71-97 [online], disponível em: <http://yas.sagepub.com/cgi/content/abstract/35/1/71> [acedido em: 7/08/08]
- Schur, Edwin (1984), *Labeling women deviant. Gender, stigma and social control*. Nova Iorque: McGraw-Hill Company
- Schutz, Alfred (1974), *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu
- Seabra, Hugo (2005), *Delinquência a preto e Branco: estudo de jovens em reinserção*. Lisboa: ACIME
- Sebastião, João (1998), *Crianças de ruas: modos de vida marginais na cidade de Lisboa*. Oeiras: Celta Editora

- Shaw, Margaret (1995), “Conceptualizing Violence by Women”, in R. Emerson Dobash, Russel Dobash e Lesley Noaks (eds), *Gender and Crime*. Cardiff: University of Wales Press, 115-131
- Shaw, Margaret; Dubois, Sheryl (1995), “Understanding violence by women: a review of the literature” [online], disponível em: <http://www.csc-scc.gc.ca/text/prgrm/fsw/fsw23/toce-eng.shtml> [acedido em: 2/9/2008]
- Shomaker, Donald (1996), *Theories of delinquency*. Oxford: Oxford University Press [3.º ed.]
- Shover, Neal; Norland, Stephen; James, Jenifer; Thornton, William (1979), “Gender roles and delinquency”, *Social Forces*, 58(1), 162-175
- Silva, Alexandre; Machado, Fernando (2010), “Transições para a vida adulta entre jovens de um bairro social”, *Ousar Integrar – revista de reinserção social e prova*, 6, 29-41
- Silva, Augusto Santos; Pinto, José Madureira (org.) (1999), *Metodologias das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento
- Silva, Sofia (2010), “ «Eu tenho um feeling!» Diana, seguindo as pegadas de Antígona”, in Manuel Sarmiento e Fátima Veiga (org.), *Pobreza infantil: realidades, desafios, propostas*. Famalicão: Edições Húmus, 153-166
- Simões, Maria Celeste (2007), *Comportamentos de risco na adolescência*. Lisboa: Calouste Gulbenkian
- Simpson, Sally; Elis, Lori (1995), “Doing gender: sorting out the caste and crime conundrum”, *Criminology*, 33, 47-81
- Smart, Carol (1976), *Women, crime and criminology*. Londres: Routledge and Kegan Paul
- Snider, Laureen (2003), “Constituting the punishable woman. Atavistic man incarcerates postmodern women”, *British Journal of Criminology*, 43, 354-378
- Soares, Luiz Eduardo (2006), “Violência no Brasil: genocídio, políticas públicas e desafios teóricos”, conferência apresentada no *Seminário Internacional A carta do Porto”... e depois? Para uma visão crítica da inclusão*, Instituto de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto, 24 e 25 de Novembro
- Soares, Luiz Eduardo; Bill, MV; Athayde, Celso (2005), *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Editora Objectiva
- Sommers, Evelyn (1995), *Voices from Within. Women who have broken the law*. Canadá: University of Toronto Press

- Soulet, Marc-Henry (org.) (2000), *Da não-integração*. Coimbra: Quarteto Editora
- Spink, Mary Jane (2001), “Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia”. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(6), 1277-1311 [online], disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v17n6/6944.pdf> [acedido em: 15/04/2011]
- Spink, Mary Jane (2010), *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
- Steffensmeier, Darrel; Allan, Emilie (1996), “Gender and crime: toward a gendered theory of female offending”, *Annual Review Sociology*, 22, 459-487
- Steffensmeier, Darrell; Jennifer Schwartz. (2003a), "Contemporary Explanations of Female Offending" [online], disponível em: [http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20\(Contemporary\).pdf](http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20(Contemporary).pdf) [acedido em: 01/08/2010]
- Steffensmeier, Darrell; Jennifer Schwartz. (2003b), "Trends in Female Crime: It's Still a Man's World" [online], disponível em: [http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20\(Trends\).pdf](http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20(Trends).pdf) [acedido em: 02/08/2010]
- Steffensmeier, Darrell; Schwartz, Jennifer; Zhong, Hua; Ackerman, Jeff (2005), “An Assessment of Recent Trends in Girls' Violence Using Diverse Longitudinal Sources: Is The Gender Gap Closing?”, *Criminology* 43(2), 355-406 [online], disponível em: [http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20\(Gender%20Gap\).pdf](http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartzj/pdf/Schwartz%20(Gender%20Gap).pdf) [acedido em: 02/08/2010]
- Strauss, Anselm (2002 [1959]), *Mirrors and masks: the search for identity*. New Brunswick and Londres, Transaction Publishers
- Sutherland, Edwin (1937), *Principes de criminologie*. Paris: Éditions Cujas
- Svensson, Robert (2004), “Shame as a consequence of parent-child relationship: a study of gender differences in juvenile delinquency”, *European Journal of Criminology*, 1 (4), 477-504
- Thompson, William; Bynum, Jack (2010), *Juvenil delinquency: a sociological approach*. Boston: Pearson [8.º ed.]
- Tornberry, Terence; Krohn, Marvin (2004), “O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interacionista”, in António Castro Fonseca (ed.), *Comportamento anti-social e crime*. Coimbra: Almedina, 133-160

- Van Voorhis, Patricia; Salisbury, Emily; Bauman, Ashley; Holsinger, Kristi; Wright, Emily (2007), *Classifying Women Offenders: Achieving Accurate Pictures of Risk and Identifying Gender Responsive Needs* [online], disponível em: <http://www.uc.edu/womenoffenders/ICCA%20ADDRESS.pdf> [acedido em: 15/10/2010]
- Vedder, Clyde; Somerville, Dora (1970), *The delinquent girl*. Springfield: Charles C Thomas
- Velho, Gilberto (org.) (1974), *Desvio e divergência*. S.Paulo: Zahar Editores
- Vinet, Eugenia; Bañares, Paula (2009), “Caracterización de personalidad de mujeres adolescentes infractoras de ley: un estudio comparativo”, *Paideia*, 19 (43), 143-152 [online], disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2009000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2009000200002&script=sci_arttext) [acedido em: 15/02/2011]
- Vuille, Joëlle (2007), “De la délinquance des femmes: réponse à M. Guedah”. *Revue Internationale de criminologie et de police technique et scientifique*, LX (2), 181-187
- Wacquant, Loic (2000), *As prisões da miséria*. Oeiras: Celta Editora
- Walgrave, Lode (2000), “Vulnerabilidade societal e acção social”, in Marc-Henry Soulet (org.), *Da não-integração*. Coimbra: Quarteto Editora,
- Weller, Wivian (2005), “A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível”, *Revista Estudos Feministas*, 13(1), 107 - 126
- West, Candace & Zimmerman, Don (1987), “Doing Gender”, *Gender & Society*, 1(2), 125-151
- Winnicott, Donald (1987), *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes
- Worrall, Anne (1990), *Offending Women. Female lawbreakers and the criminal justice system*. Londres: Routledge
- Worrall, Anne (2005), “Raparigas em risco? Reflexões sobre as mudanças de atitude relativamente à delinquência de mulheres jovens”, *Infância e Juventude*, 2, 71-84
- Xiberras, Martine (1993), *As teorias da exclusão, para a construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget
- Yin, Robert (1994), *Case Study Research: design and methods*. Thousand Oaks: Sage
- Young, Tara; Fitzgerald, Marian; Hallsworth, Simon; Joseph, Ian (2007), *Guns, gangs and weapons*. Londres. Youth Justice Board
- Zahn, Margaret (ed.) (2009), *The delinquent girl*. Philadelphia: Temple University Press

Zahn, Margaret *et al.* (2008), “Violence by teenage girls: trends and context”, *OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to Girl’s Delinquency*, Washington: US Office of Justice Programs [online], disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/218905.pdf> [acedido em: 14/02/2010]

Zahn, Margaret *et al.* (2010), “Causes and correlates of girl’s delinquency”, *OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to Girl’s Delinquency*, Washington: US Office of Justice Programs [online], disponível em: [http://girlsstudygroup.rti.org/docs/GSG\\_Causes\\_and\\_Correlates\\_Bulletin.pdf](http://girlsstudygroup.rti.org/docs/GSG_Causes_and_Correlates_Bulletin.pdf) [acedido em: 5/04/2010]

Zimmerman, Jeffrey; Dickerson, Victoria (1994), “Using a narrative metaphor: Implications for theory and clinical practice”, *Family Process*, 33, 233-245

## OUTROS DOCUMENTOS

### Imprensa

*Comunidade Segura* - “Cresce o número de meninas em gangues e de gangues femininas nos EUA e na Europa”, 5 de Novembro de 2003 [online], disponível em: <http://www.comunidadessegura.org.br/pt-br/node/10508> [acedido em: 25/10/2010]

*Correio Braziliense* - “Meninas comandam gangue”, 11 de Novembro de 2007 [online], disponível em: [http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4174&Itemid](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4174&Itemid) [acedido em: 25/10/2010]

*Correio do Minho* - “As instituições têm de mudar”, 31 de Outubro de 2009, [online], disponível em: <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=17043> [acedido em: 15/11/2009]

*Diário de Notícias* - “Cada vez mais mulheres entram no mundo do crime”, 9 de Janeiro de 2011 [online], disponível em: [http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1752488](http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1752488) [acedido em: 15/01/2011]

*Ideal.es* – “Más del 10% de los delincuentes juveniles son chicas adolescentes”, 30 de Dezembro de 2006 [online], disponível em:

- <http://argijokin.blogcindario.com/2006/12/05717-jaen-mas-del-10-de-los-delincuentes-juveniles-son-chicas-adolescentes.html> [acedido em: 25/10/2010]
- Jornal de Notícias* - “Agressoras de adolescente já identificadas”, 25 de Maio de 2011, p. 52
- Jornal i* - “Agressoras de jovem de 13 anos são investigadas por outros crimes”, 9 de Junho de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/129253-agressoras-jovem-13-anos-sao-investigadas-outros-crimes> [acedido em: 9/06/2011]
- Jornal i* - “Agressores em prisão preventiva. Mão pesada ou justa do superjuiz?”, 30 de Maio de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/126755-agressores-em-prisao-preventiva-mao-pesada-ou-justa-do-superjuiz> [acedido em: 9/06/2011]
- Jornal i* - “Bruna ia para uma festa. Acabou com cem pontos no corpo”, 31 de Maio de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/127026-bruna-ia-uma-festa-acabou-com-cem-pontos-no-corpo> [acedido em: 9/06/2011]
- Jornal i* - “Ministério Público investiga agressão violenta a jovem de 14 anos”, 25 de Maio de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/125560-ministerio-publico-investiga-agressao-violenta-jovem-14-anos---video> [acedido em: 9/06/2011]
- Le Monde* - “Les chiffres de la délinquance des mineures restent assez faibles”, 5 de Outubro de 2010 [online], disponível em: [http://www.lemonde.fr/politique/article/2010/10/05/les-chiffres-de-la-delinquance-des-mineures-restent-assez-faibles\\_1420667\\_823448.html](http://www.lemonde.fr/politique/article/2010/10/05/les-chiffres-de-la-delinquance-des-mineures-restent-assez-faibles_1420667_823448.html) [acedido em: 6/10/2010]
- Notícias Magazine*, 807, 11 de Novembro de 2007, pp. 34-39
- Público*, “Violenta agressão de jovens foi exibida na internet e está a ser investigada pela PSP”, 25 de Maio de 2011, p.12
- Revista Sábado* - “Mais filmes de ódio entre raparigas - outros casos de violência brutal entre miúdas”, 370, 2 a 8 de Junho de 2011, pp. 84-88

### **Legislação e outra regulamentação**

*Código Penal*, 2009, Verbo Jurídico

*Convenção sobre os Direitos da Criança*, 1989, Nações Unidas



*Directrizes das Nações Unidas para a Prevenção da delinquência juvenil* (Directrizes de Riade), 1990, Nações Unidas

*Exposição de Motivos da Proposta de Lei que veio a originar a Lei Tutelar Educativa* (Proposta de Lei n.º 266/VII que consta no Diário da Assembleia da República - II Série A, n.º 54, de 17/04/1999)

*Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo* (LPCJP), Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro

*Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social*, Decreto-Lei n.º 126/2007

*Lei Tutelar Educativa* (LTE), Lei 166/99, de 14 de Setembro

*Organização Tutelar de Menores* (OTM), Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro

*Plano DOM*, Despacho n.º 8393/2007, de 10 de Maio

*Recomendação do Conselho da Europa sobre reacções sociais à delinquência juvenil*, R(87) 20

*Recomendação do Conselho da Europa sobre reacções sociais ao comportamento delinvente dos jovens de famílias imigrantes*, R (88) 6

*Regime Penal Especial para jovens adultos*, Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de Setembro

*Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores* (Regras de Beijing), 1985, Nações Unidas

*Regras Mínimas das Nações Unidas para a Protecção de Menores Privados de Liberdade* (Regras de Havana), 1990, Nações Unidas

*Regras Mínimas das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Medidas Não Privativas de Liberdade* (Regras de Tóquio), 1990, Nações Unidas

*Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos*, Decreto-Lei n.º 323-D/2000, de 20 de Dezembro

*Regulamento Interno do Centro Educativo Navarro de Paiva*, Dezembro de 2009

### **Relatórios e Estatísticas**

*Difusão Estatística da Direcção-Geral de Reinserção Social* (DGRS) [online], disponível em: <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>

*Estatísticas da Justiça*, Direcção-Geral de Política da Justiça (DG PJ) [online], disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica>

*Relatórios Anuais de Segurança Interna* (RASI), 2006-2009 [online], disponível em: <http://www.mai.gov.pt>

*Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças em situação de acolhimento*, 2009, Instituto de Segurança Social

### **Web Sites**

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - [www.apav.pt](http://www.apav.pt)

Direcção-Geral de Política da Justiça - [www.dgpj.mj.pt](http://www.dgpj.mj.pt)

Direcção-Geral de Reinserção Social - [www.dgrs.mj.pt](http://www.dgrs.mj.pt)

Girls Study Group - [http://girlsstudygroup.rti.org/index.cfm?fuseaction=dsp\\_home;](http://girlsstudygroup.rti.org/index.cfm?fuseaction=dsp_home;)  
<http://www.ojjdp.gov/programs/girlsdelinquency.html>

Ministério da Administração Interna - [www.mai.gov.pt](http://www.mai.gov.pt)

Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention - <http://www.ojjdp.gov/>

Programa Escolhas - <http://www.programaescolhas.pt/>



## **ANEXOS**

**Anexo 1** - Termo de Consentimento Informado

**Anexo 2** - Grelha de análise de processos individuais

**Anexo 3** - Guião da entrevista



## Termo de Consentimento Informado

**Tema do estudo:** Delinquência juvenil feminina: histórias de vida sobre transgressão

**Investigadora Responsável:** Vera Mónica Duarte

**Instituição/Departamento:** Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais

**Local das entrevistas:** \_\_\_\_\_

**Objectivo do estudo:** Compreender como é que jovens raparigas vivenciam, percebem e descrevem as experiências de transgressão nos seus percursos de vida, procurando, para tal, recolher o maior número de diferentes histórias de vida. Este estudo possibilitará maior conhecimento científico sobre o tema abordado.

**Procedimentos.** A participação neste estudo consistirá na resposta oral a um conjunto de perguntas sobre a história da tua vida. A entrevista será gravada (áudio) e terá a duração média de 45 minutos.

**Sigilo.** As informações fornecidas são totalmente confidenciais e de conhecimento apenas da investigadora responsável. Os participantes do estudo nunca serão identificados, mesmo quando os resultados deste estudo forem divulgados, e os dados não serão utilizados para outros fins que não a sua tese de doutoramento.

No âmbito do estudo acima mencionado, integrado no meu projecto de Doutoramento, da Universidade do Minho, sob a orientação do Prof. Doutor Albertino Gonçalves e da Prof.<sup>a</sup> Doutora Manuela Ivone Cunha, é pedida a sua colaboração para participar no referido estudo, através de uma entrevista.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos deste estudo e ter esclarecido as minhas dúvidas, concordo em participar neste estudo.

Braga, Setembro de 2008

Participante

Responsável legal

Investigadora

\_\_\_\_\_  
(Vera Mónica Duarte)



**Grelha de análise de processos individuais**

**0. Dados do processo**

|  |
|--|
| N.º sujeito _____ Entrevista n.º _____ Nome fictício _____             |
| Data(s) da consulta(s) ____/____/____; ____/____/____; ____/____/____; |
| Local de consulta _____  |

**1. Dados pessoais**

Data nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Naturalidade \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_

Zona de residência \_\_\_\_\_

Etnia \_\_\_\_\_

**2. Dados familiares**

Constituição do agregado familiar

| Parentesco | Idade | Estado Civil | Habilitações literárias | Situação profissional |
|------------|-------|--------------|-------------------------|-----------------------|
|            |       |              |                         |                       |
|            |       |              |                         |                       |
|            |       |              |                         |                       |
|            |       |              |                         |                       |
|            |       |              |                         |                       |
|            |       |              |                         |                       |
|            |       |              |                         |                       |

Motivos da ausência dos progenitores (caso se aplique):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Infância:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



Histórico de filhos e gravidez:

---

---

---

Histórico de contactos com a justiça na família (incluindo namorado/ companheiro)

| Quem | Motivo | Situação jurídica | Pena/ medida | Duração da pena |
|------|--------|-------------------|--------------|-----------------|
|      |        |                   |              |                 |
|      |        |                   |              |                 |
|      |        |                   |              |                 |

### 3. Performance escolar

Habilitações literárias \_\_\_\_\_

Situação actual (escolar e profissional)

---

---

---

### 4. Histórico de institucionalizações (caso se aplique)

|                      |  |
|----------------------|--|
| Data entrada         |  |
| Instituição          |  |
| Idade (à entrada)    |  |
| Tempo de estadia     |  |
| Motivo               |  |
| Por determinação de: |  |

(reproduzir o quadro quantas vezes forem necessárias)

Comportamento institucional (Evolução comportamental durante o internato, disciplina, relação com o pessoal técnico e com os pares, visitas...)

---

---

---

---

### 5. Situação jurídico-legal actual

Infracção(ões) \_\_\_\_\_

Medida(s) aplicada(s) \_\_\_\_\_

Data(s) dos factos \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_

Processo(s) anterior(es) e informação complementar dos diferentes relatórios técnicos<sup>105</sup>

---

---

---

---

---

---

---

---

## 6. Dependências, consumos e saúde

Consumos de álcool e droga

| Tipo | Idade da 1.º experimentação | Tempo de consumo | Frequência | Tratamento |
|------|-----------------------------|------------------|------------|------------|
|      |                             |                  |            |            |
|      |                             |                  |            |            |
|      |                             |                  |            |            |
|      |                             |                  |            |            |

Caracterização da situação de saúde

|                      | Física | Psiquiátrica | Medicação |
|----------------------|--------|--------------|-----------|
| Doença(s) passada(s) |        |              |           |
| Doença(s) actual(is) |        |              |           |

## 7. Observações gerais

---

---

---

---

---

---

---

---

<sup>105</sup> Relatórios sociais; relatórios sociais com avaliação psicológica; informações sociais no âmbito de processos de promoção e protecção; relatórios periódicos de execução de medida tutelar, relatórios de perícia sobre personalidade, autos policiais, decisões do tribunal, entre outros.



### Guião de Entrevista (detalhado)

#### I - CONTEXTOS DE VIDA

**Contexto familiar** (estrutura e relações familiares, dinâmicas relacionais na família, envolvimento da família em actividades criminais)

- Com quem vive (aprofundar as razões nos casos de ausências/ substituições/ sobreposições de algum elemento familiar).
- Relacionamento com cada um dos elementos que pertence ao agregado familiar (deixar em aberto a possibilidade de falar sobre elementos da família com quem não viva).
- Descrição da casa onde reside (condições habitacionais, horários, regras, funções de cada elemento...).
- Papéis de género (os papéis sociais e familiares de cada elemento no seio da família)
- Identificação de acontecimentos familiares significativos e descrição dos sentimentos associados.
- Formas de resolução dos problemas no seio familiar. Se concorda ou não e o que faria de diferente.
- Existência de familiares com problemas com a justiça. Quem. Principais motivos. Consequências para si e para a família.
- Existências de familiares com doenças graves e/ou com histórico de dependências. Quem. Tipo de problemática. Consequências para si e para a família.

**Comunidade envolvente** (zona de residência, relações vicinais e grupos de pertença)

- Descrição da zona de residência (espaço físico, relações de vizinhança e quotidianos).
- Relação com o local de residência (perceber se houve transições geográficas e aferir os tipos de relação estabelecidos com cada um desses espaços).
- Se pudesse mudar alguma coisa no local de residência o que seria.
- Descrição do seu quotidiano (como e com quem passa o tempo) – dentro ou fora da zona de residência.

**Escola** (percursos escolares e profissionais)

- Percursos escolares (sucessos, insucessos e abandonos) e motivos.
- Problemas comportamentais no contexto escolar (recreio e sala de aula). Tipo de comportamentos problemáticos. Identificação das causas/ motivos. Consequências.
- Opinião sobre a escola, os professores e os colegas.
- A importância que a escola e o estudo tem na sua vida.
- Experiências profissionais (se já trabalhou, em quê, porquê e com que idade) - *quando aplicável*

**As amizades e as relações íntimas** (amigos, namorados, experiências sexuais, gravidez e filhos)

- O(s) grupo(s) de amigos
  - Quantos são e quem são (e.g. idade, género, amigos de infância, escola, bairro...).
  - Importância dada aos amigos e o que fazem com os amigos. O papel da/o melhor amiga/o.
  - Relações de género no grupo de pares.
- Descrição da última relação amorosa que teve (se é actual ou não, idade do/a namorado/, tempo de namoro, tipo de relação...). Descrição de outros relacionamentos anteriores.
- Experiências sexuais (idade da primeira experiência, contextos, sentimentos e recordações)
- Experiência de gravidez (se foi ou não planeada, sentimentos, expectativas e impactos na sua vida) - *quando aplicável*.
  - Com filhos (n.º de filhos, idade(s), relação com o pai da criança, relação com o(s) filho(s))
  - Situação de aborto (razões, experiência e sentimentos)

**Actividades marginais e trajectórias institucionais** (experiências e significações de transgressão, contactos e percursos com o sistema de protecção e de justiça juvenil)

- Identificação e descrição de comportamentos desviantes (tipo, motivações, com quem, frequência e intensidade do comportamento, consequências...).
- Percepções/ experiências de vida de rua (principais razões da ida para a rua, alternância de espaços...).
- Relação entre esses comportamentos e os percursos de institucionalização - *quando aplicável*
  - Razões que as levaram a entrar no sistema de protecção; descrição dos quotidianos institucionais (regras, horários, relacionamentos); comportamento institucional.

- Implicações positivas e negativas na trajectória de vida.
- Relação entre esses comportamentos e a aplicação de medidas tutelares educativas
  - Atitudes face à medida aplicada, sentimentos de (in) justiça na aplicação da medida.
  - Implicações positivas e negativas na trajectória de vida.

## **II - AS CENAS DA TUA VIDA**

Descrição de cenas/episódios significativos nas histórias de vida das jovens.

Para cada cena elas serão interpeladas sobre o que aconteceu, o que sentiram e que significados atribuem.

- Momento mais feliz
  
- Episódio mais triste
  
- Imagem que tem de si e a imagem que os outros têm de si
  
- A melhor e a pior coisa que já fez (que tenha deixado marcas)
  
- O mais e o menos importante na vida
  
- Situação em que teve de tomar uma decisão importante
  
- Personagens (pessoas ou instituições) que marcam (positiva e negativamente) a sua história de vida
  
- Imagem da infância
  
- Cena do futuro - o que espera para o futuro, o que precisa de fazer para alcançar os objectivos.